Elias Ferreira Veras
Roberta dos Santos Sodó
(Org.)

[IN]DESEJÁVEIS

LGBTQIA+ E FEMINISMO NA IMPRENSA DE ALAGOAS (SÉCULO XX)

Edufal

[IN] DESEJÁVEIS

LGBTQIA+ E FEMINISMO NA IMPRENSA DE ALAGOAS (SÉCULO XX)

Esta obra foi produzida com recursos da FAPEAL - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas.

Projeto de Pesquisa: "LGBTQIA+ na imprensa de Alagoas (1970-1980)". Edital FAPEAL nº 03/2022 - Apoio a Pesquisas Humanidades.

Coordenação: Elias Ferreira Veras

GEPHGS

GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM HISTÓRIA, GÊNERO E SEXUALIDADE • UFAL

FAPEAL

FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DE ALAGOAS

PPGH

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – UFAL

Elias Ferreira Veras
Roberta dos Santos Sodó
(Org.)

[IN] DESEJÁVEIS

LGBTQIA+ E FEMINISMO NA IMPRENSA DE ALAGOAS (SÉCULO XX)

Edufal
Editora da Universidade Federal de Alagoas

Maceió-AL, 2024

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS

Reitor
Josealdo Tonholo
Vice-reitora
Eliane Aparecida Holanda Cavalcanti
Diretor da Edufal
Eraldo de Souza Ferraz

Conselho Editorial
Eraldo de Souza Ferraz - *Presidente*
Fernanda Lins de Lima - *Secretária*
Alex Souza Oliveira
Cícero Péricles de Oliveira Carvalho
Cristiane Cyrino Estevão
Elias André da Silva
Fellipe Ernesto Barros
José Ivamilson Silva Barbalho
José Márcio de Morais Oliveira
Juliana Roberta Theodoro de Lima
Júlio Cezar Gaudêncio da Silva
Mário Jorge Jucá
Muller Ribeiro Andrade
Rafael André de Barros
Tobyas Maia de Albuquerque Mariz
Walter Matias Lima

Conselho Científico
César Picón
Cátedra Latino-Americana e Caribenha (UNAE)
Gian Carlo de Melo Silva
Universidade Federal de Alagoas (Ufal)
José Ignácio Cruz Orozco
Universidade de Valência - Espanha
Juan Manuel Fernández Soria
Universidade de Valência - Espanha
Junot Cornélio Matos
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)
Nanci Helena Rebouças Franco
Universidade Federal da Bahia (UFBA)
Patricia Delgado Granados
Universidade de Servilha-Espanha
Paulo Manuel Teixeira Marinho
Universidade do Porto - Portugal
Wilfredo Garcia Felipe
Universidad Nacional de Educación (UNAE)

Núcleo de Conteudo Editorial

Coordenação
Fernanda Lins de Lima
Registros e catalogação
Roselito Oliveira dos Santos

Projeto gráfico e diagramação
Roger Ferraz
Revisão de Língua Portuguesa e normalização (ABNT)
Luiz Morando

Catalogação na fonte
Editora da Universidade Federal de Alagoas - Edufal
Núcleo de Conteúdo Editorial
Bibliotecário Responsável: Roselito de Oliveira Santos – CRB-4 – 1633

I38 (In)Desejáveis : LGBTQIA+ e Feminismo na imprensa de Alagoas (séculoXX) / Elias Ferreira Veras, Roberta dos Santos Sodó (Org.). — Maceió : Edufal, 2024.
513 p. : 22 cm

Inclui bibliografia.
ISBN- 978-65-5624-273-6 E-book

1. LGBTQPIA+. 2. Imprensa em Alagoas. 3. Feminismo I. Título.

CDU: 94(813.5)

Direitos desta edição reservados à Edufal - Editora da Universidade Federal de Alagoas

Av. Lourival Melo Mota, s/n
Campus A. C. Simões
Centro de Interesse Comunitário - CIC
Cidade Universitária, Maceió/AL
CEP: 57072-970
Contatos: www.edufal.com.br
contato@edufal.com.br
(82) 3214-1111/1113

Editora afiliada

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA
DE EDITORAS UNIVERSITÁRIAS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA (PPGH/UFAL)

Coordenação
Irinéia Maria Franco dos Santos
Vice-Coordenação
Arrizete Cleide de Lemos Costa

Comissão Editorial (PPGH/UFAL)
Ana Cláudia Aymoré Martins
Anderson Diego da Silva Almeida
Elias Ferreira Veras
Marcelo Góes Tavares

Corpo Docente
Ana Cláudia Aymoré
Ana Paula Silva Santana
Anderson da Silva Almeida
Anderson Diego da Silva Almeida
Andréa Giordanna Araújo da Silva
Antônio Alves Bezerra
Arrizete Cleide de Lemos Costa
Aruã Silva de Lima
Danilo Luiz Marques
Elias Ferreira Veras
Flávia Maria de Carvalho
Gian Carlo de Melo Silva
Irinéia Maria Franco dos Santos
Jailton de Souza Lira
Lídia Baumgarten
Luana Teixeira
Marcelo Góes Tavares
Michelle Reis de Macedo
Pedro Abelardo de Santana
Pedro Lima Vasconcellos
Raquel de Fátima Parmegiani
Willian Soares Lucindo

Técnica Administrativa
Luciana Alves Pimentel

Sumário

11 Prefácio : Empretecer/ mulherizar/ enviadar/ travestilizar/ não binarizar: saberes insurgentes

Dediane Souza

17 Apresentação: Onde estão as mulheres e as pessoas LGBTQIA+ na história de Alagoas?

Elias Ferreira Veras
Roberta dos Santos Sodó

PARTE I – *(IN) DESEJÁVEIS FEMINISMOS*

33 Heroínas por natureza, melindrosas por prazer: uma análise ecofeminista sobre as notícias de cinema no *Jornal de Alagoas* (1920)

Camila Maria Oliveira de Melo

53 "Evas modernas": o movimento de mulheres nas páginas d'*O Semeador* (Alagoas, 1920-1934)

Francine Leôncio Mendonça de França

76 Manual do ser mulher: o ideário feminino de Neilda Cavalcanti no *Jornal de Alagoas* (1968)

Antonny Gabriel da Conceição Félix

99 Selma Bandeira: militância política, clandestinidade e projetos de cidadania em Alagoas (1960-1986)

Roberta dos Santos Sodó

135 Quando uma sai chorando, nenhuma permanece sorrindo: violência contra mulheres em Alagoas (1968-1972)

Ana Laura da Silva Almeida

157 Operações policiais em Maceió: biopolítica, raça, classe e gênero na ditadura civil-militar

Crislanne Maria dos Santos

184 "Mulher 80": mito da beleza, violência de gênero e raça no suplemento *Mulher* do jornal *Gazeta de Alagoas*

Bruna Pereira da Silva

219 União das Mulheres de Maceió (UMMa): mobilização política das mulheres em Maceió na abertura (1980-1988)

Adrícia Carla Santos Bonfim

245 A criação da Delegacia da Mulher em Maceió: reivindicações feministas contra a violência de gênero

Ana Letícia Póvoas de Moraes

278 Representações das indígenas mulheres alagoanas nos jornais cimianos (1990-2016)

Ana Valéria dos Santos Silva

PARTE II – *(IN) DESEJÁVEIS LGBTQIA+*

304 Na mira do Estado: a "Operação Pederasta" e o higienismo moral-sexual e de classe na ditadura civil-militar em Maceió, AL (1960-1970)

Paulo Henrique dos Santos Araújo

331 Discurso médico-midiático sobre o corpo, o gênero e a performance de José João da Conceição (1966-1979)

Benan Liel de Morais Silva

356 "Maceió grita socorro!": violências contra pessoas LGBTQIA+ no *Jornal de Alagoas* (1970)

Harmie A. da Silva

377 "Invasão de mariposas e pederastas": sociabilidades dissidentes e subversivas em Maceió (AL) na ditadura civil-militar

Isaac Freitas da Silva Filho

410 "Uma figura controversa e emblemática": Odete Pacheco em uma perspectiva interseccional (Maceió, AL)

Thamyres Jully Ana Ramos Martírio

432 "Gay é liberdade": homossexualidades em Maceió (AL) na abertura

Elias Ferreira Veras

453 “A ira de deus”: aids na imprensa de Alagoas (1985)

Luckah Baby

480 “Se sou uma, não sou só!”: Narrativas de travestis na imprensa (e além). Um relato de experiência.

Nefertiti de Oliveira Souza

495 Sobre os/as autores/as

PREFÁCIO

Empretecer/ mulherizar/ enviadar/ travestilizar/ não binarizar: saberes insurgentes

Que prazer! Aqui vos fala uma travesti preta, sertaneja e nordestina escrevendo seu primeiro prefácio de livro. Não seguirei nesta missão sem lhes dizer que, de onde eu vim, isso não é habitual, portanto, não fingirei costume. Venho da luta pela vida dos corpos que, como o meu, são considerados dissidentes, marcados pela desigualdade social. Refiro-me a outras mulheres; às populações de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Intersexo e Pessoas Não-Binárias; ao povo preto e das periferias; a uma gente cuja memória foi sequestrada, maldita ou arremedada pela boca alheia. Mas hoje será diferente.

As páginas em suas mãos trilham um caminho instigante, adentrando por encruzilhadas onde a construção de saberes é atravessada – sem a pretensão de esconder isso – pela pulsação dos corpos que os produziram.

Não é de hoje que a Universidade é provocada a ser um espaço mais diverso e acolhedor para as diferenças. Passados mais de dez anos da Lei de Cotas no Ensino Superior (Lei n. 12.711/2012), o tempo vem mostrando como a luta dos movimentos sociais – especialmente do movimento negro – pela implementação de políticas afirmativas nas universidades tem sido fundamental para garantia de uma maior pluralidade dos corpos discentes, ainda que seja desafiadora a permanência de grupos historicamente discriminados nessas estruturas. Empretecer/ mulherizar/ enviadar/ travestilizar/ não binarizar os ambientes acadêmicos não aponta para mudanças meramente estéticas e demográficas, mas semeia a possibilidade de tessitura de saberes insurgentes.

(In)desejáveis: LGBTQIA+ e feminismo na imprensa de Alagoas (século XX) é uma empreitada acadêmica, política e afetiva do Grupo de Estudos e Pesquisas em História, Gênero e Sexualidade (GEPHGS), do curso de História da Universidade Federal de Alagoas, organizado pelo historiador e professor Elias Veras e pela historiadora e mestra Roberta dos Santos Sodó, que coordenaram as valiosas contribuições de jovens pesquisadores/as no seu pleito em responderem a seguinte pergunta: *de que forma as experiências feministas e de pessoas hoje denominadas LGBTQIA+ estamparam o noticiário alagoano no século XX?*

Assim como eu, diversos/as destes/as autores/as estão escrevendo seus primeiros textos para a publicação de um livro, um exercício de coragem e de muita dedicação às pesquisas realizadas no âmbito da graduação ou na pós-graduação. Somos LGBTI+, periféricos/as, interioranos/as, mulheres, negros/as e nordestinos/as. Muitos/as de nós são os/as primeiros/as entre

várias gerações a terem contato com o processo de letramento acadêmico e político, a usar a ciência para recontar a própria história e refazer percursos. Não se parte desse lugar sem experimentar outra forma de fazer pesquisa, sem forjar um método cunhado entre a dor e o sonho.

A professora (e minha jali[1]) Vera Rodrigues reflete que a experiência de construção do conhecimento articula redes afetivas, teóricas e políticas. Nesse sentido, o GEPHGS/CNPq vem se consolidando como um espaço estratégico da organização política e acadêmica de jovens pesquisadores/as nordestinos/as, mobilizados/as a partir de um conjunto de identidades e interesses localizados fora de grupos hegemônicos. Reside nisso uma questão cara a esta publicação: o pensar da historiografia alagoana sob a ótica de sujeitos que se opõem à noção de uma memória nacional única e que investem cientificamente contra o apagamento de grupos subalternizados na/pela História.

Esta obra evidencia, dentre outras coisas, a importância da imprensa como fonte histórica acerca dos feminismos e das experiências dissidentes de gênero e sexualidade em Alagoas, especialmente a partir de uma abordagem analítica e metodológica interseccional. Aqui, o jornal foi tomado como *locus* fértil de produção de memória, uma matéria-prima rica para reflexões acerca do passado e do presente.

Na minha dissertação de mestrado (2022), por exemplo, analisei as narrativas produzidas e veiculadas na versão impressa do jornal *O Povo* a respeito do assassinato da travesti Dandara Kathery, bem como os desdobramentos desses escritos. Entre outras coisas, pude observar o quanto os veículos de comunicação, atuando na narração dos conflitos, sujeitos e acontecimentos da

---

1 Griô (em francês: *Griot*), ou **griote** na forma feminina, e também chamados **jali** ou **jeli** (em francês: *djeli* ou *djéli*), é o indivíduo que na África Ocidental tem por vocação preservar e transmitir as histórias, conhecimentos, canções e mitos do seu povo. Existem griôs músicos e griôs contadores de histórias.

sua época, operam na produção do visível e do invisível, na elaboração de sentidos sobre o cotidiano e sobre a população LGBTI+.

Na obra que aqui se apresenta, situar a relevância dos jornais no percurso investigativo não significou a romantização acrítica dos discursos da imprensa. Embora tenham sido inegavelmente estratégicos ao propósito em tela, não é ignorado o fato de que os veículos de comunicação contribuíram (e ainda contribuem) para a construção de estigmas, alimentando estruturas necropolíticas (Achille Mbembe, 2018). Elias Veras (2019), por exemplo, já nos apresentou em outros escritos a percepção de que o dispositivo do estigma – presente nas narrativas de imprensa acerca das experiências trans – engendram estratégias normativas de construção/ manutenção de poder. Disse o autor:

> Esta rede heterogênea de discursos e práticas atualizou (e continua atualizando), em torno das experiências travestis, antigas associações entre homossexualidade--patologia e travesti-disfarce-criminalidade, existentes desde o início do século XX, que ganharam, por meio dos meios de comunicação, novos lugares de enunciação (Veras, 2019, p. 146).

(In)desejáveis: LGBTQIA+ e feminismo na imprensa de Alagoas (século XX) é, portanto, um farol a indicar caminhos para a artesania da memória, lançando mão dos registros da imprensa para construir – coletivamente – o encontro de grupos socialmente subalternizados com a possibilidade de narrar (e transformar) suas próprias histórias.

Agradeço ao GEPHGS/CNPq pela partilha e oportunidade de ter contribuído ao longo dos anos com os trabalhos que agora seguem para um novo ciclo de trocas teóricas e afetivas, desejando que, no futuro, a História nos conte de tempos menos inóspitos para mulheres e pessoas LGBTI+.

Muito obrigada a Adrícia Carla Santos Bonfim, Harmie A. da Silva, Ana Laura da Silva Almeida, Ana Letícia Póvoas de Moraes, Ana Valéria dos Santos Silva, Antonny Gabriel da Conceição Félix, Benan Liel de Morais Silva, Bruna Pereira da Silva, Camila Maria Oliveira de Melo, Crislanne Santos, Francine Leôncio Mendonça de França, Isaac Freitas da Silva Filho, Luckah Baby, Nefertiti de Oliveira Souza, Roberta dos Santos Sodó, Paulo Henrique dos Santos Araújo, Thamyres Jully Ana Ramos Martírio, professor Elias Veras!

Tenham uma excelente leitura e vida longa ao GEPHGS/CNPq!

Fortaleza, CE, 10 de agosto de 2024.
Dediane Souza

Dediane Souza é travesti, negra, doutoranda em Antropologia Social na Universidade Federal do Rio Grande do Norte. É Mestre em Antropologia pelo Programa Associado de Pós-Graduação da Universidade Federal do Ceará (UFC) e da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB). Graduada em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo pela Faculdade Cearense. Implementou e coordenou o Centro de Cidadania LGBT Arouche da Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania da Cidade de São Paulo (2014 a 2015). Foi coordenadora especial da Diversidade Sexual na Prefeitura de Fortaleza (2017 a 2021). Também atuou como diretora do Grupo de Resistência Asa Branca (Grab) e da Rede Trans Brasil.

Referências

MBEMBE, Achille. *Necropolítica*: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. São Paulo: n-1 edições, 2018.

SOUZA, Dediane. *"Dando o nome"*: eu e Dandara na construção de narrativas de humanidades de travestis em Fortaleza-CE a partir de um recorte do jornal *O Povo*. 2022. 140f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Programa Associado de Pós-Graduação em Antropologia, Centro de Humanidades, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2022.

VERAS, Elias F. *Travestis*: carne, tinta e papel. Curitiba: Editora Appris, 2019.

APRESENTAÇÃO

Onde estão as mulheres e as pessoas LGBTQIA+ na história de Alagoas?

Introdução

Nesta obra, pretendemos responder à pergunta *Onde estão as mulheres e as pessoas LGBTQIA+ na história de Alagoas?* Enquanto a historiografia produzida em/sobre outros estados do país tem produzido, há algumas décadas, estudos sobre as mulheridades[2] (Letícia Nascimento, 2021) e os gêneros e sexualidades dissidentes da cisheteronorma, possibilitando que temporalidades

2 A ideia de mulheridades foi extraída da obra *Transfeminismo* (2021), de Letícia Nascimento, pedagoga negra brasileira, travesti e transfeminista. Queremos, por meio dessa categoria, desnaturalizar e evidenciar os processos de fabricação dos femininos. Apesar das normativas binarizantes, a experiência feminina não é restrita aos corpos de mulheres cisgêneras. Assim, quando o termo "mulher" é utilizado, ele deve ser entendido como parte do vocabulário encontrado nas fontes de pesquisa ou na bibliografia selecionada.

clássicas da história do Brasil (Colônia, Império, República, Era Vargas, Ditadura Civil-Militar, Redemocratização etc.) sejam revistas e reescritas, a historiografia alagoana permanece, ou melhor, permanecia em silêncio (ainda que o curso de História-Licenciatura, da Universidade Federal de Alagoas (Ufal), tenha mais de meio século de existência!).

Como ensinaram as historiadoras feministas e os/as pesquisadores/as LGBTQIA+, os silêncios da história a respeito das mulheridades e das experiências que desordenam a cisheteronormatividade estruturam-se e perpetuam-se por meio de mecanismos político-epistemológicos machistas e LGBTQIA+fóbicos, mais do que por qualquer impossibilidade de construção de uma história/memória imposta pela ausência de acontecimentos ou inexistência de fontes históricas.

Mulheres, mulheridades, mundanas, mariposas, senhoras distintas, escritoras, militantes, comunistas, mães de santo, putas, freiras, criminosas, religiosas; pessoas dissidentes da cisheteronorma, que ao longo do século XX foram chamadas de pederastas, homossexuais, gays, bichas, travestis, lésbicas, transexuais, homens trans, mulheres trans, entendidos, GLS, LGBTQIA+, assim como as normas sexo-gênero-corpo-desejo cisgêneras, transgêneras, heterossexuais, homossexuais, bissexuais, assexuais, pansexuais produtoras de subjetividades e corporalidades, **têm história**!

Nosso interesse por historicizar as experiências dos/as "indesejáveis", termo empregado na imprensa de Alagoas do século XX para se referir às mulheres e aos homens que transgrediam as normas da cidade e do CIStema (Letícia Nascimento, 2021), insere-se em um contexto social, cultural, político, institucional e epistemológico marcado pela emergência da historiografia LGBTQIA+ no Brasil (Joana Maria Pedro, Elias Veras, 2014; Rita de Cassia Colaço Rodrigues; Elias Veras; Benito Bisso Schmidt, 2021; Elias Ferreira Veras; Joana Maria Pedro; Benito

Bisso Schmidt, 2023). Em Alagoas, o aparecimento dos estudos históricos sobre feminismos, gênero e sexualidade dissidentes revela o papel inaugural do Grupo de Estudos e Pesquisas em História, Gênero e Sexualidade (GEPHGS), do curso de História da Universidade Federal de Alagoas (Ufal). Desde 2018, quando criamos o grupo, buscamos escrever essas histórias, nossas histórias na historiografia alagoana.

Tal empreendimento coletivo, político, acadêmico e afetivo dá-se no contexto de diferentes projetos de pesquisa desenvolvidos pelo GEPHGS. Dentre os estudos realizados no âmbito do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic/Ufal), estão: *Corpos aliados e lutas políticas*: resistências LGBT e redemocratização na perspectiva de gênero (1978-1988) e *Os silêncios do discurso*: gênero e sexualidade dissidentes (LGBTQI+) na imprensa de Maceió (AL), na década de 1980, realizados entre 2018 e 2021[3].

Depois de mais de dois anos impossibilitados/as de acessar a hemeroteca da Biblioteca Pública Estadual Graciliano Ramos (BPEGR)[4], localizada no Centro de Maceió, em decorrência do seu fechamento durante a pandemia de Covid-19, retomamos os trabalhos no segundo semestre de 2022, graças à aprovação do projeto *LGBTQIA+ na imprensa de Alagoas (1970-1980)* (Edital Fapeal n. 03/2022 - Apoio a Pesquisas Humanidades)[5].

---

3 Depois de seis anos pesquisando sobres as pessoas LGBTQIA+ na ditadura e na redemocratização, trabalho que originou diferentes produções acadêmicas (TCC, dissertação, comunicações de pesquisas em eventos, relatórios Pibic, capítulos, livros etc.), decidimos nos perguntar: onde estavam as pessoas LGBTQIA+ em Maceió, antes da ditadura, questão que pretendemos responder com o novo projeto Pibic, *LGBTQIA+ na imprensa de Alagoas (antes da ditadura civil-militar-cisheteronormativa)*. (Ciclo 2024-2025).

4 Além do acervo da BPEGR, consultamos ainda o acervo do Arquivo Público do Estado de Alagoas (APA), no bairro do Jaraguá.

5 A partir de setembro de 2023, a mesma pesquisa passou a ser desenvolvida

Como estabelecido na proposta inicial daquele projeto, nosso objetivo era historicizar e problematizar o aparecimento/invisibilidade dos sujeitos LGBTQIA+ (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, queer, intersexo) na imprensa de Alagoas, especialmente nos jornais *Gazeta de Alagoas* e *Jornal de Alagoas*, entre as décadas de 1970 e 1980. Todavia, à proposta inicial, que destacava as experiências LGBTQIA+, incorporamos, ao longo da pesquisa, a preocupação com as mulheridades e os feminismos.

A imprensa aparece como fonte privilegiada para a construção desse conhecimento histórico, uma vez que, quando se trata da história dos feminismos e das pessoas LGBTQIA+, os jornais impressos – sejam os da grande imprensa, sejam os alternativos, aqueles produzidos pelos movimentos sociais (Constância Lima Duarte, 2023a, 2023b; Paulo Souto Maior; Fábio Ronaldo da Silva, 2021) – possibilitaram que os silêncios da história sobre mulheres (Michele Perrot, 2005) e acerca das experiências LGBTQIA+ (Joana Maria Pedro; Elias Ferreira Veras, 2014) pudessem ser questionados e rompidos.

Por meio da análise dos periódicos que circularam na capital alagoana na segunda metade do século XX, especialmente dos dois principais jornais do Estado, *Jornal de Alagoas* e *Gazeta de Alagoas*, historicizamos os feminismos, as experiências feministas e de gênero/sexualidade "fora" da norma cishétero na "Terra dos Marechais". Gênero (Joan Scott, 1995; Joana Maria Pedro, 2005; Judith Butler, 2008), sexualidade (Michel Foucault, 2009) e interseccionalidade (Kimberlé Crenshaw, 2020; Lélia Gonzalez, 2020) foram apropriados como categorias úteis de análise historiográfica.

A ditadura civil-militar, a abertura e a redemocratização do Brasil foram/têm sido as temporalidades mais estudadas nas nossas investigações, ainda que nesta obra sejam abordados al-

---

também no Pibic/Ufal (Ciclo 2023-2024).

guns anos anteriores a 1960. O destaque para o recorte temporal 1960-1980 insere-se no contexto histórico de emergência no país de movimentos sociais, feministas, ditos de "segunda onda" (Soraia Carolina de Mello; Jair Zandoná; Cristina Scheibe Wolff), e LGBTQIA+ (James Green; Renan Quinalha, 2014; João Silvério Trevisan, 2018), dito, inicialmente, "Movimento Homossexual Brasileiro". Na capital alagoana, a União das Mulheres de Maceió (UMMa) (Adrícia Carla Santos Bonfim, 2022; 2024), assim como a União dos Viados de Alagoas (UVA) (Elias Ferreira Veras, 2021), por exemplo, são indícios e efeitos das (im)possibilidades das feministas e pessoas LGBTQIA+ se organizarem politicamente na passagem da década de 1970 para 1980.

Nossas pesquisas contaram com o apoio da Ufal, CNPq e Fapeal, que disponibilizaram, ao longo do desenvolvimento dos projetos citados, bolsas de Iniciação Científica (IC). Por sua vez, os recursos obtidos por meio do Edital Fapeal n. 03/2022 - Apoio a Pesquisas Humanidades, além de uma bolsa IC, possibilitou a produção (gráfica e diagramação, revisão gramatical e ABNT, impressão de cem exemplares) desta obra.

Com este livro, não celebramos somente o amadurecimento acadêmico, político e intelectual do GEPHGS; a formação profissional dos/as seus/suas primeiros/as integrantes, no âmbito da Graduação e do Mestrado em História, e a construção de uma historiografia/acervo documental sobre as mulheridades, os feminismos e as experiências de gênero e sexualidade dissidentes em Alagoas. Com esta obra, que compõe, ao lado de outros trabalhos sobre a ditadura civil-militar, a abertura e a redemocratização[6],

---

6 Ver: LIMA, Aruá Silva; MACIEL, Osvaldo (orgs.). *Ditadura empresarial-militar em Alagoas*: trabalhadores, poder e cultura (1964-1988). Goiânia: Phillos Academy, 2024. SANTOS, Irinéia Maria Franco (org.). *Igreja subversiva?*: agentes e movimentos católicos na ditadura militar, golpe e luta de classes no Brasil. Maceió: Edufal, 2024; ALMEIDA, Anderson da Silva; TAVARES, Marcelo Góes (orgs.). *Pacto de silêncio*: o Golpe de 1964, a ditadura e a transição em Alagoas.

os novos olhares alagoanos sobre esses períodos, celebramos ainda a historiografia produzida nos cursos de Graduação (Licenciatura e Bacharelado) e Pós-Graduação em História (agora, com o Doutorado recém-aprovado!), da Universidade Federal de Alagoas (Ufal), que, no aniversário de 60 anos do Golpe Civil-Militar, lembram-nos o compromisso da história com o fim das violências e das desigualdades, assim como também com a construção de uma sociedade racialmente democrática.

A escrita como lugar de reconhecimento e liberdade

Esta obra apresenta a primeira operação historiográfica elaborada – em forma de capítulo – pela maioria dos/as seus/suas autores/as, representando um rito de passagem para jovens estudantes de graduação e de pós-graduação em História da Ufal/integrantes do GEPHGS. Grande parte dos textos que a constitui foi elaborada como trabalhos de conclusão de curso (Graduação em História/Licenciatura e Bacharelado), enquanto os outros são aprofundamentos de pesquisas desenvolvidas e/ou em desenvolvimento no Mestrado em História/Ufal. São textos criativos e ousados, com as limitações próprias do momento da formação na qual se encontram seus/suas autores/as. Escritas da história, que também são escritas de si, de nós, atravessadas por medos, inseguranças, angústias, superações, orgulhos, sonhos e esperanças, afetos comuns às juventudes LGBTQIA+, muitas vezes ausentes ou não ditos nas operações historiográficas dos/as que deixaram ou esqueceram o lugar de aprendizes.

Construídos sob nossa orientação, os capítulos desta obra foram trabalhados, exaustivamente, ao longo do segundo semestre de 2023 e primeiro semestre de 2024. Nesse período, realizamos encontros semanais – de forma presencial e remota

---

Maceió: Eduneal, 2024. (Volumes 1 e 2)

– com os/as autores/as, para discutir bibliografia, fonte e elaborar o plano de escrita de cada capítulo. A partir de janeiro deste ano, as reuniões foram marcadas pela leitura coletiva dos textos [em construção], prática metodológica que possibilitou trocas acadêmicas, intelectuais, afetivas e revelou que a escrita e a pesquisa histórica podem assumir lugares de reconhecimento e de liberdade.

GEPHGS: um acervo LGBTQIA+ em construção no Nordeste do Brasil

Criado em março de 2018, vinculado ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), o GEPHGS funciona nos cursos (graduação e pós-graduação) de História da Ufal, no Campus A. C. Simões, em Maceió (AL). Na proposta de criação do grupo, lê-se:

> Nas últimas décadas, a história incorporou as categorias gênero (SCOTT, 1990; PEDRO, 2005) e sexualidade (RAGO, 2001; ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007), nas análises historiográficas. Tais apropriações são efeitos de uma série de transformações político-sociais (movimentos feministas e gays, lésbicos e trans etc.) e epistemológicas (estudos pós-estruturalistas, estudos pós-coloniais, *queer* etc.) que, na oficina de Clio, se traduz na constituição de novos objetos, abordagens e problemáticas. O Grupo de Estudos e Pesquisas em História, Gênero e Sexualidade – GEPHGS insere-se nesse contexto de transformações político-epistemológicas e de renovação dos domínios da história.
>
> O GEPHGS pretende ser um lugar de reflexão sobre a produção do conhecimento histórico e as possibilidades/limites dos usos das categorias gênero e sexualidade na

> construção desse conhecimento. Pretende, ainda, ser um espaço coletivo de ação política, na medida em que compreende a importância da universidade e da historiografia na criação de uma sociedade radicalmente democrática.
>
> Dentre os objetivos do grupo estão: possibilitar discussões sobre gênero e sexualidade que sirvam como ferramentas de pesquisa, ensino e extensão; promover estudos e pesquisas em torno do gênero e da sexualidade como categorias de análises históricas interseccionais; contribuir para a formação dos/das discentes, apresentando-lhes outras possibilidades de produção histórica (Elias Veras, 2018, p. 1).

Desde então, o grupo desenvolve uma série de atividades de pesquisa, ensino e extensão orientada por uma perspectiva interseccional (Crenshaw, 2020; Gonzalez, 2020). Ou seja, ainda que, como explicitado na proposta de criação, gênero e sexualidade assumam lugares de destaque na orientação teórico-metodológico-política das produções (cursos, minicursos, discussão de textos, projetos de pesquisa/extensão, pesquisas monográficas e dissertações etc.), o GEPHGS incorporou as categorias raça e classe nas suas abordagens da história.

Assim, para nós, já não é suficiente "introduzir" novos/as/es sujeitos/as/es na historiografia; faz-se urgente problematizar suas posições de gênero, raça, sexualidade e classe, mas também território, geração e etnia, dentre outros dispositivos de subjetivação que, justamente por se constituírem como normas do CIStema (Nascimento, 2021), precisam ser historicizadas, desnaturalizadas, questionadas e transformadas.

Em processo de construção, o acervo do GEPHGS é composto por entrevistas com ativistas gays, lésbicas, travestis e pessoas trans, realizadas pessoalmente ou *on-line* (por meio do canal

do grupo no YouTube e da plataforma Google Meet)[7], arquivos compartilhados por outras pesquisadoras/outros grupos de pesquisa, além de importantes documentos pessoais e institucionais sobre a atuação de ativistas e organizações LGBTQIA+ de Alagoas, nas/das décadas de 1990/2000.

Constituído durante a pesquisa para a obra *Orgulho!*: acervos, memórias e escritas de si das lutas LGBTQIA+ em Alagoas (1990-2023)[8], organizada em parceria com Marcelo Nascimento e Cintia Ribeiro, esses documentos de ativistas e organizações LGBTQIA+ são compostos por atas de criação dos primeiros grupos LGBTQIA+ de Maceió e de outras cidades de Alagoas, dentre elas, Arapiraca e Delmiro Gouveia; por recortes de jornais que registram assassinatos de homens gays, travestis e pessoas trans, destacam as paradas e marchas pela diversidade e informam sobre a atuação por direito, justiça e reconhecimento; por fotografias, fôlderes e cartazes de eventos LGBTQIA+ realizados na capital e nas cidades do Agreste e do Sertão alagoano; e ainda, por entrevistas orais com os/as fundadores/as das primeiras organizações, associações e coletivos LGBTQIA+ do Estado.

O acervo do GEPHGS é formado, principalmente, por registros das matérias, notícias e reportagens publicadas nos principais jornais de Alagoas, *Gazeta de Alagoas* e *Jornal de Alagoas* sobre as experiências LGBTQIA+. O *Jornal de Alagoas* e a *Gazeta de Alagoas* foram os dois periódicos mais lidos e de maior longe-

---

7 Acervo constituído no contexto dos projetos *Existências e resistências homossexuais no Brasil da Abertura*: uma perspectiva de gênero (1978-1988) (Edital CNPq Universal/2018) e *Acervos, memórias e escritas de si*. A obra resultante do primeiro projeto pode ser acessada em: https://www.edufal.com.br/produto/reexitencias-lgbtqia-e-feminismo-na-ditadura-civil-militar-e-na-redemocratizacao-do-brasil. O segundo, por sua vez, prevê a organização de uma coletânea e a produção de uma exposição e um documentário sobre as lutas LGBTQIA+ em Alagoas.

8 Em fase de finalização.

vidade ao longo do século XX. O primeiro, produzido entre 1908 e 1993, constituía os *Diários Associados* criados pelo jornalista Assis Chateaubriand. O segundo, fundado em 1934 e ainda hoje em circulação, faz parte do conglomerado midiático (integrado, ainda, pela TV Gazeta – uma das primeiras emissoras nordestinas afiliadas da Rede Globo – e pela Rádio Gazeta FM) da Organização Arnon de Mello.

Nesses jornais, em diferentes cadernos e seções, identificamos registros sobre as mulheridades, os feminismos e as experiências que, hoje, chamamos LGBTQIA+. Da onipresença masculina na produção dos jornais – as equipes editoriais eram formadas, sobretudo, por homens cisgêneros da elite econômica e letrada de Alagoas – à naturalização e estigmatização das posições femininas restringidas ao lar e ao casamento, por um lado, e ao mundanismo (prostituição) e à criminalidade, por outro, poucas foram aquelas mulheres que escaparam do destino imposto pelas rígidas normas de gênero e sexualidade cisheteronormativos. As histórias e trajetórias de algumas delas são contadas na **Parte 1** desta coletânea, que destaca o aparecimento das mulheres e dos feminismos na imprensa de Alagoas.

Como poderá ser visto na **Parte 2** desta obra, dedicada aos estudos LGBTQIA+, encontramos, nos jornais pesquisados, reportagens, matérias e notas que registram assassinatos, perseguições, prisões, silenciamentos e outras formas de violências, atualmente, denominadas LGBTQIA+fóbicas. Das perseguições aos homossexuais e às travestis que ocupavam praças e ruas da capital alagoana às tentativas de organização política na cidade, temos na imprensa uma cartografia multifacetada dos gêneros e sexualidades dissidentes, as múltiplas formas de violências que lhes foram impostas e as resistências que levaram a efeito.

Se a presença/ausência das mulheres, dos feminismos e das experiências LGBTQIA+ na cidade e na grande imprensa da capital alagoana foi marcada por interdições, censuras, silencia-

mentos e tentativas de apagamento, ela também é sinônimo de lutas por reconhecimento, visibilidade e direitos. Além de registrar e produzir discursos de violência de gênero, sexualidade e raça, sendo ela mesmo um dispositivo de produção de estigmas (Elias Ferreira Veras, 2019), a imprensa também testemunhou e registrou formas de resistências múltiplas, dentre elas, a ocupação dos espaços públicos da cidade, a construção e afirmação pública das identidades de gênero e sexualidade dissidentes, a formação de grupos e associações feministas e LGBTQIA+ e suas lutas por direito e dignidade.

No acervo LGBTQIA+ em construção do GEPHGS, assim como nesta obra, capítulos importantes dessa história são contados.

Considerações finais

Os textos que o/a leitor/a encontrará nas próximas páginas estão atravessados pelos efeitos da pandemia de Covid-19, que afetou, particularmente, pessoas LGBTQIA+ pretas, pobres, trabalhadoras, do Nordeste do Brasil; pela greve nacional nas universidades públicas, que revelou a precariedade na qual as universidades, docentes, discentes e técnicos/as administrativos do país se encontram; pelas violências que seus/suas autores/as vivem cotidianamente; pelas dificuldades de produzir historiografia em um contexto de ausência e limitação de condições mínimas para a realização de pesquisas, ingresso e permanência na universidade. Ao mesmo tempo, os capítulos desta coletânea estão marcados por esperança, sonho, desejo de futuro digno, feliz e livre.

Por um lado, os estudos sobre os/as (in) desejáveis feministas e LGBTQIA+ preenchem uma lacuna importante na historiografia alagoana ao responder à pergunta: *Onde estão as mulheres e as pessoas LGBTQIA+ na História?* Temos uma história! Texto, acervo, experiência que certamente contribuirão para a

construção de uma reserva histórica (Helena Vieira, 2023) sobre nós, em Alagoas, no Brasil. Por outro, eles apontam para uma agenda de pesquisa inaugurada com esta obra. É preciso continuar contando essa nossa história. Continuidade, diversificação e ampliação de temas, períodos, contextos, territórios e fontes.

Celebremos este trabalho interseccional, não somente pelo conceito e teoria que mobiliza, mas, sobretudo, pelos afetos que o movem. Orgulhemo-nos dessa construção coletiva.

Não poderíamos encerrar esta apresentação sem dois gestos políticos constitutivos do GEPHGS: o reconhecimento e o agradecimento. Àquelas/Àqueles que construíram esta história conosco, o nosso obrigado!

Agradecemos:

Às/Aos pesquisadoras/es do GEPHGS, Adrícia Carla Santos Bonfim, Ana Laura da Silva Almeida, Ana Letícia Póvoas de Moraes, Benan Liel de Morais Silva, Bruna Pereira da Silva, Camila Maria Oliveira de Melo, Crislanne Maria dos Santos, Harmie A. da Silva, Isaac Freitas da Silva Filho, Luckah Baby, Nefertiti de Oliveira Souza, Paulo Henrique dos Santos Araújo, Thamyres Jully Ana Ramos Martírio, e aos autores/as convidadas/os, Ana Valéria dos Santos Silva, Antonny Gabriel da Conceição Félix e Francine Leôncio Mendonça de França;

À Dediane Souza e à Alycia Oliveira, respectivamente, pelos textos do Prefácio e da Orelha;

Às/Aos professoras/es dos cursos de História (Licenciatura e Bacharelado) e do Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Universidade Federal de Alagoas (Ufal);

Às/Aos funcionárias/os dos arquivos e acervos pesquisados: Biblioteca Pública Estadual Graciliano Ramos (BPEGR), Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas (IHGAL), Arquivo Público de Alagoas (APA) e Instituto Arnon de Mello (IAM);

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas (Fapeal), pelo recurso obtido por meio do Edital Fapeal n. 03/2022 - Apoio a Pesquisas Humanidades, que possibilitou a produção da presente coletânea;

À equipe da Editora da Universidade Federal de Alagoas (Edufal);

Especialmente, ao pesquisador Luiz Morando, pela revisão (textual de língua portuguesa e normalização bibliográfica segundo as normas da ABNT) e sugestões críticas que contribuíram para o aperfeiçoamento do livro, e ao designer Roger Ferraz, pelo criativo e inspirado projeto gráfico e diagramação desta obra.

Elias Veras agradece ao seu psicanalista, Glauco Rocha. Graças a ele, um tanto dos desejos mobilizados neste projeto foi investido na produção da vida, da amizade e do reconhecimento.

À/Ao leitora/leitor que, a partir de agora se junta a nós, (in) desejáveis, seja bem-vinda/o/e.

É com orgulho e prazer que lhes apresentamos a nossa história!

Elias Ferreira Veras
Roberta dos Santos Sodó

Elias Ferreira Veras é professor dos cursos de História (Bacharelado e Licenciatura) e do Programa de Pós-Graduação de História (PPGH) da Universidade Federal de Alagoas (Ufal). Coordenador do Grupo de Estudos e Pesquisas em História, Gênero e Sexualidade (GEPHGS).

Roberta dos Santos Sodó é mestra em História pela Universidade Federal de Alagoas (Ufal), pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em História, Gênero e Sexualidade (GEPHGS).

Referências

ALMEIDA, Anderson da Silva; TAVARES, Marcelo Góes (orgs.). *Pacto de silêncio*: o Golpe de 1964, a ditadura e a transição em Alagoas. Maceió: Eduneal, 2024. (Volumes 1 e 2).

BONFIM, Adrícia Carla Santos. União das Mulheres de Maceió (UMMa): uma abordagem interseccional das lutas das mulheres cisgêneras na abertura Maceió/AL (1970-1980). 2023. 68 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) - Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2022.

BONFIM, Adrícia Carla dos Santos. União das Mulheres de Maceió (UMMa): uma abordagem interseccional das lutas das mulheres cisgêneras na abertura Maceió/AL (1970-1980). 2022. 68f. Monografia (Graduação em História) - Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2022.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero*: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CRENSHAW, Kimberlé. Mapeando as margens: interseccionalidade, políticas identitárias e violências contra mulheres de cor. In: MARTINS, Ana Claudia; VERAS, Elias Ferreira (orgs.). *Corpos em aliança*: diálogos interdisciplinares sobre gênero, raça e sexualidade. Curitiba: Appris, 2020. p. 23-98.

DUARTE, Constância Lima. *Imprensa feminina e feminista no Brasil*: dicionário ilustrado. v. 1: Século XIX. Belo Horizonte: Autêntica, 2023a.

DUARTE, Constância Lima. *Imprensa feminina e feminista no Brasil*: dicionário ilustrado. v. 2: Século XX: 1900-1949. Belo Horizonte: Autêntica, 2023b.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade*. v. 1: *A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 2009.

GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano*: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GREEN, James; QUINALHA, Renan (orgs.). *Ditadura e homossexualidades*: repressão, resistência e a busca da verdade. São Carlos: EdUfscar, 2014.

LIMA, Aruá Silva; MACIEL, Osvaldo (orgs.). *Ditadura empresarial-militar em Alagoas*: trabalhadores, poder e cultura (1964-1988). Goiânia: Phillos Academy, 2024.

MELLO, Soraia Carolina de; ZANDONÁ, Jair; WOLFF, Cristina Scheibe. *Mulheres de luta*: feminismo e esquerdas no Brasil (1964-1985). Curitiba: Editora Appris, 2020.

NASCIMENTO, Letícia. *Transfeminismo*. São Paulo: Jandaíra, 2021.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. *História*, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 77-98, 2005.

PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da história*. Bauru: Edusc, 2005.

RODRIGUES, Rita de Cassia Colaço; VERAS, Elias Ferreira; SCHMIDT, Benito Bisso (orgs.). *Clio sai do armário*: historiografia LGBTQIA+. São Paulo: Letra & Voz, 2021.

SANTOS, Irinéia Maria Franco (org.). *Igreja subversiva?*: agentes e movimentos católicos na ditadura militar, golpe e luta de classes no Brasil. Maceió: Edufal, 2024.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-94, jul./dez. 1995.

SOUTO MAIOR, Paulo; SILVA, Fábio Ronaldo da (orgs.). *Páginas de transgressão*: a imprensa gay no Brasil. Uberlândia: O Sexo da Palavra, 2021.

TREVISAN, João Silvério. *Devassos no paraíso*: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. Rio de Janeiro: Record, 2018.

VERAS, Elias Ferreira; PEDRO, Joana Maria; SCHMIDT, Benito Bisso (orgs.). *(Re)Existências LGBTQIA+ e feminismo na ditadura civil-militar e na redemocratização do Brasil*. Maceió: Edufal, 2023.

VERAS, Elias Ferreira. "Gay é liberdade": homossexualidades em Maceió (AL) na abertura. In: RODRIGUES, Rita de Cassia Colaço; VERAS, Elias Ferreira; SCHMIDT, Benito Bisso (orgs.). *Clio sai do armário*: historiografia LGBTQIA+. São Paulo: Letra & Voz, 2021. p. 171-184.

VERAS, Elias Ferreira. *Travestis*: carne, tinta e papel. Curitiba: Editora Appris, 2019.

VERAS, Elias Ferreira; PEDRO, Joana Maria. Os silêncios de Clio: escrita da história e (in)visibilidade das homossexualidades no Brasil. *Tempo & Argumento*, Florianópolis, v. 6, n. 13, p. 90-109, set./dez. 2014.

VIEIRA, Helena. "Jango Jezebel", fazendo histórias: onde estavam as travestis na ditadura civil-militar no Brasil. In: VERAS, E. F.; PEDRO, J. M.; SCHMIDT, B. B. (Org.). *(Re)Existências LGBTQIA+ e feminismo na ditadura civil-militar e na redemocratização do Brasil.* Maceió: Edufal, 2023, pp.167-190.

Heroínas por natureza, melindrosas por prazer: uma análise ecofeminista das notícias de cinema no Jornal de Alagoas (1920)

Camila Maria Oliveira de Melo

Para Elias Veras. Em memória de Ana Paula Palamartchuk e José da Silva Oliveira.

Introdução

Em sua obra *O segundo sexo*, a filósofa existencialista francesa Simone de Beauvoir (2020, p. 63) nos diz: "O homem não é uma espécie natural: é uma ideia histórica. A mulher não é uma realidade imóvel, e sim um vir a ser". Assim como Simone, entendo que não existem manuais biológicos inerentes ao homem ou à mulher que descrevem seus papéis na sociedade. Mais do que isso, parto do pressuposto de que os esquemas sociais são mais importantes do que o sexo de nascimento para moldar os destinos individuais e os caminhos da humanidade.

Neste capítulo, analiso alguns anúncios de filmes que estiveram em cartaz nos cinemas de Maceió durante a década de 1920 e os discursos do *Jornal de Alagoas* sobre eles. Quais as relações entre a mídia hegemônica (aqui representada pelo referido periódico), o cinema (aqui representado pelos anúncios do Cinema Odeon e do Cinema Floriano) e a manutenção de estereótipos de gênero relacionados às mulheres, pessoas com útero ou com características consideradas femininas?

Divido o presente capítulo em três seções. Na primeira, analiso a linha editorial do jornal, a fim de entender como e por que as escolhas foram feitas. Em seguida, em "Heroínas por natureza" e "Melindrosas por prazer", problematizo os discursos sobre o feminino na imprensa da capital alagoana. Com o termo *heroínas por natureza* conceituo a figura da heroína, símbolo da mulher do lar e da família no cinema, adentrando a temática da natureza feminina e como essas duas imagens estão interligadas. Já em *melindrosas por prazer*, além de apresentar a figura da melindrosa, símbolo do moderno e, de certa forma, da liberdade no cinema, adentro a temática da erotofobia, como essas duas imagens se interligam e a recepção por parte do *Jornal de Alagoas* a essa nova possibilidade no cinema. O diálogo com o ecofeminismo foi fundamental para a abordagem sobre essas personagens femininas do período.

Por fim, este é um trabalho que dedico com amor a meu amigo Elias Veras, por quem tive o caminho cruzado com grande afeto e quem me guiou até aqui. Dedico também aos que não estão mais conosco: Ana Paula Palamartchuk e José da Silva Oliveira. Paula, grande referência acadêmica e minha sempre desorientadora, como ela gostava de dizer. Seu Oliveira, meu avô, que me deu bases fortes de caráter e me criou com a certeza de que eu podia ser quem quisesse. A vocês, todo meu respeito e agradecimento.

Jornal de Alagoas: um jornal de homens

Fundado em 31 de maio de 1908 pelo então deputado Luiz Silveira (Figura 1, presente na edição de aniversário do noticiário), o *Jornal de Alagoas* esteve sob sua direção até 1933, quando, "por circunstâncias políticas" (*Gazeta de Alagoas*, 2023), foi vendido para outro grupo. Sob nova direção, o *Jornal de Alagoas* seguiu com o mesmo nome até 1993, quando, por fim, fechou suas portas.

A edição de 31 de maio de 1921 diz respeito à comemoração do aniversário do jornal. Por essa particularidade, usaremos esse número para entendermos sobre o perfil do noticiário no início da década. Enquanto as edições comuns possuíam quatro páginas, essa, por ser comemorativa, contava com oito. Houve também uma ampla utilização de fotografias, outro fator que demonstra o investimento feito nessa edição, visto que a utilização de retratos ainda era um recurso caro e, para baratear o custo do noticiário, a escolha por ilustrações era mais comum. Além desses fatores, toda primeira página foi dedicada ao aniversário do jornal.

Figura 1 - Luiz da Silveira, fundador do *Jornal de Alagoas*
Fonte: *Jornal de Alagoas*, Maceió, 31 maio 1921, p. 1. Acervo: APA.

Um grupo da "familia" do JORNAL

Dr. Leonino Corrêa, ex-intendente da capital e illustre advogado do nosso fôro que, sob o pseudonymo de Braziliense Junior, tem sido um dos nossos mais brilhantes collaboradores. Faustino da Silveira, redactor-secretario; Carlos Garrido, um dos nossos mais distinctos, mais scintillantes e mais dedicados collaboradores, o magnifico Z. do Registo Social; dr. Castro Azevedo, operoso e competente secretario da Fazenda, que, como collaborador desta folha, se tem revelado um jornalista de grande valor; dr. Barreto Cardoso, illustrado director da Instrucção Publica, espirito fulgurante de prosador e poeta, a como JORNAL deve valiosa collaboração; Arthur Accioly e Lima Junior, redactores.

Figura 2 - Corpo editorial do *Jornal de Alagoas*
Fonte: *Jornal de Alagoas*, Maceió, 31 maio 1921, p. 1. Acervo: APA.

A Figura 2 apresenta parte do corpo editorial do período: dr. Leonino Corrêa, colaborador que assinava como Braziliense Junior; Faustino da Silveira, redator secretário; Carlos Garrido, responsável pela seção "Registo Social" com o pseudônimo de Z.; dr. Castro Azevedo, jornalista; dr. Barreto Cardoso, "prosador e poeta"; Arthur Accioly e Lima Júnior, redatores. Na seção "Tópicos", presente na oitava página desta edição (infelizmente, não assinada), outros nomes são lembrados:

> O jornal estampa hoje um grupo photographico em que se reunem alguns membros de sua <familia>. São: Leonino Corrêa, sob o pseudonymo de Braziliense Junior - polemista vibrante, que é um dos nossos mais queridos collaboradores; Carlos Garrido, espirito fino de artista, a quem devemos uma acintillante collaboração de todos os dias ; Castro [ilegível] - vigorosa compleição de jornalista e um dos nossos cooperadores mais prezados; Barreto Cardoso, o [ilegível] Zé Pancada que, collaborando

> no Jornal, se tornou uma figura indispensavel ao nosso meio, e mais Faustino da Silveira, Arthur Accioly e Lima Junior, redactores desta. Olha, o nosso desejo foi que a objectiva apanhasse um grupo maior, em que estivessem outros que são da <casa>, dando-nos a sua collaboração valiosa, como Luiz Accioly, Messias de Gusmão, Cassiano de Albuquerque, José Avelino, Cardoso Ayres, Octavio Gomes, Ranulpho Goulart e varios outros igualmente dignos de nossa melhor amisade, não falando nos que estão longe, como Oliveira de Silva, Carlos Rubens, Theotonimo Ribeiro, Gastão Silveira, Lobão Filho, Erico Magalhães e Oscar de Carvalho que nós não esquecemos na data de hoje.
>
> Alegrar-nos-ia ainda mais se a chapa photographica pegasse outros que nos deixaram porem que, estamos certos, continuam a amar-nos como continuam a merecer o nosso affecto: Jayme d'Altavilla, Povina Cavalcanti, Cypriano Jucá, Tito de Barros e mais alguns, donos de intelligencia rutilantes e fascinadoras.
>
> Mas não nos foi dado esse prazer, e nós nos contentamos em affirmar a todos a sinceridade da nossa gratidão pelo proprio auxilio que até hoje nos tem concedido, gratidão que se estende ao publico para quem temos vivido, aos nossos dignos e dedicados operarios e aos intelligentes auxiliares de redacção Salustiano Eusebio de Barros e Luiz de Mello Motta (*Jornal de Alagoas*, Maceió, 31 maio 1921, p. 8).

Há também uma menção honrosa na terceira página, com fotografia em preto e branco de José Magalhães da Silveira, irmão do diretor do jornal, Luiz Silveira.

Uma característica a se observar na exaustiva lista de colaboradores e nas fotografias indexadas é a ausência de nomes e imagens femininas. Roberta dos Santos Sodó (2024) analisa

três periódicos alagoanos – *Revista Alagoana* (1887), *O Feminista* (1902) e *O Rosal* (1903) – , todos com colaborações de mulheres e/ou discussões visando à promoção de um ambiente mais convidativo para aquelas que os liam. O *Jornal de Alagoas* foi fundado em 1908, o que o faz contemporâneo às obras estudadas por Sodó. Não nos parece que a ausência de mulheres no editorial tenha se dado por falta de competência ou interesse, já que existem registros de mulheres exercendo o ofício da escrita em Maceió trinta anos antes da edição aqui analisada.

Além da já comentada ausência de figuras femininas na construção do jornal neste período, ressaltamos também um outro ponto de atenção: a considerável quantidade de doutores em sua redação. Numa realidade onde a taxa de analfabetismo no país chegava a 71,20% (Natália Gil, 2022), o grupo possuía um forte marcador de classe que pode ter sido um fator de influência na escolha das pautas e direcionamentos editoriais.

Gabriela Torres Dias (2018), em sua dissertação *Os intelectuais alagoanos e o Quebra de Xangô de 1912*: uma história de silêncios (1930-1950), traz um panorama sobre a gênese e o desenvolvimento da educação no estado de Alagoas. Em suas palavras:

> Fica claro o verdadeiro contraste na proposta educacional de Alagoas [...] que variava de acordo com as classes sociais. De um lado, à população empobrecida, analfabeta ou semianalfabeta, cabia uma educação precária, mecanicista, no máximo inclinada para o aprimoramento do trabalho braçal. Do outro, voltada para os filhos da elite e da classe média, estava uma educação de melhor qualidade, pois dispunham de recursos financeiros para frequentar escolas particulares dentro ou fora do estado para posteriormente, chegarem à formação superior nas Universidades (Torres, 2018, p. 31).

Ao longo da década, encontramos colaborações femininas pontuais[9], mas, apesar disso, pouco foi modificado estruturalmente. Os periódicos continuaram a levar discussões de interesse majoritário à classe dominante e temas normalmente associados ao universo masculino, além de manter os assuntos relacionados às mulheres como secundários e/ou superficiais.

Heroínas por natureza

O *Jornal de Alagoas* despendeu bastante espaço para as artes. Muitas vezes ocupando a primeira página do noticiário, pautas sobre cinema, teatro e literatura dificilmente apresentavam-se subtraídas das edições. Aqui, olharemos com atenção para o cinema. Antes de adentrar no conteúdo encontrado no noticiário, faz-se necessário o esclarecimento sobre alguns norteadores teóricos que seguirão conosco a partir daqui.

Letícia Nascimento (2021), mulher trans, preta, gorda, professora universitária e ativista transfeminista, em seu trabalho intitulado *Transfeminismo*, apresenta a ideia da *mulher original do feminismo*. Em suas palavras,

> Revisitando as origens do conceito de gênero, é possível perceber que, em sua gênese, embora traga as marcas de cada cultura, restringiu-se, por um tempo, à experiência da mulher cis, heterossexual, branca, de classe média, magra, sem deficiências – que ocupa uma posição superior e de privilégio social, sendo o ideal performativo a ser alcançado por todas as mulheres. Chamaremos, de modo sintético e metafórico, a mulher com as caracte-

9 Em nossas pesquisas, identifiquei no exemplar de 9 de janeiro de 1929 uma coluna da página 3 intitulada "Página feminina". Logo abaixo da chamada há a descrição: "collaboração especial de Cynira Braga para os jornais inscritos no DTD". Infelizmente, não encontrei o significado da sigla DTD.

> rísticas citadas de "mulher original do feminismo". Ela configura-se historicamente como sujeita central nas análises feministas, numa perspectiva universalizante (Nascimento, 2021, p. 21).

Além do entendimento de que neste momento estamos tratando de um perfil específico de mulher, o qual também chamaremos neste capítulo de *mulher original do feminismo*, estamos tratando de um momento específico do cinema. Para entendermos um pouco mais sobre o papel da sétima arte no imaginário popular e na construção do ser mulher dentro deste recorte temporal, nós nos ateremos também às palavras de Carla Miucci Ferraresi de Barros (2016, p. 57-58):

> De meados de 1909 até a eclosão da Primeira Guerra, o cinema passou a ser o lugar privilegiado de veiculação e popularização da heroína, que encarnava o ideal de beleza e feminilidade que servia às mulheres brancas, pertencentes à nascente classe média urbana estadunidense. Além das telas, as heroínas também podiam ser vistas nas chamadas *fans magazines*, *cards*, *posters* e em todo o aparato de divulgação dos filmes, financiado em grande medida pelos próprios estúdios. Essa engrenagem interferia diretamente na performatividade do gênero feminino, já que a figura da heroína reiterava normas que correspondiam aos discursos normatizadores impostos pela sociedade patriarcal, conservadora e heteronormativa, como aquelas ligadas aos papéis sociais da mulher relativos ao casamento, à maternidade e aos cuidados com a família.

Apesar de Carla Barros trazer um cenário referente à virada da década de 1900 a 1910 e aqui estarmos trabalhando com a década de 1920, a comunicação em longas distâncias ainda não era

tão rápida e efetiva, o que nos faz sugerir que as tendências exportadas do norte global demoravam para se fixar nos trópicos. Encontrei fontes com referências ao perfil da heroína no início da década de 1920, indicando que ainda chegavam películas por aqui com esse tipo de personagem, fazendo coro ao discurso de *natureza feminina*.

Sobre a ideia de *natureza feminina*, usarei como referencial teórico o ecofeminismo, teoria que relaciona as opressões aplicadas às mulheres com aquelas empregadas para a natureza. No artigo intitulado "A relação mulher e natureza: laços e nós enredados na teia da vida", Loreley Garcia (2009), professora titular aposentada da Universidade Federal da Paraíba, nos traz um excelente panorama sobre a questão:

> A ideia de natureza surge como realidade separada e subjacente ao homem e não como um nexo no qual a humanidade está inserida. [...] O conceito de humano colocado *fora* da natureza revela uma inversão cultural da realidade natural. [...] Uma das chaves para essa descoberta estaria na identificação da mulher com as formas não humanas *de vida*, originada num mundo primitivo quando o papel reprodutivo exigia que se ocupasse da reprodução da vida, no cuidado com as crianças (inclusive o adestramento para o bipedismo), na produção e preparo do alimento, roupas, cestos, artefatos de cerâmica entre outras funções para manutenção da vida. [...] Observa-se que, geralmente, os homens ocupam-se de tarefas que, não por acaso, têm maior prestígio social e que demandam maior energia ocasional [...]. Além do trabalho incessante com a manutenção da existência, seria a origem da distinção entre trabalho ou obra e labor, trabalho produtivo e improdutivo, trabalho de produção e de reprodução, portanto sem valor (Garcia, 2009, p. 11-12).

Loreley vai nos primórdios da socialização humana em busca de respostas para entender como, apesar das diferenças culturais comuns quando falamos de sociedades diferentes, em distintas regiões geográficas, diversas comunidades atribuíram responsabilidades muito semelhantes às figuras femininas. O que Loreley e outras teóricas do ecofeminismo encontraram foram reforços sobre a ausência de evidências robustas que relacionem diretamente questões biológicas inerentes a um sexo ou ao outro às atividades de cuidado. Como podemos observar, desde o princípio, o que se convencionou chamar de *natureza feminina* não passa de uma questão de comodidade e arranjo social.

Dados os direcionamentos teórico-metodológicos, infiro que não seja errôneo afirmar que durante esse período o cinema foi um importante veículo difusor do conceito de *natureza feminina* tendo como público-alvo *a mulher original do feminismo*: as protagonistas dos filmes – em quem as espectadoras com aquele perfil se espelhavam e gostariam de ser – estavam sempre ligadas a um homem, a uma ou mais crianças e a um lar. Desta vez, apresentadas como *heroínas*, traziam estéticas angelicais, belos vestidos, personalidades dóceis e o amor incondicional pela família. Além disso, as tramas costumavam ter enredos nos quais as protagonistas precisavam passar por certa dificuldade na adaptação à vida adulta. Por vida adulta, entende-se a vida de casada, em que todo esforço e dedicação, apreendidos de maneira heroica e quase santificada, valiam a pena quando as dificuldades eram superadas.

Esse popular estilo de personagem, como retratado na Figura 3, aparecia com o objetivo de camuflar o árduo trabalho por trás das atividades não remuneradas ligadas ao cuidado, fosse com o marido, com os filhos ou com o lar, transmitindo a ideia de que essas eram tarefas não só nobres, mas também inerentes ao sexo feminino.

THEATRO CINEMA FLORIANO

DOMINGO

Um programma da mais alta emoção

A fascinadora, a queridissima, a incomparavel soberana do screen americano.

DOROTHY DALTON

Secundada por um dos maiores artistas da scena muda, o impeccavel Thomas Holding em 7 actos da grande marca Paramount

MALDIÇÃO DE LOUCO

Que é incontestavelmente, uma das obras mais perfeitas e mais intensamente emocionantes nos ultimos tempos apparecidas em nosso ecran.

Maldição de um Louco—Domingo—DORORHY DALTON

A seguir: EM HASTA PUBLICA, 10 actos super extra da Goldwyns Films

Figura 3 - Vida de casada

Fonte: *Jornal de Alagoas*, Maceió, 4 nov. 1920, p. 2. Acervo: APA.

Apesar disso, fora das telas do cinema, as atividades de manutenção da vida seguiam sendo desvalorizadas, não remuneradas e altamente exaustivas. O lento desenvolvimento de mulheres em outras áreas não relacionadas à família e ao lar se deve também, apesar de haver outros fatores, à histórica dupla jornada de trabalho enfrentada por aquelas que optaram por dividir sua energia entre o mundo do trabalho sem abandonar as atividades relacionadas ao seu destino *natural*.

Melindrosas por prazer

A década de 1920 foi marcada por grandes disputas de narrativas e impactantes transições sociopolíticas. Com a ocorrência da I Grande Guerra Mundial e a necessidade de a mulher ser inserida no mercado de trabalho, novos personagens para

o imaginário coletivo precisaram ser criados para que o mundo real seguisse dentro do esperado, apesar da anormalidade. Foi aqui que a *mulher original do feminismo*, até então representada pela personagem da *Heroína* nos cinemas, passou a ter a possibilidade de substituir características arcaicas, ligadas ao modo de vida vitoriano e associado ao século XVIII, para o que estava sendo apresentado pelo cinema sob a ótica de sua nova personagem: a *melindrosa*, ou ainda, a *flapper*. Com características de personalidade marcante, vestimentas confortáveis e modernas, inseridas no mundo do trabalho e do prazer, o perfil da melindrosa, fosse no cinema, fosse na vida real,

> Deixa para traz a heroína e marca um novo modelo de feminilidade ligada aos tempos modernos. Trata-se não só da mulher como consumidora na sociedade de massa, mas de uma mudança na performatividade e no processo de subjetivação, que passou a envolver determinadas experiências identificadas e identificadoras do gênero feminino, que em muitos aspectos, diferenciaram-se das vividas pelas heroínas do cinema, cuja identidade de gênero fora construída em outras bases.
>
> Frequentadoras dos espaços públicos como cafés, cinema e livrarias, flanam sozinhas pelas ruas, fumam e observam vitrines. Independentes, elas têm trabalho e seu próprio salário. Assumem postos de vendedoras de lojas de departamento, cosméticos e moda. São também secretárias, telefonistas e copeiras. Flertam e escolhem o homem que vão seduzir. Usam cabelos curtos, vestidos fluidos e decotados. Sonham em se casar, mas não fazem disso seu objetivo de vida. As *flappers* tornaram-se, assim, veículos de uma mensagem perigosa ao *statu quo* (Barros, 2016, p. 62).

É evidente que tamanha mudança não aconteceria de forma vertiginosa, tampouco seria recepcionada com hospitalidade por todos os setores da sociedade. Os filmes com as *melindrosas* disputavam espaço com os filmes das *heroínas*, o que significa que não houve uma transição harmônica entre esses dois momentos, acontecendo de maneira concomitante.

Ao observar as páginas do *Jornal de Alagoas*, encontrei na seção "Registo Social", na edição de 19 de julho de 1921, a opinião oferecida pelo colaborador Carlos Garrido, sob o pseudônimo de *Z*, sobre o tema:

> Proclamam os maldizentes, os pessimistas, os que só veem a existencia pelo prisma mal e pelo lado pôdre, que o cinema é uma escola de corrupção: expansões sensuaes, beijos, decotes, champanha – o elogio e a tentação da vida alegre.
>
> Não contesto isso com certos films.
>
> O que, porém, não se pode negar igualmente, é que o cinema não raro se torna vehiculo de fortalecimento moral. Depende o descalabro ou o equilibrio das virtudes os mais das vezes, ao meu ver, das proprias tendencias, dos mesmos sentimentos dos espectadores. Uma pellicula com can-cans, num delirio de prazer bestial, pode agradar, não ha duvida, a determinados temperamentos; a outros, provoca repulsa. Emquanto isso, quando se projecta uma fita de enrêdo ingenuo, mimoso, como essa que meia cidade assistiu ante-hontem no Floriano e ainda hontem no Odeon, é um goso feliz, uma dôce impressão de alegria innocente a encher o espirito e de alma confortada que nos faz bem e nos dá animo de viver.

> Não é reclame, porque já passou. Mas expressão sincera que fluctua ainda nestas letras, do agrado e do embevecimento que, nesses dois dias, passou por mais de dois mil corações... - Z. (*Jornal de Alagoas*, Maceió, 19 jul. 1921, p. 3).

Duas características me chamaram a atenção em seu relato: o panorama feito por Garrido a respeito do que foi comentado na cidade com a emergência das melindrosas no cinema e a importante afirmação de que o cinema é uma valiosa ferramenta para a manutenção das engrenagens que mantêm as estruturas morais de pé. Havia, de fato, uma preocupação sobre o impacto que este novo personagem social poderia causar nos arranjos vigentes.

A partir dessa leitura, debruçamo-nos sobre as edições anteriores do *Jornal de Alagoas* em busca dos anúncios dos cinemas citados por Carlos, já que, segundo ele, a primeira exibição do filme ocorreu no Cine Floriano e no dia seguinte ocorreu mais uma no Cine Odeon. O único filme exibido nestes dois cinemas nos dias indicados pelo colunista se chamava *Ladrão por gratidão*. Não consegui encontrar informações sobre o filme se não as que estavam disponíveis no *Jornal de Alagoas*. Optei por analisar os anúncios veiculados no noticiário como fonte principal, sem adentrar no conteúdo do filme em si. A chamada para a sessão do Floriano se fez da seguinte maneira:

> T.C FLORIANO
> AS 6,30 HORAS - Projecções nitidas
> HOJE - 16 DE JULHO
> LADRÃO POR GRATIDÃO
> Uma legitima gloria da scena muda em um film altamente impressionante, ENID BENNET, a graciosa e loira australiana; a artista de linha sempre perfeita nas suas curiosas heroinas, reaparece nos 7 actos de amor e aventuras, norteada pela technica superior da Paramount -

> Ladrão por Gratidão -. Uma pellícula que agrada a todos immensamente. E tambem: Gaumont actualidade, natural (*Jornal de Alagoas*, Maceió, 18 jul. 1921, p. 3).

Para chamar a atenção do público, o Cine Floriano optou por trazer contexto à obra e adjetivos hiperbólicos. Também endereçou a mensagem: trouxe clareza em sua campanha sobre o conteúdo de *heroína* presente na trama. Interessante ressaltar também que, apesar de esse tipo de filme ter um perfil mais conservador, o anúncio não abre mão de apelar para um outro fator: a beleza da protagonista: "graciosa e loira australiana", "sempre perfeita".

O cine Odeon, por sua vez, optou por uma abordagem mais direta: não considerou relevante trazer informações sobre a história que seria contada e focou no que foi considerado mais atrativo: a *deliciosa* Enid Bennet.

Após analisar as três fontes, percebo uma característica em comum: o apelo ao *erótico*. No texto assinado por Z, fica clara a indignação pela acessibilidade através do cinema a conteúdos com "expansões sensuaes, beijos, decotes, champanha – o elogio e a tentação da vida alegre." (*Jornal de Alagoas*, Maceió, 19 jul. 1921, p. 3). Apesar de deixar claro que a película em questão não possuía esse tipo de conteúdo, a necessidade de expor esse contraponto evidencia que havia uma discussão sobre a temática.

Ao analisar os anúncios do Cine Floriano e do Cine Odeon, fica perceptível que essa não era uma simples observação do colunista. Como os cinemas optaram por destacar o erótico na divulgação de um filme do gênero *Heroína*, isso nos sugere que as películas contendo temáticas menos alinhadas a esse perfil já estavam presentes na grade e atraíam um público considerável; de outro modo, não usariam esses recursos na divulgação.

Greta Gaard (2011), ativista ecofeminista e professora da Universidade de Wisconsin-River Falls, em seu artigo "Rumo ao ecofeminismo queer", vai além da relação mulher x nature-

za, que muitas vezes acaba sendo associada ao estruturalismo biológico e à falácia da mulher universal. Segundo ela, "Na raiz do ecofeminismo está a compreensão de que os vários sistemas de opressão se reforçam mutuamente" (Gaard, 2011, p. 198). No mesmo artigo, ela nos traz uma interessante observação: a desvalorização do erótico na cultura ocidental é paralela à desvalorização das mulheres e da natureza.

> O problema da opressão baseada na sexualidade não se restringe ao dualismo heterossexual/queer. Como teóricas/os queer têm mostrado, o maior problema é a erotofobia da cultura ocidental, um medo do erótico tão forte que apenas uma forma de sexualidade é abertamente permitida; em apenas uma posição; e somente no contexto de certas sanções legais, religiosas e sociais. A opressão de queers pode ser descrita de forma mais precisa, então, como o produto de dois dualismos que se reforçam mutuamente: heterossexual/queer e razão/erótico (Gaard, 2011, p. 202).

O texto de Gaard, apesar de neste trecho falar especificamente sobre a opressão de *queers*, foi utilizado aqui pois acredito que ele possa nos ajudar a entender um pouco sobre a postura defensiva de Carlos Garrido através da clara associação das melindrosas ao prazer e ao erótico. Enquanto colunista de um jornal tradicional de grande circulação, tomar partido se fez necessário: como pudemos ver no tópico sobre o *Jornal de Alagoas*, a redação do noticiário era composta apenas por homens de famílias abastadas. Eles escreviam entre eles e para eles. Para quem está no topo da pirâmide, a manutenção do *status quo* é de importância primeira. A figura da melindrosa poderia pôr em xeque a base sólida da família fazendo a mulher pensar que existem outras possibilidades de existência. O medo do erótico

e do prazer feminino pelos setores conservadores da sociedade se fez de maneira tão latente que acabou por sufocar qualquer expressão que ultrapasse as barreiras preestabelecidas pela normatividade.

> A *flapper* não libertou a mulher das normas de gênero, mas antes, foi também resultado de novas experiências, novos processos de subjetivação e performatividade que constituíram parâmetros para a construção de novas normas de identidade feminina. Assim, a mulher moderna cresce acorrentada pelas normas de gênero, mas ao mesmo tempo é por meio dele que se coloca como sujeito no novo cenário citadino. O gênero continuava sendo a prisão do sujeito e ao mesmo tempo seu único modo de fazer sentido no mundo binário e conservador que continuou sendo a modernidade (Barros, 2016, p. 62).

Como Carla nos diz, apesar do rebuliço causado pelas melindrosas durante a década de 1920, o conservadorismo manteve suas estruturas e seguiu promovendo pequenas concessões às mulheres pelas particularidades inerentes ao momento. O acesso ao mundo do trabalho não se deu através do entendimento de equivalência, mas sim pela ausência de homens para ocupar os cargos vagos devido à I Grande Guerra Mundial. O direito à cidade e aos corpos não foi concedido ou conquistado, mas sim uma consequência da saída das mulheres dos lares para ocupar cadeiras em empresas e fábricas. Apesar da figura da melindrosa construída no cinema e espelhada por mulheres do período ter balançado as estruturas sociais da época, assim como a heroína, ela foi muito mais um produto criado pela indústria para a manutenção do sistema do que uma resposta social aos problemas de gênero.

Considerações finais

Este capítulo é fruto de uma longa jornada de amadurecimento dentro e fora dos muros da Universidade. Em 2016, no que seria meu penúltimo ano de faculdade, meu avô, aquele que sempre me apoiou, faleceu. Na última visita que fiz a seu leito, prometi que o que eu viesse a escrever seria dedicado a ele. Sua morte, a instabilidade que veio após ela e as inseguranças que já me assombravam por motivos outros tanto me assustaram que nada mais soube fazer além de fugir. Em vez de escrever, afastei-me da universidade. Quem eu pensava que era? Viver para refletir e fazer refletir não estava dentro das minhas possibilidades de existência.

Em 24 de março de 2023, Paula, minha grande amiga e então orientadora, também se foi. Não para o céu, pois este é um lugar que só é possível ir quem crê que ele exista. Mas sim para a imensidão do desconhecido onde tudo soa mais fluido, divertido e perigoso, como ela era. Em meus delírios saudosistas, vejo-a sentada na mesa de jantar de sua casa à meia-luz, levemente inebriada pela fumaça e pelos longos e calorosos debates em busca de despertar em quem quisesse o sentimento de coragem. Apesar da saída de cena brusca, diferente da inércia que ficou no lugar de meu avô, Paula deu espaço para a ação. Em respeito à sua memória e à intelectual que hoje sou por sua influência, fechar meu ciclo acadêmico se tornou um grande objetivo.

O convite de Elias para compor esta obra foi transformador. Dentre todas as tentativas de autossabotagem, tive que ser humilde e aceitar que não seria perfeito, mas que seria feito. "Entre o ideal e o possível, optemos sempre pelo segundo", ele me disse. Com um prazo curto e uma insegurança avassaladora, revivo a emoção da minha versão aos 17 anos, vendo meu nome na lista de aprovadas no *site* da Comissão Permanente de Vestibular da Universidade Federal de Alagoas (Copeve-Ufal). Nunca

fui tão feliz e senti tanto medo ao mesmo tempo. Dez anos mais tarde, sinto-me tão feliz e com tanto medo quanto naquele dia. Este sonho, que por alguns momentos deixou de ser sonhado, virou realidade. Meu próximo trabalho será assinado como historiadora.

Para construir este material, busquei abrigo no bairro portuário do Jaraguá, situado na capital do estado, especificamente em um de seus imponentes trapiches, o que hoje sedia o Arquivo Público de Alagoas (APA), instituição à qual sou grata por todo acolhimento e suporte. Lá, tive acesso de maneira física a inúmeras edições do *Jornal de Alagoas* da década de 1920. Dentro do que consegui fotografar com o pouco tempo que tive, havia trechos dos anos finais da década de 1920, meses avulsos de anos iniciais, semestres dos intermediários, e todo o ano de 1921. Todo material coletado será devidamente organizado e armazenado nos arquivos do Grupo de Estudos e Pesquisas em História, Gênero e Sexualidade (GEPHGS), além de permanecer com acesso livre e gratuito através do próprio APA.

Camila Maria Oliveira de Melo é graduanda em História - Bacharelado pela Universidade Federal de Alagoas (Ufal) e integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas em História, Gênero e Sexualidade (GEPHGS/Ufal). E-mail: cmilammelo@gmail.com

Referências

BARROS, Carla Miucci Ferraresi de. Das heroínas às *flappers*: o cinema hollywoodiano e a construção das feminilidades (1920). *Fato & Versões - Revista de História*, Coxim, v. 8, n. 15, p. 56-69, 2016. Disponível em: https://periodicos.ufms.br/index.php/fatver/article/view/1966.

BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo*. Edição comemorativa de 70 anos. 5. ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2020. v. I e II.

DIAS, Gabriela Torres. *Os intelectuais alagoanos e o Quebra de Xangô de 1912*: uma história de silêncios (1930-1950). 2018. 157f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2018.

E assim nasceu a *Gazeta de Alagoas*. *Gazeta de Alagoas*. 25 fev. 2023. Disponível em: https://d.gazetadealagoas.com.br/politica/398971/e-assim-nasceu-a-gazeta-de-alagoas.

GAARD, Greta Claire. Rumo ao ecofeminismo queer. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 19, n. 1, p. 197-223, jan./abr. 2011. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ref/a/RvGgdQk5vBZk8Jsp43yStGv/abstract/?lang=pt.

GARCIA, Loreley. A relação mulher e natureza: laços e nós enredados na teia da vida. *Gaia Scientia*, João Pessoa, v. 3, n. 1, p. 11-16, 2009. Disponível em: https://periodicos.ufpb.br/index.php/gaia/article/view/3338/2739.

GIL, Natália. Analfabetismo da população brasileira nas análises de Giorgio Mortara sobre o censo de 1940. *Revista Brasileira de Estudos de População*, Rio de Janeiro, v. 39, p. 1-15, 2022. Disponível em: https://www.rebep.org.br/revista/article/view/2059/1197.

NASCIMENTO, Letícia. *Transfeminismo*. São Paulo: Jandaíra, 2021.

SODÓ, Roberta dos Santos. *"Quando ensaiamos lutar"*: mulheres, imprensa e feminismos em Maceió-AL (1887-1903). 2024. 150f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2024.

"Evas modernas": o movimento de mulheres nas páginas d'O Semeador (Alagoas, 1920-1934)

Francine Leôncio Mendonça de França

O que as mulheres não devem fazer

- Escrever cartas de amor.
- Voltar a cabeça para olhar quem as olha.
- Falar muito e nada dizer.
- Usar vestido demasiadamente curto e decote demasiadamente comprido.
- Rir com o unico fim de mostrar os dentes.
- Perguntar o que não lhe pertence saber.
- Ler romances realistas.
- Amar só para passar o tempo.
- Usar mais de quatro côres no vestido.
- Ficar longas horas em frente do espelho, e deixar a casa ao Deus dará.
- Accender uma vela a Deus e outra ao diabo.
- Commungar pela manhã com devoção e ir á tarde a espectaculos immoraes e à noite aos bailes.
- Gesticular a meudo e teimar sempre.
- Ter dois amores ao mesmo tempo.
- Criticar vinte vezes seguidas.
- Nunca prometter o que não ha de cumprir!

(O Semeador, Maceió, 22 mar. 1927, p. 3)

Introdução

A citação em epígrafe compõe uma série de publicações feitas pelo periódico católico *O Semeador* ao longo da década de 1920, momento de intensificação das ideias de emancipação feminina no meio social e político, às vésperas da aprovação do voto feminino em 1932. Para combater as correntes de pensamento que pretendiam influenciar a ordem social vigente, a Igreja Católica utilizou a imprensa como meio difusor de seus ideais. A Igreja via as mulheres como importantes aliadas na recristianização da sociedade, que se tornava cada vez mais laica com a instalação da República. Por isso, a imprensa católica direcionou diversas publicações que falavam sobre a índole feminina, o voto feminino, o divórcio, a criação dos filhos e a moda, no intuito de informar a mulher cristã ideal.

Desde meados do século XIX, construía-se a imagem da mulher como o "anjo da família", responsável por cuidar dos filhos e da casa, pois entendia-se que sua vida ficaria limitada ao âmbito privado. Aquelas que desviassem desse caminho seriam vistas como mulheres da vida, loucas e fugitivas do cumprimento de suas obrigações naturais. Essa visão foi justificada de diversas formas, entre elas: (a) a *via religiosa*, que sustentou a dualidade entre Eva e Maria. Enquanto Eva desviou-se do caminho certo e colocou Adão no pecado, Maria foi o ideal de mulher perfeita, ao mesmo tempo virgem e mãe; (b) a *medicina*, que justificou uma divisão do trabalho através do sexo. Por esse viés de gênero, mas dito biológico, as mulheres só poderiam ser mães e donas do lar. Os homens deveriam sustentar as despesas da família e tomar parte das questões públicas.

Além da casa, o único lugar que elas poderiam frequentar era a Igreja; lá o seu papel não era muito diferente, já que não poderiam assumir os cargos de liderança, muito menos alcançar as ordens sacras e administrar os sacramentos. Seu papel sempre

foi secundário e sua função era a caridade, a educação religiosa e de apoio ao clero.

A divisão sexual do trabalho é entendida pela Igreja Católica através da doutrina do pecado original. Este teria sido provocado por Eva, sendo ela a culpada pelo sofrimento da humanidade e a desqualificação da mulher para assumir posições de liderança, ao contrário dos homens. Como todas as mulheres são descendentes da primeira mulher criada, todas sofrem com os castigos instituídos a ela: a submissão ao homem e as dores do parto. Logo, a Igreja, na tentativa de idealizar um perfil feminino à sombra da Virgem Maria, criou um objetivo inatingível para as mulheres, já que Maria é ao mesmo tempo mãe e virgem. Consequentemente, isso causaria nas mulheres a busca infindável por estar dentro dos padrões considerados "aceitos" pela sociedade (Silvana Ribeiro, 2000).

Em contrapartida, as mudanças no modo de produção exigiam que muitas mulheres das camadas baixas e médias da sociedade abandonassem o lar para trabalhar fora e complementar a renda familiar, realidade que já era vivenciada pelas mulheres pobres e negras. Entretanto, isso não significava que essas trabalhadoras estavam adquirindo direitos e cidadania por estarem desenvolvendo atividades lucrativas e de manutenção para o capitalismo. Como nos esclarece bell hooks (2018, p. 63), o trabalho não necessariamente liberta as mulheres pobres da dominação masculina, já que não oferece meios de autossuficiência financeira. De fato, são pagos salários inferiores às mulheres e isso impossibilita o crescimento de sua qualidade de vida. A organização das mulheres que buscavam direitos políticos, nos primeiros anos da República, foi fundamental para o primeiro passo em busca de emancipação.

Apesar da desigualdade de gênero remontar a muito antes do surgimento do cristianismo, a Igreja Católica foi um dos principais agentes que contribuíram para a consolidação do

lugar secundário da mulher na sociedade ocidental. Contudo, o estudo da história das mulheres e das religiões nos mostra as relações complexas entres esses agentes. Os desafios experimentados pelas mulheres na esfera do catolicismo não podem ser dissociados dos desafios da esfera do mundo profano (Teresa Toldy, 1997, p. 222).

Neste capítulo, busca-se analisar os discursos da imprensa católica, em Alagoas, através do jornal *O Semeador*, acerca das movimentações de mulheres no contexto nacional e regional por participação mais ativa na vida política e social do país, seja por meio de movimentos feministas ou organizações católicas. Também foram levantados os embates em torno dos usos do termo *feminismo*, visto como um campo em disputa, e as posições do clero local sobre o voto feminino.

A Igreja Católica e o papel das mulheres na sociedade

O Decreto 119-A, de 7 de janeiro de 1890, deu fim ao regime do padroado régio e instituiu a liberdade de crença no país, retirando o *status* da Igreja Católica de religião oficial do Brasil. Apesar da Igreja Católica brasileira e do papa discordarem acerca da separação Estado/Igreja, essa nova configuração foi importante para potencializar o projeto da Santa Sé, já em andamento, de uniformização institucional e doutrinária das igrejas locais, conhecido pela historiografia como romanização e/ou ultramontanismo (reforma ultramontana) (Irinéia Santos, 2019, p. 33). A chamada romanização também se caracterizou pela padronização de procedimentos e posturas que tanto o clero, quanto o laicato, deveriam seguir: atuantes e combatentes.

Tal projeto contou com o apoio expressivo das mulheres, que tiveram uma maior aceitação das novas normas instituídas. Essa aproximação das mulheres com o clero ocorreu graças a algumas mudanças no discurso adotado pela Igreja sobre a

índole das mulheres. Passaram a ser acentuadas as suas qualidades maternas e o seu zelo feminino pela religião, importantes disseminadoras do catolicismo (Ana Paula Martins, 2016, p. 189). Assim, "ao valorizar o papel materno, a Igreja Católica queria, por intermédio da mulher, chegar até à família." (Nadia Guariza, 2003, p. 2).

Essa "feminilização da Igreja", apontada por Maria José Rosado Nunes (1997), consiste: na instalação do culto mariano, em que as características femininas são exaltadas (maternidade, pureza, caridade, devoção); na crescente formação de associações femininas católicas por todo o Brasil; na transformação dos padres em defensores das mulheres contra a violência masculina. Maria José Rosado Nunes (1997, p. 491) afirma que "A incorporação das mulheres pela instituição deu-se em virtude da pretensão de diminuir ou anular o poder do laicato masculino." Os homens, que, em sua maioria, estavam associados às confrarias e irmandades, não participavam das missas e dos sacramentos, especialmente da confissão e da comunhão. Assim, fora do alcance do poder do clero sobre suas ações, tornaram-se um verdadeiro desafio para a reforma que a Igreja objetivava.

Contudo, isso não significava que as mulheres pudessem obter algum tipo de poder por apoiar os padres na empreitada restauradora; pelo contrário, sua posição secundária foi fortificada mediante o fortalecimento da hierarquia eclesiástica e social. Porém, sua inserção nas associações femininas católicas, como a Pia União das Filhas de Maria[10], possibilitou uma abertura para a participação das mulheres na vida pública, desempenhando

10 "A associação da Pia União das Filhas de Maria era um grupo de mulheres leigas católicas as quais tinham por devoção a Virgem Maria. As associadas trajavam sempre uma roupa branca, a cabeça era coberta por um véu e ostentavam no pescoço uma fita azul da qual pendia uma medalha com a imagem de Nossa Senhora. Se reuniam mensalmente e tinham por obrigação ações caritativas." (Ioneide Souza, 2010, p. 1).

trabalhos de caridade, arrecadação de doações e organização de quermesses; consequentemente, atribuindo maior visibilidade para as associadas, atenção que não conseguiam adquirir apenas nas relações sociais e familiares (Martins, 2016, p. 189).

Diante das correntes da modernidade que questionavam o poder da religião na sociedade, a Igreja Católica lançou-se no combate à laicização do Estado e da moral, condenou o liberalismo, o comunismo/socialismo, o positivismo, o feminismo etc. Segundo Irinéia Santos (2019, p. 50), a imprensa católica em Alagoas foi fundamental para a manutenção da hegemonia do catolicismo no estado. *O Semeador*[11], principal jornal católico no estado em circulação desde 1913, levantou as preocupações da instituição religiosa no período e suas implicações no âmbito social, político e cultural.

Em janeiro de 1920, *O Semeador* publicou a matéria intitulada "O feminismo julgado pela philosophia catholica", o primeiro texto encontrado no jornal debatendo sobre o feminismo:

> [...] O Feminismo deve ser collocado no numero dos erros mais perniciosos que affligem o mundo contemporaneo. Seu triumpho causaria irremediaveis desordens, porque arruinaria o plano providencial, substituindo um estado de cousas - si é permittido qualificar de estado a mesma instabilidade. A mulher, dizem, é igual ao homem, questão mal feita, formula vaga de uma excessiva generali-

11 "SEMEADOR, O. 'Diário católico vespertino', publicado em Maceió desde 2 de março de 1913. Sua redação, administração e oficinas ficavam no Palácio Episcopal, pois era de propriedade da arquidiocese de Maceió. Inicialmente semanal, passa a diário, voltando posteriormente a ser semanal. Tinha como lemas: Verbum Dei Non Est Alligatum': 'Sinto-me feliz em suplicar as bênçãos do céu sobre a pena de um jornalista cristão' e 'Deus Pátria e Família". Fundado pelos padres Antônio Valente e Luiz Barbosa e por Franklin de Lima, tendo sido editado, como diário, até 1981, e segundo se afirma, o único diário católico do Brasil.'" (Francisco Barros, 2005, p. 545, tomo 2).

> dade. [...] Não se mudam as leis da natureza. Mas porque essas divergencias irreductiveis, senão porque o homem e a mulher têm u'a missão especial para cumprir. Comprehendam bem, que essas funcções exigem o uso das energias e dos attractivos sociaes que eu assignalo. Existe proporção entre o governo interior do lar domestico: maternidade, educação dos filhos, cuidados domesticos e a natureza feminina; assim como os caracteres proprios da alma do homem designam-a ao manejo dos negocios como aos estudos scientificos, à gestão politica, emfim ao conjuncto dos actos que suppõem a preponderancia das faculdades racionaes sobre as potencias sensiveis. Estas relações harmoníosas revelam claramente o pensamento da Divina Providencia: é preciso respeital-o; com effeito, quando se deixa de observal-o, de chofre surge a desordem; e a desorganisação da familia é a ruina da sociedade. [...] (*O Semeador*, Maceió, 27 jan. 1920, p. 1).

O trecho condenou o feminismo liberal que, de acordo com ele, pretendia desordenar os papéis de gênero, consideradas as funções naturais que cada sexo deveria exercer e conformar-se. Caso fugisse do esquema da divisão sexual do trabalho, fruto da "divina providência", que confinava as mulheres no lar e levava os homens à vida pública, a família estaria condenada à ruína e, consequentemente, toda a sociedade.

O feminismo, como constata Glaucia Fraccaro (2018), desde seus primeiros momentos, foi um campo político em disputa. É recente a ideia do feminismo como um movimento, identificado com a esquerda, de defesa da igualdade de direitos políticos e civis para homens e mulheres. Grupos de diferentes correntes ideológicas disputaram os significados do termo feminismo. Católicos e marxistas se opuseram às ideias do feminismo liberal, que priorizava os direitos políticos individuais e a autonomia das mulheres. Os católicos alegavam que tais objetivos

desviariam a mulher de sua missão divina, como visto acima na citação de *O Semeador*; para os marxistas, questões como o voto feminino constituíam pauta secundária e diversionista na luta de classes (Martins, 2020, p. 99).

Além disso, mulheres e homens que defendiam as pautas de emancipação feminina evitavam se intitular como feministas devido à carga pejorativa que era atribuída ao termo, disseminado, principalmente, pelos meios de comunicação. As feministas eram representadas como mulheres que queriam "ser homens" ou que eram "anti-homens", caracterizadas como feias, histéricas ou com termos referentes à sexualidade, como "sapatão" (Iracélli da Cruz Alves, 2020, p. 24). Por isso, preferiam utilizar expressões como "movimento feminino" e "movimento de mulheres".

No jornal *O Semeador*, podemos observar essa disputa na utilização do termo feminismo e das expressões que substituíam ou rivalizavam com o feminismo. Vejamos o editorial do número 31, de fevereiro de 1920, intitulado "Movimento feminino":

> É este o nome de uma secção d'"A União", jornal catholico que se edita na metropole do paiz. Trata ella da acção feminina e faz a propaganda da "Aliança femenina", ha pouco fundada n'aquella cidade, tendo á frente a grande escritora bahiana D. Amelia Rodrigues, honra da litteratura brasileira e especialmente da mulher patricia. Debatem-se diversas opiniões pró e contra a emancipação da mulher. Opinam alguns que ella deve continuar a ser apenas o anjo tutelar da familia, deixando ao homem o campo aberto sem lhe fazer concurrencia os graves emprehendimentos e nas diversas careiras e empregos. Querem mesmo que se limite somente a ser dona de casa, sem nada entender de artes e litteratura!... Outras querem a completa emancipação da mulher, indo até para as praças publicas fazer propagandas das leis nefastas do maximalismo e do bolscheveismo!... Qual das duas

> opiniões será a melhor? A escolha é bem difficil, pois tudo que tende para o exagero é prejudicial. Na minha humilde opinião nenhuma d'ellas é razoavel. Devemos concordar que a mulher de hoje não é a escrava do tempo do paganismo. O estudo das sciencias para muitas não é desconhecido e rivalisam com o homem em intelligencia e talento. As carreiras espinhosas, os lugares de responsabilidade lhes são accessiveis e os desempenham tão bem quanto o homem. Os inimigos do desenvolvimento intellectual da mulher, julgam-n'o prejudicial por que, dizem elles, fazem-n'a esquecer-se dos deveres domesticos e toma amor ao movimento da rua. Porem, se este desenvolvimento effectuar se a pa da educação christã, ella saberá hamonisa perfeitamente os papeis de serviçal da patria e anjo da familia, quer como filha obediente, irmã dedicada ou esposa carinhosa e mãe extremosa. E para este fim é que foi fundada a "Alliança feminina" sob a bençães de S. Emm. o Cardeal e de diversos prelados brasileiros. Ella destina-se a educar a mulher sob os moldes do Christiamo. [...] Diante de tanta miseria será possivel que permaneçamos de braços cruzados?! Não, é preciso que todos trabalhem na medida de suas forças! E a acção da mulher será uma das mais necessarias e bemfazejas. Li, não me lembro onde, "a mulher pode tudo quanto quer". E talvez assim seja. Com a sua natural meiguice, saberá arrastar mais facilmente, para os pés da cruz, os transviados. [...] Mas para isso, é preciso que eduquemo-la christã e as scientificamente. Já à roda de nós vemos bastantes desatinos! Pouhama-nos em campo, mulher catholica alagoana, e imitemos nossas companheiras de outros Estados, e sobre nós descerão as bençãos do cèo. - F. de M. (*O Semeador*, Maceió, 18 fev. 1920, p. 1).

O texto faz menção à "Aliança Feminina", fundada pela professora e escritora Amélia Rodrigues, em 1919, no Rio de Janeiro,

como exemplo de organização feminina católica militante, que propunha a entrada da mulher no espaço público para defender os interesses católicos e femininos. O autor do texto defende uma mudança gradual na esfera de atuação da mulher, que ingressaria nos cargos concorridos com os homens se sua educação reforçasse a moral católica, na qual deveria acompanhar a mulher durante seu desenvolvimento profissional, sem prejudicar suas funções estabelecidas como mãe e esposa.

O texto conclui fazendo uma convocatória às mulheres alagoanas para seguirem o exemplo de suas conterrâneas e se organizarem para assumir posições mais públicas e utilizar da palavra para a divulgação da moral católica[12].

Por se tratar de um movimento secular e de livres-pensadoras, a Igreja nunca apoiou totalmente o feminismo; porém, não podia ignorar que certas pautas eram compatíveis ao catolicismo social, como: os direitos à propriedade; o reconhecimento da paternidade; a educação; a importância social da mulher ligada às capacidades naturais femininas (mãe, rainha do lar, divulgadora da fé cristã) (Martins, 2020, p. 103). Desse modo, não demorou muito para que os intelectuais católicos começassem a ressignificar o feminismo, dando-lhe qualidades cristãs nas ações das mulheres que contribuíam na sociedade e também na política, criando as primeiras linhas de um feminismo cristão, "um feminismo com Deus". Este deveria rivalizar com o feminismo secular.

É interessante notar o uso do termo "movimento feminino" em vez de "feminismo cristão", preferido pelo clero quando precisava tratar desse assunto, sempre assumindo uma posição cautelosa. Como afirma Ana Paula Martins (2020, p. 107), "A expressão 'feminismo cristão' aparece muito raramente na imprensa católica,

---

12 Essa urgência da associação dos fiéis à propagação da doutrina católica foi postulada na encíclica *Rerum Novarum* (1891), pelo Papa Leão XIII (1878-1902) criando as primeiras bases da teoria do catolicismo social para a intervenção nos problemas sociais (Martins, 2020, p. 100).

em favor de expressões como o 'movimento feminino católico' ou 'ação social feminina'". O objetivo não era cristianizar o feminismo secular, considerado mal e rebelde; e sim criar um feminismo reverso a este: bom, com Deus e que respeitava a ordem.

Com o decorrer da década de 1920, as publicações de *O Semeador* começaram a utilizar o termo "feminismo cristão" quando se referiam às atividades desenvolvidas por associações femininas católicas, como a Pia União das Filhas de Maria do Livramento e a Associação das Mães Cristãs. Essas entidades foram muito atuantes na sociedade com projetos de caridade aos pobres e às crianças carentes, além de desenvolverem trabalhos para a Igreja, limpando e organizando missas e festas. Isso é verificado na publicação de janeiro de 1926, intitulada "Acção do feminismo catholico":

> [...] Deixei em projecto, mas já em vias de realisação uma grande obra de resultados beneficos para a creançada pobre. E' de se esperar que và em progresso, em vista das provas que temos tido em outras emprezas a que puzeram hombros. Haja vista o que já fizeram em prol do jornal catholico local, por occasião de uma kermesse em que trabalhando ao lado das Filhas de Maria do Livramento contribuiram com o seu trabalho e esforço conseguindo só pela sua parte reunir a somma de um conto de réis a um conto e tanto. Ao tempo da grande calamidade que enlutou a cidade o anno atrazado ellas acorrenram solicitas em socorro dos flagellados, onde de porta em porta á cata de esmolas, roupas e mais utensilios para os pobres flagellados. De outra feita, a quando o nosso zeloso Antistite chamou a postos as Filhas de Maria da Capital para trabalharem em prol das Vocações Sacerdotaes todas corresponderam ao appello e sei que uma Filha de Maria do Livramento conseguiu até arranjar um socio benemerito. [...] - Mary (*O Semeador*, Maceió, 11 jan. 1926, p. 1).

CINZAS — Que das alegrias e dos triumphos excepcionaes das gentes que se foram ?
Que da grandeza epica dos heróes de antanho ?
Um silencio de morte, vagando sobre tudo o que passou, ensina-nos a precariedade da presente vida.
E o homem, filho do pó, não se quer convencer de que em pó se há de tornar !
Z.

O Semeador

ESTADO DE ALAGOAS | Maceió—Quarta-feira 18 de Fevereiro de 1920 — ANNO VIII—NUMERO 21

Movimento feminino

E' este o nome de uma secção d'«A União», jornal catholico que se edita na metropole do paiz.

Trata ella da acção feminina e faz a propaganda da «Aliança feminina», ha pouco fundada n'aquella cidade, tendo á frente a grande escriptora bahiana D. Amelia Rodrigues, honra da litteratura brasileira e especialmente da mulher patricia.

Debatem-se diversas opiniões prò e contra a emancipação da mulher.

Opinam alguns que ella deve continuar a ser apenas o anjo tutelar da familia, deixando ao homem o campo aberto sem lhe fazer concurrencia nos graves emprehendimentos e nas diversas carreiras e empregos.

Querem mesmo que se limite somente a ser «dona de casa», sem nada entender de artes e litteratura !..

Outras querem a completa emancipação da mulher, indo até para as praças publicas fazer propaganda das leis nefastas do maximalismo e do bolscheveismo !...

Qual das duas opiniões será a melhor ? A escolha é bem difficil, pois tudo que tende para o exagero é prejudicial.

Na minha humilde opinião nenhuma d'ellas é razoavel.

Devemos concordar que a mulher de hoje não é a escrava do tempo do paganismo. O estudo das sciencias para muitas não é desconhecido e rivalisam com o homem em intelligencia e talento. As carreiras espinhosas, os lugares de responsabilidade lhes são accessiveis e os desempenham tão bem quanto o homem.

Os inimigos do desenvolvimento intellectual da mulher, julgam-n'o prejudicial por que, dizem elles, fazem-n'a esquecer-se dos deveres domesticos e tomar amor ao movimento da rua. Porem, se este desenvolvimento effectuar se a par da educação christã, ella saberá harmonisar perfeitamente os papeis de serviçal da patria e anjo da familia, quer como filha obediente, irmã dedicada ou esposa carinhosa e mãe extremosa.

E para este fim é que foi fundada a «Alliança feminina» sob as bençãos de S. Emm. o Cardeal e de diversos prelados brasileiros. Ella destina-se a educar a mulher sob os moldes do Christianismo.

A mulher educada saberá agir com mais facilidade do que aquella que não tem noção alguma de historia e outros estudos, e que ignora por completo o que se passa pelo mundo afóra !

Os tempos que correm não podiam ser peiores ! Campeia o vicio, a immoralidade nas modas, querendo que retrocedamos para o paganismo, desprezando as advertencias da Igreja ! O espiritismo alastra-se como uma praga e assim tambem todas as outras religiões satanicas !

Diante de tanta miseria será possivel que permaneçamos de braços cruzados ?! Não, é preciso que todos trabalhem na medida de suas forças ! E a acção da mulher será uma das mais necessarias e bemfazejas. Li, não me lembro onde, que «a mulher pode tudo quanto quer». E talvez assim seja. Com a sua natural meiguice, saberá arrastar mais facilmente, para os pés da cruz, os transviados.

Se exercer o magisterio, educará seus alumnos conforme o ensinamento christão: se desempenhar algum cargo, achará sempre occasião para dizer algumas palavras que possam acordar na consciencia a lembrança de um Deus que nos creou, e se ouvir opiniões contrarias saberá com calma rebatel-as e mostrar os erros do contendor. Finalmente, como anjo familiar ella encontrará a cada passo occasião de apontar os erros e de guiar os que a rodeiam á senda da virtude, tanto pelo seu exemplo, como por suas palavras.

Mas para isso, é preciso que eduquemol-a christã e scientificamente.

Já á roda de nós vemos bastantes desatinos! Ponhamo-nos em campo, mulher catholica alagoana, e imitemos nossas companheiras de outros Estados, e sobre nós descerão as bençãos do céo.

F. DE M.

Elixir de Grez
recebeu
a PHARMACIA INDUSTRIAL

Passas Artigo novo e especial, em caixas de madeira e phantasias. Recebeu a Phenix

914 ALLEMÃ
Injecções mercuriaes endovenosas etc.
MEDICINA INTERNA
DR. JORGE DE LIMA
CONSULTAS DAS 12 A'S 16 HORAS
PHARMACIA MATHEUS DE LIMA

Congregação Mariana S. Luiz de Gonzaga

Damos abaixo o resultado da eleição da nova directoria desta Congregação, procedida em sessão de 8 do corrente a qual será empossada no proximo dia 7 de Março:

Augusto Casado de Lima, presidente (reeleito), José Augusto de Lima, vice-dito; Manoel Justino da Silva, 1º secretario, Ignacio Costa Leite, 2º dito; Antonio Lima Buarque, thesoureiro; Aminadab Valente, Bibliothecario; Conselho, Renato Jucá Rego, José Jucá Rego, João Dario Nascimento.

Na sessão referida foram resolvidos diversos assumptos de alta importancia e dentre elles a fundação de uma escola para ás creanças pobres a qual terá funccionamento logo após a posse da nova directoria, já estando para isso nomeados os respectivos professores.

Mais uma vez a directoria desta congregação avisa aos Srs. Congregados que todos os Domingos, ás 7 horas, será celebrado o Santo Sacrificio da Missa, encarecendo o comparecimento de todos ao alludido acto.

O dr. Zeferino Rodrigues d injecções endovenosas, de 914 10$000, e cura febres, syphilis e molestias de creanças.
Consultorio: PHARMACIA LIMA.
Residencia: Rua Santo Amaro—Pajussara.

Morte e ferimentos

O carnaval não deixa de trazer sempre graves prejuizos. Os animos exaltados provocam sempre graves desordens.

Assim é que os clubs dos Morcegos e dos Lenhadores, desavindo-se por questões de rivalidades, terminaram numa sangrenta luta em que foi morto o popular José Padrenosso, director de marcha do primeiro club, havendo muitos ferimentos.

Nas grandes cidades é costume multiplicar-se a guarda nocturna nos dias de grande agitação publica, quaes os do carnaval, o que, se se observasse aqui, talvez não se dessem factos tão lamentaveis.

O crime de Viçôsa

(Continuação)

...sahir ás oito horas da noite, tendo, ella respondente, objectado que a viagem á tarde era mais conveniente, pois a noite era propicia a esses assaltos; que, decidida, afinal, a viagem para ás 8 horas, um cunhado de Antonio Laurindo que havia sahido para trazer o burro que estava preso em um cercado proximo á casa, voltava annunciando haver o burro fugido, offerecendo um outro animal para viagem; que com o seu marido e o negro Candido, iniciou este no animal, proseguiram na viagem; que, ao chegarem ao logar denominado «Poço dos Veados», Candido apressou o animal, adiantando-se da respondente e de seu marido; que, nessa occasião, partiram diversos tiros de uma moita situada á margem da estrada, os quaes attingiram ao seu marido, e, immediatamente, da referida moita saltaram seis individuos que, armados de facas e punhaes, vibraram em seu referido marido e nella respondente repetidos golpes; que ella, cahido ferida, fez-se de morta, emquanto os assassinos acabavam de matar o seu marido; que, nesse momento, tendo o seu marido reconhecido a Antonio Laurindo entre os assaltantes, disse-lhe: Antonio, fui hospede de sua casa e não lhe tendo jamais feito mal algum, como é que você vem matar-me? ao que Antonio Laurindo respondeu gritando para os companheiros: acabem de matar essa peste; que ella respondente, nessa occasião, arrastando-se, refugiou-se no alpendre de uma casa visinha ao local da tocaia e dahi ouvia que estava sendo procurada pelos bandidos que diziam: vamos acabar de matar tambem aquella mulher sendo ella nos desgraça; que, não sendo encontrada, certa de que os bandidos se haviam retirado, dirigiu-se para a estrada onde encontrou seu marido morto e dahi foi em procura de uma casa por onde já havia passado, sendo recolhida pelos seus donos. Perguntada se durante o tempo em que seu marido residiu na cidade de Viçosa houve algum incidente entre o mesmo seu marido e o sr. José Brennand? Respondeu que tempos depois da primeira tentativa contra a vida do sr. José Brennand, este mandou prender ao seu marido em virtude de haver sido avisado pelo soldado Joaquim Luciano de que o seu marido havia tomado parte na referida primeira tentativa;

(Continúa).

Esta provado! Que a nossa casa «Phenix» é a casa do genero que melhor serve aos seus clientes, mantendo sempre novidades. Entregas nos domicilios.

Circular

Recebemos a seguinte:
Muricy, 20 de Fevereiro de 1920.—Illmo Sr.

Tenho a subida honra de communicar a V. S. que nesta data foi installada a Collectoria das Rendas Federaes deste Municipio, creada por Portaria do Exmo. Sr. Ministro da Fazenda, de 11 de Dezembro de 1919. Para a qual fui nomeado Collector e Antonio da Silva Rocha, Escrivão. Aproveito a opportunidade para apresentar a V. S. meus protestos de elevada estima e consideração.

Saúde e fraternidade.
Ildefonso Graça

VENDE-SE uma casa com porta e janella toda de tyjello em terreno proprio, á rua 15 de Novembro, n. 110.
A tratar na mesma rua nº 11.

Na rua do Macena

Acceita-se encommendas de costuras para senhôras, senhorinhas e creanças de ambos os sexos, roupas brancas, enxovaes para Noivas e baptisados: executam-se todos os bordados modernos em vestidos e prendas. A tratar com Maria Miranda na rua 1º de Março 74.

EDITAL
DELEGACIA FISCAL

Para conhecimento dos interessados faço publico que, do 1º de Março vindouro por diante, os pagamentos a serem effectuados por esta Delegacia, obedecerão á tabella seguinte:

PRIMEIRO DIA UTIL — Delegacia Fiscal, Justiça Federal, Força Federal e Officiaes Reformados.

SEGUNDO DIA UTIL — Saúde do Porto, Escola de Aprendizes Artifices, Agricultura Pratica, Consignações e Segunda Linha do Exercito.

TERCEIRO DIA UTIL — Alfandega, Montepio da Justiça e da Fazenda.

QUARTO DIA UTIL — Aposentados, Montepio da Viação, Aprendizado Agricola de Satuba e Ensino Agronomico.

QUINTO DIA UTIL — Montepio Militar da Marinha e da Guerra, Pensões e Meio Soldo.

SEXTO DIA UTIL—Praças Reformadas da Guerra e Magistrados em Disponibilidade.

SETIMO DIA UTIL — Reformados e Asylados da Marinha e Montepio dos Servidores do Estado.

OITAVO DIA UTIL.—Soldo Vitalicio e Serventuarios do Culto Catholico.

DECIMO DIA UTIL EM DIANTE—Material dos Diversos Ministerios.

DECIMO SEGUNDO DIA UTIL—Agentes Fiscaes dos Impostos de Consumo.

Os pagamentos acima serão effectuados das 11 (onze) da manhã ás 14 (quatorze) hora e os que não forem realisados nos dias designados, pelo não comparecimento dos interessados, só terão logar depois do decimo segundo dia util.

As transacções da Caixa Economica começarão no quinto dia util.

No ultimo dia util de cada mez não haverá pagamentos.

Delegacia Fiscal do Thesouro Nacional do Estado de Alagôas, em Maceió, 10 de fevereiro de 1920.

Antonio Gitirana, Delegado fiscal.

CAFÉ ESPECIAL, com brindes e agradaveis brindes. Assucar Refinado, Milho manipulado, Farinha de Trigo. Preços reduzidos
Refinaria Brenando

Collegio S. José
(para meninas)

Reabrir-se-ão, no dia 23 do fluente, as aulas do curso primario e secundario, ... sob a competente direcção de D. Anna Jobim. O collegio que funcciona em vasto predio ultimamente reformado e em perfeitas condições de hygiene. Acceitam-se alumnas internas, semi-internas e externas.
S. Miguel, 6 de Fevereiro de 1920.

Dr. Antonio Tavares
ADVOGADO
Causas civeis, commerciaes e criminaes
Mutange, 12—Maceió

Professor

Fausto Cecambo Maciel, ex-alumno do conhecido professor Arnold Boener da Cambridge Scholl, lecciona inglez, portuguez, algebra e historia natural. Residencia a rua 16 de Setembro nº 45.

Especial café moido
na
PORTA DO SOL
RUA DO COMMERCIO
105 E 107

"Collegio S. João"

Em seu novo predio, no Pharol, reabriu as suas aulas a 2 de Fevereiro passado o COLLEGIO S. JOÃO, sob a direcção dos Revmos. Conegos João Machado de Mello e Durval Góes.

São condições para a adimissão dos alumnos: I

Internos	trimestre	250$000
e joia de		60$000
Semi-internos	Trimestre	180$000
e joia de		23$000
Externos secundarios	5$000 por cada materia	
» primario	10$000 » mez	

Os alumnos internos devem ter correspondente nesta capital e o pagamento de suas pensões deve ser feito em tres prestações, abrangendo a ultima o mez de Novembro.

Drogaria Calmon
Telegrammas: CALMON—Maceió,
Codigos: RIBEIRO e A. B. C. 5 Ed
O mais antigo, o de melhor sortimento e o mais importante estabelecimento de drogas dos estados de ALAGOAS e SERGIPE.
Preços sem competencia

Café Quinado LAVERAN

Deposito: Drogaria GLOBO—O mais importante e mais bem localisado estabelecimento de drogas do Estado de Alagoas—Preços os melhores da praça—Brandão Muniz & Cia.—Rua do Commercio n. 130 - End. telegraphico GLOBO.

Figura 1 - Movimento feminino

Fonte: *O Semeador*, Maceió, 18 fev. 1920. Acervo: IHGAL.

Observamos que mesmo relutante ao uso do termo "feminismo" e às variações de significados que o acompanhavam, as mulheres católicas alagoanas não deixaram de atuar cada vez mais nos espaços públicos, utilizando-se do novo discurso a favor do sexo feminino que o clero começou a propagar no início do século XX e, participando mais ativamente das associações femininas católicas, que formavam um grupo de relacionamentos fora do âmbito privado, podendo assumir espaços de destaque na sociedade. A análise desses textos conservadores abre um leque de possibilidades de interpretações em volta do feminismo, católico e secular que surgiu em Alagoas na recém-república.

O *Semeador* e o voto feminino

Segundo Lilian de Oliveira Rosa (2011, p. 37), as relações políticas estabelecidas pela Igreja com o Estado orientaram-se por um caráter de neutralidade, mas "que não deve ser confundido com a ausência de participação política e consequentemente com uma atitude passiva da Igreja, muito ao contrário". Os prelados, mesmo não lhes sendo permitida a participação direta na política, deviam orientar os fiéis na escolha dos candidatos e informar o posicionamento da Igreja sobre determinado assunto que estivesse em voga. Eles também deviam fazer alianças com pessoas influentes no campo político e com as oligarquias regionais, no intuito de conseguir apoio na defesa dos interesses católicos.

Antes da separação Estado-Igreja, feito da República, as eleições, até 1881, aconteciam dentro das Igrejas, com missas rezadas antes e depois do processo, declarando o caráter sagrado do evento. Os párocos eram responsáveis pelo censo e pelas listas eleitorais (Mônica Karawejczyk; Tatiana Vargas Maia, 2016, p. 93). A Igreja Católica manteve sua influência no campo eleito-

ral mesmo após ter perdido essa tarefa, principalmente entre seus devotos.

No início do século XX, a Igreja Católica participava dos debates em torno do voto feminino; formulando suas posições, que se modificaram ao longo dos anos, num primeiro momento foi contra e depois tornou-se a favor. Durante o pontificado de Pio X (1903-1914), a Santa Sé foi expressamente contra o direito das mulheres de serem eleitoras e elegíveis, utilizando sempre o argumento de que as mulheres pertenceriam apenas ao âmbito privado. Em 1919, Bento XV (1914-1922) declarou-se a favor do voto feminino, momento que se fazia necessária a participação dos católicos na vida política em constante alteração devido à Primeira Guerra Mundial e às mudanças no cenário político brasileiro (Heleieth Saffioti, 2013, p. 168).

A partir disso, muitos membros do clero brasileiro posicionaram-se a favor do voto feminino e deram sustentação aos movimentos sufragistas. Segundo Heleieth Saffioti (2013, p. 140), "Como instituição social, a Igreja Católica tem sofrido transformações que marcam o processo de sua adaptação a um mundo social movente e instável". Todavia, ela não representa uma mudança muito acentuada na questão social que reforça a submissão da mulher ao homem e nutre a mística feminina na qual a mulher tem vocação natural de ser dona de casa e cuidar dos filhos. Como instituição de poder e influência, a Igreja Católica tem atuado para retardar tensões sociais e manter a ordem vigente capitalista, na tentativa de preservar seu *status quo* presente, mesmo que para isso seja necessário sacrificar a doutrina cristã, que muitas vezes entra em contradição com o modo de vida capitalista (Saffioti, 2013, p. 140-141).

O movimento feminista brasileiro liberal foi o que mais ganhou destaque da imprensa na Primeira República e tinha sua principal pauta voltada para a conquista de direitos políticos através do voto. As mulheres que participavam dessas reivindi-

cações eram, em maioria, das classes alta e média da sociedade e que estudaram fora do país, onde tiveram contato com feministas da Europa ou dos Estados Unidos da América, trazendo essas ideias para o Brasil. O sufrágio feminino já era debatido desde meados do século XIX, antes da Proclamação da República, visto que as mulheres solicitavam o seu alistamento eleitoral apoiadas na lei, que não impedia de modo explícito o seu alistamento (Mônica Karawejczyk, 2014, p. 331).

O caráter personalista marcou esse momento do feminismo brasileiro, exaltando nomes como Bertha Lutz[13], principal idealizadora da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino - FBPF (1922), e demarcando narrativas homogeneizantes que nos alertam sobre as relações de poder dentro do movimento, as quais deram visibilidade a grupos que não entraram em combate direto com as normas sociais defendidas pela Igreja Católica. A FBPF buscou manter uma relação próxima à Igreja Católica para ter uma forte aliada na obtenção do voto. Essa relação se deu, nas palavras de Mônica Karawejczyk (2016, p. 98), graças à "atitude estratégica de não confronto com as autoridades" que Bertha Lutz realizava.

Tivemos em Alagoas, como representante desse feminismo, a Federação Alagoana pelo Progresso Feminino - FAPF (1932),

13 "Pioneira das lutas feministas no Brasil, Bertha Maria Júlia Lutz nasceu em São Paulo (SP), no dia 2 de agosto de 1894. Era filha da enfermeira inglesa, Amy Fowler, e do cientista e pioneiro da medicina tropical, Adolfo Lutz. Adolescente, foi completar sua educação na Europa, onde manteve contato com a explosiva campanha sufragista inglesa. Em 1918, em Paris, licenciou-se em Ciências na Universidade de Sorbonne; em seguida, voltou para o Brasil, onde ingressou, através de concurso público, como bióloga no Museu Nacional. Desde seu regresso, aos 24 anos, Bertha tornou-se uma defensora incansável dos direitos da mulher no país." (Schuma Schumaher; Erico Vital Brazil, 2000, p. 106).

marcada pelas figuras de Lily Lages[14] e Linda Mascarenhas[15]. A atuação da FAPF é caracterizada como um feminismo "bem--comportado", alinhado aos ideais liberais da FBPF, que não pretendia romper ou colocar em xeque a sociedade patriarcal vigente, mas procurava conquistar seus objetivos fazendo alianças com os políticos e tendo como principal aliada a Igreja Católica alagoana.

Vejamos uma publicação do jornal *O Semeador*, de 17 de março de 1928, da coluna "Secção Feminina", dedicada ao público feminino:

> O projecto que voltou a ser discutido no Congresso Federal, em fins do anno passado, concedendo á mulher o direito do voto, tem suscitado por todo o Brazil os mais variados commentarios. [...] Os abices encontrados por esse projecto me fazem suppor que o homem receia a concurrencia da mulher na politica - o que aliás se tem dado (diga-se a verdade) relativamente a quasi todas as

14 "LAGES, Maria José Salgado dita Lily Lages (Maceió AL 17/6/1907 - Rio de Janeiro RJ 30/11/2003) Deputada estadual, professora, médica. Filha de José Gonçalves Lages e Maria das Dores Salgado Lages. Formada em Medicina pela Faculdade da Bahia (1931) [...] Como primeira mulher alagoana eleita deputada, ocupou uma cadeira na Assembléia Legislativa, em 1934, pelo Partido Republicano, tendo participado nos trabalhos constitucionais dos títulos sobre maternidade, infância e saúde, no capítulo da Ordem Econômica e Social e, ainda, na legislatura 1935-38." (Francisco Reinaldo Amorim de Barros, 2005, tomo 2, p. 114)

15 "MASCARENHAS, Lindaura Vieira Mascarenhas dito Linda Mascarenhas (Maceió AL 14/5/1895 - Maceió AL 9/6/1991) Atriz, teatróloga, cantora, professora Filha de Manoel Cesário Mascarenhas e Lourença Vieira Mascarenhas. Em 23 de outubro de 1944 criou o Teatro de Amadores de Maceió (TAM). Em 12/10/1955, criou a Associação Teatral de Alagoas (ATA). Fundou, em 1958, e presidiu a Associação dos Cronistas Teatrais de Alagoas." (Barros, 2005, tomo 2, p. 233)

> outras carreiras sociais. [...] Pouco me interessa o direito do voto feminino [...] Não é, pois, meu intuito pleitear a emancipação feminina politica da mulher; entretanto não comprehendo se lhe negue um direito concedido a qualquer cidadão maior de 21 annos que saiba ler e assignar o nome. [...] é inegavel que já ha um bom numero de senhoras brazileiras em condições de collaborar proficuamente na vida politica de nosso paiz, desde que não lhe seja mais vedado o direito eleitoral (*O Semeador*, Maceió, 17 mar. 1928, p. 1).

A declaração acima segue o padrão da posição de cautela adotada pela Igreja Católica em relação ao sufrágio feminino e declara que, mesmo contrário ao movimento, não impede a causa, visto que muitas mulheres da elite e que ocupavam lugares de destaque na sociedade, já seriam capazes de votar. Essa posição adotada pela Igreja dá-se graças à grande quantidade de mulheres que eram engajadas no movimento feminista e ao mesmo tempo eram católicas praticantes. A Igreja não combatia publicamente o movimento sufragista e, em troca, as feministas não atacavam os aspectos dogmáticos católicos que subordinavam as mulheres, evitando que houvesse um esvaziamento nas fileiras do movimento (Simone Costa, 2015, p. 16).

Em contrapartida, encontramos textos que condenavam o movimento feminista e alegavam que a inserção feminina na política traria a ruína da família e a degradação da sociedade. A exemplo disso, a publicação "Agora é perigosa" de 18 de janeiro de 1929:

> Deus me livre que appareça por ahi qualquer dia o voto feminino... Quer-me parecer que será a maior calamidade que pudesse pesar sobre o Brasil. [...] O feminismo ainda não é planta que se pegue bem nos tropicos. Nossas mulheres prendem-se mais aos encantos do lar e teem uma

> adoravel ignorancia dos problemas politicos e das graves questões sociaes. [...] Ora, se o homem até hoje não resolveu o problema brasileiro com todas as suas terríveis complicações, como é que o resolverão milhares, se quiserem milhões de mulheres que obedecem cegamente a esses mesmos homens?... [...] Tratemos de corrigir os defeitos dos homens, preservando as mulheres desse contacto nefasto com a politica de arrelia em que temos vivido no regimen republicano e que não sei até quando irá nem ao que chegará. [...] então, sim, demos-lhes titulo de eleitora e o mais que for possivel nas circunstancias. Agora, de afogadilho, é perigoso. - Soares de Azevedo (*O Semeador*, Maceió, 18 jan. 1929, p. 1).

O autor do texto explica, segundo seus pressupostos patriarcais, que o voto feminino no Brasil ainda não deveria ser permitido, pois as mulheres ainda não estavam educadas politicamente para se envolverem nos problemas da nação, além de que muitas delas se afeiçoavam mais às questões do lar. O autor do texto afirma ainda que muitas que participavam do movimento eram influenciadas por tutores masculinos (esposos, pais) que, por sua vez, não seriam capazes de resolver os próprios problemas que criam na política, muito menos as mulheres.

Segundo Michelle Perrot (2007, p. 151), "de todas as fronteiras, a da política foi, em todos os países, a mais difícil de transpor. Como a política é o centro da decisão e do poder era considerada o apanágio e o negócio dos homens". O campo político é sempre interpretado como "nefasto" e inapropriado à índole feminina, sujeita a ser corrompida. Esse repertório repetido, que durante toda a década de 1920 foi publicado no jornal, evidencia como a Igreja utilizava a imprensa para reforçar o ideal feminino cristão de mãe afeiçoada e dona de casa dedicada.

Podemos ver esse mesmo cenário em outros estados, a exemplo da Paraíba, que vem de uma tradição conservadora, como

Alagoas, e via inicialmente o feminismo e o voto feminino como uma ameaça à preservação da sociedade e da família. Simone Costa (2015), em sua tese sobre o Feminismo e a Igreja Católica na Paraíba (1910-1940), analisa o jornal católico *A Imprensa*, que fez trajetória semelhante à de *O Semeador* nos discursos sobre a índole feminina e sua emancipação. Na década de 1920, o jornal paraibano passou a defender, mas não sem divergências, que o feminismo seria um grande aliado da Igreja se não questionasse os papéis inegociáveis da mulher como mãe e dona de casa. Pesquisas regionais como esta evidenciam um alinhamento da Igreja nacional em relação ao tema, porém destacando as particularidades decorrentes do meio.

A Igreja Católica busca fortalecer-se no meio político. Nos anos de 1932 a 1934, encontramos mais publicações em *O Semeador* que reafirmam a missão das mulheres católicas de exercerem seus direitos eleitorais para assegurar os interesses cristãos. O texto intitulado "Voto Feminino" (*O Semeador*, Maceió, 16 nov. 1932, p. 1) é iniciado com a frase do papa Bento XV – "Nós queremos ver as mulheres eleitoras em toda a parte" – e destacava o embate que seria travado na elaboração da nova Constituição do país, na qual deveriam ser defendidos o ensino religioso nas escolas e a proibição do divórcio[16]. Essas pautas, segundo eles, afetariam tanto a Igreja como a própria mulher e,

16 Em 1932, é fundada a Liga Eleitoral Católica (LEC) a nível nacional, caracterizada como uma "ação política suprapartidária" e visando à participação nas eleições em 1933 para a Constituinte (Adryene Carvalho, 2016, p. 138). As mulheres foram um importante instrumento para o empoderamento da LEC, garantindo a vitória de muitos candidatos alinhados com o programa. O programa da LEC era composto por dez pontos, os candidatos apoiados deveriam defender pelo menos três pontos: "a indissolubilidade do casamento, o ensino religioso facultativo nas escolas públicas e a assistência eclesiástica facultativa às forças armadas." (Wellington Silva, 2008, p. 553). A Constituição de 1934 representou uma vitória da posição católica mais abrangente do que era esperado, os dez pontos foram aprovados.

por isso, não deveriam se abster desse "dever de consciência". O voto feminino fez com que as mulheres passassem a ser vistas como importantes aliadas, sendo incentivada cada vez mais sua participação na política.

Considerações finais

Inicialmente combatidos pela Igreja Católica, os movimentos femininos e feministas que fizeram eco no estado de Alagoas contribuíram significativamente para as transformações na vida das mulheres. Por muito tempo, muitas delas ficaram confinadas a espaços físicos e morais construídos pelo sistema patriarcal ainda vigente em nossa sociedade. Buscou-se resgatar essa história ainda pouco explorada em Alagoas e contribuir para a construção nacional da memória desses movimentos e suas atuações na esfera religiosa.

Os discursos presentes na imprensa católica foram permeados pela ambiguidade do jogo de exclusão e inclusão das mulheres, ora vistas como Eva, ora vistas como Maria, ditando os limites de seus desejos, desde usar uma roupa da moda até em quem deviam votar.

Até o presente, as mulheres ainda compõem a maior parte do público que frequenta as igrejas. Tal fato nos faz questionar o poder de atração que a Igreja Católica exerce sobre as mulheres. Maria José Rosado Nunes (2009, p. 214) destaca que as religiões "não funcionam sempre e em todas as sociedades como forças conservadoras de reforço à subordinação das mulheres". Por sua ação, as mulheres podem construir nesses espaços mudanças sociais e políticas.

Francine Leôncio Mendonça de França é graduanda em História - Licenciatura da Ufal. E-mail: francine.franca@ichca.ufal.br. Pesquisa orientada pela Profa. Dra. Irinéia Maria Franco dos Santos (Ufal).

Referências

ALVES, Iracélli da Cruz. *Feminismo entre ondas*: mulheres, PCB e política no Brasil. 2020. 358f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2020.

BARROS, Francisco Reinaldo Amorim de. *ABC das Alagoas*. Dicionário Biobibliográfico, Histórico e Geográfico de Alagoas. Tomos 1 e 2. Brasília: Edições do Senado Federal, 2005.

CARVALHO, Adryene Araújo de. Igreja Católica e política: um olhar inicial via os processos de ordenação sacerdotais do arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió (1930-1939). *Quæstionis Documenta – Revista do Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió*, ano I, n. 1, p. 134-147, 2016.

COSTA, Simone da Silva. *Feminismo e Igreja Católica*: uma análise sobre a elaboração e práticas discursivas na Paraíba (1910-1940). Recife: O autor, 2015.

FRACCARO, Glaucia Cristina Candian. Uma história social do feminismo: diálogos de um campo político brasileiro (1917-1937). *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 31, n. 63, p. 7-26, jan./abr. 2018.

GUARIZA, Nadia Maria. *As guardiãs do lar*: a valorização materna no discurso ultramontano. 2003. 155f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2003.

hooks, bell. *O feminismo é para todo mundo*: políticas arrebatadoras. Tradução de Ana Luiza Libânio. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

KARAWEJCZYK, Mônica. Suffragettes nos trópicos?! A primeira fase do movimento sufragista no Brasil. *Locus: Revista de História*, Juiz de Fora, v. 20, n. 1, p. 327-346, 2014.

KARAWEJCZYK, Mônica; MAIA, Tatiana Vargas. A Igreja Católica e o voto feminino no Brasil – uma questão de poder e influência. *Coisas do Gênero*, São Leopoldo, v. 2, n. 1, p. 90-104, jan./jul. 2016.

MARTINS, Ana Paula Vosne. Disciplina e piedade: o movimento feminino católico brasileiro no começo do século XX. *Revista Brasileira de História das Religiões*, São Luís, ano IX, n. 26, p. 185-207, set./dez. 2016. DOI: 10.4025/rbhranpuh.v9i26.31717

MARTINS, Ana Paula Vosne. Qual feminismo? Reflexões sobre o feminismo conservador e a escrita militante de Amélia Rodrigues (1861-1926). *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 33, n. 2, p. 95-116, maio/ago. 2020.

NUNES, Maria José Rosado. Freiras no Brasil. In: DEL PRIORE, Mary. *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997. p. 482-509.

NUNES, Maria José Rosado. Religiões. In: HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise; LE DOARÉ, Hélène; SENOTIER, Danièle. *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: Editora Unesp, 2009. p. 213-222.

PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2007.

RIBEIRO, Silvana Mota. Ser Eva e dever ser Maria: paradigmas do feminino no Cristianismo. Comunicação apresentada ao IV Congresso Português de Sociologia, Universidade de Coimbra, 17-19 de abril, 2000.

ROSA, Lilian Rodrigues de Oliveira. *A Igreja Católica Apostólica Romana e o Estado Brasileiro*: estratégias de inserção política da Santa Sé no Brasil entre 1920 e 1937. Franca: [s.n.], 2011.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. *A mulher na sociedade de classes*: mito e realidade. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SANTOS, Irinéia Maria Franco dos. *Imprensa Católica na Primeira República*: uma história social do hebdomadário *A Fé Christã* (Penedo, Alagoas). v. 1. Maceió: Edufal, 2019.

SCHUMAHER, Schuma; BRAZIL, Erico Vital. *Dicionário Mulheres do Brasil*. De 1500 até a atualidade. Biográfico e ilustrado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

SOUZA, Ioneide Maria Piffano Brion de. Construindo identidades: a Pia União das Filhas de Maria e o catolicismo romanizado. *Anais XIV Encontro Regional da Anpuh-Rio Memória e Patrimônio*, Rio de Janeiro, 2010.

SILVA, Wellington Teodoro da. Catolicismo militante na primeira metade do século XX brasileiro. *História Revista*, Goiânia, v. 13, n. 2, p. 541-563, jul./dez. 2008.

TOLDY, Teresa Martinho. As mulheres na Igreja Católica: luzes e sombras ao longo da história. *THEOLOGICA*, 2ª série, Lisboa, v. 32, n. 2, p. 219-245, 1997. DOI: https://doi.org/10.34632/theologica.1997.10800

Manual do ser mulher: o ideário feminino de Neilda Cavalcanti no Jornal de Alagoas (1968)

Antonny Gabriel da Conceição Félix

Introdução

Segundo a lexicografia de Cândido de Figueiredo (2010, p. 1240), um manual é um "pequeno livro. Compêndio; sumário. Ritual" e deriva do latim *manuale*. De forma mais extensa, o dicionário *on-line Oxford* (2024) delimita que a palavra diz respeito, entre outras coisas, a um "livro que orienta a execução ou o aperfeiçoamento de determinada tarefa; guia prático".

Fato é que, ocasionalmente na história, alguns manuais foram, digamos, mais discretos. Dessa forma, apesar de não se apresentarem de tal modo, alguns escritos, feitos em determinadas épocas e para determinados públicos, eram verdadeiros ordenamentos de como fazer ou de como *ser* alguma coisa.

Em meados do século XVIII, por exemplo, o português Ribeiro Sanches publicou a obra *Educação de uma menina até a idade de tomar estado no reino de Portugal* (1754), na qual argumentou que as mulheres até deveriam ter acesso ao mínimo de educação formal, contudo, direcionada exclusivamente para suas tarefas domésticas, como escrever uma carta ou calcular a quantidade de alimentos necessária para a sua família. Ainda no escrito, o autor indica a expectativa de uma vida conventual para as moças, que não deveriam gastar seu tempo enfeitando-se e, tampouco, exibindo-se nas janelas e varandas (Emanuel Araújo, 2004). O ideal era, portanto, ser recatada e dedicada exclusivamente ao lar.

Sanches, assim como outros homens da época moderna, estabeleceram seus respectivos "manuais", ainda que com outros títulos, de como as mulheres deveriam ser e como deveriam se comportar. Alguns séculos depois, parece ter cabido às revistas e colunas femininas desempenharem o papel de ser um "guia prático" de como ser mulher, ditando ideais de aparência e comportamento, como bem observou a historiadora Soraia de Mello (2016) ao analisar a revista *Claudia*. O "Jornal Feminino", coluna escrita por Neilda Cavalcanti para o *Jornal de Alagoas* em 1968, também transparece como um bom exemplo disso.

No presente capítulo, as fontes utilizadas para a análise de tal discreto manual são diferentes edições da coluna "Jornal Feminino", especificamente aquelas publicadas a partir de maio de 1968, quando se tem o primeiro registro, até julho do mesmo ano. Após agosto, a coluna entrou em uma espécie de hiato, retornando somente em 1969 com outra colunista. Em um

primeiro momento, antes de a coluna ser analisada, de forma a exibir um contraponto, serão utilizadas algumas matérias e colunas do *Jornal de Alagoas* escritas por mulheres, também datadas de 1968. Trata-se, portanto, de fontes escritas e de origem jornalística, disponíveis na hemeroteca da Biblioteca Pública Estadual Graciliano Ramos (BPEGR), em Maceió, AL.

Por razão da grafia do sobrenome, a princípio, foram nebulosas as informações acerca de Neilda Cavalcanti. Em melhores termos, ao pesquisar o citado nome na clássica obra *ABC das Alagoas* (2005), houve um total de zero resultado para aquela busca. Coube, então, arriscar a pesquisa por apenas "Neilda", a qual foi sucedida por um único resultado cujo sobrenome era "Cavalcante" – com "e" – e apontava para uma declamadora, atriz e advogada nascida em 1948, em Santana do Ipanema.

A despeito da escrita ligeiramente diferente, havia uma particular crença de que se tratava de uma mesma Neilda. Tal hipótese foi reforçada por algumas matérias *on-line* que noticiaram a morte da advogada e declamadora e que, ao fazerem isso, usaram o sobrenome idêntico ao da coluna. Segundo o noticiário do *Jornal Extra de Alagoas*, Neilda Cavalcanti faleceu no dia 3 de junho de 2020, vítima de Covid-19[17]. Para além de sua formação e atuação profissional nos ramos jurídico e artístico, poucas outras informações foram encontradas sobre a santanense, o que limitou nosso aprofundamento biográfico, especialmente no que tange ao período da vida em que Neilda escreveu a coluna analisada.

Todavia, dentre tantas outras opções, parece ser compreensível a escolha da declamadora para assumir a autoria da coluna feminina, num dos maiores jornais em circulação de Alagoas naquela época. Neilda reunia algumas características favorá-

17 Para consultar a matéria completa, confira https://ojornalextra.com.br/noticias/coronavirus/2020/06/56615-ex-procuradora-de-maceio-neilda--cavalcanti-morre-vitima-da-covid-19. Acesso em: 27 fev. 2024.

veis para a função: tinha experiência com a escrita; advinha de uma família importante e conhecida; circulava entre a classe artística e jurídica; e, principalmente – como ilustrado no conteúdo da coluna, a ser analisado posteriormente –, não parecia ir, em boa parte do tempo, contra os valores defendidos pela ditadura civil-militar (1964-1985), constantemente reproduzidos pelo *Jornal de Alagoas*, alinhado ao regime. Nesse sentido, fica evidente que Neilda, ao escrever o "Jornal Feminino", fazia isso para além de uma simples expressão individual, uma vez que congregou em sua datilografia discursos comuns a muitas outras mulheres de sua época, especialmente aquelas que comungavam da mesma classe social e que puderam, de uma forma ou outra, ter acesso à vida pública.

Por esse mesmo motivo, ao analisar a coluna, é preciso destacar que ela foi endereçada a mulheres com realidades semelhantes à da autora, compatíveis com a imagem do feminino que deveria ser perseguida. Portanto, o ideal de feminino defendido pela coluna podia ser inalcançável para muitas das leitoras – especialmente as pobres e as negras. Para além das instruções de como ser mulher contidas na coluna, serão apontadas também as suas limitações através de uma análise interseccional (Patricia Hill Collins; Sirma Bilge, 2021).

Fruto das calorosas e barulhentas manhãs de pesquisa no centro da cidade, o presente texto é uma investida para entender alguns dos significados atribuídos ao *ser* mulher durante o auge do regime militar. Mais que isso, é resultado das inquietações advindas do contato com a fonte e da curiosidade para saber "o quê?", "por quem?" e "para quem?" da escrita da coluna "Jornal Feminino" em 1968.

Os precedentes da coluna "Jornal Feminino"

Antes que Neilda Cavalcanti e seu ocasional companheiro de dicas de beleza semanais, Dr. Pires, estreassem no *Jornal de Alagoas* com a coluna "Jornal Feminino", outras mulheres já haviam ensaiado alguns pequenos textos ou pontuais colunas para o noticiário. Em outros tipos de páginas e em outras bancas, era inegável a febre das revistas femininas que tinham como grande símbolo a revista *Claudia*, lançada em outubro de 1961 (Soraia de Mello, 2016, p. 102). Ambos os precedentes, alheios ou não ao jornal alagoano, influenciaram no que viria a ser a coluna "Jornal Feminino".

Helena Lundgren, que comandava à época, junto ao marido Robert Harley, a rede varejista Casas Pernambucanas, vez ou outra, escreveu textos de cunho religioso para o *Jornal de Alagoas*. Em 15 de janeiro de 1968, por exemplo, escreveu o texto "As ovelhas tresmalhadas, senhores bispos", no qual exaltou a sua própria fidelidade à religião católica durante a vida. No dia seguinte, em um tom bem parecido, no texto intitulado "Um presente de Reis", Helena reforçou o seu discurso enquanto uma mulher temente a Deus, rememorando a importância da data religiosa.

De acordo com Joan Scott (1995), um dos quatro elementos implicados pelo gênero, enquanto um pilar constitutivo das relações sociais, é justamente a reprodução de signos ou símbolos religiosos com o intento de reforçar valores morais. Neste caso, Helena reiterava tais valores através de seu discurso intrincado aos textos que escrevia para o jornal.

Casualmente, Thereza Alkmin, filha de Assis Chateaubriand, proprietário do conglomerado de mídia do qual o *Jornal de Alagoas* fez parte, escrevia do Rio de Janeiro breves colunas para o folhetim alagoano. Alguns dos textos de Thereza, vinham, inclusive, logo após a coluna do pai, como ocorreu na edição de

11 de janeiro de 1968, quando a herdeira desejou ao presidente Artur da Costa e Silva – o mesmo que, ao fim daquele ano, anunciaria o tenebroso Ato Institucional número 5 (AI-5) – que aproveitasse os ares da serra em Petrópolis, onde passaria férias (*Jornal de Alagoas*, Maceió, 11 jan. 1968, p. 4).

Aparentemente, Thereza não apenas fazia votos de boas graças ao segundo presidente da ditadura civil-militar, como também compactuava e defendia publicamente as medidas econômicas do regime cujo pai era um ferrenho apoiador, o que se traduziu nos posicionamentos de seus jornais. Quatro dias depois da matéria citada anteriormente, a colunista publicou mais um texto, dessa vez intitulado "Exportar é progredir" (*Jornal de Alagoas*, Maceió, 15 jan. 1968, p. 4), momento em que defendeu a política de exportação e apresentou-a como um caminho para o progresso do país.

Há, contudo, pelo menos mais uma escrita feminina nesta equação. Rachel de Queiroz, ilustre escritora e jornalista cearense, também esteve imbuída na escrita de alguns textos para o *Jornal de Alagoas*. A relação dessa romancista com o regime civil-militar, todavia, não parece ter sido sempre em bons termos. Apesar de ter apoiado e colaborado com o golpe militar de 1964 (Natália Guerellus, 2015), em 22 de fevereiro de 1968, Rachel assinou o texto intitulado "A censura", no qual fez críticas à escolha dos censores, uma vez que o general chefe da Censura Federal, dias antes, havia feito "declarações injuriosas" a duas atrizes de teatro.

> Já que se considera indispensável haver censura, porque então meu Deus do céu, não se entrega essa censura a quem tem habilitações para a exercer? [...] Faz muitos, muitos anos que trabalho com imprensa nesse país [...] e até hoje, nessas guerrilhas nossas vitórias são apenas ilusões. Eles cedem terreno quando a pressão é forte. [...] E começa tudo de novo - com outras peças, outros ar-

> tistas, outros atores, porque os de hoje, desanimados, já largaram o ofício. A censura, porém, é que não larga o seu (*Jornal de Alagoas*, Maceió, 22 fev. 1968, p. 2).

Mesmo que momentâneo, tal desapontamento da jornalista com o regime civil-militar demonstra que em 1968, mesmo com uma censura política aos noticiários (Maria Aquino, 1990), a imprensa em vigência, na forma de escrita feminina publicada no periódico alagoano, também serviu para fazer críticas à ditadura civil-militar.

Nota-se que tanto Thereza, quanto Helena escreviam do Sudeste e seus textos não versavam necessariamente sobre o "universo feminino", muito menos sobre o contexto das mulheres em Alagoas. Juntas a Rachel, eram mulheres brancas de uma elite intimamente ligada à ditadura civil-militar. Neilda, embora escrevesse de fato de Alagoas, não se diferenciava muito das supracitadas e, talvez por isso, tenha angariado seu pequeno espaço nas páginas do jornal.

Por outro lado, a estrutura e característica da coluna faziam referência a algo bem diferente dos textos jornalísticos, remetendo diretamente às famosas revistas femininas. Tomando como exemplo a revista *Claudia*, são inúmeras as similaridades entre esta e a coluna de Neilda. As incontáveis dicas de beleza, as diversas referências ao casamento e o reforço contínuo ao ideal de mãe e dona de casa nos fazem crer que a declamadora alagoana foi uma das leitoras da revista feminina de maior circulação e tiragem do país (Soraia de Mello, 2016, p. 293).

Mesmo que em doses homeopáticas, tanto a revista quanto a coluna, em meio à maré constante de conteúdos conservadores, apresentaram subterfúgios que possibilitaram o ensaio de outros discursos, como, por exemplo, o da profissionalização feminina, do qual trataremos na última seção.

Manual do *ser* mulher: o ideário feminino de Neilda Cavalcanti

Em Alagoas, o quinto mês do ano de 1968 trouxe algo distinto que certamente saltou aos olhos dos leitores e das leitoras de um dos maiores jornais em circulação do estado: a estreia de uma coluna diária exclusivamente dedicada às mulheres, escrita por uma mulher e intitulada "Jornal Feminino". Se antes pouco das particularidades delas era exposto no *Jornal de Alagoas*, resultado de correlações de força e disputas de gênero (Joan Scott, 1995) na sociedade alagoana do período, a coluna assinada por Neilda Cavalcanti aparecia então como uma oportunidade de descortinar o "universo feminino" no noticiário[18].

Partindo em direção às edições do "Jornal Feminino", é possível afirmar que a coluna escrita por Neilda tratava, na maior parte do tempo, de assuntos de um mesmo universo: cuidados e dicas para a pele, dicas de culinária, dicas de penteado, dicas de vestuário etc. O ciclo repetia-se por dias a fio, até que alguma temática distinta, o que será analisado na próxima seção, atrapalhasse essa constância.

18 Pesquisas historiográficas mais recentes têm dado conta de desbravar as edições do *Jornal de Alagoas* anteriores à década de 1960, lançando luz em outras colunas possivelmente endereçadas ao público feminino. Todavia, a estreia do "Jornal Feminino" em 1968 é dotada de particularidade pois, para além de ilustrar o "universo da mulher" – de forma muito semelhante às revistas femininas da época –, em determinado momento a coluna também serviu ao propósito de difundir o discurso da profissionalização feminina. Tal pauta, além de diferenciar o *Jornal Feminino* de outras colunas femininas, demarca o período histórico em que esta foi escrita, uma vez que nesse período a profissionalização feminina começou a ser divulgada com maior recorrência na imprensa brasileira.

JORNAL feminino

A limpeza da pele é importante, para quem quer ter uma cutis limpa e macia

Figura 1 - Conselhos de beleza
Fonte: *Jornal de Alagoas*, Maceió, 29 maio 1968, Jornal Feminino, p. 3. Acervo: BPEGR.

Tal abordagem, no que diz respeito aos temas retratados pela colunista, muito rememora as revistas femininas da década de 1950. A historiadora Carla Bassanezi (2004), ao escrever sobre as "mulheres dos anos dourados", atenta para a importância de revistas como o *Jornal das Moças* e de seções voltadas às mulheres, como a que esteve presente na revista *O Cruzeiro*. Enquanto fontes, elas auxiliam na delimitação de quais eram considerados os "assuntos femininos" na imprensa do período.

Nos conselhos, nas opiniões e imagens que circulavam nesses impressos, a "essência feminina" era definida de acordo com

os valores de gênero, raça e classe vigentes. Logo, ser mulher, naqueles tempos, era um sinônimo de ser mãe, esposa e uma dona de casa dedicada. Já nos anos 1960, a coluna "Jornal Feminino" parecia continuar, em grande parte do tempo, reforçando tal essência cisheteronormativa (Letícia Nascimento, 2021) e confluindo com os valores morais da ditadura civil-militar.

Em 12 de maio de 1968, por exemplo, Neilda Cavalcanti dedicou a coluna para ensinar a suas leitoras "Uma Batida de Laranja Especial". Ela iniciou a edição escrevendo que "o engraçado no Dia das Mães é que ela mesma é quem vai para a cozinha, fazendo bolos e pratos especiais." (*Jornal de Alagoas*, Maceió, 12 maio 1968, Jornal Feminino, p. 3). Antes do fim da edição, a colunista ainda argumenta que a melhor forma de homenagear uma mulher é ajudando-a na cozinha, para que "ela se sinta efetivamente a rainha do lar" (*id.*).

Ditas soberanas dos próprios reinos domiciliares, não parecia haver tanto poderio para as mulheres fora deles. Quando o comportamento fora de casa foi tema da coluna, em 27 de junho de 1968, Neilda Cavalcanti recomendou que as leitoras adotassem uma "gesticulação sóbria" (*Jornal de Alagoas*, Maceió, 27 jun. 1968, Jornal Feminino, p. 3), isto é, que fossem comedidas, falassem serenamente e evitassem acenar para as outras pessoas enquanto andavam na rua. A caminhada, inclusive, deveria seguir certa naturalidade, já que determinava "[...] não somente o seu estado psíquico, como também a sua educação" (*id.*). Por fim, as moças deveriam evitar andar de braços dados com um cavalheiro durante o dia; tal contato em público era reservado às noites.

As regras de socialização também valiam para as ligações telefônicas, pois sim, até a forma como as senhoras comportavam-se após discar número por número e serem atendidas tinha sua norma ideal especificada no discreto manual. Em 18 de junho de 1968, na edição intitulada "Como bem usar um te-

lefone", a coluna elencou cinco regras indispensáveis para fazer um uso adequado do aparelho:

> 1 - Jamais passe horas conversando no telefone, que foi feito para assuntos rápidos.
>
> 2 - Jamais discuta problemas íntimos ao telefone, sobretudo se o aparelho tem extensão.
>
> 3 - Jamais passe "trote" para quem quer que seja, pois isto demonstra um mau comportamento e você será forçada a escutar respostas pouco elegantes.
>
> 4 - Jamais se excede (*sic*), caso não disponha de telefone e use o do vizinho, em chamadas intermináveis.
>
> 5 - E, finalmente, uma recomendação: Uma senhora só deve atender um telefonema se sabe com quem vai falar (*Jornal de Alagoas*, Maceió, 18 jun. 1968, Jornal Feminino, p. 3).

De todo modo, ser uma dona de casa prendada e comportada – dentro e fora da privacidade do lar – era apenas um dos ideais a serem perseguidos pelo ideário estabelecido por Neilda. Cuidar-se, parecer sempre bem-vestida, bela e, certamente, magra, também era preciso. O espaço da coluna foi utilizado em 23 de maio para noticiar com entusiasmo o bem-sucedido regime da princesa da Holanda, Beatriz, que havia perdido quinze quilos. O corpo da mulher magra aparecia como um requisito feminino dos mais reforçados e difíceis de ser alcançado. São muitos os exemplos das outras premissas a serem seguidas pelas leitoras do "Jornal Feminino".

No dia 21 de maio daquele ano, a colunista elencou "Alguns penteados para todos os dias". As modelos das fotos presentes na coluna, exibindo seus penteados, eram todas brancas. Os fios de seus cabelos estavam totalmente alinhados ou milimetricamente encaracolados.

Jornal Feminino

ALGUNS PENTEADOS PARA TODOS OS DIAS

Com o atropêlo do ritmo de vida moderno, nem sempre se tem tempo para ir regularmente ao cabeleireiro. Então, é necessários improvisar.

Sugerimos aqui três modelos cuidadosamente selecionados. Escolha um deles, de acordo com seu gôsto e seus cabelos, pois são todos fáceis de executar e muito modernos.

Para as louras, lisos, com as pontas voltadas para cima, dando um ar brejeiro e juvenil ao rosto.

Os cachinhos tão em moda, num feliz arranjo, para quem tem cabelos anelados.

Uma sugestão de Sagrillo para você, que tem seus cabelos longos e não quer cortá-los. Prenda-os na nuca, com laços de veludo para tôda hora. Com fivelas de "strass" para ocasiões mais formais, caindo em pontas cacheadas.

Figura 2 - Penteados

Fonte: *Jornal de Alagoas,* Maceió, 21 maio 1968, Jornal Feminino, p. 3. Acervo: BPEGR.

Junto ao seu companheiro ocasional de coluna, Dr. Pires, Neilda deu, no dia seguinte, "Conselhos de beleza preparados para mudar a pele do rosto". Quase um mês se passou e, em 16 de junho, era a vez de dar uma dica de vestuário: a aposta deveria ser no "gostozinho", um vestido moderno, sem mangas e de cores variadas, todavia, longo.

Mas as dicas de indumentária não ficaram restritas aos momentos de lazer ou divertimentos. Ao retornar a maio, mais especificamente no dia 30, vemos a colunista exibindo possíveis modelitos para as mamães prestes a encontrarem com a "cegonha". Em 29 de julho, o tema retornou e Neilda escreveu sobre "a moda da futura mamãe". No momento de espera para o nascimento do bebê, o que marcaria a consolidação de uma família completa (pai, mãe e filho(s)), também era importante estar bem-vestida.

A propósito, por falar em tal arranjo familiar, foi possível notar uma constante propaganda do modelo de família que hoje compreendemos como cisheteronormativa nas edições da coluna. Em 6 de junho, por exemplo, todo o canto superior direito da terceira página do *Jornal de Alagoas*, espaço que, via de regra, era destinado à coluna de Neilda, ilustrava exatamente a configuração citada anteriormente, com pai, mãe, filho e filha apreciando o momento do almoço. Todos eram, obviamente, brancos.

Matérias mais sutis também reforçaram os princípios da maternidade que deveriam ser seguidos pelas leitoras. Em 19 de junho, a colunista sugeriu "dois modelitos para sua filha"; em 11 de julho, discorreu sobre "a moda jovem", estampando algumas crianças na coluna. Em 18 de julho, falou sobre "modelinhos exclusivos da coleção inverno infantil". Decerto, como não se tratava de uma coluna infantil, tais dicas eram direcionadas exclusivamente às leitoras e, naturalmente, esperava-se que essas também fossem mães.

Defender a família "tradicional" e o desempenho efetivo do papel materno em plena ditadura civil-militar, com a circulação de padrões morais a serem seguidos, é sinal da proximidade do discurso empreendido pela coluna com a ditadura. Como adverte Soraia de Mello (2019, p. 80), havia a disseminação da "[...] ideia de que a família não tradicional criava jovens comunistas, inimigos do regime. Em especial aquelas famílias em que as mães não se dedicavam integralmente aos filhos e ao marido". Ficam visíveis, portanto, não somente as influências sociais e culturais que, assim como as revistas, afetaram a coluna "Jornal Feminino" no desenvolvimento de um discreto manual para as mulheres, mas a própria conjuntura política do período.

JORNAL feminino

Neilda Cavalcanti

A família está reunida. Logo é hora de almoço. O almôço em família deve ser simples como são simples as coisas em família.

Figura 3 - A família ideal

Fonte: *Jornal de Alagoas*, Maceió, 8 jun. 1968, Jornal Feminino, p. 3. Acervo: BPEGR.

Fuga possível? O discurso da profissionalização feminina no "Jornal Feminino"

É preciso sublinhar que, a despeito do reforço das normas de gênero vigentes na época em que a coluna foi escrita, o "Jornal Feminino" apresentou uma série de edições que fugiram, pelo menos parcialmente, do discurso conservador predominante. A indagação da historiadora Soraia de Mello (2017, p. 215) sobre "[...] até que ponto as revistas para mulheres são tão conservadoras" nos provoca a deslocar tal questionamento e, analisando as edições especiais da coluna, refletir: até que ponto o "Jornal Feminino" era tão conservador?

Entre junho e julho de 1968, junto a diversas convidadas ou "focalizadas", como preferia chamá-las, Neilda utilizou-se do espaço da coluna para defender a profissionalização feminina e, de certa forma, a entrada das mulheres na vida pública. Antes de adentrarmos em tais propagandas liberais sobre o trabalho feminino, vale mencionar que é, no mínimo, interessante que a primeira dessas entrevistas tenha ocorrido somente um mês após a estreia da coluna no noticiário alagoano, quando as coisas, aparentemente, já estavam "fluindo". Naquele momento, talvez já fosse possível adicionar uma página ao manual em processo de construção, relacionando mulher e trabalho.

Se até aqui a coluna havia seguido exemplarmente a cartilha moral da ditadura civil-militar, ao lançar mão do discurso da profissionalização feminina, ela iniciou um processo mais singular de confecção do próprio ideário, uma vez que o trabalho feminino exercido fora de casa era visto negativamente pelo regime (Soraia de Mello, 2019).

No décimo sexto dia de junho, Cavalcanti iniciou uma edição especial da coluna que tinha como "focalizada" a professora de música Venúsia Melo com a frase: "Ensinar é fazer exercer o homem dentro de sua personalidade" (*Jornal de Alagoas*, Maceió,

A MULHER E O MAGISTÉRIO

Venúsia Melo, é a focalizada de hoje no JORNAL FEMININO.

"Ensinar é fazer exercer o homem dentro da sua personalidade".

Trazemos hoje para as queridas leitoras uma personalidade alagoana tão conhecida no campo da música. Inicialmente indagamos sôbre a sua vida.

Minha vida é simples e clara: nasci num lar feliz e organizado, com um pai bom e compreensivo e uma mãe amorosa e perfeita.

Ainda muito jovem, aos 12 anos de idade, resolvi ensinar a um grupo de crianças, as noçãinhas musicais em combinação com o instrumento que começava a dedilhar com quase facilidade, o piano. Veio o entusiasmo, senti que algo de maravilhoso acontecia em mim quando estava ao lado de uma criança ensinando as primeiras noticias musicais.

Como se sentiu atraído pelo magistério?

Amadureci e compreendi que tinha nascido para o magistério e fui procurando estudar sempre e sempre para que pudesse ir transmitindo aos jovens, não a perfeição, mas, um pouco melhor dos meus conhecimentos.

— Como se sentiu atraída trabalho ao lar?

Casei-me com um homem extraordinário, tenho filhos adoráveis, genro e nora maravilhosos e sempre soube unir a vida do lar ao da minha escolinha de música sem prejudicá-los.

Hoje vivo, sinto-me feliz e realizada.

Fisicamente sente-se jovem?

Espiritualmente sinto-me jovem como se o tempo fosse renovando e alimentando meu espírito com a juventude e a exuberância dos meus queridos e jovens alunos.

Quantos anos de ensino?

27 anos de dedicação e amor a mocidade musical. Dando tudo sem querer nada para mim. Porque a medida que nos amamos, nós participamos da felicidade.

Que me fala sôbre ensinar?

Acho que ensinar significa, desenvolver os jovens para a sociedade e para o seu "EU". E fazer crescer o homem dentro da sua personalidade para poder o indivíduo vencer e entrar com bastante desembaraço e segurança no meio social.

Qual a primeira tarefa do professor?

A primeira tarefa do professor, será a de conhecer o seu aluno em todos seus aspectos, tanto físico, como espiritual, procurando descobrir os seus pontos positivos e negativos.

Qual a atuação do mestre?

O mestre tem que atuar benéficamente junto ao aluno, cabe a êle, dentro de seus princípios profissionais, criar com o aluno um ambiente de camaradagem e não uma barreira de posição. A ação do professor depende do temperamento de cada um.

Em que se resume um mestre?

Resume-se querida Neilda, em ser leal, amigo dos jovens, manter a disciplina dos seus alunos sem ser egoísta e austero, estar sempre alegre, ser apaixonado pela sua matéria e criar acima de tudo pela sua propria personalidade, mantendo uma moral intocável.

Figura 4 - A Mulher e o Magistério

Fonte: *Jornal de Alagoas*, Maceió, 16 jun. 1968, Jornal Feminino, p. 3. Acervo: BPEGR.

16 jun. 1968, Jornal Feminino, p. 3). Nos primeiros parágrafos, em que Venúsia contou um pouco sobre sua origem, fica subentendida a mensagem da entrevistada de que seu sucesso só foi possível graças a uma família estruturada, isto é, "um pai bom e compreensivo e uma mãe amorosa e perfeita" (*id.*).

É interessante notar esse jogo de adjetivos, com a mulher sendo naturalmente ligada à afetividade – uma vez que era o que se esperava de uma mãe – e à perfeição. Enquanto isso, o homem tem para si características mais generalistas. Além disso, vemos que embora o foco da edição de fato fosse a profissionalização feminina, o padrão de família bem estruturada ainda era necessário para que isso fosse possível. Tal posição informa um discurso liberal que aciona a emancipação feminina em apenas um plano, o econômico, desconectado da necessidade de superar outras opressões.

Apesar da entrevista citada ter como tema a mulher e o magistério, a colunista, em alguns momentos, envereda para perguntas relativas à família e ao lar que, como vimos, eram temas corriqueiros na sua coluna. Aparentemente, embora uma mulher pudesse assumir o lugar de "mestre" e ensinar, não poderia escapar de seu lugar central como mãe e esposa. Por sua vez, quando questionada sobre o lar, Venúsia Melo logo tratou de salientar "[...] sempre soube unir a vida do lar ao da minha escolinha de música sem prejudicá-los" (*id.*). Certamente, essa possibilidade de "unir" a vida profissional com a vida do lar estava condicionada e assegurada por todo um aparato da classe social à qual a professora pertencia. Para muitas outras mulheres com outras realidades sociais, aqui um recorte de classe e de raça parece oportuno: unir a vida profissional, muitas vezes marcada pela superexploração do trabalho, à vida do lar era uma tarefa hercúlea, como veremos adiante.

Domingo 23 de Junho de 1968

JORNAL feminino

Neilda Cavalcanti

A Mulher E A Medicina

Falando sôbre a posição da mulher na Medicina, a nossa focalizada de hoje nos dá um belo exemplo de coragem e independência.

Jovem senhora da nossa sociedade e uma das mais brilhantes representantes da pediatria alagoana, é a Dra. Terezinha Ramires Lima, uma mulher realizada na profissão que abraçou. Procurando fazer um retrospecto do aparecimento da mulher na Medicina, ela nos diz:

No passado, o exercício da medicina era realizada com esclusividade pelas pessoas do sexo masculino, não se admitindo que a prática de tão nobilitante profissão fôsse também exercida pela mulher. Inúmeras razões influenciavam decisivamente este modo de ver, levando até a formação de

Figura 5 - A Mulher e a Medicina
Fonte: *Jornal de Alagoas*, Maceió, 23 jun. 1968, Jornal Feminino, p. 3. Acervo: BPEGR.

Em 23 de junho, em uma rara – senão única – aparição em uma imagem junto à coluna, onde anotava as respostas da "focalizada" daquele dia, Neilda Cavalcanti iniciou a edição definindo a pediatra Terezinha Ramires Lima como um exemplo de coragem e independência. O tema era "A Mulher e a Medicina" e, ao tratar das mulheres que desejavam seguir na carreira médica, a colunista ponderou que "[...] uma mulher que assim pensasse não era levada a sério. Com o tempo, naturalmente, este ponto de vista contrário à mulher ser médica teria de sofrer modificação." (*Jornal de Alagoas*, Maceió, 23 jun. 1968, Jornal Feminino, p. 3). Apesar disso, não parecia mudar tão "naturalmente" assim tal ponto de vista, uma vez que no seu próprio discurso, em meados da entrevista, a colunista indagou Terezinha se haveria uma incompatibilidade entre ser mãe e médica, sugerindo que as duas coisas pairavam enquanto antíteses.

Ao mesmo passo em que empreendeu um discurso de profissionalização feminina e apresentou várias possibilidades de atuação para suas leitoras, Neilda Cavalcanti ignorou e marginalizou as experiências de mulheres negras e/ou pobres que, há muito tempo, já trabalhavam. Para que as mulheres brancas pudessem iniciar seu descortinamento rumo à vida pública, como nos lembra Lélia Gonzalez (2020), foi necessário que o trabalho doméstico fosse ocupado por alguém; nesse caso, em grande parte, coube à mulher negra enfrentar extensas e múltiplas jornadas laborais.

Se o discurso liberal da profissionalização feminina se exibiu enquanto uma fuga possível das majoritárias pautas conservadoras para determinadas leitoras do "Jornal Feminino", ele somente se concretizou para aquelas que contavam com alguma rede de apoio que, muitas vezes, tinha como sinônimo uma empregada doméstica negra.

Destituídas da possibilidade de vislumbrar horizontes alheios aos serviços domésticos (Lélia Gonzalez, 2020, p. 35), mulheres negras e tudo que lhes era relacionado foram, antes ou depois das edições especiais, imperceptíveis à escrita de Neilda Cavalcanti. Elas também não apareciam nas diversas fotografias que acompanhavam muitas das edições da coluna, não recebiam dicas específicas para o cuidado de sua pele e tampouco aprendiam penteados possíveis para cabelos cacheados ou crespos.

Embora houvesse um contínuo reforço à ideia da maternidade e da constituição de uma família tradicional (leia-se cisheteronormativa) no "Jornal Feminino", fica evidente que tais prerrogativas do ideário não eram totalmente possíveis às mulheres negras. Tais subjetividades não apareciam à espera da "cegonha" nas edições dedicadas às gestantes como vimos anteriormente, não compunham o retrato de uma família ideal e

muito menos viam seus pequeninos exibindo vestimentas da moda infantil.

Longe de se sentirem representadas pelas várias modelos brancas ou mesmo na maior parte das imagens exibidas junto às edições da coluna, as mulheres negras que se depararam com as edições especiais acerca da entrada da mulher no mundo do trabalho provavelmente não se sentiram participantes de uma mudança social, pois, para grande parte delas, tudo continuava igual. Com pesar, naqueles tempos e anos seguintes, essas mulheres encontravam perfis econômicos e raciais com os quais pudessem se identificar nas páginas do *Jornal de Alagoas* e de outros jornais do estado apenas nos recorrentes casos de violência contra a mulher ou nas denúncias contra a prostituição das "mariposas" (Crislanne Maria dos Santos, 2023).

Considerações finais

Sob a alcunha de "dicas" ou "conselhos", os ideais de comportamento, beleza e vestuário femininos que deveriam ser seguidos pelas leitoras eram reforçados cotidianamente pelo ideário de Neilda Cavalcanti impresso no *Jornal de Alagoas* em 1968. Como visto nas páginas precedentes, o discurso do "Jornal Feminino" não estava alheio a aspectos sociais e culturais daquela época, que também eram ilustrados nas revistas femininas, muito menos à conjuntura política e ao discurso moral perpetrados pela ditadura civil-militar e presentes no noticiário alagoano como um todo.

Como duas faces de uma mesma moeda, o discurso conservador, com as dezenas de prerrogativas estéticas e comportamentais a serem seguidas pelas mulheres alagoanas, e o liberal, refletido no incentivo à profissionalização feminina, estavam entranhados – mesmo que com eventuais contradições e assimetrias – na constituição de um guia prático a ser seguido.

Tal arranjo ligeiramente assimétrico era sinal dos próprios desafios experienciados pela autora do "Jornal Feminino". Vale o lembrete, ainda que algumas mulheres como Helena Lundgren, Thereza Alkmin e Rachel de Queiroz tenham exercitado a escrita feminina no *Jornal de Alagoas* anteriormente, foi Neilda Cavalcanti quem assinou uma coluna feminina diária no noticiário, feito de grande expressão para a época.

Por vezes, a advogada, declamadora e atriz santanense era a única mulher a reivindicar a autoria de uma coluna em toda uma edição do jornal alagoano. Numericamente diminuta, certamente, seria cômodo que Neilda fizesse de seu "Jornal Feminino" um simples retrato conservador do "universo da mulher" e assim o fez, até determinado ponto. Contudo, suas próprias aspirações profissionais enquanto mulher transmutaram-se numa fuga possível, naquele momento, da enxurrada de temas conservadores, investindo algumas vezes na possibilidade da profissionalização feminina e do ingresso da mulher na vida pública, ainda que com limitações de classe e raça.

Entre uma receita e outra, um vestido ideal e outro, um cuidado com a pele e outro, uma normativa comportamental e outra, uma visão geral do "Jornal Feminino" nos permite observar que o discreto manual escrito por Neilda Cavalcanti em 1968 apontava para uma espécie de miragem de um modo de *ser* mulher quase inalcançável, mas que deveria continuar a ser perseguido, pelo menos, por algumas mulheres.

Antonny Gabriel da Conceição Félix é graduando em História pela Universidade Federal de Alagoas (Ufal), egresso do Grupo de Estudos e Pesquisas em História, Gênero e Sexualidade (GEPHGS). E-mail: antonny.felix@ichca.ufal.br.

Referências

AQUINO, Maria Aparecida de. *Censura, imprensa, Estado autoritário (1968-78)*: o exercício cotidiano da dominação e da resistência em *O Estado de S. Paulo* e *Movimento*. 1990. 172f. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1990.

ARAÚJO, Emanuel. A arte da sedução: sexualidade feminina na Colônia. In: DEL PRIORE, Mary (org.). *História das Mulheres no Brasil*. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004. p. 41-42. [versão PDF]

BASSANEZI, Carla. Mulheres dos anos dourados. In: DEL PRIORE, Mary (org.). *História das Mulheres no Brasil*. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004. p. 508-512. [versão PDF]

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. *Interseccionalidade*. São Paulo: Boitempo, 2021.

FIGUEIREDO, Cândido de. *Novo dicionário de língua portuguesa*. Lisboa: Project Gutenberg, 2010. [Versão *E-book*]

GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano*: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GUERELLUS, Natália de Santanna. *Como um castelo de cartas*: culturas políticas e a trajetória de Rachel de Queiroz (1910-1964). 2015. 388f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015.

MELLO, Soraia Carolina de. *Discussões feministas na imprensa para mulheres*: revista *Claudia* e o trabalho doméstico (1970-1989). 2016. 460f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

MELLO, Soraia Carolina de. Revista *Claudia* e feminismo: uma reflexão sobre as potencialidades e limites da cultura de massa (1970-1989). In: DUARTE, Ana Rita Fonteles (org.). *Imagens sob suspeita*: censura e meios de comunicação na ditadura civil-militar brasileira. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2017. p. 211-232.

MELLO, Soraia Carolina de. Lugar de mulher é onde ela quiser?: feminismos, domesticidade e conflito social no Brasil (1964-1990). In: WOLFF, Cristina Scheibe; ZANDONÁ, Jair; MELLO, Soraia Carolina de (orgs.). *Mulheres de luta*: feminismo e esquerdas no Brasil (1964-1985). Curitiba: Appris, 2019. p. 69-89.

NASCIMENTO, Letícia. *Transfeminismo*. São Paulo: Jandaíra, 2021.

OXFORD LANGUAGES. Manual. Disponível em: www.google.com/search?q=manual+significado. Acesso em: 18 mar. 2024.

SANTOS, Crislanne Maria dos. *"As mariposas pousam ao entardecer"*: prostituição, biopolítica e resistências de gênero na imprensa de Maceió, AL (1970-1980). 2023. 122f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2023.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721/40667.

Selma Bandeira: militância política, clandestinidade e projetos de cidadania em Alagoas (1960-1986)

Roberta dos Santos Sodó

Introdução

> A memória, um fenômeno sempre coletivo, também funciona como uma âncora que confere aos sujeitos identidade e um sentimento de pertencimento a um grupo social que partilha uma série de lembranças, vividas diretamente, experimentadas indiretamente ou herdadas (Tatiane Leal, 2017, p. 183).

Ao receber do meu orientador, Elias Veras, a proposta de organizar esta obra, não demorei muito para chegar a uma resposta, que foi afirmativa. Primeiro, porque sei da importância de ampliar, no contexto de Alagoas, as narrativas sobre pes-

soas/grupos historicamente invisibilizadas/os pelos poderes em nosso estado. Segundo, pela estima que tenho pelo meu amigo, um companheiro precioso nas empreitadas acadêmicas e, para minha alegria, além delas. Nossa amizade, entretanto, não é uma exclusividade no Grupo de Estudos e Pesquisas em História, Gênero e Sexualidade (GEPHGS) da Universidade Federal de Alagoas (Ufal), espaço que tem sido de reunião teórica, política, colaborativa e afetiva.

Mesmo que as minhas pesquisas anteriores não estivessem voltadas imediatamente aos problemas da segunda metade do século XX[19], não tive dificuldade para escolher o tema do capítulo que deveria compor esta obra. A trajetória política de Selma Bandeira Mendes já havia saltado aos meus olhos quando buscava a lista de mulheres eleitas parlamentares estaduais por Alagoas. Ex-deputada estadual (1983-1986), foi uma "indesejável" política aos olhos do governo da ditadura civil-militar brasileira (1964-1985), período em que foi arrastada para a ilegalidade pelas forças de repressão do Estado e posteriormente presa. Além de sobreviver às violências, Selma Bandeira persistiu na luta por uma sociedade menos desigual, até o seu falecimento em 1986, vitimada por um acidente de trânsito.

O objetivo deste texto, que narra parte de suas experiências políticas, é reacender, no tempo presente, os projetos daquela que foi a segunda mulher representante do poder estadual na história de Alagoas. Busquei situar suas experiências junto às transformações culturais e aos projetos políticos do período em que viveu (Margarita Iglesias, 2010). Grosso modo, compunha o

---

19 Durante grande parte da graduação e também no mestrado, ambos em História, realizei pesquisas em torno do surgimento e das características da imprensa feminina e feminista de Alagoas na segunda metade do século XIX. Relacionei tal emergência à modernidade capitalista, à feminização da cultura e ao crescimento de espaços urbanos no Brasil (Yuderkys Minõso, 2020; Durval Muniz de Albuquerque Jr., 2013; Arrisete Cleide de Lemos Costa, 2015).

cenário alagoano, de um lado, as ideias autoritárias e conservadoras que ajudaram a legitimar o golpe de 1964. De um outro, estavam as frentes, legais e ilegais, pelo fim da exceção, focos de resistência às políticas do governo civil-militar. Alguns jornais do período registraram as tensões por todo o território nacional, na forma de protestos, prisões, denúncias de tortura e perseguição.

A possibilidade de narrar a trajetória política de Selma Bandeira apoiou-se no trabalho com fontes da imprensa, sobretudo de jornais produzidos em Pernambuco. Logo após concluir o curso de Medicina em Maceió, Selma mudou-se para Recife, onde deu continuidade à militância política. Também foram consultadas edições de jornais alagoanos e cariocas da segunda metade do século XX. Outra documentação consultada, importante para a concretização deste texto, foi resultado dos trabalhos da Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Hélder Câmara (CEMVDHC), de Pernambuco, especificamente a subsérie "Processos da Comissão Especial de Ex-presos Políticos". Nela encontrei o processo de indenização do Estado a Selma Bandeira[20].

As comissões da verdade "existiram em muitos outros países no mundo e chegam a constituir uma espécie de fórmula política para países recém-egressos de regimes violadores de direitos humanos" (Cristina Buarque de Hollanda; Vinícius Pinheiro Israel, 2019, p. 2). A Comissão Nacional da Verdade do Brasil (CNV) foi criada em 2011; depois dela, surgiram muitas outras em níveis estaduais e municipais, regionais, sindicais e universitários, ligadas ou não ao Estado[21]: "Independentes entre si,

20 O processo em questão faz parte do acervo do Arquivo Público Jordão Emerenciano de Pernambuco e está disponível para consulta em: https://www.comissaodaverdade.pe.gov.br/index.php/selma-bandeira-mendes-pdf. Acesso em: 7 maio 2024.

21 Relatórios finais de diversas comissões do Brasil. Disponível em: https://www.gov.br/memoriasreveladas/pt-br/assuntos/comissoes-da-verdade. Acesso em: 7 maio 2024.

estiveram desobrigadas da produção de uma única e coerente narrativa nacional sobre a ditadura" (ibid.). No caso da CEMVDHC, seu objetivo declarado foi "Esclarecer as graves violações de direitos humanos, [...] ocorridas no estado de Pernambuco ou contra pernambucanos ainda que fora deste território, praticadas por agentes públicos, por motivação política, durante o período de 1946 a 1988".

Compreender e interpretar o mundo parte, sem dúvida, da relação que temos com o passado (Margarida Oliveira, 2003). Reagir contra o apagamento do passado das mulheres, assim como de outras identidades destituídas da condição de igualdade nas relações sociais, é um posicionamento em prol de nosso direito de existir com direitos. A direção do trabalho analítico, junto às fontes utilizadas, não esconde o empenho de recuperar e reparar memórias das mulheridades[22] de Alagoas. O conhecimento histórico, como muito já foi sinalizado pela literatura feminista, integra diretamente as disputas pelos poderes da sociedade, impactando na fabricação das subjetividades e na criação dos grupos políticos (Gerda Lerner, 2022; Michelle Perrot, 2005).

A categoria "gênero", que desnaturaliza as identidades sexuais e aponta para a sua construção relacional, sempre em mudança, na constituição das diferenças sexuais, funciona também como ferramenta de interpretação das experiências humanas no tempo, com vistas a identificar os efeitos materiais dos discursos sobre o "sexo" (Margareth Rago, 1998; Joan Scott, 2017; Joana Maria Pedro, 2005). O sexo biológico, ao tempo em que tenta justificar a hierarquização social, delimita os comportamentos que poderão ser aceitos como verdadeiros.

---

22 A categoria "mulheridades" endossa a pluralidade das experiências vividas por todas as mulheres, sem o uso de restrições preconceituosas da ordem compulsiva da cisgeneridade. Para uma visão aprofundada, veja o livro *Transfeminismo* da pedagoga Letícia Carolina Nascimento (2021).

Outras dimensões das diferenças (raça, sexualidade, classe etc.) são sobrepostas ao gênero, por isso, "não são menos relevantes para analisar as relações de poder em determinado lugar e época" (Patrícia Hill Collins; Sirma Bilge, 2021, p. 17). O recurso encontrado na interseccionalidade, como categoria de análise e interpretação da história, bem como o trabalho de pesquisa coletivo e os tantos debates de ideias, passam necessariamente pelo trabalho desenvolvido junto ao GEPHGS. Nossas pesquisas conversam umas com as outras e revelam um cenário desafiador: a permanência de violências, as mais variadas, mesmo num tempo em que o Estado ditatorial já se desfez.

A esperança de que ocorram transformações positivas para as minorias políticas de Alagoas e o anseio por justiça social encorajaram-nos a tecer as tramas de memórias que compõem esta obra. Compartilhamos, além de categorias interpretativas do passado e estas páginas, de um propósito comum, avesso aos autoritarismos e às tentativas de silenciar revisões críticas sobre o passado. Portanto, contribuo com o que me parece ser um capítulo importante dos acontecimentos em torno da ditadura civil-militar e da história das mulheres em Alagoas, para afirmar que temos um passado de resistência e devemos persistir em nossas lutas.

Bandeiras de luta erguem-se contra a ditadura

Selma Bandeira era uma estudante secundarista quando principiou na militância política, uma jovem audaciosa que podia antever e sonhar com o que de fato ainda não existia naquele momento, sobretudo durante os "anos de chumbo". Ela fez da cidadania para todas as pessoas a sua bandeira de luta. Por carregá-la, tornou-se uma vítima da perseguição violenta dos poderes do Estado, tomado pelos agentes da exceção em 1964.

Em sua tese doutoral, *Esperança equilibrista*: resistência feminina à ditadura militar no Brasil (1964-1985), Olivia Rangel Joffily (2005) apontou para algumas formas específicas de resistência feminina no período ditatorial. A pesquisadora do campo das Ciências Sociais lembra-nos que podem haver outras formas de resistência não mencionadas por ela, contudo, encontrou à época, por meio das entrevistas que realizou, mulheres militantes – integrantes de partidos e movimentos que se encontravam, naquele momento, na clandestinidade; mulheres exiladas – obrigadas a deixar o país sob ameaça de danos a sua integridade física e mental; as presas e torturadas; assim como as guerrilheiras que, por sua vez, recorreram ao embate armado em ambientes rurais e urbanos.

Olivia Joffily (2005, p. 101) admite que "Frequentemente, na trama concreta da vida, estas 'funções' estiveram entrelaçadas". Selma Bandeira, por exemplo, que nasceu em janeiro de 1946, em Delmiro Gouveia, um município da Mesorregião do Sertão Alagoano, dedicou-se à militância política, mas também foi uma das presas pelo regime, sofreu com as torturas dos agentes de repressão e, conjuntamente, em 1973, alertou sua família que buscaria o exílio.

Fazendo um breve parêntese, destaco que as atitudes da mãe de Selma Bandeira, Alexandrina Bandeira Mendes, encaixam perfeitamente em outro exemplo de resistência emprestado por Olivia Joffily: a existência de mulheres (mães, esposas, irmãs, tias etc.) que apoiaram seus familiares e estenderam esse apoio a outras pessoas envolvidas com a resistência. Alexandrina Bandeira, em 1978, por exemplo, logo após a prisão de sua filha em Recife, enviou uma carta à Assembleia Legislativa de Pernambuco que, segundo o *Diário de Pernambuco*, tinha o objetivo de "solicitar e implorar às autoridades constituídas [...] no sentido de intercederem em favor de se preservar a integridade física e psicológica" de sua filha e de outras pessoas "que foram

presas com ela" ("Mãe de presa apela em carta". *Diário de Pernambuco*, Recife, 12 abr. 1978, p. 1).

Apesar da ameaça de sofrer represálias, algumas mulheres buscaram, simplesmente, resguardar a vida de suas pessoas amadas, defendendo familiares e amigos/as. A historiadora Ana Rita Fonteles Duarte (2009), analisando narrativas de mulheres do Movimento Feminino pela Anistia (MFPA), no Ceará, apontou para a instrumentalização do gênero como forma de visibilidade política. Com suporte da categoria "jogos de gênero", cunhada pelo historiador francês Luc Capdevila, Duarte evidenciou, com base nas ações do MFPA, o uso de elementos do imaginário feminino que eram aprovados e disseminados pelo regime militar: a mulher como defensora da família, amorosa, pacificadora e avessa aos conflitos.

O Relatório da Comissão Nacional da Verdade (CNV), entregue em 2014 à Presidência da República, detalhou em três volumes, mais de quatro mil páginas, os instrumentos e *modus operandi* das violações cometidas pelos agentes da ditadura[23]. No primeiro volume, um capítulo foi destinado à "Violência sexual, violência de gênero e violência contra crianças e adolescentes". Ele é iniciado com a transcrição do testemunho de Izabel Fávero. Ela diz que foi: "[...] muito ofendida, como mulher, porque ser mulher e militante é um karma, a gente além de ser torturada física e psicologicamente, a mulher é vadia, a palavra mesmo era 'puta' [...]" (Relatório CNV, 2014, v. 1, p. 400). Ela relata sobre os dias que passou na prisão, lembrando que "[...] no terceiro, no quarto dia, eu entrei em processo de aborto, eu estava grávida de dois meses, então, eu sangrava muito, eu não tinha como me proteger [...]" (Relatório CNV, 2014, v. 1, p. 400). Izabel acredita que o aborto tenha sido resultado dos choques elétricos, "[...]

23 Os volumes do Relatório estão disponíveis em: https://www.gov.br/memoriasreveladas/pt-br/assuntos/comissoes-da-verdade/cnv. Acesso em: 10 jun. 2024.

nos órgãos genitais, nos seios, ponta dos dedos, atrás das orelhas [...]", aos quais foi submetida sem nenhuma preocupação com a sua condição de gestante.

> Em 1971, a Alianza de Mujeres Costarricenses solicitou à CDH [Comissão de Direitos Humanos] que investigasse a situação de cerca de 2 mil mulheres submetidas a tratamentos cruéis em prisões brasileiras. Em setembro de 1972, foi a vez da Women's International Democratic Federation encaminhar comunicação com informações sobre a perseguição e o assassinato de cerca de 350 mulheres pelo aparato repressivo (Relatório CNV, 2014, v. 1, p. 201).

Em Alagoas, a obra *Gogó de emas*, de Schuma Schumaher (2004), concentra o maior número de referências sobre mulheres alagoanas envolvidas com a resistência à ditadura. Elas eram, em sua maioria, assim como Selma Bandeira, estudantes universitárias durante a década de 1960. Carla Simone Rodeghero e Vanderlei Machado (2017, p. 53) argumentam, a partir de pesquisa realizada com ex-militantes, que "a entrada no movimento estudantil favoreceu tanto uma nova visão do mundo quanto a conquista da autonomia das jovens mulheres". É interessante observar que algumas dessas estudantes, em 1982, protagonizaram a criação da União das Mulheres de Maceió (UMMa), representadas por nomes como o de Selma Bandeira, Jarede Viana, Ivanilda Verçosa e Taís Normande. Conforme discorre a historiadora Adrícia Bonfim (2022), essa organização explanou, em Alagoas, a situação de exploração e as desigualdades vivenciadas pelas mulheres, em especial as mais pobres, afetadas, em muitos casos, também pelo racismo.

As atividades políticas de Selma Bandeira tiveram início com a sua participação no Movimento Estudantil (ME). Aos 16 anos, aproximou-se da União dos Estudantes Secundaristas de

Alagoas (Uesa), época em que estudou na Escola Estadual Moreira e Silva, na capital Maceió. Mais tarde, enquanto estudante de Medicina da Ufal, participaria das atividades ligadas à União Nacional dos Estudantes (UNE).

Segundo Marilena Chauí (2000, p. 41), estava entre as missões da ditadura "a segurança nacional (contra o inimigo interno e externo, isto é, a ação repressiva do Estado na luta de classes)"[24]. A UNE estava listada entre essas ameaças internas. Essa organização compartilhava boa parte de suas lideranças com grupos apontados como de esquerda. Em 1964, além de ter sua sede incendiada, passou também a ser uma organização ilegal.

Integravam a UNE representantes estudantis de diversos partidos e movimentos sociais, além de um grande número de estudantes sem filiação partidária. Em Alagoas, destacou-se a influência de organizações de esquerda como a Ação Popular (AP), ligada ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB), o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e o Partido Comunista Revolucionário (PCR) (José Alberto Saldanha de Oliveira, 1994). Nas universidades, a organização das estudantes fazia-se em torno dos Diretórios Acadêmicos (DAs). Selma Bandeira foi vice-presidenta de um deles, o Diretório da Faculdade de Medicina, experiência que compartilhou com outras mulheres de sua época.

> No período compreendido entre 1968 e 1969 algumas poucas mulheres ocupavam cargos de direção no movimento estudantil local: Arriete Vilela foi primeira-secretária do Diretório Acadêmico do Instituto de Letras e Artes; Maciléa Rocha Santos integrava o Diretório da Faculdade de Medicina; Jarede Viana, presidenta do DA da

24 A ideia de uma permanente luta entre classes sociais foi fundamental na obra do economista, filósofo e historiador alemão Karl Marx. Para ele, essa luta, inerente às sociedades capitalistas, deveria ser superada para desfrutarmos de uma sociedade mais justa.

> Faculdade de Educação, e Ivanilda Soares Gusmão Verçosa, ambas ocuparam cargo de direção no Diretório Central dos Estudantes da UFAL, sendo que Ivanilda chegou ao posto de secretária-geral (Schumaher, 2004, p. 118).

Essas mulheres, assim como outras representações do segmento estudantil, estiveram na mira das perseguições dos órgãos de informação e repressão da ditadura. Os Atos Institucionais, decretos do governo militar, levaram a efeito o caráter teoricamente legal da censura, voltaram-se à repressão de "setores específicos da sociedade, sobretudo onde havia resistências [...]" (Thiago Bicudo Castro, 2018, p. 204). Em novembro de 1964, contra o ME, foi sancionada a Lei n. 4.464, também chamada de Lei Suplicy, que permitiu que as atividades organizadas das estudantes fossem julgadas pelos censores como subversão. Ela proibiu os "órgãos de representação estudantil qualquer ação, manifestação ou propaganda de carácter político-partidário, bem como incitar, promover ou apoiar ausências coletivas aos trabalhos escolares" (Brasil, 1964, art. 14). Diante desse cenário de esfacelamento de prerrogativas democráticas, o caminho da militância política, dia a dia, foi ficando mais perigoso e incerto para jovens estudantes como Selma Bandeira e até mesmo para quem nunca optou pela militância.

Conta-nos Schuma Schumaher (2004, p. 121) que, em 1970, a alagoana Hélia Almeida Mendes, "amiga pessoal da colega de profissão Selma Bandeira", registrou seu nome em um abaixo-assinado contra a bomba atômica. Isso bastou para que fosse colocada sob suspeita de subversão, apesar de nunca ter participado "de atividades político-partidárias, nem de movimentos estudantis ou de qualquer outra agremiação que pudesse ser considerada 'subversiva' na época". Entretanto, a pedido de Selma, guardou um mimeógrafo pertencente ao PCB em sua casa. Posteriormente, o equipamento foi encontrado pelos censores e

Hélia foi presa, impedida de falar com seus familiares e submetida a interrogatório e torturas. Pela circunstância de extrema violência, revelou que recebera o mimeógrafo da amiga.

A primeira prisão de Selma Bandeira, porém, decorreu de sua participação no 30º Congresso da UNE, anos antes, realizado de forma clandestina em Ibiúna, interior de São Paulo, em 1968. Previsto para ocorrer nos dias 11, 12 e 13 de outubro, em um sítio, o evento foi invadido pela polícia no segundo dia de atividades. Lá estavam quase mil estudantes, delegados/as estaduais do ME de todo o Brasil. Os policiais fizeram inúmeras prisões e ficharam as pessoas presentes com base na Lei de Segurança Nacional[25]. O desbaratamento do encontro marcou a escalada da repressão contra a organização estudantil.

Representando os estudantes de Alagoas, segundo o relatório que requereu indenização pelos crimes praticados contra ela, Selma Bandeira também foi, nesse episódio, submetida a torturas físicas. "O segundo semestre de 1968 é reconhecido pelos participantes da época e pelos estudiosos do tema como o início do refluxo do movimento estudantil" (Oliveira, 1994, p. 79). Porém, de acordo com Angélica Müller (2010, p. 30), as condições de repressão impostas pelo regime não desarticularam por completo as ações da UNE, pois "seus representantes encontraram novas maneiras para se fazer representar no quadro de resistências contra o regime", o que pode ser visto em Alagoas, na reação estudantil aos acontecimentos de Ibiúna.

---

25 No Brasil, a Lei de Segurança Nacional foi promulgada durante o governo de Getúlio Vargas, em 1935. Essa legislação criou procedimentos específicos para tratar de crimes contra a segurança do Estado, seu ordenamento político e social. Sem ser revogada nos governos seguintes, a LSN foi reforçada pelos agentes da ditadura e transformada em arcabouço jurídico para a perseguição e condenação da oposição ao regime.

Figura 1 - Selma Bandeira é presa em Ibiúna durante o 30º Congresso da UNE
Fonte: *Site* História de Alagoas[1].

Segundo o historiador José Alberto Saldanha de Oliveira (1994), na obra *A mitologia estudantil*, na qual aborda a movimentação estudantil alagoana pós-Ibiúna, podemos tomar conhecimento sobre a adoção de determinadas medidas pelo DCE da Ufal. O DCE convocou uma Assembleia Geral para aprovação destas medidas: a realização de um pedágio, cujo dinheiro angariado deveria ser enviado às/aos colegas presas/os em São Paulo; um acampamento, em frente à Faculdade de Medicina, que serviria como local de palestras para convidar mais pessoas a resistir; por fim, a proposta de uma passeata, simbolizando a exigência de liberdade para as/os estudantes presas/os.

1 Disponível em: https://www.historiadealagoas.com.br/revolucionaria-selma-bandeira.html. Acesso em: 30 maio 2024.

José Alberto Saldanha de Oliveira traz algumas notícias do *Jornal de Alagoas* sobre o episódio. O jornal noticiou, em 17 de outubro, que a proposta de passeata feita na Assembleia das/os estudantes foi rejeitada pela maioria, uma vez que havia o receio de que a polícia alagoana agisse com truculência contra as/os manifestantes, pois, nesse quesito, nada diferiria da polícia dos outros estados. Ainda assim, "Os estudantes, que já tinham acampado na véspera na Faculdade de Medicina, realizaram um Ato [...]" (Oliveira, 1994, p. 86), com a participação de um pequeno contingente de pessoas.

> Talvez o pequeno comparecimento ao ato tenha explicação no fato de ter sido convocado para um dia de sábado à tarde e principalmente, segundo as informações que obtive, no pouco envolvimento dos estudantes nos debates e eleição dos delegados alagoanos [não pude determinar quais as/os demais representantes presos em Ibiúna] para o Congresso da UNE que foram semi-clandestinos (Oliveira, 1994, p. 87).

Em contrapartida, Schumaher (2004, p. 118) afirma, fazendo referência ao mesmo ato, que as mulheres atuantes no ME, "Ao lado de outras companheiras e lideranças masculinas impulsionaram a maior manifestação estudantil do estado, quando ajudaram a levar para as ruas da capital mais de 5.000 estudantes". Ainda conforme Schumaher (2004, p. 121), Jarede Viana, à época estudante de Pedagogia da Ufal e integrante da AP, foi uma das acusadas de fazer "agitação política" nesse contexto.

Cecília Maria Bouças Coimbra (2004, p. 52) aponta que 90% da juventude presa em Ibiúna era proveniente das camadas médias urbanas, da pequena burguesia e da intelectualidade. Essa composição do ME, segundo a autora, intrigava parte dos agentes do regime civil-militar, que questionavam sobre o que teria

levado essas pessoas a se tornarem "terroristas", de certa forma, "negando suas origens de classe". A afirmação de que havia algo de errado com essa juventude levou, em 1970, à realização de uma pesquisa encomendada pelo governo militar, a fim de traçar o "perfil psicológico do terrorista brasileiro". Para a autora, essa foi uma maneira encontrada para patologizar as pessoas envolvidas com a resistência política.

> Esta pesquisa mostrou não apenas uma necessidade por parte da repressão de conhecer melhor os militantes políticos e traçar um perfil psicológico daqueles que estavam sendo combatidos, mas fundamentalmente difundir na sociedade, nas famílias de classe média e nas mães desses jovens, em especial, a crença de que seus filhos eram doentes. Elas, em suma, eram as principais responsáveis pelos transtornos que esses jovens traziam para a nação (Coimbra, 2004, p. 53).

Retomando Marilena Chauí (2000, p. 41), outros dois objetivos que o governo militar tentou alcançar foram o da "integração nacional (a consolidação da nação contra sua fragmentação e dispersão em interesses regionais), [...] e o desenvolvimento nacional (nos moldes das nações democráticas ocidentais, isto é, capitalistas)". Com base nessas premissas, os censores elegeram suas/seus inimigas/os, uma lista repleta, em que mereceram destaque as pessoas associadas ao comunismo. O regime ditatorial tentou de forma física, psicológica e ideológica, isolar as pessoas com posicionamentos contrários às normas instituídas, apelando para a valorização do patriarcado, da cisheteronormatividade, da família monogâmica, da propriedade privada e à reprodução da sociedade de classes.

Ina, comunista?

De acordo com a historiadora Samantha Quadrat (2012, p. 20), um dos aspectos da organização dos militares à frente do Estado "foi o forte investimento no binômio informação-repressão". Uma bem estruturada rede de informações capaz de localizar militantes e desarticular seus projetos de resistência. Como método de proteção para despistar os censores, pessoas envolvidas em atos clandestinos, frequentemente, utilizaram codinomes. No decorrer dos anos do regime instituído, os órgãos do governo de exceção identificaram militantes políticos apenas por seus codinomes, ao mesmo tempo em que procuravam por suas identidades verdadeiras. Para driblar os agentes da perseguição, Selma Bandeira adotou o codinome Ina. Entretanto, como mostra o documento da página seguinte, isso não foi suficiente para afastar os militares de seu nome real e de sua rede de relações pessoais.

O processo de Selma Bandeira na CEMVDHC reúne recortes de jornais; um mandado de prisão (Fig. 2) e um alvará de soltura em nome da militante; seus documentos de identificação pessoal; uma ficha de antecedentes criminais; os autos do processo de indenização pelos crimes cometidos contra ela durante a ditadura e, ainda, uma carta de agosto de 1973. A carta, escrita de seu próprio punho, é carregada de muita tristeza; nela, Selma Bandeira revela estar sob forte "impacto emocional". Nesse mês de agosto de 1973, algumas pessoas de sua família foram presas e coagidas pelos agentes da censura, a fim de que entregassem o paradeiro de Selma. Outras violações aos Direitos Humanos estariam por vir, no mês seguinte, quando seu companheiro, o militante político Manoel de Lisboa, foi assassinado em São Paulo pelos agentes do Estado militar.

Atesto que esta cópia está de conformidade com o original depositado neste Arquivo.
Recife, 11 de 05 de 2001
APEJE / Departamento de Arquivo

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA MILITAR
AUDITORIA DA 7.ª C.J.M.
Recife - PE.

MANDADO DE PRISÃO

O Doutor José BOLÍVAR RÉGIS,
MM. Auditor da Auditoria da 7.ª Circunscrição Judiciária Militar, na forma da Lei, etc...

MANDA ao Oficial de Justiça desta Auditoria, ou à autoridade a quem êste for apresentado, que, em cumprimento ao presente Mandado, PRENDA E RECOLHA À PRISÃO, no (a) ou (a) prisão competente, - a indiciada SELMA BANDEIRA MENEZES, com o codinome "INA", brasileira, solteira, médica, natural de Alagoas, nascida em 1946, filha de Lajiro Mendes Correia e de D. Alexandrina Bandeira Menezes, foragida,

em virtude de ter sido decretada a sua prisão preventiva por este Juízo Militar, em Despacho de 17-12-73, com fundamento nas alíneas a e d do art. 255 c/c o art. 254. a e b, do CPPM, nos autos do IP nº 117/73, que lhe é intentado perante Justiça Militar.

CUMPRA-SE, obedecidas as formalidades legais.
DADO E PASSADO nesta Cidade do Recife (PE), aos dezenove (19) dias do mês de dezembro do ano de mil novecentos e setenta e três.
Eu, Técnico de Serv. Judiciários, o datilografei e eu, Escrivão, o subscrevi.

AUDITOR

CIENTE EM / / CERTIFICO QUE FOI CUMPRIDO EM / /

Figura 2 - Mandado de prisão expedido em nome de Selma Bandeira em 1973
Fonte: Processos da Comissão Especial de Ex-presos Políticos (CEMVDHC).

Segundo o processo da CEMVDHC,

> Os sonhos e pretensões de Selma Bandeira foram impiedosamente frustrados quando no mês de setembro de 1973, seu companheiro foi seqüestrado e barbaramente assassinado pelo então temido torturador Sérgio Paranhos Fleury. [...] passou a falecida a viver na clandestinidade durante mais de 30 dias, vindo a ter sérias complicações de saúde e, por conseqüência, submetendo-se a intervenções cirúrgicas.

Um ano depois de conseguir o diploma do curso de Medicina da Ufal, Selma Bandeira ingressou na Residência em Pediatria do Instituto de Medicina Infantil de Pernambuco (Imip), no Recife. Segundo Schumaher (2004), Selma levou consigo toda a sua família e, ao tempo em que trabalhou no Imip, manteve ações políticas na clandestinidade.

Prosseguindo com a luta política em seu novo endereço, afunilaram-se os dias de liberdade para ela, como mostra o seu mandado de prisão. Ao final de 1973, passou a ser considerada uma foragida, acontecimento ligado às ações dos militares para o desmantelamento da organização do Partido Comunista Revolucionário (PCR) no Nordeste. O PCR, de orientação marxista-leninista, foi criado em Recife, em 1966, defendendo uma revolução socialista no Brasil que deveria partir da classe operária brasileira. Selma Bandeira é apontada como uma de suas fundadoras junto a Amaro Luiz de Carvalho, Manoel Lisboa de Moura, Valmir Costa e Ricardo Zarattini. Conforme Jeane Fialho Canuto (2016, p. 92),

> O PCR defendia a luta armada como forma de enfrentamento à ditadura militar. Com uma estratégia de atuação claramente regionalista, sua circunscrição ficou

> restrita aos estados de Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte. De um modo geral, o PCR realizou ações de expropriação de mimeógrafos para a confecção de panfletos, armas em determinadas ocasiões, pichações e panfletagens em fábricas com o objetivo de formar quadros para o partido. As ações armadas propriamente ditas exigiam certos recursos que as tornavam extremamente perigosas e complicadas de realizar. No entanto, foram realizados assaltos, com destaque para o assalto à Padaria Rosarinho e o assalto à Sentinela, ambas as ações realizadas em Recife, pois muitos militantes de outros estados, inclusive do Rio Grande do Norte já haviam se deslocado para lá na clandestinidade, os que eram muito procurados, e outros migraram para trabalhar em fábricas e fazer o trabalho de conscientização de operários.

Selma Bandeira, apontada como uma das assaltantes ao Sentinela do Parque da Aeronáutica de Recife (Canuto, 2016, p. 96), foi também acusada de recrutar "vários elementos" para o PCR em Maceió, além de promover reuniões e participar de panfletagens. Entre as ações do PCR nesta cidade, José Alberto de Oliveira (1994, p. 155) descreveu a atuação no interior do ME, as pichações de paredes e as panfletagens nos bairros mais pobres. Contudo, quando fez um histórico da presença do partido junto ao movimento estudantil alagoano, o historiador não trouxe menções a Selma Bandeira, uma de suas fundadoras e militante estudantil na década de 1960.

O ano de 1973 é marcante para a organização do PCR, momento em que a força de repressão militar realizou sequestros, torturas e assassinatos de suas lideranças e de pessoas ligadas a elas. Entre os mortos, Manoel Lisboa de Moura, companheiro de Selma Bandeira, Emmanuel Bezerra dos Santos e Amaro Luiz de Carvalho. Segundo Jeane Canuto (2016), esses militantes tor-

naram-se símbolos para o PCR, mártires da revolução e da resistência contra a ditadura.

Uma equipe comandada por Sérgio Paranhos Fleury, delegado do Departamento de Ordem Política e Social de São Paulo (Dops/SP), atuando junto à polícia de Pernambuco, efetuou em Maceió, em agosto de 1973, a prisão de Lauro Bandeira, Maria das Graças Bandeira e Sônia Bandeira, irmão e irmãs de Selma Bandeira. Além do sequestro, sofreram torturas que, segundo o relatório da CEMVDHC, ocorreram na cidade de Recife, nos porões clandestinos do DOI-CODI do IV Exército.

Mais um desfecho ligado à perseguição ao PCR foi o da clandestinidade. Ina, por exemplo, apesar de não ter sido capturada, tinha sua identidade verdadeira conhecida pelos agentes do regime civil-militar. Restaram-lhe duas escolhas: a fuga, afastando-se da real ameaça de sevícias e depoimentos forçados para entregar detalhes de sua organização, ou, entregar-se na mão daqueles que já haviam sequestrado e assassinado parte de seus companheiros. Uma carta de 1973, dirigida à sua família, revela o caminho que passaria a trilhar.

> Não vou falar-lhes da intensidade e amplitude do meu sofrimento pois estou sob impacto emocional e se lhes dissesse dos meus sentimentos agora só os faria sofrer mais. Por outro lado, não vou analisar a situação para vocês, nesse momento, como deveria a fim de esclarecer-lhes, porque necessitaria de tempo, calma e diálogo e por carta não há condições para isso e principalmente agora. Peço-lhes entretanto muita, muita compreensão para mim, mesmo que não entendam, não aceitem ou não justifiquem as coisas, procurem compreender-me através do que vou dizer-lhes – SINTO MUITO, mas sinto muito mesmo o sofrimento por que vocês estão passando com essa minha saída (Relatório CEMVDHC).

A "saída" a que o trecho da carta de Selma Bandeira faz referência é a partida da médica para o exterior. Essa foi "a melhor solução" que diz ter encontrado. Contudo, parece nunca ter deixado o país, continuando as atividades de militância na clandestinidade. Militantes como ela sofreram "uma ruptura forçada com seu contexto cultural e afetivo. Nesse sentido, a clandestinidade não deixa de ser uma espécie de exílio" (Elizabeth Fernandes Xavier Ferreira, 1996, p. 79). Foi capturada somente em 8 de abril de 1978, numa segunda incursão dos militares contra o PCR, mas de 1973 até esse momento, teve dificuldade para acessar serviços de saúde ou arrumar um emprego, marcada pelo estigma de ser uma "subversiva".

Jornais de vários estados deram a notícia da captura de quatro presos por subversão em Pernambuco: Walmir Costa, Selma Bandeira, Maria Aparecida dos Santos e Edilson Maciel. Segundo o relato dos agentes da Polícia Federal que efetuaram as prisões, foram encontrados junto aos militantes "material gráfico, algumas armas, panfletos e publicações diversas de cunho ideológico" (*Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 9 abr. 1978, p. 1). Em 19 de abril de 1978, todavia, uma carta aberta à população, assinada por "diversas instituições estudantis e religiosas, setores do MDB [Movimento Democrático Brasileiro] e jornal *Movimento*", foi divulgada. Ela contestou a versão oferecida pela Polícia Federal sobre o contexto das prisões acima referidas. Entre outras práticas, tal como a imputação pública da alta periculosidade dessas pessoas,

> [...] transparece a intenção de lhes atribuir a prática de atividades contrárias ao regime vigente durante o período em que os acusados outra coisa não fizeram senão empreender a desesperada tentativa de sobreviverem no exílio a que foram condenados dentro de sua própria pátria (*Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 20 abr. 1978, p. 16).

Ao receber ordem de prisão, Selma não resistiu. Ainda assim, de acordo com o Relatório da CEMVDHC, mesmo não manifestando qualquer resistência à ordem de prisão, foi duramente pisoteada durante todo o trajeto que a levou à sede do Dops/PE, onde sofreu torturas físicas e psicológicas. Selma Bandeira, sem ser ouvida, já havia sido condenada pela Justiça da Aeronáutica em 1977, acusada de "atividades subversivas, com vistas à reativação do Partido Comunista Brasileiro no Recife" (*Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 2 jul. 1977, p. 13). Aprisionada, passou por inúmeros interrogatórios; quando finalmente pôde ser ouvida num tribunal, em julho de 1978, esse era de ordem militar.

Mesmo com os apelos de parte da sociedade civil organizada, Selma Bandeira foi condenada a um ano e seis meses de reclusão, com base no artigo 40 da Lei n. 6.620/78 (Lei de Segurança Nacional). A sua pena foi quase toda cumprida na Colônia Penal Feminina Bom Pastor, em Recife. Porém, alguns meses

Figura 3 - Julgamento de Selma Bandeira e outros militantes na Justiça Militar
Fonte: *Diário de Pernambuco*, Recife, 18 jul. 1978, p. 1.

antes, foi beneficiada pela Lei n. 6.683/79 (Lei da Anistia) sancionada pelo presidente João Baptista Figueiredo. Essa lei, que tinha o objetivo de anistiar todas as pessoas que cometeram crimes políticos entre 2 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, beneficiou também militares.

Segundo Schumaher (2004, p. 111), ao recuperar seus direitos políticos, Selma retornou a Alagoas e conseguiu emprego no governo de Guilherme Palmeira, na Secretaria de Saúde do estado. Nesse contexto, teria se aproximado de Teotônio Vilela, político alagoano que havia integrado a Aliança Renovadora Nacional (Arena), partido de sustentação da ditadura. No entanto, em meados da década de 1970, Teotônio tornou-se oposicionista do partido, juntando-se à Frente Nacional pela Redemocratização. Em 1979, filiou-se ao MDB.

A Lei da Anistia fez parte de um pacote de medidas que previa a retomada da democracia brasileira de forma gradual, processo chamado pelos militares de "abertura". A "lenta" distensão política marcou o governo do presidente militar Ernesto Geisel, que tomou posse em março de 1974. Além de anistiar vítimas e algozes, em 1978, foi aprovada, no Congresso Nacional, a Emenda Constitucional número 11, revogando os Atos Institucionais e Complementares responsáveis por dar legitimidade jurídica às ações arbitrárias do governo civil-militar. Outro ato, no bojo desses acontecimentos, foi a reforma partidária, que marcou o retorno ao multipartidarismo. Os dois partidos ativos durante a ditadura, Arena e MDB, mudaram suas siglas para PDS e PMDB, respectivamente. Ao mesmo tempo, surgiram então outros partidos, como o PDT, o PT e o PTB (Pedro Fassoni Arruda, 2019), enquanto os partidos comunistas permaneceram na clandestinidade até 1985.

"Senhora de si"

Após uma interrupção de mais de dez anos, ocorreu no Brasil a primeira eleição direta para os governos estaduais em 1982[26]. Concorreram às eleições estaduais, em Alagoas, apenas representantes dos dois partidos sobreviventes do bipartidarismo. Pelo PDS, foi eleito para governador Divaldo Suruagy; para senador, Guilherme Soares Palmeira; outros cinco deputados federais e quinze estaduais. Do lado do PMDB, estava o vice-governador José de Oliveira Costa, três deputados federais e nove estaduais. Destacou-se, no grupo formado por 34 homens cisgêneros, uma única mulher cisgênera também eleita, Selma Bandeira Mendes[27].

> Em 1982, foi eleita deputada estadual, destacando-se pela combatividade, pela postura ética impecável e por sua incansável luta em defesa da cidadania e de melhores condições de vida para as populações marginalizadas, principalmente, para as mulheres (Enaura Rosa e Silva; Edilma Bonfim, 2007, p. 371).

---

26 Durante o governo civil-militar, os representantes políticos foram escolhidos de forma indireta, ou seja, sem a participação da população através do voto. Sobretudo entre 1983 e 1984, floresceu no Brasil um movimento popular chamado de Diretas Já. Exigindo o retorno do voto direto, o foco dos protestos eram a eleição para a presidência da República que, entretanto, só seria realizada de forma direta em 1989. Vitor Amorim de Angelo (2011, p. 203), em sua tese doutoral, situou o movimento Diretas Já e a campanha pela Anistia entre eventos que contribuíram para os "deslocamentos de sentido" sobre o processo de abertura, legitimando "as vozes de oposição na nova ordem democrática que era construída".

27 Os dados utilizados sobre o resultado das eleições estaduais de 1982 são do Repositório de Dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Disponível em: https://static.tre-al.jus.br/portal/eleicoes/eleicoes_anteriores/1945-1990/TRE-AL-Resultado-Eleicoes-1982.pdf. Acesso em: 30 maio 2024.

Além de representante do Legislativo do estado, após ser anistiada, Selma integrou outras ações de cunho institucional, ligadas à organização do PMDB, e de caráter popular, como a União das Mulheres de Maceió (UMMa). No início da década de 1980, esse grupo formado por mulheres alagoanas apoiou o movimento nacional por eleições diretas para a presidência da República. Em 1984, dariam aval à candidatura indireta de Tancredo Neves, representante da coligação Aliança Democrática. Quando eleito, em janeiro do ano seguinte, Tancredo não escolheu nenhuma representação feminina para chefiar os ministérios de seu governo. A deputada estadual Myrthes Bevilacqua (PMDB), do Espírito Santo, denunciou a discriminação presente nesse ato, ao tempo em que apontou algumas mulheres aptas a assumir uma posição no governo, entre elas, Selma Bandeira, para assuntos referentes à saúde (*Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 27 fev. 1985, p. 6).

Tancredo não chegou a tomar posse, pois faleceu, em abril de 1985, devido a problemas de saúde. Sua morte gerou incerteza política e o temor do retorno dos militares ao poder. Nos jornais, a deputada Selma Bandeira chegou a se pronunciar sobre o assunto. Para ela, a democracia brasileira e o respeito às instituições não poderiam estar fundamentados apenas na figura do presidente. O movimento nacional por eleições diretas, que serviu para unificar vários setores políticos e sociais do país, é que deveria ser a "base de sustentação e garantia do processo democrático" (*Diário de Pernambuco*, Recife, 29 mar. 1985, p. 4).

O *Jornal do Brasil* (21 jul. 1985, p. 4), impresso no Rio de Janeiro, publicou em julho de 1985 "o perfil de alguns tipos de mulheres que fazem política hoje no país". A primeira apresentada foi Selma Bandeira, ao lado de Iolanda Fleming, Iris Rank, Miriam Araújo, Júnia Marise e Rita Camata. O jornal destacou as lutas de Selma contra a ditadura, sua vitória na campanha para deputada estadual, em 1982, e o seu objetivo de "organizar e cons-

cientizar as mulheres em uma das regiões mais conservadoras do Brasil" (*Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 21 jul. 1985, p. 4).

> Sertaneja, Selma foi uma das poucas mulheres a participarem ativamente nos comícios realizados pelo PMDB em 82 no sertão, durante a campanha de 1982. Além de denunciar a violência contra as mulheres, fala contra o que chama de "novo coronelismo" e defende a reforma agrária. Casada com o jornalista Luís Dantas, promete continuar seguindo a carreira política (*Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 21 jul. 1985, p. 4).

Somente no período conhecido como de redemocratização, podemos conhecer melhor, por meio das fontes, os projetos políticos de Selma Bandeira. Contudo, é possível afirmar que esses não se mantiveram os mesmos, quando comparados ao período em que era uma militante estudantil ou integrante do PCR, perseguida pelas forças de repressão da ditadura. A mudança de perspectiva política na vida de mulheres que participaram da resistência clandestina contra a ditadura é evidenciada por Elisabeth Ferreira (1996). Ela baseou sua interpretação em entrevistas realizadas com treze ex-militantes. A pesquisadora, apesar de mostrar discrepâncias significativas entre os relatos das mulheres, agrupou suas experiências em três momentos. O primeiro deles é a "idade da inocência".

Envolvidas em projetos revolucionários, essas mulheres demonstraram não saber a extensão exata das violências que poderiam ser perpetradas pelos agentes da ditadura: "a imprevisibilidade é levada ao limite pelo caráter radical de sua proposta de transformação da realidade social e de suas estruturas" (Ferreira, 1996, p. 59). Em seguida, a autora defende que chegou para as militantes a "idade do perigo", de experiências-limites (clandestinidade, prisão e tortura) e arranjos alternativos nas

relações socioculturais. Em síntese, a imersão em outra realidade, diferente da legal, marcada por fortes impactos sobre a subjetividade dessas mulheres.

Por último, Elisabeth Ferreira trata da "idade da razão", as sobreviventes têm de reassumir uma posição legal e adotar estratégias de reintegração à sociedade. A nova vida "não lhes garantiu a possibilidade de descartar a anterior, porque incorporado a um nome encontra-se também um passado" (Ferreira, 1996, p. 118). Pela extensão da pesquisa apresentada neste capítulo, não poderia precisar como foi cada uma dessas fases na vida de Selma Bandeira, quais estratégias subjetivas utilizou para interpretar seu próprio passado e permanecer nas disputas políticas.

Todavia, o advogado e jornalista Mendonça Neto, um de seus companheiros de partido e também deputado estadual por Alagoas, descreveu a ex-deputada como "o biótipo físico político da brasileira emergente. Uma morena faceira, de riso bonito, insinuante, aguerrida, desafiadora, indagadora, ansiosa, perturbada, pelos enigmas da política [...]". Para ele, os últimos discursos de Selma "refletiam segurança, altivez, equilíbrio e muita coerência. Selma parecia mais madura, senhora de si" (*Gazeta de Alagoas*, Maceió, 9 set. 1986, p. 2).

No âmbito do trabalho, ela soube aproveitar as mudanças positivas, algumas delas trazidas pelo processo de redemocratização, para acessar posições de influência social e decisões políticas em meio institucional. Não fez isso sozinha, foi uma frequentadora de debates e encontros organizados por movimentos sociais de Alagoas (trabalhistas, antirracistas e feministas), que denunciam e apontam formas de enfrentar os problemas públicos, por sua vez, alicerçados em estruturas hierárquicas e preconceituosas. Um realce significativo foi dado por ela à situação das mulheres alagoanas e brasileiras, assim como às dificuldades enfrentadas pelas pessoas mais pobres, ví-

Figura 4 - Selma Bandeira no plenário da Assembleia Legislativa de Alagoas
Fonte: *Site* da Prefeitura de Maceió[1].

timas dos abusos do poder e das condições climáticas, a exemplo da seca, que se abatia sobre o seu município de nascimento.

Em março de 1985, Selma foi palestrante do Seminário Interestadual A Mulher e a Nova República, falando sobre o tema "A mulher nordestina e a Nova República" (*Diário de Pernambuco*, Recife, 26 mar. 1985, p. 4). Junto a Selma Bandeira, outras mulheres reunidas neste evento, sobretudo integrantes do

1 Em 2004, foi estabelecido, por meio decreto municipal n. 6.393/2004, a entrega de um Troféu chamado Selma Bandeira. Ele homenageia, em Maceió, "figuras femininas" que contribuem para uma "sociedade mais justa". Disponível em: https://maceio.al.gov.br/noticias/semuc/conheca-a-historia-de-selma-bandeira-que-da-nome-ao-premio-que-reconhece-atuacao-de-mulheres-alagoanas. Acesso em: 30 maio 2024.

PMDB-Mulher, tinham a proposta de criação de um Conselho Nacional da Condição Feminina. A proposta foi concretizada nos primeiros meses do governo de José Sarney, presidente empossado em abril de 1985, substituto de Tancredo Neves (Joana Pedro; Cristina Wolff; Janine Silva, 2022). Selma Bandeira compôs a comissão de criação do Conselho, presidido pela deputada estadual Ruth Escobar (PMDB/SP).

Aproximadamente um ano após o Seminário Interestadual, foi realizado em Maceió a I Semana da Mulher Alagoana, evento proposto pela vereadora Kátia Born (PMDB/AL), segundo o *Diário de Pernambuco*. Aprovado com unanimidade, o encontro de cinco dias prometia abordar temas como: "A mulher na Constituinte", "Violência contra a mulher" e "Planejamento familiar" (*Diário de Pernambuco*, Recife, 5 maio 1986, p. 12).

Selma, que integrou o Movimento de Mulheres do MDB e o Movimento de Mulheres Trabalhadoras, não queria que o alcance das ações e dos debates, especialmente em torno das condições de vida das mulheres, ficasse segregado à capital de Alagoas. Seguindo uma proposta semelhante à da UMMa, ela criou, de acordo com o *ABC das Alagoas*, a União das Mulheres Sertanejas, "com a finalidade de expandir o conceito de cidadania entre as mulheres, inclusive as do interior. Seu primeiro encontro foi a 1º de dezembro de 1984" (Francisco Reinaldo Amorim de Barros, 2005, v. 2, p. 645).

Como é exposto por Ana Letícia Póvoas de Moraes, em capítulo publicado nesta obra, Selma atuou diretamente na concretização de uma delegacia especializada para as mulheres em Alagoas. Em 1985, falou ao *Jornal do Brasil* (Rio de Janeiro, 21 jul. 1985, p. 4) que "Se essa delegacia for criada na forma como queremos, o número de denúncias vai aumentar porque muitas das mulheres violentadas preferem esconder o crime a passar por certos vexames nas atuais delegacias de polícia".

Em 1986, a partir de indicação da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Alagoas (Fetag), Selma tornou-se candidata a deputada federal constituinte, "contando para isso com o apoio das classes populares e do movimento de mulheres. Seu nome foi o terceiro mais cotado nas pesquisas eleitorais" (Schumaher, 2004, p. 111). Entretanto, não pôde ir até o final da disputa pelo cargo de deputada federal. Em 7 de setembro de 1986, em mais um dia de campanha no interior do estado, indo até a cidade de Viçosa, Selma Bandeira teve o carro em que estava atingido por um caminhão, numa ladeira sinuosa que dá acesso a Satuba. No carro estavam também Noraci Pedrosa, delegada federal do Ministério da Agricultura, Ednaldo Ataíde da Silva e Iso Calheiros. Se tivesse participado da Constituinte, teria sido a única mulher eleita em Alagoas para ocupar a função; contudo, apenas homens integraram a Assembleia[28] representando o estado.

No dia 10 de setembro, por uma manchete do jornal *Gazeta de Alagoas*, sabemos que "Selma Bandeira foi velada no 'Hall' da Assembleia Legislativa" e que por lá transitaram "representantes de todos os segmentos político-partidários". Esteve presente também, de acordo com o jornal, a atriz Regina Duarte, que apoiava a candidatura da deputada à Constituinte. Outro destaque do jornal foi a participação de Fernando Collor e Moacir Andrade no velório, respectivamente candidatos a governador e vice-governador de Alagoas. Os holofotes desse jornal, fundado pelo jornalista Luiz Magalhães da Silveira em 1934 e integrado às Organizações Arnon de Mello em 1952, grupo de propriedade do pai de Fernando Collor, Arnon de Mello (Moacir Sant'Ana,

28 A Assembleia Nacional Constituinte foi instalada no governo de José Sarney, em fevereiro de 1987, após longos anos em que o Brasil ficou imerso numa ditadura. Apenas 26 mulheres participaram desse momento de elaboração da nova Constituição brasileira, entre 559 parlamentares eleitos, que aprovaram, em setembro de 1988, o texto final da Lei Magna do país.

1987), demonstraram que as estratégias políticas entre os vivos não se abalam facilmente pelo luto (*Gazeta de Alagoas*, Maceió, 9 set. 1986, p. 1).

No dia 10 de setembro, o *Jornal de Hoje* de Alagoas apresentou mais detalhes sobre as mortes: "Motorista embriagado que causou acidente matando Selma Bandeira colocado à disposição da Justiça" (*Jornal de Hoje*, Maceió, 10 set. 1986, p. 1). Na matéria, é revelado que o motorista do caminhão estava embriagado e cochilou ao volante. A notícia do evento fatídico atingiu diversas pessoas, uma multidão consternada que acompanhou o enterro e prestou suas últimas homenagens à combatente incansável.

Figura 4 - Sepultamento de Selma Bandeira e Noraci Pedrosa
Fonte: *Gazeta de Alagoas*, Maceió, 9 set. 1986, p. 1. Acervo: BPEGR.

Considerações finais

A trajetória política de Selma Bandeira, só parcialmente descrita neste capítulo, mostra como em diferentes tempos de sua vida ela utilizou as ferramentas que encontrava para não esmorecer seus sonhos. Uma "esperança equilibrista" que Olivia Joffily (2005) soube identificar nos testemunhos de mulheres envolvidas na resistência contra o regime civil-militar. Por que lembrá-las?[29]

A memória, como afirma Tatiane Leal (2017, p. 182), é um campo de disputas: "O trabalho de enquadramento, que visa eleger o que (e como) lembrar e esquecer, é sempre arquitetado a partir de hierarquias e classificações do tempo presente". Essa constatação tem, há algumas décadas, mobilizado feministas e outros grupos não representados nas narrativas históricas, sobretudo no campo historiográfico, para atacar as estruturas que realimentam a despotencialização de suas identidades.

É preciso considerar que, na defesa da "moral e os bons costumes", os atos ilegais da ditadura foram instrumentos legitimados por setores da sociedade civil (Adrianna Setemy, 2018, p. 174-175). Armados com o discurso da defesa de "valores cristãos", esses grupos, organizados ou não, constituem uma força poderosa no cenário político brasileiro, instigando projetos conservadores e antidemocráticos.

---

29 Encontrei, antes, ou no trajeto da pesquisa, algumas poucas referências à memória de Selma Bandeira em Maceió. O nome da médica alagoana foi emprestado a um conjunto habitacional, localizado no bairro popular Benedito Bentes. Há também a avenida Deputada Selma Bandeira, no Antares, e a rua Selma Bandeira, no São Jorge, além do Troféu Selma Bandeira, já mencionado em outra nota de rodapé. Para compreender a utilização, ou não, da memória de Selma junto a integrantes do PCR ou do PMDB, que voltou à antiga sigla MDB, uma extensão da pesquisa é necessária.

Falo de Selma Bandeira, assim como de outras mulheres, para sentir sua presença mais de perto, para reacender, no presente, memórias de alguém que mobilizou grande parte de seu tempo na busca de efetivas transformações para grupos historicamente excluídos da esfera dos direitos sociais. Um texto, uma narrativa, que busca alcançar a dimensão coletiva da memória, partilhada, emocional e inspiradora.

Roberta dos Santos Sodó é mestranda no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Alagoas (PPGH/Ufal). Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas em História, Gênero e Sexualidade (GEPHGS/Ufal). Bolsista da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). E-mail: roberta.sodo@ichca.ufal.br.

Referências

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. *Nordestino*: uma invenção do falo. Uma história do gênero masculino (Nordeste - 1920/1940). São Paulo: Intermeios, 2013.

ANGELO, Vitor Amorim de. *Ditadura militar, esquerda armada e memória social no Brasil*. 2011. 225f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2011.

ARRUDA, Pedro Fassoni. A transição política no Brasil: da abertura à Constituinte (1974-1988). *Ponto-e-Vírgula*, São Paulo, n. 26, p. 4-15, 2º sem. 2019. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/index.php/pontoevirgula/article/view/51516/33986. Acesso em: 29 fev. 2024.

BARROS, Francisco Reinaldo Amorim de. *ABC das Alagoas*: dicionário biobibliográfico, histórico e geográfico das Alagoas. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005. v. 1-2.

BONFIM, Adrícia Carla Santos. *União das Mulheres de Maceió (UMMa)*: uma abordagem interseccional das lutas das mulheres cisgêneras na abertura Maceió/AL (1970-1980). 2023. 68f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) - Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2022.

BRASIL. Lei n. 4.464, de 9 de novembro de 1964. *Diário Oficial da União*, Presidência da República. Brasília, DF, 11 nov. 1964. Seção 1, p. 10169. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/l4464.htm. Acesso em: 29 maio 2024.

BRASIL. *Comissão Nacional da Verdade*. Mortos e desaparecidos políticos / Comissão Nacional da Verdade. Brasília: CNV, 2014. 1996p.

CANUTO, Jeane Fialho. *Em nome da revolução*: o PCR (Partido Comunista Revolucionário) e a luta contra a ditadura militar (1966-1974). 2016. 125f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016.

CASTRO, Thiago Bicudo. Repressão aos intelectuais e estudantes: aproximações entre Ato Institucional n. 2 e Lei Suplicy de Lacerda (1965-1968). *Sociedade e Cultura*, Goiânia, v. 20, n. 2, p. 193-213, jul./dez. 2018. Disponível em: https://revistas.ufg.br/fcs/article/view/53072/25579.

CHAUÍ, Marilena. *Brasil*: mito fundador e sociedade autoritária. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

COIMBRA, Cecília Maria Bouças. Gênero, militância e tortura. In: STREY, Marlene; AZAMBUJA, Mariana; JAEGER, Fernanda (orgs.). *Violência, gênero e políticas públicas*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004. p. 45-62.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. *Interseccionalidade*. Tradução de Rane Souza. São Paulo: Boitempo, 2021.

COSTA, Arrisete Cleide de Lemos. *Maceió medúsica*: uma interpretação histórica das imagens da diáspora de intelectuais alagoanos na literatura – 1930/40. Maceió: Edufal, 2015.

DUARTE, Ana Rita Fonteles. Jogos de gênero nas memórias de militantes pela anistia. *Espaço Plural*, Marechal Cândido Rondon, v. 10, n. 21, p. 66-77, 2º sem. 2009. Disponível em: https://e-revista.unioeste.br/index.php/espacoplural/article/view/3553. Acesso em: 6 jul. 2024.

FERREIRA, Elizabeth Fernandes Xavier. *Mulheres, militância e memória*. 1996. 143f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1996.

HOLLANDA, Cristina Buarque de; ISRAEL, Vinícius Pinheiro. Panorama das Comissões da Verdade no Brasil: uma reflexão sobre novos sentidos de legitimidade e representação democrática. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 27, n. 70, p. 1-21, 2019.

IGLESIAS, Margarita. Los desafíos del Cono Sur desde las perspectivas de las mujeres. La democratización de la democracia o la reinvención de una democracia latinoamericana. In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina (orgs.). *Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010. p. 52-73.

JOFFILY, Olivia Rangel. *Esperança equilibrista*: resistência feminina à ditadura militar no Brasil (1964-1985). 2005. 170f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.

LEAL, Tatiane. Elas merecem ser lembradas: feminismo, emoções e memória em rede. *Intercom – RBCC*, São Paulo, v. 40, n. 2, p. 169-185, maio/ago. 2017.

LERNER, Gerda. *A criação da consciência feminista*: a luta de 1.200 anos das mulheres para libertar suas mentes do pensamento patriarcal. São Paulo: Editora Cultrix, 2022.

MIÑOSO, Yuderkys E. Fazendo uma genealogia da experiência: o método rumo a uma crítica da colonialidade da razão feminista a partir da experiência histórica na América Latina. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). *Pensamento feminista hoje*: perspectiva decolonial. Rio de Janeiro: Bazar, 2020. p. 97-122.

MÜLLER, Angélica. *A resistência do movimento estudantil brasileiro contra o regime ditatorial e o retorno da UNE à cena pública (1969-1979)*. 2010. 138f. Tese (Doutorado em História Social) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

NASCIMENTO, Letícia Carolina Pereira do. *Transfeminismo*. São Paulo: Jandaíra, 2021.

OLIVEIRA, José Alberto Saldanha de. *A mitologia estudantil*: uma abordagem sobre o movimento estudantil alagoano. Maceió: Sergasa, 1994.

OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de. *O direito ao passado*: uma discussão necessária à formação do profissional de História. 2003. 291f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. *História*, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 77-98, 2005. Disponível em: https://www.scielo.br/j/his/a/fhHv5BQ6tvXs9X4P3fR4rtr/abstract/?lang=pt.

PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe; SILVA, Janine Gomes da. Desafios dos feminismos na história do Brasil contemporâneo. *História*, São Paulo, v. 41, e2022016, p. 1-22, 2022. Disponível em: https://www.scielo.br/j/his/a/MSpKpKS43mMjsSDRNxgVyrm/.

PERROT, Michele. *As mulheres e os silêncios da História*. Bauru: Edusc, 2005.

QUADRAT, Samantha Viz. A preparação dos agentes de informação e a ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985). *Varia História*, Belo Horizonte, v. 28, n. 47, p. 19-41, jan./jun. 2012.

RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, gênero e história. In: PEDRO, Maria Joana; GROSSI, Miriam Pillar (orgs.). *Masculino, feminino, plural*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1998. p. 21-41.

RODEGHERO, Carla Simone; MACHADO, Vanderlei. Mulheres em movimento: militância estudantil e luta contra a ditadura. *História Oral*, [S. l.], v. 20, n. 2, p. 33-57, 2017.

ROSA E SILVA, Enaura Q.; BOMFIM, Edilma A. *Dicionário Mulheres de Alagoas*: ontem e hoje. Maceió: Edufal, 2007.

SANT'ANA, Moacir Medeiros de. *História da imprensa em Alagoas 1831-1981*. Maceió: Arquivo Público de Alagoas, 1987.

SCHUMAHER, Schuma. *Gogó de emas*: a participação das mulheres na história do Estado do Alagoas. Rio de Janeiro: Redeh, 2004.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, 2017.

SETEMY, Adrianna Cristina Lopes. Vigilantes da moral e dos bons costumes: as condições sociais e culturais para a estruturação política da censura durante a ditadura militar. *Topoi. Revista de História*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 37, p. 171-197, jan./abr. 2018.

Quando uma sai chorando, nenhuma permanece sorrindo: violência contra mulheres em Alagoas (1968-1972)

Ana Laura da Silva Almeida

Introdução

A violência contra mulheres tornou-se um problema reconhecido no meio social global. As movimentações voltadas ao seu combate surgiram confluentes às discussões sobre direitos humanos em meados do século passado (Ana Paula Martins; Daniel Cerqueira; Maria Vieira Matos, 2015). No entanto, os primeiros indícios dessa violência no Brasil são datados do período colonial. As primeiras a sofrerem foram indígenas mulheres e africanas trazidas forçadamente ao Brasil para realizarem trabalhos como escravizadas. Esses grupos de mulheres, além de sofrerem com a violência, decorrente da xenofobia

e do racismo, engendrada pelos colonizadores nos territórios dominados, sofreram e sofrem com violências direcionadas especificamente a elas, ou seja, questões relacionadas ao gênero – assassinato, estupro, casamento forçado, esterilização, violência obstétrica etc.

Assim, o corpo feminino foi e ainda é explorado de acordo com os interesses e as permanências culturais do domínio colonial. Os ideais patriarcais, presentes nos arranjos familiares e conjugais, assim como na legislação, permitiram aos homens o controle sobre o corpo e o comportamento das mulheres, desenvolvendo aparatos de disciplinamento dessas sujeitas e a banalização da violência infringida a elas (bell hooks, 2019; Gerda Lerner, 2019).

Na segunda metade do século XX, o dispositivo (Michel Foucault, 2010) da violência contra as mulheres era uma constante, amparado pela desconsideração do Estado em intervir nos casos de agressão que aconteciam, sobretudo, no ambiente doméstico, dentro de relações matrimoniais. A justificativa utilizada é a mesma reproduzida por certo ditado popular: "em briga de marido e mulher não se mete a colher". As vítimas eram obrigadas a permanecer nesses ambientes hostis, quase sem nenhum amparo dos órgãos judiciais.

Recortei do *Jornal de Alagoas*, especificamente de edições impressas entre os anos de 1968 e 1972, período marcado pelas violações da ditadura civil-militar no Brasil, alguns casos de violência contra as mulheres. Esses casos viraram notícia na sociedade alagoana através da produção impressa do jornal em questão. De circulação local, oferecia em suas folhas notícias do estado, de outras regiões do país e até mesmo internacionais. Com interesses próprios, alicerçados em sua relação com o regime ditatorial, o impresso foi analisado pela apropriação dos debates em torno das categorias interpretativas de gênero (Joan Scott, 1989) e de violência (Heleieth Saffioti, 2004). Além

disso, a partir da análise interseccional (Patricia Hill Collins, 2021), foi dada atenção aos discursos em relação às mulheres e à atuação da jurisdição de Alagoas, entre 1968 e 1972, período que corresponde à temporalidade dos recortes retirados do jornal, fundamentais para a análise proposta neste capítulo.

Ao analisar as notícias de violência de gênero no *Jornal de Alagoas*, pretende-se compreender as causas de tais ocorrências e sua constância nas páginas de notícias, tendo em vista a relação do periódico com o regime ditatorial brasileiro (1964-1985) e com o sistema patriarcal, enquanto partes da estruturação do Estado e do meio social do período analisado. O aporte de referências (Ayssa Norek, 2020; Crislanne Maria dos Santos, 2023; Saffioti, 2004; Rachel Soihet, 2002) auxilia na compreensão do arranjo da violência de gênero e suas consequências duradouras na contemporaneidade brasileira. Historicamente, apenas o extremo desses casos parece atrair os olhares das mídias e da sociedade[30].

Os discursos sobre as mulheres no *Jornal de Alagoas*

A utilização de materiais da imprensa como fontes para análise historiográfica requer a observação dos detalhes das notícias relacionadas ao tema de pesquisa escolhido, assim como a análise da estrutura do periódico nas quais as notícias foram publicadas. Na leitura de tal fonte, a análise direcionada para as notícias do interesse da pesquisa não pode ficar seccionada do estudo do restante do jornal, pois, como afirmam Heloisa Cruz e Maria do Rosário Peixoto (2007), ao utilizar qualquer fragmento de notícia ou de linha editorial, o jornal ou a revista de que ele faz parte também se torna uma fonte que permitirá ao/à

30 Mulher é morta a tiros pelo ex-companheiro dentro de shopping na parte alta de Maceió-AL Disponível em: https://www.tnh1.com.br/noticia/nid/mulher-e-morta-a-tiros-dentro-de-shopping-na-parte-alta-de-maceio/. Acesso em: 2 mar. 2024.

pesquisador/a explorar como tal publicação constitui-se como força histórica naquele momento, sua influência na opinião pública e como ela pode produzir subjetividades.

No que concerne à estrutura do *Jornal de Alagoas*, no período da ditadura civil-militar, observa-se que os interesses da publicação estavam inclinados à política do regime. Em 5 de abril de 1964, por exemplo, logo na primeira página, encontramos a notícia: "Já desarticulados os focos comunistas do estado, mas a polícia prossegue em constantes diligências". O jornal destacou, de maneira elogiosa, as ações dos militares em Alagoas contra os grupos políticos opositores à inserção do regime autoritário, além de mencionar a família como uma importante aliada na manutenção de sua estrutura.

Entre os objetivos da ditadura civil-militar estava reprimir grupos que desviavam das normas impostas. Partícipes desses grupos destituídos de representatividade política, as mulheres eram vistas a partir da ideologia patriarcal. Como explica a filósofa política bell hooks (2019, p. 167), desde muito jovens os homens são ensinados que, na composição da estrutura social, possuem um alto privilégio, somente por terem nascido homens e, portanto, superiores em relação às mulheres. Tal raciocínio, como evidencia a teórica, serve como base para que o patriarcado consiga funcionar em todas as classes.

A partir da solidez do patriarcado, a estrutura familiar é configurada de modo desigual, de acordo com seus objetivos, em que as funções não são distribuídas entre os integrantes de maneira equivalente (Lerner, 2019, p. 460). A subordinação da mulher é algo que perdura desde o seu núcleo familiar ao matrimônio, quando o marido assume o papel de protetor e dominador de seu corpo, enquanto a ela são relegados os serviços domésticos, sexuais e maternos. Muitos dos discursos direcionados às mulheres nas páginas do jornal alagoano seguiam

essa óptica, colocando-as no papel de submissão e regulando sua moralidade.

Os discursos do *Jornal de Alagoas* sobre as mulheres eram carregados de ambiguidade. Enquanto em algumas páginas do periódico saíam textos dedicados ao que se esperava das atitudes delas na sociedade, como aquele produzido na coluna "Jornal Feminino", em outras páginas eram publicadas notícias que se referiam a elas de forma pejorativa, especialmente na coluna policial. Nota-se que o trecho abaixo está alinhado com a primeira forma de discurso.

> A CORAGEM FEMININA
>
> [...] É preciso ter "coragem" para saber dirigir a casa, para saber educar os filhos, para enfrentar as relações com os vizinhos. A verdadeira "coragem" é sempre estudada e responsável. A mulher que a possui sabe que pode enfrentar qualquer situação com muitas probabilidades de resolvê-la. Trata-se em suma de encontrar os melhores meios para isso. Você tem coragem bastante para enfrentar certas situações delicadas com seu marido? [...] Na sua família reina uma grande desordem. Cada um faz o que bem entende a começar por seu marido. Que faz você para evitar o pior? [...] Seu filho trouxe péssimas notas e arrisca-se a perder no ano escolar. Seu marido está furioso com isso. Como você se comporta? [...] Descobriu que seu marido tem uma amante ou então que está sendo dado a aventuras. Que atitude você assume? [...] Você teve que fazer algumas dívidas por isso o balanço das contas está em débito. Como você se comporta ao enfrentar seu marido? [...] Você está em desacordo com seu marido. Como enfrenta a situação? [...] (*Jornal de Alagoas*, Maceió, 6 set. 1968, p. 5).

Conforme o jornal, a "coragem feminina" descrita na coluna estava associada a lidar com os desafios dos afazeres domésticos "para fazer feliz o marido". Em sua análise acerca das características do "Jornal Feminino", Antonny Félix (2024) destaca que o conteúdo informativo da coluna era direcionado àquelas leitoras pertencentes à classe média da sociedade alagoana, em sua maioria mulheres brancas e de família tradicional cisheteronormativa, contribuindo para o apagamento de outras discussões relevantes sobre o feminino.

Em outras edições do *Jornal de Alagoas* são encontradas notícias referentes à repressão de mulheres consideradas imorais:

> MARIPOSAS VOLTAM A INFESTAR A CIDADE
> Um ligeiro descuido no policiamento de nossa cidade está facilitando o retôrno das mulheres da "vida fácil" em todo o longo da Avenida Duque de Caxias e suas adjacências. Ninguém mais pode transitar livremente por aquelas artérias, notadamente as mocinhas e senhoras, isto porque correm os riscos de serem confundidas com as mariposas que ali se aglomeram. O trânsito dessas mulheres vem-se registrando até a Praça dos Palmares, em demanda do centro da cidade, numa perturbação constante aos bons costumes (*Jornal de Alagoas*, Maceió, 14 nov. 1970, p. 5).

Ao ler essa notícia, é possível analisar a presença de elementos textuais que se encaixam na segunda forma do discurso associado às mulheres, chamadas *mariposas*[31], *mulheres da "vida*

31 A nomeação "mariposa", assim como "mundana", foram utilizadas pela imprensa, Estado, polícia e a sociedade, de modo geral, para classificar as mulheres que praticavam a prostituição e, também, qualquer sujeita que não seguisse as normas de gênero da ditadura civil-militar. A pesquisadora Crislanne Santos, em sua dissertação de Mestrado em História (2023), intitulada *As mariposas pousam ao entardecer*: prostituição, biopolítica e resistências de gênero

fácil", expressões carregadas de estigmas e utilizadas para denominar em sua maioria mulheres negras. Muitas dessas mulheres tinham a prostituição como profissão ou a elas foram associadas (Santos, 2023, p. 13); eram trabalhadoras que desfrutavam de alguma autonomia, transgredindo, dessa forma, o destino patriarcal e cisheteronormativo (Letícia Nascimento, 2021) da submissão ao pai e/ou marido. Vê-se, ainda, que a presença dessas sujeitas em determinados espaços urbanos causa incômodo – os termos *infestar*, *riscos*, *perturbação* denunciam tal empecilho –, sendo utilizado o aparato policial para controlá-las e afastá-las dos locais, com a finalidade de não interferirem nos "bons costumes" da sociedade alagoana.

As constantes tentativas de separação dessas mulheres, consideradas "promíscuas", dos ambientes frequentados por "moças de família", foram bastante disseminadas nos informes do *Jornal de Alagoas*. Com a justificativa de melhorar o espaço urbano da cidade, a transferência de grupos considerados indesejados para regiões periféricas, um dos objetivos políticos da ditadura civil-militar, fez com que, cada vez mais, algumas regiões seguissem um padrão social idealizado, efeitos dos discursos políticos alinhados ao regime (Santos, 2023, p. 19).

Ao mesmo tempo que as folhas do periódico eram utilizadas para fomentar a idealização da mulher submissa ao homem, considerada responsável pela felicidade ou frustração de seu marido, responsável por manter a "moral e os bons costumes", por outro lado, disseminou na imprensa um discurso desumanizante (Dediane Souza, 2022, p. 92) em relação àquelas que descumpriam esses papéis.

O *Jornal de Alagoas* enfatizou o protagonismo masculino no desenvolvimento da sociedade, fomentando em seus informes

---

na imprensa de Maceió, AL (1970-1980), realiza uma análise aprofundada no que concerne ao sistema regulador do Estado em relação a essas mulheres.

que as mulheres continuassem em posição de subordinação. O jornal também não apresentou referências de mulheres livres do patriarcado para que essas sujeitas construíssem uma consciência histórica e crítica acerca da realidade em que estavam inseridas (Lerner, 2019, p. 461).

Violência de gênero como dispositivo disciplinar

Em seus estudos, a socióloga Heleieth Saffioti descreve que a violência de gênero, em sociedades marcadas pelo patriarcado, ocorre de maneira intencional. É sistematizado, nas relações homem-mulher, que ambos estejam, respectivamente, nas posições de dominador-explorado, ou seja, o homem tem o poder de reprimir possíveis comportamentos vistos como desviantes em relação à mulher, que acaba ficando no lugar de impotência perante tais hostilidades atreladas ao gênero.

O pensamento de que os homens possuem um *status* de dominância é incentivado pela própria sociedade patriarcal, que delimita as funções sociais de homens e mulheres através das características sexuais — o feminino é visto como frágil, enquanto o masculino, como viril. A utilização da violência pelos homens, como um dispositivo para manter sua masculinidade em evidência e permanecer na posição de potência maior, é justificada pelo sentimento de que as mulheres são uma ameaça ao equilíbrio (desigual) desses vínculos (Saffioti, 2004, p. 79).

Quando as mulheres não assumem a posição de subordinação, imposta pela estrutura patriarcal, são vistas como iminentes inimigas dos homens (hooks, 2019, p. 176), entraves à posição que eles têm de dominância nas esferas pública e privada. Na notícia em destaque abaixo, vê-se como, novamente, a violência de gênero é um recurso usado na repressão das mulheres consideradas desviantes.

> ESPANCADA PELO ESPÔSO PORQUE NEGOU-SE A FAZER O SEU ALMOÇO: NO HPS:
>
> Foi atendida ontem no Hospital de Pronto Socorro a sra. Maria Aurea da Silva, residente, em Marechal Deodoro, vítima de uma agressão por parte de seu espôso, o indivíduo Antônio Feliz Correia da Silva. O ato foi praticado no interior da residência do casal, tendo o agressor se utilizado de um cacête para a prática do delito. Policiais lotados na Delegacia daquele município efetuaram a prisão do espancador em flagrante, enquanto que também providenciaram o transporte daquela senhora para o nosocômio da cidade, onde após ser medicada, ficou internada em observação. Segundo as declarações da sra. Maria Aurea, o espancamento fica registrado por a mesma ter se negado a fazer o almôço de Antônio Feliz, que há cêrca de dois dias não ia em casa e ali chegou em visível estado de embriaguêz. Frisou ainda que aquele indivíduo não trazia nada para dentro de casa desde a semana que passou [...] (*Jornal de Alagoas*, Maceió, 21 maio 1969, p. 2).

Segundo a matéria, a motivação do marido para agredir a esposa surgiu após ela ter negado realizar uma tarefa doméstica, a qual lhe era atribuída pelas normas do matrimônio, por estar insatisfeita com as atitudes do companheiro. Nota-se a presença de uma divisão de atividades que cada um deveria realizar segundo atribuições de gênero. Enquanto a esposa era responsável pelos afazeres domésticos, como a preparação de refeições, ao marido era atribuída a função de mantenedor financeiro do lar. Com a recusa da vítima de realizar tais funções, o agressor, sentindo-se no direito de puni-la, utilizou da violência física para reprimir a atitude considerada imprópria.

Em outras ocorrências, a causa das agressões foi justificada pelo ciúme sentido pelo (ex-)companheiro da vítima:

> JOSÉ BARBOSA TENTOU MATAR SUA AMANTE EM LEOPOLDINA:
>
> José Barbosa da Silva, residente no Engenho "Estrela do Sul", município de Colônia Leopoldina, tentou assassinar a golpes de faca-peixeira sua amante Josefa Maria da Conceição, por haver esta o desprezado desde alguns dias. A vítima recebeu várias peixeiradas nas regiões mamária e abdominal, tendo sido conduzida para o Hospital de Pronto Socorro da nossa capital [...] A cena sangrenta teve por base o excesso de ciúme de José Barbosa, tendo em vista que desde alguns dias Josefa Maria afirmara que nada mais queria com ele e que já estava enamorada de outro [...] Como José Barbosa continuasse a persegui-la, Josefa Maria da Conceição, aproveitando a oportunidade em que se juntavam várias pessoas, afirmou: "Por favor, desapareça de minha vida". Indignado com o tratamento da jovem, José Barbosa sacou de uma faca-peixeira que portava na cintura, aplicando vários golpes em Josefa." (*Jornal de Alagoas*, Maceió, 4 fev. 1972, p. 7).

Na notícia acima, fica evidente a negação do término da relação por parte do ex-companheiro da vítima. A informação de que Josefa já estava em outro relacionamento e o pedido dela para que o marido parasse de persegui-la são elementos que culminam no uso da violência pelo agressor. Ele não aceitou ser "desprezado", falhando na tentativa de controlar a vida social da vítima.

Outra justificativa, comumente utilizada para o ato da violência contra as mulheres, era a suposta defesa da honra[32]. No

32 A tese de legítima defesa da honra, presente no Código Penal brasileiro desde 1940, em seu artigo 25, antes utilizada nos casos de violência contra mulheres para justificar o comportamento do acusado, permaneceu sendo sustentada até 2023, quando, em 1º de agosto de 2023, o Supremo Tribunal Federal declarou a tese como inconstitucional. Disponível em: https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=511556&ori=1. Acesso em: 20 maio 2024.

momento em que o homem imaginava ou tinha conhecimento de algum comportamento considerado destoante em relação ao que se esperava da mulher, poderia aplicar-lhe o "castigo" que desejasse. É o que se vê nesta notícia:

> ESPÔSA DESVIRGINADA OFENDE HONRA DE ESPÔSO QUE MATOU MULHER A FACA APÓS PRIMEIRA NOITE:
>
> Cena de sangue que causou grande alarme em nossa capital registrou-se nas primeiras horas do domingo quando o Sr. Miguel Martins de 31 anos de idade funcionário do Departamento de Estradas e Rodagens (DER) esfaqueou sua espôsa Dona Dominga Ferreira Martins de 21 anos de idade no interior de sua residência onde o recém-casal morava há pouco mais de três dias. Enquanto a mulher era conduzida às pressas para o Hospital de Pronto Socorro onde algum tempo após veio a falecer depois de se submeter a uma melindrosa intervenção cirúrgica o autor do crime foragiu-se deixando a faca em cima de uma mesa no interior de sua residência (*Jornal de Alagoas*, Maceió, 31 dez. 1968).

Quando foi preso pela polícia, Martins confessou o motivo do crime:

> [...] O autor do crime confessou que a matou e que de certo modo não estava arrependido, pois depois de três anos de noivado e namôro somente depois de casada foi que sua mulher foi lhe confessar que já tinha sido desvirginada por seu patrão [...] e além de fazer tamanha despesa para esposar aquela mulher escondera a verdade e em defesa de sua própria honra sacou-lhe de uma faca peixeira por duas vezes da região abdominal, e foragiu-se logo depois (*Jornal de Alagoas*, Maceió, 31 dez. 1968).

O mesmo argumento era utilizado por aqueles agressores que alegavam ter agido involuntariamente, devido aos sentimentos reativos perante a situação em que se encontravam com a vítima (Soihet, 2002, p. 276). Surpreendentemente, isso lhes garantia maior facilidade para obter a absolvição do crime cometido. Outrossim, a própria redação da notícia auxilia no embasamento da tese: logo no título do informe, a mulher é designada pelo papel de imoral e culpada por ferir a integridade do companheiro.

Também apareceram, no *Jornal de Alagoas*, casos de violência contra as mulheres que eram consideradas "mundanas" pela imprensa. Além de serem agredidas pela polícia, como já mencionado neste capítulo, são encontrados casos de violência cometidos pela população civil, principalmente por homens que, ao considerarem essas mulheres promíscuas, sentiam-se no direito de violar seus corpos.

> MUNDANA AGREDIDA POR ELEMENTOS DESCONHECIDOS NA AVENIDA DUQUE DE CAXIAS FOI FERIDA NO ÔLHO:
>
> Agredida a soco e ponta-pés por três indivíduos, teve entrada ontem no Hospital de Pronto Socorro a mundana Maria do Carmo residente no município de Viçosa. A agressão foi registrada em nossa Capital, na praia da Av. Duque de Caxias ocasião em que um dos agressores sacou de uma faca-peixeira , ferindo-lhe no ôlho esquerdo [...] Maria do Carmo se encontrava ontem com duas outras em visível estado de embriaguez na boite "Areia Branca", no Farol, quando foi abordada pelo trio que as convidou para uma volta na cidade [...] Após abusarem das mulheres , os mesmos passaram a espancá-las, tendo duas delas conseguido fugir somente ficando Maria do Carmo. A cena de brutalidade se passou nas imediações da Associação Atlética Banco do Brasil e após o espancamento fugiram deixando aquela mundana inerte, sem sentidos (*Jornal de Alagoas*, Maceió, 14 maio 1971, p. 5).

A ditadura civil-militar tinha como suposto que a moralidade estaria encarnada na família tradicional. Nessa instituição, o regime buscava encontrar a efetividade de sua regulação dos comportamentos sociais (Norek, 2020), por sua vez, embasados na lógica do sistema patriarcal. A prevalência da figura masculina no papel de líder nas relações conjugais permitiu que a moralidade fosse um elemento repressivo para as mulheres. Desse modo, a violência de gênero precisava ser utilizada para a manutenção da família tradicional (Maria Nader; Lana Lage, 2012, p. 139).

Em países ocidentais, em meados do século XX, grupos compostos por mulheres militantes, contrárias aos regimes autoritários que infestavam a América Latina, traziam consigo também a bandeira dos feminismos. A historiadora Ayssa Norek (2020) evidencia que a presença das mulheres no âmbito da militância e da resistência incomodou, além dos militares, os militantes de esquerda que tinham a régua da moralidade vinculada ao machismo e ao patriarcado. Apesar de também lutarem contra os regimes autoritários, eles carregavam consigo a perspectiva sexista e machista em relação às suas companheiras de militância.

A concepção de que as mulheres fariam parte apenas da esfera privada da sociedade, necessitando de proteção dos homens e subordinadas a eles, ou seja, à estrutura patriarcal como um todo, afetou e continua afetando os homens de forma generalizada. No decorrer da ditadura civil-militar, esse posicionamento, mesmo entre organizações de esquerda, dificultou a efetiva participação das mulheres em lutas políticas. Entretanto, muitas vozes saíram da esfera privada para ocupar os espaços públicos com o objetivo de conquistar protagonismo, respeito e direitos sociais, ainda que a maioria fosse silenciada pela repressão masculina e cisheterormativa (Norek, 2020, p. 35). Por essas normativas, as mulheres não poderiam acessar papéis de liderança ou ter qualquer libertação do ideal patriarcal.

Segundo a pesquisadora Tamy Amorim da Silva (2019), a análise da década de 1960 mostra a presença de diversos grupos de mulheres contra as políticas da ditadura civil-militar, que atingiam de forma direta, principalmente, as classes sociais menos abastadas. Apesar do pouco apoio de militantes homens, também opositores ao regime, as mulheres planejaram ações contra a alta dos preços de itens básicos para o sustento da família e denunciaram as violações dos Direitos Humanos (Silva, 2019, p. 21). Essas ações davam os primeiros sinais da articulação do Movimento de Mulheres, efervescente a partir da segunda metade da década de 1970.

Nas fontes analisadas para a composição deste capítulo, observa-se que as mulheres, caso negassem realizar tarefas domésticas, estavam sujeitas a sofrer violências. Negar retomar um relacionamento com o ex-companheiro, estar em determinado local público ou ter comportamentos considerados imorais, também poderiam gerar incômodos à ordem patriarcal, que permitia a "punição" dessas mulheres. Aquelas que não seguissem o que era exigido ao feminino – nos ambientes público/privado – tinham seus corpos vistos como iminentes locais de violência (Soihet, 2002, p. 270).

A atuação da jurisdição de Alagoas nos casos de violência de gênero

Durante a análise das fontes dos jornais alagoanos, distribuídas entre o período de 1968 a 1972, ficou perceptível a ausência de informações no *Jornal de Alagoas* acerca de locais, alinhados com o Estado, que auxiliassem mulheres vítimas de violência de gênero; apenas destacavam-se as hostilidades contra as mulheres e, em sua maioria, a perspectiva do agressor acerca do crime. No sentido contrário, muitos desses crimes, que chegavam às delegacias de polícia, tinham as investigações comandadas por

delegados despreparados para atender de maneira eficaz tais casos[33]. Além disso, as primeiras organizações feministas ainda não atuavam na sociedade alagoana.

Uma pesquisa feita pela advogada Iáris Cortês (2012), referente à legislação em vigor durante esse período, demonstra que a ideologia patriarcal utilizava os órgãos judiciais como instrumentos legitimadores de seus objetivos. O Código Civil de 1916[34] – ainda em vigor no recorte de tempo analisado neste capítulo –, em seus escritos destinados às mulheres, apresentava características discriminatórias e machistas quanto aos direitos e deveres que elas possuíam. Esse documento demonstra a falta de garantias e assistência àquelas que eram frequentemente vítimas de violência.

> [...] a mulher casada é relativamente incapaz, [...] a mulher só tem por lei, voz e voto caso o pai esteja ausente ou morto, [...] o casamento pode ser anulado se houver o defloramento da mulher antes ao matrimônio, [...] no casamento a mulher recebe a condição de companheira e auxiliar nas obrigações familiares (Código Civil de 1916, *apud* Iáris Cortês, 2012, p. 127).

Ainda de acordo com o Código Civil de 1916, o homem, durante o matrimônio, recebia a função de "chefe da sociedade conjugal, administrador dos bens comuns da mulher" (ibid..),

33 Somente a partir de 1985 foram criadas as Delegacias da Mulher, devido à pressão constante dos movimentos feministas no combate à impunidade dos casos de violência de gênero.

34 O Código Civil de 1916 vigorou durante 86 anos na legislação do Brasil, passou por constantes mudanças até o ano de 2002, quando foi substituído pelo Novo Código Civil. Disponível em: https://www.jusbrasil.com.br/legislacao/103251/codigo-civil-de-1916-lei-3071-16. Acesso em: 15 maio 2024.

responsável pelas decisões mais importantes para seu núcleo familiar. Nas relações conjugais entre homens e mulheres negras há, recorrentemente, a presença da mulher como a mantenedora do lar. Contudo, a ideologia patriarcal, alinhada com o racismo, dissemina o discurso de que para continuar como chefe da família e garantir sua masculinidade, esses homens precisam ser os únicos a garantir o sustento financeiro do lar (hooks, 2019, p. 155). Quando visualizam suas companheiras nessa posição, sentem-se emasculados e, em várias situações, utilizam o dispositivo da violência contra elas.

Ainda havia a justificativa da prática de violência de gênero que não era vista como um problema social pelo Estado, principalmente se ocorresse no âmbito privado das relações conjugais. O Código Penal de 1940[35], válido entre as décadas de 1960 e 1970, auxiliava na absolvição de homens que justificassem seus "erros" culpando as vítimas. Eles apontavam, para maquiar seus crimes, comportamentos das mulheres considerados fora das normas impostas. Como o referido Código previa a tese de *legítima defesa da honra*, esse recurso foi utilizado com frequência, principalmente em crimes de agressões que culminassem no assassinato da vítima. Auxiliados pela validação desse argumento e pelos órgãos judiciais, muitos homens conseguiram a remissão, o que em nada contribuiu para a redução desse tipo de crime, ainda mais porque era improvável que os acusados fossem condenados a cumprir a pena máxima.

No final da década de 1970 e durante a década de 1980, com a pressão constante dos movimentos feministas, articulados pela reivindicação de direitos para mulheres, começaram a ser desenvolvidos instrumentos contra a violência de gênero. Em

35 O Código Penal de 1940, o terceiro promulgado no Brasil, foi criado no governo de Getúlio Vargas e permanece vigente no país desde então. Disponível em: https://www.jusbrasil.com.br/legislacao/91614/codigo-penal-decreto-lei-2848-40. Acesso em: 15 maio 2024.

sua pesquisa, a médica Mônica Diniz (2006, p. 17) apresenta o SOS Mulher, criado em São Paulo pelos coletivos feministas, projeto que se disseminou para outros estados com o objetivo de auxiliar mulheres vítimas de agressões. Ele também previa a criação de estratégias que visassem atingir mudanças na legislação acerca desse problema. O Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (1985) e a Primeira Delegacia de Defesa da Mulher (1985) fortaleceram a permanência das articulações feministas até que mudanças efetivas fossem concretizadas.

Em Alagoas, as ações contra a violência de gênero passam a ter um maior destaque a partir do surgimento da União das Mulheres de Maceió (UMMa), fundada em 1982 por mulheres influentes na política do estado. A organização desenvolveu diálogos e ações concretas contra o machismo e a misoginia no cenário alagoano. Segundo os estudos de Adrícia Bonfim (2024), a UMMa foi criando espaços para o debate e a conscientização acerca dos direitos das mulheres, além de fazer articulações com entidades e a população para realizar atos públicos contra a impunidade das agressões infringidas às alagoanas.[36] A atuação das mulheres em cargos políticos e em conjunto com o Centro da Mulher Alagoana possibilitou, entre outros interesses, os trâmites para a criação da primeira Delegacia da Mulher em Alagoas, na década de 1980.[37]

Considerações finais

Atualmente, em Alagoas, a Secretaria da Mulher e dos Direitos Humanos, a OAB/AL e o Ministério Público do estado têm atuado no desenvolvimento de políticas públicas em defesa da

36 Ver nesta coletânea o capítulo de Adricia Bomfim sobre a UMMa.

37 Conferir nesta obra o capítulo sobre a criação da Delegacia da Mulher em Alagoas, de autoria de Ana Letícia Póvoas de Moraes.

mulher contra crimes de violência de gênero. No estado ainda funcionam a Delegacia da Mulher, a Central de Flagrantes 1, a Casa da Mulher Alagoana e o sistema de atendimento "Ártemis", instrumento *on-line* para atender as vítimas de violência[38].

Apesar desses instrumentos, é possível encontrar falhas na eficácia da assistência dada às mulheres. Há pouca discussão sobre violência de gênero e políticas públicas efetivas para evitar os casos, principalmente em municípios do interior de Alagoas, onde são bastante recorrentes os crimes de feminicídio, a exemplo do assassinato de Mônica Cavalcante[39], no município de São José da Tapera, em que seu marido desferiu tiros contra ela na porta de casa. Antes do crime, Mônica relata, em um vídeo angustiante, o relacionamento abusivo com seu companheiro, ressaltando que era uma "boa esposa" e que o seu vídeo "conscientizasse as mulheres".

As cidades do interior de Alagoas possuem como instrumento para atendimento das vítimas somente as delegacias de Polícia Civil, à exceção de Arapiraca, que possui uma Delegacia da Mulher. Esse cenário possibilita a dificuldade nos trâmites de uma denúncia de violência de gênero e até mesmo a desistência da vítima em denunciar, por não ter certeza de um caminho seguro a percorrer.

---

38 Crescem todos os indicadores de violência doméstica em Alagoas. Disponível em: https://tribunahoje.com/especial/2024/02/01/29-crescem-todos-os-indicadores-de-violencia-domestica-em-alagoas. Acesso em: 22 mar. 2024.

39 Mônica Cavalcante tinha apenas 26 anos quando foi morta a tiros pelo marido após uma discussão, no interior de Alagoas. Disponível em: https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2023/06/27/mulher-que-gravou-video-antes-de-ser-assassinada-em-al-aparecia-no-trabalho-com-marcas-de-agressao-diz-delegado.ghtml. Acesso em: 18 maio 2024.

Outrossim, o *Anuário Brasileiro de Segurança Pública*[40], em 2022, destacou o crescimento de 2,9% das agressões de violência doméstica contra mulheres no Brasil, enquanto os casos de feminicídio aumentaram 6,1%. Em Alagoas, os casos de feminicídio cresceram 23,9% e as agressões no ambiente doméstico aumentaram 29,1%, sendo 67%[41] das vítimas mulheres pardas. Tais aumentos notabilizam as falhas persistentes no combate à violência de gênero.

40 *Anuário Brasileiro de Segurança Pública*. Disponível em: https://forumseguranca.org.br/publicacoes/anuario-brasileiro-de-seguranca-publica/. Acesso em: 18 maio 2024.

41 Mapa da violência contra a mulher em Alagoas. Disponível em: http://mulhersegura.seguranca.al.gov.br/wp-content/uploads/2022/03/Mapa-da-Viol%C3%AAncia-Contra-a-Mulher-Alagoas-2021.pdf. Acesso em: 18 maio 2024.

Ana Laura da Silva Almeida é graduanda no curso de História pela Universidade Federal de Alagoas (Ufal) e integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas em História, Gênero e Sexualidades (GEPHGS), tem interesse nos estudos de Gênero e nas áreas da História das Mulheres, Social e Política. E-mail: ana.almeida@ichca.ufal.br

Referências

BONFIM, Adrícia Carla Santos. União das Mulheres de Maceió (UMMa): mobilização política das mulheres em Maceió na abertura (1980-1988). In: VERAS, Elias; SODÓ, Roberta (orgs.). *(In)Desejáveis*: LGBTQIA+ e feminismo na imprensa de Alagoas (século XX). Maceió: Edufal, 2024. p. 223-248.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. *Interseccionalidade*. São Paulo: Boitempo, 2021.

CORTÊS, Iáris Ramalho. A trilha legislativa da mulher. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (orgs.). *Nova História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012. p. 127-138.

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre História e Imprensa. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, São Paulo, n. 35, p. 253-270, dez. 2007. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/2221/1322.

DINIZ, Simone Grilo. Violência contra a mulher: estratégias e respostas do movimento feminista no Brasil (1980-2005). In: DINIZ, Carmem Simone Grilo; SILVEIRA, Lenira Politano da; MIRIM, Liz Andréa Lima (orgs.). *Vinte e cinco anos de respostas brasileiras em violência contra a mulher*: alcances e limites. São Paulo: Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde, 2006. p. 15-44.

FÉLIX, Antonny. Manual do ser mulher: o ideário de Neilda Cavalcanti no *Jornal de Alagoas* (1968). In: VERAS, Elias; SODÓ, Roberta (orgs.). *(In)Desejáveis*: LGBTQIA+ e feminismo na imprensa de Alagoas (século XX). Maceió: Edufal, 2024. p. 77-99.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. São Paulo: Graal, 2010.

hooks, bell. O imperialismo do patriarcado. In: hooks, bell. *E eu não sou uma mulher?*: mulheres negras e feminismo. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019. p. 145-191.

LERNER, Gerda. *A criação do patriarcado*: história da opressão das mulheres pelos homens. Tradução de Luiza Sellera. São Paulo: Cultrix, 2019.

MARTINS, Ana Paula Antunes; CERQUEIRA, Daniel; MATOS, Maria Vieira Martins. *A institucionalização das políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres no Brasil* (versão preliminar). Nota Técnica n. 13. Brasília: IPEA, 2015.

NADER, Maria Beatriz; LAGE, Lana. Da legitimação à condenação social. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (orgs.). *Nova História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012. p. 139-152.

NASCIMENTO, Letícia. *Transfeminismo*. São Paulo: Jandaíra, 2021.

NOREK, Ayssa Yamaguti. "Mulheres do Brasil" ou terroristas? As muitas representações da mulher durante a ditadura militar (1964-1985). *Revista Em Perspectiva*, Fortaleza, v. 6, n. 1, p. 26-40, 2020.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. *Cadernos pagu*, Campinas, n. 16, p. 115-136, 2001.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SANTOS, Crislanne Maria dos. *"As mariposas pousam ao entardecer"*: prostituição, biopolítica e resistências de gênero na imprensa de Maceió, AL (1970-1980). 2023. 122f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2023.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

SILVA, Tamy Amorim da. "O Feminismo veio para ficar...nós não vamos sair mais". In: MELLO, Soraia Carolina de; WOLFF, Cristina Scheibe; ZANDONÁ, Jair (orgs.). *Mulheres de luta*: feminismo e esquerdas no Brasil (1964-1985). Curitiba: Appris, 2019. p. 15-31.

SOIHET, Rachel. O corpo feminino como lugar de violência. *Projeto História*, São Paulo, n. 25, p. 269-289, dez. 2002. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/10592/7882.

SOUZA, Dediane. *"Dando o nome"*: eu e Dandara na construção de narrativas de humanidades de travestis em Fortaleza-CE a partir de um recorte do jornal *O Povo*. 2022. 140f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2022.

Operações policiais em Maceió: biopolítica, raça, classe e gênero na ditadura civil-militar[42]

Crislanne Maria dos Santos

Introdução

Este capítulo nasceu da dissertação *Mariposas pousam ao entardecer*: prostituição, biopolítica e resistências de gênero na imprensa de Maceió, AL (1970-1980) (Crislanne Maria dos Santos, 2023). Esse trabalho foi fruto de uma intensa pesquisa sobre as questões de gênero, raça e sexualidade nas páginas dos jornais alagoanos *Gazeta de Alagoas* e *Jornal de Alagoas*. Tal estudo teve como pontapé inicial a busca das abordagens

42 Artigo fruto de recorte do terceiro capítulo da dissertação *Mariposas pousam ao entardecer*: prostituição, biopolítica e resistências de gênero na imprensa de Maceió, Al (1970-1980), apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Alagoas.

jornalísticas sobre mulheres que são socialmente associadas à atividade de prostituição urbana em Maceió-AL (1970), período em que nacionalmente nos situamos dentro da conjuntura política do regime militar.

Neste capítulo especialmente, abordo duas operações – "Operação Doméstica" e "Operação Mariposa" – para compreender a lógica da biopolítica e suas inúmeras investidas no ordenamento moral da cidade de Maceió, na década de 1970. Primeiro, discuto a "Operação Doméstica", voltada à perseguição e apreensão de empregadas domésticas nas ruas da capital alagoana, e o modo como ela foi utilizada para os controles de raça, gênero, classe e sexualidade. Em seguida, analiso a "Operação Mariposa", que consistiu em rondas feitas pela polícia nas ruas da cidade, efetuando diversas prisões de mulheres que praticavam a prostituição ou a ela estavam associadas.

No primeiro caso, na compreensão da dinâmica da operação dirigida pela Secretaria de Segurança do Estado, recorro à análise interseccional, atentando para a construção histórica do lugar das mulheres negras na sociedade, os mitos racistas e sexistas, fundados no racismo estrutural brasileiro. Por sua vez, por meio da "Operação Mariposa", destaco como essa operação atuou no sentido de restringir a circulação de mulheres pelas ruas, assim como fechou "casas suspeitas", boates e lupanares frequentados por homens e mulheres.

Para a análise, levo em consideração trabalhos sobre a prostituição urbana no Brasil, como os de Margareth Rago (1990), Cristiana Schettini (2006) e Ivonete Pereira (2004). Tenho como base o conceito de interseccionalidade (Kimberlé Crenshaw, 2020), que norteia o uso dos conceitos de raça, classe, gênero e sexualidade, que são fundantes para a compreensão da articulação das operações. Como recurso teórico, recorro ainda às concepções de sexualidade, biopoder e governamentalidade foucaultianas.

Assim, aqui me preocupo em analisar os recursos discursivos de que a imprensa local lança mão para abordar as questões de gênero, raça e sexualidade no contexto da nova organização urbana que será implementada e gerida pela administração do Regime Militar e sua atuação no estado de Alagoas.

"Operação Doméstica" (1969)

Em 1969, os jornais da capital alagoana iniciaram um ciclo de notícias que destacavam as operações dirigidas pela Polícia Militar, precisamente pela recém-fundada Rádio Patrulha. As operações tinham como objetivo o controle das mulheres que praticavam a prostituição nas ruas centrais da cidade. O *Gazeta de Alagoas*, em edição de 2 de novembro, destacou essas investidas do poder público:

> SEGURANÇA PÚBLICA NA "OPERAÇÃO DOMÉSTICA"
> Por determinação da Secretaria de Segurança Pública, o Major Jorge Araújo está prendendo todas as domésticas que permanecerem nas ruas da cidade depois das 22 horas. A "Blitz" está sendo promovida por aquele militar, acompanhado por alguns soldados da Companhia Metropolitana de Policiamento Ostensivo. Dente todos os locais são os situados defronte à Estação Ferroviária e nas proximidades do Edifício Brêda. As domésticas presas são levadas para a delegacia do Primeiro Distrito, onde possivelmente são ouvidas pelo delegado de plantão logo depois cadastradas por vadiagem. A "Blitz" teve início na noite de anteontem, devido as inúmeras queixas chegadas nas delegacias distritais.
>
> A "Busca às domésticas" está sendo feita num jipe da Polícia Militar de Alagoas, sob o comando do Major Jorge

> Araújo. Ontem, pela madrugada, algumas foram presas e conduzidas para a delegacia do Primeiro Distrito, onde foram ouvidas pelo cel. Alcides de Barros, delegado de plantão, que, após interrogá-las colocou-as em liberdade (*Gazeta de Alagoas*, Maceió, 2 nov. 1969, p. 5).

A partir da "Operação Doméstica", outras operações surgiram com a mesma finalidade de "apreender mulheres sozinhas" que transitassem em determinados horários. A operação foi uma iniciativa da Secretaria de Segurança do Estado, que a delegou à Polícia Militar. As domésticas eram, em sua maioria, mulheres negras e pobres. Com a abolição da escravatura no Brasil, esse trabalho tornou-se a principal e, por muitas vezes, a única alternativa de ocupação para as mulheres negras. Uma ocupação entre as possibilidades escassas de trabalho remunerado que as mulheres negras, pardas e pobres podiam acessar. Elas foram colocadas em uma posição de subalternidade pela política racial que estruturou o Brasil (Juliana Teixeira, 2021). Desde a ação colonizadora empreendida pelas nações europeias, invadindo o território brasileiro, as noções de classe social e divisão racial serviram de base para a organização socioeconômica do país.

O sistema colonial ecoa sua estrutura social racializada, fazendo com que corpos negros sejam reconhecidos, numa dinâmica simbólica e material, como máquinas de trabalho. O fim da escravidão não elimina a antiga estrutura racializada colonial; ao contrário, renova-a, substituindo a relação jurídica entre senhor e escravo, formalmente validada pela premissa da escravidão, por um estado de desigualdades sociais. Na consolidação desses papéis sociais muito bem definidos, o critério da raça é central para desenvolvê-lo e solidificá-lo, juntamente à sexualidade e ao gênero.

Dessa maneira, podemos supor que a maioria dessas mulheres, as domésticas que emergem nas fontes, deixa entrever mais

do que sua condição de classe: são mulheres negras (pretas e pardas), historicamente destinadas a essa função. Sabemos que a doméstica como categoria de classe não foi, e ainda não é, constituída apenas por mulheres pretas e pardas, mas, apesar de as fontes não apontarem diretamente a identificação racial delas, alguns pontos indicam o pertencimento racial da maioria dessas mulheres.

O primeiro ponto de observação parte da notícia de que essas mulheres tiveram a circulação proibida em determinadas ruas e horários. Caso descumprissem, poderiam ser apreendidas pela polícia da capital e levadas à delegacia do Primeiro Distrito da Capital, local onde seriam registradas e autuadas por "vadiagem". A vadiagem foi uma prerrogativa legal utilizada durante o século XX, como meio de repressão à ociosidade de homens e mulheres, negros e negras. Serviu também de respaldo para o uso ostensivo de polícia contra as "mulheres domésticas". Buscava-se, assim, coibir a circulação delas em áreas centrais de Maceió, a exemplo da rua do Comércio e das redondezas da antiga Rodoviária da capital, após as 20 horas.

Esse recurso jurídico utilizado como forma de controle dos corpos negros alia-se à lógica do capital, para a qual esses mesmos corpos devem estar condicionados ao trabalho, seu principal eixo de controle de negros e negras (Marco Túlio Corraide; Flávia Souza Máximo Pereira, 2021, p. 43). A vadiagem e a contravenção foram utilizadas de maneira complementar, para cumprir o mesmo propósito, como dispositivos de controle do Estado sobre aqueles que não faziam parte do projeto de ordem moral urbana.

O corpo negro é, dessa maneira, compreendido como um corpo para o trabalho, não devendo encontrar-se desocupado. Essa herança estrutural do sistema colonial permeia a estrutura social do trabalho, que racialmente induz as pessoas negras à servidão contínua, sendo-lhes vedado o acesso ao descanso e ao

lazer, e mesmo de transitar pelas ruas da cidade. Como aponta a reportagem da *Gazeta de Alagoas*, em novembro de 1969, as empregadas domésticas estavam sendo apreendidas:

> EMPREGADAS DOMÉSTICAS NÃO PODEM TOMAR "A FRESCA" NA PRAÇA POIS SÃO "GUINDADAS" AO XADREZ
> Até as 20h as coitadas das empregadas domésticas ficam trabalhando ativamente no fogão, no lavar dos pratos, no encerar a casa, espanando os móveis e cuidando das crianças, quando terminam esses serviços, que são realizados diariamente, pretendem se distrair, porém não podem. Correm para praça a fim de encontrar "as outras motoristas de fogão e seus respectivos romeus". Ao chegarem no logradouro público, encontram a guarnição da rádio patrulha, que pega as coitadas das mariposas "despinlongando para o Xadra" da primeira delegacia de polícia, enquanto seu amante "dá nos calos". A companhia de seguros das coitadas foi extinta no dia 31 de fevereiro do ano passado e nem seus patrões estão se responsabilizando por elas. Os repórteres dessa coluna, vendo que a coisa está sendo processada, irregularmente, fazem apelos as autoridades policiais no sentido de amenizar, oitenta por cento, essa tão amarga ordem (*Gazeta de Alagoas*, Maceió, 5 nov. 1969, p. 5)[43].

Compreendemos essas apreensões a partir da lógica do biopoder. Em diálogo com o pensamento de Michel Foucault, entendo que a biopolítica articula o controle urbano das camadas populares nas regiões de mais movimentação da cidade, um

43 A coluna "Coisas da vida e da morte" do jornal *Gazeta de Alagoas* ironiza a precariedade da posição trabalhista da doméstica com o fato destas nunca terem tido nenhuma companhia de seguros, ao se referirem à sua "extinção no dia 31 de fevereiro".

controle que se constituía sob toda a forma de sociabilidade que apresentasse um risco à ideia de moral e dos bons costumes. A biopolítica usa do poder de represália da Polícia Militar contra a socialização e a circulação de domésticas na cidade, o controle de gênero, classe, raça e sexualidade, entrecruzam-se para exercer domínios sob o corpo da doméstica, essa trabalhadora que deveria apenas continuar encerrada no lar de seus patrões, existindo somente para o trabalho.

No caso da mulher pobre e negra, esse corpo será duas vezes objetificado pelo patriarcalismo racista colonial, no qual lhe será atribuída uma "representação global dos corpos das mulheres negras [...] oscilando entre a objetificação sexual e o estigma de serva" (Lélia Gonzalez, 2020, p. 35). As domésticas tornam-se uma categoria interseccional que compreende tanto a questão do feminino, da sexualidade e da negritude, como a de classe. Através de suas vivências, podemos ver como "racismo e sexismo tornam-se parte da estrutura objetiva das relações ideológicas e políticas do capitalismo" (Gonzalez, 2020, p. 34).

Enquanto a primeira geração de feministas lutava pelo direito ao trabalho, a independência financeira fora do lar, mulheres negras já labutavam intensamente, principalmente no trabalho doméstico. Ao discutir a posição da mulher negra nas demandas do feminismo, Lélia Gonzalez[44] (2020) lembra que a mulher negra ocupará o espaço deixado pela mulher branca no lar. As mulheres negras servirão de mola motriz de um longo processo de exploração servil e sexual, primeiro dentro do sistema colonial e depois para o chamado capitalismo moderno, que explorará seu corpo numa dupla dimensão, já que nessa lógica colo-

44 Os textos de Lélia Gonzalez para debater as questões interseccionais – raça, classe, gênero e sexualidade – foram publicados em coletânea única em 2020 pela editora Zahar, mas fazem parte do entorno do debate da autora que foi produzido nas décadas de 1970 e 1980.

nial a mulher negra teve em sua sexualidade uma das principais formas de caracterização de sua identidade.

> O processo de exclusão da mulher negra é patenteado, em termos de sociedade brasileira, pelos dois papéis sociais que lhes são atribuídos: "domésticas" ou "mulatas". O termo "doméstica" abrange uma série de atividades que marcam seu "lugar natural": empregada doméstica, merendeira na rede escolar, servente nos supermercados, na rede hospitalar etc. Já o termo "mulata" implica a forma mais sofisticada de retificação: ela é nomeada "produto de exportação", ou seja, objeto a ser consumido [...] Esse tipo de exploração sexual da mulher negra se articula a todo um processo de distorção, folclorização, e comercialização da cultura negra brasileira (Gonzalez, 2020, p. 44).

A mulher negra, assim, vai ser vista como uma trabalhadora sexual em potencial, já que os estereótipos socialmente construídos dessas mulheres conduzem a uma leitura social ligada à "libertinagem sexual", à prostituição, à fetichização do corpo negro, reforçando a violência sexual e racial. Assim, apenas o fato de domésticas estarem circulando nas ruas da capital, às altas horas da noite, são associadas à atividade da prostituição, fazendo-se necessário o controle estatal, por meio da atividade policial.

O racismo é uma característica marcante da sociedade brasileira. Por sua vez, um dos principais mecanismos de opressão e controle dos corpos negros é a sistemática perseguição policial traçada contra eles, como parte das estratégias da biopolítica para a sujeição dos corpos ditos subversivos. Como explica Cristina Lemos (2017), ao analisar as práticas de controle, sujeição e extermínio ligadas à conjuntura da biopolítica no controle de corpos negros: em nossa sociedade, o racismo é organizado e

institucionalizado, materializando-se em práticas variadas de sujeições, opressões e dominações.

No caso das mulheres negras, essa perseguição, para além do aspecto da ociosidade instaurada pela contravenção por vadiagem, possui um aspecto sexual, muitas vezes considerado uma característica "natural" dessas mulheres, numa reprodução perpétua de um dos mitos mais divulgados sobre a mulher negra – a da mulata, com "sua sensualidade nata", que se torna matriz da exploração do corpo negro feminino, utilizado como objeto sexual à disposição do homem branco (Gonzalez, 2020, p. 44).

A perseguição às domésticas na capital alagoana é uma medida que visava ao controle das "prostitutas", numa associação direta entre a figura da doméstica e a prática da prostituição, como destaca o *Gazeta de Alagoas*:

> "PRISÃO DE MUNDANAS É META DA OPERAÇÃO DOMÉSTICA"
> O major Jorge de Araújo, da Polícia Militar de Alagoas, lotado pela Secretaria de Segurança Pública declarou ontem a reportagem que a "Operação Doméstica", realizada em vários bairros de Maceió, visa somente prender as mundanas que permanecem perambulando na capital depois das 22 horas. As que forem presas serão levadas a delegacia do Primeiro Distrito, onde são cadastradas por vadiagem e, posteriormente, ouvidas pelo delegado Rivaldo Oliveira. O Delegado está fazendo a "Operação" em um jipe acompanhado de alguns policiais. Por outro lado, às denúncias chegadas à nossa redação são de moradores da Rua Anadia, defronte a Estação Ferroviária, Avenida Duque de Caxias, Rua Pedro Monteiro, nas imediações do SESI, na rua São Francisco (Prado) e Praça Centenária, os quais solicitam as providências do Major Jorge Araújo, pois a anarquia reina ali, pelas mulheres que passam a noite perambulando pelas ruas [...] (*Gazeta de Alagoas*, Maceió, 5 nov. 1969, p. 5).

A associação da empregada doméstica com o trabalho sexual é feita pelos primeiros "rondões" empreendidos em Maceió, que visavam apreender essas mulheres ao circularem nas ruas da cidade. A "Operação Doméstica" tem como foco a apreensão de "mundanas", termo que nesse contexto aparece ligado às mulheres que praticam a prostituição. Na verdade, a própria notícia parte da percepção de que a atividade de controle urbano empreendido pela polícia está ocorrendo de maneira "irregular", já que, como sabemos, o ato de circular pela cidade em busca de distração não é crime; aliás, a própria atividade da prostituição nunca se configurou como crime. Contudo, mesmo não configurando como crime, a perseguição e o aprisionamento dessas mulheres foi uma das estratégias de controle moral do biopoder que reforça a ordem e a organização moral da cidade. A biopolítica, nesse caso, articula práticas de perseguição, aprisionamento, enquadramento jurídico-policial e cadastramentos que envolveram a articulação tanto das delegacias, quanto da Secretaria Estadual de Saúde.

Essa série de represálias empreendidas contra as domésticas é o início de uma série de operações que tiveram como foco, principalmente, as mulheres que praticavam ou eram associadas à atividade da prostituição. Depois de presas, eram submetidas a um cadastro nas delegacias e na Secretaria de Estado da Saúde, por muitas vezes, tendo como base jurídica a contravenção da vadiagem. A articulação entre as secretarias estaduais de Segurança e Saúde manifesta-se como um dos mecanismos do biopoder para efetivar o controle dos corpos dessas mulheres, a doméstica, que nessa lógica será compreendida como uma potencial prostituta. O jornal chama as domésticas de "mariposas", expressão associada à atividade da prostituição. Ao destacar a sociabilidade das domésticas na capital, a reportagem destaca os encontros delas com seus "amantes", provando o potencial sexual de sua circulação na cidade.

Dessa forma, não devemos deixar de salientar que as categorias de gênero, raça, classe e sexualidade organizam as estruturas sociais, políticas e econômicas de nosso país. A formação da classe trabalhadora, da qual as domésticas fazem parte, é fruto de nosso passado colonial escravista. Como nos diz Lélia Gonzalez (2020, p. 96), o "desenvolvimento econômico brasileiro, enquanto desigual e combinado, manteve a força de trabalho negra na condição de massa marginal [...]". Mulheres negras devem ter sua liberdade controlada, seus horários, lugares de trânsito e atividades de lazer reguladas, com o "toque de recolher", como mencionado na reportagem.

As domésticas devem ser "recolhidas pela polícia caso transitem nas ruas da capital, principalmente do Centro de Maceió, depois das 22 horas" (*Gazeta de Alagoas*, Maceió, 5 nov. 1969, p. 5). A Polícia Militar alagoana, principalmente a Rádio Patrulha, foi agente dessas operações, juntamente à Polícia Civil e às secretarias de Segurança Pública e de Saúde do estado. Unidas, essas instituições comandaram não uma, mas diversas operações na capital que visavam, em um primeiro plano, às domésticas, pela sua associação à prostituição, ou seja, associação de mulheres negras ao "promíscuo" e à "libertinagem".

Assim, essas mulheres foram reconhecidas como ociosamente livres, perigo iminente que necessitava ser controlado. As restrições à circulação urbana dos chamados contraventores é uma das faces do policiamento ostensivo e das práticas de ordenamento social utilizadas pelo regime civil-militar, com apoio da polícia alagoana. Os moldes de repressão da ditadura civil-militar às sexualidades dissidentes é um dos projetos de poder que culmina no controle da vida privada dos cidadãos. Nesse contexto, a polícia surge como duas faces de uma mesma moeda: "se tratando da ditadura brasileira, que política e moral são duas faces complementares de um mesmo projeto global

de repressão que pode ser designado como 'utopia autoritária'" (Renan Quinalha, 2017, p. 35).

As rondas policiais, as prisões e os cadastramentos são mecanismos da biopolítica no controle dessas mulheres, em princípio das domésticas, associadas à prostituição, depois estarão diretamente ligadas ao controle das designadas como "mundanas", alvo principal dessas operações.

"Operação Mariposa" (1970)

A onda de perseguições que começou em 1969 com a "Operação Doméstica" estendeu-se durante a década de 1970, pela atuação da Polícia Militar na capital, confluindo com uma mobilização mais incisiva da Polícia Civil e das Secretarias de Segurança Pública e de Saúde de Alagoas. Juntas, as duas útimas instituições legitimaram a atuação daquelas polícias no controle das mulheres que praticavam a prostituição ou estavam associadas a ela em Maceió. Em 8 de março de 1970, a "Operação Mariposa" foi iniciada pela Rádio Patrulha em Maceió.

> A Rádio Patrulha iniciou, na noite de ontem, em Maceió a "Operação Mariposa", que tentará evitar os abusos praticados pelas mulheres da "vida fácil". O assessor Militar da Secretaria, Tenente Nilton Rocha, escalou para o trabalho três viaturas que serão compostas de soldados da RP, treinados para o serviço.
>
> Dispersará todas as mulheres, conhecidas como mariposas, das artérias principais de Maceió, quando estiverem perambulando e praticando desordens.
>
> "BATIDAS"
> As "batidas" conforme nos adiantou o Tenente Rocha, foram iniciadas nas ruas do Comércio, Senador Mendon-

> ça nas Praças Pedro II, Centenário Palmares, Sinimbu, ladeira da Catedral e outras artérias de grande movimento, principalmente durante o período noturno. As mulheres que se portam de maneira vergonhosa perambulando pelas ruas da cidade, à procura de "passeios" em automóveis e brigas com suas colegas, estão sujeitas a ser levadas diretamente à presença do delegado do 1º Distrito de Polícia, quando após cadastradas, sofrerão as penalidades impostas por lei.
>
> Para o início da "Operação" as autoridades da Secretaria de Segurança Pública estudaram minuciosamente o problema, tendo sido encontrada a fórmula de lançamento de combate às mariposas, após flagrarem algumas delas perambulando no centro da cidade, praticando contravenções. Os Policiais que comandarão as viaturas levarão para a delegacia do 1º DP todas as mulheres reincidentes que forem encontradas com atitudes suspeitas a partir das 19 horas, nos locais já discriminados (*Jornal de Alagoas*, Maceió, 8 mar. 1970, p. 4).

Na notícia divulgada pelo *Jornal de Alagoas*, em março de 1970, observamos um ciclo de operações policiais que atuará de maneira mais truculenta contra as "mariposas" – mulheres que praticavam a prostituição nos bairros centrais de Maceió e suas adjacências e que estavam em maior evidência. A circulação de mulheres por essas áreas destacadas era considerada um problema, um mal que precisava ser combatido. Se, anteriormente, a "Operação Doméstica" destacava a proibição e o controle de domésticas circulando nas ruas e praças da região central da capital, principalmente depois das 20/22 horas, a "Operação Mariposa" destaca o controle de mulheres circulando nas ruas da capital após as 19 horas.

As "mariposas" deveriam ser impedidas de circular nas ruas centrais da cidade depois do toque de recolher; mulheres an-

dando sozinhas à noite seriam um indicativo da prática de prostituição. Devemos ainda atentar para o fato de que a notícia não direciona o discurso para a extinção definitiva da prostituição, mas apenas o controle das mulheres consideradas potenciais "prostitutas", em vista de que não é possível supor que todas as mulheres que andavam de noite pelas ruas fossem mulheres que praticavam a prostituição; elas poderiam ser mulheres que se recusavam a obedecer à interdição da vida noturna. Já que o acesso ao mercado de trabalho possibilitou a algumas mulheres transitar pelos espaços urbanos, foi um momento de transição.

O incômodo que a "presença das mariposas causa na comunidade" é expressa durante todo o ano pelo jornal. Tal desconforto é representado pelas reclamações da população, pelos "apelos" feitos em prol da ação da polícia contra a presença de "mundanas" nas ruas de Maceió: "População do Vergel reclama dos prostíbulos" (*Jornal de Alagoas*, Maceió, 10 set. 1970, p. 5); "Famílias reclamam do abuso de mariposas que agora estão retornando à Ponta Grossa" (*Jornal de Alagoas*, Maceió, 27 fev. 1970, p. 6); "Moradores do loteamento Marilu reclamam da presença de Mundanas que fazem arruaças e promiscuidades à presença de todos" (*Jornal de Alagoas*, Maceió, 24 jan. 1971, p. 5). Os jornais assumem o papel de representantes da população, dirigindo-se às "autoridades" para que empreendam medidas contra a presença das "mundanas" nas vias públicas, contra sua livre circulação, uma "afronta as boas famílias da sociedade".

Podemos perceber a "Operação Mariposa" como uma tentativa de manter esse controle de gênero em uma sociedade com novos contextos e demandas sociais. As mulheres, pela conjuntura da época, não estavam mais "escondidas" no ambiente doméstico, sob os olhares controladores da família. Não é à toa que essa iniciativa tenha se dado entre 1960 e 1970, quando o acesso das mulheres ao mercado de trabalho, à educação profissional e, portanto, também às formas de sociabilidade, apresen-

tou progressão[45]. Esse avanço reforçou o controle de gênero, já que a liberdade feminina deveria ser limitada. Segundo Margareth Rago (1990, p. 102), "novamente se manifestava a preocupação em mostrar os limites deste feminismo, em desfazer qualquer possível associação com a liberdade ilimitada da mulher [...] conquistar o direito à liberdade licenciosa dos costumes".

Nesse sentido, temos as mulheres brancas de classe média acessando formalmente alguns espaços fora do lar, lugares antes reservados apenas aos homens – uma primeira geração de médicas, professoras e advogadas começa a ser formada. E ainda, as mulheres brancas provenientes das classes mais baixas, para quem o trabalho apresentou-se como uma forma de "liberdade e independência". As mulheres finalmente também viviam uma maior liberdade sobre sua sexualidade. O anticoncepcional, por exemplo, desatrela a mulher da relação entre sexo e maternidade, bem como a de sexo e casamento.

Intercalando as informações entre a perseguição às mariposas e a percepção da nova realidade de transformações das divisões de gênero, vê-se a necessidade de se manter a antiga ordem, mesmo frente às mudanças sociais que claramente já estavam prementes. A concepção de estruturação da cidade a partir dos ideais morais do regime civil-militar, que permeou a ordenação urbana vigente durante o período de 1964 a 1985, também se intrometeu nas relações sociais. Aliás, elas são pensadas para vigorarem juntas: uma ordenação urbana e social baseada na construção de uma sociedade cuja moralidade esteja no centro das relações e da organização.

---

45 Vários estudos apontam para essas mudanças que relacionam gênero e sociabilidade entre o fim do século XIX e meados do século XX. No Brasil, trabalhos como o de Margareth Rago, em São Paulo, Cristiana Schettiini, no Rio de Janeiro, e Adriana Vieira Fraga, em Santa Catarina, são norteadores para compreender essas transformações que ocorreram durante a primeira parte do século XX.

As ruas centrais, de onde as "mariposas" estavam sendo removidas, são as mesmas ruas onde "mulheres de família" estão circulando para irem à escola, ao trabalho, à faculdade. O discurso remodela-se para atender às novas necessidades. Uma nova concepção de liberdade de gênero, contudo, não deixa de estar atrelada às antigas concepções da divisão espacial e patriarcal de gênero. As formas de controle se renovam e se transformam para acompanhar novas estruturas e demandas.

Esses discursos delimitam muito bem quais mulheres beneficiam-se dessa emancipação e até que ponto essa liberdade é permitida. Mulheres trans, travestis e negras não entram nessa lógica. Enquanto as primeiras não são consideradas no debate, as mulheres negras não têm suas demandas incorporadas pelo feminismo essencialista, que, fundamentalmente, só incorporava a luta de mulheres brancas das camadas médias e altas da população. Contudo, a luta das mulheres negras por reconhecimento levará à compreensão de que as formas de opressão não podem ser analisadas separadamente.

As operações deflagradas pela polícia militar do estado de Alagoas, entre as décadas de 1960 e 1970, são expressões da utilização das políticas de segurança pública atreladas aos objetivos da ditadura civil-militar. Essas operações foram colocadas como necessárias para a manutenção da ordem e aclamadas pelos jornais que louvavam a ação da polícia e do Estado sobre os supostos contraventores. A imprensa articulou a atuação da polícia e suas operações. A polícia, nessa perspectiva, agiu para o controle dos corpos que se opunham à ordem do sistema. "Limpeza moral" era o ideal pregado; ele deveria vigorar sobre a cidade, nos jornais, como formadores de opinião. Quanto à polícia, responsável pelas práticas legais de controle, pelo aprisionamento dessas pessoas nas ruas da cidade, são centrais no meio desse debate.

A perseguição às domésticas e "mariposas" por meio dos "rondões" demonstra a política sexual cisheteronormativa racista e classista apregoada pelo regime civil-militar. A biopolítica do regime iniciou uma guerra moral contra as "mariposas". Na capital alagoana, as ações da polícia com os "rondões" e as "operações" atuavam de maneira ostensiva nos logradouros maceioenses, que logo renderam para as páginas dos jornais várias manchetes sobre os "frutos do bom trabalho da polícia na capital". Foi durante os meses seguintes da atuação dos policiais na "Operação Mariposa" que o *Gazeta de Alagoas* começou a notificar a prisão dessas que são chamadas de "mulheres de vida fácil".

> MUNDANAS SÃO PRESAS EM BEBEDOURO POR SUBDELEGADO POR DETERMINAÇÕES DA SEGURANÇA
>
> Fazendo cumprir as determinações oriundas da Secretaria de Segurança Pública o cabo Dorgival subdelegado de Chã de Bebedouro efetuou a prisão de 11 mundanas que se encontravam na linha dos transportes coletivos. [...]
>
> NÃO SÃO DOMÉSTICAS: No contato que manteve com a reportagem aquele policial revelou que as mesmas, muito embora se façam passar por domésticas, não o são e altas horas da noite permanecem nas ruas promovendo arruaças enquanto não conseguem companhia. Algumas que foram detidas já possuem diversas entradas na subdelegacia daquele bairro, por desordens da via pública. As mundanas que pernoitaram no xadrez daquela subdelegacia foram Maria do Carmo Silva, Benedita dos Santos, Maria Madalena da Silva, Josefa Nascimento, Claudete Borges, Gildete dos Santos, Maria Tereza, Elza Salete da Silva e Maria Solange Lima (*Jornal de Alagoas*, Maceió, 6 nov. 1969, p. 4).

Essas mulheres são os primeiros alvos da "Operação Mariposa" em Maceió, a qual, segundo as fontes, esteve circunscrita ao centro maceioense e às suas proximidades – Centro de Maceió, Bebedouro, Jaraguá, Vergel, Ponta da Terra, Farol. Esses locais são os de policiamento mais ostensivo e de maior preocupação dos jornais. A polícia de Maceió focou suas operações em busca das "desagradáveis transeuntes", para que as ruas tivessem trânsito livre para as "boas famílias". Qualquer mulher que estivesse em trânsito nas horas e locais determinados poderia ser enquadrada pelas operações policiais. Se o objetivo era cessar a circulação de mulheres no centro urbano de Maceió, nada se fala sobre os homens.

Não foi encontrada, durante as pesquisas na imprensa, nenhuma operação que tivesse como objetivo prender e/ou controlar os corpos masculinos que socializavam nos espaços urbanos de Maceió, exceto os dos homossexuais e travestis, com a "Operação Pederasta", no mesmo período[46]. Entretanto, entre as "mundanas", as prisões ocorreram de maneira contínua. No dia 1º de agosto de 1970, o *Jornal de Alagoas* noticiou outra operação que resultou na prisão de mais de trinta e cinco "mariposas" nas ruas de Maceió. A operação chefiada pelo major Edson Gomes e pelo capitão Nilton Rocha foi nomeada "Operação Limpeza".

> 35 PROSTITUTAS PRESAS PELA RP
>
> O major Edson Gomes, da secretária de segurança pública e o cap. Nilton Rocha, comandante da Rádio Patrulha iniciaram ontem na cidade a "Operação Limpeza" prendendo no centro da cidade 35 prostitutas. Todas foram recolhidas pela delegacia do Primeiro Distrito, o delegado de plantão, Valter Moreira, cadastrou todas as mulheres a espera de ordens da Secretaria para liberá-las.

46 Ver nesta coletânea os textos de Paulo Henrique dos Santos Araújo e Isaac Freitas da Silva Filho.

> As meretrizes foram presas na rua do Comércio, Avenida Duque de Caxias, Estação Ferroviária, Praça Centenário e outros pontos onde estavam fazendo Trottoir e praticando anarquias. Todos os policiais da Rádio Patrulha participaram da "Operação Limpeza" durante toda a noite de ontem. [...]
>
> Hoje os policiais voltaram a cidade para mais uma etapa da "Operação Limpeza". As mulheres serão cadastradas e aconselhadas a procurar outros locais afastados da cidade. Mais de cinco carros da Polícia Militar fizeram parte da "Operação Limpeza" (*Jornal de Alagoas*, Maceió, 1º ago. 1970, p. 5).

Alguns pontos importantes são levantados pelo jornal, além do destaque para a atuação da Rádio Patrulha de Maceió e da Secretaria de Segurança do Estado, que viabilizaram as operações morais na cidade. A intitulada "Operação Limpeza" não foi apenas um recurso da polícia alagoana; já no mesmo ano (1970), em São Paulo, uma operação com o mesmo nome foi iniciada com o objetivo de "limpar a cidade de São Paulo de trabalhadoras sexuais" (Quinalha, 2017, p. 198). A exemplo de São Paulo, Maceió também estava instando o policiamento urbano à inibição da circulação de "mundanas". No dia 24 de março de 1971, uma reportagem do jornal *Gazeta de Alagoas* (Maceió, p. 5) apresentou: "Cidade limpa das mariposas". A notícia dá conta da "Operação Pente Fino", que buscou apreender as mulheres que praticavam a prostituição ou que praticavam o "trottoir" nas ruas da cidade. Pretendia, ainda, atuar na fiscalização de casas "consideradas suspeitas", que funcionavam até às 24 horas.

Em um primeiro momento, a solução é apresentada por meio das operações, que movimentarão as ruas da cidade pela atividade da polícia, um meio que também se articula como força de controle sobre as mulheres que praticavam a prostituição ou a

ela estavam associadas – ou até mesmo as mulheres que praticavam formas de sociabilidade urbana, mas que não necessariamente viviam da prostituição. Os "cadastramentos" das mulheres foi uma das faces da atuação urbana da polícia na capital. Aos "arrochos policiais de casas suspeitas na Ponta Grossa" (*Jornal de Alagoas*, Maceió, 28 abr. 1971, p. 4), seguiu-se a submissão de mulheres na realização de uma série de "cadastros". Esses cadastros demonstram a articulação da Polícia Militar alagoana com a Secretaria de Saúde da capital e com a Polícia Civil.

Os "cadastramentos" ocorrem em vários bairros, todavia, serão mais incisivos na delegacia de Bebedouro e no Primeiro Distrito da Capital. Ainda em 1969, o *Jornal de Alagoas* noticia o início dos primeiros cadastros: "Prostitutas serão agora cadastradas pela polícia: medidas estão sendo tomadas" (*Jornal de Alagoas*, Maceió, 1º nov. 1969, p. 3). A reportagem apresenta a notícia como um ponto positivo no "combate as mariposas que infestam a capital alagoana". Segundo o jornal, o objetivo dessa operação era efetivamente fornecer a todas as mulheres que praticavam a prostituição ou a ela estavam associadas documentação que as identificassem com tais, "mundanas", fazendo com que as mulheres que não possuíssem o documento ficassem impossibilitadas de trabalhar:

> Prostitutas que apresentarem os documentos fornecidos pelas autoridades policiais não poderão continuar frequentando os Bordeis [...] Os proprietários de casas de lenocínio localizados no Farol, estiveram ontem no Primeiro Distrito da Capital onde foram informados sobre o cadastramento das mulheres que frequentam "pensões alegres", os quais terão o prazo de 30 dias para regularizar a situação delas. Segundo o delegado Rivaldo Lins, a medida por ter finalidade de observação do movimento no baixo meretrício, bem como o número total de mulheres que se encontram em nossa capital. As prostitu-

> tas deverão preencher um cartão com diversas formalidades, entregando naquela Distrital duas fotografias, uma das quais ficará na 2ª via do cartão, naquela delegacia, enquanto a original será entregue a interessada, que apresentará as autoridades policiais caso venha a ser solicitada. Após o prazo determinado, aquelas que ali permanecerem sem estarem devidamente regularizadas, terão que abandonar o local. Também os proprietários de bordeis serão informados dos fatos dessa natureza e caso permitam que as mesmas continuem em seu bordel, poderão sofrer punições, inclusive ficando sujeito a ter seu estabelecimento fechado. Ainda dentro das novas determinações, aquela autoridade policial deixou claro que semanalmente as mulheres terão que atualizar seus documentos fornecidos pela Saúde Pública. O cadastramento somente poderá ser fornecido após a apresentação do exame realizado na Saúde Pública, devendo o mesmo ser renovado anualmente, caso as mundanas se interessem em aqui permanecer (*Jornal de Alagoas*, Maceió, 1º nov. 1969, p. 3).

O cadastramento tinha como objetivo o "controle das mundanas e das atividades relacionadas a prostituição". Não era novidade no contexto brasileiro os "cadastramentos de meretrizes", que ocorreram desde o início da república nas capitais brasileiras, como apontam Cristiana Schettini (2006) e Ivonete Pereira (2004): a primeira em seu trabalho sobre a prostituição urbana no Rio de Janeiro do final do século XIX; a segunda, com sua obra sobre "as decaídas", mulheres associadas à prostituição, na cidade de Florianópolis nas primeiras décadas do século XX.

O aparecimento da Secretaria de Saúde nas páginas dos jornais alagoanos como articuladora, juntamente com a Segurança Pública, nos cadastros das "mundanas" não se dá, portanto, de maneira arbitrária. Os dois mecanismos são apresentados

em suas atribuições para a melhor implementação do controle urbano, a limpeza do que muitos chamarão de "praga urbana", referindo-se ao trabalho sexual. O saber médico será, dessa forma, mais um dos mecanismos de controle utilizado pelo biopoder para legitimar a sua ação, aqui representada pelos "rondões", as operações empreendidas contra as "mundanas" pelas polícias civil e militar.

Uma suposta "preocupação com a saúde pública" foi usada como um dos meios de justificar e legitimar o "cadastramento das meretrizes". Se as leis de vadiagem e contravenção serviram como mecanismos de controle, recursos jurídicos direcionados para a apreensão das mulheres que praticavam a prostituição ou a ela estavam associadas, as concepções médicas serão, também, outro mecanismo que legitima a ação da Secretaria de Segurança Pública sobre as "mundanas", que só poderão atuar com autorização e documentação.

O discurso de combate às "doenças" foi um dos principais artifícios da tentativa de limpeza urbana. Não há como ignorar a forte influência da medicina nas práticas de perseguição empreendidas contra mulheres associadas à prostituição durante todo o século XX. Como diria Michel Foucault (2012), a medicina é também uma estratégia da biopolítica, ou seja, uma das formas por meio da qual se desenvolve o biopoder. É importante perceber que esses dispositivos de controle foram fortemente usados no regime civil-militar brasileiro, já que foram historicamente constituídos para o "combate da atividade sexual". O que ocorre aqui não é a inauguração de uma nova prática de controle, mas uma renovação de dispositivos já existentes. A suposta preocupação com as "doenças venéreas" terá seu discurso renovado para que "essa organização de poder – Polícia e Médicos – como se combate à doença, fornecessem uma justificativa para o autoritarismo e a repressão" (Pereira, 2004, p. 79).

A prática de controle da prostituição leva, portanto, em consideração a ação do "saber médico"; o discurso da saúde será atualizado para essa finalidade. Além dos "cadastramentos", outra forma de atuação da Secretaria de Saúde na capital foi a promoção de seminários direcionados à orientação das mulheres que praticavam a prostituição ou a ela estavam associadas. Em Maceió, o intuito era que as "mundanas" apenas trabalhassem com as carteirinhas emitidas pelas delegacias de Bebedouro e do Primeiro Distrito. Esse processo, contudo, não se deu como esperado, pois a articulação entre as secretarias teve problemas, como apresenta o *Gazeta de Alagoas* ainda em outubro de 1969: "Primeiro distrito ainda não cadastrou nenhuma prostituta" (10 out. 1969, p. 5). O quadro foi novamente destacado no dia 5 de novembro, quando o *Gazeta de Alagoas* noticiou a falta do cadastro de trezentas e vinte "mundanas" na Capital, no mesmo dia do início da "Operação Doméstica".

> 320 MUNDANAS FALTAM SER CADASTRADAS EM MACEIÓ
>
> Oitenta mundanas já foram cadastradas pelo Departamento Estadual de Saúde, segundo informações da dr.ª Flávia Farias, faltando ainda
>
> 320 comparecer àquele órgão para regularizar seus exames, que serão remetidos para a delegacia do Primeiro Distrito. Das 80 examinadas 20 por cento dos resultados foram positivos, ficando proibidas de serem cadastradas, permanecerão frequentando a Saúde Pública, onde serão medicadas convenientemente. O prazo estipulado pelo delegado Rivaldo de Oliveira, da Primeira Distrital, que foi de 30 dias, poderá ser prorrogado uma vez que são 400 mariposas para ser cadastradas e somente a dr. ª Flávia para examiná-las (*Gazeta de Alago*as, Maceió, 5 nov. 1969, p. 5).

Durante esse período não é o discurso de eliminação da prostituição que predomina nos jornais, mas seu controle. A limpeza das ruas centrais da cidade, as operações, o fechamento de "boates" e os cadastramentos não preveem a eliminação do meretrício. Mesmo quando presas, as "mundanas" eram liberadas após o cadastro na delegacia. Elas não eram proibidas de exercer o trabalho sexual, mas retiradas da "exposição pública".

A necessidade da atuação da polícia é, acima de tudo, destacada pelo conhecimento das autoridades policiais das "mundanas", o que permite que a força estatal se coloque de maneira muito mais precisa sobre essas mulheres. Ao fazer e manter esses cadastros, a polícia, mais do que apenas controlar a circulação "de mulheres doentes", pode manter informações de controle.

Considerações finais

O foco desta análise está voltado para o movimento da imprensa em destacar e legitimar as operações dirigidas pela Secretaria de Segurança Pública alagoana em relação às atividades das chamadas "mundanas", mulheres que transitam pela sociabilidade urbana maceioense que podiam ou não praticar a prostituição. As operações "Doméstica" e "Mariposas" foram, portanto, analisadas por meio da imprensa alagoana buscando compreender com esta serviu de dispositivo a serviço do regime militar.

Tal regime se configura no controle da sexualidade feminina; sendo assim, esquematizaram-se para a produção de dispositivos de sujeição de gênero, em que a imagem das mulheres que praticavam a prostituição foi central. Compreendo, assim, tais mecanismos com base no conceito de intersecção, que nos aponta que a lógica do biopoder entrecruza os conceitos de raça e classe para compreender as questões de gênero e sexualidade. Aponto, dessa forma, como os mitos de raça, classe e gênero fizeram parte da compreensão da dinâmica da operação dirigida

pela Secretaria de Segurança do Estado, atentando para a construção histórica do lugar das mulheres negras na sociedade, a qual foi construída sob a égide de um rígido modelo patriarcal, sexista e racista ocidental.

Entendo, dessa maneira, que as medidas da governamentalidade urbana articuladas pela administração pública de Maceió, no contexto da ditadura militar brasileira, estão enraizadas nas estruturas sociais historicamente construídas como fruto de nosso passado colonial e escravista, onde se encontram as bases do racismo estrutural brasileiro.

Crislanne Maria dos Santos possui graduação em Letras pela Universidade Federal de Alagoas (2019). Graduanda em Ciências Sociais, bacharelado, pela Universidade Federal de Alagoas. Mestra em História pelo Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Universidade Federal de Alagoas. É integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas em História, Gênero e Sexualidade (GEPHGS/CNPq) e do Grupo de Pesquisa Periferias, Afetos e Economia das Simbolizações (GruPPAES).

Referências

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero:* feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.

CORRAIDE, Marco Túlio; PEREIRA, Flávia Souza Máximo. Trabalho preto, instituições brancas: a pessoalidade racializada na relação de emprego no Brasil. *Teoria Jurídica Contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 6, p. 1-29, jun. 2021. Disponível em: https://revistas.ufrj.br/index.php/rjur/article/view/e41631/23841. Acesso em: 22 jul. 2024.

CRENSHAW, Kimberlé. Mapeando as margens: interseccionalidade, políticas identitárias e violência contra mulheres de cor. In: MARTINS, Ana Claudia Aymoré; VERAS, Elias Ferreira (orgs.). *Corpos em aliança*: diálogos interdisciplinares sobre gênero, raça e sexualidade. Curitiba: Appris, 2020. p. 23-98.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. São Paulo: Edições Graal, 2012.

GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano*: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

LEMOS, Flávia Cristina Silveira. O extermínio de jovens negros pobres no Brasil: práticas biopolíticas em questão. *Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais*, São João del-Rei, v. 12, n. 1, p. 164-176, 2017.

PEREIRA, Ivonete. *"As decaídas":* prostituição em Florianópolis, 1900-1940. Florianópolis: Editora da UFSC, 2004.

QUINALHA, Renan Honório. *Contra a moral e os bons costumes*: a política sexual da ditadura brasileira (1964-1988). 2017. 329f. Tese (Doutorado em Ciências) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

RAGO, Margareth. *Os prazeres da noite*: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930). 1990. 541f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1990.

SANTOS, Crislanne Maria dos. *"As mariposas pousam ao entardecer":* prostituição, biopolítica e resistências de gênero na imprensa de Maceió, Al (1970-1980). 2023. 122f. Mestrado (Dissertação em História) - Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2023.

SCHETTINI, Cristiana. "*Que tenhas teu corpo*": uma história social da prostituição no Rio de Janeiro das primeiras décadas republicana. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.

TEIXEIRA, Juliana. *O trabalho doméstico*. São Paulo: Jandaíra, 2021. (Coleção Feminismos Plurais)

"Mulher 80": mito da beleza, violência de gênero e raça no suplemento Mulher do jornal Gazeta de Alagoas[47]

Bruna Pereira da Silva

Para minha mãe, Alda Rejane, que me ensinou tudo sobre as múltiplas faces da beleza.

Introdução

Neste capítulo, analiso como o conceito de beleza produzido no suplemento *Mulher*, do jornal *Gazeta de Alagoas*, pode ter sido utilizado para construir discursos delimitadores a respeito das mulheres, numa tentativa de disputa de sentidos frente ao crescimento de movimentos de

47 Este texto é um recorte da pesquisa de mestrado "O feminino pelas folhas do periódico: uma análise do suplemento *Mulher* (1980-1986)", desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Universidade Federal de Alagoas (Ufal), sob a orientação do professor Elias Veras.

mulheres embasados nas teorias feministas na época da redemocratização do Brasil. Para isso, apropriei-me das discussões sobre o "mito da beleza", conforme proposto pela jornalista estadunidense Naomi Wolf (2023).

Durante os anos de 1970 e 1980, observamos o surgimento de jornais feministas que se concentraram nas demandas e lutas do feminismo no Brasil, tais como o *Brasil Mulher* (1975-1980), *Nós Mulheres* (1976-1978), *Mulherio* (1981-1989) e *Chana com Chana* (1978-1981). Essa imprensa abordava as reivindicações das mulheres, divulgando notícias do Brasil e do mundo, atuando como imprensa alternativa diante da censura que se instalou nas produções midiáticas durante a ditadura civil-militar (Juliana Segato Tamião, 2009). O conteúdo desses jornais se desvinculou do que era produzido pela imprensa dedicada às mulheres da época, pois suas pautas focaram, principalmente, nas reivindicações das mulheres proletárias, na campanha pela anistia, que, inclusive, motivou a criação do jornal *Brasil Mulher*, e nas pautas relacionadas à sexualidade.

Este trabalho utilizará as categorias 'grande imprensa' e 'imprensa alternativa' utilizadas pela historiografia da ditadura civil-militar, como podemos ver nas obras *Na oficina do historiador*: conversas sobres História e imprensa (Heloisa de Faria Cruz; Maria do Rosário da Cunha Peixoto, 2007) e *História da imprensa no Brasil* (Ana Luiza Martins; Tania Regina de Luca, 2007), para classificar a imprensa da época. Podemos dividir os periódicos femininos desse período em jornais feministas, organizados coletivamente e por movimentos políticos, e em revistas e jornais femininos, que estavam ligados a grandes editoras, como as revistas *Claudia (*1961), *Ellen* (1940) e *Nova* (1973). O suplemento *Mulher*, do jornal *Gazeta de Alagoas*, circulou entre 1980 e 1986 e se insere na segunda categoria de publicação feminina.

O suplemento *Mulher* seguiu um modelo editorial muito semelhante ao formato e conteúdo veiculados nas revistas femi-

ninas da sua época. Essas publicações foram *locus* privilegiados para a circulação de discursos produzidos, por exemplo, pela indústria da beleza, que fizeram aberta contraposição às pautas feministas do período de 1970 a 1980, como a entrada da mulher no mercado de trabalho; a necessidade de mais creches; o controle de natalidade através dos anticoncepcionais e liberdade sexual; a dupla jornada de trabalho; a movimentação feita pelas mulheres contra a ditadura civil-militar.

Composto por discursos médicos que incentivaram a cirurgia plástica, artigos sobre moda e anúncios publicitários, o suplemento *Mulher* se mostra como uma fonte para entender a construção do "mito da beleza" em Maceió, AL. De acordo com Naomi Wolf (2023), a fixação pela beleza foi uma estratégia para ocupar as subjetividades feministas, por conta do declínio da "mística feminina", marcado pela entrada das mulheres brancas de classe média no mercado de trabalho durante as décadas de 1970 e 1980. O "mito da beleza" na imprensa de Alagoas foi uma narrativa elaborada e divulgada por instituições masculinas, como poderemos ver no decorrer deste capítulo. Tal mecanismo atualiza antigas políticas eugenistas que venderam uma identidade de beleza baseada em perfis raciais brancos, estadunidenses, europeus e cisgênero como universal.

Analisaremos aqui como o "mito da beleza" produzido pelas revistas femininas causava uma violência simbólica que servia como um dispositivo utilizado pela classe dominante para evitar a ocupação pelas mulheres de campos sociais aos quais antes elas não tinham acesso. Esses discursos de violência simbólica podem ser pensados como "uma relação histórica, cultural e linguisticamente construída, que é sempre afirmada como uma diferença de ordem natural, radical, irredutível, universal" (Rachel Soihet, 2002, p. 14). Desse modo, o conceito de beleza é apresentado nesses periódicos femininos na década de 1980 como universal, natural e irredutível.

Por meio dos conceitos de violência simbólica (Soihet, 2002) e do "mito da beleza" (Wolf, 2023), problematizo neste texto a universalidade do pensamento ocidental sobre os corpos das mulheres (Maria Lugones, 2020). A análise busca compreender como as relações de micropoderes (Michel Foucault, 1998) aparecem no suplemento *Mulher*, incentivando a propagação do "mito da beleza", impondo padrões de beleza e constituindo-se como um contraponto às pautas feministas.

MULHER: um suplemento para a "mulher moderna"

Durante a ditadura civil-militar brasileira, como explica Thomaz Corrêa (2008) em *A era das revistas de consumo*, o mercado de revistas para o público feminino cresceu rapidamente no país e tornou-se um negócio lucrativo. O conteúdo e a motivação dessas revistas eram muito diferentes se comparados ao conteúdo dos jornais feministas desse mesmo período. À medida que essas revistas cresciam, as marcas brasileiras, representantes de diversos produtos, disputavam um espaço de divulgação em suas páginas. As mulheres eram vistas como consumidoras fiéis, por isso, muitas campanhas publicitárias foram dedicadas a elas. Foi justamente nesse cenário de discursos e contradiscursos sobre o corpo das mulheres, protagonizado pela imprensa alternativa e pela grande imprensa, que surgiu, em Alagoas, o suplemento *Mulher*, compondo a edição de sábado do jornal *Gazeta de Alagoas*, destinado à "mulher moderna". No primeiro ano, o suplemento circulava quinzenalmente, passando a ser semanal, a partir de 1981.

Mulher adotou o formato de uma minirrevista, semelhante às revistas femininas da sua época. O suplemento apresentava um conjunto de temas considerado de interesse para as mulheres. Inicialmente, possuía oito páginas, depois passou a ter vinte e duas páginas, que incluíam seções como: Notas da Semana,

Dicas Culinárias, Direitos e Deveres da Mulher, Moda, coluna de Beleza, Medicina, coluna do Pediatra, Cartas da Redação, a coluna de opinião **Mulher 80** (que deu título ao presente capítulo), além de matérias diversas.

Figura 1 - Anúncio do suplemento *Mulher*
Fonte: *Gazeta de Alagoas*, Maceió, 3 jul. 1981, p. 3. Acervo: IAM.

O suplemento abordou temas como a entrada da mulher no mercado de trabalho, o machismo e o homicídio de mulheres, o que posteriormente passou a ser reconhecido como feminicídio. Porém, esses temas não apareciam da mesma forma como nos jornais feministas. Apesar de tratarem do mesmo assunto, quando o suplemento *Mulher* apresentava esses temas, eles vinham acompanhados de um esvaziamento das pautas. Um exemplo disso foram as pautas sobre as creches, explicitamente reivindicadas pelo movimento feminista nas décadas de 1970 e 1980, sendo uma discussão frequente nos jornais feministas que cobravam do Estado mais creches para a classe das mulheres proletárias (Tamião, 2009). Na edição n. 22 de 14 de março de 1981, o suplemento apresenta uma matéria sobre a demanda de creches em Alagoas com o título "Mulher deve trabalhar: mas com quem deixar os filhos na ausência?", na qual são apresentados percentuais que mostram a situação inadequada da quantidade de creches no estado. No entanto, ao contrário dos jornais feministas que cobravam do Estado a criação de novas creches, o suplemento responsabiliza as próprias mulheres para criar espaços onde pudessem deixar seus filhos:

> MULHER DEVE TRABALHAR: MAS COM QUEM DEIXAR OS FILHOS NA AUSÊNCIA?
>
> [...] Uma família pode ser creche ideal Uma iniciativa partida de algumas mães de família, poderia ser a solução para resolver o eterno problema "com quem vou deixar meu filho' que sempre atormenta a mulher - notadamente a de hoje. Como fazer, então?
>
> Inicialmente é preciso que se planeje como vai agir. Quem irá trabalhar, qual o local, o que é preciso, etc. Para isso, basta que as donas-de-casa interessadas reúnam-se e deliberem as soluções, que podem muito bem ser a nível doméstico.

> Senão vejamos: consideremos que o número de donas-de-casa interessadas é de cinco. Levemos também em conta que a média de filhos é de três.
>
> A casa de uma das mães poderia ser a creche - isto situadamente ou revezadamente, em dias alternados. Nela, durante um dia, uma das filhas maiores de pelo menos duas ou três donas-de-casa, podem fazer a vez de uma babá, e cuidar das crianças. [...] (*Gazeta de Alagoas*, Maceió, 14 mar. 1981, p. 5).

O suplemento não se desvinculou do modelo tradicional das revistas femininas, com suas capas que apresentavam o mesmo biotipo de mulher, assim como suas colunas com especialistas que frequentemente forneciam conselhos conservadores, como a seção de conselhos do pediatra, que mostrava como a responsabilidade dos filhos recaía apenas sobre as mulheres. Nessas matérias, não era incomum que a mãe fosse colocada como a única responsável pela criação dos filhos, culpando-a por qualquer problema que as crianças pudessem vir a ter, seja na saúde ou na educação.

As revistas femininas seguiam uma cartilha que não reforçava apenas as normas cisheteronormativas de gênero, sexualidade e raça (Letícia Nascimento, 2021); elas também tinham o papel de produzir e ensinar essas normas, contribuindo para a manutenção e formação de certo ideal de feminilidade. As revistas funcionaram como instrumentos de pedagogia. Como defendem Maria Thereza Santos Cunha e Laura Peretto Salerno (2011), uma mídia que se propõe a ensinar as formas de ser, de ver, de pensar e agir é transmissora de artefatos culturais e, por isso, faz parte da pedagogia cultural, causando, por meio desse discurso, a violência simbólica que retrata certo ideal de feminilidade como universal e natural.

As revistas femininas assumiram esse papel. Dessa maneira, constata-se que existem várias formas de moldar o comportamento feminino, além da educação formal. Nos anos de 1960, por exemplo, elas possuíam um roteiro bem definido, que foi utilizado até muito recentemente, sem grandes modificações. Seu conteúdo abordava, principalmente, temas relacionados à cozinha, beleza, decoração, filhos e satisfação do marido, limitando o que seria considerado o "universo feminino". Segundo Tania Regina de Luca (2013), essa cartilha sobre o "universo feminino" foi importada dos modelos das revistas norte-americanas e europeias que começaram a circular a partir da segunda metade do século XX. Os dispositivos culturais, como os folhetins, romances de formação, novelas, jornais e revistas femininas, representam algumas delas. Em uma sociedade em formação, esses dispositivos são amplamente utilizados, e no Brasil, não foi diferente.

O "universo feminino" no suplemento *Mulher* também girava em torno da casa, filhos, casamento, beleza e sobre como a "mulher moderna" deveria equilibrar essas funções. O conteúdo das diferentes colunas orientava que, apesar da entrada da mulher no mercado de trabalho ou outros ambientes públicos, como a universidade, a leitora não poderia ser levada ao descuido das suas funções como mãe e esposa. Percebemos que o "universo feminino" criado pela imprensa não se aplicava a todas as mulheres, já que muitas delas, de classe e raças diferentes daquelas que apareciam no jornal, ou seja, as mulheres pretas e pobres, já estavam no mercado de trabalho há muito tempo, tendo que lidar com a dupla ou tripla jornada de trabalho. As revistas femininas tinham um público-alvo: as mulheres brancas cisgêneras com condições financeiras de consumir. Ou seja, proletárias, mulheres negras e mulheres trans, de classe baixa, quase não apareciam nessas revistas.

No suplemento *Mulher* não foi diferente. O próprio título aponta para um "ser mulher", um padrão a ser atingido. Não se encontra, portanto, a definição ou a possibilidade de existir outras formas de ser mulher – basta analisar as capas do suplemento para encontrarmos evidências de que o público com o qual estavam preocupados fazia parte da elite de Alagoas, englobando, no máximo, a classe média, como evidencia a Figura 2.

Figura 2 - Lillibeth Collor de Mello na capa do *Mulher*
Fonte: *Gazeta de Alagoas*, Maceió, 27 abr. 1981, capa. Acervo: IAM.

Era uma prática comum trazer em suas capas *socialights* de Maceió, que geralmente eram mães, esposas ou filhas de empresários, usineiros e políticos. Essas mulheres eram apresentadas como modelo de feminino a ser seguido. A contracapa do recorte acima trouxe o seguinte texto: "Lillibeth Collor de Mello, Primeira Dama do Município, personalidade integrada à vida social e cultural da coletividade maceioense. Ultimamente vem desenvolvendo intensa atividade." (*Gazeta de Alagoas*, Maceió, 27 abr. 1981, p. 1).

É necessário entender que o suplemento era vinculado à *Gazeta de Alagoas*, um jornal que pode ser classificado como grande imprensa. A primeira edição desse jornal – "fundado pelo jornalista Luiz Magalhães da Silveira, sendo adquirido por Arnon de Mello, em 1952, quando passou a integrar a Organização Arnon de Mello" (Moacir Medeiros de Sant'Ana, 1987, p. 144) – foi lançada em 25 de fevereiro de 1934. No período em que o suplemento estava em circulação, a *Gazeta de Alagoas* não só apoiou como fez parte do governo no período da ditadura civil-militar. É possível acompanhar, por meio de suas páginas, a trajetória de Fernando Collor de Mello como prefeito de Maceió e deputado federal por Alagoas, entre 1980 e 1986.

Levando-se em consideração esses aspectos, percebe-se que o *Mulher* pertencia e era encabeçado por homens. Nas poucas informações sobre a equipe editorial do suplemento nos dois primeiros anos, observa-se que a maioria das colunas e matérias não era assinada, enquanto as poucas em que se encontra assinatura foram produzidas por homens. Em 1980, Dark Torres era o editor-chefe do suplemento. Nas primeiras edições lançadas, a única assinatura de uma mulher foi encontrada na coluna social de Maria Cândida, que também assinava uma coluna no jornal *Gazeta de Alagoas*. No final do ano de 1980, começaram a aparecer algumas matérias da jornalista Zélia Cavalcante, que se tornaria editora-chefe do suplemento em 1981.

Neste capítulo, analiso o discurso sobre a "mulher moderna", em comparação àqueles produzidos pelos movimentos sociais – movimento negro, feminista e LGBTQIA+ – que, nesse mesmo momento histórico, se encontravam em reestruturação e configuração, tanto em nível nacional como regional, integrando a luta pela abertura política do país, as reivindicações específicas relacionadas a gênero, sexualidade e raça.

Temos exemplos de alguns desses grupos que surgiram em Maceió, contemporâneos do *Mulher*: a Associação Cultural Zumbi (ACZ), criada em 1979, e o Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas da Universidade Federal de Alagoas, criado em 1980. Tais organizações foram fundamentais para o combate ao racismo e a recuperação da cultura do povo negro (Tâmara Elizabeth do Nascimento Duarte, 2023), assim como foi importante a criação da União das Mulheres de Maceió (UMMa), em 1982, que trouxe discussões e propostas no sentido de mudar as condições de vida das mulheres alagoanas, sobretudo as violências às quais estavam expostas (Adrícia Bonfim, 2022).

Os periódicos femininos podem ser lidos, à primeira vista, como materiais fúteis e despretensiosos, mas eles divulgaram ideias que estão enraizadas até hoje em nossa sociedade, sendo responsáveis por consolidar o mercado da beleza e fortalecer padrões estéticos. Conforme Rachel Soihet (2002), os meios de comunicação são uma fonte imprescindível para compreender como a violência simbólica pode ser empregada para controlar os corpos femininos, destacando o papel crucial da imprensa em divulgar os lugares desempenhados pelas mulheres na sociedade.

A beleza como questão de saúde?

> A Era da Cirurgia assumiu o lugar da institucionalização da "doença mental" feminina, que por sua vez tinha substituído a institucionalização da histeria do século

> XIX, tendo cada fase da coação médica sempre descoberto novas formas de determinar que o que fosse feminino seria doente (Wolf, 2023, p. 320).

Apresentar a beleza como uma questão de saúde pode não ter sido uma invenção das revistas femininas, mas foi um princípio concretizado por elas. Entre os anos 1970 e 1980, as indústrias de cosméticos começaram a financiar médicos para a criação de supostos problemas nos corpos femininos. Em 1973, por exemplo, a revista *Vogue* publicou uma matéria que, pela primeira vez, estabeleceu a associação da celulite como um problema estético feminino. Até então, o termo celulite não tinha o significado que conhecemos hoje, tornando-se popular após sua publicação na revista norte-americana (Wolf, 2023, p. 328).

As revistas deixaram de ser apenas um dispositivo de educação, passando a funcionar como um dispositivo capitalista que gera lucros através da criação de inseguranças femininas. Nas matérias divulgadas em suas páginas, a medicina foi utilizada para legitimar necessidades estéticas. No *Mulher*, a coluna médica trouxe questões de beleza, mesmo que existisse no impresso outra coluna intitulada Beleza. Essas colunas estão entre as poucas que permaneceram sendo publicadas durante todos os anos do suplemento.

Nos primeiros dois anos de circulação, o suplemento teve seu recorde de artigos do tipo acima mencionado, com seis colunas médicas falando sobre cirurgia plástica. Logo na sua edição número 2, o tema foi inaugurado com um texto assinado por um médico.

> A CIÊNCIA DO BELO
>
> A procura, pela mulher, de opções que permitam corrigir ou manter a harmonia das suas formas anatômicas, ou mesmo reequilibrar ou criar detalhes que resultem

> numa melhoria do seu aspecto físico, deve ser encarada como tão necessária quanto mesmo a extirpação de um processo patológico para lhe restabelecer a saúde. E essa validade se alicerça na própria conceituação do estado de sanidade, estabelecida pela Organização Mundial de Saúde, ao confirmar a interdependência entre o estado psíquico e o bem-estar físico, e vice-versa. Na verdade, não há como se sentir bem se um narigão incomoda, se um busto protuberante determina sensação de aleijão, se as rugas faciais envelhecem, também o espírito ou se uma cicatriz desgraciosa no rosto estigmatiza profundamente o seu interior (*Gazeta de Alagoas*, Maceió, 17 ago. 1980, Coluna Medicina, p. 7).

Ao analisar essa primeira matéria, é possível perceber a tentativa de legitimação da cirurgia plástica como uma necessidade tão importante como tratamento de uma patologia verdadeira. O autor do texto cita a Organização Mundial da Saúde para justificar suas ideias. Ele explica que se uma mulher sente desconforto com a própria imagem, ela deve fazer "correções" por meio cirúrgico; assim, poderia alcançar a estabilidade psíquica e o bem-estar físico.

A matéria enfatiza que o que deveria ser levado em consideração é a opinião da própria pessoa e o seu desconforto pessoal. Porém, uma questão que pode ser levantada é, até que ponto, esse desconforto foi criado pela própria mulher? Essas demandas eram de um nível individual, uma vez que, a própria revista elaborava, com a ajuda da medicina, inseguranças de imagem e vendia as "soluções"?

Em diálogo com Michel Foucault (1996, 1998) e com sua reflexão sobre como os saberes médicos acerca dos corpos ganham *status* científico e de verdade, é possível estabelecer paralelo com a forma como a medicina foi utilizada pela estética para moldar os corpos femininos. A indústria de cosméticos, o mercado

de cirurgias plásticas e as revistas femininas foram construídas por homens para manter o poder masculino, através da criação do que deveria ser o feminino. Quando se fala sobre um possível sentimento masoquista das mulheres por se submeterem a dolorosos procedimentos em nome da beleza (Wolf, 2023), não é levada em consideração a coerção imposta aos corpos femininos e que as próprias revistas femininas representavam em suas páginas apenas um tipo de corpo, colocando como único modelo possível para as mulheres. Na cultura ocidental, "o mundo é dirigido por homens de idade, mas as mulheres velhas são eliminadas da cultura" (Wolf, 2023, p. 374).

Nas matérias do suplemento *Mulher* sobre cirurgia plástica, os corpos femininos são comparados a pinturas, enquanto os cirurgiões plásticos são considerados artistas, denominando a cirurgia plástica como um ramo artístico da medicina, ao mesmo tempo em que essa especialidade é vendida como uma ciência legítima e de credibilidade. Mais do que tornar esse saber sério, o discurso também o levava para um lugar de apreço cultural, como é destacado na seguinte matéria:

> CIRURGIA PLÁSTICA E HARMONIA DAS FORMAS
> O belo é a resultante do somatório de detalhes que de per si podem ser desagradáveis mas o conjunto são capazes de se identificarem ao ponto de constituirem um equilíbrio suave e harmônico. Assim, por exemplo, a face humana, por mais bela que seja, é constituída por peças que, isoladamente, nem sempre podem ser consideradas bonitas. A beleza é, pois, o todo e nunca a parte.
>
> Assim, às vezes pode ocorrer que uma daquelas peças passe a destoar das demais, ou por desgaste, ou por um processo natural de transformação ou ainda como resultado de uma patologia ou de um acidente, dando como consequência a perda do equilíbrio harmônico existente

> até então. Nesses casos, é de se prever como solução o remanejamento ou a lapidação ou até a readaptação do segmento discordante numa sã tentativa de se recompor a linha melódica da estética corporal. [...]
>
> [...] O diagnóstico, nessas ocorrências, requer bastante sensibilidade artística do cirurgião que, evidentemente, deverá ser compatível ou superior ao grau de cultura do paciente. Isto porque quanto mais elevado o nível cultural mais detalhes serão visíveis e também mais possibilidades serão viabilizadas.
>
> A pintura de um Pierre Chalita ou de um Fernando Lopes não se forja de uma hora para outra, mas após longa experiência pesquisando, estudando e trabalhando (*Gazeta de Alagoas*, Maceió, 24 jan. 1981, Coluna Medicina, p. 6).

Na matéria acima, o corpo feminino é colocado como um objeto que pode ser moldado. O profissional refere-se às partes do corpo utilizando a palavra "peça"; para os processos estéticos ele utiliza as palavras "remanejamento, lapidação e readaptação", tudo com a intenção de recuperar a linha melódica da estética corporal. Na sequência, a matéria termina com a comparação entre o processo de cirurgia plástica e o processo de criação de dois pintores alagoanos.

Paul Preciado (2018), filósofo espanhol contemporâneo, explica que novos corpos e novas subjetividades passam a serem possíveis a partir do final da Segunda Guerra Mundial, quando começam a surgir tecnologias que mudariam as possibilidades de construir e de enxergar nossos corpos, dando início ao que Preciado chama de era farmacopornográfica. A invenção da pílula, em 1957, junto à manipulação de hormônios e às técnicas de cirurgia plástica foram tecnologias utilizadas no controle dos corpos femininos, argumenta o filósofo.

Em Alagoas, a especialidade em cirurgia plástica ganhou desenvolvimento durante os anos de 1970. Maceió recebeu a visita de especialistas dos Estados Unidos para que transmitissem seus conhecimentos sobre cirurgias plásticas. Em 1973, um navio-hospital americano do projeto HOPE permaneceu durante dez meses e trouxe sete cirurgiões plásticos americanos, chefiados pelo cirurgião Edward Falces, de São Francisco, Califórnia. Nesse mesmo ano, José Costa Lima, uma figura importante para a história da cirurgia plástica em Alagoas, foi nomeado professor da Universidade Federal de Alagoas (Ufal). Em 1975, foi criada a disciplina de Cirurgia Plástica e Reconstrutora nessa universidade, que conferiu condições para o início do treinamento, sob sua orientação.

Todas as matérias escritas pelo médico no *Mulher* apontaram a cirurgia estética como uma necessidade para aqueles tempos.

> REENCONTRO COM A JUVENTUDE
>
> [...] É o ritmo acelerado da civilização moderna promovendo transformação socioeconômicas e no próprio ser humano. Seja no seu espírito, seja na sua aparência. A dinâmica atual aumenta as preocupações e o "stress" e reduz o tempo a espaços mínimos. E, a necessidade de se acompanhar a evolução, a vontade de se manter atualizado, a precisão de se evoluir para ser competitivo está desenvolvendo, cada vez mais, angústias e ansiedades que neutralizam a sociedade.
>
> Na verdade, estes fatores emocionais se somam ao cansaço resultante do maior desempenho físico e a fadiga consequente a um maior esforço intelectual, favorecendo modificações precoces na fisionomia com o surgimento de rugas e flacidez cutâneas. Tanto que já está sendo comum o descompasso entre o aspecto estético e a idade cronológica. Também a jovialidade psíquica vem se contrastando com a fisionomia alquebrada. É o enve-

> lhecimento precoce determinado pelo excesso de labor fisiológico e para o qual a Cirurgia Plástica propõe uma solução que tem se mostrado bastante eficaz.
>
> O rejuvenescimento facial operado cirurgicamente tem se constituído muito mais numa necessidade hodierna do que numa vã e questionável vaidade elitista. Porque ao reestabelecer o equilíbrio físico-psíquico o beneficiado (homem ou mulher) se sente possuidor de maior ânimo e de mais disposição para lutar por si e pelos seus [...] (*Gazeta de Alagoas*, Maceió, 28 set. 1980, Coluna Medicina, p. 6).

A ideia de que a modernidade poderia afetar a beleza ou a saúde das mulheres já havia sido defendida antes. "Há um século, a atividade feminina normal, especialmente aquela que conduziria a mulher ao poder, era classificada como feia e doentia. Se uma mulher lesse demais, seu útero se 'atrofiava'" (Wolf, 2023, p. 325). No período da década de 1980, esse discurso permaneceria: a participação das mulheres de classe média na educação poderia lhe acarretar doenças, como exemplificado na matéria sobre o estresse feminino:

> MULHER "CONQUISTA" O DIREITO A TER STRESS
>
> Doenças nervosas, do coração e do estômago, eram problemas que a mulher praticamente desconhecia nos anos 50. Afastada das tensões da vida moderna, vivendo quase sempre dentro de sua casa, (atestam as estatísticas) elas não sabiam o que se convencionou chamar de stress, o grande causador das mais típicas doenças da civilização moderna: o enfarte do miocárdio, as depressões nervosas e a úlcera gástrica.
>
> No entanto, ao começar a ocupar vagas nas universidades, lutando por empregos e salários iguais ao do homem e sem condições de se afastar inteiramente das tarefas

> domésticas a mulher dos anos 80 passou, também a disputar, em igualdade de condições com o homem, as situações fisicas e mentalmente favoráveis ao stress. Que se tornou assim, mais um resultado das "conquistas" femininas (*Gazeta de Alagoas*, Maceió, 28 mar. 1981, p. 2).

O texto faz uma crítica à rotina das mulheres modernas, que se inseriram no mercado de trabalho e na educação, sugerindo que isso estava prejudicando sua saúde, em comparação com sua rotina na década de 1950, quando ficavam resguardadas em casa. Isso sugere que essas conquistas femininas teriam acarretado problemas para o corpo das mulheres. A saúde era utilizada como argumento para manter as mulheres longe da esfera pública e separar a beleza feminina da pauta feminista. A própria caricatura da feminista feia foi divulgada por periódicos femininos. Esse mecanismo patriarcal, que colocava o valor da mulher na sua imagem, é uma estratégia para colonizar subjetividades femininas.

Rachel Soihet (2002), em "O corpo feminino como lugar de violência", mostra como, do final do século XIX até o final dos anos 1960 e 1980, o corpo feminino foi utilizado pelo discurso apresentado em diversos periódicos desse período para estereotipar as feministas. Através de crônicas e charges, as feministas foram retratadas como amorais, feias e masculinizadas. Essa construção da masculinização das feministas na aparência, que poderia parecer apenas uma zombaria, no fundo refletia um medo do que esses homens consideravam "a masculinização dos direitos", ou seja, a ideia de igualdade social.

A violência simbólica reforçada pelo "mito da beleza" apresentada no suplemento *Mulher* se manifesta em um discurso construído durante décadas: transformava-se a feminista no antônimo da feminina por meio da representação das feministas como extremamente feias e masculinizadas, em contraste "ao ideal feminino, constantemente re-atualizado de beleza,

meiguice, delicadeza, paciência, resignação, igualmente, uma forma de violência, o que não poucas vezes leva mulheres a rejeitar sua inserção no feminismo e até a combatê-lo." (Soihet, 2002, p. 22).

Na interpretação de Preciado, essas descobertas representam uma nova fase do capitalismo pós-industrial, global e midiático, que ajudou a inaugurar uma forma nova de se entender gênero, sexualidade e corpo. Segundo Naomi Wolf (2023), esses conceitos se encontram após o surgimento do silicone e a definição do padrão dos seios femininos passaram a ser os empinados e arredondados. Porém, tal formato não é natural para a maioria das mulheres adultas, uma vez que os seios femininos geralmente são empinados no período da adolescência e à medida que a mulher vai amadurecendo, seu formato muda. As marcas do feminino poderiam ser compradas e isso poderia representar uma maior flexibilidade entre gênero e sexo biológico, tornando essa relação mais fluida.

Se, por um lado, podemos considerar que através dessas tecnologias foram quebradas várias barreiras que atrelavam o gênero ao sexo biológico, por outro, essas tecnologias não eram validadas da mesma forma para todos os corpos, como se observa na entrevista feita pelo *Mulher* com Rogéria, travesti famosa nacionalmente desde a década de 1960:

> Posso dizer de cadeira, porque convivi esses dias com ela e pude constatar em verdade o ser humano que existe nesta mulher. Gosta de crianças, assim como as crianças gostam dela, as respeitam acima de tudo como todos que dela se aproximam. As pessoas não tem como se chocar diante de Rogéria, porque é tão sincera e nos deixa tão a vontade que não temos tempo ou nem mesmo queremos lembrar que Rogéria é Astolfo. Lidamos com Rogéria como se ela realmente fosse uma mulher. [...]

> Seu show foi algo sensacional, ela canta, dança, conta casos de sua vida e piadas, brinca e ri, enfim ela é uma artista completa. Em cena e travestida, você jura que está diante de uma belíssima e sedutora mulher, bem maquiada, boca sensual, perfil correto (como se desenhado a bico de pena), elegante e charmosa, gestos medidos, sexy, muito sexy. [...] timbre alto e uma grande reserva. Cantou uma bonita música de Shirley Bassey, [...] "Nothing" impecável. Dançou e sambou, arrancando aplausos de todos. Suas brincadeiras giraram em torno de Keneth Cox, Luis Calheiros Neto, Mucio Po-rangaba, e os dois homens da noite nas brincadeiras foram Arthur Coutinho e Pedro Collor de Mello. No final do show, vi com grande surpresa, muitos machões de Maceió, com suas esposas, se apresentando e apresentando-as a Rogéria. Isso é para se ter uma idéia da capacidade dessa envolvente criatura, em fazer amigos. [...] (*Gazeta de Alagoas*, Maceió, 14 out. 1980, p. 5).

A matéria mostra alguns aspectos de como a era farmacopornográfica criou discursos no âmbito da sexualidade, colocou a performance de gênero em outro lugar, produzindo novas identidades de gênero e sexual. Contudo, podemos perceber uma limitação dessas fronteiras entre gênero e sexo. A mulher que não fosse branca e cisgênera era colocada em um lugar de exceção ou de exotismo, ou seja, o feminino até poderia ser comprado, mas não seria aceito da mesma forma em todos os corpos.

Mulheres trans e travestis foram vistas como uma cópia do feminino pelos discursos cisheteronormativos da era farmacopornográfica, como apontou Elias Veras (2017) em *Travesti*: carne, tinta e papel. Em sua obra, Veras apresenta como a era farmacopornográfica modificou os corpos das travestis e mulheres trans. Ele mostra como as narrativas apresentadas nos jornais de Fortaleza, na década de 1980, apontavam para esse lugar de

curiosidade e desejo, que também eram lugares de estereótipo e estigma. Como será mostrado no próximo tópico, o "mito da beleza" produzido na/pela imprensa marginalizou os corpos que fugiam das normas da branquitude e cisgeneridade.

"Mito da beleza" e as mulheres negras

O ideal de beleza criado pelo mundo ocidental é frequentemente apresentado como universal, apesar de, como apontado por Naomi Wolf (2023), não o ser. Cada cultura e espaço desenvolve seu próprio ideal de beleza. No entanto, foi a visão ocidental que prevaleceu sobre os países colonizados. Naomi Wolf foca, principalmente, em como as mulheres de classe média branca foram afetadas por esse ideal. Nesta seção, portanto, busco entender, a partir da análise do suplemento *Mulher*, como o "mito da beleza" afetou as mulheres negras.

Assim como as mulheres brancas, as mulheres negras também passaram a ser definidas pelos seus corpos, porém, com outras especificidades. Joyce Gonçalves da Silva (2015) demonstra que a disciplina estética foi construída sobre bases eugenistas. Entendendo a estética como uma maneira de classificar e diferenciar corpos no período de colonização, "Os discursos discriminatórios sobre o corpo negro foram criados justamente a partir de suas características físicas e por isso raciais, sendo ainda relacionados aos comportamentos e atitudes corporais" (Joyce Gonçalves da Silva, 2015, p. 29).

As produções de saberes legitimadas pelo discurso médico-científico que tinham como objeto os corpos das mulheres negras – através das medidas de seu busto, cintura, quadril – validaram o que se tornaria uma tendência à hipersexualização das mulheres negras. Esse estereótipo, definido a partir das diferenças estéticas entre uma mulher branca e uma mulher negra, foi reiterado cultural e historicamente na construção do Brasil. A

população negra, por sua vez, não deixou de elaborar diversas resistências para desmistificar esse estereótipo.

Em uma análise feita por Amanda Braga (2021), na qual estuda as descrições dos corpos negros em anúncios de jornais, pinturas e gravuras que remetem ao período escravagista no Brasil, é possível ter uma noção do que os senhores de escravos consideravam bonito ou não no corpo feminino e masculino da população negra. Peitos empinados, nariz afilado e pele mais clara seriam características construídas através da miscigenação. Importante ressaltar também que, já no período colonial, podemos ver a resistência da população negra para a preservação da sua cultura. Através de imagens e de discursos de jornais sobre escravizados fugidos, Amanda Braga (2021) encontra, além das marcas corporais de castigo, as escarificações que são modificações simbólicas no corpo por meio da criação de cicatrizes. Essas escarificações eram utilizadas por várias etnias africanas em diferentes ritos de passagens e essa prática não se perdeu em território brasileiro: os escravizados continuaram a utilizar essa ferramenta estética como signo de preservação de uma identidade cultural africana.

Entende-se, então, que o ideal de beleza negra foi construído no Brasil a partir da perspectiva do olhar branco sobre corpos negros e que desconsiderou culturalmente a noção de beleza trazida pelos africanos e pela cultura indígena. Um exemplo disso foi a violência praticada nos mercados escravistas de raspar os cabelos dos escravizados que chegavam ao Brasil. Em várias etnias da cultura africana, o cabelo é um aspecto de estética utilizado de maneiras diferentes para reconhecimento e representações culturais de cada etnia.

Joyce Gonçalves da Silva (2015) e Amanda Braga (2021) percebem, através da imprensa negra do século XX, uma tentativa de superar os estereótipos construídos no século XIX. Os clubes de associações negras e os jornais da imprensa divulgaram con-

cursos de beleza que ajudaram a construir a ideia de uma beleza negra, mesmo que ainda estivesse vinculada à ideia de beleza da elite branca. Podemos ver essa estratégia como forma de combater a ideia de "mulata promíscua", construindo uma imagem de mulheres negras fora desse estereótipo. Os jornais negros, inclusive, tentavam criar espaços para que as mulheres negras encontrassem trabalho, contudo, ainda como domésticas, cozinheiras, passadeiras e lavadeiras.

Durante as décadas de 1920 a 1940, tentou-se criar uma identidade nacional e embranquecer a população brasileira, o que se refletia nas ofertas do mercado de trabalho, na qual muitos anúncios por empregadas domésticas tinham como requisito "boa aparência". Nesse mesmo período, as divulgações sobre produtos de beleza embranqueceram as características negras. Uma dessas tecnologias criadas na época era o "cabelisador", um *kit* para o alisamento de cabelos crespos. A partir disso, os salões para as mulheres de cor especializaram-se nesse processo de alisamento. Para além disso, havia também os cosméticos que prometiam clarear a pele. Se, durante o período da escravização, os negros foram classificados de acordo com a sua pele, seu cabelo e sua estética, pois esses eram os critérios para quem iria trabalhar na casa branca ou na lavoura, ao longo dos anos de 1920 e 1930, a "boa aparência" era solicitada para as vagas de emprego doméstico. "Nesse contexto, o Cabelisador aparecia como uma alternativa estética que vinha responder a uma exigência social" e racista (Braga, 2021, p. 105).

Os corpos negros nas revistas femininas, durante a década de 1980, quase não eram vistos. Segundo uma análise de Meliza da Silva Custódio (2005) sobre a inserção das mulheres negras nas revistas femininas *Claudia* e *Nova*, com dados dos anos 1980 aos 1990, observa-se uma porcentagem pequena de mulheres negras nas revistas femininas no início dos anos 1980. A autora ainda destaca um aumento significativo de mulheres negras nas pági-

nas de *Claudia* e *Nova* após o lançamento da revista *Raça Brasil*, em 1996, que tinha como público-alvo as mulheres negras.

As poucas vezes em que uma mulher negra foi estampada no suplemento *Mulher* foram em momentos bem específicos. Um exemplo disso é a seção de moda:

GAZETA DE ALAGOAS

Senzala dita a moda para a sociedade

Foi um grande sucesso o desfile da butique Senzala de Lucia e Eunice Moura, realizado na residência de Isadora Moura.

No desfile de maio bem geral, foi usado muito algodão com estampa graúda e tons vastos, para os modelos esportivos.

No esporte fino teve como principal destaque a jérsey de seda e tecidos leves e finos predominando o branco e preto e os tons de verde.

Para a noite muito brilho em gaze faulaine e renda.

Na butique Senzala, você encontra modelos para todas as idades, com muitas opções para o esportivo.

O desfile teve como participação as manequins, Ernnie e Claudia Sangremon, Vera Salles, Sorala Garcia, Lucionne e Lili Calheiros, e como grande revelação Fátima Calheiros, uma jovem senhora de nossa sociedade.

Boutique SENZALA R. Dias Cabral 414 - Centro

Opera com a calça tipo baggy, em popelline lisa, para ser usada com camiseta. Uma ótima opção para o clima nordestino.

As cangas para o alto verão não são lisas só nas praias. Vão usadas as ruas com suas estampas joguetes. Vem em forma de túnicas e são participar dos novos infinitudes. Suas estampas lembram motivos indígenas e paisagens do Havaí.

Mais uma prova que a moda é cíclica: o bermudão de horas teve seu auge no ano passado e depois de um curto período de recesso, no inverno, ele volta, com visibilidade dobrada para enfrentar o verão.

Em verão vencendo, o bermudão de verão é ideal para acompanhar a vida esportiva da nova geração. Nada o iguala na moda do Roller Skate já que acompanha bem calças de jeans, bermudas, shorts e minissaias (que voltam 15 anos depois com inovações mais ousadas que as criadas por Mary Quant).

Figura 3 - Boutique Senzala

Fonte: *Gazeta de Alagoas*, Maceió, 9 nov. 1980, p. 3. Acervo: IAM.

A matéria ao lado apresenta a nova coleção de uma boutique chamada Senzala. A matéria traz fotos das modelos desfilando e um texto sobre as tendências de roupas que a nova coleção traz, citando algumas socialites de Maceió. Existem duas imagens de mulheres negras: a primeira é uma foto de portfólio, a outra parece ser uma fotografia feita, provavelmente, no desfile da boutique. As outras dezoito fotos do desfile são de corpos brancos.

Essa matéria representa a única vez em que uma mulher negra apareceu na seção de moda do *Mulher*, entre as edições dos anos de 1980 a 1981. Já na seção Beleza, o suplemento também tem uma única matéria que traz dicas de rotina de beleza para os cabelos das mulheres negras:

BELEZA

Beleza Negra

Sua pele morena, seu cabelo crespo: há muito o que fazer em torno deles, para deixar você mais bonita, explorar seu tipo cheio de malícia, de força, de exotismo.

Pele: Combata A Oleosidade

Normalmente oleosa, a pele negra tem, por outro lado, uma grande vantagem: custa a envelhecer. Mas não dispensa tratamento constante, para reduzir o aparecimento de cravos, espinhas e poros dilatados. É fundamental que se faça uma limpeza de pele normalmente, com uma esfoliante, para remoção profunda dos cravos e impurezas.

* Nunca use óleo para limpar o rosto, prefira um creme de limpeza isento de gordura, e, logo a seguir, sabonete. Se a pele é muito oleosa e com espinhas, use Santil ou Acne-Aid; se não, um sabonete para bebê.

* Faça esfoliações uma vez por semana para limpar e deixar a pele mais lisa: faça pequeno com algumas gotas de limão ou esfoliador ou compre máscara à base de barro ou clorofila.

* As melhores linhas de tratamento para pele oleosa são: Algemarin, Anna Pegova, Lotion, Skin Balance e Bio Clear (este, para pele com espinhas); ambas de Helena Rubinstein.

Cabelo: O Corte É Tudo

Hoje em dia, muitos cabeleireiros se recusam a alisar esse tipo de cabelo, porque é bonito ao natural e oferece muitas possibilidades de cortes diferentes.

* Falando em corte, importante é aproveitar o corpo do cabelo e escolher uma fórmula que combine com seu rosto: se ele é fino e delicado, como o da moça à esquerda, o melhor é um corte não muito cheio. Para o rosto largo e enfático da moça à direita, linhas definidas e muito volume.

* Para que a forma fique perfeita, Richard Metzeron do Seka Cabeleireiros, sugere que se corte três vezes: aparamela, com o cabelo seco, quando se define a forma básica; em seguida, molhado, pensando cuidadosamente no fios; já que, em geral, tem comprimentos muito variados. Por fim novamente seco, [illegible]

* Agora [illegible] escolhe: escolhe [illegible] escolhe: [illegible]

crescer, é preciso aparar as pontas a cada seis ou oito semanas, para fortalecer os fios - por ser muito crespo e cheio, esse tipo de cabelo parece forte, mas é frágil e quebra com facilidade.

Creme Contra O Ressecamento

Seu cabelo é normalmente ressecado e sem brilho, porque o fio muito crespo impede que o óleo natural vá da raiz à ponta. Massageie o couro cabeludo para soltar o óleo, depois escove, para que se espalhe nos fios.

* Lave com xampu especial para cabelos tingidos ou alisados, como o Hair Care (H. Rubinstein), O Aqua-N (natura), ou ainda com o Milk Plus (Revlon), o Seda Lanolina.

* Banhos de creme são indispensáveis, mas não faça com óleo porque é difícil removê-lo do cabelo muito crespo.

* Bons cremes: Biodop (L'Oréal), Mamaina, Yamaterá; ao crime, sim, vale misturar um pouco de óleo de amêndoas ou de germe de trigo, e uma ampola de proteína da Clairal, que fortifica o cabelo. Faça o banho duas vezes por mês, ou toda semana se os fios estiverem ressecados.

Sugestões Para Quem Alisa

Se você insiste em alisar, aonde esta regra básica: não tente fazer seu cabelo muito liso: o resultado é sempre pouco natural, enfiado, opte por um aspecto ondulado, que você consegue com um alisante leve como o Wellin ou creme henê (Superstar) que vai alisando gradativamente. Um lembrete, enquanto estiver usando henê, não use qualquer outro alisante pois o cabelo pode enfraquecer e cair.

* Antes de alisar, não escove ou leve os cabelos para evitar arranhões no couro cabeludo. Logo depois de alisar, deixe o cabelo secar naturalmente - não use secadores, ajda o melhor é evitá-los por mais alguns dias.

Scanned with CamScanner

Figura 4 - Beleza Negra

Fonte: *Gazeta de Alagoas*, Maceió, 11 maio 1981, p. 8. Acervo: IAM.

Com o título "Beleza Negra" e subtítulo "Sua pele morena, seu cabelo crespo: há muito o que fazer em torno deles, para deixar você mais bonita, explorar seu tipo cheio de malícia, de força, de exotismo", a matéria apresenta dicas de beleza sobre a oleosidade da pele negra, conselhos sobre cortes de cabelo, creme para ressecamento dos fios dos cabelos crespos e também dicas para as mulheres que preferem alisá-los, explicando qual produto é melhor para o procedimento.

> Hoje em dia, muitos cabeleireiros se recusam a alisar esse tipo de natural, e oferecem muitas possibilidades de cortes diferentes.
>
> Falando em corte, importante é aproveitar o corpo do cabelo e escolher uma forma que combine com seu rosto; se ele é fino e delicado, como o da moça à esquerda, o melhor é um corte não muito cheio. Para o rosto largo e exótico da moça à direita, linhas definidas e muito volume. [...]
>
> [...] e você insiste em alisar, anote esta regra básica: não tente fazer seu cabelo muito liso: o resultado é sempre pouco natural, esticado, optar por um aspecto ondulado, que você consegue com um alisante leve como o Wellin ou com bené (Superstar) que vai alisando gradativamente. Um lembrete; enquanto estiver usando hené, não use qualquer outro alisante pois o cabelo pode enfraquecer e cair.
>
> Antes de alisar, não escove ou lave os cabelos para evitar arranhões no couro cabeludo. Logo depois de alisar, deixe o cabelo secar naturalmente não use secadores; aliás o melhor é evitá-los por mais alguns dias (*Gazeta de Alagoas*, Maceió, 11 maio 1981, Coluna Beleza, p. 8).

O texto apresenta uma rotina de tratamentos e cuidados para o cabelo, não só o alisado, também no estilo natural. As-

sim, ela mostra uma dimensão das pautas que estavam sendo mobilizadas sobre a identidade negra. Se compararmos as matérias, o cabelo crespo aparece não só nessa matéria de beleza (Figura 4), mas também nas duas fotos da matéria de moda (Figura 3). A matéria é bem construída, no quesito compreensão das características dos cabelos crespos, ainda mais levando em consideração o período em que ela foi lançada, já que o cabelo crespo ou cacheado, durante a trajetória da estética brasileira, foi um dos traços negros que a indústria tentou embranquecer. Infelizmente, as matérias da coluna de beleza não eram assinadas e, por isso, nesse primeiro momento, não podemos saber por quem foi escrita – se foi uma repórter negra ou se foi a partir da consulta com um especialista na área, por exemplo.

Ao analisar as matérias sobre mulheres negras é possível ver que a palavra "exótica" aparece em quase todas as matérias. Essa palavra, que é utilizada até hoje para descrever muitas vezes a beleza da mulher negra, remete a uma exceção da regra para os corpos que não seguem a identidade branca. Nesse caso, o lugar do exótico é o mesmo dos estereótipos. O fato de essa matéria ter sido a única na coluna de beleza durante esses primeiros dois anos de suplemento mostra como a mulher negra era considerada uma exceção do feminino pregado nesse período.

A outra ocasião em que aparece uma mulher negra no suplemento *Mulher* é na entrevista com a atriz Zezé Motta, atriz e cantora, que interpretou Xica da Silva no filme *Xica da Silva*, de 1976.

A entrevista conta um pouco da vida amorosa, da casa nova, do desejo de ser mãe e dos projetos que a atriz tinha para aquele período. A entrevista segue o padrão de todas as outras feitas pelo suplemento, no qual foram entrevistadas mulheres que tinham certo reconhecimento pela sua profissão. O suplemento costumava apresentar essas mulheres para além da sua profissão, mostrando que, mesmo sendo bem-sucedidas, elas tinham os mesmos desejos de "mulheres tradicionais" – ser mãe e es-

posa, ou seja, uma cuidadora da família, como apresenta o texto em destaque na matéria:

> Sentimental, tem uma parede coberta de fotos: o pai, a mãe, o primeiro namorado, a carreira. Vaidosa, gosta de cuidar do corpo e recorre a centenas de cremes para explodir a beleza exótica. Mas também feminina e sonhando com o momento de ser mãe. Enfim, atriz, cantora e apaixonada. Tão apaixonada que viajou do Rio à Bahia só para assistir ao lado do novo amor sua estréia, nesta sexta-feira, como uma das apresentadoras do programa Show do mês, pela Rede Globo (*Gazeta de Alagoas*, Maceió, 28 mar. 1981, Coluna Beleza, p. 8).

A palavra exótica aparece novamente, sendo a única palavra que remeteria a mulher negra à sua raça; fora isso, nenhum outro ponto da matéria faz referência a Zezé Motta como uma mulher negra. É importante levar em consideração o fato de que, nesse mesmo ano, a atriz participou do I Simpósio Nacional sobre o Quilombo dos Palmares, evento marcante para a história do movimento negro alagoano e nacional. Zezé Motta fez parte, junto com outras personalidades do movimento negro nacional em Alagoas, da mesa de encerramento do seminário, intitulada "O significado de Palmares para os negros brasileiros", que aconteceu no dia 18 de novembro de 1981.

Em nenhum momento, o envolvimento de Zezé Motta com os movimentos de luta racial foi abordado pelo suplemento *Mulher*. No I Simpósio Nacional sobre o Quilombo dos Palmares, Zezé Motta deu seu depoimento falando sobre a mentira que é a democracia racial e como o seu processo de identificação como uma mulher negra aconteceu depois que se tornou uma figura pública, quando percebeu o espaço onde a mídia tradicional colocava a mulher negra (Duarte, 2023).

8- MULHER GAZETA DE ALAGOAS Sábado, 28/03/81

QUEM É QUEM

Programa, trabalho, amor e até o sonho de ser mãe. Tudo novo para

ZEZÉ MOTTA

Sentimental, tem uma parede coberta de fotos: o pai, o mãe, o primeiro namorado, a carreira. Vaidosa, gosta de cuidar do corpo e recorre a centenas de cremes para explodir a beleza exótica. Mas também feminina e sonhando com o momento de ser mãe. Enfim, atriz, cantora e apaixonada. Tão apaixonada que viajou do Rio à Bahia só para assistir ao lado do novo amor sua estréia, nesta sexta-feira, como uma das apresentadoras do programa Show do mês, pela Rede Globo.

Meu novo amor é Gilberto. Estou completamente apaixonada, mas prefiro que o assunto não seja muito comentado. Desde que me separei, há quase dois anos, havia jurado não me envolver afetivamente com ninguém. Mas, quem manda no coração? Agora estou aí, cheia de amor e sonhando ter um filho. Acho que só falta isso para me sentir completamente realizada. Se tudo der certo, vou encomendar um neném.

Pra falar a verdade, sou bastante caseira. Meu programa é não sair. Por isso, trânsei essa casa com muito carinho. Fiz questão de arrumar tudo com cuidado. Já morei em apartamentos pequenos, em lugares feios e ruins. Agora me permito viver com conforto. Aqui embaixo tem essa sala. Ali no segundo andar, meu quarto, o canto da televisão e outro quarto para os hóspedes. No terceiro, funciona a firma Z Produções. Assim, posso ser empresária de mim mesma.

Planos? Ah, são muitos. Até o final do ano está tudo previsto. Lançamento de mais um disco, show em teatro e gravação do programa "Show do mês". Nesse momento de selecionar repertório e escolher músicas para teatro, tenho de usar toda a minha sensibilidade de atriz. Quando viajo para apresentação de shows, o cansaço é apenas físico e não estou exposta a qualquer grande tensão. Agora, não. Tenho de fazer tudo com cuidado, muito cuidado.

Gostei de ser chamada para esse novo programa, já que as novelas não me deram muita gratificação. Esse momento na televisão é vital na minha carreira e uma maneira segura de me fazer mais conhecida. Tenho cancha de apresentadora, cantora, atriz. E só doxar tudo de maneira certa. Mas ainda não me sinto completamente solta. Emposto a voz e coloco o corpo como se estivesse num palco de teatro, sempre me policiando para não errar. Sei que estou aprendendo, mas tenho que dar o melhor. Acho que em pouco tempo ficarei mais solta. Por enquanto, tudo tem sido feito na base da disciplina.

Sou vaidosa, confesso. Gosto de me sentir bonita. Nas horas de folga, volto para as aulas de dança. Quero fazer jazz e conhecer mais o estilo de dança afro. Além disso, viajar muito à Bahia, é claro. Eu já conhecia o Gilberto há quatro anos. Antes do carnaval, quando me apresentei em Salvador, tivemos aquele clique do amor. Estou aqui sentindo essa casa enorme, o coração vazio. Tenho saudades.

O momento é de preparar o novo disco e pensar no próximo show em teatro, além do trabalho em Show do mês, que lhe toma 10 dias de ensaio e três de gravações. O resto do tempo será dividido entre a ampla casa de Ipanema e viagens à Bahia, onde está o novo amor.

Digitalizada com CamScanner

Figura 5 - Zezé Motta

Fonte: *Gazeta de Alagoas*, Maceió, 28 mar. 1981, Coluna Beleza, p. 8. Acervo: IAM.

É possível ver algumas matérias distintas desse discurso tradicional sobre a mulher moderna. Um exemplo disso é a matéria lançada na edição após o Dia da Consciência Negra:

DEMOCRACIA RACIAL? NADA DISSO!

Lélia Gonzales (Transcrito da Revista Mulherio)

O racismo e a discriminação racial são coisas bem concretas e responsáveis por desigualdades terríveis, que vão desde o salário que a gente ganha até os problemas de nossa estrutura familiar. Mas como é que esse racismo funciona na cabeça da gente e dos outros? Como é que se sente isso no dia-a-dia? De que maneira as mulheres e os homens brancos transam a gente? E os homens negros? Qual tem sido o nosso papel na família e na comunidade a que pertencemos?

Se a gente pensa nessas perguntas, elas nos levam a apresentar um quadro resumido da nossa história. Nossas antepassadas vieram da África para o Brasil como escravas para trabalhar nas plantações de cana, nos engenhos, etc. Nos reinos e impérios africanos de onde vieram, as mulheres eram tratadas com grande respeito e, em muitos deles, elas até chegavam a ter participação política. A valorização da mulher pelas diferentes culturas negro-africanas sempre se deu a partir da função materna. É por aí que a gente pode entender, por exemplo, a importância que as "mães" e "tias" iriam ter não só na formação e desenvolvimento das religiões afro-brasileiras (candomblé, tambor de mina, umbanda, etc), como também em outros setores da cultura negra no Brasil.

A serviço do sinhô, da sinhá e das crianças brancas

Quando o europeu chegou à África, nossas antepassadas foram arrancadas do convívio de seus filhos, de suas famílias e de seus povos, transformadas em mercadorias e vendidas por bons preços, para trabalharem até o fim de seus dias numa terra absolutamente desconhecida. As que não morriam nos malfadados navios-negreiros, ao chegarem aqui eram dirigidas para dois tipos de atividades: a escrava de eito trabalhava nas plantações, e a mucama, na casa grande. Tanto uma como outra nada mais foram do que as avós da trabalhadora rural e da doméstica de hoje.

Enquanto a escrava de eito foi utilizada para, com o seu trabalho, enriquecer os senhores escravistas e fortalecer o tipo de sistema econômico imposto pelos portugueses, a mucama foi utilizada para garantir o lazer e o bem-estar de seus senhores: de sua senhora, na medida em que lhe cabia todo o trabalho doméstico, além de cuidar das crianças brancas desde o seu nascimento (foi por aí, enquanto ama-de-leite e babá, que ela se transformou na famosa mãe-preta); de seu senhor, na medida em que era utilizada como objeto de sua violência sexual.

É por aí que a gente deve entender que esse papo de que a miscigenação é prova da "democracia racial" brasileira não está com nada. Na verdade, o grande contingente de brasileiros mestiços resultou de estupro, de violentação, de manipulação sexual da escrava. Por isso existem os preconceitos e os mitos relativos à mulher negra: de que ela é "mulher fácil" de que é "boa de cama" (mito da mulata), etc, e tal.

Mulatas, agora "produtos de exportação"

Ainda hoje podemos constatar como as escolas de samba, as gafieiras, as festas de largo, etc, são transadas como modernas senzalas onde os "sinhozinhos" brancos vão exercitar sua dominação sexual (e a indústria turística está aí mesmo pra reforçar e lucrar com essa prática). Não é por acaso que o sistema criou a moderna profissão de mulata para as jovens negras continuarem a ser exploradas, agora, como "produtos de exportação".

É depois dizem que não existe racismo no Brasil!

Por que essas jovens negras não são consideradas como profissionais de dança? A gente saca, então, que elas constituem uma "espécie diferente", que não pode fazer parte de uma categoria profissional já existente, justamente pelo fato de serem negras. De repente; a mulata é o outro lado da mucama: o objeto sexual.

Existe uma outra mentira histórica que afirma que o negro aceitou passivamente a escravidão, adaptou-se a ela docilmente porque, afinal, os senhores de escravos luso-brasileiros foram muito bons e cordiais. E, como prova disso, dizem que a mãe-preta foi o modelo dessa aceitação. Mas a gente pergunta, ela tinha outra escolha? Claro que não, pois era escrava e justamente por isso foi obrigada a cuidar dos filhos de seus senhores.

Além disso, muitas vezes seus filhos recem-nascidos eram arrancados delas para que se dedicassem inteiramente às crianças. Aquelas que não aceitassem, eram cordialmente torturadas ou simplesmente liquidadas.

Mas, como ja dissemos no início, as africanas era muito valorizadas, e ainda são, enquanto mães. Por isso não e de estranhar que no Brasil, as escravas tenham lutado por manter a dignidade da função materna, até mesmo quando a exerciam com crianças brancas. Com sua força moral tudo fizeram para sustentar seus companheiros e tratar da sobrevivencia dos filhos, educando-os nas mais precárias condições de existência.

Com isso, mantiveram viva a chama dos valores culturais afro-brasileiros, que transmitiram a seus descendentes. E nisso também influenciaram mulheres e homens brancos, a quem eleitaram e educaram. Graças a elas, apesar de todo o racismo vigente, os brasileiros falam "pretugués" (português africanizado) e só conseguem afirmar como nacional justamente aquilo que o negro produziu em termos de cultura: o samba, a feijoada, a descontração, a ginga ou jogo de cintura, etc. É por essa razão que as "mães" e as "tias" são tão respeitadas dentro da comunidade negra, apesar de todos os pesares.

Figura 6 - Consciência Negra

Fonte: *Gazeta de Alagoas*, Maceió, 5 dez. 1981, p. 8. Acervo: IAM.

Percebe-se que a imagem utilizada é a mesma da matéria de beleza (Figura 4), o que pode significar a falta de fotos de modelos negras no banco de imagens do jornal. A matéria é assinada por Lélia Gonzalez, intelectual e ativista negra. O suplemento informa que o texto foi transcrito do *Mulherio*, jornal feminista da imprensa alternativa, no qual Lélia Gonzalez era colunista. O jornal *Mulherio* existiu entre 1981 e 1989.

Exatamente por esses motivos, por trazer uma matéria de um jornal da imprensa alternativa – o qual iria contra os ideais da grande imprensa, da qual o suplemento *Mulher* fazia parte –, e apesar de o suplemento se vender como um periódico para

mulher moderna, ele ia de encontro às próprias teorias. Embora pareça contraditório, era algo que poderia acontecer com os periódicos da imprensa feminina produzidos pela grande mídia, porque, independente de não ter a mesma liberdade que os jornais feministas da época, as revistas femininas poderiam ter um corpo editorial com diversas opiniões que nem sempre concordavam com a ideologia do periódico.

A maior parte das vezes em que mulheres negras apareceram no jornal foi no ano de 1981; a partir disso, podemos ver essas matérias como um discurso divergente da ideologia do período. Elas poderiam ser um mecanismo tanto de vendas quanto um aspecto do corpo editorial. No caso do suplemento *Mulher*, pode ter sido pela entrada de uma editora mulher que conseguiu encontrar brechas para divulgar e defender o discurso em que acreditava. Mas isso acontecia de forma mais limitada do que nos jornais feministas da imprensa alternativa, os quais eram feitos de forma colaborativa – pensados como um canal de divulgação de ideias –, diferentemente do periódico da imprensa tradicional, em que geralmente havia um campo editorial composto por sua maioria, ou na liderança, de homens, além de ser ligado a grandes empresas midiáticas.

Tendo em vista os aspectos observados e o papel que as revistas femininas tiveram como ferramenta para moldar as mulheres de acordo com as normas de gênero, sexualidade e raça vigentes em cada época, essas narrativas, criadas pela imprensa através do discurso tanto do texto como das imagens distribuídas por elas, concretizou a ideia de um feminino que excluía as mulheres de cor.

A rejeição da indústria da beleza e da moda sobre esses corpos cria o imaginário social ainda entrelaçado a uma ideia colonial. Esses imaginários não ficavam só para as leituras diretas dessas revistas, esses discursos atravessaram todos os corpos que estão dentro dessa estrutura social. No momento em que códigos e

padrões de beleza ficam mais rígidos, as mulheres para as quais esse código não foi criado acabam tendo que gastar mais tempo e dinheiro a fim de tentar fugir do estereótipo racial.

Considerações finais

O "mito da beleza" tornou-se, através dos discursos dos periódicos femininos, um dispositivo para enquadrar o que seria o feminino, colocando-o em oposição ao feminismo, tornando-se, dessa forma, uma ferramenta eficaz de violência simbólica. Apesar de se apresentar como universal, o conceito de beleza varia de acordo com cada comunidade e etnia e tende a resistir através das culturas de povos marginalizados. Ele atravessa os recortes de classe, gênero e sexualidade. Desse modo, marginaliza e estereotipa mulheres negras, travestis, mulheres trans, indígenas e trabalhadoras, negando-lhes a ideia de feminilidade.

O suplemento *Mulher* produziu um discurso que afirma que corpos e subjetividades femininas estavam preparados para a vida moderna e pública; que, para se manterem femininas diante de seus avanços nas carreiras profissionais e intelectuais, as mulheres precisavam se dedicar a permanecer belas e jovens, mesmo que isso significasse passar por procedimentos invasivos e dolorosos. Nessa lógica, o valor do feminino está associado à aparência, e não importa quais lugares as mulheres ocupem na sociedade. Para as mulheres que não se encaixam nesse padrão, a obtenção de trabalho tornava-se ainda mais difícil, pois a aparência torna-se um requisito ainda mais severo no mundo profissional feminino. Nesse sentido, o suplemento *Mulher* não se diferenciou dos demais periódicos femininos da grande imprensa da segunda metade do século XX.

Muitos dos conceitos de controle dos corpos femininos divulgados pelo suplemento ainda estão presentes e atualizados pela tecnologia atual. Dados recentes mostram que o mais novo

meio de comunicação dos profissionais de cirurgia estética são as redes sociais. A pesquisa da Sociedade Internacional de Cirurgia Plástica mostra que, em 2020, o Brasil realizou mais de 1,3 milhão de cirurgias, perdendo apenas para os Estados Unidos no *ranking* mundial[48].

O "mito da beleza" continua a colonizar subjetividades femininas. Em períodos progressistas, ele tende a tentar se fortalecer, o que aponta para uma necessidade urgente de se apropriar da produção dessas tecnologias e dos discursos a fim de construir, através de um avanço decolonial, um presente que rompa com a monopolização das tecnologias criadas através de processos sexistas, racistas, colonizadores, as quais reforçam os padrões de gênero e ajudam a tornar natural e universal uma perspectiva colonizadora.

48 Para conferir a matéria completa, ver: https://valor.globo.com/patrocinado/dino/noticia/2022/08/05/brasil-ocupa-o-segundo-lugar-no-ranking-de--paises-que-mais-realiza-cirurgias-plastica.ghtml ou as ferramentas oferecidas na página. Acesso em: 14 maio 2024.

Bruna Pereira da Silva é mestranda no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Alagoas (PPGH/Ufal). Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas em História, Gênero e Sexualidade (GEPHGS/Ufal). Bolsista Fapeal. E-mail: bruna.hist.pereira@gmail.com.

Referências

BONFIM, Adrícia Carla Santos. *União das Mulheres de Maceió (UMMa)*: uma abordagem interseccional das lutas das mulheres cisgêneras na abertura Maceió/AL (1970-1980). 2023. 68f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) - Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2022.

BRAGA, Amanda Batista. *História da beleza negra no Brasil*: discursos, corpos e práticas. São Carlos: EdUFSCar, 2021.

CORRÊA, Thomaz Souto. A era das revistas de consumo. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de (orgs.). *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Editora Contexto, 2008. p. 95-106.

CRUZ, Heloísa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. *Projeto História*, São Paulo, n. 35, p. 253-270, dez. 2007.

CUSTÓDIO, Meliza da Silva. Mulher negra: da inserção na história à inserção na propaganda. *Revista de Iniciação Científica da FFC*, Marília, v. 1/2, p. 37-49, 2005.

CUNHA, Maria Tereza Santos; SALERNO, Laura Peretto. Discursos para o feminino em páginas da revista *Querida* (1958-1968): aproximações. *Educar em Revista*, Curitiba, n. 40, p. 127-139, abr./jun. 2011.

DUARTE, Tâmara Elizabeth do Nascimento. *Memorial Zumbi*: o movimento negro e o I Simpósio Nacional sobre o Quilombo dos Palmares (1981). 2023. 40f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) - Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2023.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1998.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

LUCA, Tania Regina de. Mulheres em revista. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (orgs.). *Nova História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2013. p. 447-469.

LUGONES, Maria. Colonialidade e gênero. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. *Pensamento feminista hoje?*: perspectivas decoloniais. São Paulo: Bazar do Tempo, 2020. p. 52-83.

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de. *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Editora Contexto, 2008.

NASCIMENTO, Letícia. *Transfeminismo*. São Paulo: Jandaíra, 2021. E-book Kindle.

PRECIADO, Paul B. *Testo junkie*: sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica. São Paulo: n-1 edições, 2018. E-book Kindle.

SANT'ANA, Moacir Medeiros de. *História da imprensa em Alagoas (1831-1981)*. Maceió: Arquivo Público de Alagoas, 1987.

SILVA, Joyce Gonçalves da. *"Nós também somos belas"*: a construção social do corpo e da beleza em mulheres negras. 2015. 157f. Dissertação (Mestrado em Relações Étnico-raciais) - Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, Rio de Janeiro, 2015.

SOIHET, Raquel. O corpo feminino como lugar de violência. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, São Paulo, v. 25, p. 269-289, dez. 2002.

TAMIÃO, Juliana Segato. *Escritas feministas*: os jornais *Brasil Mulher*, *Nós Mulheres* e *Mulherio* (1975-1988). 2009. 147f. Dissertação (Mestrado em História Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

VERAS, Elias Ferreira. *Travestis*: carne, tinta e papel. Curitiba: Editora Prismas, 2017.

WOLF, Naomi. *O mito da beleza*: como as imagens de beleza são usadas contra as mulheres. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2023.

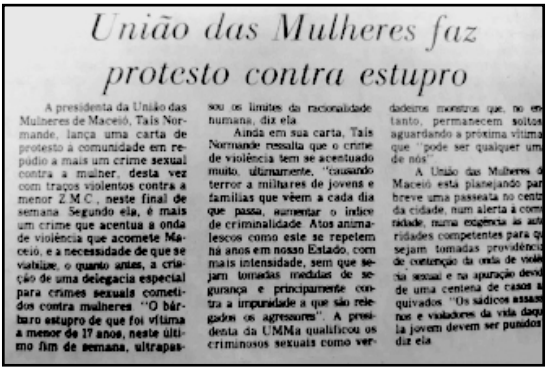
União das Mulheres de Maceió (UMMa): mobilização política das mulheres em Maceió na abertura (1980-1988)

Adrícia Carla Santos Bonfim

Introdução

O final da década de 1970 ficou marcado como um momento decisivo na transição para uma nova forma de sistema político (Eder Sader, 1988). Contra a censura e o autoritarismo, emergiram nas ruas manifestações protagonizadas por organizações populares e movimentos sociais. As mulheres de Alagoas não se mantiveram à margem das mobilizações do início da década de 1980. Elas fundaram seus próprios movimentos, trazendo à tona as questões que lhes eram pertinentes, baseadas em suas próprias perspectivas e prioridades. Ao desempenharem um papel central na luta pela democracia e pela emancipação feminina, colocaram em questão a violên-

cia contra as mulheres e as demandas por igualdade de gênero. Entre estes movimentos, destacou-se a União das Mulheres de Maceió (UMMa), que teve suas ações recorrentemente anunciadas na imprensa da cidade.



União das Mulheres faz protesto contra estupro

A presidenta da União das Mulheres de Maceió, Taís Normande, lança uma carta de protesto à comunidade em repúdio a mais um crime sexual contra a mulher, desta vez com traços violentos contra a menor Z.M.C., neste final de semana. Segundo ela, é mais um crime que acentua a onda de violência que acomete Maceió, e a necessidade de que se viabilize, o quanto antes, a criação de uma delegacia especial para crimes sexuais cometidos contra mulheres. "O bárbaro estupro de que foi vítima a menor de 17 anos, neste último fim de semana, ultrapassou os limites da racionalidade humana, diz ela.

Ainda em sua carta, Taís Normande ressalta que o crime de violência tem se acentuado muito, ultimamente, "causando terror a milhares de jovens e famílias que vêem a cada dia que passa, aumentar o índice de criminalidade. Atos animalescos como este se repetem há anos em nosso Estado, com mais intensidade, sem que sejam tomadas medidas de segurança e principalmente contra a impunidade a que são relegados os agressores". A presidenta da UMMa qualificou os criminosos sexuais como verdadeiros monstros que, no entanto, permanecem soltos aguardando a próxima vítima que "pode ser qualquer um de nós".

A União das Mulheres de Maceió está planejando para breve uma passeata no centro da cidade, num alerta à comunidade, numa exigência às autoridades competentes para que sejam tomadas providências de contenção da onda de violência sexual e na apuração devida de uma centena de casos arquivados. "Os sádicos assassinos e violadores da vida daquela jovem devem ser punidos", diz ela.

Figura 1 - União das Mulheres de Maceió (UMMa)
Fonte: *Gazeta de Alagoas*, Maceió, 17 jul. 1985. Acervo: GEPHGS.

A partir do acervo do Grupo de Estudos e Pesquisas em História, Gênero e Sexualidade (GEPHGS/Ufal), que possui uma série de registros da imprensa que abordam a atuação de sujeitos/as nas mobilizações em Alagoas durante o regime ditatorial e a abertura política, tive acesso a algumas reportagens do *Gazeta de Alagoas* que noticiam ações da UMMa. As mulheres alagoanas atuantes na UMMa organizaram diversos protestos, atos e mobilizações. Elas fizeram ainda inúmeras denúncias e expuseram os casos locais de assédio e agressão, pautando a necessidade de delegacias da mulher no estado e organizando atos contra grupos misóginos.

Neste capítulo, são analisadas as ações da UMMa por meio do periódico *Gazeta de Alagoas* e também de entrevistas realizadas com algumas de suas integrantes. Além dessas fontes,

foram utilizadas ainda atas de reuniões da UMMa, a cópia do regimento da entidade, cartilhas, folhetos e cartazes de divulgação, dentre outros materiais cedidos pelas entrevistadas. Desse modo, retomo a investigação apresentada em minha monografia *União das Mulheres de Maceió (UMMa)*: uma abordagem interseccional das lutas das mulheres cisgêneras na abertura em Maceió/AL (1970-1980) (Adrícia Carla Santos Bonfim, 2022), na qual parti de uma perspectiva interseccional (Carla Akotirene, 2019; Kimberlé Crenshaw, 2020; Angela Davis, 2016) para compreender como as mulheres alagoanas atuaram no período da abertura em Alagoas; como as questões de gênero foram performadas e quais reivindicações lhes eram pertinentes; como foi sua mobilização e como contribuíram com lutas por direitos e por democracia.

Concepções, discursos e protagonismos: mulheres em cena na política alagoana

"Se você procurar nos documentos da época, todos têm uma referência à UMMa, porque ela realmente teve uma representatividade bastante marcante", foi o que disse Gal Monteiro, entrevistada em 27 de maio de 2021. Gal foi integrante da UMMa e atuava no setor cultural e de comunicação. Sua fala faz referência à popularidade que o grupo teve no cenário alagoano. Além de protagonizarem constantes ações em defesa dos direitos das mulheres, que na década de 1980 aparecem atreladas às discussões pelas Diretas Já[49] e à Constituinte[50], algumas integrantes também ocupavam as páginas dos periódicos alagoanos, sendo

49 Mobilizações que tiveram como reivindicação a participação da sociedade civil nas eleições presidenciais de 1984, exigindo o voto direto.

50 Exigência dos movimentos sociais (sociedade civil) quanto à elaboração de uma nova Constituinte, a qual contasse com a participação daqueles movimentos e garantisse os direitos que eles estavam reivindicando.

mencionadas diretamente, como mostra o registro a seguir, no qual são cogitados nomes para disputar cargos na Assembleia Legislativa nas eleições de 1986.

Maioria das mulheres

As mulheres estão querendo ser maioria também na Assembléia Legislativa.

Muitos nomes cotados e comentados para disputar as eleições de 86, entre elas, Kátia Born, Jarede Viana, Marcionila, Mirtes Granja, Alba Correia, Vera Romariz, Janice Vilela, Ana Lúcia Palmeira e Taís Normande.

Figura 2 - Mulheres na Assembleia
Fonte: *Gazeta de Alagoas*, Maceió, 1º dez. 1985. Acervo: GEPHGS.

Emergindo como um elemento significativo no panorama regional, a UMMa foi fundada em 1982. Conforme relatado por Taís Normande em entrevista concedida em 5 de dezembro de 2019,

> A UMMa, ela foi fundada em 1982 no mês de março, e ela se originou a partir de iniciativas de uma série de mulheres que já vinham tendo uma certa militância partidária e política, naquele período, que era o período ainda da ditadura militar [...]. E toda essa movimentação... o próprio movimento estudantil, *né, tava* sendo naquela época retomadas suas entidades e tal, depois dos períodos de repressão, e toda essa movimentação levou à necessidade desse grupo de mulheres se reunirem, convocarem um encontro, um encontro das mulheres de Maceió; inicialmente encontro das mulheres alagoanas, e depois enquanto as mulheres de Maceió, e a partir desse proces-

> so surgiu a União das Mulheres. Então ela foi fundada oficialmente no dia 7 de março de 1982, é a data oficial da fundação (Taís Normande, entrevista realizada em 5 de dezembro de 2019).

A fala de Taís Normande refere-se ao momento em que as organizações passavam por seu período de renovação e tentavam retornar/ocupar os espaços públicos. É construída nesse período uma nova forma de atuar pública e politicamente. Mulheres que anteriormente mantinham suas atuações políticas somente por meio de partidos ou do movimento estudantil começaram a construir outros mecanismos de organização, originados da compreensão de que suas necessidades não poderiam ser completamente abordadas pelas estruturas tradicionais de organização.

Além das entrevistadas para esta pesquisa (Alba Correia, Taís Normande e Gal Monteiro), Selma Bandeira, Solange Vieras, Maria Helena da Silva, Eleide Medeiros, Maria Lúcia de Sousa, Kátia Born, Maria Ivone, Ana Cláudia, Terezinha, Noraci Pedrosa e Genilda Leão também construíram a UMMa e estavam engajadas na luta pelos direitos das mulheres e pela democracia. Essas mulheres tornaram-se referências na luta contra o autoritarismo no cenário político alagoano.

> [...] aquelas que eu citei foram as que estavam mais relacionadas com a UMMa, mas agora... eu não posso reduzir a uma representação de uma experiência, tá?! [...] eu me sinto indigna se eu disser um nome [e] não disser as outras. Esses que eu citei estão na experiência da construção da UMMa, na vanguarda. Mas tinha Solange Vieras, tinha Maria Helena que foi presa, tinha Marivone (Maria Ivone)! Sabe... então tinha uma vanguarda muito forte. As assistentes sociais eram muito fortes, muita gente participou desse processo. [...] eu não consigo dizer que a

> gente fez sozinha, é injusto. Não é real dizer que a gente fez sozinha a criação da UMMa, não (Maria Alba Correia, entrevista realizada em 23 de abril de 2021).

Sobre a composição da UMMa, Taís também menciona:

> [...] tinha um grupo de jovens bastante atuantes, que era do movimento estudantil, que também é oriundo ou de origem do movimento estudantil, né. Porque eu mesma quando assumi a presidência da UMMa, foi em oitenta e quatro. [...] eu tinha 26 anos, então eu era relativamente jovem. Então tinha um grupo de mulheres jovens, tinha um grupo de professoras bastante atuantes, lideradas principalmente pela professora Ivanilda Verçosa, Alba Correia e Jarede Viana, que já faleceu, e foi inclusive vereadora. Tinha um grupo de assistentes sociais bastante atuantes também. Pessoas até que você conhece... num sei se você conhece. A Gal Monteiro, tem um programa na Educativa, é jornalista, é assistente social e jornalista; e várias outras, né. Gorete Pompe, que também é jornalista [...] Graça Gurgel, que era advogada e juíza, que é professora da Ufal também, então, assim, era um grupo bastante diversificado (Taís Normande, entrevista realizada em 5 de dezembro de 2019).

Como as entrevistadas evidenciam, elas integraram o grupo que organizou o I Encontro de Mulheres Alagoanas, já citado por Taís Normande: estudantes, professoras, assistentes sociais, economistas, e jovens, adultas, brancas, negras, integravam o grupo que organizou aquele evento. O Encontro contou com a presença de mulheres de várias cidades de Alagoas. Além de um chamado para mobilização das mulheres no estado, o evento teve como objetivo a fundação da UMMa, sendo uma iniciativa de mulheres que já atuavam politicamente no cenário alagoano

e viam a necessidade de conformar uma organização que abordasse as questões voltadas aos direitos das mulheres alagoanas, como pode ser observado em um dos folhetos de convocação para o evento, ao qual tive acesso a partir dos arquivos pessoais de Alba Correia.

Figura 3 - Folheto "Vamos formar a União de Mulheres"
Fonte: Acervo pessoal de Alba Correia.

No folheto acima, é chamada a atenção para temas como a participação política da mulher para além dos sindicatos e organizações de bairros, bem como para a violência contra a mulher e reivindicações acerca dos direitos trabalhistas. Na última página está escrito: "por isso, além de participar nas lutas de todo o povo e nas entidades que defendem os interesses do nosso bairro ou da nossa categoria, nós vamos formar a união das mulheres". Logo abaixo, ilustradas com cartazes, estão as reivindicações por "constituinte", "creches", "fim ao regime militar", "pelo pagamento da insalubridade à mulher e direito à profissionalização", "salário igual para trabalho igual" e "liberdade

de organização". O folheto revela ainda o papel que a UMMa tinha junto ao sindicalismo, uma vez que, embora visse essas organizações tradicionais como insuficientes, tinha uma forte relação com elas.

Desse modo, mulheres alagoanas passaram a se organizar e a elaborar suas demandas partindo sobretudo de suas experiências, performando identidades coletivas com base no gênero. Nesse sentido, a formação da UMMa foi um movimento de continuidade das movimentações já ocorridas desde o final da década de 1970, mas, agora, sob uma nova forma, como é colocado por Alba Correia:

> [...] O cenário histórico da UMMa é a ditadura militar de sessenta e quatro [1964]. O golpe e a ditadura militar de sessenta e quatro. A construção da UMMa se dá na década... entre sessenta e oitenta, um processo que entrou nessa linha das relações sociais mais amplas (Maria Alba Correia, entrevista realizada em 23 de abril de 2021).

Durante os anos 1980, um dos objetivos da UMMa era "Unificar e organizar as mulheres na busca pela emancipação". Para as mulheres envolvidas na organização, era crucial mobilizar outras mulheres para participar ativamente na política e "esclarecer" a sociedade sobre as desigualdades e violências que enfrentavam, sobretudo a das mulheres pobres e trabalhadoras, conforme detalha o Estatuto do grupo:

> a. lutar, ao lado dos demais segmentos da sociedade, pela efetiva igualdade da mulher em relação ao homem, no âmbito da luta geral da sociedade, pela justiça e igualdade sociais, buscando a concretização da democracia;

> b. lutar pelo atendimento das reivindicações sociais da mulher no que diz respeito: ao direito ao trabalho; direito de ter ou não ter filhos; à proteção à infância pelo conjunto da sociedade, através do Estado; ao direito à educação de seus filhos; pelo fim de toda a legislação discriminativa da mulher; ao combate à carestia;
>
> c. trabalhar no sentido de elevar o nível de consciência política da mulher, pela participação na defesa de seus direitos e contra todos os preconceitos que a discriminam (Estatuto da UMMa, 1984, p. 1).

A entidade organizou-se a partir das reivindicações por direitos políticos iguais. Embora haja referências no Estatuto e em falas das entrevistadas quanto às diferenciações entre a "luta geral do povo" e a "luta específica", a mesma importância será atribuída às duas pautas, não havendo hierarquia em suas abordagens, ao contrário do que geralmente ocorria nos movimentos tradicionais, em que as questões de gênero eram frequentemente secundarizadas. Na UMMa, as discussões de gênero eram vistas como condição para a "concretização da democracia", a partir do incentivo à participação das mulheres na vida política, nos sindicatos, grupos de bairros, nos núcleos e atividades realizadas. E ainda as questões relacionadas aos direitos trabalhistas das mulheres e às condições de vida, como a luta contra a carestia, um movimento ascendente naquele período, ao qual a UMMa se vinculou desde sua fundação, como expresso por Alba Correia:

> Desde então a União das Mulheres passou a acompanhar o movimento nacional e se relacionou com a União Brasileira de Mulheres, nós da UMMa, achamos a União Brasileira de Mulheres e nos relacionamos, porque partimos para discutir a questão das concepções, tá?! [...] aí o nosso

> movimento pra criar a UMMa, ele não se deu isolado só com mulher. Nós partimos para ver a mulher na condição que ela estava, então fomos para as associações de moradores de bairro, a federação das associações... (Maria Alba Correia, entrevista realizada em 23 de abril de 2021).

Essa colocação é reiterada por Taís Normande:

> [...] a gente considerava que a mulher precisa se entender como protagonista da vida social, a começar pelo protagonismo da vida dela, com autonomia, com segurança, com emancipação. É aí que a gente assumiu a concepção emancipacionista da mulher, que era trazida pra nós com a experiência da União Brasileira de Mulheres (Taís Normande, entrevista realizada em 5 de dezembro de 2019).

Ambos os trechos fazem referência à vinculação da entidade a outros movimentos sociais e de bairros, bem como a concepção emancipacionista que a UMMa tinha. A organização partiu da perspectiva de que a emancipação viria a partir da conscientização das mulheres sobre suas condições de desigualdade em relação aos homens, fruto de uma opressão histórica, e da ocupação dos espaços públicos/políticos por elas, o que possibilitaria que as mulheres exercessem sua autonomia.

Gênero, raça e classe em Alagoas

A UMMa se estabeleceu como uma entidade de referência na luta das mulheres em Alagoas. O grupo organizou eventos políticos e recreativos a fim de discutir a condição das mulheres. Essas discussões eram norteadas sobretudo por sua concepção emancipacionista sobre a luta das mulheres, o que vincularia a

UMMa à União Brasileira de Mulheres (UBM), como defendido por Taís Normande:

> [...] a gente considerava que a mulher precisa se entender como protagonista da vida social, a começar pelo protagonismo da vida dela, com autonomia, com segurança, com emancipação. É aí que a gente assumiu a concepção emancipacionista da mulher, que era trazida pra nós com a experiência da União Brasileira de Mulheres (Taís Normande, entrevista realizada em 5 de dezembro de 2019).

A fala acima exemplifica a relação que a entidade alagoana estabeleceu com movimentos nacionais, como a própria UBM e partidos políticos (MDB/PMDB, PC do B, PCB, PT), nos quais suas integrantes também atuavam. Além disso, ilustram a perspectiva que as integrantes da UMMa teriam acerca das questões de gênero e seu vínculo com a luta política, apontando para a necessidade de as mulheres se entenderem como protagonistas. Assim, elas fariam reivindicações que lhes garantissem autonomia e igualdade tanto na esfera público-trabalhista quanto em suas vidas "privadas", como "creches nos locais de trabalho de mulheres, 'a manutenção e o respeito no cumprimento da licença maternidade e a segurança no emprego para mulheres casadas ou gestantes'" e ainda "o reconhecimento da maternidade como função social e o direito de a mulher decidir sobre seu próprio corpo no que diz respeito à sexualidade e à questão de ter filhos.". Essas reivindicações persistiram até o final da década de 1980, como mostrado na Figura 4.

Mulheres lutam por direitos

3º Encontro da UMMa elege nova direção

As associadas da União de Mulheres de Maceió escolhem amanhã, a partir das 9 horas, a nova diretoria da entidade em seu 3º Encontro,que servirá de preparação para o 1º Congresso Nacional de Entidades Emancipacionistas de Mulheres,em Salvador, no início de agosto.

As associadas da UMMa discutirão temas que envolvem diretamente os interesses da mulher, como o direito ao trabalho, saúde, sexualidade, discriminação racial,a violência e a participação da mulher nos movimentos políticos.

Cerca de 250 mulheres de vários ramos de atividades participarão do 3º Encontro da UMMa: donas-de-casa, líderes sindicais, profissionais liberais, líderes de associações comunitárias e estudantes. Serão debatedoras,entre outras, a antropóloga e professora da Ufal, Nádia Fernanda,a delegada titular da Delegacia de Mulheres, Maria Aparecida, e a vereadora Jarede Viana. A presidenta da UMMa, Tais Normande, acha que as mulheres têm aumentado o nível de organização de movimentos emancipacionistas, e considera que as mulheres não podem abrir mão, em momento algum, do seu papel de cidadãs com direitos trabalhistas,sociais e políticos em pé de igualdade com os homens".

Tais Normande tem sua reeleição garantida

Outras questões,que segundo Tais, também serão discutidas no 3º Encontro da UMMa são as reivindicações por creches nos locais de trabalho de mulheres, "a manutenção e o respeito no cumprimento da licença maternidade e a segurança no emprego para mulheres casadas ou gestantes". No campo da saúde,ela destaca a importância de implantar-se no País um Plano de Assistência Integrada à Saúde da Mulher, o reconhecimento da maternidade como função social e o direito de a mulher decidir sobre seu próprio corpo no que diz respeito à sexualidade e à questão de ter filhos.

Figura 4 - Mulheres lutam por direitos
Fonte: *Gazeta de Alagoas*, Maceió, 23 jul. 1988. Acervo: GEPHGS.

As questões voltadas à sexualidade eram pautadas a partir da luta pelo "direito de a mulher decidir sobre seu próprio corpo" e a "questão de ter filhos". Uma vez que a entidade era composta majoritariamente por mulheres cisgêneras, suas reivindicações expressavam elementos que estavam no seu campo de perspectiva. No que diz respeito à raça, quando questionada sobre o tema, Alba Correia respondeu:

> [...] na medida em que a gente via que a mulher tinha que se abrir às diversas dimensões da sociedade, o etnocultural também entrava, o movimento negro participava conosco da discussão. Você tocou em um ponto importante mesmo! Então eram os submissos, os subalternos e os explorados que precisavam estar juntos, não era a União sozinha que ia buscar essa só pra ela, não. Ela está entre os negros, ela está entre os agricultores, ela está entre

> professores, ela está entre estudantes (Maria Alba Correia, entrevista realizada em 23 de abril de 2021).

O trecho acima faz menção à atuação em conjunto da UMMa com os movimentos negros em Alagoas, relação que também é indicada pela referência à UMMa em documentos que compõem o acervo do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas da Ufal (Neabi/Ufal)[51]. O trecho demonstra a preocupação em atender as demandas de todas as mulheres; no entanto, havia limitação no desdobrar dessa inclusão, uma vez que elas acreditavam que as reivindicações voltadas às mulheres negras seriam atendidas nas demandas quanto à precarização das condições de trabalho das mulheres pobres (considerando que essas mulheres pobres eram majoritariamente mulheres negras). Assim, embora a questão racial tenha sido considerada pela UMMa, ela não assumiu a mesma centralidade do gênero. Em "A mulher negra no Brasil", texto que integra a obra *Por um feminismo afro-latino-americano*: ensaios, intervenções e diálogos, Lélia Gonzalez alerta sobre o "esquecimento" da questão racial por parte dos movimentos de mulheres originados em setores progressistas da classe média e destaca a importância dos movimentos de favelas do Rio de Janeiro e São Paulo para a aproximação desses setores com as classes populares.

> Dado o seu caráter inovador em termos da sociedade brasileira, o movimento de favelas (como o movimento negro, que iniciou o processo de germinar uma consciência nacional antirracista) também influenciou setores da classe média branca na organização do que veio a ser conhecido como os movimentos de bairros (Lélia Gonzalez, 2020, p. 162).

---

51 O acervo do Neabi/Ufal conta com diversos documentos e registros da atuação dos movimentos negros em Alagoas. Em um contato inicial com o acervo, foram encontradas menções à UMMa e às suas integrantes.

Em Alagoas, embora a UMMa não "esqueça" a questão racial, o que vai garantir o caráter popular da entidade será sua intensa atuação em conjunto com os movimentos de bairro:

> [...] a partir de um determinado momento nós passamos também a criar núcleos nos bairros de Maceió, então até com objetivo de tirar mais a União das Mulheres só de um movimento de classe média, a gente buscou chegar até a mulher mais pobre, a mulher da periferia, dos bairros mais pobres de Maceió. Chegamos a construir vários núcleos, chegamos ao ponto, acho, que doze núcleos de bairros, em diversos bairros aqui de Maceió.
>
> [...] Tinha núcleo de mulheres na Vila Aratu, no Vergel do Lago, tinha no bairro de Bebedouro, na Chã de Bebedouro, tinha lá no Tabuleiro, tinha no Clima Bom, tinha núcleo em várias... Ponta Grossa, em vários bairros, no Santo Amaro. Interessante, a dona Mocinha, ainda me lembro dela, que ela tinha uma ação junto com as prostitutas do Canaã, entendeu?! Santo Amaro é aquele bairro que fica de frente ao Canaã, que era o bairro onde se concentrava as casas de prostituição, né? (Taís Normande, entrevista realizada em 5 de dezembro de 2019).

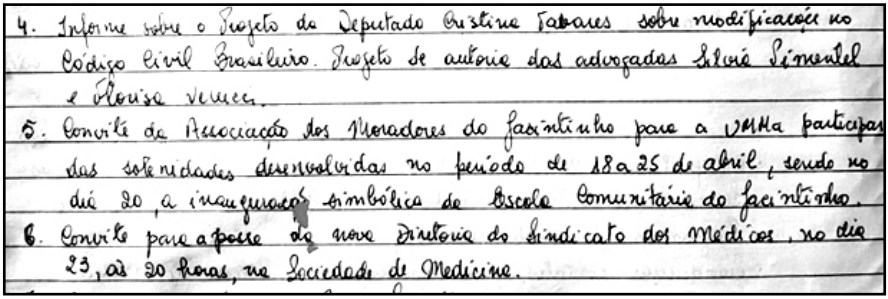

4. Informe sobre o Projeto da Deputada Cristina Tavares sobre modificações no Código Civil Brasileiro. Projeto de autoria das advogadas Silvia Pimentel e Eloisa Venucci.
5. Convite da Associação dos Moradores do Jacintinho para a UMMa participar das solenidades desenvolvidas no período de 18 a 25 de abril, sendo no dia 20, a inauguração simbólica da Escola Comunitária do Jacintinho.
6. Convite para a posse da nova Diretoria do Sindicato dos Médicos, no dia 23, às 20 horas, na Sociedade de Medicina.

Figura 5 - UMMa no Jacintinho
Fonte: Ata de reunião da UMMa, 19 de abril de 1982. Acervo pessoal de Taís Normande.

Nas atas de reuniões da UMMa foram registradas ações no bairro do Jacintinho, a convite da Associação de Moradores do Jacintinho (Figura 5).

Além das ações nos bairros, também eram realizadas ações em outras cidades de Alagoas:

> [...] apoiamos a criação da União das Mulheres de Viçosa, o núcleo Pró-União das Mulheres de Pão de Açúcar, o Clube de Mães de Água Branca, o trabalho das mulheres em Arapiraca, Paulo Jacinto etc. Denunciamos as péssimas condições das frentes de emergência e discriminação criminosa e arbitrária do governo às mulheres sertanejas, impedindo-as de se alistar (Cartaz de divulgação do II Encontro das Mulheres de Maceió, 1984).

Os núcleos dos bairros se reuniam periodicamente e contavam com a participação de moradoras locais. Embora as principais iniciativas ficassem a cargo das estudantes e professoras, as demandas das classes populares estavam entre as reivindicações centrais da UMMa, sendo mencionadas recorrentemente em materiais de divulgação e formação elaborados pela entidade.

Além da atuação em bairros e outras cidades de Alagoas, o caráter popular também é reforçado devido à vinculação da UMMa, desde sua fundação, ao movimento de Luta Contra a Carestia. Após o AI-5, este será um dos primeiros movimentos a mobilizar as classes populares e ocupar as ruas (Cíntia Lemos Crescêncio; Mariana Esteves de Oliveira, 2019), tornando-se um vínculo entre os movimentos sociais e partidos políticos com as classes mais baixas.

BOLETIM INFORMATIVO 3 UMMa

UNIÃO DAS MULHERES DE MACEIÓ

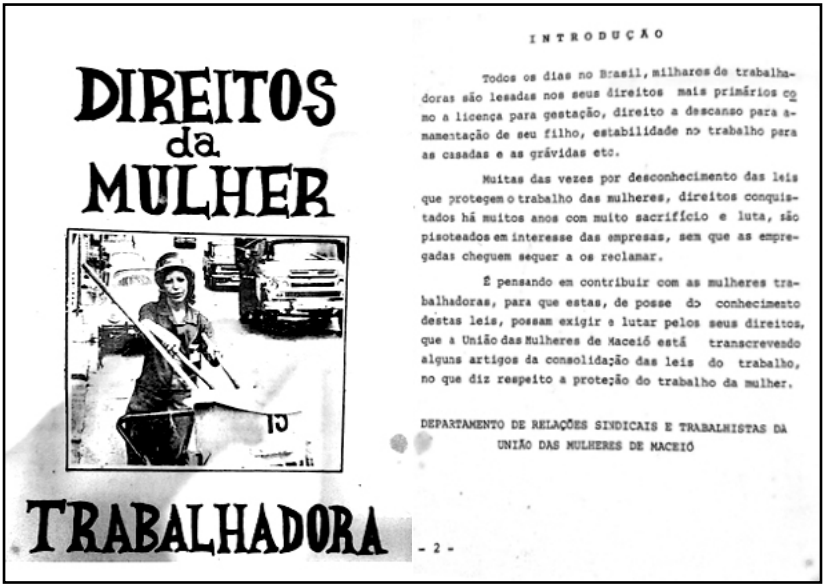
TEOTÔNIO, SUA LUTA VIVE.

Figura 6 - Boletim Informativo UMMa
Fonte: *Boletim Informativo UMMa*, n. 3, dez. 1983. Acervo pessoal de Alba Correia.

Além dos cartazes de divulgação dos encontros de mulheres e do periódico *Presença da mulher*, ligado à União Brasileira de Mulheres, a UMMa possuía ainda cartilhas, panfletos e o seu próprio Boletim Informativo, no qual divulgava, periodicamente, as ações, reivindicações e posicionamentos da organização sobre os temas da atualidade. Os materiais tinham ainda a finalidade de formar as mulheres acerca de seus direitos.

As cartilhas e os cartazes eram voltados principalmente às mulheres trabalhadoras. Neles, havia dados sobre a UMMa e eram apresentadas, de maneira simples, informações sobre os direitos das mulheres, conquistas e pautas. A Figura 7 mostra uma das cartilhas elaboradas pelas integrantes da entidade, intitulada *Direitos da Mulher Trabalhadora*. Na peça, as mulheres

são convocadas a ir às ruas, “sem ser agredidas e humilhadas”; sua participação é colocada como um direito, independentemente do local que frequentem. Ao longo das páginas, são citadas questões acerca da ocupação de cargos e de salários iguais, sobre estereótipos atrelados à fragilidade feminina e à vida doméstica, bem como sobre a objetificação do corpo feminino e sobre a agressão física. As mulheres são chamadas a se posicionarem contra “toda forma de discriminação da mulher” e a participarem da luta por salários iguais, por melhores condições de trabalho, por creches, pela Constituinte e pelo fim do regime militar. Essas são algumas das principais reivindicações do período levantadas pelos movimentos de mulheres no país e exprimem como se dava a relação entre as questões de gênero, raça e classe na UMMa.


DIREITOS da MULHER TRABALHADORA

INTRODUÇÃO

Todos os dias no Brasil, milhares de trabalhadoras são lesadas nos seus direitos mais primários como a licença para gestação, direito a descanso para amamentação de seu filho, estabilidade no trabalho para as casadas e as grávidas etc.

Muitas das vezes por desconhecimento das leis que protegem o trabalho das mulheres, direitos conquistados há muitos anos com muito sacrifício e luta, são pisoteados em interesse das empresas, sem que as empregadas cheguem sequer a os reclamar.

É pensando em contribuir com as mulheres trabalhadoras, para que estas, de posse do conhecimento destas leis, possam exigir e lutar pelos seus direitos, que a União das Mulheres de Maceió está transcrevendo alguns artigos da consolidação das leis do trabalho, no que diz respeito a proteção do trabalho da mulher.

DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES SINDICAIS E TRABALHISTAS DA UNIÃO DAS MULHERES DE MACEIÓ

- 2 -

Figura 7 - Cartilha *Direitos da Mulher Trabalhadora*
Fonte: Acervo pessoal de Taís Normande.

Violência de gênero em destaque: ações públicas da UMMa

A crescente violência contra as mulheres em Alagoas, tema discutido desde a fundação da UMMa, se destaca entre as pautas da entidade. Um trecho do cartaz de divulgação do II Encontro das Mulheres de Maceió expressa a preocupação com o aumento dessa violência no estado: "Alagoas é conhecido como um dos estados mais violentos do país. Essa violência chegou ao ponto de no ano passado o estupro ser quase uma atividade diária de elementos que até hoje estão vagando pelas ruas da cidade". São mencionados no trecho os recorrentes casos de estupros e outros tipos de violência que ocorreram já em 1983. Além de serem noticiados pela UMMa, esses casos também são citados no *Gazeta de Alagoas*:

AZETA DE ALAGOAS

CIDADE

Mulheres exigem apuração de crimes sexuais

Políticos denunciam impunidade dos culpados

Prefeitura quer acabar

Morte de Tobias é lembrada por jornalistas e OAB

Suruagy exa posição de

Figura 8 - "Mulheres exigem apuração de crimes sexuais"
Fonte: *Gazeta de Alagoas*, Maceió, 15 jun. 1983. Acervo: GEPHGS.

A matéria apresenta uma das ações da UMMa em relação aos casos de estupro, em Alagoas, praticados pela "Gang Sádica". Em parceria com o Diretório Central dos Estudantes (DCE), a UMMa organizou uma passeata para protestar contra a impunidade desses crimes. Durante o evento, foi feito um abaixo-assinado que, posteriormente, seria entregue ao secretário de Segurança, exigindo a punição dos estupradores. O ato, que ocupou as ruas do centro de Maceió, contou com discursos de representantes da UMMa e do DCE, além da participação das vereadoras Jarede Viana e Kátia Born e da deputada Selma Bandeira, ambas ligadas à UMMa. Elas responsabilizaram o secretário de Segurança e o governo pela impunidade dos estupradores. A respeito disto, Maria Alba Correia afirma:

> Têm fatos que a gente considera marcantes. A gente realizava debates, atos, pra fazer a discussão da formação da consciência, com lideranças feministas. A gente fez um grande ato público e uma passeata vigorosa contra a Gang Sádica, foi uma quadrilha que se formou para estupro de meninas, mulheres etc. Isso aí deu um ato público no centro da cidade e uma grande passeata, com a participação de trinta associações de moradores e outras instituições. Nós ganhamos apoio do parlamento e do poder Executivo (Maria Alba Correia, entrevista realizada em 23 de abril de 2021).

A fala de Alba ressalta a importância do ato, considerando que teve adesão popular e dos movimentos sociais, alcançando visibilidade na imprensa e no parlamento. Essa foi uma das ações de maior repercussão organizada pela UMMa em Alagoas. Esse episódio é também citado por Taís:

> [...] Eu lembro que a gente fez uma manifestação, principalmente, quando a gente fazia atos contra a violência, por incrível que pareça. Tiveram dois movimentos bastante significativos aqui: um que a gente chamava de movimen... Gang Sádica. É... *t*ô falando porque você pode encontrar alguma coisa na impressa sobre isso. [...] Era um grupo de rapazes de classe média, jovens aqui de Maceió, de famílias conhecidas que pegavam as jovens e, jovens de classe média também, e aí... ou levava pra um motel, ou dizia que ia sair. E terminava estuprando as meninas, ou fazendo... praticando sexo de uma forma que as pessoas não queriam. Então as mulheres começaram a denunciar. E aí teve esse Movimento da Gang Sádica, que foi bastante forte. Fizemos uma passeata imensa, com seis mil pessoas, em Maceió naquela época, né, era uma multidão nas ruas, então tinha pressão por tudo que é lado (Taís Normande, entrevista realizada em 5 de dezembro de 2019).

Além dos crimes cometidos pela Gang Sádica, outra violência contra as mulheres que ganhou grande repercussão em Alagoas foi o caso de Maria Lúcia, mencionado por Alba:

> Tem um fato também que a gente considera, que foi o caso da Maria Lucia, uma trabalhadora rural, daqui do interior de Alagoas. Ela foi marcada com aquelas ferramentas de marcar gado pelo marido com a sigla MGSM. Essa criatura, nós fomos vê lá, e ela tava que não podia se apresentar. Então a UMMa e outras entidades entraram em apoio e nós conseguimos, inclusive, que ela saísse do estado pra fazer a cirurgia plástica, fora de Alagoas. Foi um fato muito sério, tomou repercussão internacional (Maria Alba Correia, entrevista realizada em 23 de abril de 2021).

O caso de Maria Lúcia ganhou o apoio da UMMa e de outras entidades, como citado por Alba na entrevista, sendo publicada uma moção de apoio do PMDB no *Boletim Informativo UMMa* em janeiro de 1985. O caso aconteceu na cidade alagoana de Messias e repercutiu no cenário nacional e internacional, como é mostrado em um recorte de jornal que compõe o acervo pessoal de Alba Correia:

Maria Lúcia, marcada a ferro nos anos 80: repercussão internacional

Marcada a ferro e fogo

O caso mais impressionante de violência contra a mulher registrado em Alagoas aconteceu no início da década de 80, na cidade de Messias. A trabalhadora rural Maria Lúcia foi marcada (como se marcam os bois com as iniciais do proprietário) com as letras M.G.S.M na testa e nas maçãs do rosto, pelo marido, um trabalhador rural que chegou a ser preso, mas conseguiu a liberdade em seguida. O caso ganhou manchetes em todo o País e teve repercussão internacional, gerando uma onda de protestos de entidades de direitos humanos.

O marido criminoso desconfiou que estava sendo traído e resolveu "lavar a honra" à sua maneira, marcando para sempre a mulher. "Mulher Galeira Só Morta" - era o que significavam as letras gravadas a ferro e fogo no rosto da mulher.

Representantes da Anistia Internacional vieram a Alagoas e cobraram providências por parte dos organismos policiais. Maria Lúcia foi acolhida pelas representantes de entidades femininas e viajou para o Sul do País, onde foi submetida a várias cirurgias plásticas.

Figura 9 - "Marcada a ferro e fogo"
Fonte: Jornal não identificado. Acervo pessoal de Alba Correia.

A reportagem traz o caso como "o mais impressionante de violência contra a mulher registrado em Alagoas". Suspeitando de traição, para "lavar a sua honra", o marido de Maria Lúcia, também um trabalhador rural, marcou as maçãs de seu rosto e a testa, "da mesma forma que se marcam os bois com as iniciais

do proprietário", com as iniciais "MGSM", fazendo referência à frase "mulher gaieira só morta".

O caso, que chamou a atenção por seu elevado grau de crueldade, expressando as violências cotidianas e naturalizadas às quais estavam submetidas as mulheres, mobilizou as entidades dos direitos humanos, inclusive a Anistia Internacional, que cobrou providências por parte do governo. Representantes da UMMa e de outras organizações femininas de Alagoas foram as responsáveis por fazer o acolhimento da vítima, que "viajou para o sul do país e foi submetida a várias cirurgias plásticas". Embora tenha ganhado as manchetes dos jornais, o autor de tamanha violência – até onde foram encontrados relatos e registros sobre o caso – "ganhou a liberdade", embora tenha passado um período na prisão.

Ocorridos na região metropolitana e no interior de Alagoas, os crimes da Gang Sádica e o caso Maria Lúcia são uma expressão da violência praticada contra as mulheres alagoanas na década de 1980. A UMMa, em conjunto com outros movimentos sociais, mobilizou uma série de ações que tiveram como objetivo a implantação de delegacias da mulher, o que também foi noticiado no *Gazeta de Alagoas*.

A matéria "Mulheres pedem delegacia para crimes sexuais" relata que era planejada uma reunião entre a UMMa e Ardel Jucá, secretário de Segurança Pública, para debater a instalação de uma Delegacia Especial para Crimes Sexuais, que seria parte de uma iniciativa nacional. Um trecho da matéria destaca um comunicado de Selma Bandeira sobre o compromisso assumido pelo governador Divaldo Suruagy em estabelecer tal delegacia, conforme indicado em um projeto que incluía a presença de uma delegada, advogada, médica e psicóloga. Quanto às reivindicações por delegacias da mulher, a UMMa efetuaria essas ações em conjunto com o Centro da Mulher Alagoana (CEMA), associado, sobretudo, à vereadora Kátia Born.

> [...] o movimento da UMMa, ele foi fomentando algumas outras associações, havia a Sociedade Alagoana em Defesa dos Direitos Humanos, foram aparecendo nesse processo... foram aparecendo nesse processo outras associações, tanto é que a luta pela construção do Conselho Estadual da Mulher, a Secretaria da Mulher e a Delegacia da Mulher não foi só da UMMa, o movimento já tinha crescido pra outras representações. Por exemplo, eu saí da UMMa e fui pra o sindicato, foram se movimentando outras mulheres, tá certo?! E outras entidades foram surgindo e naturalmente o processo da UMMa... a gente não considera que ela cumpriu seu papel todo não, é que o movimento histórico... nos levou a uma conquista. As instituições governamentais assumiram a proteção à mulher, pelo Conselho, pela Secretaria, pela Delegacia (Maria Alba Correia, entrevista realizada em 23 de abril de 2021).

Na década de 1980, organizaram-se em Alagoas outros movimentos sociais com os quais a UMMa desenvolveu ações em conjunto. Além da luta pelo fim da violência contra as mulheres, somaram-se às pautas da entidade as discussões acerca da Constituinte e por eleições diretas, que marcariam o cenário nacional com organização de caravanas a Brasília, cartas de reivindicações, comitês, passeatas etc. Em Alagoas, engajadas na UMMa e demais movimentos sociais, as mulheres assumiram o protagonismo dessas ações, atuando em conquistas históricas. Elas ocuparam as ruas e outros espaços públicos e políticos, movidas pela contrariedade às condições impostas às mulheres neste período.

> A gente tinha pautas de reivindicações, levava e fazia caravanas a Brasília de ônibus. Os encontros passavam a ser lá em Brasília, por causa da importância da Consti-

> tuinte, né. E realmente nós conseguimos inserir, assim, a grande maioria do que estava na nossa pauta de reivindicações, das mulheres e até dos trabalhadores, conseguiram inserir... bastante coisa, né, na Constituição. Tanto é que a nossa Constituição é bastante razoável, né, o nosso problema não dentro da Constituição. Mas conseguimos. Porque foi um movimento bastante forte, das mulheres e dos trabalhadores, naquele período, pra inserir esses direitos, né. E aí, quando passou esse período, foi assim... (Taís Normande, entrevista realizada em 5 de dezembro de 2019).

Tanto Alba Correia quanto Taís Normande relacionam o papel desempenhado pela UMMa e o fim da entidade à conquista de direitos das mulheres por meio da Constituinte e da democratização. A organização e atuação por meio da UMMa não teriam mais funcionalidade, uma vez que esta já teria cumprido o seu papel dentro do contexto no qual estava inserida. Além disso, suas falas demonstram certa institucionalização que os movimentos sociais viriam a sofrer durante esse período. Por fim, é inegável o papel histórico que a União das Mulheres de Maceió e suas integrantes desempenharam nas lutas políticas em Alagoas. Como afirmado por Judith Butler (2019, p. 32), "[...] quando as pessoas se reúnem nas ruas, uma implicação parece clara: elas ainda estão aqui e lá; elas persistem; elas se reúnem em assembleia e manifestam, assim, o entendimento de que a sua situação é compartilhada, ou o começo desse entendimento". Em Alagoas, a UMMa foi uma das principais entidades organizadas que evidenciaram que as mulheres alagoanas estavam ocupando as ruas e fazendo política, exercendo seu direito de aparecer.

Considerações finais

As mulheres alagoanas foram sujeitas na luta por direitos e por democracia. Embora tenham havido limites, suas mobilizações possibilitaram e colocaram em evidência as questões de gênero, raça e classe.

Elas desempenharam papel significativo na luta por direitos, tornando-se referências no cenário alagoano, ocupando cargos, estabelecendo diálogos com movimentos sociais, no estado e em outras regiões do Brasil.

Tornaram-se notícia e atuaram diretamente no combate à violência: exerceram o papel de protagonistas, mobilizando-se a partir de suas condições de precariedade enquanto mulheres e sendo protagonistas na luta pela democracia durante o período da reabertura em Alagoas.

Adrícia Carla Santos Bonfim é mestranda em História no Programa de Pós-Graduação em História da Ufal e integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas em História, Gênero e Sexualidade (GEPHGS/Ufal). E-mail: adricia.bonfim@ichca.ufal.br.

Referências

AKOTIRENE, Carla. *Interseccionalidade*. São Paulo: Pólen, 2019. (Feminismos plurais)

BONFIM, Adrícia Carla Santos. *União das Mulheres de Maceió (UMMa)*: uma abordagem interseccional das lutas das mulheres cisgêneras na abertura. Maceió/AL (1970-1980). 2022. 68f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em História) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2022.

BUTLER, Judith. *Corpos em aliança e a política das ruas*: notas para uma teoria performativa de assembleia. Tradução de Fernanda Siqueira Miguens. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

CRENSHAW, Kimberlé. Mapeando as margens: interseccionalidade, políticas de identidade e violência contra mulheres de cor. In: MARTINS, Ana Claudia Aymoré; VERAS, Elias Ferreira (orgs.). *Corpos em aliança*: diálogos interdisciplinares sobre gênero, raça e sexualidade. Curitiba: Appris, 2020. p. 23-98.

CRESCÊNCIO, Cíntia Lima; OLIVEIRA, Mariana Esteves de. "Constituinte pra valer tem que ter palavra de mulher": Movimento de Mulheres do IAJES, Movimento Regional de Mulheres e a luta por democracia no Brasil. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 26, p. 1-20, 2019. DOI: https://doi.org/10.22456/1983-201X.89908

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.

GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano*: ensaios, intervenções e diálogos. Rio Janeiro: Zahar, 2020.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena*: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80). São Paulo: Paz e Terra, 1988.

A criação da Delegacia da Mulher em Maceió: reivindicações feministas contra a violência de gênero

Ana Letícia Póvoas de Moraes

Introdução

Em apenas dois meses, mais de mil mulheres alagoanas já sofreram devido à sua condição de gênero. Até fevereiro de 2024, Alagoas já registrava 1.100 casos de violência contra a mulher (*Tribuna Hoje*, 15 fev. 2024). Somente em Maceió, foram 473 casos. Os números indicam a alarmante permanência da insegurança que é ser mulher em Alagoas. Nossa liberdade fere os objetivos dos dominadores (homens cisheteros brancos), que nos enxergam somente como corpos, nos esvaziando de quereres, desejos, sonhos, sentimentos e tudo o que a existência deveria nos possibilitar. Reduzida a serviçais, a nossa condição de gênero na sociedade machista nos empurra para uma vida solitária e dolorosa de sobrevivência.

O uso da categoria gênero como categoria de análise, assim proposto por Joan Scott (1995), nos permite entender que a violência destinada aos nossos corpos tem a intenção de manter as relações de poder patriarcais que estruturam a sociedade. Por sua vez, por meio da interseccionalidade (Patricia Hill Collins; Sirma Bilge, 2021), é possível olhar como a violência de gênero atinge os corpos femininos de maneiras específicas. Em seus escritos, Lélia Gonzalez (2020) analisa as relações de poder a partir do cruzamento entre gênero, raça e etnia, dando ênfase, portanto, à mulher negra afro-americana, problematizando a "mulata brasileira" para realizar análises que envolvem, principalmente, racismo e sexismo. Mais recentemente, Letícia Nascimento (2021) apresenta o transfeminismo, causando transformações nos conceitos de gênero e na luta feminista, deixando ainda mais exposta a necessidade de discussões e construções interseccionais.

Neste capítulo, tenho como objetivo investigar a trajetória das feministas na luta contra a violência de gênero no território alagoano, bem como entender de que modo suas reivindicações estão associadas à fundação da primeira delegacia da mulher no estado, em 1985, durante o governo de Divaldo Suruagy. O contexto das reivindicações tem convergência com o cenário de redemocratização do país, momento de estruturação do movimento feminista brasileiro, que ganhava corpo durante o período repressivo da ditadura civil-militar (1964-1985). Sendo assim, este capítulo também se propõe a apresentar uma breve história das disputas de narrativa que envolvem as "origens" do movimento feminista.

Neste capítulo, apresento uma discussão sobre o feminismo no país, estabelecendo um diálogo entre escritos feministas acerca das suas "origens". Também apresento as aparições da temática sobre violência de gênero no círculo de debates feministas, com vistas a contextualizar de que maneira essa pauta

ganhou consonância com todas as especificidades das mulheres. Assim, escrevo um pouco sobre as trajetórias envolvendo a tomada de consciência de como libertar a mulher do ciclo violento, bem como as medidas práticas fundadas e construídas pelas mulheres, até a proposição das delegacias. Por fim, focalizo a escrita na luta que antecede a criação da Delegacia da Mulher de Alagoas, destacando a atuação das mulheres alagoanas e ainda o posicionamento dos periódicos *Gazeta de Alagoas* e *Jornal de Alagoas*, usados neste trabalho como fontes da pesquisa.

O Grupo de Estudos e Pesquisas em História, Gênero e Sexualidade (GEPHGS) da Universidade Federal de Alagoas (Ufal) me desafiou à escrita das trajetórias feministas em Alagoas. Sem prever a dimensão da experiência dessa escrita, aceitei o desafio. Escrever sobre mulheres sendo uma mulher não é fácil. Escrever sobre violência contra a mulher sendo uma mulher torna-se mais difícil. Por vezes, me peguei estudando sobre violências por que já passei, ou pior, estava passando, e sequer tinha consciência. Desse modo, este estudo político muito fala sobre minha existência.

A pesquisa historiográfica por si só já é um trabalho árduo, mas a pesquisa historiográfica com recortes políticos explícitos, como me proponho a fazer, do modo como está sendo inaugurada com este trabalho, torna-se árdua e dolorosa. Experimentei, por meio da construção deste capítulo, sentimentos jamais visitados em minha vida, angústia, dores, medos e raivas de uma forma nova, que, por muitas vezes, travou a continuidade da escrita. Por sorte, tinha uma rede de apoio, formada majoritariamente por mulheres, que me apoiou do início ao fim. No final, é isso que nós temos: umas às outras.

Que o estudo da nossa história continue nos dando liberdade de consciência para nos desamarrar das inúmeras forças que nos querem aprisionadas. Só a luta salva a vida.

A emergência dos feminismos na ditadura civil-militar brasileira

Após o golpe de Estado que destituiu o presidente João Goulart de seu cargo, em 1964, o território brasileiro experimentou, durante 21 anos, um regime autoritário e opressivo. Apoiado por ideologias conservadoras, o regime instalado pelos militares brasileiros preconizava a organização moral e cívica da sociedade. O Estado, utilizado para a promoção dos ideais dos agentes da ditadura, foi responsável pela opressão de sujeitos e grupos que, de alguma maneira, desviavam do padrão de comportamento almejado ou fossem contra as políticas de exceção implementadas. Para permanecer no controle do governo nacional, os militares criaram aparatos de controle e repressão aos desvios da "moral" idealizada (Renan Quinalha, 2017).

A política ideológica conservadora não foi inaugurada no Brasil pelo regime ditatorial; do mesmo modo, as ferramentas de opressão do Estado não se originaram, exclusivamente, a partir de 1964. Mas a combinação entre políticas de exclusão e discursos conservadores nesse período ocasionou um desvio drástico rumo à concretização de um cenário mais democrático. O sexo biológico, por exemplo, foi utilizado como categoria determinante do lugar social das mulheres, afastando-as da cidadania plena. Compreender a formação da lógica patriarcal[52] nesse contexto implica a identificação das narrativas que constroem a estrutura de dominação discursiva mantida pela ditadura.

---

52 Adoto neste trabalho o conceito de patriarcado, entendendo-o como uma estrutura de poder-dominação-subordinação das mulheres pelos homens. Um dos pilares para a construção dessa estrutura é o pensamento tradicionalista, apoiado no princípio religioso da vontade suprema divina e baseado nas primeiras civilizações da história, que mantinham uma organização social de acordo com as necessidades de sua época (Gerda Lerner, 1986; Heleieth Saffioti, 2004).

No cenário feminista brasileiro, identificar as emergências do movimento implica a discussão de conceitos e a problematização das disputas de narrativas em torno do que seriam ou não movimentações políticas organizadas. Coloco-as neste texto não na intenção de fincar na história uma data para o começo desse movimento político, mas com o objetivo de compreender as movimentações dentro do recorte temporal as quais as pesquisadoras citadas os colocam, com o objetivo de analisar as ações das mulheres em seu tempo para, enfim, relacionar com as movimentações do período que me proponho a analisar.

Céli Pinto (2003) argumenta que as primeiras movimentações entendidas como feministas no Brasil surgem a partir de mulheres envolvidas nas resistências ao regime de 1964, tendo sido já presas, exiladas ou perseguidas, considerando movimentos anteriores a esse período como "movimento de mulheres". Já Sana Gimenes Alvarenga Domingues (2020) aponta para a existência de movimentos entendidos pela pesquisadora com caráter feministas ainda no período monárquico, período em que surgiram alguns movimentos com recorte de gênero, como a criação de revistas voltadas para mulheres com temáticas nomeadas pela pesquisadora como "feministas".

Outra narrativa de "origem", analisada por Joana Maria Pedro (2006), destaca o evento intitulado "O papel e o comportamento da mulher na realidade brasileira", patrocinado pela ONU e realizado no Rio de Janeiro em 1975, como marco para inúmeras mulheres brasileiras familiarizarem-se com o termo feminismo. Ainda à luz do recorte da ditadura civil-militar, Ana Paula Palamartchuk (2023), ao estudar o período de 1975 a 1985, aponta para a existência de cerca de 275 organizações de mulheres e feministas registradas nos arquivos dos órgãos de repressão do Arquivo Público do Estado de São Paulo.

A partir do diálogo com essas autoras e com o proposto por Mirla Cisne (2014, p. 104), nota-se que existem diferenças entre

"movimento de mulheres" e "movimento feminista". Defendo a necessidade, portanto, de considerar os registros das próprias mulheres acerca de seus próprios movimentos para considerá-los feministas, em especial em trabalhos historiográficos. Nesse sentido, é importante avaliar sobre quais lentes são analisadas as "origens" do movimento, principalmente sobre quais mulheres são colocadas como protagonistas principais. Onde estão as mulheres negras e as mulheres lésbicas nessas narrativas?

Ao escrever sobre o movimento negro no contexto da ditadura, Lélia Gonzalez aponta que as mulheres negras ocupavam posição contestadora nas movimentações políticas envolvendo raça, gênero e classe. Ao citar as movimentações no Rio de Janeiro, a autora informa que "Chegou um ponto que as mulheres passaram a se reunir separadamente para, depois, todos se reunirem numa sala maior, onde se discutia os problemas comuns" (Lélia Gonzalez; Carlos Hasenbalg, 1982, p. 34). Assim, as mulheres negras entendiam a natureza interseccional das opressões das quais eram vítimas, advindas do racismo, do machismo e, em muitos casos, de sua condição de classe.

Ao apresentar o trecho de um documento produzido em 2 de julho de 1975, num encontro de mulheres na Associação Brasileira de Imprensa, Lélia Gonzalez demonstra como as mulheres negras tinham consciência de sua condição sociopolítica:

> O destino da mulher negra no continente americano, assim como de todas as suas irmãs da mesma raça, tem sido, desde a sua chegada, ser uma coisa, um objeto de produção ou de reprodução sexual. Assim, a mulher negra brasileira recebeu uma herança cruel: ser não apenas o objeto de reprodução (assim como o homem negro também o era) mas, mais ainda, ser um objeto de prazer para os colonizadores. O fruto dessa covarde procriação é o que agora é aclamado como único produto nacional que não pode ser exportado: a mulher mulata brasileira.

> Mas se a qualidade deste "produto" é tida como alta, o tratamento que ela recebe é extremamente degradante, sujo e desrespeitoso (Gonzalez; Hasenbalg, 1982, p. 35-36).

Em 1975, com a declaração do Ano Internacional da Mulher pela Organização das Nações Unidas (ONU) e o início da Década da Mulher (Pedro, 2006, p. 250), inicia-se um movimento de Conferências Mundiais de Mulheres no território global, realizadas em 1975, 1980 e 1985. Nessas conferências, as mulheres negras aproveitaram para questionar a ausência da temática racial nos espaços, o que resultou na conquista, na conferência de 1985, de um lugar de protagonismo para as pautas relacionadas às demandas das mulheres negras. Além disso, temáticas como a violência doméstica começam a se estruturar nas prioridades feministas.

> Nesse evento, ativistas negras apresentaram suas demandas relativas à luta contra a violência doméstica, ao combate a práticas racistas no mercado de trabalho e, principalmente, a assuntos relativos à saúde, como mortalidade materna e saúde reprodutiva e sexual das mulheres negras (Mariana Santos Damasco; Marcos Chor Maio; Simone Monteiro, 2012, p. 135).

Em paralelo a esse cenário, observamos a formação do dito Movimento Homossexual Brasileiro, durante a década de 1970-1980, inspirado pelos movimentos feministas e negro. Ao analisar nesse contexto o movimento lésbico, Binah Ire, Camila Diane Silva e Maria Helena Lenzi (2020) mostram como a arte foi abrigo para as visibilidades lésbicas, sendo um espaço onde elas encontravam melhores condições para serem livres. A imprensa também foi um palco apropriado pelas feministas lésbicas para combater o machismo, a lesbofobia e a ditadura. O boletim *Chanacomchana* continha matérias sobre aborto, tra-

balho, maternidade e sexualidade, além de informações acerca de saúde.

Na gênese do movimento lésbico organizado, identifica-se um entendimento da categoria gênero pelas mulheres lésbicas que, em 1979, fundaram o Grupo Lésbico-Feminista (LF), um segmento autônomo do grupo Somos[53], com a intenção de acolher mulheres lésbicas e alianças com os demais movimentos de mulheres. Como explicam as autoras, os discursos do LF tratavam do desejo, do prazer e da subversão da heterossexualidade compulsória. O grupo chegou a contar com mais de trinta lésbicas que discutiam teorias feministas, o combate aos estereótipos e o fim da monogamia (Ire; Silva; Lenzi, 2020, p. 261). Marisa Fernandes, historiadora e ativista lésbica, cofundadora do LF (1979) e do Galf (Grupo de Ação Lésbica Feminista - 1980-1989), informa que as lésbicas foram uma das primeiras a adicionar o discurso contra a violência machista que as mulheres dos movimentos de São Paulo vivenciavam.

A formação múltipla do movimento feminista organizado e de suas especificidades demonstra, portanto, os limites do feminismo cisheteronormativo branco. Nesse sentido, destaco que, sem a existência da interseccionalidade (Collins; Bilge, 2021), a luta não abraçará as demandas das mulheres na sua multiplicidade.

Lutas feministas contra a violência de gênero durante a ditadura militar

Uma pauta parecia ser comum às mulheres no período da ditadura militar e redemocratização: a violência de gênero. Ana Vir-

53 Segundo Renan Quinalha (2017, p. 103), o grupo Somos seria "[...] o primeiro grupo organizado politicamente apenas com homossexuais, com duração expressiva, realizando reuniões periódicas e intervenções públicas, tornando-se, reconhecidamente, o pioneiro do movimento homossexual brasileiro.".

ginia Paim (2003) aponta que a violência infligida por parceiro íntimo tem raízes na hierarquização de gênero e, por isso, o movimento feminista achava uma unidade no que se referia ao enfrentamento da violência contra as mulheres. Eva Blay (2003) constata que foram surgindo no país diversos grupos e entidades com o objetivo de trabalhar as discussões que perpassavam a pauta da violência, trazendo a público (no ciclo feminista, especialmente) os resultados desse trabalho, explicitando as raízes da ideia da subordinação.

Alguns acontecimentos ganharam espaço no debate público, funcionando como fomentadores da urgência da pauta da violência de gênero. Eva Blay (2003), Maria José Diniz (2010) e Mônica Ribeiro (2010) apontam o assassinato de Ângela Diniz, em 1976, e a absolvição do assassino Doca Street, em 1979, com o argumento de legítima defesa da honra, como um acontecimento que fez com que muitas mulheres se indignassem, se movimentassem e se organizassem de forma autônoma.

A imprensa, principalmente a alternativa feminista, também atuou nos debates acerca da violência de gênero. A diferença na abordagem dos jornais feministas encontra-se no tom provocativo e questionador, enquanto a imprensa tradicional, muitas vezes, distanciava as notícias dos debates com recorte de gênero. Nacionalmente, Maria Carolina Silva (2023), ao analisar as edições do jornal feminista *Mulherio*, criado em 1981 por pesquisadoras de São Paulo e financiado pela Fundação Carlos Chagas, evidencia diversas matérias nas quais a questão da violência era denunciada e colocada como tema a ser pensado, assim como assuntos sobre família e direitos reprodutivos.

As páginas do *Mulherio* continham informações acerca dos grupos feministas e suas atuações: o SOS Mulher em São Paulo (SOS-SP), Centro de Defesa da Mulher (CDDM) em Minas Gerais, e o SOS do Rio de Janeiro foram registrados pelo jornal em 1980. Esses grupos, por sua vez, atuavam de forma direta com as

mulheres que sofriam com a violência. O SOS-SP tinha na sua carta de princípios:

> 1. Criar e manter um espaço receptivo e solidário com as mulheres que sofrem qualquer tipo de violência cotidiana, todos os níveis de agressão: física, ameaças, ataques sexuais, estupro, danos morais e materiais apoiados em discriminação por sexo, opção sexual, estado civil, idade, aparência, atividade profissional (Heloisa André Pontes, 1986, p. 106).

Ainda se nota nas páginas do *Mulherio* uma preocupação do movimento feminista espalhado pelo Brasil em criar um espaço solidário às mulheres, denunciando a ausência desse serviço na sociedade brasileira. Além disso, a descrição das tipologias de violência na carta de princípios comprova o nível de consciência daquelas feministas, identificando os mais diversos tipos de relações e as possibilidades de violência dentro deles – portanto, apresentando as mulheres, de maneira evidente, às formas como corpo feminino pode ser violentado. O SOS Mulher de São Paulo, no entanto, findou em 1983.

O aparente silêncio das temáticas sobre gênero no *Jornal de Alagoas* nos faz pensar que tais debates sequer existiam nas terras alagoanas, hipótese que está sendo destruída pelas mãos de historiadoras feministas contemporâneas ao apontar as movimentações das mulheres, seja por grupos independentes, seja na imprensa alternativa e até na institucionalidade, quando o processo de redemocratização foi iniciado.

No território alagoano, Ana Laura da Silva Almeida (2024), em capítulo nesta coletânea, apresenta diversas matérias do *Jornal de Alagoas* cujo foco são as violências sofridas por mulheres. Segundo as análises de Ana Laura, o *Jornal de Alagoas* constrói um discurso de validação à subordinação da mulher em algu-

mas matérias, enquanto em outras condena o estilo de vida que se desviasse dessa subordinação, criando um ideal acerca das funções da mulher. Ao apontar isso, a autora corrobora o ponto de vista defendido por Camila Maria Oliveira de Melo em seu texto, que também compõe a presente obra. Ao estudar o *Jornal de Alagoas* no ano de 1921, a autora observa a permanência do caráter conservador e patriarcal do periódico, mantendo as mulheres em espaços pré-definidos, os considerados "femininos".

Adrícia Carla dos Santos Bonfim (2022) identifica nas edições do *Gazeta de Alagoas* de 1980 iniciativas de grupos de mulheres que atuaram na luta contra a violência e em debates de gênero, iniciadas a partir de denúncias de violência contra a mulher, de fato muito presente nos periódicos locais. Um desses grupos foi a União das Mulheres de Maceió (UMMa), fundada em março de 1982, a partir de iniciativas de uma série de mulheres que já vinham de uma militância partidária e política contra a ditadura militar (Bonfim, 2022, p. 38).

A UMMa foi fundada no I Encontro de Mulheres de Maceió, organizado por mulheres que atuavam em partidos políticos e que já haviam construído o movimento estudantil. Com o passar da década, a organização acompanhou o feminismo nacional ao se apresentar como grupo organizado e unificado, responsável pela denúncia constante da violência contra a mulher no território maceioense, chegando a reivindicar a criação de delegacias especializadas no atendimento à mulher (Bonfim, 2022, p. 47).

As movimentações feministas dos primeiros anos da década de 1980, ao somarem-se ao cenário de redemocratização, encontram na reorganização partidária e nas eleições diretas para governadores de 1982 avanços e, concomitante, mudanças no que se refere à sua segmentação (Blay, 2003). No dia 4 de abril de 1983, em São Paulo, o então eleito governador André Franco Montoro, do MDB, criou o Conselho Estadual da Condição

Feminina do Estado de São Paulo (CECF), ocasionando a mesma movimentação em outros estados em que o movimento de mulheres tinha relações partidárias. No cenário federal, por sua vez, foi durante o governo de José Sarney que o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) foi fundado, seguindo a lógica política de democracia participativa, sendo composta por feministas e representantes do Estado, em 1985 (Cecília MacDowell Santos, 2010).

CIDADE

GAZETA DE AL

UMMa exige apuração de violência contra mulher

Mais de 300 casos de espancamen-
os, estupros e outros atos de violência
ontra mulheres foram praticados em
lagoas este ano, a maioria partindo
os próprios policiais. A denúncia é da
residenta da União das Mulheres de
Maceió, Taís Normande, que exige a
puração dos fatos com a devida punição
os culpados. Ela cita casos, como o da
x-vereadora de Rio Largo, Claudionete
Vasconcelos, torturada por policiais na
elegacia do 4º Distrito, e da professora
Maria de Fátima, que chegou a levar
noques elétricos e outros tipos de sevi-
ias praticados pelo destacamento de
Marechal Deodoro.

Tais Normande afirma que o gover-
o de Divaldo Suruagy vem se caracteri-
ando como o mais violento, destacando
fato de que a violência contra as mu-
heres parte do próprio meio policial,
ue ao invés de proteger a sociedade pra-
ica atos de selvageria, sem que nenhu-
ma providência seja tomada. O caso da
x-vereadora de Rio Largo, amplamente
ivulgado pela imprensa, foi o mais im-

Foto de Darcio Monteiro

Taís Normande, da União das Mulheres de Maceió

pressionante, disse ela, pois na apuração do inquérito, a vítima passou a ser acusada de "violentar os policiais". Citou ainda o espancamento da comerciante Selma Tenório, proprietária de um bar no Vergel do Lago, bairro de Maceió. Esta mulher foi barbaramente torturada pelo subdelegado daquele bairro na presença de vários moradores da rua, e nada ficou definido sobre a exoneração do policial.

Para a presidenta da União das Mulheres de Maceió, o que se pretende é apenas a punição dos culpados, pondo-se fim a toda essa estrutura arbitrária praticada por policiais. E, adianta: "Como é que se pode ter segurança num Estado onde o próprio governo acoberta esses atos de violência"? Taís luta pela criação de uma delegacia especializada para tratar de assuntos relacionados com a violência praticada contra mulheres. O projeto já se encontra na Secretaria de Segurança Pública, aguardando o seu encaminhamento à Assembléia Legislativa para aprovação.

Trabalho marítimo tem semana de prevenção

Começa no próximo dia 2 de se-
embro a 1ª Semana de Prevenção de
cidentes no Trabalho Marítimo. Na
auta, a relação do trabalho portuário
om o desenvolvimento regional, enfati-
ando a prevenção de acidentes. O en-
ontro será aberto pelo capitão Jairo
Barbosa Lopes, no auditório da Adminis-
ração do Porto de Maceió, e as inscri-
ões estão abertas naquele órgão e na
Delegacia do Trabalho Marítimo, que
funciona no prédio da Capitania dos Por-

ções, a cargo dos engenheiros Carlos Vieira Peixoto Filho e Vânia Souza Nutels, funcionando como presidente da mesa o administrador do Porto de Maceió, Lafayete Pacheco.

Consta da programação para às 9 horas do dia 5, uma exposição sobre prevenção e combate a incêndio, que terá como conferencista um oficial do Corpo de Bombeiros de Maceió, seguindo-se de uma visita ao Terminal Marítimo do Açúcar, coordenada pelo fiscal do trabalho, Joaquim Francisco Braga de Lima.

O capitão Jairo Barbosa Lopes, in-

Bancos reforçam vigilância para evitar assaltos

O último assalto a banco, ocorrido quinta-feira à tarde em Maceió, induziu os agentes a reforçarem a vigilância, controlar mais o serviço de alarme e orientar os funcionários a seguir corretamente as exigências para casos de emergência. No Banco Real, agência do Farol, que foi assaltada recentemente, apenas um vigilante se encontrava no local, no momento em que os ladrões entraram, conseguiram levar mais de Cr$ 50 milhões e objetos de ouro de alguns funcionários. O vigilante não esboçou ne-

VÔO LIV

Ana Luisa Colho

Prá ler e med

Um princípio evidente dom
grama que esbocei. É o princípio
a justiça a todos os povos e a tod
lidades, que proclama o seu dir
em pé de igualdade, na liberdade
ça, ao lado das outras nações, que
tes ou fracas. Se este princípio não
seu fundamento, o edifício da
cional desmoronará de todos os
dente Wilson, dos Estados Unido

Como que seguindo as pala
Presidente norte-americano, lá v
pacificador indiano e líder da
vivência do princípio da não-vio
Gandhi, um dos meus mentores
prá acrescentar: Mas se, agora
esforços, os ricos não se tornarem
mente protetores dos pobres, e
mais estes forem esmagados e
fome, que fazer? Esforçando-se p
este enigma, encontrei na não-
meio seguro e eficaz. Os ricos si
quecer com o concurso dos pobre
idéia se espalhasse entre os pobre
tornariam fortes e aprenderiam
pela não-violência, das esmagadora
dades que os conduziram ao fim

A gente lê essas coisas, vê
autores, mas logo as deixa de lad
contas, ninguém nasceu Presiden
nem muito menos um M. Gandhi
sente muito afastada deles. Só qu
esse afastamento se deve à grande
ou se à nossa profunda ignorância
falta de sensibilidade. Distantes
te é. Do que os outros são. Do que
presenta (apresenta?). Se a pre
cada palavra dos dois citados

AZETA DE ALA

A

To

O deputado
deiros, agora lide
acredita que o
José Sarney co
maioria de opini
veis no Nordeste
mantê-las já pre
car o Ministério

Acha que
regionais que t
na ótica dos
vos Estados.

Novos
dos el
Extinto o p
mento eleitoral
não ficaram tot
vido a presença
tários que alm
candidatos.

Os novos
são agora Asse
e Câmara Mu

Aparecem
favores pesso
mente por in
dos parlamen

Na verd
querem se a

Lucé
apóia

Figura 1 - UMMa exige apuração de violência contra mulher
Fonte: *Gazeta de Alagoas*, Maceió, 28 ago. 1985, p. 5. Acervo: GEPHGS.

Nesse ano, a Delegacia da Mulher é apresentada como projeto de combate à violência de gênero. Lia Zanotta Machado (2002) atribui a ideia ao Conselho da Condição Feminina de São Paulo. Por sua vez, Cecília MacDowell Santos (2010) relaciona o pensamento ao então Secretário de Segurança Pública do estado, Michel Temer. No entanto, a atribuição dessa ideia às organizações e membros do governo esvazia toda a herança de luta feminista que a delegacia da mulher carrega em sua história, apagando a trajetória árdua de mulheres que dedicaram suas vidas à luta política, além de aniquilar historicamente a participação posterior do movimento feminista em toda a construção do debate acerca da violência.

Portanto, é verossímil associar diretamente a Delegacia da Mulher à vitória da luta feminista da década de 1970, tendo em vista as evidências históricas da preocupação e do comprometimento que o movimento político de mulheres teve, desde a realização de denúncias até as tentativas de libertação consciente dos mecanismos de opressão que se faziam presentes na mentalidade das vítimas, como observado no estudo feito por Heloisa André Pontes (1986) a respeito do grupo SOS Mulher de São Paulo.

Finalmente, em agosto de 1985, a Primeira Delegacia da Mulher do Brasil e da América Latina é inaugurada em São Paulo. Cecília Santos (2010) aponta para a intensa cobertura dos meios de comunicação, o que deu ainda mais visibilidade ao problema da violência. Além disso, indica que houve processos de negociação entre o governo do estado e os movimentos feministas a fim de discutir acerca das atribuições da nova unidade estatal e suas relações com os grupos consolidados do feminismo.

A criação da Delegacia da Mulher em Maceió

Em Maceió, a UMMa continuava seu trabalho de denúncia da condição frágil de segurança das mulheres alagoanas. Em julho, é noticiado no *Gazeta de Alagoas* o pedido de criação de uma delegacia para crimes sexuais pela UMMa ao secretário de Segurança Pública. Em outro momento, é registrado no periódico um anúncio feito por Selma Bandeira[54] acerca do comprometimento do governador Divaldo Suruagy em criar a Delegacia Especial (Bonfim, 2022, p. 62). As reivindicações feministas começaram em Alagoas mesmo antes da inauguração da primeira delegacia em São Paulo.

Um dia depois da inauguração da primeira delegacia da mulher do Brasil, o jornal *Gazeta de Alagoas*, na coluna "Opinião" de 7 de agosto de 1985, ironizou o acontecimento com o uso de uma charge assinada por Nunes Lima, titular da coluna "Vida sem retoques" entre as décadas de 1970 e 90. As charges no *Gazeta de Alagoas* normalmente apareciam em grandes tamanhos, no topo da página de opinião. Bem destacadas, convidavam o/a leitor/a a ser olhada imediatamente ao contato com a página (*Gazeta de Alagoas*, 5 jul. 2011).

Na charge ao lado aparecem dois homens conversando. O personagem da esquerda lê uma manchete anunciando uma agressão: uma mulher enciumada joga água fervendo no ouvido de seu companheiro. O personagem da direita, por sua vez, menciona a necessidade de reivindicar uma delegacia para proteção aos homens.

---

54 Selma Bandeira foi uma militante política contra a Ditadura Militar, reconhecida como uma das fundadoras do Partido Comunista Revolucionário (PCR), em Recife. Foi presa e, ao ser anistiada, voltou a Maceió, filiou-se ao MDB e iniciou sua carreira institucional, além de atuar também como médica sanitarista. Em paralelo, fazia parte da União das Mulheres de Maceió (UMMa). Roberta dos Santos Sodó escreve nesta coletânea um capítulo dedicado a analisar a trajetória de Selma Bandeira.

Figura 2 - Charge

Fonte: *Gazeta de Alagoas*, Maceió, 7 ago. 1985, p. 4. Acervo: APA.

Nos estudos literários, a charge, enquanto um gênero jornalístico, tem como objetivo ilustrar acontecimentos atuais. Ela utiliza como recursos a ironia e a sátira para tomar posicionamentos de teor político e social. Na historiografia, em especial na história da charge no Brasil, esse recurso visual carrega em sua linguagem a crítica desde a Monarquia, período em que a charge adquire função ideológica e crítica, tendo como objetivo a reflexão em torno de assuntos do cotidiano (Avanúzia F. Matias; Janicleide Vidal Maia, 2014).

Ao satirizar as motivações da construção da delegacia da mulher, reduzindo as agressões denunciadas como se fossem meras

discussões de intimidade de casal, o chargista apresenta uma opinião que esvazia o debate político e social das agressões, transformando-os em problemas de cunho íntimo-privado, desprezando os recortes de gênero no que diz respeito à violência. A charge coloca ainda homens e mulheres em espaços igualitários, de modo a fazer a população questionar se existe mesmo a necessidade de uma movimentação estatal para solucionar a violência contra a mulher. Ao aprovar a charge em questão, publicando-a um dia depois de a delegacia da mulher ser inaugurada em São Paulo, o *Gazeta de Alagoas* se apresenta como veículo de propagação de um discurso machista.

Em 9 de agosto de 1985, desta vez na seção "Política", o jornal informa a possibilidade de o governador do estado, Divaldo Suruagy, atender à proposta de autoria da deputada Selma Bandeira, aprovada na Assembleia Legislativa, para que as vítimas de espancamento pelos maridos e de crimes sexuais tivessem uma delegacia especializada para serem atendidas.

> APROVADA DELEGACIA DA MULHER
>
> Se o governador Divaldo Suruagy atender à proposta aprovada ontem pela Assembleia Legislativa, de autoria da deputada Selma Bandeira, as mulheres vítimas de espancamento de maridos, namorados e dos crimes sexuais ganharão uma delegacia especializada para registrar queixas.
>
> [...]
>
> A deputada Selma Bandeira considera de extrema insegurança a situação em que vivem as mulheres alagoanas, apontando o constante aumento do índice de violência, crimes caracterizados por espancamento desumanos, estupros quase sempre impunes pela própria estrutura social deficiente e discriminadora, que atribui a vítima a culpa pelas violências ocorridas (*Gazeta de Alagoas*, Maceió, 9 ago. 1985).

A matéria, posicionada no canto inferior direito da página, em tamanho pequeno quando comparada às demais matérias com que divide espaço, registra Selma Bandeira, à época seguindo sua carreira política vinculada ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB), como autora do projeto que solicitava a criação da primeira delegacia da mulher em Alagoas. A presença ativa da deputada nessa movimentação demonstra a importância da participação de mulheres em políticas públicas, bem como a importância de organizações políticas femininas independente como a UMMa.

Selma Bandeira era membra do grupo, portanto, estava em contato direto com as mulheres que lutavam contra a violência de gênero. A UMMa, então, se torna um espaço de formação política, apoiada nas necessidades coletivas construídas autonomamente por mulheres conscientes de gênero, demonstrada na fala da própria deputada ao apontar a estrutura social como deficiente e discriminadora. Outro ponto a ser analisado é o posicionamento do jornal. Ao usar palavras como "ganharão", o jornal relaciona a delegacia a um presente, sequer mencionando as reivindicações das mulheres da época, desvinculando-a, portanto, do caráter de conquista.

Durante o mês de agosto, o cenário do movimento feminista começava a ocupar não só as ruas, os movimentos sociais e as páginas do *Gazeta de Alagoas*: começava a criar raízes institucionais. Em 29 de agosto de 1985, na seção "Cidade", o jornal informa que o projeto da delegacia está pronto e, de acordo com o governador, "merecerá rápida aprovação":

> DELEGACIA DE MULHERES TEM PROJETO PRONTO
>
> Devido a positiva repercussão que alcançou em Alagoas a apresentação do Projeto de Lei que cria a Delegacia Especial de Defesa da Mulher, encaminhado à Assembleia na última segunda-feira, o governador Divaldo Suruagy

> disse estar certo de que, pelo seu alcance, a medida oferecida à consideração dos deputados merecerá rápida aprovação.
>
> Apresentando uma série de justificativas, o governador mostra que tem recebido instantes apelos de entidades que congregam mulheres em Alagoas, "no sentido de que seja criada uma Delegação que se ocupe do processamento do inquérito policial, nos casos em que a vítima da violência é mulher, a exemplo da iniciativa adotada, com aplauso geral da comunidade, no Estado de São Paulo." (*Gazeta de Alagoas*, Maceió, 29 ago. 1985, p. 5).

Destaque importante a ser feito acerca dessa matéria é a presença das pressões das entidades, evidenciando a participação constante de mulheres nesse processo. A repercussão positiva citada no período nos impede de identificar exatamente quais grupos sociais estavam aprovando a ideia, mas nos informa que a sociedade alagoana recebeu com bons olhos a proposta da delegacia, significando o entendimento social da necessidade de existir um órgão especializado para atender casos de violência contra a mulher. Além disso, os "instantes apelos de entidades que congregam mulheres" em relação a como a delegacia funcionaria demonstra a intenção das mulheres em participarem ativamente do processo, desde a fundação até a continuidade do serviço.

No *Jornal de Alagoas*, as movimentações acerca da delegacia da mulher desaparecem das páginas durante os meses de setembro e outubro, reaparecendo apenas em 20 de novembro de 1985.

> DELEGACIA DA MULHER MONTA ESTRUTURA E ENTRA EM FUNCIONAMENTO EM 30 DIAS.
>
> Em meio a grande repercussão, o governador Divaldo Suruagy, na edição de ontem, do Diário Oficial do Estado, a lei nº 4714, por ele sancionada, criando em Alagoas a Delegacia de Defesa da Mulher, cuja implantação definitiva e funcionamento deverá acontecer dentro dos próximos 30 dias, sendo uma das primeiras do país.
>
> Representando uma grande conquista das mulheres alagoanas, que através das manifestações solicitaram ao governador um órgão que tratasse com exclusividade da investigação e apuração dos delitos contra pessoas do sexo feminino, a medida governamental foi recebida com euforia e apontada como mais uma decisão de positivo efeito social. [...] (*Jornal de Alagoas*, Maceió, 20 nov. 1985, p. A-7).

> FUNCIONA ESTE ANO A DELEGACIA DA MULHER
> [...]
> Com a criação da nova delegacia especializada, o governador Divaldo Suruagy atende a uma aspiração das mulheres alagoanas, especialmente as maceioenses que, representadas pelas lideranças do movimento em defesa da mulher, foram até o palácio Marechal Floriano Peixoto fazer essa reivindicação (*Jornal de Alagoas*, Maceió, 20 nov. 1985, p. A-7).

Na matéria sobre o anúncio, destaco que o *Jornal de Alagoas* reconhece a delegacia da mulher enquanto conquista coletiva de mulheres, diferentemente das narrativas até então criadas pelo *Gazeta de Alagoas*, bem como fala da ampla repercussão acerca do assunto, embora não o tenha citado em edições anteriores, assim como omite sobre a manifestação em frente ao

palácio Marechal Floriano Peixoto, dando pouquíssimas informações a respeito.

Às vésperas da data da suposta inauguração[55], a delegacia da mulher ocupa espaço nas matérias de forma significativa: em 14 de dezembro de 1985, a vinda da delegada da delegacia de São Paulo é anunciada, informando que ela viria para indicar a futura delegada que atuaria no órgão público, em um encontro organizado pela UMMa e sediado na OAB-AL. Mais uma vez, o grupo organizado por mulheres trabalhou ativamente nas movimentações da delegacia da mulher em Alagoas.

No dia 17 de dezembro de 1985, mais duas matérias destacaram na página Editorial as discussões em torno da delegacia. Em 18 de dezembro de 1985, outra matéria reserva significativo espaço às opiniões da delegada Rosmary.

No dia 19 de dezembro de 1985, vésperas do que seria a inauguração, o periódico alagoano registra duas matérias sobre os bastidores no novo espaço regido por lei. Nesses textos é possível identificar as disputas em torno da delegacia. A primeira diz respeito a um pronunciamento do então secretário de Segurança Pública, Ardel Jucá. Ele estaria vindo a público desmentir que se posicionara contra as medidas adotadas pelo estado e pelas entidades femininas e que ele não achava que violência contra a mulher era algo absolutamente normal, acusações feitas em outra matéria no *Gazeta de Alagoas*. Ele ainda afirmou que, em Maceió, não há violência urbana contra as mulheres, mas somente a violência doméstica. A segunda manchete traz Jarede Viana[56] argumentando a respeito de um concurso público para escolha

---

55 Do dia 20 de novembro de 1985 em diante, busquei ansiosamente as próximas movimentações, visto que havia sido prometido o funcionamento da delegacia em trinta dias. No entanto, mais uma vez, as movimentações cessaram.

56 Jarede Viana foi professora da Ufal do curso de Pedagogia, militante desde o movimento estudantil, tendo se filiado ao PCdoB, depois eleita deputada pelo PMDB e, por fim, retornando ao PCdoB após a sua saída da ilegalidade.

Uma delegada em defesa das mulheres

A titular da Delegacia de Defesa da Mulher do Estado de São Paulo, Rosimary Correia, afirmou que a violência é uma constante não somente em São Paulo, ou em outras cidades do País, mas também no mundo. Revelou que ela tem sofrido evoluções consideráveis, nos últimos tempos, sendo que a cidade paulista vem saindo na frente.

Ao explicar o surgimento de uma delegacia feminina para tentar acabar, ou por outra, minimizar com a violência, Rosimary destacou que não se trata de feminismo, onde se afirma que os homens não conseguiram acabar com questões inerentes à violência, mas sim, um outro meio para combaté-la. "Novos meios de combate tinham que surgir. A violência contra a mulher estava crescendo e, devido à sensibilidade do governador paulista, Franco Montoro, conseguimos a criação da delegacia feminina, graças a uma percepção boa a respeito do assunto", continuou.

Um outro ponto observado pela delegada paulista quanto a criação de um órgão específico para a mulher, foi a de que existe uma visão errônea sobre essa entidade, uma vez que se pensa que ela tome partido em defesa da mulher antes mesmo de averiguar-se os casos. Continuou informando que essa delegacia não é contra o homem havendo o bom senso das mulheres que trabalham no local, no sentido de fazer justiça. "A única diferença é que se oferece às mulheres um local específico para que elas façam suas denúncias sem nenhum tipo de constrangimento", completou.

"Precisa-se deixar claro, que, em princípio, somente as mulheres podem utilizar a Delegacia. O povo paulista tem verdadeira confiança no nosso trabalho e tenho recebido inúmeros homens que vêm prestar queixas a respeito do seu relacionamento no lar, onde alguns deles alegam que a delegada deveria chamar suas esposas para evitar que eles (os homens) viesem a bater nas mesmas. Pois com problemas com filhas também nos procuram para nós conversarmos com elas. A Delegacia se destina às mulheres, mas a nossa atuação chega a ser de um Psiquiatra, de uma Assistente Social, entre outros", verificou a delegada.

Rosimary Correia, a delegada que luta em defesa das mulheres, em São Paulo

Cada um caso é classificado

Interrogada se não existia uma idéia pré-formada sobre o homem, onde ele sempre seria o culpado, Rosimary Correia respondeu que o homem não é condenado de imediato, se ouvindo, na delegacia, as duas partes. "Eu quero crer que, se uma mulher chega na delegacia com hematomas pelo corpo, mostrando agressões feitas pelo marido, temos que apurar os fatos e abrir posterior inquérito", salientou.

Embora a Delegacia inicialmente servisse para atender os casos de mulheres que são estupradas em locais isolados por pessoas consideradas doentias e em demais casos idênticos, Rosimary Correia disse que o que mais a surpreendeu foram as denúncias relacionadas com casos de estupro familiares, onde pais estupravam filhas com três a quatro anos de idade. Um caso citado por ela diz respeito a um pai que vinha mantendo relações sexuais com sua filha há bastante tempo e a mão somente descobriu quando a filha estava com seis anos de idade. "Casos desse tipo foram notados em famílias de classe média para alta", frisou.

Com apenas meses de criada, a Delegacia Paulista vem realizando um trabalho de computação, classificando os casos registrados com anotações sobre a faixa etária das mulheres, funções desenvolvidas por elas, nível econômico e outros fatores desse tipo. Destacou que a delegacia é muito recente e que não existe no Estado de São Paulo nenhum tipo de estudo voltado para a detectação do percentual de mulheres atingidas pela violência dos homens.

Reconhecendo ser surpreendente o retorno a reincidência, em torno de 1% por dia, a delegada paulista informou que esse percentual pode ser considerado como zero, porque o número diário é bem pequeno ao atendimento prestado. Disse ainda que a delegacia é muito nova para mostrar dados como esses, mas que o ideal do órgão é mais voltado para prevenção, evitando que aconteçam repetições dos casos contra a mulher. "Nós trabalhamos com os casais, não desejando em absoluto, separá-los. Apenas fazemos um trabalho preventivo de conscientização para que os casais possam se entender melhor. A nossa cultura permite que o homem tenha um certo domínio sobre a mulher e faz com que o mesmo seja extrapolado, ocorrendo casos de espancamento. O que queremos é justamente mudar essa concepção, evitando esse tipo de violência", garantiu.

Para Rosimary Correia, a repercussão da delegacia paulista foi muito grande, inclusive no Exterior, onde nos jornais americanos e ingleses houve espaços consideráveis para a matéria, bem como em revistas alemães. Desse modo, a delegada chega a crer que esse tipo de iniciativa é pioneira no mundo, daí a sua repercussão. Continuou alegando que até o momento nenhuma crítica foi tecida pela imprensa do Estado contra o funcionamento da delegacia feminina, que apenas conta com quatro meses de existência.

Perguntada sobre o problema de denúncias de ocorrência de violência por parte das prostitutas paulistas, a delegada argumento que até o momento nenhuma prostituta foi a delegacia denunciar casos de violência, apesar dela ter o conhecimento de que os casos existem e desconhece os motivos que a impedem de levá-las até o órgão. "Creio que elas pensam que os casos de violências contra elas não tem solução, e por esse motivo, não comparecem a delegacia", encerrou.

Figura 3 - Uma delegada em defesa das mulheres
Fonte: *Jornal de Alagoas*, Maceió, 18 dez. 1985, p. A-3. Acervo: GEPHGS.

da delegada em uma reunião da UMMa, afirmando ser estranho a negativa dos deputados, pela terceira vez, da aprovação desse projeto. Assim, ela e a UMMa se mostravam em comum acordo ao entenderem que, por meio do concurso público, a futura delegada teria mais autonomia e liberdade em suas decisões de apuração e punição aos crimes contra mulheres, sem receios de injunções políticas ou qualquer ordem.

Essas notícias demonstram o envolvimento de algumas pessoas na efetivação do projeto. A preocupação do secretário de segurança pública em se explicar diante de acusações sobre sua fala sugere uma repercussão social negativa ao ponto de ser necessária uma retratação pública. Desconfio, no entanto, que a retratação não tivesse o objetivo apenas de limpar a imagem do secretário, uma vez que é repetido constantemente que a Delegacia da Mulher tinha boa repercussão com o público alagoano. A denúncia de Jarede Viana, por sua vez, me parece bem pertinente. A congruência entre o projeto para concurso apresentado pela deputada e a concordância da UMMa quanto a esse posicionamento me permite especular a influência do grupo na ideia apresentada à Assembleia Legislativa de Maceió.

Da data prometida pelo governo do Estado, a obra atrasou três meses. Durante o restante de dezembro e os meses de janeiro e fevereiro completos, movimentações sequer são citadas. Nesses meses, o *Jornal de Alagoas* se ocupa em noticiar as eleições para prefeito de Maceió, a programação de férias do estado e, por fim, o carnaval da cidade.

No dia 5 de março de 1986 é noticiado que "lideranças escolhem a delegada da mulher". Anunciada por Selma Bandeira, o nome de Noélia Lessa Santos[57] é marcado como a primeira delegada da mulher do estado de Alagoas. Na matéria ainda é dito pela deputada que houve uma reivindicação acerca do local, sendo solicitado no centro da cidade, "para facilitar o atendimento das mulheres", pedido esse que foi negado pelo governador, alegando dificuldade de encontrar um espaço adequado. Por fim, é anunciada a data de inauguração: a partir da segunda-feira daquela semana, dentro da estrutura de Segurança Pública.

57 Promotora pública do Estado, vinculada à OAB desde 1987. Mãe de cinco filhos, entre eles o futuro governador do estado, Ronaldo Lessa.

Dessa vez, a promessa foi cumprida. No dia 8 de março de 1986, a primeira delegacia da mulher do estado de Alagoas é inaugurada na presença do governador Divaldo Suruagy, da nova delegada Noélia Lessa Santos, o secretário de Segurança Pública, Ardel Jucá, a deputada Selma Bandeira, a vereadora Kátia Born e representantes do Centro da Mulher Alagoana (Cema) e da Associação Alagoana Pró-Mulher.

Suruagy instala hoje a Delegacia da Mulher

Durante as comemo-
ões, neste sábado, do
ia Internacional da
lher", o governador
aldo Suruagy instala
rimeira Delegacia Es-
ial da Mulher, no Es-
o, e empossa no cargo
delegada a promotora
blia Lessa Santos, do
nicípio de São Miguel
Campos. As solenida-
terão lugar na Secre-
ia de Segurança Pú-
ca, a partir das 9 ho-
s. Também estarão
sentes ao ato, o secre-
io de Segurança, Ar-
Jucá, a deputada
ma Bandeira, a verea-
a Kátia Born, ambas
do PMDB, além de representantes do Centro da Mulher Alagoana – Cema e da Associação Alagoana Pró-Mulher.

Já a partir das 11 horas, no prédio da Assembléia Legislativa, dar-se-á o lançamento do comitê "A Mulher e a Constituinte", que vem sendo coordenado por várias entidades femininas de Alagoas e pelas Mulheres parlamentares do Estado. Esse comitê, que terá a sua presidente eleita, no ato do lançamento, mobilizará a OAB, sindicatos de classe, entidades civis e mulheres parlamentares, em torno de uma maior participação feminina nas sugestões e reivindicações para a nova carta magna. No período da tarde, todas as entidades se unem, para a criação da liga em defesa de dona-de-casa, que terá como objetivo primordial fiscalizar e fazer cumprir as determinações emanadas do presidente José Sarney, sobre as mudanças na economia brasileira. O tabelamento dos preços efetivados pelo Governo ocupará lugar de destaque nas fundações dessa liga.

Figura 4 - Suruagy instala a Delegacia da Mulher
Fonte: *Jornal de Alagoas*, Maceió, 8 mar. 1986, p. B-5. Acervo: APA.

A conquista da delegacia da mulher fez parte de um processo de entrada das pautas feministas na política institucional, advindas do processo de abertura política iniciado com as eleições diretas para governador em 1982. Nesse contexto, a questão da autonomia do movimento feminista entra em debate no cenário, sendo possível identificar uma preocupação das sujeitas feministas no que se refere ao modo como o Estado incorporaria as demandas do movimento (Adelaide S. Oliveira, 2015).

Fazendo uma análise do discurso das feministas durante a criação das delegacias da mulher unindo a bibliografia sobre a temática, é possível identificar as divergências entre as intenções do movimento feminista e a adoção de pautas para mulheres na política institucional, evidenciando como o Estado brasileiro, no contexto de redemocratização, abre espaço para a participação dos movimentos sociais na construção do novo sistema político devido aos anos de animosidade, reivindicações e movimentos nas ruas. Porém, posteriormente, age de maneira planejada na manutenção do sistema patriarcal, inviabilizando o bom funcionamento do então órgão público, a delegacia da mulher, desmobilizando a luta e enfraquecendo o movimento, que vê suas demandas tão bem elaboradas serem destroçadas pelo aparato estatal.

Usando as declarações da delegada titular da Delegacia da Mulher em São Paulo, Rosmary Corrêa[58], para o *Jornal de Alagoas*, durante sua visita a Maceió, destaco algumas declarações:

> Nós trabalhamos com os casais, não desejando em absoluto, separá-los. Apenas fazemos um trabalho preventivo

58 Rosmary Corrêa é advogada e trabalhou por cerca de quinze anos na polícia como escrivã e delegada. Foi titular da Primeira Delegacia de Polícia de Defesa da Mulher, criada em São Paulo em 1985. Em 1990, Rosmary Corrêa elegeu-se deputada estadual pelo PMDB. Disponível em: ttps://cultura.uol.com.br/programas/rodaviva/videos/9629_roda-viva-rosmary-correa-1993.html

> de conscientização, para que os casais possam se entender melhor. A nossa cultura permite que o homem tenha um certo domínio sobre a mulher e faz com que o mesmo seja extrapolado, ocorrendo casos de espancamento. O que queremos é justamente mudar essa concepção, evitando esse tipo de violência (*Jornal de Alagoas*, Maceió, 18 dez. 1985, p. A-3).

Verifico, então, duas vertentes nesse primeiro recorte: o primeiro, admite-se a consciência da delegada acerca da estrutura de dominação e poder dos homens sobre as mulheres, demonstrando a existência de uma consciência pautada no discurso feminista da época. No entanto, a metodologia de trabalho apresentada pela delegada à qual a delegacia estaria regida, insinua um projeto de conscientização entre casais, e não de libertação feminina. Ao admitir uma cultura de domínio e considerar a violência uma extrapolação dele, entende-se o intuito de prevenir essa extrapolação do poder, mas não de aniquilá-lo. Pontuo, dessa forma, os primeiros indícios da interferência da estrutura estatal patriarcal à qual a instituição estaria submetida. Em outra entrevista, dessa vez para o *Gazeta Mulher*, Rosmary estabelece ligações entre o movimento feminista e a Delegacia da Mulher:

> Às vezes taxada de feminista, ela rebate que esse é "um conceito pejorativo que se dá a toda mulher que trabalha em prol das mulheres", mas admite que nunca participou de movimentos femininos, ao mesmo tempo em que elogia a atuação deles. [...]
>
> A violência contra a mulher é um fator que sempre existiu e em toda a parte, declara Rosemary Correia (*sic*), salientando que a criação da delegacia de São Paulo não se trata de uma ação feminista, mas de uma atitude de visão. "É uma alternativa para combater essa violência" diz ela, frisando que seria irreal pensar que uma delegada acabaria com a violência. Mas, prosseguiu, é preciso que

> haja um trabalho de conscientização da mulher nas escolas, entre as crianças, na família e depois no trabalho. "Só assim poderá ser alcançado o objetivo maior que é a luta pela igualdade de direitos" (*Gazeta Mulher*, Maceió, 22 dez. 1985, p. 4-5).

Essas declarações merecem atenção. Nota-se, por exemplo, a dissociação entre as delegacias e o movimento feminista. Ao declarar que a criação da delegacia não se trata de uma ação feminista, toda a luta árdua, organizada e estruturada pelas feministas contra a violência à mulher é desvalorizada e descredibilizada. Desassociar o feminismo da ação das delegacias da mulher constrói uma narrativa violenta de apagamento da luta protagonizada por mulheres, esvaziando o caráter político-popular das movimentações e da conquista dessa instituição, configurando-a como programa assistencialista, esquecendo sua função social proposta pelo movimento feminista.

As feministas da época objetivavam, principalmente, a preservação da segurança da mulher, zelando pela continuidade do trabalho de conscientização feminista e pela assistência pós-violência. O discurso de Selma Bandeira em uma matéria para o *Jornal de Alagoas* comprova essa linha de raciocínio unificado do movimento por todo país:

> A deputada estadual Selma Bandeira, do PMDB, afirmou que uma das atividades do Conselho Nacional de Direitos da Mulher a ser desenvolvida é a criação de delegacias especiais para as mulheres, na tentativa de existir um combate forte contra a violência. Disse ainda que o Conselho também se preocupa com a participação da mulher na Constituinte e com a discriminação forte em torno da mulher. Ela continuou alegando que no sentido de preservar as mulheres agredidas pelos maridos é necessário haver a criação ainda de uma Casa da Mulher, que a proteja de atos de violência e a ajude a reivindicar seus direitos (*Jornal de Alagoas*, Maceió, 24 set. 1985).

No entanto, essa continuidade no serviço não aconteceu, o que ocasionou o desânimo do movimento feminista da época:

> [...] no início dos anos 1990, as organizações não-governamentais feministas desiludiram-se com as delegacias da mulher, devido às dificuldades de diálogo com as delegadas e à falta de institucionalização da capacitação das policiais a partir de uma perspectiva de "gênero", categoria que então se adotava nos meios acadêmicos e nos movimentos de mulheres (Santos, 2010, p. 158).

A partir desses pontos, Cecília Santos analisou a maneira como o Estado brasileiro abraçou as reivindicações feministas, em especial a criação da delegacia da mulher, apontando que o Estado absorve as demandas do movimento feminista inicialmente, porém o traduz de acordo com os próprios interesses, traindo, dessa forma, as bases das reivindicações sociais. Recapitulando a entrevista de Rosmary Corrêa ao *Gazeta Mulher*, ela relata como foi escolhida para ocupar o cargo de delegada na DDM:

> Com 14 anos de carreira, dos quais 9 de delegada, Rosemary Correia (*sic*) conta que nunca esperou ser nomeada para o cargo e recebeu a notícia com surpresa. "Eu estava em casa, quando me contaram que haveria uma reunião na qual seria anunciado o nome da futura delegada de Defesa da Mulher. Troquei de roupa e fui pra lá. Qual não foi a surpresa ao ouvir a notícia assim que abri a porta?" diz ela (*Gazeta Mulher*, Maceió, 22 dez. 1985, p. 4-5).

É de valiosa análise a consonância do discurso da delegada, que afirma nunca ter participado de movimentações femininas, com as intenções do Estado apontadas por Cecília Santos. Nesse sentido, não está sob análise a competência da funcionária em

questão, mas sim como a disseminação desse discurso desconectado da luta feminista compactua com a intenção do Estado de desmobilizar e afastar as movimentações políticas populares organizadas do combate à violência, já entendido pelas sujeitas como algo estrutural. Desse modo, os métodos e os critérios de escolha da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo demonstram as intenções ideológicas do Estado, bem como expõem como vai se estruturando o desmonte interno das instituições que têm vínculo com o histórico de luta de movimentos sociais.

Considerações finais

Ao realizar as pesquisas para este trabalho, deparei-me com uma história ainda não contada em Alagoas. Pode-se dizer que a atuação do movimento feminista durante a ditadura civil-militar demonstra o caráter de resistência e coragem daquelas mulheres que ousaram pensar e lutar. A existência de um movimento político organizado, a UMMa, que tornava as mulheres protagonistas de suas próprias narrativas de luta e resistência, evidenciando-as enquanto sujeitas políticas e históricas ativas, ao mesmo tempo que as apresentava conscientes da sua condição de gênero, descontentes diante dessa condição, fazendo com que se organizassem não apenas para reivindicar um espaço igualitário, mas também para propagar a ideia de libertação das opressões impostas pelo Estado.

A entrada de pautas feministas no campo institucional é mais uma prova do poder que as reivindicações de um movimento organizado têm. O contexto democrático facilita essa aproximação, mas também são nítidas as intenções do Estado, mesmo se apresentando enquanto progressista. Em um país, cuja redemocratização foi prevista e organizada pelos que antes estavam no poder ditatorial, coloca-se em questionamento os limites da democracia.

A participação de mulheres e suas representações na institucionalidade tiveram sua importância e continua tendo nos dias atuais, sendo inegável a necessidade da presença de mulheres nesses espaços diante da conjuntura política atual. O trabalho de Selma Bandeira, por exemplo, ao apresentar o projeto da delegacia da mulher, não permite a negativa da essencialidade da ocupação desses cargos. No entanto, nós, mulheres, não podemos nos enganar: o Estado não é nosso aliado. As constantes resistências do sistema e as muitas dificuldades encontradas e mencionadas por Selma Bandeira; o atraso para a entrega da delegacia; os posicionamentos do secretário de Segurança Pública, Ardel Jucá (que precisaram ser desmentidos por ele); e principalmente o desmonte da delegacia em um momento posterior evidenciam o caráter conservador e machista das instâncias de deliberação máxima do Estado brasileiro e, nesse caso, de Alagoas.

Apesar dos avanços dos direitos das mulheres, todos conquistados, nunca doados, a atmosfera patriarcal ainda sufoca cada uma de nós, que precisamos sobreviver fazendo malabarismos. O caráter conservador ainda ameaça nossa liberdade todos os dias, em especial em Alagoas. Os mais diversos tipos de violência ainda nos amedrontam. O sexismo ainda nos persegue. O racismo ainda perfura a vida das mulheres negras. A proibição da nossa sexualidade ainda é viva e atinge mulheres e sua liberdade sexual. A nossa liberdade ainda está sob gerência de uma estrutura que nos quer limitadas, nunca libertas. Repito: por mais progressista que seja, o governo não é nosso aliado. Só a luta muda a vida. Que o movimento feminista jamais se esqueça disso.

Ana Letícia Póvoas de Moraes é graduanda no curso de bacharelado em História na Universidade Federal de Alagoas, anarquista e pesquisadora do GEPHGS (Grupo de Estudos e Pesquisas em História, Gênero e Sexualidade). E-mail: ana.povoas@ichca.ufal.br

Referências

BLAY, Eva Alterman. Violência contra a mulher e políticas públicas. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 87-98, set./dez. 2003. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ea/a/ryqNRHj843kKKHjLkgrms9k

BONFIM, Adrícia Carla dos Santos. *União das Mulheres de Maceió (UMMa)*: uma abordagem interseccional das lutas das mulheres cisgêneras na abertura Maceió/AL (1970-1980). 2022. 68f. Monografia (Graduação em História) - Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2022.

CISNE, Mirla. *Feminismo e consciência de classe no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2014.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. *Interseccionalidade*. São Paulo: Boitempo, 2021.

DAMASCO, Mariana Santos; MAIO, Marcos Chor; MONTEIRO, Simone. Feminismo negro: raça, identidade e saúde reprodutiva no Brasil (1975-1993). *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 20, n. 1, p. 133-151, jan./abr. 2012.

DINIZ, Maria José Pereira. *Ações do movimento feminista pelo fim da violência doméstica contra a mulher, no Estado de Pernambuco*: conquistas e desafios. 2010. 172f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010.

DOMINGUES, Sana Gimenes Alvarenga. Uma breve história do surgimento do feminismo no Brasil. *Revista Eletrônica da Faculdade de Direito de Campos*, Campos de Goytacazes, v. 5, n. 1, p. 134-143, 2020. Disponível em: http://www.revistas.uniflu.edu.br:8088/seer/ojs-3.0.2/index.php/direito/article/view/139/64.

GAZETA DE ALAGOAS. Alagoas perde Nunes Lima. 5 jul. 2011. Disponível em: https://d.gazetadealagoas.com.br/politica/110679/alagoas-perde-nunes-lima. Acesso em: 25 jun. 2024.

GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano*: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. *Lugar de negro*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982. (Coleção 2 Pontos, 3)

IRE, Binah; SILVA, Camila Diane; LENZI, Maria Helena. Ser lésbica na ditadura: vida e militância sob o estado de exceção. In: WOLFF, Cristina Scheibe; ZANDONÁ, Jair; MELLO, Soraia Carolina de (orgs.). *Mulheres de luta*: feminismo e esquerdas no Brasil (1964-1985). Curitiba: Editora Appris, 2020. p. 169-190.

LERNER, Gerda. *A criação do patriarcado*: história da opressão das mulheres pelos homens. São Paulo: Cultrix, 1986.

MACHADO, Lia Zanotta. *Atender vítimas, criminalizar violências*; dilemas das delegacias da mulher. Brasília: Universidade de Brasília, 2002. (Série Antropologia)

MATIAS, Avanúzia Ferreira; MAIA, Janicleide Vidal. A história da charge e seu uso no pós-64. In: Encontro Cearense de História da Educação, 13.; Encontro Nacional do Núcleo de História e Memória da Educação, 3.; Simpósio Nacional de Estudos Culturais e Geoeducacionais - SINECGEO, 3., 25 a 27 set. 2014, Fortaleza (CE). *Anais*... Fortaleza (CE), 2014. p. 1013-1025.

NASCIMENTO, Letícia Carolina Pereira. *Transfeminismo*. São Paulo: Jandaíra, 2021.

OLIVEIRA, Adelaide Suely de. *Reconstituindo histórias sobre o feminismo brasileiro na esfera do governo*: um olhar sobre as décadas de 1970 e 1980. 2015. 111f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.

PAIM, Ana Virginia Cavalcante. *A DEAM e as mulheres*: uma análise das expectativas das vítimas de violência infligida por parceiro íntimo. 2015. 110f. Dissertação (Mestrado Profissional em Segurança Pública, Justiça e Cidadania) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

PALAMARTCHUK, Ana Paula. Tribunal Bertha Lutz e a luta contra a discriminação da mão de obra feminina: notas da história social do feminismo no Brasil (1970-1980). In: VERAS, Elias Ferreira; PEDRO, Joana Maria; SCHMIDT, Benito Bisso (orgs.). *(Re)Existências LGBTQIA+ e feminismo na ditadura civil-militar e na redemocratização do Brasil*. Maceió: Edufal, 2023. p. 115-142.

PEDRO, Joana Maria. Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 26, n. 52, p. 249-272, 2006. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbh/a/YJb8D9N6Kv4sNvRYkDkvBcP/.

PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

PONTES, Heloisa André. *Do palco aos bastidores*: o SOS-Mulher (SP) e as práticas feministas contemporâneas. 1986. 274f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 1986.

QUINALHA, Renan Honório. *Contra a moral e os bons costumes*: a política sexual da ditadura brasileira (1964-1988). 2017. Tese (Doutorado em Ciências) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

RIBEIRO, Mônica. Movimento feminista: da fonte dos centros de combate à violência contra mulheres. *Anais do I Simpósio sobre Estudos de Gênero e Políticas Públicas*. Universidade Estadual de Londrina. Londrina, 2010.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SANTOS, Cecília MacDowell. Da delegacia da mulher à Lei Maria da Penha: absorção/tradução de demandas feministas pelo Estado. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, n. 89, p. 153-170, jun. 2010. Disponível em: https://estudogeral.uc.pt/handle/10316/33734.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721/40667.

SILVA, Maria Carolina Lins da Costa. *Direitos humanos*: violência contra a mulher e relações raciais nas páginas do *Mulherio* (1980-1988). 2023. 55f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2023. Disponível em: https://www.repositorio.ufal.br/jspui/handle/123456789/13357.

TRIBUNA HOJE. Alagoas já registrou 1.100 casos de violência contra a mulher em 2024. 15 fev. 2024. Disponível em: https://tribunahoje.com/noticias/cidades/2024/02/15/133836-alagoas-ja-registrou-1100-casos-de-violencia-contra-a-mulher-em-2024.

Representações das indígenas mulheres alagoanas nos jornais cimianos (1990-2016)

Ana Valéria dos Santos Silva

Introdução

A coletânea autobiográfica coletiva intitulada *Vivências diversas*: uma coletânea de indígenas mulheres, organizada por Braulina Baniwa, Joziléia Kaingang e Lucinha Tremembé, utiliza o termo "indígenas mulheres" nos seus artigos envolvendo oito Povos Indígenas: Baniwa, Baré, Piratapuia, Tuyuca, Sateré-Mawé, Pankararu, Pataxó, Kaingang (Braulina Baniwa; Joziléia Kaingang, 2020, p. 71). A Articulação Nacional de Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade (Anmiga) também utiliza aquele termo para fazer referência às mulheres biomas do Brasil. Desse modo, este artigo envolve as reivindicações das originárias e, em consonância

com Paula Sampaio (2021, p. 34), ao utilizar indígenas mulheres, "procuro enfatizar a atuação das lideranças pertencentes às coletividades, etnicamente diferenciadas, e seus discursos situados na diferença colonial".

A grande imprensa, quando não destinava aos povos indígenas a invisibilidade, reservava pequenas matérias de jornais com conteúdo carregado de estereótipos, distanciado das resistências, da diversidade cultural e étnica dos povos indígenas do Brasil. Para as indígenas mulheres, essa realidade é ainda mais profunda, pois, devido à sua condição étnica e de gênero, são duplamente silenciadas. Nas pesquisas historiográficas, as primeiras objeções à ausência de estudos que se contrapõem essa realidade estão baseadas nos argumentos construídos pela ausência das mulheres nas fontes escritas, por um longo tempo considerada a única forma de escrever a história.

Em contrapartida, há uma maior facilidade para ver e ouvir as indígenas mulheres nos jornais cimianos. Desse modo, este artigo busca analisar como as originárias alagoanas foram representadas nos jornais *Porantim* e *Mensageiro*, pois, apesar de serem criados por e para os indígenas, há um ordenamento patriarcal e colonial nas construções das matérias. Maninha Xukuru-Kariri e Quitéria Celestino, com maior destaque para a primeira, foram as alagoanas que ocuparam os conteúdos dos referidos jornais. Ambas são apontadas como guerreiras históricas devido à atuação política nos movimentos e organizações indígenas que prosseguiram a linhagem familiar de guerreiros desenhada pelos homens, principalmente por seus pais Antônio Celestino e Miguel Celestino. Sendo assim, este artigo busca analisar as representações das indígenas mulheres nos jornais *Porantim* e *Mensageiro*, a idealização do que pretende ser uma mulher guerreira e a trajetória política das mencionadas lideranças Xukuru-Kariri por intermédio dos jornais cimianos.

A contrapelo dos silêncios sobre os povos indígenas na grande imprensa: os jornais alternativos *Porantim* e *Mensageiro*

O Conselho Indigenista Missionário (Cimi), criado em 1972, surge como uma das estratégias elaboradas pela Igreja Católica do Brasil, em anexo à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Ele está vinculado a um contexto de mudanças e à busca de uma nova política de evangelização. Nesse sentido, a Igreja procurou estimular uma postura mais autônoma dos povos indígenas, impulsionando seus movimentos e organizações em meio à ditadura civil-militar, promovendo "um movimento regional e nacional de encontros de estudos e de assembleias da pastoral indigenista, destinado à institucionalizar suas seções regionais de assembleias de chefes indígenas, além de outros encontros da entidade" (Libertad Bittencourt *apud* Poliane Bicalho, 2010, p. 119).

Desse modo, as atividades desenvolvidas pelo órgão indigenista, muitas delas com apoio e financiamento internacionais, apresentaram-se como uma possibilidade para contestar os ideais desenvolvimentistas elaborados pelo Estado, os quais buscavam controlar e atuar contra os direitos dos povos originários, vistos como contrários à suposição de modernidade.

> Assim o CIMI assumiu, no decorrer de sua história, um caráter militante, que sempre prevaleceu e prevalece em seus documentos, relatórios, encontros e assembléias, ligando a prática do diálogo antes à reestruturação das comunidades e à necessidade de protagonismo dos indígenas. Desde o início havia uma preocupação em atuar politicamente em auxílio aos indígenas, como demonstram os primeiros documentos do órgão: "Este Conselho funcionará em Brasília, como representante das missões em assuntos jurídicos e relacionamento com a FUNAI e

> outros órgãos governamentais, religiosos ou científicos e velará pela formação de novos missionários e pela preservação do patrimônio cultural indígena" (Sedoc, 1972, n. 51). O perfil do missionário se enquadrava, e até hoje se enquadra, no mesmo perfil do militante das Comunidades Eclesiais de Base, da Comissão Pastoral da Terra ou de outros movimentos baseados na Teologia da Libertação, que possuem como principais características a opção pelos pobres, a dimensão sócio-libertadora da fé e a constituição de comunidades de base (Maria Cecília Simões, 2016, p. 63).

Entre as atividades desenvolvidas pelo Cimi, podemos citar a criação e edição dos jornais *Porantim* e *Mensageiro*, apresentados como um meio a contrapelo dos silêncios sobre os povos indígenas na grande imprensa. Esse meio destinava-os à invisibilidade ou apenas a ser tema de pequenas matérias de teor simplório, atribuindo-lhes características e estereótipos pejorativos, como invasores, inferiores e selvagens. Nas palavras de uma das principais lideranças indígenas do Brasil, Maninha Xukuru-Kariri, "o jornal *Porantim* tem se mostrado como um veículo de formação, informação, denúncia e cobrança para os povos, comunidades e organizações indígenas. Ainda que não consigam atingir toda a sociedade, como fazem outros veículos" (Paulo Guimarães, 1988, p. 8-9).

Com matérias ligadas às pautas reivindicatórias do movimento indígena, as páginas do *Porantim* e do *Mensageiro* contribuíram para uma maior divulgação da realidade indígena em diferentes contextos históricos. Eles informaram sobre as violências sofridas, a atuação política e as demandas que o movimento indígena defendia. Todavia, conforme apontado por Egydio Schwade (2021), apesar de o *Porantim* e o *Mensageiro* serem editados pelo Cimi, ambos tinham públicos-alvo diferentes, já que o *Mensageiro* havia sido criado por e para as pessoas

indígenas, enquanto o *Porantim* contava, para a produção de suas matérias, com o apoio de não indígenas, atuantes e a favor dos interesses dos originários. *Porantim*, na língua Sateré-Mawé, significa "remo, arma e memória". A sede desse jornal inicialmente foi estabelecida em Manaus-AM e, posteriormente, em Brasília-DF. Já o *Mensageiro* tinha sede em Belém-PA e sua coordenação foi composta por "Padre Nello, Irmã Rebeca, Raimundinha e Otávio, o jornal teve a colaboração de autores como Ailton Krenak e Eliane Potiguara" (Sampaio, 2021, p. 120).

Ambos os jornais foram utilizados pelos grupos indígenas como recurso político, em razão de suas matérias permitirem conhecer realidades enfrentadas por outras etnias. Referências na cobertura da questão indígena do Brasil foram utilizados pelos pesquisadores das Ciências Humanas como fontes históricas e tornaram possível o desenvolvimento de inúmeras pesquisas em todo o país. É inquestionável a relevância social do *Porantim* e do *Mensageiro*, porém, apesar de terem sido criados em prol dos povos indígenas, seu conteúdo não está isento de um exame crítico. Esses jornais estão repletos de intencionalidades. As matérias e a forma como foram apresentadas têm interesses implícitos ou não, resultantes do período histórico no qual foram desenvolvidos e de suas finalidades. Sobre isso, vale acentuar que Antonio Brand, ex-secretário do Cimi e professor universitário em Campo Grande-MS, revelou que a importância do jornal na história dos povos indígenas e do indigenismo no Brasil são inseparáveis do papel desempenhado pelo Cimi (Guimarães, 1988, p. 8-9). Sobre esse último, Poliene Bicalho (2010, p. 152), não ignorando a contribuição do órgão para a conscientização dos povos e a organização do movimento indígena, defende que, por ter surgido mediante a iniciativa de uma instituição religiosa, "o papel do CIMI precisa ser analisado a partir do lugar de atuação ao qual ele se vincula, a Igreja".

Mãe ou guerreira: os espaços destinados às indígenas mulheres nos impressos cimianos

Como exposto anteriormente, os jornais *Porantim* e *Mensageiro* tinham o objetivo de contradizer a imprensa nacional, que silenciou ou associou, em suas matérias, os povos indígenas a "invasores". Desse modo, foram desenvolvidos para divulgar e defender as pautas do movimento indígena. Porém, ao serem analisados os espaços e as representações das originárias em todas as partes da construção do jornal, em seu conteúdo textual e material iconográfico, "é necessário considerar a orientação ideológica, a estruturação do impresso e as estratégias de (in) visibilidades empregadas" (Sampaio, 2021, p. 29).

Paula Sampaio (2021), analisando as capas dos jornais cimianos, identifica que as mulheres são representadas por uma dualidade: mãe e, se preciso for, guerreira. A autora, mediante investigação das edições do *Porantim*, publicadas entre 1978 e 2020, e do *Mensageiro*, publicadas entre 1979 e 2012, indica que as capas privilegiam a condição materna das indígenas mulheres, em razão de serem representadas com ou próximas a crianças. Esse material iconográfico revela que "desde os primeiros números, no final da década de 1970 às mais recentes publicações, a representação da mulher indígena, como mãe protetora da vida, é central na construção da mensagem de Porantim e Mensageiro" (Sampaio, 2021, p. 128).

Entre as matérias do jornal cimiano, dou destaque à edição especial n. 63, de 1990, que pretendeu apresentar uma publicação sobre as indígenas mulheres com o título "A mulher na história ameríndia, na cultura, na organização e no mundo moderno". O jornal *Mensageiro* apresenta na sua capa a indígena Tuíra Kayapó retratada em fotografia com um facão e uma criança no colo sendo amamentada. O terçado (facão) faz referência à sua coragem durante o I Encontro dos Povos Indígenas

do Xingu, em fevereiro de 1989, em Altamira-PA. Nesse evento, ela encostou o terçado duas vezes nas bochechas do então presidente da Eletronorte, o engenheiro José Antônio Muniz Lopes. Esse momento, que durou poucos segundos, foi eternizado pelos fotógrafos que participavam do evento. Após a ação de Tuíra, deixaram de prestar atenção apenas nas lideranças masculinas e perceberam que as mulheres também estavam presentes, não apenas como meras coadjuvantes.

Muniz Lopes, após o episódio, acusou o Cimi de estar por trás da ação da indígena Kayapó, argumentando que, por ser mulher, ela teria desrespeitado a hierarquia da "tribo" (Eduardo Leão, 1989, p. 3). Para Paula Sampaio (2021, p. 152), com quem tenho concordância, o argumento do engenheiro "articulou dois elementos de ordem patriarcal e racista: a inferioridade e a irracionalidade".

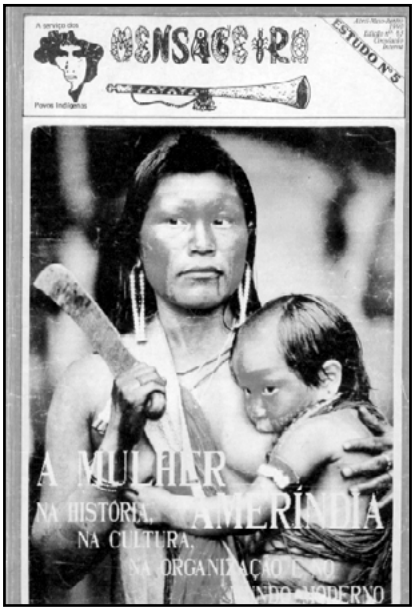


Figura 1 – Capa de *Mensageiro*, 1990
Fonte: *Mensageiro*, Manaus, n. 63, abr./jun. 1990. Acervo: Armazém Memória.

Os momentos em que as indígenas mulheres têm uma atitude mais incisiva nos ambientes de discussão política causam incômodo e surpresa para os não indígenas, por não compreenderem que a luta é coletiva. Desse modo, a participação feminina torna-se essencial, pois ao invés de excluí-las, as forças são unificadas. De acordo com Eliane Potiguara, durante a Conferência Nacional da Saúde e o Direito da Mulher, as indígenas mulheres tiveram como função primordial gerar filhos, transmitindo cotidianamente a tradição dos seus antepassados. Dentro da comunidade, a participação política é altamente valorizada, "a mulher tem sido um esteio, um braço direito, e tem agido de forma violenta se a ocasião assim pedir", informou Eliane (*Porantim*, Brasília, maio 1988, p. 10).

A partir do exposto, sobre a edição especial do *Mensageiro* dedicada às indígenas mulheres, interpreto que a escolha da capa, retratando Tuíra com o terçado e uma criança amamentando, faz alusão à potência da mulher como símbolo de resistência, sem negligenciar o seu papel materno. Porém, na primeira matéria que pretende resumir a edição, intitulada "A voz da mulher indígena", o *Mensageiro* (Manaus, abr./jun. 1990, p. 2) defende que a condição étnica e de classe das indígenas faz com que sejam invisibilizadas e desacreditadas, restando a obediência e submissão. Entretanto, apesar da introdução, o texto é finalizado com os seguintes dizeres:

> As mulheres indígenas, ao contrário de outros setores femininos, sabem bem claramente a necessidade de participar no trabalho produtivo, porque em toda a sociedades indígenas têm peso importante. Porém reconhecemos que o nível de consciência crítica não é muito desenvolvido. Ainda que sejamos mulheres de grande valor, passamos por uma crise de identidade num contexto de despejo de nossas terras e culturas (*Mensageiro*, Manaus, abr./jun. 1990, p. 2).

Como podemos perceber, mesmo no jornal criado para defender as pautas do movimento indígena, destinaram-se papéis contraditórios às mulheres, colocando-as como importantes para o trabalho produtivo e negligenciando seu saber intelectual, sob o adjetivo de "poucos desenvolvidos". Como afirma Tania Regina de Luca (2008, p. 139), a imprensa periódica ordena e determina o que é digno de chegar até o público, cabendo ao historiador problematizar e questionar as narrações dos acontecimentos. Segundo Paula Sampaio (2010), o conteúdo textual dos jornais cimianos diferencia as indígenas mulheres destacando a condição de mãe e, para um grupo restrito, a qualidade de guerreiras. Como veremos, para combater os silêncios que perduram sobre as mulheres no seu conteúdo textual e nos materiais iconográficos, como aponta Paula Sampaio (2010), elas foram apresentadas com determinadas características, necessárias de serem analisadas.

Representações das indígenas mulheres alagoanas

A revista cimiana *Mensageiro* definiu como guerreiras/os aquelas/es que desenvolvem estratégias de defesa do Corpo Território, num cenário de combate às políticas anti-indígenas criadas pelo Estado. Nesse sentido, o sexo e a idade não são características excludentes, pois, segundo a revista, um guerreiro "tem muitos rostos e destes muitos são mulheres" (*Mensageiro*, Manaus, abr./jun. 1990, p. 12). Essa definição está em harmonia com o apresentado pelo *Porantim*, em razão de qualificar como guerreira quem, em contexto regional e nacional, "faz da própria vida instrumento de resistência do seu povo" (Sampaio, 2021, p. 130). A partir do exposto, podemos inferir que os jornais cimianos visibilizam um perfil de indígena mulher enquanto silenciam outros. Nesse panorama, as que exercem funções dentro do ambiente familiar são ofuscadas em oposição às que

desenvolvem ações em comunidades e/ou organizações. Sendo assim, o "maior número de mulheres indígenas, entrevistadas por 'Porantim', indica o investimento cimiano em visibilizar as ações de mulheres indígenas na luta pela demarcação de terra e contra a violação dos direitos dos povos indígenas" (Sampaio, 2021, p. 136).

Os fundamentos desenvolvidos pelo *Porantim* e pelo *Mensageiro* para distinguir as consideradas guerreiras, são produzidos por um fio condutor que concebe o universo indígena sob a ótica da colonialidade. Nesse horizonte, enquanto as lideranças independentemente de gênero saem da comunidade e conquistam um lugar de visibilidade, as que ficam defendendo o território e cuidando das crianças não alcançam as matérias dos jornais. Todavia, como defendido por Josiléia Kaingang (2020, p. 57), "As relações e o que acontece na esfera doméstica ultrapassa esta lógica superficial, pouco ainda explorada". Para mudar esse arquétipo, é necessário distanciar-nos da lógica patriarcal e ocidental de despreciar outros modos de fazer política.

Vale acentuar outro padrão dos jornais cimianos que refletem esse quadro: as ações políticas das indígenas mulheres são associadas ao legado das figuras paternas. Sendo assim, o nome do pai das originárias é mencionado com frequência, enquanto prevalece uma omissão dos nomes das mães. Francineia Baniwa (2020) aponta que as mulheres são herdeiras de filosofia própria dos povos indígenas. Através da oralidade, as avós, mães e tias repassam as narrativas e conhecimentos indígenas. Acrescido a esse pensamento, Ana Manoela Karipuna (2022) relata que é a partir da sabedoria materna que os mais novos passam a conhecer e aprender sobre a cultura indígena, por esse motivo, reconhece sua mãe como Território Indígena, visto que, em suas palavras, "quem tem mãe tem Território" (Ana Manoela Karipuna, 2022, p. 6). Ademais, em consonância com Célia Xakriabá (2018), ela compreende a sua parente materna enquanto Pessoa-Al-

deia, em razão do Corpo e Território serem um só, pois tudo que aprende sobre o seu povo parte da sabedoria da sua mãe.

Braulina Baniwa (2018) defende que a invisibilidade da mulher na luta pelo território se inicia quando não são consideradas como importantes no processo de luta. Desse modo, a cooperação dos jornais a favor dos silêncios em relação aos diversos modos de luta das mulheres pelo território tradicional, "talvez, seja porque a colonização sempre trabalhou na perspectiva de força física de homens e deixou de lado, força social, cultural e espiritual de mulheres" (Baniwa, 2018, p. 167). Por conseguinte, as indígenas mulheres que não se tornaram lideranças e não alcançaram notoriedade nas páginas de jornais e/ou em pesquisas historiográficas são, à sua maneira, corpos políticos que sofrem e lutam pelo seu povo.

Entre 1990 até 2006, as ações políticas de indígenas mulheres alagoanas obtiveram espaços significativos nos impressos *Porantim* e *Mensageiro*. Diferentemente da maioria, essas ações das originárias, em evidência, atingiam o campo político e eram distanciadas do ambiente doméstico. Elas foram representadas como exemplos de mulheres guerreiras que continuaram o legado por influência ou incentivo paterno. Desse modo, no *Porantim*, os nomes das mães são silenciados enquanto há abundantes matérias que contemplam os nomes dos pais das guerreiras indígenas alagoanas, como personalidades reconhecidas pelos seus pares, lembrados por suas condutas na luta pela terra e reconhecimento étnico do povo Xukuru-Kariri. Sendo assim, Quitéria Celestino está vinculada à trajetória do Pajé Miguel Celestino. Já Maninha Xukuru-Kariri, à trajetória do Cacique Antônio Celestino. Além disso, foram nomeadas no *Porantim* como lutadoras históricas, acompanhadas de Fen'Nó, Izabel Maxakali e Jivajhãá (Sampaio, 2021, p. 130).

Quitéria Celestino trabalhou como funcionária da Funai, atuou como atendente de enfermagem e participou do conselho

coordenador no Grupo Mulher Educação Indígena (Grumin). Ela também foi responsável pela criação de uma associação indígena no seu território, onde almejou conseguir financiamento de projetos em entidades do governo ou não governamentais. Tornou-se liderança fundamental para a organização política e a manutenção de uma ordem na Fazenda Canto (Silvia Martins, 1993, p. 227). Em carta destinada ao jornal *Mensageiro*, em abril de 1986, Quitéria Celestino divulgou a realidade enfrentada por seu povo, dizendo o seguinte:

> Queridos companheiros de luta é a primeira vez que escrevo para o jornal Mensageiro. É que somos um povo sofredor, nossa terra é uma légua em quadro, mas desta légua só temos em mãos duas áreas muito pequenas a Fazenda Canto com 372 ha, mata da cafurna com 179 h. e o resto da terra está rodeada de posseiros. Queridos parentes vamos continuar firme unidos lutando pelos nossos direitos históricos de nosso territórios, vamos tomar cuidado com essas mudanças. Mas confio em Deus que seremos vitoriosos vamos lutar não vamos esmorecer. Aqui mando meu abraço para todos vocês (Quitéria Celestino, 1986, p. 10).

O maior destaque atribuído a Quitéria Celestino no jornal *Porantim* ocorreu após a sua morte, quando foram evidenciadas as suas ações políticas na seção Homenagem, espaço do jornal destinado à "representação da mulher indígena, como guerreira, [...] sendo elaborada e atrelada à função política desempenhada por algumas mulheres nas decisões da comunidade indígena" (Sampaio, 2021, p. 30). Quitéria, de acordo com o *Porantim*, acompanhou seu pai desde muito jovem durante assembleias e reuniões e, entre 1978 e 1979, participou das campanhas contra a proposta de emancipação dos indígenas feita por

Rangel Reis. Ademais, tentou, "junto com outras companheiras, criar uma organização das mulheres indígenas da região e participava das assembleias dos povos do Nordeste" (*Porantim*, Brasília, 1995, p. 16).

Segundo a missionária e correspondente do jornal Maria dos Prazeres, Quitéria Celestino preocupava-se muito com a saúde: "a sua luta pela terra era garantir uma melhor condição de vida para seu povo. Ela tinha consciência que só terá melhores condições de vida, se tiver terra e condições de trabalho" (*Porantim*, Brasília, jul. 1995, p. 16). Em um contexto de conflitos territoriais, em 1994, quando estava sucedendo a terceira retomada do povo Xukuru-Kariri, tornou-se um dos principais alvos, além de ser perseguida pela Funai, onde trabalhava. Infelizmente, faleceu aos trinta e nove anos, em 19 de julho de 1995, acometida por catapora. Em consonância com Paula Sampaio (2021), Quitéria Celestino foi uma das "Lutadoras históricas" homenageada no *Porantim* devido à sua atuação na luta indígena, "assim como ao exercer a liderança e, ainda, ao enfrentar a violência do processo colonial justificam a homenagem do indigenismo do CIMI" (Sampaio, 2021, p. 133).

Já Maninha Xukuru-Kariri começou a conquistar espaços nas matérias dos jornais cimianos quando iniciou a construção da Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (Apoinme). A organização apresentou-se como uma proposta desenvolvida pelos indígenas Pataxós, mas para a sua concretização precisou do apoio dos missionários do Cimi, que realizaram diversas atividades, desde ajuda financeira para realizações das assembleias até coordenação de algumas reuniões. Sendo assim, as ações desenvolvidas pelos indígenas em torno da Apoinme tiveram evidência no jornal *Porantim* desde 1990 até a atualidade. Em consequência, por ser uma das coordenadoras gerais de uma das maiores organizações indígenas do país, é de Maninha Xukuru-Kariri a

Homenagem à grande guerreira

O povo Xucuru-Kariri, localizado em Palmeira dos Índios, Alagoas, perdeu uma grande companheira e guerreira, no dia 19 de julho: Quitéria Celestino. A morte repentina de Quitéria trouxe muita tristeza e dor aos seus amigos e parentes. Quitéria apresentou sintoma de catapora, teve febre alta e foi levada ao Hospital de Palmeira dos Índios. Lá disseram que a febre era normal. Três dias depois, ela teve desmaios. Foi, então, levada para um hospital em Maceió, mas no mesmo dia acabou morrendo às 12h.

Seus familiares não se conformam com o atendimento dado à Quitéria no Hospital de Palmeira dos Índios. "O médico só olhou e disse que a febre era normal", disse José Cícero, primo de Quitéria. Foi pedido uma investigação para apurar se houve negligência no atendimento em Palmeira dos Índios. Até o fechamento do PORANTIM ainda não havia sido divulgado o resultado dessa apuração.

Representantes de povos indígenas de todo o Estado de Alagoas participaram do ritual de despedida de Quitéria, na área indígena Fazenda Canto, onde ela morava. Todos dançaram o Toré e cantaram para a grande companheira. O ritual foi coordenado pelo pai de Quitéria, o pajé Miguel Celestino.

Quitéria, 39 anos, deixou três filhos. Ela era enfermeira e há 13 anos atendia os **Xucuru-Kariri** da Fazenda Canto e de outras áreas próximas. Além desse trabalho, Quitéria se dedicava na luta pela defesa das terras de seu povo. Segundo Saulo Feitosa e Maria dos Prazeres, que acompanharam a trajetória de Quitéria, ela desde jovem acompanhava seu pai nos encontros e nas assembléias indígenas dos povos do Nordeste. Em 1978/79, ela participou da campanha contra a proposta de emancipação dos índios feita por Rangel Reis, durante o governo militar. Nos últimos anos, tentava, junto com outras companheiras, criar uma organização das mulheres indígenas da região e participava das assembléias dos povos do Nordeste.

No segundo semestre de 1994, Quitéria enfrentou o ex-dos fazendeiros invasores do território **Xucuru-Kariri**. Em outubro, após a tentativa dos índios de retomarem a fazenda Mata da Jibóia, foi morto o cacique Lucasmel. Quitéria foi para a rádio local e para os jornais responsabilizar o ex-prefeito e advogado Ivan Barros pelo crime. Ivan defendia os fazendeiros e fazia campanha para insuflar a população de Palmeira dos Índios contra os índios. Por causa disso, ela passou a ser ameaçada de morte. Também sofreu represália da própria funai, onde era funcionária.

"Ela contribuiu muito com os companheiros do Cimi e se tornou uma forte referência para os companheiros indígenas. Ela vai continuar presente na luta dos **Xucuru-Kariri** e também na memória desse povo", conclui Saulo.

"Sua grande preocupação era com a saúde. A sua luta pela terra era para garantir uma melhor condição de vida para seu povo. Ela tinha consciência de que só se terá melhores condições de vida, se se tiver a terra e condições de trabalho", comenta Maria dos Prazeres.

Figura 2 - Quitéria Celestino (*Porantim*, 1995)
Fonte: Homenagem à grande guerreira. *Porantim*, Brasília, ano 27, n. 176, jul. 1995, p. 16.
Acervo: Armazém Memória.

maior visibilidade destinada às indígenas mulheres alagoanas nos jornais cimianos, sendo mencionada em aproximadamente quarenta recortes de jornais datados entre 1992 e 2016.

Vale acentuar que é a vida política de Maninha Xukuru-Kariri nas organizações indígenas e em conflitos territoriais que são destacados nas matérias de jornais. Todavia, como o jornal *Porantim* busca evidenciar, através de suas páginas, as articulações e estratégias políticas, é possível perceber, ao analisar as matérias, que quando participou de ações mais incisivas, as características, os atributos, as habilidades e os espaços destinados a Maninha Xukuru-Kariri mudaram. Ou seja, quanto maior a intensidade da sua prática e contribuição no movimento indíge-

na, maior serão os adjetivos e espaços que ocupará nos impressos. Contudo, há um padrão que apresenta o mesmo sentido: o *Porantim* retrata Maninha Xukuru-Kariri tanto no seu material iconográfico quanto no seu campo textual como a única mulher em meio aos homens.

Figura 3 - V Assembleia da Apoinme, 1996
Fonte: Beirão, 1996, p. 7. Acervo: Armazém Memória.

Maninha Xukuru-Kariri foi uma das principais lideranças indígenas do país. Ela desenvolveu estratégias de luta a favor não só dos interesses do seu povo, mas em conformidade com a luta nacional. Alcançou espaços em um período em que poucas indígenas mulheres conquistaram. É reverenciada em todas as regiões do Brasil e, em contexto internacional, defendeu o reconhecimento étnico, o território e os direitos indígenas. Desse modo, sua trajetória de vida e política é inquestionável, mas é necessário dar novos sentidos a outras formas de fazer política, menos limitada que a perspectiva colonial e patriarcal que delimitaram e atribuíram valor às práticas desenvolvidas pelas indígenas mulheres, em contrastes com outras atividades exer-

cidas pelas originárias dentro do movimento indígena ou fora dele. Por meio das atas das reuniões, percebemos que, apesar de poucas, as indígenas mulheres participaram da base da construção da Apoinme. Em vista disso, saíram das suas comunidades para encontros realizados em outros estados, contribuíram com propostas ou incentivaram outras, à medida que tornavam as reuniões possíveis. Elas produziam e preparavam os alimentos que seriam compartilhados entre o grupo e incentivavam a participação dos seus companheiros, para que fortalecessem o movimento. Todavia, como apontado por Paula Sampaio (2021, p. 134), nos impressos cimianos e

> No contexto das ações do movimento indígena no Nordeste, na década de 1990, Maninha Xukuru-Kariri, Etelvina Santana da Silva, nome de registro civil, atuou como "única mulher" ao lado de lideranças como Xicão e Zé de Santa, do povo Xukuru de Ororubá, Girleno do povo Xokó, Nailton e Manuelzinho do povo Pataxó Hã-Hã-Hãe, Jonas do povo Tupinikim e Caboquinho do povo Potiguara.

Ainda conforme a autora, o funcionamento da hierarquia de gênero na construção das representações sobre os homens e as mulheres coloca o primeiro na condição de sujeito político por excelência, em oposição à segunda (Sampaio, 2021, p. 132). A concepção de Maninha e Quitéria Celestino como "mulher guerreira" nos jornais cimianos foi defendida distanciando-as do espaço doméstico. Ambas tiveram suas histórias contadas "sob a representação da mãe-guerreira que desde os primeiros atos no movimento indígena demonstram a luta dos povos indígenas. Por isso, foram representadas como exemplo da resistência histórica dos povos indígenas" (Sampaio, 2021, p. 175). A partir disso, ainda segundo Paula Sampaio, há contradições

entre legendas de determinadas fotografias e as ideias centrais das notícias, reportagens, nos títulos; ausências de nomes, entre outros aspectos de construção e representação das indígenas mulheres no *Porantim* e *no Mensageiro*. Elas são resultado das práticas cimianas que posicionaram as mulheres indígenas como participantes da luta do seu povo, "mas dentro de um sistema do padrão colonial moderno e binário de gênero" (Sampaio, 2021, p. 175).

> Este conjunto discursivo formado por notícias, fotografias e suas legendas permite-me afirmar que, se ainda não tinham voz na Assembleia Nacional Indígena, a presença de mulheres indígenas nesta ação política foi objeto de discursos por "Mensageiro" e "Porantim". Entretanto, estes discursos foram construídos à margem da temática central – as Assembleias Indígenas cujas lideranças destacadas foram homens indígenas. As ações de mulheres indígenas, a exemplo da participação das assembleias dos povos Karipuna, Palikur e Galibi, sobretudo na preparação da alimentação e do espaço das reuniões, possibilitam afirmar a presença das mulheres indígenas nas mobilizações dos povos indígenas desde os anos 1970. Deste modo, a participação das mulheres indígenas nas Assembleias Indígenas foi incentivada e apresentada como parte do processo organizativo e do sujeito político indígena representado por lideranças indígenas homens (Sampaio, 2021, p. 150).

A partir do exposto, a primeira referência a Maninha Xukuru-Kariri no jornal *Porantim* deu-se em 1992. Desde então, os termos "coordenadora da Comissão Leste Nordeste", "Representante Maninha" ou "índia Maninha" foram usados para mencioná-la até 1994. Todavia, esse momento não representa a primeira atuação política de Maninha Xukuru-Kariri, pois antes de

ingressar na Apoinme, em 1990, acompanhada dos povos indígenas do Nordeste, lutou contra o descaso com a saúde oferecida aos povos indígenas. Contudo, é apenas a partir de 1994 que Maninha passou a ter mais visibilidade no *Porantim*. Em junho daquele ano, durante a manifestação "Grito da terra", o *Porantim* exibiu a primeira fotografia em que ela é destaque:

Figura 4 - Maninha Xukuru-Kariri discursando durante a manifestação nacional "Grito da Terra"
Fonte: O Brasil ouve o grito pela terra. *Porantim*, Brasília, ano XVII, n. 166, jul. 1994, p. 5.
Acervo: Armazém Memória.

Em 1994, Maninha liderou a terceira retomada do seu povo, enfrentando a fúria dos grandes fazendeiros da região em defesa do território tradicional Xukuru-Kariri. As fazendas Jiboia e Brejinho estavam empossadas por Hélio Alves de Carvalho ou Hélio da Purina, como era conhecido, e Leopoldino Torres. Ivan Barros, advogado dos invasores, articulou os fazendeiros com o

apoio da rádio local para desacreditar o protagonismo das ações indígenas em Palmeira dos Índios. Nesse panorama, os missionários do Cimi e Maninha Xukuru-Kariri foram apontados como responsáveis; em consequência, as ameaças de morte contra a vida dela eram constantes, além de ser "convidada" para passar a noite com os fazendeiros (*Gazeta de Alagoas*, Maceió, 8 mar. 1998). A partir do exposto, mediante as suas ações políticas, o *Porantim* passou a referenciá-la como "Líder indígena que integra a Comissão de Articulação dos povos Indígenas do Leste Nordeste" ou somente "Líder indígena" (*Porantim*, Brasília, set. 1994, p. 5; Rosane Lacerda, 1994). Ao não cogitar abandonar o seu povo nos enfrentamentos em torno do conflito territorial, além dos adjetivos relacionados às suas funções na comunidade e no movimento indígena, ela passou a ser apontada pelo jornal cimiano como exemplo para as mulheres que, estando ao lado do cacique e do pajé, não se intimidam e lideram a luta (Elizabeth Amarante, 1994, p. 11).

A matéria seguinte retrata, em seu conteúdo iconográfico, a fotografia de Saulo Feitosa, que apresenta as principais lideranças ameaçadas de morte durante a terceira retomada. São elas: Antônio Ricardo, João Ricardo, Ataíde Ricardo, Miguel Celestino, José Camilo, Gessivaldo e Maninha, a única mulher na fotografia, entre os principais alvos. Contudo, em seu conteúdo textual, em letras miúdas, o nome de Quitéria Celestino é mencionado como um dos principais alvos dos fazendeiros da região de Palmeira dos Índios-AL (Lacerda, 1994, p. 5). Durante a retomada, Quitéria Celestino procurou os meios de comunicação do município para acusar o advogado Ivan Barros e seus clientes, os invasores das terras tradicionais do seu povo, no envolvimento da morte do cacique Luzanel, primeira vítima fatal do conflito territorial (*Porantim*, Brasília, jul. 1995, p. 16). Porém, essa estratégia só ocupou as matérias do jornal *Porantim* na seção Homenagem após a sua morte. Ao posicionar Maninha em

destaque, o *Porantim* enriquece a concepção de luta solitária realizada por ela em meio aos homens indígenas, mesmo indicando a participação de outra originária, em menor evidência.

indígena Irineu dos Santos.

Diante do exíguo espaço territorial disponível, os **Xukuru-Kariri** intensificaram a partir do final da década de 1970 suas reivindicações de demarcação e ampliação do acesso à terra ilegalmente usurpada pelo poder público e particulares. Assim a Mata da Cafurna (117 ha), considerada "reserva ecológica", e sob o (falso) domínio da Prefeitura Municipal de Palmeira dos Índios, acabou sendo por esta "doada" aos índios através da Lei Municipal n.º 928 de 21 de agosto de 1980. Inicialmente utilizada para a agricultura de subsistência, a área foi posteriormente destinada às práticas religiosas de um segmento do grupo (o seu local de ouricuri).

no desde 1700 e posteriormente comprovada administrativa (1822) e judicialmente (1861 e 1992) foi identificada pela Funai.

A dura luta pela sobrevivência

Apesar disso, a área não foi demarcada e encontra-se quase totalmente nas mãos de fazendeiros e do perímetro urbano da cidade de Palmeira dos Índios. Dados do Instituto de Terras de Alagoas dão conta de que dos 1.298 imóveis rurais identificados no Município, quase todos encontram-se encravados na área indígena.(2)

Restam aos **Xukuru-Kariri** a posse de apenas 4% do seu território tradicional, ou seja, 580 hectares. Destes, cerca de 120 ha

Saulo Feitosa

Os indígenas ameaçados de morte (a partir da esquerda): Maninha, Antônio Ricardo, João Ricardo, Ataíde Ricardo, Miguel Celestino, José Camilo e Gessivaldo (agachado)

Falta proteção contra as ameaças

Devido às ameaças anteriores feitas a várias lideranças do povo (especialmente Maninha Xukuru-Kariri, Quitéria Celestino, Gessivaldo, Antônio Ricardo e o pajé Miguel Celestino), da campanha antiindígena difundida nas rádios locais pelos fazendeiros e acusados de mandantes do crime, da saída dos indígenas para o trabalho nas usinas e dos riscos corridos pelas testemunhas sobreviventes, teme-se a possibilidade de novos ataques contra a comunidade.

Com base nisso as lideranças indígenas, acompanhadas pela Assessoria Jurídica do Cimi, solicitaram no dia 18 de novembro à Funai e à Procuradoria da República o deslocamento de agentes da Polícia Federal para a área, no sentido de dar segurança e garantia de vida à comunidade e aos sobreviventes. As duas horas de tensa reunião com representantes dos referidos órgãos e contatos telefônicos com o superintendente da Polícia Federal em Alagoas, José Guedes Bernardi, foram infrutíferas.

Segundo informou o superintendente, a grande maioria dos agentes já se encontrava comprometida com as eleições, com a operação antitráfico nos morros do Rio de Janeiro e com a recontagem de votos em Alagoas, restando um número insuficiente de agentes para a missão solicitada. Além disso, a liberação das diárias necessárias ao deslocamento de agentes precisariam seguir trâmites burocráticos em nível de presidência da Funai, o que também tornava inviável a presença dos agen-

Figura 5 - Indígenas ameaçados de morte durante a retomada Xukuru-Kariri
Fonte: Rosane Lacerda, 1994, p. 6. Acervo: Armazém Memória.

Em 1996, o *Porantim* e o *Mensageiro* levaram aos seus leitores, em meses diferentes, uma matéria sobre a mobilização nacional de mulheres pela Reforma Agrária, ocorrida em agosto daquele ano, quando indicou a participação de duas indígenas: Maninha

e Edna Marçal. De forma mais resumida, o *Mensageiro* indicou a participação de Maninha Xukuru-Kariri enquanto representante do Capoib e Edna Marçal como filha de Marçal Tupãy, assassinado no Mato Grosso do Sul (*Mensageiro*, Manaus, set./out. 1996, p. 9). Com mais detalhes, Malu Maranhão, no *Porantim*, também fez referência à presença das duas indígenas mulheres na ocasião. Edna foi apresentada nesse periódico como a filha de uma das maiores lideranças indígenas do Brasil, tomando, após a morte de seu pai, a responsabilidade de continuar o seu legado. Já Maninha Xukuru-Kariri foi pronunciada naquela ocasião como representante das comunidades indígenas do Brasil, sem fazer referência a nenhuma organização ao qual estava vinculada naquele momento, ou seja, a Apoinme e o Capoib (Malu Maranhão, 1996, p. 11). Em 2006, Maninha Xukuru-Kariri, assim como Quitéria Celestino, faleceu devido a uma negligência médica. O *Porantim* e o *Mensageiro*, ao homenageá-la, trouxeram em seu conteúdo textual a marcação de gênero, referenciado como "a única liderança mulher no grupo" e "a única mulher na Apoinme" (Lacerda, 1990, p. 10; Benedito Prezia, 2016, p. 16). Segundo Paula Sampaio,

> Para Prezia (2016, p. 16), diferentemente da avaliação de Lacerda (1996), entende a participação de Maninha no movimento indígena como única mulher capaz de possibilitar e de "colocar a questão de gênero nas lutas indígenas". Em torno da atuação de Maninha Xukuru-Kariri junto ao povo Xukuru-Kariri e ao movimento indígena "Porantim" apresentou Maninha Xukuru-Kariri como mulher indígena símbolo da resistência histórica dos povos indígenas no Brasil atuante nas 135 mobilizações indígenas desde os anos 1980 (Sampaio, 2021, p. 135).

A participação de Maninha Xukuru-Kariri enquanto instrumento político a favor das reivindicações coletivas não gera dúvidas entre aqueles que compartilharam momentos com ela. Todavia, as suas estratégias a favor das pautas marcadamente de gênero, apesar de apontarem para sua existência, não alcançaram as matérias de jornais. É notório que a sua trajetória de vida e política influencia outras mulheres a participarem dos movimentos indígenas, mas além disso, Maninha reunia procedimentos que interferiam na maior participação das originárias nas organizações indígenas em um período que poucas alcançaram tais feitos.

Ao solicitar a participação de lideranças nas assembleias da Apoinme, Maninha Xukuru-Kariri nas cartas enviadas aos caciques e pajés de cada povo, recomendava a presença de mulheres e homens indígenas. A partir dessa estratégia, indígenas mulheres romperam com as negações em algumas comunidades que impedia a participação nos espaços decisórios distanciados do ambiente doméstico. Ao visitar as comunidades, a contar do momento em que buscou o desenvolvimento de uma consciência política entre os povos que compunham a Apoinme, Maninha convidava as mulheres para ingressar na articulação. Ademais, junto às suas irmãs e demais mulheres Xukuru-Kariri, empenhou-se na criação da Organização das Mulheres Indígenas Xukuru-Kariri (Omixuk). Portanto, consoante Eliza Pankararu e Francisca Kambiwá (2019), a atuação política de Maninha Xukuru-Kariri nos movimentos indígenas também deve ser percebida em torno de ver as mulheres organizadas e com os mesmos poderes decisórios em suas comunidades.

Considerações finais

Este capítulo faz parte da pesquisa de mestrado "Entre invisibilidade e protagonismo: a participação política de Maninha Xukuru-Kariri no movimento indígena (1988-2006)", do Programa de Pós-Graduação em História na Universidade Federal de Alagoas, com a orientação da Profa. Dra. Michelle Reis de Macedo. Em ambos os textos, investigo as estratégias desenvolvidas pelas indígenas mulheres alagoanas enquanto sujeitos políticos, com maior evidência para Maninha Xukuru-Kariri, liderança que em contexto internacional lutou a favor dos interesses coletivos tornando-se uma indígena mulher reconhecida e lembrada na atualidade pelos povos indígenas do Brasil.

Todavia, para os não indígenas e nas produções historiográficas sobre Maninha Xukuru-Kariri ainda prevalece o desconhecimento da sua relevância para a formação do estado de Alagoas e para a estruturação do cenário político atual em que as indígenas mulheres são protagonistas, sejam como deputada federal, presidente em órgãos oficiais do Estado brasileiro ou como ministra. Tal perspectiva é reflexo de produções históricas sobre as indígenas mulheres em recortes temporais distantes, uma vez que, como apontado por Paula Sampaio (2021, p. 76), sobre as indígenas mulheres entre os séculos XVI e XIX há estudos no campo historiográfico que privilegiaram documentações produzidas pelos colonizadores e mesmo "quando a História das Mulheres aborda as mulheres indígenas na segunda metade do século XX, o faz com métodos e técnicas etnográficos".

Como vimos, os jornais *Porantim* e *Mensageiro* fazem parte da nova política adotada pela Igreja Católica. Nesse sentido, suas matérias foram produzidas a favor dos interesses dos movimentos indígenas, apresentando-se como meio de informação contrário às representações dos originários na grande imprensa, destinando-se ao silenciamento ou com conteúdos simplórios.

Para as indígenas mulheres, a invisibilidade perpassa um duplo outro, correlacionada à sua condição étnica e de gênero, que na atualidade questiona suas inclinações políticas mesmo conquistando espaços de poder centrais no cenário político brasileiro.

Tais indagações são construídas no período colonial e se estendem até a atualidade. Nelas, as indígenas mulheres estão colocadas como submissas e afastadas dos momentos decisórios de sua comunidade, ainda que elas sempre tenham participado desses momentos de decisões políticas. Porém, quando conquistaram a visibilidade, em ambientes majoritariamente destinados aos homens, tornando-se as lideranças de seus povos, o seu entorno passou a assumir uma posição de questionamento quanto às suas ações, reavivado pelas imposições de um Estado colonial patriarcal. Por isso, elas também tiveram que contestar as "verdades" herdadas da "colonialidade do poder, inseparáveis da colonialidade do gênero" (María Lugones, 2020, p. 51).

Ana Valéria dos Santos Silva é mestranda do Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Universidade Federal de Alagoas (Ufal). Integrante do Grupo de Pesquisa em História Indígena no Brasil Republicano. Bolsista Fapeal. E-mail: anavaleria.historia@gmail.com. Orientadora: Michelle Reis de Macedo.

Referências

AMARANTE, Elizabeth. O exemplo das mulheres. *Porantim*, Brasília, ano 27, n. 169, p. 11, out. 1994.

BANIWA, Braulina Aurora. Mulheres e território: reflexão sobre o que afeta a vida das mulheres indígenas quando os direitos territoriais são ameaçados. *Vukápanavo: Revista Terena*, [s.l.], v. 1, n. 1, p. 165-170, 2018.

BANIWA, Braulina; KAINGANG, Jozileia; TREMEMBÉ, Lucinha (orgs.). *Vivências diversas*: uma coletânea de indígenas mulheres. São Paulo: Hucitec Editora, 2020.

BEIRÃO, Claudio Luiz. Encontro da Apoinme em Maceió. *Porantim*, Brasília, ano XVII, n. 188, set. 1996, p. 7.

BICALHO, Poliene Soares dos Santos. *Protagonismo indígena no Brasil*: movimento, cidadania e direitos (1970-2009). 2010. 464f. Tese (Doutorado em História) - Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

CELESTINO, Quitéria. Carta do P.I Xukuru-Kariri. *Mensageiro*, Manaus, n. 37, p. 10, maio/jun. 1986.

GUIMARÃES, Paulo Machado. 20 anos de *Porantim*. *Porantim*, Brasília, ano XX, n. 205, p. 8-9, maio 1988.

KARIPUNA, Ana Manoela Primo dos Santos Soares. Relações de parentesco nas mulheres Karipuna: entre Territórios, Karuãna, Sonhos de Pajé e Desenhos. *Equatorial, Revista do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social*, Natal, v. 9, n. 17, p. 1-20, 2022.

LACERDA, Rosane. O assassinato do cacique Xukuru. *Porantim*, Brasília, ano XVII, n. 170, p. 6, nov. 1994.

LEÃO, Eduardo. Não à hidrelétrica kararaô. *Porantim*, Brasília, ano XI, n 116, p. 3, mar. 1989.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2008. p. 111-153.

LUGONES, María. Colonialidade e gênero. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. *Pensamento feminista hoje?*: perspectivas decoloniais. São Paulo: Bazar do Tempo, 2020. p. 52-83.

MARTINS, Sílvia Aguiar Carneiro. *Os caminhos da aldeia...*: índios Xucuru-Kariri em diferentes contextos situacionais. 1993. 175f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1993.

PANKARARU, Elisa; KAMBIWÁ, Francisca. O movimento de mulheres indígenas em Pernambuco. In: MENDONÇA, Caroline Leal et al. (coords.). *Mulheres indígenas da tradição*. Recife: Cimi, 2019. p. 9-11.

PREZIA, Benedito. Maninha Xukuru-Kariri, grande guerreira. *Porantim*, Brasília, ano 37, n. 384, p. 16, abr. 2016.

SAMPAIO, Paula Faustino. *Indígenas mulheres*: entre colonialismos e resistências de longa duração - séculos XX e XXI. Teresina: Cancioneiro, 2021.

SCHWADE, Egydio. Nas assembleias, os povos indígenas se afirmam: narrativas e testemunho de Egydio Schwade. In: BRIGHENTI, Clovis Antonio; HECK, Egon Dionísio (orgs.). *O movimento indígena no Brasil*: da tutela ao protagonismo (1974-1988). Foz do Iguaçu: Edunila, 2021. p. 25-49.

SIMÕES, Maria Cecília dos Santos Ribeiro. O Conselho Indigenista Missionário - CIMI e a militância no catolicismo engajado. *Sacrilegens*, Juiz de Fora, v. 13, n. 1, p. 58-76, jan./jun. 2016. Disponível em: https://periodicos.ufjf.br/index.php/sacrilegens/article/view/26889/18571.

SOARES, Ana Manoela Primo dos Santos. Relações de parentesco nas mulheres Karipuna: entre territórios, Karuãna, Sonhos de Pajé e Desenhos. *Equatorial, Revista do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social*, Natal, v. 9, n. 17, p. 1-20, jul./dez. 2022. Disponível em: https://periodicos.ufrn.br/equatorial/article/view/27906/16029.

XAKRIABÁ, Célia Nunes Correa. *O barro, o genipapo e o giz no fazer epistemológico de autoria Xakriabá*: reativação da memória por uma educação territorializada. 2018. 218f. Dissertação (Mestrado em Sustentabilidade junto a Povos e Terras Tradicionais) - Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

Na mira do Estado: a "Operação Pederasta" e o higienismo moral-sexual e de classe na ditadura civil-militar em Maceió, AL (1960-1970)

Paulo Henrique dos Santos Araújo

Para meus amigos e familiares, que fizeram essa jornada da escrita menos dura e mais afetuosa.

Para Paula Palamartchuk, por todas as madrugadas, noites e qualquer tempo. Para guardar no eterno o coração do outro. In memoriam

Introdução

Este capítulo é fruto de uma pesquisa realizada sob a minha perspectiva, enquanto um jovem bissexual que migrou de Arapiraca, no interior de Alagoas, para Maceió no início da graduação. Vim para pesquisar e produzir historiografia sobre a população LGBTQIAPN+ no curso de His-

tória, da Universidade Federal de Alagoas (Ufal). No entanto, de forma consciente ou inconsciente, também buscava vivenciar outras sociabilidades de vida e de existências que não eram possíveis naquela localidade. Assim como centenas de pessoas que, nos anos 1960 e atualmente, para fazer a mobilidade metafórica de "saída do armário", ou seja, assumir publicamente uma identidade sexual ou de gênero dissidente, precisaram fazer uma migração física para conseguir realizar esse processo (Paulo Jorge Vieira, 2011). Nesse sentido, proponho escrever uma historiografia sobre as minhas múltiplas ancestralidades, marcadas pela sexualidade, raça, classe e pela perspectiva de uma pessoa interiorana.

Durante o período da ditadura civil-militar no Brasil (1964 a 1985), as políticas de perseguição e controle social não se limitaram à oposição política; elas também se estenderam às dissidências sexuais e de gênero. A repressão estatal contra homossexuais, travestis, prostitutas, migrantes e outros grupos marginalizados foi intensificada e legitimada pelo Estado, refletindo as visões conservadoras e moralistas da elite dominante. Essa perseguição e sua institucionalização são continuidades de práticas estruturantes da história do Brasil.

A ditadura civil-militar não inaugurou a perseguição às pessoas que não se enquadravam no projeto cisheteronormativo (Letícia Nascimento, 2021) da classe dominante. No Brasil, as ações de controle e repressão vêm de períodos anteriores da nossa história, atrelando-se aos discursos médico-legais, que classificavam a homossexualidade como uma patologia; às religiões de matriz cristã, que associavam a homossexualidade ao pecado; e, ainda, à retórica da burguesia, que descrevia a homossexualidade como uma faceta sexual do comunismo para destruir a organização familiar nuclear burguesa (Benjamin Cowan, 2021). Contudo, com a ditadura militar essas ações foram sistematizadas, institucionalizadas e legitimadas pelo Es-

tado brasileiro, que incorporou o projeto sexual e a moral da elite, participante ativa do golpe de 1964.

Este capítulo tem como objetivo debater o papel do Estado na perseguição e no higienismo moral-sexual e de classe durante a ditadura civil-militar, especialmente em relação aos homossexuais e às travestis trabalhadoras migrantes em Maceió. Analiso como a ditadura influenciou as políticas e práticas de controle social na cidade, bem como as estratégias de resistência adotadas pelos migrantes LGBTQIAPN+ para enfrentar essas condições e reivindicar seu direito à liberdade.

Neste capítulo, pretendo realizar uma análise historiográfica da "Operação Pederasta", conduzida pela Secretaria de Segurança do Estado de Alagoas em colaboração com o município de Maceió. Essa operação teve início em 1969 e visava, de forma sistemática e institucionalizada, perseguir, prender, constranger e, possivelmente, expulsar homossexuais, travestis e outros corpos dissidentes da capital alagoana. A "Operação Pederasta" evidencia a organização repressiva do Estado, que encarava as dissidências sexuais e de gênero como uma ameaça à moralidade pública e à ordem estabelecida. Para compreender esse contexto, é necessário examinar o contexto político da época, marcado pelo autoritarismo da ditadura militar no Brasil.

É preciso pensar a cidade de Maceió como um espaço criado pela humanidade e gerido pelo Estado com base em seus valores éticos, culturais, estéticos e morais. No livro *Cidades rebeldes*: do direito à revolução urbana, David Harvey (2014) traz algumas reflexões sobre a cidade e o direito a ela no sistema capitalista. Embora o geógrafo David Harvey esteja pensando sobre a organização social das cidades, principalmente da Inglaterra, podemos trazer parte de sua obra para refletir sobre a realidade de Maceió. Para Harvey, o direito à cidade é o direito de mudar e reinventar a cidade e a nós mesmos a partir dos nossos mais

profundos desejos, que pode ser modificado principalmente por meio de movimentações coletivas.

Até a segunda metade do século XX, a migração interestadual no Brasil era impulsionada principalmente por fluxos rurais para urbanos (Fernanda Fortes de Lena, 2022). A demógrafa Fernanda Fortes de Lena, em sua tese *Internal Migration Trajectories of Sexual Minorities in Brazil / Trajetórias migratórias de minorias sexuais no Brasil* (2022), afirma que o processo de migração não pode ser analisado isoladamente de seu contexto histórico. Muitas vezes, ele é influenciado pelas desigualdades socioeconômicas enfrentadas pelos migrantes em seus territórios de origem. Fernanda também argumenta que sujeitos conhecidos hoje como LGBTQIAPN+ preferem migrar para espaços onde possam vivenciar sua sexualidade e gênero com mais liberdade, algo que muitas vezes não é possível em seus locais de origem.

Usando argumentos de David Harvey e Fernanda Lena, analiso neste texto aspectos da migração de homossexuais e travestis para a cidade de Maceió no final da década de 1960. Esses sujeitos possivelmente buscaram espaços para se reinventar e viver sua identidade sexual e de gênero de forma livre, apesar da ditadura civil-militar que assolava o país. Consequentemente, essa migração possibilitou a reinvenção de Maceió, com a presença de corpos considerados indesejáveis pela ordem sexual e moral do estado ditatorial, ocasionando repressão, censura, controle, perseguição, prisão e morte.

Ditadura, homossexualidades e repressão

A repressão policial aos homossexuais e aos demais sujeitos que não se integravam ao projeto sexual-moral ditatorial cisheteronormativo se intensifica pelo território brasileiro a partir de 1969, logo em seguida ao decreto do Ato Institucional n. 5,

que representou o endurecimento do regime. O decreto tinha como objetivo preservar "a ordem, a segurança, a tranquilidade, o desenvolvimento econômico e cultural e a harmonia política e social do País comprometidos por processos subversivos" (Brasil, 1968). Com a institucionalização dos ideais e princípios do golpe de 1964, o Estado intensificou as ações de destruição das sociabilidades entre homossexuais, travestis e prostitutas (Renan Quinalha, 2017).

Ainda que a perseguição existisse nos anos pré-golpe, alguns poucos espaços de sociabilidade ainda eram reservados – não sem tentativa de controle e censura – aos homossexuais e travestis, dentre os quais podemos citar: as festividades do carnaval, bares, eventos fechados voltados para o público gay e algumas profissões que estavam associadas à performance de feminilidade. As obras *Além do carnaval*, de James Green (2019), e *Devassos no paraíso*, de João Silvério Trevisan (2007, 2018), mostram isso para os casos das cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro. Esses espaços foram reduzidos com a repressão generalizada da ditadura, com a retirada das liberdades democráticas, reduzindo não somente a articulação de grupos em torno das pautas homossexuais, como também a possibilidade de ampliação de experiências e sociabilidades de outras identidades e orientações sexuais que no fim dos anos 1960 começavam a aparecer em movimentos de contestação pela Europa e pelos Estados Unidos.

Ainda que no Brasil a homossexualidade e a transexualidade nunca tenham sido crimes, a repressão da ditadura não se furtou de achar meios legais e ilegais para prender e perseguir essa comunidade. Em todo território nacional, era utilizado o artigo 59 da Lei de Contravenções Penais, mais conhecida como "lei da vadiagem" para prender, perseguir e criminalizar os sujeitos "indesejáveis" conhecidos hoje como LGBTQIAPN+. Essa prática ampliou o número de prisões durante o período, sendo

demandada, muitas vezes, por comerciantes e moradores que se incomodavam com a presença dos "indesejáveis" ocupando o centro da cidade. A "Operação Limpeza", uma das mais conhecidas, se organizou a partir dessa lógica higienista no intuito de prender, reprimir e expulsar prostitutas, travestis e homossexuais do centro de São Paulo por meio de rondas em lugares considerados de sociabilidade homossexual, travesti e de prática da prostituição (Rafael Ocanha, 2018).

Segundo Renan Quinalha (2017), a situação do Rio de Janeiro não era tão diferente. O Estado utilizou o mesmo artifício da "vadiagem" para prender e extorquir prostitutas, travestis e homossexuais em zonas de sociabilidade, usando estratégias ilegais mesmo quando essas pessoas portavam documentos que comprovavam trabalho e renda fixa. Existiu uma operação que atuava, especificamente, na região da Lapa, no Rio de Janeiro, focando na prisão e na "limpeza" moral-sexual daquele espaço considerado "sujo", a partir da lógica racista e classista da ditadura. Ainda segundo Quinalha, o Estado se organizou para criar a medida de prisão cautelar na legislação penal, precedendo ao crime de vadiagem, que é utilizada pela ditadura no mesmo período para prender esses sujeitos.

Pode ser ressaltada também a resistência das travestis, homossexuais e prostitutas para fugir da prisão, realizando movimentações nas delegacias e utilizando métodos que variavam entre pagamento de policiais, realização de programas e outras formas de resistência. No ensaio "'Jango Jezebel', fazendo histórias: onde estavam as travestis na ditadura civil-militar no Brasil?" (2023), Helena Vieira aborda a condição do historiador e do fazer história e historiografia diante da disputa ideológica cisheteronormativa, enfatizando a importância da ação coletiva presente na memória dos corpos transsexuais e travestis na ditadura civil-militar.

> Contudo, cabe observar que aquelas identidades constituídas e sustentadas por aparatos normativos possuem uma "reserva mitológica", ou seja, um acúmulo de modelos no tempo que servem para a autoidentificação ao longo da existência de cada sujeito; modelos do passado que se projetam para o presente e o futuro [...] para as formas de vida e identidades marginalizadas, há um esvaziamento constante dessa reserva mitológica e histórica. Ou ainda uma reserva mitológica negativa, que produzirá constante enfraquecimento social e miséria subjetiva (Vieira, 2023, p. 175).

Além disso, Helena Vieira nos lembra que precisamos ter uma visão mais complexa sobre a ideia de violência e perseguição sofrida pelas pessoas dissidentes da cisheteronorma durante os "anos de chumbo" da ditadura militar, lembrando-nos das microviolências cotidianas sofridas por pessoas trans, travestis e identidades marginalizadas nas cidades. Ao longo do texto, uma categoria que condensa o pensamento moral e sexual da ditadura nos é apresentada. Ela explora a ideia do "corpo nacional", disputado pelo Estado e as organizações políticas que ou relegaram as identidades sexuais e de gênero dissidentes ou as entenderam como símbolos de fraqueza.

Como nos mostra o historiador Elias Veras (2017) no livro *Travestis*: carne, tinta e papel, nessa época configurou-se o dispositivo do estigma travesti. Tal dispositivo se constitui por meio de uma série de discursos e práticas heterogêneas que, dentre outras estratégias, se vale dos meios de comunicação na construção que associou e continua associando e estigmatizando as travestilidades e as homossexualidades, atribuindo-lhes graus de patologia, marginalidade e criminalidade. O discurso do estigma nos é apresentado pelo historiador a partir das representações e aparições de travestis durante a ditadura

civil-militar por meio das páginas de jornais de Fortaleza que retratavam esses corpos nos espaços públicos com escárnio, mostrando o caráter LGBTQIAPN+fóbico dessa construção. Ela também pode ser encontrada em jornais de Alagoas.

No capítulo "'Bonecas: faxina depois do desfile': a atuação da Delegacia de Jogos e Costumes de Salvador na prisão dos corpos dissidentes da cisheteronormatividade nos anos de chumbo da ditadura civil-militar brasileira (1968 a 1978)", o historiador Kleber José Fonseca Simões (2021) relata a atuação da Delegacia de Jogos e Costumes de Salvador na prisão de corpos dissidentes durante a ditadura civil-militar brasileira. Kleber Simões analisa os anos de chumbo da ditadura militar, focando na imprensa e na representação das prisões das travestis nas páginas policiais dos jornais.

O autor destaca que produzir uma análise sobre instituições públicas brasileiras durante a ditadura militar é muito difícil porque, por mais que tenhamos acesso a alguns documentos do período, alguns documentos desapareceram no processo de transição da ditadura, quando órgãos deixaram de existir ou ainda existem, mas sem acervo. Em outros casos, esses documentos foram apagados, fazendo com que nós, pesquisadores, precisemos recorrer ao levantamento de jornais. Desse modo, Kleber recorre aos jornais *A Tarde* e *Tribuna da Bahia*, enquanto neste capítulo recorro ao levantamento dos jornais *Gazeta de Alagoas* e *Jornal de Alagoas* nos períodos de 1969 e 1970, buscando evidências das nossas existências e da repressão estatal contra os nossos corpos em Maceió.

As manchetes de violência sistematizada por operações contra homossexuais e travestis começaram a ganhar as páginas dos jornais de Salvador no ano seguinte à promulgação do AI-5, marcando o endurecimento e a radicalização do golpe militar. Conforme destacado por Kleber, a visibilidade das ações de perseguição e repressão de pessoas LGBTQIAPN+ na impren-

sa pode ser entendida como uma forma de fortalecimento de diversos aparelhos, instrumentos, instituições e práticas que buscavam consolidar o projeto de estado autoritário da ditadura militar. Em Alagoas, por sua vez, a perseguição aos "indesejáveis" começa também a ganhar as páginas dos jornais em Maceió, e o Estado inicia suas ações higienistas para reprimir e expulsar essas pessoas da vida pública da cidade.

Mesmo que possamos encontrar semelhanças nas representações da impressa, no processo de perseguição aos corpos LGBTQIAPN+ em todo o território brasileiro durante a ditadura civil-militar, como apresentado no início deste capítulo, precisamos fazer as diferenciações necessárias para entender como isso se dá fora do eixo Sudeste e das grandes capitais do Nordeste. Aqui, trago o processo de migração e ocupação dos homossexuais e das travestis na cidade de Maceió, vindas do interior do estado para se reinventar e, consequentemente, reinventar a cidade, fazendo um enfrentamento ao modelo urbanístico, moral, sexual, racista e classista que os agentes locais da ditadura pensavam para Maceió. Esse movimento foi um fator possível para a criação de uma política institucional do Estado para reprimir e expulsar essas pessoas da cidade.

"Operação Pederasta" em Maceió

A Maceió dos anos 1970 tem um fluxo de crescimento intenso, ocasionado pelo processo migratório de pessoas da zona rural de Alagoas em busca de melhores condições materiais de trabalho e de vida, tanto objetivas quanto subjetivas, para viver outras sociabilidades (Marcelo Augusto de Almeida Teixeira, 2015). Quando falamos sobre processo migratório, pensamos muitas vezes na busca de melhor qualidade de trabalho e de vida, de forma abstrata. Neste capítulo, proponho pensar esse processo como uma busca não só por melhores condições de

trabalho, mas também pela busca por uma nova sociabilidade por parte de homossexuais e outras dissidências de gênero e sexualidade trabalhadoras. Em seu artigo "'Metronormatividades' nativas: migrações homossexuais e espaços urbanos no Brasil", o arquiteto Marcelo Augusto de Almeida Teixeira (2015) debate o contexto do aumento populacional de migrantes para além de uma lógica homogênea cisheteronormativa, interseccionando os marcadores sociais de gênero, sexualidade, raça e classe que leva os sujeitos a migrarem de seus territórios.

Marcelo Teixeira (2015) pensa os migrantes para além de uma massa universal cisheterossexual que se movimenta apenas em busca de melhores condições de trabalho e ascensão econômica. Precisamos considerar a sociedade em que vivemos de forma heterogênea e a migração como um reflexo disso, baseada em necessidades individuais que atravessam os marcadores sociais nos quais esses sujeitos estão inseridos e que visam muito mais do que somente benefícios econômicos.

> Ser mulher, transgênero ou homossexual imbrica-se em ser migrante para além das necessidades econômicas. Desta forma, a subjetividade sexual converte-se em mola propulsora do ato de migrar, sendo reconfigurada durante a trajetória do indivíduo de maneira contínua (Teixeira, 2015, p. 25).

O crescimento da área urbana de Maceió foi sintomático, aumentando de 24% em 1940 para 40% em 1970 (Crislanne Maria dos Santos, 2023). Essa ocupação subverteu a lógica habitacional pensada pelos agentes locais da ditadura, que afirmavam que a cidade não era capaz de lidar com o aumento populacional. No entanto, esse aumento não foi acompanhado por políticas eficazes por parte da prefeitura para lidar com o fluxo de migrantes. Assim, como resultado, surgiram ocupações infor-

mais, dando origem a periferias como mostra a dissertação de Crislanne dos Santos, *"As mariposas pousam ao entardecer"*: prostituição, biopolítica e resistências de gênero na imprensa de Maceió, AL (1970-1980).

Crislanne dos Santos explica que havia um incômodo nos agentes locais da ditadura civil-militar em Maceió, baseado no que eles chamavam de "desordem urbana" criada pelo processo migratório, que causava um "inchaço populacional" e, consequentemente, o surgimento de ocupações urbanas. Formavam-se algumas novas periferias que abrigavam esses corpos "indesejáveis" que migravam para Maceió. Havia uma tentativa de enquadrar os espaços urbanos da cidade no ideal estético e urbanístico da ditadura civil-militar e, por consequência, controlar, separar e expulsar aqueles e aquelas que não faziam parte desse projeto estético, sexual e moral.

Seguindo a lógica de inserir a cidade de Maceió no modelo de poder da ditadura, com a justificativa questionável de que a cidade não podia comportar mais habitantes, o estado de Alagoas, em parceria com a prefeitura de Maceió, seus agentes e a elite local, começava a organizar "rondas violentas" para enquadrar e perseguir os "indesejáveis". Nesse sentido, o jornal *Gazeta de Alagoas* destaca:

> RONDAS VIOLENTAS EM MACEIÓ
>
> "Rondas violentas" foi a ordem dada pelo 2º Delegado da Capital aos seus subordinados, na reunião em que manteve na manhã de ontem naquela Distrital [...]
>
> "RONDAS VIOLENTAS"
>
> Na solicitação que formulou aos presentes sobre "rondas violentas", o bel [...] salientou que assim se expressou no sentido que as batidas venham a ser efetuadas diariamente, devendo os policias se voltarem para os indiví-

> duos que perambulam altas horas da noite [...] (*Gazeta de Alagoas*, Maceió, 14 nov. 1969, p. 2).

A cobertura das operações começou a circular nos dois maiores jornais da época, *Gazeta de Alagoas* e *Jornal de Alagoas a* partir de novembro de 1969, com foco específico na perseguição a homossexuais, travestis, prostitutas, crianças e adultos em situação de rua, além de outros grupos marginalizados que transitavam por Maceió. Dentre as ações policiais, destacamos a "Operação Papai Noel", "Operação caça-mendigo" e a "Operação Doméstica". Sobre a "Operação caça-mendigo", o *Jornal de Alagoas* informa:

> "OPERAÇÃO CAÇA-MENDIGO" SERÁ DESFECHADA
>
> "Operação caça-mendigo" poderá vir a ser executada em nossa Capital nos próximos dias de maneira idêntica a uma recentemente levada a efeito em Recife, quando grande número de esmolés foram conduzidos pela polícia, para um abrigo.
>
> Atualmente nossa Capital vem sendo enfeitada de pedintes e cenas deprimentes estão sendo constantemente observadas por transeuntes, quando seres humanos morrem nas calçadas, por falta de amparo.
>
> ESTUDADO
>
> As autoridades competentes devem estudar meios de levar avante a fórmula para a solução imediata do problema, uma vez que o mesmo atinge diretamente nossa população. Grande é o número de pedintes que vivem perambulando pelas ruas da cidade, em busca da caridade do próximo a fim de conseguirem seu sustento.
>
> Por outro lado, vale frisar que nas últimas cheias ocorridas em nosso Estado, grande foi o número de esmolés que tentaram conseguir abrigo na Pecuária, onde se en-

> contravam os flagelados, uma vez que ali eles sabiam que não somente teriam agasalhos e alimentação, mas também assistência médica (*Jornal de Alagoas*, Maceió, 27 nov. 1969, p. 2).

A "Operação Doméstica", por sua vez, conforme demonstra Crislanne dos Santos (2023), criminalizou e perseguiu mulheres que praticavam a prostituição e/ou trabalhadoras domésticas associadas a ela, em sua maioria negras, que ocupavam os espaços públicos da cidade. Essas mulheres eram apreendidas nas ruas, como mostra a notícia do *Gazeta de Alagoas*:

> SEGURANÇA PÚBLICA NA "OPERAÇÃO DOMÉSTICA"
> Por determinação da Secretaria de Segurança Pública, o Major [...] está prendendo todas as domésticas que permanecerem nas ruas da cidade depois das 22 horas.
>
> A "Blitz" está sendo promovida por aquele militar, acompanhado por alguns soldados da Companhia Metropolitana de Policiamento Ostensivo. Dente todos os locais são os situados defronte à Estação Ferroviária e nas proximidades do Edifício Brêda.
>
> As domésticas presas são levadas para a delegacia do Primeiro Distrito, onde possivelmente são ouvidas pelo delegado de plantão logo depois cadastradas por vadiagem. A "Blitz" teve início na noite de anteontem, devido as inúmeras queixas chegadas nas delegacias distritais.
>
> JIPE DA PMA
> "Busca às domésticas" está sendo feita num jipe da Polícia Militar de Alagoas, sob o comando do Major [...]. Ontem, pela madrugada, algumas foram presas e conduzidas para a delegacia do Primeiro Distrito, onde foram ouvidas pelo cel. [...], delegado de plantão, que, após in-

> terroga-las colocou-as em liberdade (*Gazeta de Alagoas*, Maceió, 2 nov. 1969, p. 5).

Não demorou muito para que, além das pessoas em situação de rua, homossexuais e travestis também ganhassem espaço na lista dos/as "indesejáveis" ocupando as ruas de Maceió, estampando as manchetes dos periódicos *Gazeta de Alagoas* e *Jornal de Alagoas*. Em 23 de outubro de 1969, aparece esta notícia nas páginas policiais do *Jornal de Alagoas*:

> HOMOSSEXUAIS AGRIDEM NO FAROL: POLÍCIA TOMARÁ PROVIDÊNCIAS
>
> Dizendo ter sido agredido por 4 homossexuais quando trafegava na noite de anteontem pelas proximidades do Hospital dos Usineiros, esteve ontem no 1º Distrito da Capital, para prestar queixa, o jovem J. A. dos S. residente na rua Íris Alagoense, 349, Farol.
>
> Ainda em suas declarações revelou ter ficado completamente desnudo e somente não sofreu qualquer ação física graças à intervenção do Vigia daquela casa hospitalar, que pôs em fuga os homossexuais.
>
> IDENTIFICOU
>
> Segundo a queixa ali registrada, os 4 homossexuais se encontravam vagando por aquele local com pouca roupa. Por volta das 2 horas da madrugada regressava para a sua residência, quando foi abordado pelos mesmos, que passaram a lhe seguir com propostas indecorosas até certo ponto, quando então avançaram sobre sí e rasgando as vestes.
>
> Disse ainda o jovem que tais elementos são conhecidos no Farol pela alcunha de "Wanderléia", "Naisa" e "Elena", todos residentes do bairro de Ponta Grossa.

> PROVIDÊNCIAS
> Por outro lado, o delegado R. L. revelou que tais elementos podem ser os mesmos que há cerca de um mês atrás andavam completamente nus pelos Bairros de Ponta Grossa e Vergel do Lago, sempre sumindo em um veículo "Volkswagen". Também algumas estudantes universitárias já se depararam com tais elementos na ladeira da catedral quando se dirigiam para suas residências.
>
> Frisou ainda que agora poderá efetuar a prisão dos mesmos, visto ter facilidade para os identificar através dos apelidos que costumam usar (*Jornal de Alagoas*, Maceió, 23 out. 1969, p. 2).

É possível imaginar que a ação denunciada foi levada à Secretaria de Segurança de Alagoas, que já realizava a "operação doméstica" e percebeu que precisaria estender sua atuação para lidar com mais um grupo de indesejáveis que "infestavam" as ruas de Maceió nas madrugadas. Dias depois da manchete publicada no *Jornal de Alagoas*, o mesmo jornal voltou a publicar uma matéria que dá nome a este ensaio:

> PEDERASTAS QUE INFESTAM CIDADE ESTÃO NA MIRA DA SECRETARIA DE SEGURANÇA
> Dentro da "Operação Doméstica", o major J. A. efetuará batidas pelos bairros da capital no sentido de efetuar a prisão de pederastas, que vêm enfestando nossa Capital, conforme denúncias chegadas diretamente na Secretaria de Segurança Pública.
>
> Também indivíduos que perambulem altas horas da madrugada pela cidade, sem documentos serão recambiados para o 1º Distrito da Capital onde serão trancafiados.
>
> Entre as queixas chegadas a Secretaria de segurança, consta de jovens que foram agredidos por homossexuais

> quando regressavam da Expona para suas residências segundo os denunciantes. Os pederastas estão geralmente se reunindo na praia do Sobral, nas proximidades do posto de salvamento e imediações do colégio São José além de alguns estabelecimentos comerciais localizados no parque Rodolfo Lins.
>
> Altas horas da noite, tais elementos passam se agrupar e não somente jogar pilhérias com aqueles que passam, mas também a conversarem pornografias, vindo a molecagem famílias que se encontram em repouso. Na madrugada de hoje o major J. A. iniciou as batidas contra os indesejáveis cujo número a cada dia, aumenta e os quais demonstram as suas versatilidades em plena via pública (*Jornal de Alagoas*, Maceió, 13 nov. 1969, p. 2).

A matéria utiliza o termo "infesta" para se referir à ocupação de homossexuais em espaços públicos de Maceió. Esse termo explicita a visão da imprensa e do Estado sobre as dissidências de gênero e sexualidade que migravam, ocupavam e subvertiam a cidade de Maceió. Para eles, homossexuais e travestis eram "pragas" que precisavam ser exterminadas para garantir uma limpeza moral, sexual e de classe na cidade, de forma que ela se enquadrasse na lógica ditatorial da ditadura civil-militar brasileira.

Em *Além do carnaval*, James Green (2019) traz alguns dados interessantes sobre o processo de migração da população das zonas rurais para os centros urbanos, que passa pelo crescimento demográfico entre as décadas de 1945 e 1969. Nesse contexto, Green faz referência a homossexuais de classe média que, sofrendo repressões nos seus locais de origem em cidades menores, acabam buscando refúgio nos grandes centros, trazendo também a importância da migração dos homossexuais do interior para áreas urbanas para conseguirem viver uma sociabilidade LGBTQIAPN+. Em busca de bailes e mais espaços que

surgiam na ebulição da subcultura gay, que crescia no Sudeste, essas pessoas procuravam viver sua sociabilidade homossexual e fugir da repressão social e familiar, apesar da ainda existente repressão da ditadura civil-militar.

Mas o que restava para os homossexuais e travestis pertencentes à classe trabalhadora nas zonas rurais que não podiam se aventurar ou não conseguiam migrar para grandes centros como o Rio de Janeiro e São Paulo? Para onde migravam os homossexuais e travestis do interior de Alagoas que eram expulsas das casas de seus familiares? Para onde essas pessoas foram em busca de melhores condições de vida e de sociabilidade homossexual e travesti?

Em "'Invasão de mariposas e pederastas': sociabilidades dissidentes e subversivas em Maceió (AL) (1970)", capítulo presente nesta obra, Isaac Freitas da Silva Filho traz espaços da sociabilidade homossexual e travesti na cidade de Maceió. Ele também nos mostra como a imprensa encarava a ocupação desses espaços pelas dissidências de gênero e sexualidade, na maioria das vezes, de forma desumanizante. A "invasão das bichas" em Maceió acontecia, sobretudo, no centro, aponta Isaac Freitas: homossexuais e travestis utilizavam a ladeira da catedral e seus arredores como um ponto de encontro, possivelmente pela ausência de casas noturnas e ambientes privados voltados para o público homossexual e travesti, ao contrário do que ocorria no mesmo período na cidade de Recife, onde os espaços públicos voltados para homossexuais eram fundamentais. Em seu capítulo "Pontos de encontro e desencontro: a sociabilidade e o cotidiano de homossexuais em ruas, cinemas, bares e boates na cidade do Recife (1970-1980)", presente no livro *Novas fronteiras das histórias LGBTQI+ no Brasil*, Sandro Silva (2023) pensa a cidade do Recife, no mesmo período, como um espaço de liberdade utópica. Talvez Maceió exercesse o mesmo fascínio sobre os homossexuais e travestis que migravam para a capital alagoana.

Mesmo com espaços reduzidos, pode-se imaginar que, para homossexuais e travestis, Maceió poderia ser vivida como um lugar de subversão e inovação de novos costumes que ultrapassavam suas vivências em seus lugares de origem. Esses sujeitos impedidos de migrar para os grandes centros possivelmente encontravam em Maceió uma alternativa à sociabilidade cisheteronormativa. Anos depois, Maceió ganharia nas páginas do jornal *Lampião da Esquina* um roteiro homossexual[59] de lugares de sociabilidade, como mostrado em "Gay é liberdade: homossexualidades em Maceió (AL) na abertura", do historiador Elias Veras (2021).

Pensar a sexualidade como um fator social que pode ser contido ou liberado, dependendo da organização social (Sherry Wolf, 2021), nos leva a considerá-la como um fator decisivo para alguns sujeitos migrarem para Maceió, mesmo sob o domínio da ditadura civil-militar. É necessário entender que a migração poderia possibilitar essas pessoas de terem vidas privadas e que a cidade de Maceió poderia ser vivida como um lugar de subversão e invenção de novos costumes (Sandro Silva, 2023). Nesse contexto de transformação socioespacial aconteceu a "Operação pederasta".

Na edição de 5 de novembro de 1969 do *Gazeta de Alagoas*, foi publicada uma matéria nas páginas policiais que traz como título "Um preso pela 'Operação pederasta'". O texto informava a prisão de Nelsita, que, apesar de aparecer com o nome masculino e nome feminino como escárnio, possivelmente se tratava de uma travesti, ainda que sua identidade de gênero não apareça sendo reconhecida, apesar de o foco ao longo do texto ser sobre a sua sexualidade e/ou a identidade de gênero dis-

59 O presente roteiro aparece nos capítulos "'Invasão de mariposas e pederastas": sociabilidades dissidentes e subversivas em Maceió (AL) na ditadura civil-militar", de Isaac Freitas da Silva Filho, e "'Maceió grita socorro!": violências contra pessoas LGBTQIA+ em Alagoas (1970-1980)", de Harmie A. da Silva.

sidente. O motivo informado pelo delegado da Delegacia de Roubos e Furtos é o suposto furto de NCr$ 6,00; contudo, em nenhum momento é apresentado a quem a pessoa acusada teria furtado. Apesar do motivo informado, podemos entender que a causa da sua prisão é sua sexualidade e/ou identidade de gênero dissidente.

> UM PRÊSO PELA POLÍCIA NA "OPERAÇÃO PEDERASTA"
> Somente o homossexual [...], conhecido pelo vulgo "Nelsita", foi preso na manhã de ontem, e levado para a Delegacia de Roubos e Furtos pelos policiais que estão promovendo a "Operação Pederasta".
>
> "Nelsita" Cozinheiro de uma residência no bairro do Farol, foi acusado de furto de NCr$ 6,00 e será interrogado pelo delegado [...], que poderá removê-lo para o Presídio Velho após cadastrá-lo naquela especializada. A "operação" está obtendo êxito total pois os homossexuais já estão foragindo.
>
> VIAJARÁ
> Disse "Nelsita" que ao ser liberado da Delegacia de Roubos e Furtos irá embora de Maceió para Palmeira dos Índios, onde procurará um emprego de cozinheiro, ficando para sempre naquela cidade interiorana pois afirmou: "ali reina a tranquilidade".
>
> Acrescentou ainda, que seus próprios amigos são culpados de sua prisão, não avisando da "Operação Pederasta" sendo agarrado de surpresa pelos policiais.
>
> FAXINA
> Ontem pela manhã "Nelsita" Foi incumbido da faxina da Delegacia de Roubos e Furtos tendo o Chefe de Serviço [...] prometido liberá-lo após a realização da limpeza

> daquela especializada (*Gazeta de Alagoas*, Maceió, 14 nov. 1969, p. 5).

Nelsita é apresentada como "trabalhador, cozinheiro em uma residência do Farol", sendo destacado que foi obrigada a realizar a limpeza da Delegacia de Roubos e Furtos para conseguir a possibilidade de ser solta. Ao ser entrevistada, diz que ao sair da prisão retornará para Palmeira do Índios, buscando trabalho e a tranquilidade da vida no interior. Com base na leitura da reportagem, tomo como hipótese que ela é publicada com o intuito de ameaçar os sujeitos homossexuais e travestis de Maceió e os que estão migrando para a cidade, visto que a reportagem termina com uma fala do Major, lotado na Secretaria de Segurança do Estado: "[...] Secretaria de Segurança Pública, está no encalço de outros homossexuais de Maceió, os quais ao que parece, fugindo receosos de ser presos."

A publicação do *Gazeta de Alagoas* sobre a "Operação pederasta" também aparece como fonte no capítulo "Repressão e resistência LGBTQIA+ na ditadura civil-militar e na abertura em Maceió – AL", de Elias Veras (2024). O historiador ressalta que a nomeação da operação faz uma atualização do discurso patologizante que surge no final do século XIX sobre o "homossexualismo" e os "desvios sexuais". A relação do Estado e da imprensa nesse momento histórico, no processo de desumanização de homossexuais e travestis, se retroalimenta, pois a imprensa acaba funcionando como instrumento de comunicação do projeto da ditadura civil-militar, que visava ao higienismo moral, sexual e de classe na cidade de Maceió.

Nesse sentido, Elias Veras destaca também a construção linguística punitivista do *Gazeta de Alagoas* ao se referir a Nelsita, acometida pela violência da prisão, da obrigação de fazer trabalhos forçados e da proibição de ocupar espaços públicos, bem

como do não reconhecimento da sua identidade de gênero e de desumanização do seu corpo.

É importante notar o destaque dado pela reportagem à cidade de origem e de retorno de Nelsita: Palmeira dos Índios. Detalhes como origem, idade e profissão não são muito comuns na imprensa desse período ao retratar travestis e homossexuais. Por esse motivo, acredito que essas informações não estão ali ao acaso, assim como a matéria não parece estar nas páginas do *Gazeta de Alagoas* por acaso.

Para essas duas questões, suponho, primeiro, que a matéria foi encomendada ao jornal como um aviso da Secretaria de Segurança do Estado para homossexuais e travestis que migram e ocupam espaços públicos na cidade de Maceió, indicando que o Estado não permitirá sua existência nas ruas da cidade. Em segundo lugar, o detalhamento da origem de Nelsita pode se comunicar indiretamente com outros leitores, informando que esses indesejáveis não fazem parte da cidade de Maceió pensada pela ditadura civil-militar, mas sim sujeitos que vêm de fora e precisam ser mandados de volta seguindo com a invisibilização de sua identidade de gênero e sexualidade, ou seja, sua não existência pública.

Como lembra David Harvey (2012), "a cidade é para as pessoas e não para o capital". Acrescentaria que a cidade também não é para projetos autoritários que a concebem como um espaço asséptico, sem a presença de homossexuais e travestis. Continuaremos migrando, quando necessário, para nos reinventarmos e reinventar os espaços, desafiando as estruturas sociais, legais e repressivas que limitam nossos desejos e identidades, enfrentando a ordem econômica e social capitalista que estrutura nossa opressão (Wolf, 2021).

Sobre Nelsita, pouco sabemos para além da reportagem da *Gazeta de Alagoas*. Gosto de imaginar que ela não tenha ido embora após ser libertada da prisão. Desistir e retroceder não

se comunicam em nada com as pessoas LGBTQIAPN+ que enfrentaram a ditadura e seus agentes. Prefiro acreditar que Nelsita permaneceu em Maceió, ocupando as ruas com seu corpo, intensificando os espaços de sociabilidade e aproveitando e contribuindo para a criação de novos espaços, até migrar para novos ares. Nelsita, assim como eu e milhares de pessoas LGBTQIAPN+, que migram das cidades do interior de Alagoas e continuam migrando com o desejo de viver como realmente são, é o reflexo de uma luta contínua de sujeitos que enfrentam o estigma, a repressão, a violência e o Estado, e que continuarão existindo a despeito de qualquer política que nos queira extintos. Parafraseando Conceição Evaristo (2016), combinaram de nos matar, mas nós combinamos de não morrer e continuamos lutando contra a repressão, pelo direito à memória e pelo fim da opressão LGBTQIAPN+fóbica.

Considerações finais

Há cinco anos, quando iniciei minhas pesquisas sobre as identidades que hoje compreendemos como LGBTQIAPN+ durante a ditadura civil-militar em Alagoas, busquei, com ímpeto juvenil, nas fontes da época aquilo que conhecia sobre resistência no período: heróis, mártires e militantes organizados em partidos políticos e movimentos sociais. No entanto, grande foi minha decepção ao perceber que nossa presença era aparentemente inexistente nesses espaços. Parecia que sequer tivéssemos existido em Maceió no período.

Quando refletimos sobre as resistências durante a ditadura civil-militar, geralmente imaginamos aspectos da oposição organizada em partidos políticos e movimentos sociais. Pensamos na luta armada e no enfrentamento direto à ditadura, aspectos amplamente reconhecidos e registrados na historiografia e na memória coletiva, apesar das tentativas negacionistas

de apagar essas dissidências. Os participantes dessas lutas são frequentemente retratados como heróis do povo, líderes populares lutando pelo fim da ditadura e por uma nova ordem social que "mude" a estrutura da sociedade. Mas essas foram as únicas formas de resistência contra a ditadura?

Quando falamos de formas de resistir, é importante considerar também as experiências de gênero e sexualidade dissidentes da cisheteronorma. Elas continuam sendo invisibilizadas, mesmo por aqueles que se propõem a construir uma história e memória "vista de baixo" e dos vitimados nesse período. As exclusões e negações dos direitos à memória das pessoas LGBTQIAPN+ nos lembram que, mesmo antes da implementação da ditadura, não erámos reconhecidas como sujeitos plenos de direitos pelo Estado brasileiro. Nesse contexto, para aqueles/as que ainda tentam escrever a história por uma via tradicional, as pessoas LGBTQIAPN+ são exemplos de como a legitimidade da cisheteronormatividade perpetuou não apenas a invisibilidade dessas experiências, mas também a desumanização desses sujeitos, negando-lhes o direito à história e à memória.

Pensar no nosso direito à história e à memória talvez seja um pouco mais complexo para a historiografia tradicional e para algumas organizações políticas, pois não tivemos a oportunidade de nos tornarmos heróis, e a maioria de nós nem teve condições para se organizar da maneira tradicional, em partidos políticos. Porém, analisando as minhas fontes, uma nova perspectiva emerge, visibilizando nossas presenças durante a ditadura civil-militar em Maceió. Sim, nós estávamos aqui! Fomos registrados nas páginas dos jornais, migramos para buscar vivenciar novas formas de sociabilidade, ocupando a cidade, enfrentando a violência LGBTQIAPN+fóbica, sendo assassinados, lutando para sobreviver da melhor maneira possível, sendo perseguidos pelo Estado por meio de ações policiais que criminalizavam

nossas existências. Nós estávamos construindo outra forma de sociabilidade que enfrentava a ordem moral-sexual da ditadura civil-militar. Nós continuamos aqui resistindo contra a violência e o esquecimento.

No ano da publicação deste livro, completam-se sessenta anos do golpe que instaurou a ditadura civil-militar no Brasil. É necessário questionarmos: quem tem o direito à história e à memória? Continuaremos a privilegiar apenas as narrativas cisheteronormativas e brancas, relegando outras vivências ao esquecimento? Estamos dispostos a romper com o legado da ditadura, que perpetuou a nossa desumanização?

Paulo Henrique dos Santos Araújo é graduando em História - Licenciatura pela Universidade Federal de Alagoas (Ufal), bissexual, militante LGBT comunista e integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas em História, Gênero e Sexualidade - GEPGHS. E-mail: pauloaraujocw@gmail.com.

Referências

BRASIL. Ato Institucional n. 5, de 13 de dezembro de 1968. *Diário Oficial da União*: República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 13 dez. 1968. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-05-68.htm. Acesso em: 16 jun. 2024.

COWAN, Benjamin. Homossexualidade, ideologia e "subversão" no regime militar. In: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan (orgs.). *Ditadura e homossexualidades*: repressão, resistências e busca da verdade. São Carlos: EdUFSCar, 2021. p. 27-52.

EVARISTO, Conceição. A gente combinamos de não morrer. In: EVARISTO, Conceição. *Olhos d'água*. Rio de Janeiro: Pallas, Fundação Biblioteca Nacional, 2016. p. 84-93.

GREEN, James N. *Além do carnaval*: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX. 2. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2019.

HARVEY, David. *Cidades rebeldes*: do direito à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HARVEY, David. David Harvey: "cidades são para pessoas, não para o capital". Fundação Rosa Luxemburgo, 11 dez. 2012. Disponível em: https://rosalux.org.br/david-harvey-cidades-sao-para-pessoas-nao-para-o-capital-2/. Acesso em: 14 jun. 2024.

LENA, Fernanda Fortes de. *Internal migration trajectories of sexual minorities in Brazil / Trajetórias migratórias de minorias sexuais no Brasil*. 2022. 158f. Tese (Doutorado em Demografia) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2022.

NASCIMENTO, Letícia Carolina Pereira do. *Transfeminismo*. São Paulo: Jandaíra, 2021.

OCANHA, Rafael Freitas. Repressão policial aos LGBTs em São Paulo na ditadura civil-militar e a resistência dos movimentos articulados. In: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan; CAETANO, Márcio; FERNANDES, Marisa (orgs.). *História do Movimento LGBT no Brasil*. São Paulo: Alameda, 2018. p. 79-90.

QUINALHA, Renan Honório. *Contra a moral e os bons costumes*: a política sexual da ditadura brasileira (1964-1988). 2017. 329f. Tese (Doutorado em Ciências) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

SANTOS, Crislanne Maria dos. *"As mariposas pousam ao entardecer"*: prostituição, biopolítica e resistências de gênero na imprensa de Maceió, AL (1970-1980). 2023. 122f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2023.

SILVA, Sandro. Pontos de encontro e desencontro: a sociabilidade e o cotidiano de homossexuais em ruas, cinemas, bares e boates na cidade do Recife (1970-1980). In: SOUTO MAIOR, Paulo; QUINALHA, Renan (orgs.). *Novas fronteiras das histórias LGBTI+ no Brasil*. São Paulo: Elefante, 2023. p. 301-320.

SILVA FILHO, Isaac Freitas da. "Invasão de mariposas e pederastas": sociabilidades dissidentes e subversivas em Maceió (AL) (1970). In: SODÓ, Roberta; VERAS, Elias Ferreira (orgs.). *(In)Desejáveis*: LGBTQIA+ e feminismo na imprensa de Alagoas (século XX). Maceió: Edufal, 2024. p. 385-417.

SIMÕES, Kleber José Fonseca. "Bonecas: faxina depois do desfile": a atuação da Delegacia de Jogos e Costumes de Salvador na prisão dos corpos dissidentes da cisheteronormatividade nos anos de chumbo da ditadura civil-militar brasileira (1968 a 1978). In: RODRIGUES, Rita Colaço; VERAS, Elias Ferreira; SCHMIDT, Benito Bisso (orgs.). *Clio sai do armário*: historiografia LGBTQIA+. São Paulo: Letra e Voz, 2021. p. 131-148.

TEIXEIRA, Marcelo Augusto de Almeida. "Metronormatividades" nativas: migrações homossexuais e espaços urbanos no Brasil. *Áskesis - Revista des discentes do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar*, São Carlos, v. 4, n. 1, p. 23-23, 2015. Disponível em: https://www.revistaaskesis.ufscar.br/index.php/askesis/article/view/8/pdf_2.

TREVISAN, João Silvério. *Devassos no paraíso*: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. Rio de Janeiro: Record, 2007.

TREVISAN, João Silvério. *Devassos no paraíso*: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. 4. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.

VERAS, Elias Ferreira. 'Gay é liberdade': homossexualidades em Maceió (AL) na abertura. In: RODRIGUES, Rita Colaço; VERAS, Elias Ferreira; SCHMIDT, Benito Bisso (orgs.). *Clio sai do armário*: historiografia LGBTQIA+. São Paulo: Letra e Voz, 2021. p. 171-184.

VERAS, Elias Ferreira. *Travestis*: carne, tinta e papel. Curitiba: Editora Prisma, 2017.

VERAS, Elias Ferreira. Repressão e resistência LGBTQIA+ na ditadura civil-militar e na abertura em Maceió-AL. In: ALMEIDA, Anderson S.; TAVARES, Marcelo G. *Pacto de silêncio*: o Golpe de 1964, a ditadura e a transição em Alagoas. v. 2: Cultura, narrativas e trajetórias. Maceió: Edufal, 2024. (No prelo)

VIEIRA, Helena. "Jango Jezebel", fazendo histórias: onde estavam as travestis na ditadura civil-militar no Brasil. In: VERAS, Elias; PEDRO, Joana Maria; SCHMIDT, Benito (orgs.). *(Re)Existências LGBTQIA+ e feminismo na ditadura civil-militar e na redemocratização do Brasil*. Maceió: Edufal, 2023. p. 164-186.

VIEIRA, Paulo. Mobilidades, migrações e orientações sexuais. Percursos em torno das fronteiras reais e imaginárias. *Ex aequo*, Lisboa, n. 24, p. 45-59, 2011.

WOLF, Sherry. *Sexualidade e socialismo*: história, política e teoria da libertação LGBT. São Paulo: Autonomia Literária, 2021.

Discurso médico-midiático sobre o corpo, o gênero e a performance de José João da Conceição (1966 a 1979)

Benan Liel de Morais Silva

Dedico este texto a José João da Conceição, homem forte, nordestino valente, alagoano destemido, como uma tentativa de compensar toda a dor e o sofrimento que ele aguentou por tanto tempo e como um agradecimento por ter se mantido tão firme e inabalável em seus ideais.

Introdução

Este capítulo se propõe a registrar e contar a história de José João da Conceição, um homem que deu à luz uma criança na caatinga alagoana em agosto de 1966, ganhando assim as páginas dos jornais e revistas, país afora e, naturalmente, a atenção do poder cisnormativador (Caio de Souza Tedesco, 2022) da imprensa e da medicina brasileiras. Discutiremos aqui, portanto,

as dimensões discursivas médico-midiática que estas páginas fizeram incidir sobre os fatos midiatizados da vida de João. Ao noticiar o parto, as condições e as mazelas da vida de João, o poder midiático tentou trazê-lo para parâmetros da medicina cisheteronormativa. Não sendo possível isso, fez João ocupar o lugar do a-normal, daquilo que é exótico, abjeto (Judith Butler, 2023; Paul Preciado, 2018). Daí o culpabilizou por sua suposta inadequação que lhe modificou completamente a vida.

O deslocamento simbólico de João se dá de modo gradual, com a veiculação de matérias noticiando, para início, sua gravidez, considerada inusual; depois, sua condição de vítima das circunstâncias, que desencadearam em sua gravidez, seguida das explicações "científicas" para tal fenômeno, até chegarem à condição de aberração atribuída a João. Mesmo ciente do caráter violento dos discursos das reportagens e demais recortes que são a fonte e base para esta pesquisa, a escolha ética e político-metodológica que faço neste texto é a de não chamar João por outro nome que não seja o seu, nem por um gênero que não lhe pertença, bem como a de não ressaltar aquilo que em sua vida tanto o contrariou. Não tenho, pois, intenção de violar a identidade de gênero de João, além do que a mídia já tenha feito, nem tampouco examinar minuciosamente sua intimidade. É o momento de desfazer os equívocos, não de os ratificar.

Selecionei os trechos que melhor ilustrassem as condições da sofrida vida de João, mas deixei deliberadamente de fora os genitalismos mais ostensivos e a maior parte das agressões transfóbicas dos veículos pesquisados, pois tenho como política ética a não revitimização. João não expressou em nenhum momento das páginas que li a seu respeito o desejo de ser tratado no feminino, ou de ser reconhecido por outro que não o nome dado por sua mãe, em seu nascimento. Sendo assim, não pretendo contrariar sua vontade; irei tratá-lo com o respeito que sempre mereceu.

Nas páginas a seguir, falaremos ainda sobre a (des)construção de uma identidade masculina para alguém que não nasceu com testículos e que respaldou sua masculinidade em elementos outros, ainda que não tivesse plena consciência do que fazia, uma vez que crescera desfrutando de uma posição masculina. Falaremos de alguém que não se autodeterminou como transmasculino (Guilherme de Almeida, 2012), mas que pode ser lido como tal, numa aproximação muito maior de sua realidade pessoal do que a produzida pelos veículos midiáticos utilizados nesta pesquisa. João não se autodenominou trans, pois o termo ainda não havia chegado a Lages do Caldeirão em 1966, mas sua conduta é partilhada por aqueles que se identificam como tal.

Pesquisa

Reavivando um interesse antigo a respeito da história transmasculina, nos meses de junho e julho de 2023, perguntei em alguns grupos de mensagens instantâneas se alguém saberia dizer onde, na história alagoana, se encontravam quaisquer registros de transmasculinos que tivessem vivido ou ao menos estado por estas bandas em algum ponto da história. Justifico aqui minha busca, já registrando a ausência dessas marcações identitárias nas fontes mais comumente usadas. Para a história, nós não costumamos existir. Pois sim, incluo-me no recorte: sou um homem trans e quero saber quando e como nós existimos. Porque nós sempre existimos, embora só agora estejamos deixando isso registrado. Assim, calculei que tendo entrado em um grupo de transmasculinos de todo o país e no Grupo de Estudos e Pesquisas em História, Gênero e Sexualidade (GEPHGS), alguém pudesse ter algum material para aplacar minha curiosidade ou, pelo menos, poderia obter indicações de fontes que o fizessem. Recebi nesses grupos algumas respostas, entre as quais sobre José João, que veio a mim em duas reportagens diferentes, de

fontes diferentes, de anos diferentes. Na verdade, só havia um fator em comum entre elas: tratava-se da mesma pessoa e essa era, sem dúvida, uma pessoa LGBTQIAPN+, potencialmente transmasculina.

POLICIA FEMININA PEGOU LADRÕES DOS 27 MILHÕES

100 NOTICIAS populares

MAIOR OPERAÇÃO-LENOCINIO OCORRIDA EM SÃO PAULO

Boca do lixo foi arrasada

FRIO MATOU EM S. PAULO MAIS DOIS

MISTERIO: FUZILADO COM TIRO NA CABEÇA

EIS O HOMEM QUE DEU À LUZ

HOMEM-MÃE PUXOU FACA PARA O PAI DA CRIANÇA

BIQUINI FÊZ O TRANSITO PARAR

MATOU AMIGO POR CAUSA DO DISCO!

ULTIMA NOTICIA

STE DECIDIU: CEDULA UNICA PARA SP E GB

RAIO LANÇADO POR DISCO VOADOR MATOU OS MASCARAS DE CHUMBO!

Figura 1 - Capa do jornal *Notícias Populares*, 27 ago. 1966.
Fonte: Acervo pessoal de Caia Maria Coelho.

GAZETA DE ALAGOAS O Domingo, 3/6/79

A faca na cinta serve como indumentária para Joana.

A faca serve também para atender as exigências...

... de roça em de vida. Joana já fazia um outro brigo.

Maria Joana voltou a ser José Joana

Joana perdeu o filho e a esperança de gerar outro. Depois de seu parto que ficou famoso no País inteiro, até que ela admitiu assumir a posição de mulher. Mas a insegurança que lhe cercou rapidamente, a falta de opções de vida, a ignorância crônica e, sobretudo , o amparo do pai de seu filho - ele se casou com outra mulher e foi morar em Salvador - não deixou escolha: voltou a ser homem.

Vivendo sozinha, Joana aprendeu a fazer apenas as tarefas do campo: carrear , tanger, montar, amansar, marcar, matar, plantar, colher e arar. Com tanta habilidade ela faz isso , que é uma mão-de-obra avaliar disputadíssima. Ganha Cr$ 50 por dia de serviço e trabalha de segunda a sexta-feira, porque o sábado é dia de feira e o domingo é dia de missa.

Quem contrata seus serviços sabe, no entanto, de uma exigência sua: reforçando a alimentação, que é por conta do dono da roça ou do fazendeiro, deve vir uma garrafa de pinga. As bicadas de aguardente são importantes - Joana bebe álcool, como se bebesse a sua própria falta de sorte.

O médico que atendeu Joana mantém o diagnóstico. E explica porque ela foi criada como homem.

O médico Wilson Vieira Costa, de Palmeira dos Índios, que primeiro examinou José Joana ou Maria José Joana, mantém ainda o diagnóstico inicial, só que, agora, pode explicar porque Joana se decidiu pelo sexo masculino. Ela nasceu com uma anomalia - o clitóris substancialmente acentuado - e por ignorância a parteira resolveu anunciá-la como homem.

- "Esses casos de clitóris acentuado não normais, mas naquela época e, precisamente, na zona rural, não passavam de um fenômeno inconcebível e a Joana vítima dessa ignorância", comentou.

EXAME

Quando a notícia de que José Joana havia dado a luz chegou a Palmeira dos Índios, o médico Wilson Costa, acompanhado dos advogados José Branco, Ivan Barros, então correspondente de jornais de Maceió, e o sr. Gideno Lopuso, um dos donos da Rádio Difusora Sampaio, de Palmeira , foram fazer o exame e constaram a anomalia.

- "Naturalmente que eu não estava pensando em encontrar um caso acima do fenomenal. E verdade que a anomalia apresentada representa, de qualquer forma, um fenômeno, a partir de quando o normal é o clitóris menos desenvolvido. Mas o caso de Joana, para mim e outras pessoas mais esclarecidas, não passava de normal", acrescentou o dr. Wilson.

- "O clitóris possui a mesma estrutura anatômica e histológica do pênis" - adianta o médico - "mas você não poderia desejar que uma pessoa do mato, ignorante de berço, tivesse tais informações. Daí a descoberta porque Joana, apesar das características femininas que ela, de qualquer maneira, apresenta, passou a ser criada como homem: a parteira anunciou como sendo homem e, depois do parto de Joana, eu até sugeri que se mudasse para Maria José Joana."

O médico assegura que Joana não tem nenhuma formação orgânica deturpada que mereça estudos, etc. Ele volta a asseverar que o seu problema é apenas a hipertrofia no aparelho genital, "mas eu observo que depois dela outros casos já ocorreram não só aqui em Palmeira dos Índios, como em Maceió, em Recife, no País todo e no mundo."

Dr. Wilson Vieira, o médico que atendeu Maria Joana, jura que já viu outros casos parecidos. E garante que ela é mesmo mulher.

Uma resposta à altura para quem divulgava as brincadeiras contra a Palmeira dos Índios

- "Fazer filho em mulher, é fácil. Agora, fazer filho em homem só cop Palmeira mesmo. Se você quiser ter um, vá pra lá."

Do jeito em que espalharam a notícia, os correspondentes de Palmeira dos Índios tiveram de encontrar, imediatamente, uma resposta à altura para as brincadeiras que se faziam com a cidade, depois do caso de Maria Joana ou José Joana. O advogado José Branco explica:

- "Eu fazia faculdade, nesta época, e era superior geração. Todo mundo gostando a gente, de Palmeira. Aí não era reunião e encontrávamos uma resposta. Só assim as brincadeiras foram cessando."

Mas, para o advogado, a notícia trouxe mesmo amargura para Palmeira , se bem que, de qualquer forma, a cidade, muito bem batizada de "A Princesa do Sertão", tenha ficado muito mais conhecida, além do que já exerce por histórias positivas. Afinal, em Palmeira Graciliano Ramos deu ao Brasil uma lição de administração e até bem pouco tempo suas contas eram as únicas entregue ao Tribunal de Contas rigidamente certas.

O advogado retoma a palavra:

- "Se, ao contrário, a história fosse verdadeira, não havia nada de mais e Palmeira até lucraria, compreende? Por exemplo, se a Joana fosse mesmo homem e tivesse dado a luz , Palmeira iria se tranformar num laboratório. Viriam para cá médicos, cientistas e turistas para verem um fenômeno. Uma coisa realmente espantosa."

Realmente, para se evitar a repercussão da época é bem mais sensível que se mantivesse o "acidente de cavalheiro," como qualifica José Branco a combinação feita para não se noticiar o fato. Porque muitas revistas, enviados especiais de seus jornais (Rio, São Paulo, Bahia, Minas Gerais, Recife, Maceió, etc) recebiam uma torrencial de informações que se aproximavam com o seu médico, que é, dando as contações segundo a medicina e o diagnóstico do dr. Wilson, que ainda vive e trabalha em Palmeira. "mas o que irritava era justamente a contestação que se fazia depois: a gente explicava tudo direitinho e o cara metia o pau no jornal," recorda Branco.

Joana brigou com dois homens. Levou quatro tiros e não morreu.

Quando avisaram a Maria Joana que seu irmão, José, estava sendo ameaçado na Fazenda Lajes, a dona ligou e veio de Caldeirão, ela arranjou um cavalo e saiu em socorro. Quando chegou, seu irmão apontava com umas facadas mortais e ela não teve dúvida, puxou a sua faca e investiu contra o criminoso.

A briga, no entanto, não ficou aí. Foi engrossando, porque surgiu um irmão do criminoso, armado de revólver, que partiu contra Joana, prontamente, para tentar a briga corpo a corpo. Foram dois contra um. Ou melhor, contra uma. Joana enfrentou o primeiro, mas recebeu uma facada no segundo. E assim brigou 15 minutos.

Não é difícil dizer quem ganhou. Dois homens contra uma mulher, mesmo sendo assim a briga. Mas para efeito de compensação da briga, basta imaginar uma coisa: os dois homens deram entrada no Hospital de Palmeira dos Índios com ferimentos a faca. Joana também foi para o Hospital e, além das facadas, tinha quatro tiros de revólver.

Ficou entre a vida e a morte, ou melhor, foi levada morta e, no caminho, morreu com dificuldade, dando ar de que ainda estava viva. Quem a conduziu acertou o carro para sabedia. Ficou 15 dias no hospital e conseguiu se recuperar. No 17º dia estava trabalhando na roça e ainda fez uma diligência, por conta própria, para encontrar seus criminosos. Queria terminar a briga, na certa.

Depois disso, caso, a fama de Joana violenta cresceu de maneira que ela pôde impor um respeito diferente pelo que chamo: Ninguém ousa jogar-lhe uma brincadeira e, portanto, está justificado porque ninguém aceitou ajudar a reportagem a localizá-la.

- "Nem todo homem bota pra Maria, não. Se botar tem que pagarar a briga. E ela não se separa da faca. Pode notar. Aquela faca é a norma com que ela fanga as cabras no Lajes", adverte Zé Antônio, um amigo fiel de Maria Joana.

Zé Branco: ajudou a divulgar a notícia, mas tratou de arranjar desculpa para as piranças.

Figura 2 - Página do *Gazeta de Alagoas*, 3 jun. 1979.
Fonte: GEPHGS.

Recebi a reportagem de 1966 do jornal *Notícias Populares* (Fig. 1, à esquerda), do grupo do Instituto Brasileiro de Transmasculinidades (Ibrat), sendo dito a mim que fazia parte da pesquisa de Caia Maria Coelho – sobre pessoas transvestigeneres na história. A segunda reportagem (Fig. 2, à direita) é do *Gazeta de Alagoas*, de 1979, onde João contava o que acontecera à sua vida desde o pico de popularidade que lhe ocorreu em 1966, após o nascimento de sua criança. Essa referência me foi fornecida pelo pesquisador professor dr. Elias Veras, por meio do grupo de pesquisa GEPHGS-Ufal.

Ao analisar, com mais cuidado, o conteúdo das matérias, inclusive as fotos, concluí que havia uma chance significativa de se tratar da mesma pessoa. Para confirmar minha suposição, pus-me a buscar mais informações sobre João e sua história. Busquei na internet e me pus em contato com alguns pesquisadores que levantaram dados a esse respeito ou desse período. Entre eles, destaco Leonardo Tenório, que me enviou seu artigo sobre transmasculinidades na história do século XX (Leonardo Farias Pessoa Tenório; Luciano Palhano, 2022), e Caia Maria Coelho que não apenas compartilhou o material que já possuía comigo, como foi pessoalmente ao Arquivo Público do Estado de São Paulo (Apesp), uma vez que o arquivo do jornal *Notícias Populares* não chegou a ser digitalizado.

Logo descobri que havia sido feita uma série de cordéis a respeito da história de João, o que foi posteriormente confirmado pela reportagem do *Suplemento Literário* de 16 de maio de 1970, onde é descrita a existência de pelo menos quatro obras, feitas entre os anos de 1966 e 1967 sobre o ocorrido, como *O vaqueiro que virou mulher e deu à luz*, de Manoel D'Almeida, e outros de autores um pouco mais famosos, como o de Carlos Drummond de Andrade, por exemplo, em *A estória de João-Joana*, sendo este o único cordel de sua carreira, publicado no *Correio da Manhã*, em 31 de agosto e 02 de setembro de 1966, e posteriormente reunido

em seu livro *Versiprosa*: crônica da vida cotidiana e de algumas miragens, em 1967.

Esses primeiros achados me contavam uma história enviesada e bem pouco elogiosa sobre João e seus feitos. Parecia faltarem-me muitos elementos, mas o principal deles: faltava João. Esses achados sempre partiam do caráter aberrativo da paternidade de João e da sua ultrajante "vontade de ser o que não era", mas não havia nem um par de linhas sobre o que João pensava daquilo tudo.

Sem nada mais encontrar *on-line* e sem tempo para me dedicar à busca da história completa, resolvi tentar a sorte e perguntar a meu cunhado e a um par de colegas que moravam na região, para confirmar a existência de João naquela localidade, ou, ao menos, saber se o dito cujo estaria vivo ou morto. Os retornos desta busca me intrigaram ainda mais. O primeiro, um colega que estuda Psicologia na turma egressa em 2023.1 na Universidade Federal de Alagoas (Ufal), a quem chamarei de Marcos. Ele informou que perguntara em sua família, que nada sabiam do ocorrido, mas que, pesquisando um pouco mais, descobriu um blog que contava a história de João. Marcos me encaminhou o endereço eletrônico e logo descobri se tratar de um texto raso, superficial e impreciso, mas, ao menos, me confirmava que o caso havia se dado por aquelas bandas, usando fontes e fatos que me eram conhecidos, confirmando inicialmente minhas suspeitas.

Meu cunhado, a quem chamarei de Valter, tornou-se uma fonte bem mais rica de informações: a princípio, ficou não apenas intrigado, mas também curioso, sabendo que eu não lhe apresentaria um caso falso. Ele disse que só sossegaria quando encontrasse o paradeiro de João, ou, ao menos, alguém que o tivesse visto ou soubesse de sua existência. E assim o fez. Buscou entre os conhecidos de sua família, porque não morava ali há tempo o bastante para conhecer a história, senhores de mais idade que pudessem ter cruzado com João ou mesmo que tives-

sem um *causo* para contar sobre ele. E achou. A fonte, no entanto, desejando permanecer no anonimato, será aqui chamada de *Seu Biu*. Este contou a Valter, que gravou a conversa e me enviou a gravação, a história de um momento de sua vida em que havia perdido um par de bois dos quais o pai o mandara no encalço. Seguindo os bichos caatinga adentro, foi sendo levado até os limites de uma propriedade na qual, disseram-lhe, um "cabra que tinha embuchado" vivia. Ao tentar entrar na propriedade para buscar os ditos bois, que lhe haviam informado terem tomado aquele rumo, levou foi "chumbo grosso no traseiro" e saiu "com dois quentes e um fervendo" – e sem os bois. Seu Biu contou ainda que não levaria ninguém lá, nem conhecia quem aceitasse levar, pois todos tinham medo do *cabra*.

Outra fonte muito frutífera encontrada foi a avó de um amigo a quem chamarei de Dom, o neto, e dona Magal, a avó. Segundo disse dona Magal ao neto, quando moça, morava há poucas casas de distância de João e sua família. Ao neto, Dom, que gravou a conversa e me enviou, disse ainda que João era um "home que botava medo nos cabra tudo", que era alguém com quem poucos tinham coragem de mexer, dada a inclinação do *cabra* à violência e à sua pequena margem a brincadeiras e desafetos. Dona Magal contou que na época do parto de João, o pequeno vilarejo de cerca de cem habitantes ficou "fruviando" de gente, de repórteres, médicos e mais curiosos, principalmente. Mas que tal agitação não durou muito, pois logo João "se arretou" e se pôs a correr com a peixeira "arriba e abaixo".

Provido desses relatos e em "quarentena" com suspeita de Covid-19, entre os dias 7 e 14 de outubro de 2023, dediquei-me a esquadrinhar cada jornal da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional (BNDigital), a fim de achar quando, exatamente, João havia dado à luz, como a criança havia nascido e como havia sido seu período de resguardo. Comecei a buscar por diferentes combinações das palavras: "Palmeira dos Índios", "Lages Caldeirão",

"Lajes Caldeirão", "luz", "homem", "mulher", "filho", "José", "João", "Joana", "lavrador" e "vaqueiro". Dessas buscas resultaram 26 reportagens, colunas e/ou manchetes de capa: sete no jornal *Luta Democrática: Um jornal de luta feito por homens que lutam pelos que não podem lutar*, da cidade do Rio de Janeiro, RJ, publicadas entre 24 de agosto a 11 de outubro de 1966; quatro no *Correio da Manhã*, da cidade de Rio de Janeiro, entre 31 de agosto e 4 de outubro de 1966; uma no *Diário da Manhã*, da cidade de Recife, PE, no dia 29 de agosto de 1966; uma no *Diário de Natal*, da cidade de Natal, RN, de 24 de agosto de 1966; uma na revista *Jóia, Revista Feminina Quinzenal*, da cidade de Rio de Janeiro, de dezembro de 1966; cinco no *Jornal do Brasil* da cidade do Rio de Janeiro, entre 23 e 28 de agosto de 1966; uma na revista *Manchete*, da cidade do Rio de Janeiro, em 12 de setembro de 1966; uma n'*O Diário de Pernambuco*, da cidade de Recife, PE, em 27 de agosto de 1966; uma n'*O Estado*, da cidade de Florianópolis, SC, em 24 de agosto de 1966; uma n'*O Fluminense*, da cidade de Rio de Janeiro, em 28 de agosto de 1966; uma na revista *O Cruzeiro*, da cidade de Rio de Janeiro, em 12 de setembro de 1966; uma no *Diário de Notícias*, da cidade de Rio de Janeiro, em 20 de agosto de 1967; e uma no *Suplemento Literário* da cidade de São Paulo, em 16 de maio de 1970. A meu pedido, a reportagem do jornal *Notícias Populares*, da cidade de São Paulo, foi pessoalmente localizada por Caia Coelho em novembro de 2023 em visita ao Museu de História Nacional em São Paulo e cedida para a composição deste acervo. Os acréscimos foram de seis outros recortes, entre os dias 27 e 30 de agosto de 1966. E aqui ainda se soma o achado do grupo de pesquisa GEPHGS do *Gazeta de Alagoas*, da cidade de Maceió, AL, em 3 de junho de 1979. Totalizou-se, assim, 34 itens de publicações periódicas (verificar Anexo I) em quinze veículos de imprensa, de sete cidades e cinco estados. As transcrições das matérias foram organizadas em 34 páginas de texto corrido e as entrevistas informais enviadas a mim por amigos e parentes totalizaram mais três páginas.

José João da Conceição

José João da Conceição, 19 anos, era um jovem lavrador, vaqueiro e amansador de burro bravo, mão de obra disputadíssima na região onde vivia, no ano de 1966, no povoado de Lages do Caldeirão, na zona rural do município de Palmeira dos Índios, agreste alagoano. Sua vida transcorria tão agradável quanto era possível: ia ao forró paquerar as meninas da região; apostava seu suado ordenado em boas partidas de baralho; bebia a sagrada pinga com seus companheiros no botequim; ao fim da noite, voltava para o abrigo da casa de um só cômodo em taipa batida, que compartilhava com seus dois irmãos. Dentro das possibilidades de sua cercania, vivia uma boa vida, até que no dia 21 de agosto de 1966 , depois de meses de uma "inchação" contínua, o rapaz teve uma intensa dor de barriga, sendo prontamente aconselhado a tomar o mais forte laxante da região e ir-se para o mato. Mas as necessidades que lhe impunha seu corpo eram outras. Estranhando a demora do irmão, Maria da Conceição e um par de vizinhos partiram em sua procura, encontrando-o, meio desfalecido, próximo ao riacho, com um bebê, ainda preso ao cordão umbilical, aninhado em seu colo. O vaqueiro havia dado à luz e iniciava-se assim a história que revolveria as ânsias e os âmagos de pessoas que jamais viram ou ouviram a voz desse nordestino.

Ou, ao menos, foi a história que consegui subtrair das muitas reportagens, cordéis, colunas e crônicas que reuni, mas é difícil precisar todas as informações, porque as fontes, por mais detalhadas que fossem, não conseguiram entrar em consenso sobre coisas simples como, por exemplo, o nome do dito cujo. Ao todo, foram quatorze formas diferentes usadas para se referir a este mesmo cidadão. José João da Conceição, no entanto,

parece ser a forma como fora nomeado pela mãe[60], reconhecido pela família e autorreferenciado, critérios de seleção utilizados para nomeá-lo aqui. As ambiguidades e duplicidade de informações sobre o caso não se resumiram, no entanto, às muitas formas de nomear João.

Figura 3 - Casa onde João vivia em agosto de 1966
Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional (BNDigital).

60 A criança teria nascido com um clitóris aumentado e grandes lábios edemaciados, o que poderia explicar a designação masculina. A outra hipótese é a de que a mãe tenha mantido a identidade de gênero do filho, visando dar ao menino uma vida menos difícil e mais economicamente viável.

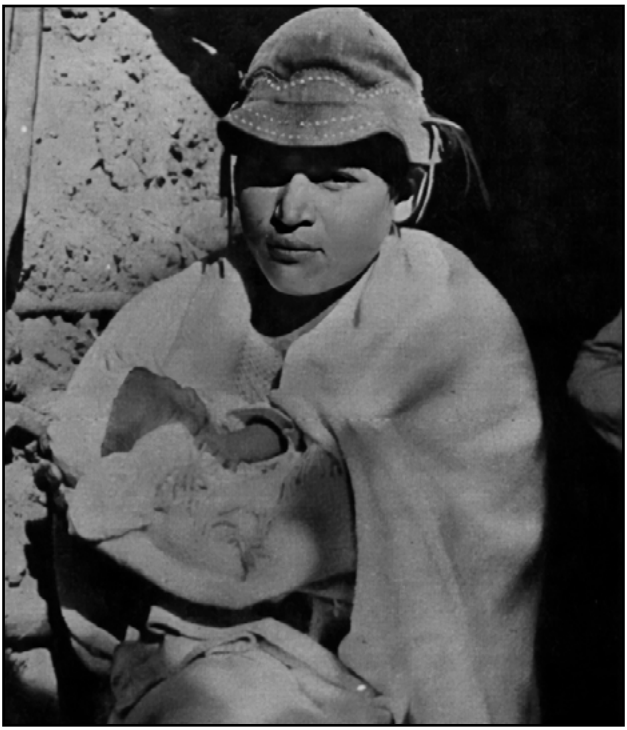


Figura 4 - João com o bebê
Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional (BNDigital).

As ambiguidades que cobrem todas as notícias do caso não tratavam unicamente do caráter afirmativo de gênero com os quais se referiam a João, mas do caráter verídico de onde supunham os fatos, de modo que não é possível precisar com segurança fato algum, exceto pelo fato de João ter parido uma criança sozinho na caatinga. Quem o achou, quem o socorreu, como estava a criança, como se deu esse socorro, o que houve depois, é uma série de acontecimentos mais ou menos ancorados na realidade. Tentei organizá-los com base nos relatos que surgiram em diferentes fontes, dando prioridade aos trechos em que João foi escutado.

Após ser rejeitado pelo outro pai da criança – que posso concluir chamar-se José Adilson, mas sobre quem os jornais não entram em consenso sobre ser uma menina ou um menino, nem sequer sobre se teria nascido viva ou morta –, João teria sido expulso por seu irmão Antonio Cazuza da casa que dividia com seus outros irmãos. Cazuza se justifica por não querer uma "mulher sem marido" dentro de sua casa. No entanto, também há discrepância sobre o motivo de sua saída estar ligado ao fato de João não se deixar limitar pelos costumes femininos, impostos pelo irmão, após seu parto. João ainda teria voltado a trabalhar depressa e teria tido seu salário cortado pela metade, embora trabalhasse tanto quanto ou mais que os mesmos homens que antes eram seus amigos e companheiros de pinga, mas que agora caçoavam dele pelas costas. Tendo o dobro de bocas para alimentar e metade do salário, não me espantou saber que, dois meses após o nascimento do bebê, João tivesse caído em um golpe de um circo que lhe ofereceu uma boa vida para a criança se ambos fossem com a trupe se apresentar em São Paulo. Logo após ter embarcado no carro da companhia circense, arrependeu-se e foi sequestrado com o bebê no colo.

Quase treze anos depois de ter parido uma criança, sozinho, no meio da caatinga; ser exposto para o país inteiro como um animal exótico; ter seus órgãos íntimos inspecionados por dezenas de curiosos vestidos de branco; ter sua identidade invalidada de todas as formas que alguém pudesse ter; ter quebrado o resguardo para correr atrás de pessoas que viajaram dezenas de quilômetros para unicamente lhe fazer troça; ter sido sequestrado por acreditar que poderia sair da miséria onde crescera, João ainda não havia visto o pior do que as pessoas e o cistema (Letícia Nascimento, 2021) podem fazer.

Segundo a reportagem de junho de 1979, do *Gazeta de Alagoas*,

> ~~Joana~~ (João) perdeu o filho e a esperança de gerar outro. Depois de seu parto que ficou famoso no país inteiro, até que ela(e) admitiu assumir a posição de mulher. Mas a insegurança que lhe cercou rapidamente, a falta de opções de vida, a ignorância crônica e, sobretudo, o amparo do pai de seu filho – ele se casou com outra mulher e foi morar em Salvador [BA] – não deixou escolha: voltou a ser homem.
>
> Vivendo sozinha(o), ~~Joana~~ (João) aprendeu a fazer apenas tarefas do campo: carrear, tanger, montar, amansar, marcar, matar, plantar, colher e arar. Com tanta habilidade ela(e) faz isso, que é uma mão-de-obra avulsa disputadíssima. Ganha Cr$ 50 por dia de serviço e trabalha de segunda a sexta-feira, porque sábado é dia de feira e domingo é dia de missa.
>
> Quem contrata seus serviços sabe, no entanto, de uma exigência sua: reforçando a alimentação, que é por conta do dono da roça ou do fazendeiro, deve vir uma garrafa de pinga. As bicadas de aguardente são importantes – ~~Joana~~ (João) bebe álcool, como se bebesse a sua própria sorte (*Gazeta de Alagoas*, Maceió, 3 jun. 1979, p. 7).

O texto ainda aponta que

> Quando avisaram ~~Maria Joana~~ (João) que seu irmão, José[61], estava sendo esmurrado na Fazendo Laje, a duas léguas e meia de Caldeirão, ela arranjou um cavalo e saiu em socorro. Quando chegou, seu irmão agonizava com umas facadas mortais e ela(e) não teve dúvida: puxou a sua faca e investiu contra o criminoso.

61 Não há outros indícios de que haja um irmão de nome "José", apenas o já mencionado Antonio Cazuza. O "José" que parece constar seria o filho: José Adilson. Meu palpite é que o menino tenha sido a vítima da emboscada.

> A briga, no entanto, não ficou por aí. Foi engrossando, porque surgiu um irmão do criminoso, armado de revólver, que partiu contra ~~Joana~~ (João), primeiramente, para tentar a briga corpo a corpo. Eram dois contra *um*. Ou melhor, contra uma. Joana esmurrou o primeiro, mas recebeu uma facada do segundo. E assim brigou 15 minutos.
>
> Não é difícil dizer quem ganhou. Dois homens contra uma mulher, mesmo sendo assim a briga. Mas para efeito de comparação da briga, basta imaginar uma coisa: os dois homens deram entrada no Hospital de Palmeira dos Índios com ferimentos a faca. Joana também foi para o Hospital e, além das facadas, tinha quatro tiros de revólver.
>
> Ficou entre a vida e a morte, ou melhor, foi levad~~a~~(o) pela morte e, no caminho, respirou com dificuldade, dando ar de que ainda estava viv~~a~~(o). Quem ~~a~~(o) conduziu acelerou o carro para salvá-l~~a~~(o). Ficou 15 dias no hospital e conseguiu se recuperar. No 17º dia estava trabalhando na roça e ainda fez diligência, por conta própria, para encontrar seus inimigos. Queria terminar a briga, na certa.
>
> Depois desse, caso, a fama de ~~Joana~~ (João) violent~~a~~(o) cresceu de maneira que el~~a~~(e) pôde impor um respeito diferente: pelo machismo. Ninguém ousa jogar-lhe uma brincadeira e, portanto, está justificado porque ninguém aceitou ajudar a reportagem a localizá-l~~a~~(o) (*Gazeta de Alagoas*, Maceió, 3 jun. 1979, p. 7).

Masculinidade: o gênero que nomeia, limita e rotula

Analisando o conjunto do acervo reunido, foi constatado que, além das quatorze formas diferentes de chamar João, 69 foram as vezes em que os veículos lhe trataram por um nome feminino e 133 outras por nomes masculinos. Ainda assim, a identidade de gênero de João foi desrespeitada na imensa maioria das ve-

zes, tendo apenas duas reportagens sido concluídas sem chamar João por nome feminino, referir-se a ele com esses pronomes e/ou chamá-lo de mulher. As palavras "vaqueiro" ou "lavrador" aparecem 47 vezes para descrever os hábitos, profissão ou companhias de João; em oposição, "regras mensais", "vestido" ou "camisolas" somadas surgem apenas dezoito vezes. Afinal, "a fama de ~~Joana~~ (João) violent~~a~~(o) cresceu de maneira que el~~a~~(e) pôde impor um respeito diferente: pelo machismo." (*Gazeta de Alagoas*, Maceió, 3 jun. 1979, p. 7). Os marcadores de gênero utilizados para descrever hábitos, "comportamentos psicológicos" ou "temperamentos" de João são *todos* citados no masculino, ainda que as reportagens chamem João de nomes e pronomes femininos, colocando-o em lugar de performance de gênero masculina.

Não importando o quanto a performance de "macho" de João fosse convincente, e o era, nenhum dos seus feitos viris assegurou-o no espectro da masculinidade hegemônica; a suposta "Verdade do Sexo" vinha "desmascarar" sua "ilusão". A cisheteronorma (Viviane Vergueiro, 2012) se manifesta em sua faceta mais literal. Uma vez estabelecida a *verdade normal*, não há margem ao questionamento. A normalidade do Cistema (Nascimento, 2021; Tedesco, 2022) precisa ser sempre (re)estabelecida:

> O padrão 'normal' deriva de uma lógica colonial, de uma lógica do homem branco, cisgênero, heterossexual, endossexo, sem deficiência e que segue o padrão de masculinidade dominante, opressiva, que subalterniza corpos destoantes de suas normativas (Bruno Latini Pfeil; Cello Latini Pfeil, 2021, p. 161).

Como argumentam Bruno e Cello Latini Pfeil, enquanto escondidos pelo manto da *passabilidade*, João, eu ou os próprios autores citados, permanecemos seguros na "apresentação de uma leitura social cisgênera e heterossexual [que] protege de

determinadas violências e leva à ocorrência de outras" (Pfeil; Pfeil, 2021, p. 171). Encobertos pela virilidade e pela macheza nordestina, podemos até começar a acreditar fazer parte desse mundo, incógnitos e camuflados no cistema, de modo a não nos darmos conta de que "[...] a necessidade de ser lido como homem cis para ser respeitado é, por si, uma opressão." (Pfeil; Pfeil, 2021, p. 167).

Produzindo e reproduzindo a masculinidade hegemônica, que aprendeu como única possível, João caiu na própria armadilha fundante da cisgeneridade (Pfeil; Pfeil, 2023): acreditou ser parte de um sistema no qual jamais fomos ou seremos aceitos em nossa plenitude e aqui não lhe faltaram fontes "neutras" e "imparciais" a "provar" o quão errado estava.

> Embargada em silêncio, a cisgeneridade permanece universal e natural, perpetuando seu pacto narcísico do silêncio – que não é assim tão silencioso. É por meio desse silêncio descritivo que a cisgeneridade compactua. Silenciando seu nome, nos nomeia, sem deixar rastros (Pfeil; Pfeil, 2023).

A verdade do sexo: o poder médico-midiático que valida subjetividades generificadas

As palavras "hermafrodita" ou "hermafroditismo" foram usadas 39 vezes para referir-se a João ou lhe negar a condição; as palavras "mulher" e "muié" foram repetidas 121 vezes, enquanto "homem" ou "home" aparecem 165 vezes. As palavras "sexo" ou "sexuais" circularam 35 vezes nos discursos médico-midiático. Embora incapazes de entrar em consenso sobre o gênero de um bebê recém-nascido que dera início a todo esse furdunço, aqueles jornais tiveram muitas certezas a oferecer sobre o "verdadeiro" sexo de João, sobre como ele deveria viver sua vida e sobre

quão *legítimos* esses fatores seriam para o próprio e para aqueles que teriam sido "enganados" pela "farsa" de João. E embora bom meio século os separe, as reações desse aparato midiático são absurdamente parecidas com as que foram despertadas na ocasião da morte natural de Lourival Bezerra de Sá. O Brasil inteiro conheceu Lourival numa reportagem especial como um perigosíssimo senhor idoso de 78 anos *morto* em 2018 *e preso* em um necrotério por quase seis meses após o óbito, para que fosse averiguada "a verdade" sobre sua identidade (Jow Araújo, 2022). O que, é claro, nem sua família nem amigos saberiam dizer, cabia à mídia *revelar*.

Em nome dessa entidade onipresente e onisciente – a *cisheteronorma* –, foi retirada a dignidade e a paz do descanso do corpo morto de Lourival. E em nome dessa mesma entidade se destruiu a paz, a dignidade e a própria vida de José João da Conceição. Fica o questionamento: se nem meio século resguardou a vida de João e a morte de Lourival, o que resguardaria, por exemplo, a minha? A masculinidade performada (Butler, 2023) por João não se apresenta como questionável até que culmina na ação mais incompatível possível com a masculinidade: o ato de parir. A ocupação do lugar de cabra-macho é plena e irrestritamente comprometida pelo hediondo ato de gerar outra vida, mas ainda "É importante destacar que a masculinidade é histórica, não está dada, ela é um devir, 'um fazer', um não-lugar, um processo incompleto que se opera na sua maioria de forma violenta. [...]" (Natanael de Freitas Silva, 2015, p. 15-16). Se a virilidade, a brutalidade e a retidão do ser nordestino não suportam a sua coexistência com a esfera cuidado, onde entraríamos nós, os homens que podem gerar em si outras vidas? Mais especificamente, nós, os nordestinos, somos tão áridos que o nosso sertão? Ou somos menos dignos por abrigarmos em nós outro ser? Natanael de Freitas Silva argumenta que

> [...] o tipo nordestino é uma amálgama de vários tipos desenhados com atributos masculinos, ou seja, o sertanejo, o brejeiro ou praieiro, o vaqueiro, o jagunço, o caboclo, o senhor de engenho. Todos esses tipos se relacionavam com os códigos sociais da época atribuídos aos homens. "Homens anônimos, sem rosto, nômades, desterritorializados, [...] homens sem identidade, mas tão fundamentais na criação de uma identidade para o nordestino".
>
> [...]
> Portanto, o nordestino é um efeito das relações de poder, um sujeito histórico relevante na compreensão dos conflitos regionais no Brasil do século XX. [...] (Silva, 2023, p. 18, 20).

Quando "[...] a homofobia, a transfobia e a misoginia [aparecem] como efeitos de uma sociedade androcêntrica que tende a excluir tudo que se refere às mulheres ou possa ser associado a elas. [...]" (Silva, 2023, p. 14-15), João é transferido do local simbólico de nordestino-cabra-macho-amansador-de-burro-bravo ao de pessoa frágil e delicada que deu à luz, precisa de cuidado, roupas novas e afastamento da aridez do sertão. Mais do que isso, a figura de João é desnaturalizada na figura do aberrativo e desumanizada na chacota, no exotismo, como aliás, "[...] Em quase todos os textos jornalísticos da primeira metade do século XX, as pessoas trans eram retratadas de modo sensacionalista, com títulos chamativos intencionalmente escritos para atrair atenção ao polêmico acontecimento. [...]" (Tenório; Palhano, 2022, p. 69).

Se, como Michel Foucault (2012) argumenta, o discurso produz a verdade que nomeia, então seria esta mídia que nomeia e classifica João produtora da verdade que afirma buscar? Ou seria ela mero veículo para a suposta verdade de outrem se instalar? O gênero construído por João ao longo de quase duas dé-

cadas é menos verdadeiro que o que está inscrito e impresso nas páginas que consultei? Por quê? Por que ele expulsou de seu corpo um outro ser humano e o amamentou? Isso imediatamente anula todos os esforços de todo uma vida em tornar-se o melhor vaqueiro da região? Se a criança não tivesse nascido, ele permaneceria com seu gibão e peixeira intactos, sem ser incomodado, para o resto da vida?

Para além da miséria que cobria cada pé de planta com que cruzou em suas duas primeiras décadas de vida, as desgraças da vida de João não parecem ter na mídia sua única ou mesmo a principal responsável. Das 24 reportagens pesquisadas, dezessete faziam menções a opiniões médicas, três das quais consultaram não um, mas dois médicos para que opinassem a respeito do caso de João. Foram citados ao todo sete profissionais da medicina repetidos entre as reportagens, dentre os quais vamos destacar Wilson Vieira Costa (1933-2022), visto seu impacto na vida de João. Esse médico atendeu João pela primeira vez em 1966; concedeu uma entrevista à emissora de rádio local, na qual diagnosticou-o como "hermafrodita" (*intersex*[62]); voltou atrás quando o colega e chefe da unidade de saúde foi a Lages fazer um novo exame em João; e também foi consultado para a reportagem treze anos depois, quando inclusive fornece detalhes da vida e dos órgãos sexuais de João, sem qualquer pudor.

No corpo dos textos pesquisados, a palavra "parteira" é mencionada dez vezes, enquanto "médico" ou "doutor" aparecem 75 vezes. Num lugar onde a chegada de um automóvel era evento social, é curioso que tanta atenção tenha sido chamada para João e ainda assim, o bebê tenha se alimentado de leite aquecido em uma lata de sardinha sobre fogo à lenha ao seu lado:

62 Escolhi a em inglês por esta preservar a essência da ausência de gênero no sentido de não ter um artigo definindo o fim do termo.

> UMA CASA PARA ~~JOANA~~ (JOÃO)
> Para que se tenha uma ideia do impressionante quadro de desprezo em que se encontram ~~Joana~~(João) e seu filho basta dizer que o leite do recém nascido é fervido numa lata de sardinha, fumaçada e utilizando fogo de lenha. A choupana tem apenas uma porta na frente, uma meia-parede dividindo dois compartimentos com menos de dois metros e possuindo apenas uma cama em deplorável condições, sobre caixões vazios, onde ~~Joana~~(João) Conceição cumpre seu resguardo e que serve de berço para o filho. [...] (*Diário de Pernambuco*, Recife, 27 ago. 1966, p. 2).

Wilson é mencionado ou citado em quinze das dezessete reportagens em que a opinião médica é trazida, chegando a ter o nome confundido com o segundo pai da criança, a quem não citarei por questão de princípios éticos. Nas entrevistas que deu (não foram muitas), e depois da gafe cometida na rádio local, aparece quase sempre como a figura que a) nega o hermafroditismo de João e b) garante que o organismo de João apresentaria uma mera "anomalia", como mostra a reportagem de 1979:

> O médico Wilson Vieira Costa, de Palmeira dos Índios, que primeiro examinou José Joana ou Maria Joana, mantém ainda o diagnóstico inicial, só que agora, pode explicar porque Joana se definiu pelo sexo masculino. Ela nasceu com uma anomalia – o clitóris substancialmente acentuado – e por ignorância a parteira resolveu anunciá-la como homem.
>
> [...] Quando a notícia de que José Joana havia dado a luz, chegou a Palmeira dos Índios, o médico Wilson Costa, acompanhado dos advogados José Branco, Ivan Barros, então correspondente de jornais de Maceió e o sr. Gileno Sampaio, um dos donos da Rádio Educadora Sampaio, de Palmeira, foram fazer o exame e constataram a anomalia.

> "Naturalmente que eu não estava pensando em encontrar um caso acima do fenomenal. E verdade que a anomalia representa, de qualquer forma, um fenômeno, a partir de quando o normal é o clitóris menos desenvolvido. Mas o caso de Joana, pra mim e outras pessoas mais esclarecidas, não passava de normal", acrescentou o Dr. Wilson.
>
> "(...) Daí a descoberta porque Joana, apesar das características femininas que ela, de qualquer maneira, apresenta, passou a ser criada como homem: a parteira anunciou como sendo homem e, *depois do parto de Joana, eu até sugeri que se mudasse para Maria José Joana.*"
>
> O médico assegura que Joana não tem nenhuma formação orgânica deturpada que mereça estudos, etc. Ele volta a asseverar que seu problema é apenas a hipertrofia no seu aparelho genital, "mas eu observo que depois dela, outros casos já ocorreram não só aqui em Palmeira dos Índios, como em Maceió, em Recife, no País todo e no mundo (*Gazeta de Alagoas*, Maceió, 3 jun. 1979, p. 7).

No trecho "depois do parto de Joana, eu até sugeri que se mudasse para Maria José Joana." (*Gazeta de Alagoas*, Maceió, 3 jun. 1979, p. 7), fica claro o pouco-caso com que foi tratada a pessoa de João, além do que o lugar de poder estava sendo colocado na figura do operador da medicina, afinal, o que lê alguém ao pressupor que cabe a ele determinar como outro alguém vai se chamar? Que tipo de poder é outorgado a esse ser para que ele se sinta confortável em determinar como um novo ser será lido e como será tratado pelo resto de sua vida?

Considerações finais

O discurso veiculado pelos recursos midiáticos foi, em sua maioria, prejudicial a João: destratou-o; fez com que ele pare-

cesse mentalmente incapaz, doente e uma figura aberrante. No entanto, essa mesma mídia, através sobretudo do reforço científico da medicina, moldou a opinião pública sobre João; para tanto, nomeou aquilo do que não se havia ouvido falar, aquilo que, de certa forma, não chegava a existir, até que o nascimento do bebê de João se tornou público com ele – o conceito de um vaqueiro grávido. A masculinidade de João nunca esteve em dúvida até o nascimento da criança. A construção de sua identidade, baseada no árido sertão nordestino, se deu em meio às dificuldades da seca, mas ali ainda encontrou uma forma de exercê-la de modo a impor respeito na região, até que tudo ruiu após o parto de seu filho.

Mesmo a melhor e mais máscula performance de João não pôde mantê-lo no espectro da masculinidade, embora nada, além da própria gravidez motivadora de todo esse estudo, o tivesse posto tampouco no espectro da feminilidade. O discurso médico-midiático impôs a João uma identidade que não lhe pertencia, mas que, após seu parto, foi considerada como a única verdadeira, a correta. Aquela legitimada pelo poder médico, a única possível.

As transmasculinidades surgem como uma outra possibilidade para pessoas como João e eu. Possibilidades outras de existência que não estão de acordo com a norma vigente, que podem transpassá-la. Transformá-la em um outro devir possível, em que a vida de alguém como João não precisaria ser limitada pela biologia, mas apoiada nela.

Benan Liel de Morais Silva é arquiteto e urbanista formado pela Universidade Federal de Alagoas, integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas em História, Gênero e Sexualidade (GEPHGS). Coordenador, em Alagoas, do Instituto de Transmasculinidades. Um homem trans, nordestino, pcd, neurodiverso, tio de dois serumaninhos lindos, pretendente a psicólogo e artivista pelos direitos humanos enquanto respirar. E-mail: benan.morais@gmail.com.

Referências

ARAÚJO, Jow. *"O segredo de Lourival"*: uma netnografia sobre corpo, dissidências e normatividades em Mato Grosso do Sul. 2022. 107f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Sociocultural) - Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2022.

ALMEIDA, Guilherme de. 'Homens trans': novos matizes na aquarela das masculinidades? *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 20, n. 2, p. 513-523, maio/ago. 2012. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ref/a/wkWvfpf58vHyvr35KTZyvtr/abstract/?lang=pt.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero*: feminismo e subversão de identidade. 10. ed. Tradução de Renato Aguiar. São Paulo: Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, Judith. *Desfazendo gênero*. Tradução de Aléxia Bretas e outros. São Paulo: Editora Unesp, 2023.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

NASCIMENTO, Letícia. *Transfeminismo*. São Paulo: Jandaíra, 2021.

PFEIL, Bruno Latini; PFEIL, Cello Latini. Da sombra da cisgeneridade a subjetivações transmasculinas. In: PFEIL, Bruno; VICTORIANO, Nathan; PUSTILNICK, Nicolas (orgs.). *Corpos transitórios*: narrativas transmasculinas. Salvador: Diálogos, 2021. p. 157-175.

PFEIL, Bruno Latini; PFEIL, Cello Latini. O pacto narcísico da cisgeneridade. *Revista Estudos Transviades*, 2023. Disponível em: https://revistaestudostransviades.wordpress.com/ensaios-colunas/.

PRECIADO, Paul B. *Testo Junkie*: sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica. 4. ed. São Paulo: n-1 Edições, 2018.

SILVA, Natanael de Freitas. Historicizando as masculinidades: considerações e apontamentos à luz de Richard Miskolci e Albuquerque Júnior. *História, histórias*, Brasília, v. 1, n. 5, p. 7-22, 2015. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/hh/article/view/10826/9507.

TEDESCO, Caio de Souza. *Não se nasce homem, torna-se*: a emergência das transmasculinidades e o espaço biográfico de João Walter Nery (1950-1988). 2022. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2022.

TENÓRIO, Leonardo Farias Pessoa; PALHANO, Luciano. Breve histórico das transmasculinidades no Brasil no século XX e início do século XXI. *Revista Estudos Transviades*, v. 3, n. 5, p. 66-82, jun. 2022.

VERGUEIRO, Viviane. Pensando a cisgeneridade como crítica decolonial. In: MESSEDER, Suely; CASTRO, Mary Garcia; MOUTINHO, Laura (orgs.). *Enlaçando sexualidades*: uma tessitura interdisciplinar no reino das sexualidades e das relações de gênero [online]. Salvador: EdUfba, 2016. p. 249-270. DOI: https://doi.org/10.7476/9788523218669.0014.

"Maceió grita socorro!": violências contra pessoas LGBTQIAPN+[63] *no Jornal de Alagoas (1970)*

Harmie A. da Silva

Introdução

Quem mandou morrer
Quem mandou matar
(Júnior está morto)
(Linn da Quebrada e
Ventura Profana, 2021)

Os anseios que me levaram a escrever este capítulo atravessam os meus medos de não existir numa realidade próxima dos meus, corpos que estão lutando em busca de uma justiça historicamente falha. Mas, o que as ruas, bairros, avenidas e a imprensa de Maceió falam sobre nós, pessoas LGBTQIAPN+ de Alagoas?

63 O termo LGBTQIAPN+ foi utilizado porque traz um sentido de maior compreensão a respeito das pessoas em questão. Ainda que o termo não existisse na década de 1970, esses grupos já existiam, apenas não eram reconhecidos como tal. Na época mencionada, era frequentemente empregado o termo homossexual, que não contempla as particularidades das identidades.

No turbulento cenário da década de 1970, enquanto o mundo era sacudido por transformações sociais e convulsões políticas, uma trágica realidade permanecia nas sombras da sociedade: a violência e os assassinatos cometidos contra pessoas que hoje chamamos LGBTQIAPN+. Sob o jugo implacável da ditadura civil-militar brasileira, sujeitos que desafiavam as normas de gênero e de sexualidade cisheteronormativas (Letícia Nascimento, 2021) encontravam-se em um perigoso limiar, em que a intolerância e o ódio ferviam em uma caldeira de repressão e marginalização.

Nesse período de autoritarismo, a marginalização das ditas minorias sociais, incluindo a comunidade LGBTQIAPN+, era uma estratégia comum para a perpetuação do poder por parte de governo ditatorial. A censura e a perseguição sistemática contra sujeitos que desafiavam as normas de gênero e sexualidade eram práticas recorrentes, tornando essas pessoas alvos fáceis de violência (Renan Quinalha, 2017).

O estudo de James N. Green (2000), *Além do carnaval*: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX, lança luz sobre a vivência das homossexualidades durante o período da ditadura no Brasil. Green descreve uma realidade marcada pela repressão policial, pelo estigma social e pela violência física contra aqueles que não se enquadram nos padrões cisheteronormativos. Por sua vez, em sua tese *Contra a moral e os bons costumes*, Renan Quinalha (2017) investiga a política sexual concebida e implementada pela ditadura civil-militar, a qual teve como lema a defesa da "moral e dos bons costumes". O regime autoritário buscava não apenas eliminar dissidentes políticos, mas também regulamentar e normalizar corpos marcados pela orientação sexual e identidade de gênero. Para isso, as agências estatais foram envolvidas em uma agenda moral, apesar das disputas e tensões entre elas.

Essas condições adversas criavam um ambiente propício para a proliferação de crimes de ódio contra as pessoas LGBTQIAPN+. Diante desse contexto desafiador, este capítulo busca não apenas documentar os horrores sofridos por essa comunidade durante a década de 1970 em Alagoas, sobretudo em Maceió, mas também reconhecer e confrontar as injustiças do passado.

Das páginas do Boletim do Grupo Gay da Bahia (GGB) ao *Jornal de Alagoas*

O Grupo Gay da Bahia (GGB), criado na cidade de Salvador (BA), teve papel fundamental na luta pelos direitos dos homossexuais e travestis na década de 1980. Os ativistas do grupo, especialmente seu fundador, Luiz Mott, atuaram em diversos espaços urbanos dominados pelos "amantes do mesmo sexo", realizando manifestações político-culturais e mantendo um diálogo com os guetos de homossexuais e travestis da capital baiana. Seu principal objetivo era "conscientizar" seus frequentadores, um grupo bastante heterogêneo, sobre a necessidade de lutar pelos seus direitos e tentar suprir suas diferentes "carências" (Ailton José dos Santos Carneiro, 2017).

Além disso, o GGB aproveitou das fendas abertas pela redemocratização do país para dar início a uma nova fase de politização da homossexualidade na Bahia e no Brasil. O grupo direcionou suas ações para além do interior da sociedade, mirando atingir também o Estado. Os boletins do GGB publicaram, ao longo de suas 47 edições (1981-2005)[64], notícias sobre o Movimento Homossexual Brasileiro (MHB), as conquistas de gays, lésbicas e travestis, artigos sobre militância política e, desde sua primeira edição, listas com nomes de gays, bissexuais, travestis

64 Todas as 47 edições do *Boletim do Grupo Gay da Bahia* estão disponíveis no perfil do Grupo Dignidade no endereço https://cedoc.grupodignidade.org.br/grupo-gay-da-bahia/boletim-do-grupo-gay-da-bahia/. Acesso em: 3 jun. 2024.

e lésbicas assassinados/as. Na década de 1980, Alagoas apareceu nos boletins mencionados mais de uma vez e relacionado a diversas situações, dentre as quais algumas reivindicações de "movimentos homossexuais" perante o governo do Estado.

Uma carta remetida de Maceió e publicada no *Boletim do Grupo Gay da Bahia* n. 3 descreve que "um gay local enumerou uma série de violências que as bichas locais vêem (*sic*) sofrendo por parte da polícia". A publicação sugere que suas leitoras escrevam "uma carta ao SECRETÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA, [...] protestando contra o tratamento desumano que os homossexuais alagoanos vêem (*sic*) recebendo da Polícia", fato que seria do "conhecimento geral do Brasil". A carta, recebida pelo GGB, lista ainda alguns desses casos de violência, como dois assassinatos recentes e agressões físicas a jovens homossexuais, incluindo espancamentos, cortes de cabelo com faca e alicate, perda de dentes e escoriações por cacos de vidros.

É nesse contexto de extrema violência, entre socos e pancadas, que as palavras Alagoas e Maceió apareceram, lado a lado, em algumas edições do *Boletim do Grupo Gay da Bahia*. São doze casos de assassinatos registrados que mostram considerável distância de outra menção ao estado encontrada nas páginas do *Lampião da Esquina*, um jornal homossexual publicado no Rio de Janeiro que circulou durante os anos de 1978 e 1981. Numa de suas edições do ano de 1980, foi estampado um roteiro de viagem para Maceió em que a capital é chamada de "paraíso gay". O texto é assinado pela União de Viados de Alagoas (UVA)[65]:

> Alô Lampiônicos, vai aí o nosso roteiro gay. Maceió, capital das Alagoas, a mais prateada morada do sol, com seus 500 milhões (*sic*) de habitantes tem muitas coisas para serem mostradas e curtidas. Cidade Litorânea onde

65 A existência da UVA está registrada nas páginas do roteiro gay do Lampião e numa edição de 1981 do Jornal de Alagoas.

o povo tem o coração hospitaleiro e a mente aberta para aceitar a evolução do mundo. Para nossos visitantes temos várias opções, além do povo ser alegre e belo. Bares: Na orla marítima temos o mais curtido "O Beija-Mar'' onde pinta o gay universitário anti-DCE. A "Cantina do Ginos" com seu coreto de pedras e sua gostosa comida italiana, para quem transa boa música popular brasileira e papos com intelectuais e artistas da cidade. Continuando pela orla chegaremos à praia mais bonita do nordeste, Pojuçara (*sic*), "onde o mar beija as areias com seus coqueirais em flores" encontramos a "Peixada do Ferreira" e o "Bebaqui". Para nossos amiguinhos que gostam de curtir povo temos o "Bar do chopp", considerado o Castelo das Bichas, no centro da cidade e também lanchonete "Sankyo" onde a pegação é transada em alta escala. No seu final de noite acompanhado ou sozinho a pedida é lanchar no drive-in "O Gauchão" onde os garçons são finíssimos e adoram ser chamados para curtir um som no carro. Praias: Nossa bolsa em frente aos Hotéis Luxor e Beira-Mar, todos 4 estrelas onde pode ser encontradas as cartieres da cidade. Também temos a praia da Ponta Verde, vizinha ao Alagoinhas-Clube, para quem gosta de curtir gatões e a praia da Sauna para momentos românticos, um pouco distante da cidade. Boites: Não temos uma gay, mas caretas tipo "Mido Privê" o mais requintado disco-club do nordeste frequentado pelo jet-set alagoano é fácil pintar um convite para conhecer algumas coberturas com piscinas da orla. Teatros e Cinemas: Pintando peças ou shows, os teatros Deodoro e de arena Sérgio Cardoso são pontos de partidas para qualquer encontro proveitoso. As últimas seções (*sic*) da sexta e domingo no São Luiz, é uma ótima pedida para quem gosta da linha michê o Cine Ideal da grande opção. Motéis: De 1° classe, sempre fora da cidade, aconselhamos o Thaity e o Guaxuma, sendo bem discretos. Na cidade todas as pensões periféricas à rodoviária aceitam casais

> gays. (UVA - União dos Viados de Alagoas) (*Lampião da Esquina*, Rio de Janeiro, n. 23, abr. 1980, p. 15).

Ao analisar esse roteiro turístico gay da capital, o historiador Elias Veras (2021) lança olhares e questionamentos sobre os espaços de sociabilidade LGBTQIAPN+, costurando uma rede complexa das relações de poder atreladas ao discurso reproduzido no jornal, o qual transmite a imagem de uma Maceió "oásis" para as homossexualidades. Os espaços de interação social – parques, bares, boates – já foi (e ainda é temática central) nos estudos das sexualidades e gênero dissidentes no Brasil. Referências a esses espaços foram recorrentes na imprensa, as quais permitem identificar fissuras, deslocamentos e ressignificações frente à cisheteronorma.

Para longe dos espaços elitizados de uma Maceió "oásis", apresentada no roteiro gay do *Lampião da Esquina*, resta-nos outra face da cidade. O que esses espaços marginalizados escondem sobre a realidade dos corpos dissidentes, minoritários politicamente e perseguidos?

Até o momento da finalização deste texto, constatei que das 47 edições dos boletins do GGB analisados, apenas nove registram casos de assassinatos de pessoas LGBTQIAPN+ em Maceió. Com os dados coletados, percebe-se que esses casos notificados apresentam requintes de crueldade. Temos desde esfaqueamento até casos de estupro, castração e "desova" de cadáver. É possível vislumbrar um perfil socioeconômico das vítimas, mas o perfil racial permanece um desafio. A respeito da faixa etária, dos nove casos notificados sobre Maceió, dois são de adolescentes com 17 anos.

Se a publicação dos casos de assassinatos de gays, lésbicas e travestis, nos boletins do GGB, foi uma estratégia política de luta por justiça e denúncia da homofobia – palavra que começa a se popularizar na década de 1980 –, o que teria levado, por sua

vez, o *Jornal de Alagoas*, décadas antes, a noticiar em suas páginas casos de assassinatos, tentativas de homicídios da comunidade LGBTQIAPN+ e questões de perturbação pública? Seria o *Jornal de Alagoas* um agente de instrumentalização da cisheteronorma, um dispositivo de controle utilizado para justificar as violências cometidas contra corpos dissidentes? Isso se justificaria sobretudo se levamos em consideração o caráter "cívico" e "ético" desse periódico, como reconheceu publicamente as testemunhas de Jeová, agradecendo ao jornal pela participação numa de suas atividades (*Jornal de Alagoas*, Maceió, 10 out. 1970, p. 4).

Imprensa e vidas precárias

No ensaio intitulado *Vida precária*: os poderes do luto e da violência, escrito por Judith Butler (2011), está presente uma reflexão sobre o que nos vincula eticamente com a alteridade, com o Outro compreendido como pessoa marcada pela precariedade da vida. A representação da alteridade, como o texto afirma, "constitui-se em um meio de humanização/desumanização, de reconhecimento do vínculo ético-moral com o Outro ou de justificativa para sua eliminação" (Judith Butler, 2011, p. 13).

Ainda de acordo com Judith Butler, em *Corpos em aliança e a política das ruas*, a importância de reconhecer e apoiar aqueles/as que desafiam a normalidade estabelecida encontra-se no fato de que são eles/as que, muitas vezes, revelam as falhas e injustiças do sistema.

> A precariedade também caracteriza a condição politicamente induzida de vulnerabilidade e exposição maximizadas de populações expostas à violência arbitrária do Estado, à violência urbana ou doméstica, ou a outras formas de violência não representadas pelo Estado, mas contra as quais os instrumentos judiciais do Estado não proporcionam proteção e reparação suficientes (Butler, 2018, p. 41).

As justificativas para a desumanização e a eliminação da população dissidentes aparecem expressivamente nos discursos dos jornais. Eles apresentam essa população como um problema a ser combatido no âmbito da esfera pública. Foram estampadas notícias, especialmente nas seções policiais, que acusam a perturbação da ordem por parte da ação desses grupos, como mostra o trecho a seguir:

> O [...], delegado do Segundo Distrito Policial, informou, ontem, que os "paqueras" da Avenida Duque de Caixas serão punidos, a resolução do delegado foi tomada, em vista do número surpreendente de marginais que infestam as nossas praias, muitas vezes praticando atos atentatórios à moral pública (*Jornal de Alagoas*, Maceió, 28 out. 1970, p. 5).

Ao empregar, em suas notícias, o uso da ironia, apontando para os supostos pontos de pegação na capital, o jornal forneceu também informações preciosas para os agentes policiais, a exemplo de qual seria o melhor horário para testemunhar o tal problema público.

> Quem quiser assistir espetáculos impróprios para menores de 18 anos, o bastante é dar umas "voltinhas" pela Avenida Duque de Caxias, depois das dezenove horas. Os "Romeus e Julietas" (mais "julietas", diga-se a bem da verdade) são tantos que ninguém pode imaginar. Possivelmente, estão pretendendo mudar o meretrício para seu local de origem, com duas diferenças: a localização do mesmo principia muito antes e os espetáculos são realizados ao ar livre, num desafio perigoso aos homens que se encarregam de manter em paz nesta cidade de Maceió. Já falaram, inclusive que as famílias que residem na orla da Praia da Avenida estão procurando mudarem

> de endereço para não assistirem aos espetáculos proibidos (*Jornal de Alagoas*, Maceió, 15 dez. 1970, p. 5).

Ou ainda:

> Além das mundanas, em grande número no bairro da Ponta Grossa, agora acaba de aparecer uma "quadrilha" de pederastas que tôdas as noites ficam fazendo "ponto" na praça., 11 de Junho, mais conhecida como praça. Sta. Tereza. Os "meninos" chegam àquele local acompanhados de maconheiros e desordeiros, promovendo a maior bagunça que se tem notícia (*Jornal de Alagoas*, Maceió, 10 dez. 1970, p. 5).

Nas entrelinhas das notícias acima e segundo Malu Fontes (2014), as vozes legitimadas são de autoridades policiais, ou seja, as vítimas da violência homofóbica aparecem majoritariamente não como personagens que falam, mas como personagens sobre as quais se falam. Os comportamentos visibilizados reiteram o quadro clássico dado pelas notícias: as ideias de prostituição, no caso de travestis e transexuais.

Como explica Dediane Souza (2022, p. 92), no trabalho "*Dando o nome*": eu e Dandara na construção de narrativas de humanidades de travestis em Fortaleza-CE a partir de um recorte do jornal *O Povo*, "trata-se de uma das formas mais frequentes de violência perpetradas contra travestis e pessoas trans, quando o Cistema quer calá-las, ou ainda negá-las direitos fundamentais". A pesquisadora analisa as perspectivas apresentadas nas narrativas de humanidades publicadas no jornal *O Povo*, especialmente relacionadas ao assassinato de Dandara em 2017.

Na obra *Travestis*: carne, tinta e papel, Elias Veras (2019) trata da importância da imprensa como dispositivo performativo, produtor e difusor de identidades e subjetividades. A imprensa,

ao atuar como instrumento de regulação da visibilidade pública da sexualidade, produziu e fez circular discursos que estigmatizam as experiências trans e dissidentes, pondo esses corpos em visibilidade constante a partir de registros fotográficos nas seções policiais. Mais do que evidência jurídica e/ou médica, as fotografias de travestis na grande imprensa funcionaram como produtoras da ideia de perigo, medo e ameaça. Conforme o autor, a produção imagética da imprensa pode ser entendida como tecnologia panóptica, e a imprensa produz e faz circular discursos cisheteronormativos contra as travestis.

Fica evidente que o discurso moralista do jornal, ao adotar um tom sensacionalista e pejorativo, imprimiu o preconceito e a discriminação contra os corpos dissidentes. Como colaborador da disseminação de ideais homofóbicos, a imprensa legitimou a existência de um inimigo comum da organização social; dessa forma, "desempenhou um papel crucial na perseguição das homossexualidades" (Quinalha, 2017, p. 230).

A grande imprensa no período da ditadura civil-militar desempenhou um papel crucial nas políticas de morte na medida em que naturalizou a regulamentação da morte e de violências destinadas às pessoas LGBTQIAPN+. Ao fazer uma conexão entre os princípios da cena do reconhecimento e a necropolítica para pensarmos o papel da violência, chegaríamos à conclusão de que a violência colonizadora e a ocupação dos espaços produzem fronteiras e hierarquias, criando zonas de exclusão e enclaves que funcionam para normalizar a marginalização e condenação. Sendo assim, a cena do reconhecimento está profundamente ligada aos espaços marginalizados pela violência colonial sistemática contra esses corpos:

> Acabaram-se as mulheres nas ruas, mas o côco mudou. Agora são os pederastas que estão segurando os homens na Praça do Ideal. O negócio está tão sério, que ontem, um cidadão assistia ao um filme em determinado cine-

> ma, quando teve os botões da calça cortados a gilete. Imagina se errasse o corte (*Jornal de Alagoas*, Maceió, 8 ago. 1970, p. 5).

As notícias veiculadas pelo *Jornal de Alagoas* não apenas retratam os acontecimentos, mas também exercem o poder disciplinar e de controle, criminalizando não somente as ações dos sujeitos, como ainda suas identidades e possibilidades futuras, "[...] Invocando a lógica arquitetural de vigilância/visibilidade constante, impessoal e automática, que constitui dispositivos de controle-sujeição", como analisou Márcio Almeida Nicolau (2021, p. 13), na obra *Artes da existência*: travestis em jornais de São Paulo, décadas de 1970 e 1980, na qual analisa como a imprensa abordou temas como a epidemia de HIV/Aids, a repressão policial à comunidade LGBTQIAPN+ e a construção de identidades de gênero.

O papel da imprensa nas políticas de morte é significativo, pois os meios de comunicação desempenham um papel importante na formação da opinião pública, na disseminação de informações sobre questões de saúde, segurança e justiça, bem como na influência sobre as políticas governamentais e ações da sociedade em relação à morte. "A homofobia só é agendada como violência quando se inscreve sob a forma de uma sentença concretizada de morte" (Fontes, 2014, p. 49). O enquadramento da vida, como afirma Judith Butler (2015) em *Quadros de guerra*: quando a vida é passível de luto?, não é um processo neutro, mas sim permeado por relações de poder, normas sociais e hierarquias que determinam quais vidas são consideradas dignas de proteção.

Quando a imprensa associa grupos marginalizados a comportamentos negativos, como promiscuidade e doenças, ela está contribuindo para justificar ações repressivas por parte do Estado. Essa abordagem sensacionalista e estigmatizante pode

levar a medidas de controle policial em vez de abordagens mais humanitárias. Assim, a imprensa se torna um veículo que legitima e reforça as normas sociais dominantes, aumentando a coerção social e o controle sobre esses grupos específicos, perpetuando a marginalização e a discriminação (Quinalha, 2017).

No contexto alagoano, o *Jornal de Alagoas* vai mencionar um anteprojeto que se baseia em dois artigos sobre o processo de criminalização dos atos atentatórios à moral pública:

> Para os chamados "paqueras", está elaborado o artigo 44 do anteprojeto: 15 dias a dois meses de prisão, ou pagamento de cinco a quinze dias-multa para quem "molestar alguém de modo reiterado, com atos, gestos ou palavras perturbando-lhe a tranquilidade". Ainda tem o artigo 63, que dá prisão de um a três meses, ou pagamento de 10 a 30 dias-multa para quem "importunar em lugar público de modo ofensivo ao pudor" (*Jornal de Alagoas*, Maceió, 12 nov. 1970, p. 7).

Mesmo sem haver legislação que criminalizasse expressamente as orientações sexuais e identidades de gênero consideradas desviantes, a prática policial incluía a tipificação de condutas como vadiagem, corrupção de menores, atentado público ao pudor e violação da moral e bons costumes para reprimir e prender homossexuais e travestis. Maicon Novaes Lima e Edna Raquel Rodrigues Santos Hogemann (2023), no artigo "Criminologia queer: a caça aos lgbtqia+ pela ditadura-cis-hetero-militar", abordam a criminalização de condutas consideradas desviantes, a homofobia institucionalizada, a resistência LGBTQIAPN+ e a importância da criminologia queer para compreender esses aspectos históricos e sociais. Lima e Hogemann (2023, p. 10) analisam como a violenta repressão policial nas ruas se tornou costumeira e se voltou contra homossexuais,

travestis e prostitutas. "A polícia se tornou um dos mecanismos repressivos da ditadura militar contra todos aqueles tidos como subversivos 'políticos', regulando assim o direito à rua das pessoas LGBTQIAPN+ que, destarte, foram cada vez mais isolados a guetos".

Defesa da honra e homofobia

Na quietude da noite, enquanto as sombras dançavam ao redor da pequena cidade de São José da Tapera, Santiago e Pedro[66] traçaram seu plano sombrio. Sob a névoa da vingança, alimentavam a chama do ódio sobre o que consideraram ser uma falsa acusação. Silas Cabral Soares, um nome outrora respeitado, agora era alvo da fúria implacável dos dois. O assassinato de Silas Cabral foi meticulosamente planejado, cada detalhe calculado para garantir o sucesso da empreitada macabra. Na calada da noite, quando o mundo dormia e a lua se escondia atrás das nuvens, eles avançaram silenciosos movendo-se pela escuridão.

Assassinaram o agricultor Silas Cabral Soares com vinte peixeiradas (*Jornal de Alagoas*, Maceió, 17 maio 1972, p. 7), fato ocorrido em 7 de maio, em São José da Tapera. Conforme os depoimentos dos criminosos, o "assassinato foi bem planejado, tendo em vista que mataram a vítima quando esta dormia em uma rede, não tendo tempo sequer de pedir ajuda" (*Jornal de Alagoas*, Maceió, 17 maio 1972, p. 7). Ao serem interrogados pela polícia, os criminosos apresentavam-se bastante tranquilos, pois, segundo eles, foram feridos moralmente por Silas Cabral; daí o plano do crime, que foi bem-sucedido.

Encontraram Silas indefeso em sua rede, envolto em sonhos inocentes, alheio ao destino que o aguardava. Vinte peixeiradas

66 Foram utilizados nomes fictícios para Santiago, Pedro e Antônio nos dois crimes relatados para preservar as identidades reais dos acusados, além do uso de recursos literários para narração de acontecimentos ocorridos no real.

cortaram o ar, mergulhando na carne do agricultor, ceifando sua vida sem piedade. O grito de Silas foi abafado pelo eco da própria morte, enquanto a escuridão devorava sua existência. Ao serem interrogados pela polícia, "os assassinos não demonstraram remorso" (*Jornal de Alagoas*, Maceió, 17 maio 1972, p. 7), apenas uma frieza calculada que arrepiou as espinhas dos investigadores.

Para eles, a morte de Silas era justificável, uma resposta ao suposto ultraje moral que haviam sofrido. A acusação de pederastia foi o estopim que inflamou sua raiva e os impeliu ao ato hediondo.

> Durante o interrogatório afirmaram [...] que a vítima Silas Cabral havia espalhado em todo o município que eles eram pederastas, chegando inclusive a informar que havia flagrado um deles praticando atos indecorosos. Revoltados com o acontecimento, os dois indivíduos planejaram assassinar Silas e, na primeira oportunidade, quando este dormia em uma rede, aproximaram-se cautelosamente aplicando vinte peixeiradas, matando-o instantaneamente (*Jornal de Alagoas*, Maceió, 17 maio 1972, p. 7).

As notícias de violências que resultam em morte aparecem nas páginas do jornal quando ultrapassam os limites da desordem. Em outra edição do *Jornal de Alagoas*, de 16 de março de 1972, pode se observar o mesmo *modus operandi* da violência como ação de eliminação do sujeito.

> Em audiência realizada na manhã de ontem foi ouvido o sr. Sebastião Moreira de Cerqueira acusado de haver assassinado no dia 3 do mês passado, o seu colega de trabalho, Miguel Ribeiro. Sebastião afirmou ao juiz que matou Miguel porque ele havia tentado desmoralizá-lo espalhando um boato infamante tachando-o de pederasta, razão pela qual cometeu o crime. Após confirmar as

> suas declarações prestadas na polícia Sebastião Moreira foi mais adiante declarando que a vítima havia espalhado um boato em União dos Palmares insinuando que ele era pederasta e quando foi àquele município em companhia da vítima receberá uma "cantada" que se recusava a dizer por considerar humilhante. E quando veio a saber dos comentários acerca de sua pessoa, em União dos Palmares, chegou mesmo a adoecer. Depois se dirigiu à residência de Miguel Ribeiro convidando-o a acompanhá-lo até à repartição onde trabalhava a fim de desmentir aqueles boatos. Declarou que Miguel ainda entrou no "jeep" mas logo em seguida arrependeu-se abriu a porta e saltou fazendo menção de quem ia sacar de uma arma. Neste momento confessou: "puxei o meu revólver e fiz os disparos" (*Jornal de Alagoas*, Maceió, 16 mar. 1972, p. 7).

Malu Fontes (2014, p. 49) afirma que "a homofobia só é agendada como violência quando se inscreve sob a forma de uma sentença concretizada de morte". Por sua vez, João Silvério Trevisan (2018) revela que, no final da década de 1980 e início dos anos 1990, a crescente onda de assassinatos contra homossexuais e travestis alastrou-se assustadoramente por todas as maiores cidades do país. O aumento desses casos se deu por dois motivos: os métodos empregados para efetivação do assassinato, que eram semelhantes, e o pânico geral da epidemia de HIV/Aids, que atingia seu ápice dentro do ano vigente.

Os *modi operandi* que permeiam as relações que resultam em violência podem variar, mas geralmente incluem o uso de poder e controle por parte de uma pessoa sobre a outra, seja por meio de ameaças, abuso emocional, físico ou sexual. Berenice Bento (2018, p. 14) afirma que o rosto, o corpo, a pele, a língua, atributos ditos humanos, não bastam para assegurar o direito à vida. Além disso, as relações violentas muitas vezes são marcadas por um padrão de comportamento abusivo, o que pode incluir cul-

pa, negação, minimização e justificação por parte do perpetrador, assim como medo e isolamento por parte da vítima. Malu Fontes (2014, p. 35) relata que "para além do assassinato, os crimes contêm algo de assinatura dos agressores, como marcas de várias facadas ou vários tiros, inscrições no corpo com objetos perfurocortantes".

Observa-se que a maioria de casos de assassinatos está localizada nas zonas rurais do Estado e no árduo processo de culpabilidade das vítimas por parte dos acusados em se defender alegando a defesa da honra, enquanto exercem o poder de uma masculinidade viril. No caso do assassinato do senhor Silas por Santiago e Pedro, consiste no exagero da violência, ou seja, na brutalização do corpo, dado o excesso de golpes (20 peixeiradas!) aplicados contra seu corpo.

Segundo Roberto Efrem Filho (2016, p. 326), "na classificação de um determinado crime como homofóbico, a intensidade com que a violência é empregada e as marcas produzidas nos corpos das vítimas preenchem alguns dos critérios classificatórios utilizados pelo Movimento LGBT". Isso faz retornar à discussão de Malu Fontes de que a homofobia só é categorizada enquanto violência quando ela transcende tanto a agressão física como a verbal.

Diante do cenário sombrio que envolveu o assassinato brutal de Silas Cabral Soares, perpetrado por Santiago e Pedro, emerge uma reflexão sobre os limites da justiça pessoal e a brutalidade dos atos motivados por ódio. A calma com que planejaram e executaram o crime, contrastando com a violência desmedida infligida à vítima indefesa, revela não apenas a frieza dos agressores, mas também a profundidade de suas convicções distorcidas. Esse trágico episódio não apenas ceifou a vida de um homem, mas também ecoou as injustiças e as perigosas interpretações de honra e moralidade que ainda permeiam certos estratos da sociedade.

Os homicídios de Silas Cabral Soares e Miguel Ribeiro não podem ser vistos apenas como casos isolados, mas como um sintoma de questões sociais mais amplas, incluindo a perpetuação de estereótipos e preconceitos que frequentemente culminam em violência extrema. A narrativa da "defesa da honra" utilizada pelos assassinos para justificar seu ato revela uma distorção moral que, longe de trazer justiça, contribui para o ciclo de violência e opressão. À medida que esses eventos continuam a assombrar a sociedade, é crucial questionar não apenas os motivos por trás desses crimes, mas também as estruturas sociais que permitem e perpetuam tais tragédias, em um chamado urgente à reflexão e à mudança.

Considerações finais

> A morte brinca com balas nos dedos gatilhos dos meninos. Dorvi se lembrou do combinado, o juramento feito em voz uníssona, gritado sob o pipocar dos tiros: – A gente combinamos de não morrer! (Conceição Evaristo, 2016, p. 107).

Foi difícil caminhar lado a lado com a morte todos os dias enquanto escrevia este texto, mas quero agradecer aos meus familiares, amigues da graduação Marcus Vinicius, Isabelle Oliveira, Ingrid Morgana, Jully Anna, Vitor Rocha, ao Elias Veras e à Dediane Souza, por me ensinarem um caminho no qual eu podia vislumbrar a vida na escrita deste capítulo e a todes nós que, de alguma forma, enganamos a morte diariamente. "Maceió grita socorro!" é mais do que um título evocativo; é um convite para uma profunda reflexão sobre a representação histórica da violência contra a comunidade LGBTQIAPN+ através das lentes da imprensa em Alagoas durante a ditadura civil-militar. Espero que este estudo crítico nos instigue a examinar não

apenas eventos importantes no Brasil como em Alagoas em si, mas também as narrativas que os moldaram e os contextos sociais e políticos que os influenciaram profundamente.

Ao confrontarmos os registros meticulosos de assassinatos compilados pelo Grupo Gay da Bahia com as notícias divulgadas pelo *Jornal de Alagoas*, emergem duas perspectivas contrastantes: enquanto o Grupo Gay da Bahia buscava denunciar a homofobia e demandar justiça, o jornal reproduzia discursos que estigmatizam e desumanizam suas vítimas, contribuindo para um ciclo de violência e marginalização.

A análise desses eventos não pode ser dissociada de um contexto mais amplo de violência justificada por noções distorcidas de honra e moralidade. A retórica da "defesa da honra" como motivadora para o assassinato de Silas e casos semelhantes como o de Miguel Ribeiro revelam não apenas uma trágica falha na compreensão do valor da vida humana, mas também a perpetuação de estereótipos prejudiciais que alimentam a violência.

É imperativo reconhecer que esses crimes não são meramente eventos isolados, mas sintomas de um sistema que permite a legitimação da violência em nome de supostas ofensas morais, muitas vezes associadas a questões de identidade de gênero e/ou de orientação sexual. A reflexão sobre tais tragédias não deve ser apenas um exercício acadêmico, mas um chamado urgente à mudança das estruturas sociais que permitem a continuidade desses atos de brutalidade.

Harmie A. da Silva é graduando em História - Licenciatura Plena/Ufal, integrante da Rede de Historiadores/as Negros/Negras (HN) e do Grupo de Estudos e Pesquisas em História, Gênero e Sexualidade (GEPGHS). E-mail: alexandre.silva1@ichca.ufal.br.

Referências

BENTO, Berenice. Necrobiopoder: quem pode habitar o Estado-nação? *cadernos pagu*, Campinas, n. 53, e185305, 2018. DOI: https://doi.org/10.1590/18094449201800530005

BUTLER, Judith. Política de gênero e o direito de aparecer. In: BUTLER, Judith. *Corpos em aliança e a política das ruas*: notas sobre uma teoria performativa de assembleia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. p. 31-74.

BUTLER, Judith. *Quadros de guerra*: quando a vida é passível de luto? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

BUTLER, Judith. Vida precária. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, São Carlos, n. 1, p. 13-33, 2011.

CARNEIRO, Ailton José dos Santos. *Homossexuais em trânsito*: representações, militância e organização política homossexual na Bahia, 1978-1988. 2017. 150f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

EFREM FILHO, Roberto. Corpos brutalizados: conflitos e materializações nas mortes de LGBT. *cadernos pagu* [online], Campinas, n. 46, p. 311-340, 2016. DOI: https://doi.org/10.1590/18094449201600460311.

EVARISTO, Conceição. A gente combinamos de não morrer. In: EVARISTO, Conceição. *Olhos d'água*. Rio de Janeiro: Pallas, Fundação Biblioteca Nacional, 2016. p. 84-93.

FONTES, Malu. Das ruas às manchetes: o enquadramento da violência homofóbica. In: DINIZ, Débora; OLIVEIRA, Rosana Medeiros de (orgs.). *Notícias de homofobia no Brasil*. Brasília: Letras Livres, 2014. Cap. 2, p. 21-56.

GREEN, James N. *Além do carnaval*: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

LIMA, Maicon Novaes; HOGEMANN, Edna Raquel Rodrigues Santos. Criminologia queer: a caça aos LGBTQIA+ pela ditadura cis-hetero-militar. *Educação sem Distância*, Rio de Janeiro, n. 8, p. 1-19, jul./dez. 2023. Disponível em: https://educacaosemdistancia.emnuvens.com.br/esd/article/view/202/96.

MOTT, Luiz (ed.). *Boletim do Grupo Gay da Bahia*. Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 2011.

NASCIMENTO, Letícia Carolina Pereira. *Transfeminismo*. São Paulo: Jandaíra, 2021.

NICOLAU, Márcio Almeida. Brenda Lee e o acontecimento discursivo da Aids. Década de 1980 em São Paulo. *Revista Ágora - Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UFES*, Vitória, v. 32, n. 1, p. 1-30, 2021. Disponível em: https://periodicos.ufes.br/agora/article/view/34145/23761.

QUEBRADA, Linn da; PROFANA, Ventura. Eu matei o Júnior. In: QUEBRADA, Linn da. *Trava línguas*. São Paulo/SP: Estúdio Brocal, abr. 2021. Faixa 9.

QUINALHA, Renan Honório. *Contra a moral e os bons costumes*: a política sexual da ditadura brasileira (1964-1988). 2017. 329f. Tese (Doutorado em Ciências) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. DOI:10.11606/T.101.2017.tde-20062017-182552.

SOUZA, Dediane. *"Dando o nome"*: eu e Dandara na construção de narrativas de humanidades de travestis em Fortaleza-CE a partir de um recorte do jornal *O Povo*. 2022. 140f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Programa Associado de Pós-Graduação em Antropologia, Centro de Humanidades, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2022.

TREVISAN, João Silvério. *Devassos no paraíso*: a homossexualidade no Brasil da colônia à atualidade. 4. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.

VERAS, E. F. “Gay é liberdade”: homossexualidades em Maceió (AL) na abertura. In: RODRIGUES, Rita Colaço; VERAS, Elias Ferreira; SCHMIDT, Benito Bisso (orgs.). *Clio sai do armário*: historiografia LGBTQIA+. São Paulo: Letra & Voz, 2021. p. 171-184.

VERAS, Elias Ferreira. *Travestis*: carne, tinta e papel. Curitiba: Editora Prisma, 2019.

"Invasão de mariposas e pederastas": sociabilidades dissidentes e subversivas em Maceió (AL) na ditadura civil-militar

Isaac Freitas da Silva Filho

A todos os sujeitos dissidentes que tiveram suas memórias apagadas e suas vozes silenciadas. Suas histórias estão sendo contadas.

Aos meus amigos que acompanharam o processo de construção deste texto e me deram grande apoio. Agradeço imensamente a vocês.

Introdução

Por muito tempo, a historiografia relegou os corpos considerados sexualmente dissidentes e subversivos ao limbo da História, prendendo-os às amarras de um longo e violento silenciamento. Elias Ferreira Veras e Joana Maria Pedro (2014) nomearam essa exclusão de "os silêncios de Clio", em referência à musa grega da História. Felizmente, esse silêncio vem sendo superado

nas últimas décadas, e esses sujeitos, outrora marginalizados/as, conquistam espaços de visibilidade e protagonismo nas recentes produções historiográficas.

Desse modo, não é de se espantar que outros olhares para o passado, a exemplo dos debates sobre a ditadura civil-militar no Brasil, passem por uma releitura. Desde o fim da década de 1990, observa-se uma maior produção acerca da participação das mulheres e das pessoas que hoje são chamadas LGBTQIAPN+ na história. Sendo assim, como categorias de análise, o gênero e a sexualidade tiveram uso crescente nas produções historiográficas, especialmente no tocante às pesquisas acerca da ditadura civil-militar (Elias Veras; Joana Maria Pedro; Benito Schmidt, 2023; Cristina Wolff; Jair Zandoná; Soraia Carolina de Mello, 2019; Natanael de Freitas Silva, 2023). Esse movimento propiciou entendê-la também como um regime sexual autoritário. Nesse viés, essa proposição refuta uma antiga ideia difundida de que a ditadura, como aponta Natanael de Freitas Silva (2023, p. 342), teria sido permissiva com as experiências sexualmente dissidentes.

Tendo isso em vista, é importante pontuar que, em um período como a ditadura civil-militar brasileira, marcado historicamente pelas mais diversas formas de repressão, os espaços de sociabilidade se constituíram como um elemento importante para que os sujeitos LGBTQIAPN+, assim como outros sujeitos considerados sexualmente desviantes e subversivos, pudessem existir e resistir à censura imposta sobre seus corpos durante os chamados "anos de chumbo".

Desse modo, como aponta Elias Ferreira Veras (2021, p. 174) ao analisar o contexto alagoano, lugares como bares, cinemas, motéis e teatros em Maceió foram frequentados por pessoas LGBTQIAPN+ durante a década de 1980. Ainda que esses lugares não tenham chegado a constituir, na capital alagoana de 1970/1980, o que Edward MacRae (2018, p. 122) chamou de "gue-

to gay", a comunidade de dissidentes de sexo/gênero acabou por se apropriar desses locais. Ou seja, ainda que fossem reconhecidos como lugares cis-heterossexuais, eles também foram vistos como ambientes propícios para o encontro de grupos considerados desviantes, possibilitando a existência de uma dinâmica de sociabilidade para corpos dissidentes na capital (Veras, 2021, p. 174).

É perceptível que, além de uma sociabilidade mais "discreta", vivida e experienciada em locais fechados de Maceió, como é o caso dos bares e cinemas, outros espaços também foram utilizados como pontos de encontro para pessoas de gênero e sexualidade dissidentes, especialmente as ruas e praças da cidade. Esses espaços foram considerados, por muito tempo, como lugares de "gente desclassificada", em decorrência da circulação dos chamados "pederastas" – termo utilizado pela imprensa de Alagoas nas décadas de 1960-1980 para estigmatizar homossexuais e travestis – e das chamadas "mariposas", isto é, mulheres cisgênero que praticavam e/ou estavam associadas à prostituição. Este capítulo busca identificar esses lugares e as sociabilidades associadas a eles, tendo como fonte principal a imprensa alagoana, em especial o *Jornal de Alagoas* dos anos de 1970.

Desse modo, a partir de uma análise historiográfica do discurso produzido – e reproduzido – pelo *Jornal de Alagoas*, busco compreender, em diálogo com Judith Butler (2018), o cenário de compartilhamento de espaços públicos entre prostitutas, homossexuais e travestis, problematizando como as situações de precariedade induzidas politicamente sobre essas pessoas pela ditadura civil-militar acabaram por produzir alianças e possíveis acordos de coexistência entre elas durante esse período, na capital alagoana. As alianças estabelecidas foram expressas a partir do compartilhamento dos espaços públicos frequentados por aquele público. Dessa forma, diante da repressão sexual do regime, esse cenário possibilitou a (re)existência dos corpos se-

xualmente subversivos através de suas afetividades e experiências sexuais.

Quais foram os locais de encontro compartilhados por "pederastas" e "mariposas" presentes nas páginas dos jornais? Quais padrões foram criados pelo discurso da imprensa alagoana da época? Além de desumanizar esses corpos em diversos aspectos, os jornais reforçavam um ideal de limpeza social propagado pelas autoridades policiais da ditadura, assim como acontecia em outros lugares do Brasil, como foi o caso de São Paulo (Rafael Ocanha, 2014). Esse discurso buscava, acima de tudo, legitimar as operações de limpeza contra prostitutas, homossexuais e travestis na capital alagoana. O principal objetivo da imprensa era impedir que os espaços públicos, como ruas e praças, fossem ocupados por esses sujeitos, impossibilitando-os de exercitar o que Judith Butler (2018) chama de "direito de aparecer".

Se, conforme Butler, o direito de aparecer seria expresso a partir das manifestações sociais – as quais ela denomina como "assembleias" – com o objetivo de fazer com que corpos sejam reconhecidos como uma força política plural, é possível afirmar que os corpos dissidentes, ao serem trazidos à existência, já são colocados como transgressores da cisheteronormatividade e, portanto, são automaticamente reivindicadores desse direito de aparecer, uma vez que são corpos políticos em (re)existência. Assim, o fato de homossexuais, travestis e mulheres que praticavam a prostituição ocuparem praças com o objetivo de exercitarem suas formas de sociabilidade publicamente, diante das ações de repressão da ditadura civil-militar, pode ser visto como um exercício do "direito de aparecer" a partir da reivindicação do direito de existir plenamente.

Este capítulo busca mapear os espaços públicos frequentados/ocupados e compartilhados por sujeitos vistos como sexualmente desviantes, ao mesmo tempo em que também procura problematizar o discurso desumanizante produzido pela

imprensa alagoana sobre esses corpos, tendo em vista que ela atuou como um "dispositivo de controle e de produção de estigmas sobre espaços e sujeitos ditos desviantes" (Crislanne Maria dos Santos, 2023, p. 17). Ainda que as realidades de violência das pessoas sexualmente dissidentes tenham sido diferentes da violência direcionada à resistência armada durante a ditadura civil-militar, isso não quer dizer que não tivesse havido repressão contra esses corpos (Renan Quinalha, 2021), principalmente nos espaços públicos, como pode ser observado em Maceió.

Uma "enxurrada de homossexuais" pelos espaços públicos da cidade

A priori, é importante salientar que, ainda que a imprensa brasileira dos anos de 1970 tenha sido marcada, em certa medida, por uma visibilidade das experiências divergentes da cisheteronorma, uma vez que um grande número de jornais e revistas, naquele período, produziu uma série de matérias que atestavam que o sujeito *gay* havia se tornado um assunto público de grande relevância, é inegável que, conforme aponta Natanael Silva (2023, p. 353), a existência de homossexuais e travestis ainda fosse tratada pela imprensa em um tom "depreciativo e subalternizante". Logo, não é de se estranhar que o mesmo tenha acontecido com a imprensa alagoana.

Dessa maneira, em uma notícia publicada em 19 de julho de 1970 pelo *Jornal de Alagoas*, intitulada "Outra rua com 3 infernihos", a imprensa afirmava que Maceió estava imersa em um cenário marcado por uma "invasão de mariposas e pederastas", com suas praças e ruas sendo completamente ocupadas por esses sujeitos considerados sexualmente subversivos. Sendo assim, em um tom de revolta e de incentivo à repressão contra esses corpos pelas autoridades, o *Jornal de Alagoas* se posicionou com as seguintes palavras:

> É preciso então que a polícia, pelo menos, a destacada no Terceiro Distrito, tome uma providência para sanar o mal, pois a situação não pode mais continuar do jeito que se apresenta. Quando não são as mariposas, as praças públicas são invadidas por grupos de pederastas que ficam até altas horas da madrugada perturbando o sossego daqueles que àquela hora procuram descansar de mais um dia de trabalho. Mas as providências já foram anunciadas pelo Bel. Jamerson Rodrigues. Só falta, agora, as famílias se contentarem em esperar que as medidas punitivas surjam para acabar com a invasão de mariposas e pederastas (*Jornal de Alagoas*, Maceió, 19 jul. 1970, p. 5).

A imprensa alagoana, que atuava como um dispositivo de controle sobre os corpos dissidentes (Santos, 2023), juntamente à gestão da cidade e às autoridades policiais da ditadura civil-militar em Maceió, construía discursivamente o cenário de que as praças e ruas da capital sofriam de um suposto "mal a ser sanado": a presença de sujeitos denominados como "pederastas" e de pessoas acusadas de praticarem a prostituição. Essas últimas, chamadas de mariposas, mantinham uma vida noturna e circulavam livremente pelos espaços públicos da cidade altas horas da madrugada. Segundo Renan Quinalha (2021), durante a ditadura, a mais visível das violências contra homossexuais, travestis e prostitutas foi a repressão policial nas ruas, uma vez que, com ela, veio também o monitoramento dos espaços de sociabilidade, as batidas e, consequentemente, as prisões, muitas vezes realizadas contrárias à lei. Ainda que o exercício das sexualidades divergentes da cisheteronorma não fosse considerado crime legalmente no Brasil, a perseguição policial a homossexuais e travestis foi algo bastante comum durante a ditadura civil-militar (MacRae, 2018, p. 165).

Não obstante, vale ressaltar que, durante os anos de ditadura no Brasil, ainda não havia uma separação objetiva entre o que seria orientação sexual e o que seria identidade de gênero (Silva, 2023, p. 356). Tal realidade se torna ainda mais visível ao ter em mente que, segundo Helena Vieira (2023, p. 170), o pensamento coletivo daquele período, incluindo os jornais, partilhava de uma concepção de que a travesti seria, na verdade, um homem que se "passava" por mulher, ou ainda que "fingia ser mulher". De modo semelhante, Elias Veras (2017, p. 55), ao entrevistar algumas travestis em sua obra *Travestis*: carne, tinta e papel, demonstra como esse discurso foi denunciado nos relatos das próprias travestis entrevistadas, que afirmavam que, naqueles tempos, eram caracterizadas na/pela imprensa como um "veado de vestir roupa de mulher".

Tendo isso em vista, é necessário historicizar os termos "pederastas" e "homossexuais", dos quais a imprensa alagoana se utilizou, nos anos de 1970, assim como a ausência do termo travesti nos jornais nesse período. Ao longo da historiografia, o termo "homossexual" serviu como uma lente que certamente obscureceu a diversidade de identidades que hoje integram a comunidade LGBTQIAPN+, fazendo com que, nesse cenário, outras identidades – como é o caso da travestilidade e das transfeminilidades – acabassem sendo submersas nessa terminologia hegemônica. Mesmo quando os historiadores recorreram à categoria "homossexualidades" como uma categoria analítica, tal abordagem não atendeu à diversidade de experiências sexuais e de gênero dissidentes. Logo, ao analisar as fontes, sobretudo as anteriores à década de 1980, é necessário problematizar se os sujeitos denominados como "homossexuais" nesses registros históricos não pertenciam a outras identidades transgressoras da cisheteronorma.

Nessa perspectiva, entende-se que a classificação "homossexuais", utilizada pelos jornais, foi empregada com relação a ou-

tros sujeitos desviantes da cisheteronorma para além do sujeito *gay*. Sabendo disso, é possível que, em meio a esses grupos denunciados pela imprensa como "pederastas", não estivessem somente os *gays*, como atualmente os concebemos, mas também *sujeitas*[67] – como prefere se referir Dediane Souza (2022) – que hoje entendemos como travestis e como mulheres transgênero, uma vez que elas poderiam estar também integradas a esses grupos apontados pela imprensa como causadores de um suposto "caos" e de uma suposta "desordem" nos espaços públicos da cidade por causa de seus corpos sexualmente transgressores.

Nesse prisma, observa-se que um desses espaços públicos de Maceió frequentados e compartilhados por pessoas homossexuais, travestis e por mulheres que viviam da prostituição, ou que a ela foram associadas, era a Praça do Ideal, no bairro da Levada, onde localizava-se também o Cinema Ideal e que, não por acaso, também serviu de ponto de encontro LGBTQIAPN+ naquele período. Sendo assim, em uma nota escrita por Jorge Oliveira para a coluna "Nos bastidores da polícia", em 14 de agosto de 1970, o *Jornal de Alagoas* afirmava que, quando as mariposas não estavam nas ruas, era sinal de que, segundo eles, "o cocô mudou" (*Jornal de Alagoas*, Maceió, 14 ago. 1970, p. 5), referindo-se ao fato de que eram os sujeitos denominados como "pederastas" que agora se colocavam como frequentadores desses espaços públicos na ausência das prostitutas; no caso específico da nota, da Praça do Ideal.

Ao atribuir a ideia de excremento – ou "cocô", como dizia a nota – às mulheres, aos homossexuais e às travestis que andavam pelas praças e ruas da cidade, o *Jornal de Alagoas* reforçava o ideal higienista de "limpeza" defendido pelas autoridades militares do período, que buscavam eliminar aquilo que con-

67 Com "sujeitas", Dediane Souza (2022) apresenta uma flexão de gênero que expressa uma reivindicação política acerca do reconhecimento da feminilidade das travestis. Assim, aproprio-me do uso do termo neste texto.

sideravam como símbolo de impureza. Ao desumanizar esses sujeitos, colocando-os em uma posição de sujeira e de excremento social que precisava ser erradicada da cidade de Maceió, o discurso de "limpeza" ganhava o apoio da população que, não por acaso, também se expressava através da imprensa, expondo suas indignações acerca da livre circulação desses sujeitos. Assim, a imprensa terminou por se constituir como produtora de discursos que endossaram as práticas de segregação de corpos vistos como "indesejados" (Santos, 2023, p. 17).

Nesse contexto de construção midiática sobre uma suposta "invasão" aos lugares públicos da cidade por parte dos sujeitos sexualmente subversivos, é possível identificar que a região do Centro de Maceió também se caracterizou como um lugar de grande circulação de "mariposas" e "pederastas". Em 9 de setembro de 1970, o *Jornal de Alagoas* publicou a notícia intitulada "'Bichas' invadem Ladeira da Catedral", com a seguinte informação:

> Pessoas residentes na Ladeira da Catedral fizeram um apêlo ao Comandante da Radiopatrulha, cap. Nilton Rocha, no sentido de dar umas voltinhas por aquela localidade. Ninguém pode mais ficar às portas. Santo (*sic*) tantos os bichas que parece mais um zoológico. Ali se constitui num verdadeiro "Garcia", tal a bicharada. Acreditamos que o comandante da RP vai atender o apêlo da população daquela artéria e colocar os carangos em pleno funcionamento (*Jornal de Alagoas*, Maceió, 9 set. 1970, p. 5).

Com essa notícia, tornou-se nítido que o *Jornal de Alagoas*, na década de 1970, produzia um discurso de desumanização desses sujeitos, chegando ao ponto de comparar a Ladeira da Catedral (Figura 1), conhecida por ser um dos pontos de encontro de homossexuais e travestis naquele período, a um zoológico. Com isso, o jornal se utilizava de um irônico trocadilho entre o termo

pejorativo atribuído a homossexuais afeminados da época – "bicha" – e o sentido literal da palavra "bicha", como feminino de bicho/animal. Isso evidenciava, em forma de denúncia, a suposta "invasão" que estaria acontecendo nos arredores da Catedral Metropolitana de Maceió e em outros lugares da cidade, além de endossar a desumanização praticada contra esses sujeitos.

Nesse contexto, é importante destacar que o termo "bicha", utilizado pelo *Jornal de Alagoas*, foi amplamento disseminado pela imprensa brasileira nas décadas de 1970 e 1980. Conforme aponta Natanael de Freitas Silva, até mesmo os jornais alternativos, autointitulados "libertários", como é o caso de *O Pasquim*, que se identificava como um jornal de esquerda, foram fomentadores desse discurso homofóbico presente na impren-

Figura 1 - Foto da ladeira ao lado da catedral, no Centro Comercial, na década de 1980
Fonte: Acervo Misa.

sa, atacando, provocando e, até mesmo, ridicularizando pessoas consideradas sexualmente desviantes em diversos momentos, além de disseminarem termos pejorativos contra homossexuais, como foi o caso do termo "bicha" (Silva, 2023, p. 354-355). Assim sendo, se até os jornais independentes, vistos como libertários, não estavam livres dos discursos desumanizantes contra as pessoas LGBTQIAPN+, não seria o *Jornal de Alagoas* uma exceção.

Nota-se que não demorou muito para que a própria Catedral Metropolitana (Figura 2) passasse a ser referenciada, ainda naquele mesmo mês, pelo *Jornal de Alagoas*, como um espaço "invadido" por esses grupos em suas formas de sociabilidades públicas. Em uma notícia denominada "Pederastas invadem igreja da Catedral", publicada no dia 12 de setembro de 1970, o mesmo jornal denunciava certa "enxurrada de homossexuais" que estaria ocupando o templo católico e circulando por ali, afirmando ainda que a presença desses sujeitos, naquele local em específico, chegava a ser uma "ofensa aos católicos que comparecem ao templo para rogar aos santos" (*Jornal de Alagoas*, Maceió, 12 set. 1970, p. 5).

Desse modo, ainda que, segundo MacRae (2018, p. 122), após o que ele chama de "declínio da influência da religião cristã", as experiências sexuais tenham deixado de estar vinculadas estritamente ao conceito de pecado e passado a se revestir de novas roupagens a partir dos discursos médicos, é nítido que tal pensamento religioso permanecia exercendo certo controle sobre esses corpos dissidentes, ainda nos anos de 1970. Desse modo, a presença dos chamados "pederastas" sobre o solo sagrado foi vista, pelo *Jornal de Alagoas*, como uma ofensa aos religiosos e, consequentemente, ao âmbito divino por causa da profanação do espaço dito sagrado. Assim, conforme Quinalha (2021), os sujeitos considerados sexualmente desviantes, como eram os homossexuais e as travestis, vieram a se tornar um dos grupos sociais mais perseguidos pela ditadura civil-militar justamente pelo fato de o regime afirmar defender os ditos "valores cristãos".

Figura 2 - Foto da Catedral Metropolitana de Maceió, com a ladeira à sua direita, em 1970
Fonte: Acervo Misa.

Com isso, a imprensa parecia contribuir para a propagação – assim como para a consolidação – da imagem do "pederasta" como um ser animalesco, que nada se assemelhava à dita natureza moral e ética idealizada do homem cisheterossexual. Nessa produção discursiva, o "pederasta" era, portanto, um símbolo da devassidão e da sujeira que infestava os espaços públicos e que não possuía o mínimo de respeito ao que era considerado sagrado. Era uma figura desviante, profana e sexualmente subversiva, construída pelas/nas páginas do *Jornal de Alagoas*. Essa figura arquetípica era estabelecida discursivamente pela imprensa alagoana com o intuito de legitimar as operações de limpeza contra travestis e homossexuais nos espaços públicos da cidade e criar uma Maceió – senão casta – certamente castrada, na qual a liberdade sexual dos corpos dissidentes seria arrancada e "cortada" do meio social.

Sabendo disso, não custa lembrar que, como já mencionado anteriormente, é possível que nesses grupos denominados pela imprensa alagoana como "pederastas", juntamente aos sujeitos homossexuais, estivessem também travestis e pessoas transgênero. Assim sendo, é importante destacar que, naquele período, a imprensa brasileira replicava o discurso de que a travesti seria, na verdade, um "homem que quer ser mulher" (Silva, 2023, p. 356), uma "boneca", um homossexual afeminado que se apropriava de elementos lidos como femininos. Essa ideia apresentava uma dicotomia presente no próprio universo *gay* do Brasil, que separava o "homem de verdade" – homossexual cis másculo – e a "boneca" – "bicha" afeminada, que se travestia com elementos ligados à feminilidade – em dois polos distintos que reproduziam as hierarquias de gênero cisheteronormativas (Veras, 2017, p. 46).

Elias Veras (2017) aponta que, antes da virada dos anos de 1970 para 1980, o termo travesti aparece na imprensa ligado a uma performatividade eventual. Nesse período, que Veras (2017, p. 41) denomina como "tempo das perucas", não estava configurado ainda no discurso público-midiático o que chamamos de "sujeito travesti", pelo menos não como uma identidade como hoje conhecemos. O termo era empregado na imprensa para se referir a uma expressão performática ocasional, realizada por sujeitos lidos socialmente como homossexuais e bonecas e que adotavam uma performance feminina. Nos anos de 1970 e início dos anos de 1980, novos conceitos passaram a envolver o universo da travestilidade e as *sujeitas* que peformavam uma nova feminilidade reivindicavam também uma nova "identidade sexual" (Veras, 2017, p. 57).

Sob esse viés, é possível que as travestis da Maceió dos anos de 1970 também tenham sido incluídas nesses grupos de "pederastas" mencionados pelos jornais, como frequentadoras das praças e ruas da cidade, visto que elas eram lidas pela imprensa

da época – assim como pela ditadura civil-militar e pela sociedade no geral – como homossexuais afeminados que se vestiam com roupas atribuídas ao gênero feminino. Na notícia "'Travestis' vistos (*sic*) roubando no Farol", publicada em 9 de maio de 1970, o *Jornal de Alagoas* define a travesti como um homem "usando roupas e objetos de mulheres" e que se fazia passar "por elementos do sexo frágil", como se lê abaixo:

> Bandidos usando roupas e objetos de mulheres estariam assaltando casas e pessoas no bairro do Farol. A polícia já está a procura da quadrilha de "travestis" que altas horas da noite se fazem passar por elementos do sexo frágil para enganar os incautos. [...] Os policiais estão fazendo uma batida pelos principais bairros da cidade a fim de localizar os bandidos "travestis" (*Jornal de Alagoas*, Maceió, 9 maio 1970, p. 6).

Não obstante, o *Jornal de Alagoas* também se referia a essas mesmas travestis, em outra notícia, como sujeitos que "usavam vestes de mulher para enganar os policiais altas horas da noite" (*Jornal de Alagoas*, Maceió, 16 maio 1970, p. 6), com suas roupas atribuídas ao gênero feminino, seus batons e seu *rouge*. Diante disso, as notícias que atrelavam as travestis aos assaltos e aos planos de engano contra policiais evidenciam uma constante tentativa do jornal em vincular a imagem da travesti à criminalidade, principalmente a casos de roubos e arrombamentos, fazendo da imprensa um dispositivo do estigma travesti (Veras, 2017). O mesmo acontecia com mulheres cisgênero que praticavam a prostituição e que eram associadas aos chamados "ladrões" (*Jornal de Alagoas*, Maceió, 18 jun. 1970, p. 6) e com sujeitos *gays*, que, supostamente, integrariam uma "quadrilha dos pederastas" (*Jornal de Alagoas*, Maceió, 25 jun. 1970, p. 6). Por causa da ausência de leis que criminalizassem as sexualidades

dissidentes, alguns crimes – como roubos e assaltos, vadiagem e violação aos bons costumes – foram utilizados como forma de controlar e encarcerar esses corpos (Quinalha, 2021).

Contudo, segundo o mencionado jornal, além de circularem pelo Farol, as travestis também atuavam em bairros como o Vergel do Lago (*Jornal de Alagoas*, Maceió, 16 maio 1970, p. 6), onde, não por acaso, havia uma grande circulação de mulheres cis associadas à prostituição e de sujeitos homossexuais pelos espaços públicos durante a madrugada. Assim sendo, é possível que esses grupos sexualmente subversivos, na realidade, não estivessem tão distantes em suas vivências sexuais e que as *sujeitas* travestis daquele período circulassem tanto no meio dos chamados "pederastas" quanto no meio das "mariposas". Nesse contexto, não seria estranho pensar que a maioria desses sujeitos, considerados sexualmente subversivos pela ditadura, em um cenário de desumanização e opressão contra seus corpos, tenham se encontrado nesses espaços e tenham tido seus caminhos cruzados.

Com isso, percebe-se que as notícias que vinculavam "pederastas" e "mariposas" aos roubos e assaltos acabaram por serem produzidas com o objetivo principal de encontrar uma justificativa para a opressão, perseguição e prisão dos corpos dissidentes, principalmente no tocante às operações de limpeza instauradas pela ditadura civil-militar nos espaços públicos de Maceió. Desse modo, a imprensa logo se tornou uma espécie de aliada por meio da qual a ditadura buscou legitimar a desumanização de travestis e homossexuais como forma de estabelecer o controle sobre eles.

As vidas noturnas de uma Maceió prostituta

Com as chamadas "mariposas", isso não era tão diferente. Conforme aponta Renan Quinalha (2021), o que acontecia com as sexualidades vistas como desviantes pela ditadura, no quesito

legal, acontecia também às mulheres cis que eram denominadas como "prostitutas". A não obediência aos horários determinados para a circulação nas ruas, a persistência em não esconder seus corpos nos lugares públicos e a transgressão dos valores de feminilidade casta e recatada da época colocavam essas mulheres como sexualmente perigosas e nocivas à ordem social. Segundo aponta Crislanne Santos (2023, p. 32), as mulheres, durante o regime civil-militar, eram exaustivamente educadas – e, de certa forma, "treinadas" – para exercerem um papel materno e conjugal do qual se exigia atributos como a maternidade, o cuidado da família e os afazeres domésticos. Contudo, as mulheres que viviam da prostituição subvertiam completamente todo esse imaginário de feminilidade ideal.

Diante disso, a imprensa alagoana, em uma notícia intitulada "Mundanas estão soltas atormentando famílias", publicada em 11 de junho de 1970 pelo *Jornal de Alagoas*, passou a evidenciar e reiterar o distanciamento entre a figura das "mariposas"/"mundanas" e a imagem das "senhoritas e senhoras" que, não por acaso, evitavam sair de suas casas a essas horas para não serem confundidas com as mulheres tidas como sexualmente subversivas.

> MUNDANAS ESTÃO SOLTAS ATORMENTANDO FAMÍLIAS
>
> E as mariposas continuam soltas pelos diversos bairros da cidade. Não é preciso prendê-las, porque elas precisam andar, é certo. Mas o que incomoda os habitantes da cidade é que elas andam nas horas não permitidas, atormentando as famílias, o que requer uma ação da polícia nesse sentido.
>
> PONTA DA TERRA
>
> Nos chegam informações de que em Ponta da Terra, ou mais precisamente na Rua Firmina Vasconcelos, as mun-

> danas depois das dez da noite ficam tranquilas, passeando a vontade e de braços dados com os marmanjos sem que ninguém tome providências.
>
> Palavras de baixo galão (*sic*), gestos obcenos além de outros fatos, fazem com que a população fique revoltada, pois ninguém pode sair às ruas, principalmente as senhoritas e senhoras (para não serem confundidas com as mundanas, como tem acontecido (*Jornal de Alagoas*, Maceió, 11 jun. 1970, p. 6).

Nesse cenário, é notório que restava a essas outras mulheres, sob o título de "prostitutas", apenas a imagem midiaticamente construída de simples proferidoras de "palavras de baixo calão", conhecidas por causa de seus constantes "gestos obscenos" em oposição à imagem de pudor e de suposta virtude das chamadas "senhoritas". A diferenciação estabelecida entre as mulheres que eram associadas à prostituição – e que, muitas vezes, não a praticavam – e as chamadas "mulheres respeitáveis" foi amplamente utilizada para que as autoridades da ditadura conseguissem manter o controle da cidade, dos corpos e do gênero (Santos, 2023, p. 39). Não por acaso, esse discurso acabou sendo reproduzido pela imprensa alagoana, uma vez que esta possuía papel crucial como propagadora da estigmatização dos corpos dissidentes e como grande colaboradora da construção da segregação desses sujeitos.

Com o objetivo de estabelecer uma manutenção do controle dos corpos dessas mulheres, as autoridades da Secretaria de Segurança determinaram que as boates e os estabelecimentos frequentados pelas "mariposas" deveriam se restringir unicamente ao espaço do bairro do Tabuleiro do Martins, impedindo-as de circular nos demais bairros, posto que isso seria visto como um desacato às autoridades. Contudo, mesmo diante de tal determinação, bairros como Ponta Grossa, Vergel do Lago,

Levada e Prado – conhecidos por fazerem parte da chamada "cidade baixa" – ainda continuavam sendo constantemente mencionados pelo *Jornal de Alagoas* (Maceió, 12 jun. 1970, p. 6) como lugares pelos quais as chamadas "mariposas" passeavam livremente. Alguns desses espaços eram eventualmente frequentados também pelos "pederastas" e abrangiam tanto lugares privados, como era o caso de bares e boates clandestinas, quanto lugares públicos, como era o caso das ruas e praças.

Tornou-se visível que existia, no discurso da imprensa alagoana, uma demarcação de lugares que passaram a ser vistos como símbolo de imoralidade em decorrência da presença desses sujeitos vistos como desviantes. Um grande exemplo disso foi o bairro da Ponta Grossa, que acabou sendo conhecido como o lugar "onde a depravação predomina" (*Jornal de Alagoas*, Maceió, 4 ago. 1970, p. 5), assim como sua rua Doutor Baltazar de Mendonça, que passou a ser mencionada como a "rua mais assediada pelas mundanas" (*Jornal de Alagoas*, Maceió, 27 fev. 1970, p. 2). Tal realidade se assemelhava ao que aponta Crislanne Santos (2023, p. 18), como um processo marcado pela segregação de sujeitos sexualmente subversivos, imposta através da regionalização, da ordenação dos espaços, da separação dos corpos dissidentes e do controle dos sujeitos tidos como indesejáveis, juntamente à estigmatização desses corpos e de seus espaços.

Por outro lado, ainda que os bairros da "cidade baixa" tenham sido os locais mais significativamente ocupados e frequentados pelos sujeitos vistos como sexualmente desviantes de Maceió, no início dos anos de 1970, é fato que eles não eram os únicos. Ainda na notícia intitulada "Mundanas estão soltas atormentando famílias" (*Jornal de Alagoas*, Maceió, 11 jun. 1970, p. 6), já mencionada, o *Jornal de Alagoas* afirmava que as mulheres que praticavam a prostituição estavam presentes em "diversos bairros da cidade", o que acabava por causar incômodo aos morado-

res desses locais que, vendo-as andar pelas ruas durante as chamadas "horas não permitidas", mostravam-se enfurecidos com a circulação de corpos como os dessas mulheres. Nesse caso, o jornal menciona o bairro da Ponta da Terra, em especial a rua Firmino Vasconcelos, como um desses lugares, no qual, após as 22 horas, as "mariposas" apareciam e andavam livremente, acompanhadas por seus parceiros.

Com as rondas policiais e as operações de limpeza nos bairros citados, principalmente no de Ponta Grossa, não é de se admirar que outros lugares também tenham passado a ser frequentados pelas chamadas "mariposas" após o deslocamento dessas mulheres. Se, antes, o *Jornal de Alagoas* (Maceió, 11 jun. 1970, p. 6) afirmava que não era "preciso prendê-las", rapidamente seu discurso mudou com o começo das operações de limpeza, dizendo que os policiais estariam declarando "guerra à prostituição" com o objetivo de fazer com que as famílias pudessem "permanecer tranquilas" (*Jornal de Alagoas*, Maceió, 4 ago. 1970, p. 5).

Com esse processo de deslocamento, outras ruas e praças da cidade começaram a ser denominadas como "pontos centrais para reunião das meretrizes" pelo *Jornal de Alagoas*, sendo este o caso da Estação Ferroviária, próxima à antiga sede do Arcebispado, no Centro; da Praça Centenário; da rua Conselheiro Lourenço de Albuquerque; da rua do Comércio; da Praça Deodoro; da Praça dos Palmares e da avenida Duque de Caxias (*Jornal de Alagoas*, Maceió, 31 jul. 1970, p. 5). O centro da cidade passou a ser reconhecido a partir da frequente circulação de corpos sexualmente dissidentes. Se a ladeira da catedral era constantemente ocupada por uma "enxurrada de homossexuais", observa-se que outros lugares do centro da cidade, como a Praça Deodoro (Figura 3), eram também ocupados por uma "enxurrada" de prostitutas.

Figura 3 - Foto da Praça Deodoro, no ano de 1970
Fonte: Acervo Misa.

De modo semelhante, é possível identificar as praias como outro espaço de circulação de corpos sexualmente subversivos em Maceió durante a ditadura civil-militar. Em sua análise do roteiro publicado pelo *Lampião da Esquina* e assinado pela União dos Viados de Alagoas (UVA) sobre os principais lugares de encontro da comunidade *gay* em Maceió, Elias Veras (2021)

menciona as praias da capital alagoana também como espaços de sociabilidade LGBTQIAPN+. Consonante a isso, nota-se que algumas praias, como a dos Sete Coqueiros, a da Avenida (Figura 4) e as da Ponta da Terra e Pajuçara, também foram mencionadas pela imprensa alagoana como espaços de encontro das chamadas "mariposas" e de seus parceiros durante altas horas das noites (*Jornal de Alagoas*, Maceió, 1º jul. 1970, p. 6).

Sabendo disso, é interessante observar a notícia intitulada "Casais que perturbam nas praias na mira da polícia", veiculada no dia 5 de janeiro de 1971, no *Jornal de Alagoas*. Nela, informava-se aos leitores acerca das batidas policiais que seriam feitas nas principais praias da cidade, com o objetivo de prender os casais que, durante a noite, se encontravam nesses espaços:

Figura 4 - Foto da Praia da Avenida, na década de 1970
Fonte: Acervo Misa.

> CASAIS QUE PERTURBAM NAS PRAIAS NA MIRA DA POLÍCIA
> O Núcleo de Rádio Patrulha, através de seu titular, Tenente Nilton Rocha, informa que a partir de hoje fará diversas batidas nas principais praias da cidade, a fim de efetuar a prisão de diversos casais que ali comparecem altas horas da noite, muitas vezes perturbando a paz das famílias residentes nas localidades sempre visitadas pelos citados casais [...] (*Jornal de Alagoas*, Maceió, 5 jan. 1971, p. 2).

O fato de esses "casais" se encontrarem nas praias da cidade para trocarem afetos, ou até possivelmente exercerem algum tipo de prática sexual, causava revolta na população e nas autoridades. Sob esse viés, sabendo que as praias eram comumente utilizadas para encontros de pessoas de gênero e sexualidade dissidentes e eram também pontos de prostituição das chamadas "mariposas", é possível que os casais mencionados pelo *Jornal de Alagoas* estivessem, portanto, ligados a esses grupos considerados sexualmente subversivos e desviantes e, por esse motivo, estivessem sendo ameaçados de prisão pela Rádio Patrulha.

Naquele período, as vivências, experiências e os espaços de pessoas transgressoras às normas sexuais e de gênero, na capital alagoana, não estavam tão distantes quanto se imagina, embora a historiografia alagoana tenha se calado perante isso por muito tempo.

Ainda que trabalhos que analisem os espaços de sociabilidade e de circulação de sujeitos LGBTQIAPN+ e prostitutas, em Maceió, tenham sido publicados nos últimos anos, como é o caso das produções de Elias Veras (2021) e Crislanne dos Santos (2023), é inegável que ainda hoje se mantém um silenciamento acerca das interações sociais entre esses dois diferentes grupos por parte dos/as historiadores/as. Nota-se, ainda, a existência

de um vasto e profundo abismo entre as experiências de repressão sexual e de sociabilidade dessas duas categorias promovidas pela historiografia alagoana, que por muito tempo dificultou o diálogo de pesquisa entre esses dois grupos de sujeitos.

Ao analisar a realidade da prostituição em São Paulo no fim da década de 1970 e início da década de 1980, Rafael Ocanha (2014) não se deteve somente sobre a prostituição de mulheres cisgênero, mas observou também as experiências de prostituição de travestis e de homossexuais dentro desse cenário. Sendo assim, o autor afirma que as ondas de violência policial recaíram tanto sobre os sujeitos que viviam do *trottoir* – termo francês que significa "calçada", mas que também se refere à prática de se prostituir em espaços públicos como forma de tornar os chamados "programas" mais acessíveis (Ocanha, 2014, p. 27) –, quanto sobre outras pessoas socialmente vulneráveis, mostrando que essas múltiplas experiências estavam intimamente ligadas.

Tendo isso em mente, mas estreitando o olhar para a cidade de Maceió, resta-nos a seguinte pergunta: sabendo que, em diversos momentos, esses grupos de sujeitos dissidentes cruzaram seus caminhos em seus espaços de sociabilidade e em suas experiências sexuais consideradas subversivas aos opressivos olhos do regime civil-militar, quais teriam sido, portanto, os fatores sociais que possibilitaram essas interações e esse processo de compartilhamento de espaços públicos para fins de sociabilidade entre pessoas LGBTQIAPN+ e mulheres que viviam da prostituição?

Alianças de uma "gente desclassificada" e sexualmente vulnerável

Para responder a pergunta lançada no parágrafo anterior, é necessário que se retorne aos jornais. No dia 5 de janeiro de 1971, quatro dias após o *Jornal de Alagoas* publicar uma nota que contabilizava um total de 29 prisões de homossexuais em Maceió

durante o ano de 1970 (*Jornal de Alagoas*, Maceió, 1º jan. 1971, p. 5), foi publicada uma notícia intitulada "Terreno baldio é reduto de gente desclassificada". A notícia informava que, atrás do antigo Instituto Médico Legal Doutor Estácio de Lima (IML), próximo à Praça da Faculdade, hoje localizado no atual bairro do Prado, havia um local, classificado pelo jornal como um terreno baldio. Todavia, esse local acabou por se tornar conhecido por ser um espaço compartilhado por pessoas de gênero e sexualidade dissidentes e por prostitutas, assim como também costumava ser frequentado por outros sujeitos denominados como "desordeiros". Sua existência, segundo a imprensa alagoana, só poderia ser caracterizada como "um atentado aos bons costumes" por ser frequentado por esses "marginais", como consta no seguinte trecho:

> TERRENO BALDIO É REDUTO DE GENTE DESCLASSIFICADA
>
> Por trás do Instituto Estácio de Lima, em um terreno baldio, o "negócio" está degenerando. Tornando-se reduto de marginais, prostitutas, desordeiros e homossexuais, o referido lugar é um atentado aos bons costumes. A verdade é que ninguém pode passar pelo local, sob pena de sofrer alguma "coisa". Já imaginaram tanta gente desclassificada junta? É aconselhavel que ninguém de bom senso passe por lá [...] (*Jornal de Alagoas,* Maceió, 5 jan. 1971, p. 5).

"Já imaginaram tanta gente desclassificada junta?", essa era a pergunta que o *Jornal de Alagoas* lançava aos seus leitores. Ora, tal provocação faz qualquer historiador se questionar sobre o que seria, de fato, uma "gente desclassificada" para a imprensa daquele período e quais os discursos que estariam atravessando esses sujeitos e tornando-os figuras "desclassificadas" aos olhos da classe dominante. Assim, surge a seguinte pergunta: por que

as experiências de corpos dissidentes desqualificavam esses sujeitos e os invalidavam enquanto humanos? Além disso, quais teriam sido os fatores que fizeram com que esses grupos, vistos pelas autoridades como sujeitos desqualificados, compartilhassem esses espaços públicos?

Diante desses questionamentos, uma coisa é certa: tal realidade estava atrelada às situações de precariedade impostas pela própria ditadura civil-militar sobre os corpos desviantes, com o objetivo de controlá-los e, por fim, exterminá-los em prol da cisnormatividade dominante. Sob esse prisma, em diálogo com Judith Butler (2018), a partir de seu conceito de precariedade, nota-se que essas vidas precárias estavam sendo induzidas politicamente a essas situações de vulnerabilidade ao serem relegadas à posição de corpos lidos socialmente como inválidos e descartáveis. Eram corpos que não beiravam o humano e, assim, eram expostos ainda mais à morte e à violência.

Dessa forma, observa-se que as diferentes situações de precariedade impostas sobre os corpos socialmente vulneráveis estão diretamente vinculadas à formação de alianças sociais entre esses próprios grupos. Ainda segundo Butler (2018), essas alianças acabam por serem desenvolvidas a partir da união de corpos dissidentes em prol do compartilhamento da luta pela sobrevivência e pela resistência à precariedade, evidenciando suas existências e a rejeição à realidade precária a partir do exercício daquilo que ela chama de "direito de aparecer". Embora a autora associe, de forma categórica, o direito de aparecer às manifestações sociais nas ruas, é plausível afirmar que os corpos dissidentes, em suma, já são considerados transgressores da normatividade simplesmente por existirem, o que os torna automaticamente reivindicadores desse direito.

Sob essa óptica, o ato de homossexuais, travestis e mulheres que praticavam a prostituição ocuparem praças e ruas para exercerem suas formas de sociabilidade publicamente, em meio

à repressão e à perseguição instaurada pela ditadura civil-militar em Maceió, já pode ser interpretado como um exercício do "direito de aparecer", através da reivindicação pública do poder viver e de tornar seus corpos visíveis. O exercício do direito de aparecer logo evidenciou a precariedade social desses sujeitos durante o regime. Dessa maneira, percebe-se que os sujeitos que não vivem o seu gênero e sexualdiade segundo a cisheteronorma acabam por serem inseridos em um cenário de exposição a violências e assédios muito maior do que aqueles que vivem segundo as regras da cisheteronormatividade (Butler, 2018, p. 35).

É perceptível que tanto os grupos denominados como "pederastas" quanto as chamadas "mariposas" foram marcados, ainda que em suas diferentes realidades, por uma série de medidas que acentuou as situações de precariedade induzidas pela ditadura civil-militar. Essa realidade fez com que esses sujeitos encontrassem, nesses espaços públicos compartilhados, a possibilidade de firmarem possíveis acordos, ou até mesmo alianças, de coexistência como forma de sobreviverem às repressões instauradas pelo regime. Por serem corpos que, segundo Crislanne Santos (2023, p. 20), eram vistos como "corpos a serem expurgados em nome do 'progresso da cidade'", podem ter encontrado, nesse processo de compartilhamento de espaços de sociabilidade, maneiras de se protegerem das operações de limpeza. Assim sendo, esse compartilhamento pode sugerir a existência de uma aliança silenciosa, estabelecida como tentativa de fortalecimento em conjunto desses sujeitos diante da opressão sexual comum a ambos os grupos.

Ademais, é possível que essas "alianças silenciosas" não tenham sido estabelecidas de maneira meticulosamente organizada, como acontecia dentro do âmbito político-partidário e associativo, mas sim através de um processo gradual, resultado de uma tentativa de manter suas sociabilidades e seus encontros mesmo diante da repressão sexual. Essas alianças teriam sido

expressas a partir do compartilhamento das praças públicas e, diferente das alianças políticas formadas pelos movimentos sociais, teriam feito com que sujeitos que hoje denominamos como LGBTQIAPN+ se articulassem em Maceió não através de protestos e de manifestações públicas, mas de suas formas de sociabilidade ao ar livre.

Conforme Elias Veras (2021), a União dos Viados de Alagoas (UVA) foi uma entidade que atuou na garantia de uma visibilidade restrita a esses sujeitos, ainda que não se organizasse como um grupo ativista clássico. Essa visibilidade restrita, garantida pela UVA, apenas abarcava sujeitos LGBTQIAPN+ que frequentavam os bares, restaurantes, boates e cinemas da cidade (Veras, 2021, p. 182). Ainda que Ana Maria Pereira (2008, p. 55) aponte que os espaços privados de sociabilidades homoafetivas em Maceió, como bares e boates, tenham sido estrategicamente pensados para demarcar a manifestação das sexualidades dissidentes da normatividade e produzir o que ela chama de "guetização dos corpos", é fato que as pessoas que costumavam frequentar esses espaços privados, por mais desviantes que fossem aos olhos da cisheteronorma, eram majoritariamente sujeitos de classe média que possuíam maior poder de consumo, somado a um *status* social que lhes permitia usufruir desses espaços reservados ao prazer restrito a partir de seus privilégios (Pereira, 2008, p. 59).

Nesses espaços privados, acordos foram feitos entre os responsáveis pelos bares da cidade e os sujeitos transgressores que costumavam frequentar esses lugares fechados, os quais podem ter sido quebrados após uma matéria do *Gazeta de Alagoas* de 1980 que expunha essa sociabilidade (Veras, 2021). Tendo isso em mente, percebe-se que, enquanto as pessoas dissidentes que faziam parte da classe média frequentavam os espaços privados da cidade e viviam uma sociabilidade mais discreta e silenciosa, aqueles que viviam nos bairros mais periféricos e não usufruíam

dos privilégios da classe média circulavam pelas praças e ruas e se expunham ainda mais à violência policial ao frequentarem os locais de encontro públicos ao lado das mulheres que viviam da prostituição. Estes exerciam suas sexualidades e suas performances de gênero publicamente e não partilhavam dessa visibilidade restrita aos mais privilegiados socioeconomicamente.

Posto isso, torna-se bastante evidente que a impossibilidade de esses sujeitos acessarem os espaços privados de sociabilidade discreta destacava a diferença de classes entre as pessoas que hoje entendemos como LGBTQIAPN+ e a maneira como, até mesmo entre as experiências sexuais e de gênero vulnerabilizadas, a precariedade estava distribuída de forma desigual. Alguns corpos podiam viver e desfrutar de uma sociabilidade silenciosa enquanto outros eram obrigados a exercitarem uma sociabilidade a céu aberto e se viam mais atingidos pelas situações precárias que atravessavam suas existências. Assim, sem a possibilidade de viverem a sociabilidade discreta dos estabelecimentos privados, é possível que esses outros grupos mais atingidos pela precariedade tenham encontrado nas praças públicas uma outra alternativa para essa dinâmica de sociabilidade, o que acabou resultando no compartilhamento desses espaços públicos com as prostitutas, que também circulavam por esses mesmos lugares.

Para isso, é necessário entender que a realidade dos sujeitos sexualmente dissidentes em Alagoas apresentava diferenças daquela vivida em outros estados no mesmo período. Diferentemente de grupos como o Somos/SP, criado em 1978, e o Grupo Gay da Bahia (GGB), criado em 1980, o Grupo Gay de Alagoas (GGAL) surgiu muito tempo após o fim da ditadura, em 1996, como resposta ao assassinato brutal do vereador Renildo José dos Santos, do município de Coqueiro Seco, em 1993. Aquele político havia assumido sua homossexualidade/bissexualidade em uma rádio antes de ser torturado e morto. Desse modo, ain-

da sem vestígio de articulação organizada em Maceió durante os "anos de chumbo", é preciso encarar a sociabilidade pública desses sujeitos como um ato de resistência dos corpos sexualmente subversivos contra a ditadura civil-militar.

Assim, no cenário das Alagoas das décadas de 1970 e 1980, os espaços de sociabilidade foram tão importantes para aqueles sujeitos quanto as manifestações dos grupos ativistas foram para os sujeitos sexualmente dissidentes de outros estados. Isso implica dizer que negar a importância desses espaços para as pessoas de sexualidade e gênero consideradas desviantes em Maceió como ato de resistência é negar a pluralidade de processos históricos que configuram as diferentes construções identitárias no Brasil, em especial no Nordeste.

Considerações finais

Este capítulo apresenta possibilidades de interpretação para as sociabilidades de sujeitos sexualmente desviantes, na Maceió dos anos de 1970, com o objetivo de explicitar a necessidade de trabalhos que confrontem os abismos historiográficos – por tanto tempo estabelecidos e perpetuados – a respeito dos grupos vistos como subversivos, em decorrência de suas experiências sexuais e de gênero durante o regime civil-militar. Esses sujeitos, que historicamente tiveram seus corpos oprimidos, violentados, censurados e marcados pelas mais diversas violações dos chamados "anos de chumbo" da história brasileira, precisam – mais do que nunca – ser lidos como sujeitos históricos.

Ainda que o fenômeno dos "silêncios de Clio" (Veras; Pedro, 2014) insista em pairar sobre a historiografia alagoana, é fato a necessidade de enxergar a sociabilidade pública desses corpos, na capital, como um importante ato de resistência contra a opressão do regime. Se, por muito tempo, os historiadores encararam os protestos, as manifestações públicas e a luta armada

como únicas expressões válidas de resistência contra a ditadura, urge que a historiografia alagoana faça com que os sujeitos enterrados às margens da História sejam retirados dessa posição límbica e devolvidos aos seus devidos lugares enquanto sujeitos históricos. Logo, é preciso que a historiografia enxergue a história da ditadura em Alagoas também como uma história de censura sexual e de controle de corpos dissidentes.

Dessa forma, a negação – ou até mesmo a minimização – da importância dos espaços de encontros para sujeitos que hoje entendemos como LGBTQIAPN+ como verdadeiros atos de resistência na cidade de Maceió implica diretamente em uma negação da pluralidade de processos históricos que possibilitaram as diferentes construções identitárias dissidentes no país. Observa-se que esse movimento de compreender as atuações desses sujeitos, integrantes de camadas mais populares e estigmatizadas da sociedade, possibilita também uma leitura da ditadura civil-militar capaz de ampliar as análises acerca das formas de repressão e censura em Maceió.

Além disso, falar sobre essas pessoas e sobre os lugares ocupados por elas é entender que suas existências não se limitam somente ao passado, mas se estendem até o presente. No caso das "mariposas", o *trottoir* na Praia da Avenida, as boates no Jaraguá e os pontos de programa no Centro da cidade, nos dias atuais, ainda ecoam as antigas vozes dissidentes, outrora silenciadas. Esses vestígios mostram que as múltiplas formas de opressão promovidas pela ditadura não foram capazes de extinguir efetivamente essas experiências transgressoras, muito menos a existência desses sujeitos. Assim, confrontados com os rastros indeléveis desse passado vivo, somos capazes de enxergar, na atualidade, as marcas de um violento processo histórico de apagamento, mas que, ao mesmo tempo, evidenciam a resistência dos corpos dissidentes em Maceió, que atravessam o passado e encontram o presente.

A lacuna persistente na historiografia alagoana em relação aos sujeitos LGBTQIAPN+ e às mulheres cisgênero consideradas subversivas ressalta a necessidade premente de novas abordagens historiográficas sobre a ditadura civil-militar em Maceió e em outras localidades do estado de Alagoas. Tais estudos devem se dedicar a evidenciar e analisar criticamente os discursos desumanizantes e estigmatizantes que permearam a narrativa desses sujeitos, assim como destacar também suas resistências diante do regime autoritário. Em suma, esta nova abordagem busca não apenas preencher uma lacuna na narrativa histórica de Maceió, mas também promover uma compreensão mais abrangente dos eventos e das experiências vivenciadas durante esse período tão atroz da história brasileira.

Isaac Freitas da Silva Filho é graduando em História pela Universidade Federal de Alagoas (Ufal) e integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas em História, Gênero e Sexualidade (GEPHGS/Ufal), foi bolsista de Iniciação Científica (IC), entre agosto de 2022 e agosto de 2023, no projeto de pesquisa "LGBTQIA+ na imprensa de Alagoas (1970-1990)"/Edital Fapeal n. 003/2022 – Auxílio à Pesquisa – Ciências Humanas, desenvolvido pelo GEPHGS/Ufal e coordenado pelo professor Doutor Elias Ferreira Veras. Assim, este capítulo apresenta-se como resultado das investigações realizadas pelo bolsista durante o projeto.
Expresso aqui meu sincero agradecimento à Biblioteca Pública Estadual Graciliano Ramos (BPEGR) pela oportunidade de consulta à sua hemeroteca, assim como ao Museu da Imagem e do Som de Alagoas (Misa) pelo acesso ao seu acervo fotográfico.

Referências

BUTLER, Judith. *Corpos em aliança e política das ruas*: notas para uma teoria performativa de assembleia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

MACRAE, Edward. *A construção da igualdade*: política e identidade homossexual no Brasil da "abertura". Salvador: EDUFBA, 2018.

OCANHA, Rafael Freitas. *"Amor, feijão, abaixo camburão"*: imprensa, violência e *trottoir* em São Paulo (1979-1983). 2014. 217f. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2014.

PEREIRA, Ana Maria. *Lesbianidade*: um assunto muito familiar! 2008. 167f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2008.

QUINALHA, Renan. *Contra a moral e os bons costumes*: a ditadura e a repressão à comunidade LGBT. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

SANTOS, Crislanne Maria dos. *"As mariposas pousam ao entardecer"*: prostituição, biopolítica e resistências de gênero na imprensa de Maceió, AL (1970-1980). 2023. 122f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2023.

SILVA, Natanael de Freitas. A visibilidade dos homossexuais no Brasil da abertura: contraconduta. In: VERAS, Elias; PEDRO, Joana Maria; SCHMIDT, Benito (orgs.). *(Re)Existências LGBTQIA+ e feminismo na ditadura civil-militar e na redemocratização do Brasil*. Maceió: Edufal, 2023. p. 339-368.

SOUZA, Dediane. *"Dando o nome"*: eu e Dandara na construção de narrativas de humanidades de travestis em Fortaleza-CE a partir de um recorte do jornal *O Povo*. 2022. 140f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2022.

VERAS, Elias; PEDRO, Joana Maria; SCHMIDT, Benito (orgs.). *(Re)Existências LGBTQIA+ e feminismo na ditadura civil-militar e na redemocratização do Brasil*. Maceió: Edufal, 2023.

VERAS, Elias Ferreira. “Gay é liberdade”: homossexualidades em Maceió (AL) na abertura. In: RODRIGUES, Rita Colaço; VERAS, Elias; SCHMIDT, Benito Bisso (orgs.). *Clio sai do armário*: historiografia LGBTQIA+. São Paulo: Letra e Voz, 2021. p. 171-184.

VERAS, Elias Ferreira. *Travestis*: carne, tinta e papel. Curitiba: Editora Prismas, 2017.

VERAS, Elias Ferreira; PEDRO, Joana Maria. Os silêncios de Clio: escrita da história e (in)visibilidade das homossexualidades no Brasil. *Revista Tempo & Argumento*, Florianópolis, v. 6, n. 13, p. 90-109, set./dez. 2014.

VIEIRA, Helena. “Jango Jezebel”, fazendo histórias: onde estavam as travestis na ditadura civil-militar no Brasil. In: VERAS, Elias; PEDRO, Joana Maria; SCHMIDT, Benito Bisso (orgs.). *(Re)Existências LGBTQIA+ e feminismo na ditadura civil-militar e na redemocratização do Brasil*. Maceió: Edufal, 2023. p. 164-186.

WOLFF, Cristina Schiebe; ZANDONÁ, Jair; MELLO, Soraia Carolina de (orgs.). *Mulheres de luta*. Curitiba: Appris, 2019.

"Uma figura controversa e emblemática": Odete Pacheco em uma perspectiva interseccional (Maceió, AL)

Thamyres Jully Ana Ramos Martirio

In memoriam da emblemática e inesquecível radialista Odete Pacheco

O pensamento ocidental tomou cuidado para que o discurso ocupasse o menor lugar possível entre o pensamento e a palavra; parece que tomou cuidado para que o discurso aparecesse apenas como um certo aporte entre pensar e falar; seria um pensamento revestido de seus signos e tornando visível pelas palavras, ou, inversamente, seriam as estruturas mesmas da língua posta em jogo e produzindo um efeito de sentido (Michel Foucault, 1996, p. 46).

Introdução

É perceptível o quanto a historiografia ainda é perpassada por uma série de apagamentos daqueles/as que são "ignorados/as". O filósofo-historiador francês Michel Foucault destacava a problematização das palavras e as coisas; sua genealogia do poder nos faz ressignificar o olhar investigativo e perspicaz do/a historiador/a quanto às interpretações e fragmentações dos mecanismos de poder.

Desde 2018, as integrantes do Grupo de Estudos e Pesquisas em História, Gênero e Sexualidade (GEPGHS), da Universidade Federal de Alagoas (Ufal), vêm pesquisando a respeito da sexualidade e do gênero dissidentes entre os anos que envolveram o período da ditadura civil-militar e da redemocratização do Brasil. Nossa principal fonte de pesquisa foram os jornais *Gazeta de Alagoas* e *Diário de Alagoas*, publicados naqueles dois momentos.

A questão evidenciada neste capítulo é a (in)visibilidade das lésbicas nos períodos e fontes em questão. Existe sapatão em Alagoas?! É certamente um desafio historiográfico recuperar quaisquer resquícios de vivências lésbicas nos jornais e nos noticiários no nosso estado.

A trajetória de mulheres lésbicas brasileiras tem sido por muito tempo silenciada. Contudo, Paula Silveira Barbosa (2019) chama a atenção para uma "história do possível" acerca das lesbianidades. A pesquisadora aponta que as produções lésbicas estão em periódicos produzidos por elas, bem como existem avanços significativos realizados por estudiosas brasileiras sobre a história do movimento de lésbicas. Desse modo, Paula Barbosa defende a necessidade de pesquisas que enfatizem que essa memória é construída por mulheres lésbicas.

Nos últimos anos foram produzidos estudos sobre as lesbianidades na História, dentre eles, "Lésbicas e a ditadura mili-

tar: uma luta contra a opressão e por liberdade" (2015) e "Ações lésbicas" (2018), de Marisa Fernandes, cuja trajetória pessoal enquanto ativista lésbica se entrelaça à história do movimento lésbico-feminista por fazer parte dos primeiros grupos de lésbicas: o subgrupo Lésbico Feminista (1979), o Grupo de Ação Lésbico-Feminista (1980/1989) e do Coletivo de Feministas Lésbicas (1990). No primeiro texto, Fernandes descreve como surge o movimento de lésbicas no eixo Rio-São Paulo, em meio a uma ditadura, no final da década de 1970 até meados da década de 1980; a forma como se organizam, se movimentam e se entendem enquanto feministas. E as reexistências aos dispositivos institucionais de poder.

Em "Ações lésbicas", a ativista explica como esse movimento de lésbicas surge e se evidencia em torno de um discurso do direito ao prazer, de ser respeitada por ser mulher e lésbica. Esse potencial revolucionário deveria ser visto em ações tanto para dentro do movimento homossexual brasileiro quanto para a sociedade em geral, como uma forma de dissipar o machismo, o sexismo e a homofobia (Fernandes, 2018).

Para Patrícia Lessa (2008), as décadas de 1970 e 80 são importantes para as lutas dos movimentos sociais contra o regime ditatorial, pois naquela época eles reivindicaram, através da militância, um lugar de fala no discurso social. No seu artigo "Visibilidade e ação lesbiana na década de 1980: uma análise a partir do Grupo de Ação Lésbico-feminista e do *Boletim Chanacomchana*", a autora busca analisar as histórias do Galf e os efeitos de sentido que o grupo produziu em seus discursos e posicionamentos, dando visibilidade às lésbicas nesse período da história.

É importante ainda compreender o quanto o feminismo somou nas resistências lésbicas. No texto "Quem tem medo de sapatão? Resistência lésbica à ditadura civil-militar (1964-1985)", Luana Farias Oliveira (2017) destaca a importância de

resgatar a memória política do movimento lésbico brasileiro, em uma perspectiva feminista. A autora cita como o regime atuou sobre diversas ações promovidas por lésbicas que tiveram grande importância para a história, mas são pouco conhecidas socialmente, como a perseguição da ditadura à escritora Cassandra Rios.

Em sua tese *Onde estão as respostas para as minhas perguntas?*: Cassandra Rios – a construção do nome e a vida escrita enquanto tragédia de folhetim (1955-2001), Kyara Maria de Almeida Vieira (2014) analisa as obras e aparições na imprensa escrita da escritora Odete Rios, que utilizou o pseudônimo Cassandra Rios. Kyara Vieira destaca que tem como referência temporal os anos desde sua primeira aparição até sua morte, tendo como destaque a problematização do nome autoral de Cassandra Rios e os dispositivos e postura da censura, assim como os discursos de sua família quando foi duramente perseguida pela ditadura civil-militar no Brasil, tornando-se a artista mais perseguida do país nesse período.

Em Alagoas, os desafios são contínuos, sobretudo se levamos em consideração o histórico dessa "terra de coronéis". Eles tensionam nossa análise científica, mas não nos paralisam. Após folhear exaustivamente o *Gazeta de Alagoas* das décadas de 1970 e 1980, encontramos poucos registros sobre as experiências de mulheres lésbicas no estado. Quando o termo aparece, está carregado de estigma. Um exemplo disso é a matéria intitulada "Gizelle escandaliza até o 3° sexo", publicada na *Gazeta de Alagoas* em 20 de março de 1981 (p. 8), sobre o filme *Gizelle*, pornochanchada lançada em 1980. O filme explora a relação sáfica entre Gizelle, "uma menina de apenas 17 anos, sem nenhum preconceito, que apaixona homens e mulheres", com sua madrasta e uma amiga médica ativista. A palavra "lésbica" aparece na análise crítica do filme.

Neste capítulo, busco romper com o silenciamento e esquecimento sobre as lesbianidades na história de Alagoas. A trajetória da radialista Odete Pacheco, assim como a memória construída em torno do seu nome, é essencial para problematizar esse efeito de sentido lesbofóbico.

Odete de Albuquerque Pacheco era uma mulher negra, nascida em Passo de Camaragibe, AL. Foi uma locutora, radialista e também fundadora pioneira da Rádio Difusora de Alagoas, atual Instituto Zumbi dos Palmares. A trajetória da radialista, principalmente o início de sua jornada na Rádio Difusora, inaugurada em 16 de setembro de 1948 pelo governador Silvestre Péricles de Góis Monteiro, confunde-se com a história do rádio em Alagoas. Precisamos evidenciar a importância dessa radialista, que não tem nada de controversa, e sim emblemática, epistemologicamente no sentido simbólico.

Este texto apresenta uma análise interseccional de gênero, raça e classe, pois é sintomático perceber que a experiência de Odete Pacheco, ocupando lugares de destaque e visibilidade enquanto radialista, está atravessada pelos preconceitos que estruturam a sociedade cisheteronormativa da época. Sueli Carneiro, escritora e ativista do movimento social negro, destaca em "Mulheres negras e poder: um ensaio sobre a ausência", a relação entre a mulher negra e o poder. O controle social e os dispositivos que as desvolorizam socialmente acendem o racismo estrutural de diferentes formas, "a força que essas determinações de raça e de gênero têm sobre as mulheres negras, mesmo as poderosas, conduzindo-as a trajetórias erráticas e diferenciadas" (Sueli Carneiro, 2023, p. 50).

O rádio em Alagoas

A Rádio Difusora foi a primeira rádio pública de Alagoas, sendo a "emissora oficial do estado". Dez anos depois surgia a segun-

da emissora, a Rádio Progresso de Alagoas, onde Edécio Lopes (1984) foi convocado para comandar o diretório artístico com apoio de Miguel Correia de Oliveira e Luiz Gonzaga. O radialista Castro Filho foi o responsável por comandá-la, dando apoio à promoção política de Getúlio Vargas.

Foi instalada no sexto andar do Edifício Ary Pitombo, na praça dos Palmares, em 15 de novembro de 1958, no comitê do Partido Trabalhista Brasileiro. Esse edifício se tornou um desafio diário para Odete Pacheco, que precisava subir de escada porque o elevador funcionava poucas vezes já que sempre quebrava. Porém, a radialista resistente chegava na sede às quatro horas da madrugada para que pudesse abrir seu programa às seis horas da matina sem atrasos (Lopes, 1984).

De acordo com Cláudio Alencar[68], o primeiro registro de rádio em Alagoas foi em 1925, quando Mário Marroquim fundou com um grupo de idealistas a Rádio Clube de Alagoas, mesmo enfrentando desafios.

> Segundo Paulo Brito, coordenador de pesquisa do Museu da Imagem e do Som de Alagoas, afirmava Mário Marroquim, na época, que... "ninguém em Alagoas acreditava em rádio. Ninguém queria empregar dinheiro num empreendimento que se afigurava aleatório e deficitário". Já então, como ainda agora, os capitalistas de Alagoas só acreditavam em usina de açúcar e em fábrica de tecidos. E a Rádio Clube de Alagoas, depois de arrastar-se por alguns anos [...] aferrolhou seu pequeno patrimônio nos cofres de um banco e cessou de lutar (Alencar, 2004, p. 65)

68 Pseudônimo de Cassimiro de Cardoso Farias, advogado e radialista também pioneiro da rádio alagoana.

Enquanto a rádio em Alagoas dava seus primeiros passos, no ano seguinte, em março, Odete Pacheco nascia em Passo de Camaragibe. Vinte e dois anos depois fez parte da primeira rádio oficial de Alagoas.

Em 1933, os técnicos Jacques Mesquita e Luiz Gonzaga instalaram a Estação Experimental nos altos da Loja Americana, na rua 2 de Dezembro, centro da cidade (Alencar, 2004). Ainda não havia estação de rádio, mas mesmo assim foi possível acompanhar vários artistas que por ali já circulavam. Haroldo Miranda e Antônio Cavalcante tinham um programa de auditório que recebia calouros, distribuía prêmios e tinha outras atrações, como o desfile de cantores. Haroldo Miranda tornou-se depois um dos amigos próximos de Odete Pacheco.

Nesse mesmo período, de acordo com Cláudio Alencar, Jorge Sá, irmão do cantor Paulo Sá, trazia a Maceió o que ele nomeia de verdadeira 'rádio ambulante', em um Opala azul, que tinha duas cornetas de som na capota. Ele percorria as ruas anunciando programas de auditório, levando informações e os maiores sucessos musicais para as ruas de Maceió. Em paralelo a isso, em outras cidades do Nordeste, já existiam emissoras de rádio, como a Rádio Clube de Pernambuco, em Recife (Alencar, 2004).

Em 1935, o Centro de Anúncios Falados (Craf) ganhou destaque. "Apesar das dificuldades, inquietos pioneiros não se acomodaram." (Alencar, 2004, p. 66). Além dos técnicos Mesquita, Gonzaga e Miguel Correia de Oliveira, os locutores José Renato e Josué Júnior levaram ao ar uma radiotransmissora. Mesmo não sendo reconhecida pelo Departamento de Correios e Telégrafos, o Craf teve 'audiência absoluta' em Maceió, alcançando seu auge no concurso de calouros de 1937, "Qual a melhor voz do Craf?". No final do concurso, os vencedores se apresentaram no Clube Fênix Alagoana.

> Operando o pequeno transmissor na mesma frequência em que viria a operar a Rádio Difusora de Alagoas, em 1948, começaram a ouvir reclamações de ouvintes que se sentiam prejudicados pela interferência local nas transmissões da Rádio Nacional do Rio de Janeiro, até que um dia a onda C.R.A.F. foi sintonizada em Catende, interior de Pernambuco, o que provocou da parte do empresário Oscar Moreira Pinto, denúncia aos Correios que lacrou o transmissor da estação clandestina (Alencar, 2004, p. 67).

Mas isso não fez o Craf desistir: aproveitaram os equipamentos e instalaram alto-falantes em vários pontos de Maceió, cuja central ficava na rua do Comércio. Também há registros, de acordo com Alencar, no jornal *A Notícia*, de uma nota sobre a fase experimental da PYN-2 e da Rádio Rosa da Fonseca, comandada por um tenente do Exército, tendo como sede o quartel da Polícia Militar de Alagoas.

Nesse histórico de amadurecimento da rádio, Odete Pacheco estudou em uma escola só para mulheres, formou-se em Magistério e publicou matérias para a revista *Mocidade*, "uma publicação dedicada à mocidade estudiosa – ela era uma das integrantes da direção auxiliar do periódico. A referida publicação também conhecida como o *Mensário dos Moços de Alagoas* tinha assinatura anual no valor de Cr$ 30,00 e o número avulso custava Cr$ 2,50." (José Wagner Ribeiro; Ricardo José Oliveira Ferro, 2016, p. 2).

Ela escreveu as crônicas "Pai João" (1946), "Desperta, Brasil" (1947) e "O samba não morre" (1947). Em março de 1948, Odete Pacheco e Alcides Teixeira comandam a locução do programa Hora dos Calouros, no auditório do Colégio Guido, primeiro registro até então encontrado da radialista enquanto locutora. Foi contratada no final do mesmo ano para fazer parte da Rádio Difusora de Alagoas e integrou o elenco experimental, antes de

a rádio ser efetivada. Ficou reconhecida para fora de Alagoas pelo modo como liderava seus programas, sendo cativante, convidativa e comunicativa. Ficou na Rádio Difusora de Alagoas entre 1948 e 1950, quando precisou sair do estado porque estava sendo perseguida politicamente (Ferro; Ribeiro, 2016).

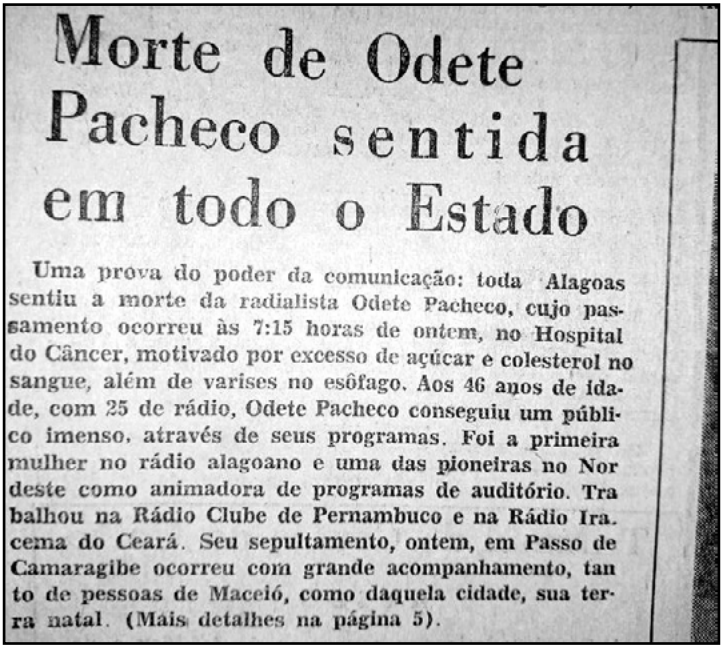
Esse período ainda estava marcado pelo governo de Silvestre Péricles de Góis Monteiro, militar e político de Maceió. Ele se envolveu em algumas polêmicas políticas com suas falas sobre os seus adversários e também aqueles da direita, mas que fossem contra a sua tirania. "Se agissem ou fossem em direção contrária ao seu governo e suas atitudes, logo eram taxados de comunistas, justificando seus atos desumanos e as prisões arbitrárias." (Anderson Moura, 2012, p. 60). É importante o destaque, porque a Rádio Difusora fez parte de sua campanha para se tornar governador de Alagoas. Odete Pacheco, nesse momento, já estava sofrendo perseguição política. Sem ter tido nenhum envolvimento com o Partido Comunista Brasileiro, foi considerada comunista e precisou sair de Alagoas (Alencar, 2004).

Pelo histórico e trajetória da radialista até 1950, não foi possível evidenciar o motivo real pelo qual foi perseguida. Entendendo Maceió como uma "terra de coronéis", interpretamos a possibilidade de sua sexualidade ser um motivo para perseguição, pois, em sua época, qualquer considerado desvio da moral e dos bons costumes poderia 'identificar' um comunista.

Odete Pacheco: entre lembranças e esquecimentos

> Se alguém perguntar se Odete tinha pecados eu a direi virtuosa. Dona de si. Anti-hipócrita num mundo de hipocrisias. Sincera nas suas malcriações e dulcíssima no tamanhão de coração que terminou tirando-a do nosso convívio (Haroldo Miranda, 1972, p. 5).

Odete de Albuquerque Pacheco faleceu no dia 14 de outubro de 1972, aos 46 anos. Depois de sentir um mal-estar, foi internada no Hospital do Câncer de Maceió. Contudo, não resistiu devido às complicações de saúde (excesso de açúcar, colesterol no sangue e varizes no esôfago). A radialista tinha 25 anos de trabalho dedicado ao rádio, sendo admirada por um público extenso, formado, inclusive, por admiradores de outros estados. Sua morte foi anunciada no jornal *Gazeta de Alagoas*, que lembrou que Odete "foi a primeira mulher do rádio alagoano e uma das pioneiras no Nordeste como animadora, de programas de auditório" (*Gazeta de Alagoas*, Maceió, 15 out. 1972, p. 1), enquanto a missa de sétimo dia do seu falecimento, a ser realizada na Catedral Metropolitana, em Maceió, foi informada no *Jornal de Alagoas*.



Morte de Odete Pacheco sentida em todo o Estado

Uma prova do poder da comunicação: toda Alagoas sentiu a morte da radialista Odete Pacheco, cujo passamento ocorreu às 7:15 horas de ontem, no Hospital do Câncer, motivado por excesso de açúcar e colesterol no sangue, além de varises no esôfago. Aos 46 anos de idade, com 25 de rádio, Odete Pacheco conseguiu um público imenso, através de seus programas. Foi a primeira mulher no rádio alagoano e uma das pioneiras no Nordeste como animadora de programas de auditório. Trabalhou na Rádio Clube de Pernambuco e na Rádio Iracema do Ceará. Seu sepultamento, ontem, em Passo de Camaragibe ocorreu com grande acompanhamento, tanto de pessoas de Maceió, como daquela cidade, sua terra natal. (Mais detalhes na página 5).

Figura 1 - Morte de Odete Pacheco
Fonte: *Gazeta de Alagoas*, Maceió, 15 out. 1972, p. 1. Acervo: BPEGR.

Figura considerada "controversa" e "emblemática" pelo *ABC das Alagoas* (Francisco Reynaldo Amorim de Barros, 2005), Odete foi uma mulher que viveu uma vida "livre" e "sem fronteiras", como destacou Haroldo Miranda, também radialista e contemporâneo de Odete, durante uma fala em homenagem à radialista registrada em áudio e disponível no acervo do Museu da Imagem e do Som de Alagoas. Contudo, como veremos adiante, Odete parece não ter vivido uma vida tão livre.

Haroldo Miranda escreveu um texto na *Gazeta de Alagoas* sobre Odete Pacheco, logo depois do falecimento da radialista. No texto, publicado em 15 de outubro de 1972, Miranda descreveu a amiga de forma poética. Conseguimos analisar como o discurso dele e de outros contemporâneos de Odete aparecem entre uma linha tênue que envolve termos conservadores controversos e afetos emblemáticos.

A Morte de Um Símbolo

Haroldo MIRANDA

Hoje, quando este jornal correr de mão em mão, na domingueira calma de um verão quente, muitos rostos sizudos ainda estarão molhados da lágrima sentida de ontem. Lágrima de uns muitos que nem conseguiram chegar perto do símbolo. Mas, que aprenderam, um quarto de século a dentro, a ouvir a voz malcriada de ternura di zer: "Eu não sou nada mas a verda de é tudo!" Era, então, que o sabiá trinava sons melodiosos, harmônicos e Odete a minha gorda e doce Odete descansava o pau sobre os erros da vida, mostrando defeitos, apontando erros cabeludos, dando soluções.

Três dias sem Deus, juntinho, mataram a menina estudante que viera de Camaragibe dos seus sonhos de vida, hoje, quarentona, de idade escondida na alma jovem. Uma morte sem a glória de conversar baixinho seus segredos num microfone espalhador de notícias.

— Quando eu morrer quero um caixão de madeira todo forrado de rosa. Um rosa vivo, vermelho, da cor do meu querido CRB" — dizia Odete as suas amigas, aos seus colegas. Falava assim e arrematava: — "Mas vou fazer seu programa de despedidas, Haroldo! Gaganto que você levanta do caixão e bate palmas"

Se alguém perguntar se Odete tinha pecados eu a direi virtuosa. Dona de si. Anti-hipócrita num mundo de hipocrisias. Sincera nas suas maleriações e dulcíssima no tamanhão de coração que terminou tirando-a do nosso convívio.

Odete fechou os olhos ontem, de vez, porém, para este velho escriba, seu amigo de longa data, vinha morrendo desde muito tempo. Morrendo, imaginem, de um amor impossível na lógica, na razão, mas comum nas doutrinas freudianas. Vivia um riso sem cor, uma vida sem sol, ilhada na lindeza rica do seu coupê pérola alvar. Vivia por viver, sem querer ir embora, contudo, sem mostrar vontade de ficar. E, por isto creio eu, a doença foi mais forte, galopante na sua taxa açucarada de mais para significar saúde.

Quando o Rádio surgiu, mulata metida a cebo, anel de professora, cabelo curtinho, idéias largas, o Brasil ganhou sua primeira animadora de programas. Quem esquecia o seu nome, não esquecia jamais, o seu tipo, a sua alegria. E hoje, com pesar que embota o cérebro e a vontade de dizer coisas, lembramos que Odete Pacheco mal começou o ano 25, o ano do jubileu da sua Emissora.

Adeus, meu símbolo gordo!

Daqui a pouquinho, quem sabe? — estarei junto a você, a dizer-lhe quantos anos de glicose no sangue ou porque estourei as barreiras limites do colesterol, porque, como dizia sempre você: "eu não sou nada, mas a verdade é tudo!..."

Figura 2 - A morte de um símbolo

Fonte: *Gazeta de Alagoas*, Maceió, 15 out. 1972, p. 5. Acervo: BPEGR.

Miranda destaca os principais marcadores que, a meu ver, deixam a radialista à margem da história de Alagoas até os dias atuais. Dentre eles, está "mulata metida a cebo", por ser uma mulher negra fora do padrão do que viria a ser mulher em um lugar de poder nesse período. Sueli Carneiro (2011, p. 61-62) aponta como, no mito da democracia racial brasileira, "a miscigenação tem constituído um instrumento eficaz de embranquecimento do país por meio da instituição de uma hierarquia cromática e de fenótipos que têm na base o negro retinto e no topo o "branco da terra", oferecendo aos intermediários o benefício simbólico de estar mais próximos do ideal humano, o branco.". Nesse sentido, ao apontar o termo 'mulata' como sendo fenótipo intermediário e ao se lembrar de Odete como "mulata" na homenagem, o discurso de Haroldo sugere para a radialista um benefício por ter conquistado um marco na história da rádio, mesmo ela sendo negra. Mais adiante, a expressão 'metida a cebo' revela o fato de a radialista ser convicta, inteligente e independente, questionando esse 'não' lugar simbólico. A radialista, então, por ser negra, não seria mulher?! Ou não seria nem negra e nem mulher?!

Em diálogo com a filósofa Djamila Ribeiro (2017), Odete Pacheco seria considerada o outro do outro, prospecto identificado facilmente no discurso de Miranda. A mulher negra seria o *Outro do outro*, como é apontado pela escritora Grada Kilomba (2019). A mulher negra só pode ser o Outro e nunca si mesma. Para ela, existe um *status* oscilante que ora pode permitir que a mulher branca se coloque como sujeito, assim como o homem negro; entretanto, a autora rejeita a fixidez desse *status*. Odete, mesmo ocupando um lugar de prestígio, não é tratada como uma igual, e por ser lésbica, sua legitimidade é questionada em mais um não lugar.

Além disso, o termo "mulata" coloniza o gênero e a raça de Odete. Sobre a amiga, Miranda escreve: "Símbolo gordo e doce",

"pecaminosa", de "ideias largas" consideradas comunistas no governo de Silvestre Péricles. Interpretamos nas entrelinhas do seu discurso a sexualidade da radialista. Haroldo lembra que Odete vivenciou um amor fora da lógica, "mas comum nas doutrinas freudianas".

Os discursos autoritários que reprimem a sexualidade fora da cisheteronorma vêm acompanhados de um moralismo de controle e poder de gênero, que mantém e regula a ordem da sociedade. Em Maceió não foi diferente, uma vez que as homossexualidades precisavam estar no armário para garantir a sobrevivência, apesar de a radialista se 'recusar a estar nele', simbolicamente analisando. A sexualidade de Odete é escancarada ainda mais após oito anos de sua morte, na homenagem feita pelo Museu da Imagem e do Som de Alagoas, gravada no dia 24 de abril de 1980, que tem como autor Haroldo Miranda. No intuito de homenagear personalidades falecidas de grande importância na história de Alagoas, foi organizada uma série de palestras intitulada "Nossas figuras pouco lembradas", idealizada pelo fundador e diretor-presidente da Fundação Teatro Deodoro (Funted), Bráulio Leite Júnior, tendo ocorrido entre 1979 e 1983.

Em destaque abaixo, reproduzo a transcrição de um trecho da fala de Miranda (1980):

> [...] O 15 de agosto, senhores, era assim era uma glória total que fazia escorregar às escondidas, no silêncio alegre e triste, lágrimas do papai Duca, ávido para perdoar sempre a filha segunda num dos **pecados** que lhe eram atribuídos, mas sim pela coragem de ser ela mesma, ela mesma **sem fronteiras**. **Aberta aos desejos esquisitos** para muitos, contudo, explicáveis e toleráveis para os outros. Papai Duca, senhores, era sutil nos sentimentos que nutria pela filha. Já sua mulher, Dona Licinha, de uma escola de berço e fé, de reza e botão de laranjeiras custava

aceitar Odete como e onde **ela pintava** o mundo, livre como as gaiolas abertas que Odete exaltava para dar os pulmões da natureza aos pássaros então presos.

Ambos meus amigos, Dona Suca e seu Duca amavam, contudo, a **gorda** que marcou uma época na história do sem-fio dessa terra. "Eu não sou nada, mas a verdade é tudo!", repetia Odete nos seus programas de rádio. Que muitas vezes, ao pé do ouvido, como se gaúcha fosse, ao pé da lareira do sonho, segregadas a esse amigo de vocês as temperanças [...].

Odete abriu os olhos e sonhou acordada, sonhou que no rádio estava o seu destino, estava sua vocação, no rádio estava seu ideal, no rádio estava o seu tudo [...].

Hoje, nos caminhos do mundo, se fala em **revolução gay**, revolução gay. Homossexual saiu às ruas para pedir arrego, se dão as mãos e se casam. Vivem juntos numa normalidade que custaria o castigo a Madalena do ontem recente. E os gays têm revistas, e os gays têm jornais, clubes e etc. e etc.

Nossa Odete nas suas carências ergueu nessa cidade e nessa região a **Cunha gay** de uma liberdade que ela considerava imperiosa para a satisfação do seu ego. Adorava a Odete ver, sentir de perto o amor amargo dos sexos opostos. Foi santo Antônio casamenteiro de muita gente importante [...].

Nunca disse a ninguém Odete como soube, como começou a se sentir vazia e incompleta. Detinha foi rude com o destino ao se cobrir das vontades do íntimo.

Odete foi ele e Odete foi ela [...]. Que os tontos expliquem melhor. E teve um tutano de enfrentar tudo, todos, todas as barreiras chorando baixinho, contudo, muitas vezes, a angústia que provocava ao papai Duca e a mamãe Suca. [...]

> **Nunca Odete, ao longo dos quase 50 anos que viveu, falou de ter amado a um macho**, ela achava o homem bonito, atraente, mas dizia, confessava, viver uma outra. [...]
>
> As menininhas hoje, sem as carências de traumas biológicos, estão se tornando por simples experiências de lazer, sem choques, que não o do modernismo, da sodomia. As **homossexuais** estão em cada esquina, cada vez em número maior, erguendo sonhos, se servindo e servindo a terceiros [...] (Leite Júnior, Bráulio, 1980).

A sexualidade de Odete é colocada no discurso de Miranda como pecado verdadeiro. É simbólico quando ele fala sobre a aceitação dos seus pais, uma realidade ainda inexistente para muitas lésbicas que se 'assumem' e têm como principal repressão o fundamentalismo religioso, santificado, a heterossexualidade compulsória. Esse discurso enfatiza o padrão social do período em meio à censura, à moral e aos bons costumes.

Esse regime político e esses discursos de poder como dispositivos de controle nos fazem ter a percepção de como era ser lésbica no período ditatorial. Além da censura do governo, ao reafirmar um nacionalismo heteronormativo, a sociedade também impôs suas amarras sensacionalistas. Odete era uma ameaça ao ideal de nação, conquistou o público com sua irreverância à norma e sua inteligência, mas seus desejos consideradaos esquisitos não passsaram despercebidos. Ela não é chamada de lésbica, ainda que sua sexualidade não heterossexual seja publicizada. Na passagem da década de 1970 para 1980 no Brasil, sobretudo nas grandes cidades, emerge um discurso em torno das homossexualidades, categoria guarda-chuva que na época abrigava as experiências de gays, travestis e lésbicas.

Ser lésbica em um período de censura é, certamente, perigoso. A opressão às lésbicas causava uma asfixia vitalícia taci-

turna as suas existências. A dominação moral condenava essas mulheres, mesmo que elas ocupassem um lugar de poder social e aquisitivo.

Lésbicas foram perseguidas em seus espaços de socialização, como nas praças, em bares e clubes, nas instituições familiares, religiosas e trabalhistas. Marisa Fernandes (2018) nos mostra como as blitzes e operações arbitrárias do delegado José Wilson Richetti em São Paulo afetaram as lésbicas paulistas.

> Em um sábado, por volta das 23 horas, o aparato repressivo do delegado Richetti entrou novamente em ação, mas os alvos agora foram os bares Cachação, Ferro's Bar e o Bixiguinha, locais frequentados por lésbicas com menor poder aquisitivo. Mesmo portando todos os seus documentos, mulheres foram levadas indiscriminadamente sob o argumento "você é sapatão" (Fernandes, 2018, p. 136).

É importante compreender o quanto as resistências lésbicas organizadas foram essenciais para construir um apanhado histórico do movimento lésbico-feminista brasileiro em efeito centrípeto, possibilitando-nos fazer emergir existências de vivências significativas para a memória.

Odete: figura pouco lembrada em Alagoas

Na série de palestras "Nossas figuras pouco lembradas", projeto idealizado pelo diretor-presidente da Funted, Bráulio Leite Júnior, a radialista contemporânea de Odete Pacheco, Floracy Cavalcante, em depoimento gravado no dia 24 de abril de 1980, afirmou que Odete "permanece viva como uma estrela que nunca apagou, um mito alagoano e símbolo da sua época". Apesar de não ser esquecida, como mostra o projeto de Bráulio Leite, em homenagem a Odete após oito anos de sua morte, a locuto-

ra é deixada à margem na História, sendo uma personalidade pouco lembrada.

O Museu da Imagem e do Som de Alagoas (Misa), por exemplo, apesar de expor o segundo troféu Odete Pacheco, deixa as fotos dela engavetadas. Não conseguimos, de primeira vista, identificá-la/idealizá-la, humanizá-la e personificá-la, enquanto tem praticamente um santuário do amigo da radialista, Edécio Lopes. Não descarto a importância dele enquanto pioneiro, contudo, deveria existir também um espaço Odete Pacheco, principalmente por causa de sua trajetória e importante representatividade. Primeira mulher radialista, negra e gorda, 'abertamente' (Lopes, 1980) homossexual e que enfrentou muitos obstáculos para se manter na rádio.

A trajetória da radialista é perpassada pelo 'não dito' (Foucault, 2009) de sua subjetivação nos acontecimentos discursivos. Estudando as narrativas onde aparecem seu nome, é possível analisar as camadas às quais daremos ênfase neste texto. Não é à toa que no projeto "Nossas figuras pouco lembradas"[69], dirigido por Haroldo Miranda, vários amigos falam sobre suas vivências no ambiente de trabalho com a radialista, como ela era para eles e porque foi tão importante. Aqui percebemos o não-dito nesses discursos quando mencionam sua personalidade 'forte' e os termos/palavras que envolvem a sua sexualidade, feito em suspense pecaminoso:

> [...] O 15 de agosto, senhores, era assim uma glória total que fazia escorregar às escondidas, no silêncio alegre e triste, lágrimas do papai Duca, ávido para perdoar sempre a filha segunda num dos pecados que lhe eram atribuídos, mas sim pela coragem de ser ela mesma, ela

69 Projeto idealizado pelo diretor-presidente da Funted, Bráulio Leite Júnior, entre 1979 e 1983, com o intuito de homenagear personalidades falecidas e esquecidas da memória de maceioenses.

> mesma sem fronteiras aberta aos desejos esquisitos para muitos, contudo, explicáveis e toleráveis para os outros [...] (Miranda, 1980).

Anos após sua morte, o não-dito ainda é perceptível em novas ramificações discursivas. No artigo "Odete Pacheco, a desbravadora do rádio alagoano", por exemplo, José Ribeiro e Ricardo Ferro (2016) tratam sobre sua biografia e trajetória na rádio, mas em nenhum momento sobre sua sexualidade, que não passa despercebida nas fontes, registros e falas de seus contemporâneos. O artigo é pontual na história descritiva de Odete enquanto uma mulher negra e gorda, pioneira ao integrar o quadro de locutora; marca-se o gênero, mas a raça não é evidenciada, mesmo quando apontam a crônica "Pai João", onde ela relata a história desse homem afrodescendente, trazido ao Brasil nos porões dos navios negreiros. Há também Alencar[70] (2007) que, ao falar do rigor, controle e proteção das adolescentes das escolas só para mulheres nas quais ela estudou, não cita que a radialista era assumidamente homossexual.

Na força motriz de poder institucionalizado, mesmo anos depois de sua morte, torna-se sistematicamente difícil ascender, seja em destaque como personalidade, seja em memória de patrimônio simbolicamente instituído (suas significâncias sociais, acadêmicas etc.). "Somente quem pertence a grupos historicamente discriminados sabe dos inúmeros negros, das incontáveis mulheres e homossexuais que deixaram e deixam de ser lembrados para ocupar posições nas estruturas de poder por essa lógica de exclusão que o racismo e o ceticismo determinam" (Carneiro, 2023, p. 52).

Controverso é a radialista ter um prêmio com seu nome considerado o 'Oscar' de comunicadores alagoanos – com várias

70 Cláudio de Farias Alencar, radialista alagoano reconhecido pelos seus trabalhos na rádio e na literatura.

categorias de premiação e reconhecimento dos profissionais da rádio alagoana – e sua biografia não ser lembrada. É ter uma via em Maceió denominada rua Radialista Odete Pacheco, bem localizada, antiga rua H (que fica atrás do Cesmac), e nos navegadores de pesquisa da internet não ter a explicação contextualizada dessas homenagens. É possível dimensionar a sua importância em Alagoas, assim como foi seu funeral numeroso e com uma variedade significativa de admiradores, fãs, amigos e familiares. Apesar da história não dita e quase invisível da radialista, sua trajetória ecoa as margens em Alagoas.

Considerações finais

Mesmo que naquele momento a radialista não tenha dimensionado a importância política de afirmar-se homossexual (não foram encontradas narrativas que mostrem Odete Pacheco reconhecendo-se enquanto lésbica), sua existência e afirmação se tornaram políticas no momento em que foi perseguida pelo governo; quando se assume para os pais; quando nos discursos de seus amigos é entendida enquanto homossexual. Ainda que esse não-dito seja mais fácil de interpretar nessas narrativas, aparece em destaque como pecaminoso e aceito como se fosse 'normalizado' o ato de pecar no mesmo ideário da profetização – 'aquele que não tiver pecado que atire a primeira pedra'. E só afirma a hipocrisia que tanto Edécio Lopes, quanto Haroldo Miranda falam em seus discursos. Torna-se controverso, de forma linguística passiva e sutil, o enraizamento a que eles próprios estão sujeitos pelo lugar de poder e os privilégios que ocuparam nesse período.

Saliente-se, ainda assim, que identificamos nos jornais a ausência da palavra lésbica e de vivências lésbicas; a ausência de visibilidade de afirmação política que a palavra lésbica carrega nesse período.

As lésbicas estão às margens da história de Alagoas porque suas vivências são silenciadas, ocultadas e invisibilizadas. A trajetória de Odete Pacheco enquanto a primeira mulher negra radialista é sistematicamente guardada, também na literalidade, nas gavetas empoeiradas da memória de Alagoas. São reflexos disso as produções feitas por homens, que inibem singularidades importantes das mulheres, o que ocorre também com a radialista. E é de extrema necessidade que esta pesquisa acentue um *continnum lésbico*[71] epistemológico e resistente em terras que ainda permanecem sendo de coronéis e colonizadores de gênero e raça, tendo em vista vigiar e punir diferentes formas dessas existências na sociedade alagoana.

71 "As histórias compartilhadas, as identificações que surgem entre experiências e as redes de apoio entre mulheres compõem o que Adrienne Rich chama de continuum lésbico. O conceito se refere ao conjunto de identificação de experiências entre mulheres, ao longo da vida de cada uma e através da história, sem que haja necessariamente o desejo de uma experiência sexual com outra mulher." (Renata Gomes; Isadora Lira, 2019, p. 192).

Thamyres Jully Ana Ramos Martirio é graduada em História - Licenciatura pela Universidade Federal de Alagoas (Ufal), integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas em História, Gênero e Sexualidade (GEPHGS/Ufal). E-mail: thamyresjullyanalu@gmail.com

Referências

ALENCAR, Cláudio. *Histórias da rádio*. Maceió: Ed. Graciliano Ramos, 2004.

BARBOSA, Paula Évelyn Silveira. *Trajetória da imprensa l*ésbica no Brasil (1981-1995): uma história possível para (re)-pensar o jornalismo. 2019. 281f. Dissertação (Mestrado em Jornalismo) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2019.

BARROS, Francisco Reynaldo Amorim de. *ABC das Alagoas*: dicionário biobibliográfico, histórico e geográfico de Alagoas. v. 1 e 2. Brasília: Edições do Senado, 2005.

CARNEIRO, Sueli. *Dispositivo de racialidade*: a construção do outro como não-ser como fundamento do ser. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

CARNEIRO, Sueli. *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil*. São Paulo: Selo Negro, 2011.

FERNANDES, Marisa. Ações lésbicas. In: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan; CAETANO, Márcio; FERNANDES, Marisa (orgs.). *História do Movimento LGBT no Brasil*. São Paulo: Alameda, 2018. p. 91-120.

FERNANDES, Marisa. Lésbicas e a ditadura militar. In: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan (orgs.). *Ditadura e homossexualidades*: repressão, resistência e a busca da verdade. São Carlos: EdUFSCar, 2015. p. 125-148.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1996.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

GOMES, Renata Gonçalves; LIRA, Isadora Teixeira de. A heterossexualidade compulsória e o *continuum* lésbico na *graphic memoir Bordados*, de Marjane Satrapi. *Revista Graphos*, João Pessoa, v. 21, n. 3, p. 186-203, 2019.

LEITE JÚNIOR, Bráulio. Odete Pacheco (Nossas Figuras Pouco Lembradas). Pal. Haroldo Miranda. Fita nº 20/ CD 5071-127, col. MISA. 1980. Disponível em: https://misa.al.gov.br/. Acesso em: 10 ago. 2024.

KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação*: episódios de racismo cotidiano. Tradução de Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019.

LESSA, Patrícia. Visibilidade e ação lésbica na década de 1980: uma análise a partir do Grupo de Ação Lésbico-Feminista e do *Boletim Chanacomchana*. *Gênero*, Niterói, v. 8, n. 2, p. 301-333, 2008.

LOPES, Edécio. *Vaias e aplausos*. Maceió: Ed. Independente, 1984.

MIRANDA, Haroldo. A morte de um símbolo. *Gazeta de Alagoas*, Maceió, 15 out. 1972.

MOURA, Anderson Vieira. *Comunistas e trabalhadores urbanos em Alagoas (1951-1961)*. 2012. 198f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012.

OLIVEIRA, Luana Farias. Quem tem medo de sapatão? Resistência lésbica à ditadura civil-militar (1964-1985). *Periódicus*, Salvador, n. 7, v. 1, p. 6-19, maio/out. 2017.

RIBEIRO, Djamila. *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte: Letramento, 2017. (Feminismos Plurais)

RIBEIRO, José Wagner; FERRO, Ricardo José Oliveira. Odete Pacheco, a desbravadora do rádio alagoano. Trabalho apresentado no GP Rádio e Mídia Sonora do XVI Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação pela Universidade de São Paulo, 2016. Disponível em: https://portalintercom.org.br/anais/nacional2016/resumos/R11-2660-1.pdf.

VIEIRA, Kyara Maria de Almeida. *"Onde estão as respostas para as minhas perguntas?"*: Cassandra Rios – a construção do nome e a vida escrita enquanto tragédia de folhetim (1955-2001). 2014. 235f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.

"Gay é liberdade": homossexualidades em Maceió (AL) na abertura[72,73]

Elias Ferreira Veras

72 Capítulo originalmente publicado em: RODRIGUES, Rita Colaço; VERAS, Elias Ferreira; SCHMIDT, Benito Bisso (orgs.). *Clio sai do armário*: historiografia LGBTQIA+. São Paulo: Letra e Voz, 2021. Preservei a íntegra das discussões apresentadas na publicação original, realizando, quando necessário, revisão gramatical e das normas da ABNT. Eventuais atualizações do conteúdo estão indicadas na presente versão pelo uso de [ ].

73 Neste texto apresento os primeiros apontamentos das pesquisas desenvolvidas no âmbito do Grupo de Estudos e Pesquisas em História, Gênero e Sexualidade (GEPHGS), da Universidade Federal de Alagoas (Ufal), *Campus* A. C. Simões, por meio dos projetos: "Corpos aliados e lutas políticas: resistências LGBT e redemocratização na perspectiva de gênero (1978-1988)" (Pibic/Ufal) e "Existências e resistências homossexuais no Brasil da Abertura: uma perspectiva de gênero (1978-1988)" (CNPq/Edital Universal). Compõem a equipe dos respectivos projetos, os/as estudantes de graduação em História: Adrícia Carla Santos Bonfim, Ana Maria de Barros Lima, Eloisa Costa Moura, Paulo Henrique dos Santos Araújo e Thamyres Jully Ana Ramos Martírio. Agradecemos ao CNPq e à Ufal pela disponibilização das bolsas de iniciação científica.

Para Silvânio Barbosa, in memoriam

Entre 1978 e 1981, foi publicado no Rio de Janeiro (RJ), e de lá distribuído para diversas cidades brasileiras, o primeiro jornal homossexual de circulação nacional do país: o *Lampião da Esquina* (Jorge Caê Rodrigues, 2014; Thasio Fernandes Sobral, 2019; Paulo Roberto Souto Maior Júnior, 2015). Criado e produzido por jornalistas, escritores e artistas gays residentes nas cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro[74], como Aguinaldo Silva, João Silvério Trevisan e Darcy Penteado, o periódico foi um marco na luta pela construção da cidadania gay no Brasil, em uma época de repressão e censura às homossexualidades (Renan Quinalha, 2017)[75].

Foi nas páginas do *Lampião da Esquina*, entre reportagens, entrevistas, cartas, charges e fotografias sobre os movimentos homossexuais brasileiros (Sobral, 2019), que encontramos [um importante] registro sobre as homossexualidades em Maceió

74 Além dos editores do Rio de Janeiro e de São Paulo, o periódico contava ainda com correspondentes internacionais em San Francisco, Nova Iorque, Barcelona, Madri e colaboradores brasileiros em Campinas (SP), Fortaleza (CE), Recife (PE), Campina Grande (PB), João Pessoa (PB), Natal (RN), Campo Grande (MS), Vitória (ES), Niterói (RJ), Brasília (DF), Curitiba (PR) e Porto Alegre (RS). Sem correspondente em Maceió, em 1981, um pouco antes do fim do *Lampião da Esquina*, Gesivan R. de Gouveia aparece como distribuidor do jornal na capital alagoana.

75 Minha apropriação do termo homossexualidade enquanto categoria de análise, longe de sugerir qualquer ideia de essencialidade e generalidade, pretende chamar a atenção para a pluralidade histórica das práticas culturais, afetivas e sexuais dissidentes da heteronorma. [Nas minhas pesquisas atuais, emprego o termo LGBTQIA+, por considerar que este incorpora de modo mais amplo a diversidade de gênero e sexualidade dissidentes. Além disso, em diálogo com intelectuais travestis, homens e mulheres trans, venho utilizando o conceito de cisheteronorma. Ver: Letícia Nascimento (2021)].

(AL). Trata-se de um roteiro gay da capital alagoana, transcrito abaixo, publicado em abril de 1980, na 23ª edição do jornal[76].

> MACEIÓ
> Alô Lampiônicos, vai aí o nosso roteiro gay. Maceió, capital das Alagoas, a mais prateada morada do sol, com seus 500 milhões (*sic*) de habitantes tem muitas coisas para serem mostradas e curtidas. Cidade Litorânea onde o povo tem o coração hospitaleiro e a mente aberta para aceitar a evolução do mundo. Para nossos visitantes temos várias opções, além do povo ser alegre e belo. Bares: Na orla marítima temos o mais curtido "O Beija-Mar" onde pinta o gay universitário anti-DCE. A "Cantina do Ginos" com seu coreto de pedras e sua gostosa comida italiana, para quem transa boa música popular brasileira e papos com os intelectuais e artistas da cidade. Continuando pela orla chegaremos à praia mais bonita do nordeste, Pojuçara (*sic*), "onde o mar beija as areias com seus coqueirais em flores" encontramos a "Peixada do Ferreira" e o "Bebaqui". Para nossos amiguinhos que gostam de curtir povo temos o "Bar do chopp", considerado o Castelo das Bichas, no centro da cidade e também a lanchonete "Sankyo" onde a pegação é transada em alta escala. No seu final de noite acompanhado ou sozinho a pedida é lanchar no drive-in "O Gauchão" onde os garçons são finíssimos e adoram ser chamados para curtir um som no carro. Praias: Nossa bolsa em frente aos Hotéis Luxor e Beira-Mar, todos 4 estrelas onde pode ser encontrada as cartieres da cidade. Também temos a praia de Ponta Verde, vizinha ao Alagoinhas-Clube, para quem gosta de curtir gatões e a praia da Sauna para momentos román-

76 Na mesma edição/página foram publicados os roteiros das cidades de Belo Horizonte (MG) e Juiz de Fora (MG). *Lampião da Esquina*, Rio de Janeiro, n. 23, 20 abr. 1980, Festim, p. 15.

> ticos, um pouco distante da cidade. Boites: Não temos uma gay, mas caretas tipo "Mido Privê" o mais requintado disco-club do nordeste frequentado pelo jet-set alagoano é fácil pintar um convite para conhecer algumas coberturas com piscinas da orla. Teatros e Cinemas: Pintando peças ou shows, os teatros Deodoro e de arena Sérgio Cardoso são pontos de partida para qualquer encontro proveitoso. As últimas seções (*sic*) da sexta e domingo no São Luiz, é uma ótima pedida para quem gosta da linha michê o Cine Ideal é a grande opção. Motéis: De 1ª classe, sempre fora da cidade, aconselhamos o Thaity e o Guaxuma, sendo bem discretos. Na cidade todas as pensões periféricas à rodoviária aceitam casais gay (*sic*). (UVA – União dos Viados de Alagoas) (*Lampião da Esquina*, Rio de Janeiro, n. 23, abr. 1980, p. 15).

A existência, o público e a sociabilidade dos/nos espaços de Maceió citados no jornal carioca foram temas que constituíram nosso primeiro inventário de questionamentos: o que essa cartografia revelava da cidade? Quem frequentava esses espaços? O que era permitido, proibido, interditado? Seria a capital alagoana uma cidade de "mente aberta para aceitar a evolução do mundo", como propagandeava o roteiro publicado no *Lampião da Esquina*?

Ora, os espaços de sociabilidade têm aparecido como tema central nos estudos históricos brasileiros sobre as homossexualidades. Os trabalhos de James Green (2019) e de João Silvério Trevisan (2018a) revelam a importância de parques, praias, praças, teatros, boates e cinemas para a vivência homossexual, masculina sobretudo, nas cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo ao longo do século XX. Rio de Janeiro: Largo do Rossio, depois denominado Praça Tiradentes, seus teatros, bares e cafés; Lapa, suas pensões, bordéis e quartos para alugar por hora; Copacabana, seus "inferninhos", galeria Alaska e a "Bolsa de

Valores". São Paulo: Vale do Anhangabaú, seus hotéis baratos, edifícios de apartamentos para aluguel; Avenida São João, seus cinemas; Praça da República, seus banheiros públicos; Galeria Metrópole, seus bares, boates, livrarias.

Esses espaços estão presentes em muitas capitais do país, como foi possível averiguar também em Fortaleza (CE). Aponto no livro *Travestis*: carne, tinta e papel (Elias Ferreira Veras, 2019), como a Praça do Ferreira, uma das principais do centro da cidade, e os bares, boates e o Edifício Jalcy, localizados na avenida Duque de Caxias da capital cearense, apareceram com recorrência nas fontes (imprensa e narrativas orais) como lugares de vivência homossexual e travesti. Em diálogo com Michel Foucault (2013), denominei-os de heterotópicos, pois permitiram, ainda que momentaneamente, fissuras, deslocamentos e ressignificações da/na cisheteronorma.

Assim, ainda que os bares, restaurantes, boates, cinemas, teatros e praias da capital alagoana, citados no *Lampião da Esquina*, não fossem frequentados exclusivamente por homossexuais, que não configurassem um "gueto gay" (Néstor Perlongher, 2008; Edward MacRae, 2018), alguns deles – gays universitários, intelectuais, "amiguinhos que gostam de curtir povo", "garçons finíssimos", "cartieres" da cidade, caretas, michês – se apropriaram desses espaços socialmente reconhecidos como heterossexuais, transformando-os em lugares possíveis de encontros amorosos, sexuais e afetivos.

A diferenciada ocupação da cidade impressa no roteiro gay de Maceió, marcada por distinções de sexo-gênero (predominância da homossexualidade masculina x invisibilidade de lésbicas, travestis e transexuais), de classe ("amiguinhos que gostam de curtir povo" x "jet-set alagoano"), de território (cidade periférica x cidade litorânea) e, certamente, de raça, permanece como tema importante no inventário da pesquisa. Contudo, neste capítulo, gostaria de percorrer outro caminho.

Meu objetivo é fazer uma reflexão sobre a União dos Viados de Alagoas (UVA) – "Viados" com "i" –, que assina o itinerário divulgado no *Lampião da Esquina* e os significados do seu aparecimento público no início da década de 1980, período marcado pela abertura política e pela entrada de novos personagens na cena (Sader, 2001) político-cultural.

MacRae (2018), Trevisan (2018) e Green (2019) analisaram de modo pioneiro como gays, lésbicas, travestis e transexuais do Rio de Janeiro e de São Paulo tiveram suas vidas transformadas com as mudanças políticas, econômicas, culturais e sociais do período. Peter Fry, um dos personagens da luta gay no Brasil, se recorda que o "apagar das luzes da ditadura militar coincidia com um otimismo cultural e social bastante generalizado, e os rapazes e as moças que fizeram acontecer o movimento homossexual sonhavam com uma sociedade mais justa e igualitária, e, sobretudo, uma sociedade em que sua homossexualidade, liberta de todos os tabus, poderia ser celebrada sem restrição." (MacRae, 2018, p. 9). O surgimento do *Lampião da Esquina*, em 1978, e a fundação do grupo Somos, em São Paulo (SP), no mesmo ano, são acontecimentos inaugurais que emergem desse desejo de celebrar a homossexualidade sem censuras.

Pesquisas historiográficas recentes[77], por sua vez, como as de Sandro José da Silva (2011), Fernando Domingos de Aguiar Júnior (2016), Ailton José dos Santos Carneiro (2017) e Elias Ferreira Veras (2019), lançaram novos olhares para a mesma época, atentas às dinâmicas homossexuais, travestis e transexuais em

77 [Desde a publicação original do texto, em 2021, o repertório dos estudos LGBTQIA+ na ditadura civil-militar se ampliou e se diversificou do ponto de vista das experiências abordadas, dos contextos geográficos analisados e das perspectivas teórico-metodológicas empregadas. Para uma cartografia atualizada da produção historiográfica sobre o gênero e a sexualidade dissidentes no Brasil, consultar o *site* https://historiatransviada.net.br/e, desenvolvido por Ronald Canabarro (2024)].

outras capitais brasileiras, respectivamente, Recife (PE), João Pessoa (PB), Salvador (BA) e Fortaleza (CE). As novas sociabilidades homossexuais; a emergência da aids e do ativismo contra a doença; a organização de novos grupos, como o Grupo Gay da Bahia (GGB); a luta contra a homofobia e a emergência pública de novas posições de sujeito, por exemplo, a travesti, foram alguns dos acontecimentos analisados pelos pesquisadores citados. O presente texto sobre a UVA soma-se a esses trabalhos.

Se, como observa o historiador Francisco Carlos Teixeira Silva (2019), faz parte da postura conservadora a recusa de pensar a sociedade organizada e os demais atores políticos como parte do processo da abertura, grande parte da historiografia brasileira dedicada aos estudos da ditadura civil-militar e da redemocratização ainda desconsidera a luta feminista, negra e de gays, lésbicas, travestis e transexuais pela democracia no Brasil.

Diante de tal invisibilidade, além de buscar analisar as singularidades da abertura em Maceió, a partir da emergência de um discurso público sobre a homossexualidade, o presente texto também pretende romper com os "silêncios de Clio" (Elias Ferreira Veras; Joana Maria Pedro, 2014) sobre as sexualidades dissidentes no campo da história, particularmente da historiografia alagoana.

Algumas questões norteiam a busca do rompimento do silenciamento, que envolve a UVA na cena alagoana da década de 1980. A UVA existiu efetivamente como organização ou foi inventada por alguma bicha ou grupo de bichas da cidade?[78] Teria sido criada por um jornalista do periódico carioca, que visitou Maceió?[79] Se existiu como grupo, teve vida longa ou efêmera,

78 A UVA e a repercussão do roteiro-gay na imprensa de Maceió não apareceram, até o momento, nas entrevistas que realizamos com alguns homossexuais, lésbicas e travestis da cidade.

79 Perguntados por este pesquisador sobre o roteiro de Maceió, João Silvério Trevisan, Alceste Pinheiro e João Carlos Rodrigues, que trabalharam na reda-

como foi comum com algumas organizações homossexuais surgidas na década de 1980 em outras cidades brasileiras?[80] Quem a constituía?[81] Que discursos e práticas inspiraram os homossexuais alagoanos?[82] Além de escreverem para o *Lampião da Esquina*, interviram publicamente de algum outro modo?

Confesso que a atitude quanto à existência da União dos Viados de Alagoas (UVA), para além do roteiro publicado no jornal

---

ção do *Lampião da Esquina*, afirmaram não se lembrar da publicação do mesmo no jornal carioca, desconhecendo ainda sua autoria.

80 O número 3 (abril de 1982) do Boletim do Grupo Gay da Bahia (GGB) informa que, "Iniciado em 1979, o Movimento Homossexual teve até agora seu apogeu no Brasil em 1980, quando chegamos a contar com 22 grupos gays, sendo que só na grande São Paulo havia 9 grupos, 3 no Rio, 3 em Salvador, 3 em João Pessoa, 2 em Recife, um em Minas, um em Brasília". Ainda de acordo com a publicação, "infelizmente parece que o MHB (Movimento Homossexual Brasileiro) entrou num processo de enfraquecimento. Em S. Paulo sobraram apenas 3 grupos dos 9 do ano anterior: Somos, Outra Coisa e Lésbico-Feminista; no Rio o Somos e Auê se uniram, estando reduzidos praticamente a 3 ativistas (o Bando de Cá de Niterói desapareceu sem dar aviso prévio aos colegas de ativismo). Belo Horizonte, perdeu seu grupo Terceiro Ato e o 'Beijo Livre' de Brasília também deixou de dar sinal de vida. No Nordeste, tivemos notícia que em João Pessoa além do Nós Também, no ano passado havia mais dois novos grupos: 'Ser Livre' e o 'Ação de Libertação Homossexual' que tem como slogan 'Libertas que darás também'. Em Olinda, o dinâmico Grupo de Atuação Homossexual (Gatho) andou meio desarticulado, com apenas uma reunião mensal. Uma ex-gegebete em viagem por Recife trouxe a triste notícia que o Gatho tinha se desativado. [...] Em Salvador, além do GGB, no ano passado foi fundado o Aquarius (Grupo de Libertação Homossexual) e o Adé-Dudu (Grupo de Negros Homossexuais). Não temos mais notícias do Aquarius, se continua ou não a existir. Em Aracaju, o Dialogay depois de contar com uma dezena de associados, está reduzido atualmente na figura do Welington Andrade" (Mott, 2011, p. 30-31).

81 Essa questão permanece constituindo o inventário de problemas da nossa pesquisa.

82 Idem.

carioca, era de ceticismo. Até que ela ressurge na pesquisa, novamente através das páginas da imprensa. Dessa vez, na *Gazeta de Alagoas*, jornal mais lido do estado na década de 1980, que formava com a TV Gazeta, afiliada da Rede Globo de Televisão em Alagoas, e a Rádio Gazeta o complexo midiático da família Afonso de Farias Melo.

No mesmo mês de circulação do *Lampião da Esquina*, que divulgou o roteiro gay de Maceió, a *Gazeta de Alagoas* publicou trechos de uma carta da UVA enviada ao jornal (*Gazeta de Alagoas*, Maceió, 27 abr. 1980, p. 2). Na missiva, a "entidade" protestava contra a reportagem "Homossexuais dizem em jornal como se divertem em Maceió", feita uma semana antes pelo periódico alagoano. Como observado por MacRae (2018), a respeito do grupo Somos/SP, esse aparecimento da UVA também marcaria o desejo de alguns homossexuais de Maceió de deixarem de ser uma "classe" invisível e silenciosa, tomando a palavra para si? Um mês antes da publicação do roteiro da UVA no *Lampião da Esquina*, alguns homossexuais de Salvador (BA), entre eles, Luiz Mott, que se tornaria uma referência na luta contra a homofobia, não somente no Nordeste, mas em outras regiões do país, tinham se apropriado do jornal carioca para convocar: "E atenção gueis baianos: rodem a baiana, tudo bem, mas deixem de ser alienados – Participem de um grupo de discussão sobre homossexualismo. Para maiores informações, escrevam para Luiz Mott: Rua Milton de Oliveira, 114, 40000, Salvador, Bahia" (*Lampião da Esquina*, Rio de Janeiro, n. 20, jan. 1980, p. 10).

A reportagem da *Gazeta de Alagoas* alvo da indignação da UVA trazia a imagem da capa da 23ª edição do *Lampião da Esquina*, o fac-símile da página onde o roteiro gay havia sido publicado, reproduzindo-o na íntegra, com destaque, ainda, para a "opinião" dos proprietários e funcionários dos restaurantes e bares da cidade citados no roteiro.

O proprietário do Bar do Chopp, local que no roteiro aparece como o Palácio das Bichas, frequentado por quem "tem menor poder aquisitivo", reconheceu que houve uma época em que os homossexuais frequentavam o seu bar em "grande escala", "mas isso era quando tínhamos aqui a radiola, [...] justamente por isso eu mandei tirá-la, pois comecei a desconfiar dos bate papos desse pessoal nas mesas" (*Gazeta de Alagoas*, Maceió, 20 abr. 1980, p. 5). Alegou ainda que no seu estabelecimento eles nunca tiveram oportunidades para praticarem as suas indecorosidades, já que nunca deu chances para isso, principalmente por reconhecer que o local é frequentado por todo tipo de pessoa.

> [...] 'É esse o conceito do meu bar no Rio de Janeiro?' – Perguntou, acrescentando em seguida que não permitiria mais que "elas" sentassem nas suas mesas, justamente para não comprometer ainda mais o nome do seu ponto comercial (*Gazeta de Alagoas*, Maceió, 20 abr. 1980, p. 5).

Um dos funcionários da Cantina do Ginos revelou "desconhecer totalmente o problema", vendo "nisso tudo uma vergonha, já que a nota é assinada pela 'UVA'". "Quiseram esculhambar com tudo", disse. Por sua vez, enquanto o dono da lanchonete Sankio afirmou que em seu país (China) "não tinha isso", o gerente do restaurante Peixada do Ferreira informava que aquele estabelecimento "não atendia mais este povo": "os 'gays' já chegaram a fazer suas mesas redondas no local, mas que isso já acabou e agora 'elas' não frequentam mais o estabelecimento, já que o consumo que fazem é muito pouco e com isso o garçom só perde tempo". De acordo com a matéria,

> A "Peixada do Ferreira", como disse o gerente agora não atende mais este povo, e, a cada vez que um aparece por lá ele manda que procurem um outro local, já que o res-

> taurante está discriminando os seus fregueses. "A verdade", disse ele, "é que não podemos aceitar, pois o homem nasceu para ser homem".
>
> [...] eliminar este problema para eles foi uma preocupação, [...] haja visto que inúmeras famílias sempre frequentam o ambiente, "e por isso nós temos que conservá-lo o mais sadio possível. Neste caso, não podemos permitir [continua o gerente] que tais coisas continuem acontecendo'" (*Gazeta de Alagoas*, Maceió, 20 abr. 1980, p. 5).

Seria a capital alagoana uma cidade de "mente aberta para aceitar a evolução do mundo", como parece desejar o roteiro gay publicado no *Lampião da Esquina*? Os proprietários e funcionários recorreram ao argumento de que os gays não consumiam, para justificar sua expulsão dos estabelecimentos. Um dos garçons do Bar do Chopp afirmou: "os gays não dão lucro ao estabelecimento, pois consomem pouco. [...] apenas uma 'caipirinha' para cada um é o suficiente para longos papos, e isso para o dono do estabelecimento não é bom negócio". Contudo, essas falas revelam, sobretudo, a homofobia em Maceió.

Tais "opiniões", diríamos hoje injúrias homofóbicas[83], se alicerçam sobre antigos discursos religiosos ("A verdade", disse ele, "é que não podemos aceitar, pois o homem nasceu para ser homem") e médicos ("por isso nós temos que conservá-lo [o ambiente] o mais sadio possível"), atualizados nas páginas da imprensa, que, não por acaso, será chamada de fascista pela UVA.

A arqueologia – acompanhemos Foucault – desses discursos traz à tona a homofobia como elemento estruturante da cidade no passado, expressa nas violências linguística (dos termos "indecorosidades", "sem-vergonha", "problema", "esculhambação") e física, manifesta nos assassinatos de gays, lésbicas e travestis – como o da travesti morta em Atalaia com um tiro no coração

83 [LGBTQIA+fóbica]

(*Gazeta de Alagoas*, Maceió, 13 set. 1983, p. 7) – noticiados na imprensa ao longo da década de 1980.

Sua genealogia – continuemos com Foucault – denuncia a permanência dessa homofobia, ou melhor, LGBTfobia no presente, no assassinato de Pamela Tabete, travesti de 18 anos, da cidade de Arapiraca, que teve o rosto desfigurado com pedradas em 2018 (*Gazeta de Alagoas*, Maceió, 10 mar. 2018); do vereador homossexual Silvânio Barbosa, do bairro Benedito Bentes, de Maceió, assassinado com 26 facadas, no mesmo ano (*G1*, 10 set. 2018), a quem dedico este texto; e nos dados divulgados pelo GGB, que localizam a capital alagoana como a cidade mais perigosa para pessoas LGBTQ+ (*Tribuna Hoje*, Maceió, 25 jan. 2019).

Causa estranhamento o fato de a homofobia dos proprietários e funcionários entrevistados pela *Gazeta de Alagoa*s não terem sido alvos da indignação da UVA. Essa postura sugeriria certos acordos estabelecidos entre o (os/as?) autor (autores/autoras?) do roteiro gay, proprietários e funcionários, rompidos com a divulgação no periódico alagoano?

Segundo a UVA, a questão havia sido mal "dirigida" aos proprietários dos bares e restaurantes, "proporcionando assim as más respostas". De acordo com a entidade, ao divulgar "a sombra e luz" o roteiro, a *Gazeta de Alagoas* teve como objetivo "acabar" com o gay de Maceió, que crescia em "progressão geométrica". O objetivo de "acabarem" com o "mundo gay" de Maceió não surtiria efeito, pois "o grande índice de homossexuais na cidade, não deixará que o mundo gay se acabe na capital alagoana" (*Gazeta de Alagoas*, Maceió, 27 abr. 1980, p. 2), afirmaram.

O repúdio da UVA não se limitou à nota endereçada ao jornal. Em um dos muros da avenida Duque de Caxias, onde estava localizada a redação do periódico, picharam: "Gay é liberdade", frase escolhida para o título deste texto. Tampouco se restringiu a crítica à *Gazeta de Alagoas*. Naquele mesmo domingo, o *Jornal de Alagoas* trouxe na íntegra a carta da UVA, diferentemente da *Gazeta de Alagoas*, que utilizou somente alguns trechos.

Figura 1 - Gay é liberdade
Fonte: *Gazeta de Alagoas*, 27 abr. 1980, p. 2. Acervo: BPEGR.

O segundo jornal mais lido do estado anunciava que a "entidade que congregava os homossexuais de Alagoas" havia enviado carta à redação "para protestar contra matéria publicada na *Gazeta de Alagoas*, considerada ofensiva à classe dos pederastas" (*Jornal de Alagoas*, Maceió, 27 abr. 1980, p. A2). Em seguida, publica a carta dos "que fazem a UVA":

> De uma certa maneira não chegou a ser surpresa. Haja vista a natureza fascista e burra da imprensa alagoana, em especial deste jornal. Somos da opinião de que as notícias, reportagens etc., devem ser mostradas ao público ao título de informação. Muito embora existam colunas especializadas a analisar determinados fatos. Neste caso, o responsável assina, o que não aconteceu. Faltou cora-

gem ao autor da matéria? É bem possível que ele seja uma "bicha" enrustida e que isso seja uma atitude (muito menos) para afirmar-se diante do seu ambiente de trabalho, etc., etc.

Não é o momento oportuno para discutirmos sobre o homossexualismo, assunto por demais debatido e consumado. E logo com quem? Pessoas de cultura medíocre, fúteis e preconceituosas. Aqui estamos para protestar e repudiar a forma contorcida como foi mostrada aos leitores na pobre reportagem do dia 20 do corrente mês. As questões foram mal dirigidas aos proprietários de bares, restaurantes e boites; o que resultou também as más respostas.

Assim como existem jornais e revistas exclusivas de moda, mecânica, economia e outros assuntos; também temos revistas e jornais dedicados à nossa classe. Isto há certo tempo circulando nos grandes centros deste País. O que chegou a ser uma novidade para os senhores.

Não vai longe o tempo em que este matutino se pronunciou com uma reportagem (se é que assim podemos classificá-la) sobre o extinto bar "Pingão". Que coisa mais ridícula! E o que conseguiram de objetivo? Conseguiram acabar com o "Gay" de Maceió? Ora, senhores, de tal fato até nossos dias o número dos "Gays" cresce assustadoramente. Queremos dizer até, que em progressão geométrica. Os senhores são conscientes disto, daí a tentativa de registrar o fato à sombra e luz do nosso noticioso nacional "Lampião da Esquina".

Parece-nos que nesta empresa funciona o antigo provérbio: "gato ruivo do que usa cuida".

Finalizando, questionamos: onde começa e funciona a ética jornalística? Qual o dispositivo legal da Constituição e Códigos brasileiros em que o homossexual é apontado como criminoso? Seria bom que de uma vez

> por toda acabasse essa onda de sensacionalismo barato. Achamos que este órgão da imprensa "marron" esteja em crise e seja esta mais uma saída suja e vil de superá-la.
>
> Mais uma vez nossos veementes protestos. UVA – União dos Viados de Alagoas.

Os homossexuais da União dos Viados de Alagoas reivindicaram-se como sujeitos de direito. Afirmaram que sua opressão era "fruto de um regime caduco", que tornava difícil registrar publicamente a entidade, interpelando: "Qual o dispositivo legal da Constituição e Códigos brasileiros em que o homossexual é apontado como criminoso?". Denunciaram a "natureza fascista e burra da imprensa alagoana", "em especial" da *Gazeta de Alagoas*, questionando: "Onde começa e funciona a ética jornalística?". Esses "veementes protestos" foram acompanhados pelo reconhecimento público de que os gays eram "sabedores que estão enquadrados nos estatutos da Sociedade Mundial dos Direitos Humanos [*sic*]", ainda que o *Jornal de Alagoas* continuasse definindo-os como "pederastas".

Possivelmente, a UVA não se estruturou como grupo de ativismo homossexual em Maceió, tal como o Grupo Gay da Bahia (GGB), Aquarius (Grupo de Libertação Homossexual), Adé-Dudu (Grupo de Negros); Nós Também, Ser Livre, Ação de Libertação Homossexual, Beira de Esquina, da Paraíba; Grupo de Atuação Homossexual (Gatho), de Pernambuco; Dialogay, de Sergipe, para citar somente os nordestinos surgidos no início da década de 1980. Se tivesse permanecido como "entidade que congrega os homossexuais de Maceió", para além da aparição na imprensa maceioense, provavelmente constaria nos boletins publicados pelo GGB a partir de agosto de 1981. No Boletim número 3 (setembro de 1982) (Luiz Mott, 2011, p. 35-36), por exemplo, que traz a nota "MACEIÓ GRITA SOCOOOOOOOOOOOOORO!!!", na qual "um gay local enumerou uma série de violências que as

bichas locais vêem sofrendo por parte da polícia", não há referência a qualquer organização homossexual na capital alagoana, fato que será confirmado na edição seguinte, com a carta de E.H.S., que diz: "Olha, aquele artigo sobre a violência aos gays em Maceió é pura verdade. Se os gays aqui fundassem um grupo, eu topava a guerra" (Mott, 2011, p. 44).

Os protestos públicos da UVA, porém, independentemente da quantidade de pessoas que se organizou em torno da entidade ou do tempo que tenha durado, são indícios e efeitos da nova gramática sexo-política homossexual, que ganha a cena político-cultural brasileira na abertura. Trevisan (2018b, p. 148) lembra que, antes da "guinada histórica do surgimento do Somos (acoplado à criação do jornal *Lampião da Esquina*) homossexuais só existiam publicamente nos relatos policiais e na crônica midiática mais rasteira, como motivo de perseguição, calúnia, humilhação e ataque moralista". Green (2018, p. 71) aponta que uma das primeiras ações do Somos/SP foi "enfrentar a ideologia anti-homossexual, cujas manifestações discursivas mais agressivas apareciam na imprensa marrom", no caso de São Paulo, no jornal *Notícias Populares*. Essas demandas faziam parte das articulações contra a ditadura e continham reivindicações que visavam uma sociedade pluralista, além de proporem novos conceitos sobre a sexualidade, o comportamento e a política (Green, 2014, p. 178).

Assim, ainda que não esteja falando de um tempo de se assumir (Souto Maior Júnior, 2015, 2019) em Maceió, quando por meio da militância política sexual alguns homossexuais se organizaram em grupos para defender publicamente seus direitos e denunciar a homofobia, como feito por aqueles/as agrupados/as em torno do Somos/SP e do GGB, tampouco permanece sendo o tempo do estigma e da invisibilidade, quando as experiências homossexuais eram enquadradas (somente) como pecado (discurso religioso) e doença (discurso médico), e a sociabilida-

de de gays, lésbicas, travestis, transexuais estava limitada aos espaços privados (redes clandestinas de amigos/as, festas e encontros em apartamentos), público-temporários (carnaval) e/ou aos lugares afastados da cidade (praias e sítios).

O fato de terem aparecido nos três jornais sob o nome União dos Viados de Alagoas, sem, no entanto, identificarem-se individualmente, parece mostrar os limites da política do se assumir na capital alagoana. Mais do que tornar seus espaços conhecidos do grande público, a UVA tentou garantir uma visibilidade restrita, que não envolvesse risco para os homossexuais (pelo menos, para aqueles/as que frequentavam os restaurantes, bares, boates e cinemas citados no roteiro gay). Talvez buscassem assegurar certa sociabilidade silenciosa, sorrateira, dimensões de práticas chamadas por Michel de Certeau (1998) de "artes de fazer", "astúcias sutis", "táticas de resistência". Pactos estabelecidos com o *Lampião da Esquina* e, possivelmente, com os proprietários e funcionários dos bares, restaurantes e boates de Maceió, mas rompidos pela *Gazeta de Alagoas*, com a divulgação do itinerário gay alagoano.

Ao mesmo tempo, ao se apropriarem da imprensa como instrumento de propaganda (no caso do *Lampião da Esquina*) e de crítica (como visto na *Gazeta de Alagoas* e no *Jornal de Alagoas*), a entidade expressou a importância da ocupação da cena pública como ação política (Judith Butler, 2018) para/na construção da liberdade homossexual. Ainda que não tenham "saído do armário", as bichas da UVA "saíram do gueto", questionando preconceitos ("Qual o dispositivo legal da Constituição e Códigos brasileiros em que o homossexual é apontado como criminoso? Seria bom que de uma vez por toda acabasse essa onda de sensacionalismo barato") e reverberando um novo modo de vida ("Ora, senhores, de tal fato até nossos dias o número dos 'Gays' cresce assustadoramente. Queremos dizer até que em progressão geométrica").

O aparecimento da UVA na imprensa de Maceió, nesse contexto de ruptura de uma visibilidade restrita, de ameaça a uma sociabilidade silenciosa e de gênese de um discurso de afirmação identitária homossexual que crítica o estigma e reivindica a liberdade, expõe os paradoxos da abertura democrática: tempo de emergência e de repressão; tempo de controle e de resistência; tempo de vulnerabilidade e de luta.

Desse modo, a pichação "Gay é liberdade" pode ser entendida como indício e efeito na capital alagoana de um momento em que o Brasil começava a respirar "ares mais otimistas". MacRae (2018, p. 93), observador e participante dessa movimentação em São Paulo, escreve: "Para muitos, estávamos no limiar de novos tempos, mais justos e mais humanos. Grandes transformações se anunciavam como indicação do encerramento da vigência de uma ditadura férrea e sanguinária, e a sociedade civil ressurgia politicamente com importantes manifestações de protestos".

"Gay é liberdade", todavia, também se inscreve como denúncia dos limites em Maceió do campo de possibilidades aberto pela redemocratização para as homossexualidades, na medida em que, como lembra Butler (2017, p. 40), a cidadania "não envolve somente o direito de ser protegido pela lei – e não perseguido pela lei –, mas também o direito de participar numa democracia aberta, o que significa o direito de sair à rua sem medo".

Elias Ferreira Veras é professor dos cursos de História (Licenciatura e Bacharelado) e do Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Universidade Federal de Alagoas (Ufal), onde coordena o Grupo de Estudos e Pesquisas em História, Gênero e Sexualidade (GEPHGS/Ufal/CNPq). E-mail: elias.veras@ichca.ufal.br.

Referências

AGUIAR JÚNIOR, Fernando Domingos de. *Imagens da doença, políticas da notícia*: cenários e representações da aids na imprensa paraibana (1980). 2016. 200f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016.

BUTLER, Judith. *Corpos em aliança e a política das ruas*: notas sobre uma teoria performativa de assembleia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

BUTLER, Judith. Alianças queer e política anti-guerra. *Bagoas*, Natal, v. 11, n. 16, p. 29-49, 2017. Disponível em: https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/12530/8652.

CARNEIRO, Ailton José dos Santos. *Homossexuais em trânsito*: representações, militância e organização política homossexual na Bahia, 1978-1988. 2017. 150f. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

DE CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano*. v. 1: *Artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1998.

FOUCAULT, Michel. *O corpo utópico, as heterotopias*. São Paulo: n-1 edições,, 2013.

GREEN, James N. *Além do carnaval*: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX. São Paulo: Ed. Unesp, 2019.

GREEN, James N. Forjando alianças e reconhecendo complexidades: as ideias e experiências pioneiras do grupo Somos de São Paulo. In: GREEN, James N. *et al*. (orgs.). *História do movimento LGBT no Brasil*. São Paulo: Alameda, 2018. p. 63-78.

GREEN, James N. O grupo Somos, a esquerda e a resistência à ditadura. In: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan (orgs.). *Ditadura e homossexualidades*: repressão, resistência e a busca da verdade. São Carlos: Edufscar, 2014. p. 177-200.

MACRAE, Edward. *A construção da igualdade*: política e identidade homossexual no Brasil da "abertura". Salvador: EDUFBA, 2018.

MOTT, Luiz (ed.). *Boletim do Grupo Gay da Bahia*. Salvador: Editora GGB/Secretaria Estadual de Justiça e Direitos Humanos, 2011.

NASCIMENTO, Letícia. *Transfeminismo*. São Paulo: Jandaíra, 2021.

PERLONGHER, Néstor. *O negócio do michê*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2008.

QUINALHA, Renan Honório. *Contra a moral e os bons costumes*: a política sexual da ditadura brasileira (1964-1988). 2017. 329f. Tese (Doutorado em Ciências) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

RODRIGUES, Jorge Caê. Um Lampião iluminando esquinas escuras da ditadura. In: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan (orgs.). *Ditadura e homossexualidades*: repressão, resistência e a busca da verdade. São Carlos: Edufscar, 2014. p. 83-123.

SADER, Emir. *Quando novos personagens entraram em cena*: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1975-1985. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O tempo do regime autoritário*: regime militar e redemocratização – Quarta República (1964-1985). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019. p. 313-356.

SILVA, Sandro José da. *Quando ser gay era uma novidade*: aspectos da homossexualidade masculina na cidade do Recife na década de 1970. 2011. 214f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2011.

SOBRAL, Thasio Fernandes. *Movimentos homossexuais no jornal Lampião da Esquina (1978-1981)*. 2019. 178f. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019.

SOUTO MAIOR JÚNIOR, Paulo Roberto. *Assumir-se ou não assumir-se?*: o *Lampião da Esquina* e as homossexualidades no Brasil (1978-1981). 2015. 190f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.

SOUTO MAIOR JÚNIOR, Paulo Roberto. *A invenção do sair do armário*: a confissão das homossexualidades no Brasil (1979-2000). 2019. 306f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.

TREVISAN, João Silvério. *Devassos no paraíso*: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. São Paulo: Objetiva, 2018a.

TREVISAN, João Silvério. Somos o quê mesmo? In: GREEN, James N. *et al*. (orgs.). *História do movimento LGBT no Brasil*. São Paulo: Alameda, 2018b. p. 137-155.

VERAS, Elias Ferreira. *Travestis*: carne, tinta e papel. Curitiba: Appris, 2019.

VERAS, Elias Ferreira; PEDRO, Joana Maria. Os silêncios de Clio: escrita da história e (in)visibilidade das homossexualidades no Brasil. *Tempo & Argumento*, Florianópolis, v. 6, n. 13, p. 90-109, set./dez. 2014. DOI: https://doi.org/10.5965/2175180306132014090.

"A ira de Deus": aids na imprensa de Alagoas (1985)

Luckah Baby

Para Anna Valentina Sá Nobre

Introdução

Esta pesquisa enlaça política, subjetividade e academia, e questiona: *onde estão os/as LGBTQIAPN+ de Alagoas?* Persigo as trajetórias de resistência, histórias que desejaram apagar; no entanto, já se sabe que "Clio saiu do armário" (Elias Ferreira Veras; Joana Maria Pedro, 2014). Vivamos o processo de Clio, uma vez que o *sair do armário* pode ser um ato contínuo e ter infinitas possibilidades!

O título deste capítulo é fruto de uma lembrança de infância. Eu era muito criança, nos anos 1990, e ficava sob os cuidados de minha avó

materna. Frequentemente, passávamos os fins de tarde sentados na porta de casa enquanto desfrutávamos da companhia uma da outra. Lembro-me quando ela, membra do movimento neopentecostal, me falava sobre o significado da sigla que nomeava "o mal causado pela imoralidade sexual". Com toda convicção, ela ensinava que aids era a sigla de **"A Ira de DeuS"**.

Com a aids[84], um novo dispositivo passou a atravessar a experiência das homossexualidades[85]. A imprensa explorou o tema com sensacionalismo, e os religiosos inflamaram seu discurso. Mormente, a sociedade em geral decidiu aceitar essa construção irreal, projetando o mal numa ideia estigmatizada de dissidência sexual para lidar coletivamente com a fragilidade evidenciada pela epidemia. A narrativa em torno da aids interferiu na história LGBTQIAPN+ de várias formas. Uma delas foi intervindo na visibilidade de identidades dissidentes de gênero e sexualidade (Paulo Souto Maior, 2023), ao atribuir a essas a responsabilidade sobre a epidemia de aids.

Para a elaboração deste texto, as ideias do antropólogo Néstor Perlongher no livro *O que é AIDS*, publicado em 1987, foram significativas. Como lembra o autor:

> Se os homossexuais são, em algum sentido, "criaturas" médicas, não poderia o episódio da AIDS servir para reintegrar os díscolos ao rebanho? Aquém dessa especulação, sugere-se que o "modo de vida *gay*" poderia constituir uma experimentação da vanguarda na criação de mode-

84 Neste capítulo, como fez Fernando Domingos de Aguiar Júnior (2023), objetivando produzir um texto político que resista às representações violentas em torno da doença, a sigla da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (aids) será citada no texto autoral em letras minúsculas.

85 No período abordado, o termo homossexual era comumente utilizado para designar outras sexualidades e identidades de gênero, como transexuais e travestis.

> los cada vez mais individualistas de subjetivação. Isto é, certas características da vivência *gay* – solidão, desarraigamento, desengajamento das redes familiares, etc. – se transformariam em funcionais ou passariam a ser imitadas por setores da população não necessariamente homossexuais. Seria então preciso "desinfectar" o homossexual para que encarnasse, sem perigos nem fugas, esse "estilo de vida" dissociado da prática da promiscuidade socialmente indesejável. Uma "dessexualização" da homossexualidade? (Perlongher, 1987, p. 76-77).

O homoerotismo que se praticava no Brasil não era experimentado da mesma forma e com as mesmas condutas do que aquela do movimento *out of the closet* nos Estados Unidos. No entanto, a intervenção da medicina na ocasião da aids no país aconteceu de uma forma "americanizada". Ou seja, os médicos não levaram em consideração a complexidade da sexualidade, como se o homoerotismo e sua prática fossem um monopólio dos estadunidenses. A medicina brasileira, em seu enfrentamento à epidemia, adotou medidas sanitárias de cunho normativo e com base em cultura cisheteronormativa, com seus gozos e condutas.

A partir do olhar de Néstor Perlongher sobre o dispositivo da aids, reflito sobre as homossexualidades na "Terra dos Marechais", estimulada por apontamentos de Elias Veras (2023) sobre historiografia, gênero e sexualidade. Como escreve o historiador:

> Faz-se urgente deslocarmos o nosso olhar para outros espaços e territórios. Faz-se ainda imprescindível historicizarmos outras existências e resistências, além das experiências dos homens gays cisgêneros brancos residentes nos centros urbanos. Onde estão os/as/es LGBTQIA+ do Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Sudeste? Onde estão travestis, homens e mulheres trans, não-binários na História do Brasil, da ditadura e da redemocratização?

> Quais arquivos e acervos estão sendo constituídos sobre as experiências dissidentes de gênero e sexualidade? De que modo outros recortes geográficos, a pluralidade de experiências e a diversidade de fontes podem contribuir para novas interpretações sobre a História LGBTQIA+, que não seja uma repetição cristalizada dos estudos sobre o dito Movimento Homossexual Brasileiro (de São Paulo) e/ou a sopa de letrinhas? (Veras, 2023, p. 31).

Há muito a ser historicizado nas Alagoas, complexificando seus movimentos e pensando processos sociais que atravessam as subjetividades. Os estudos sobre gênero e sexualidade têm muito a contribuir com as vivências da sociedade como um todo.

Aids na imprensa de Alagoas

Em 11 de agosto de 1985, o jornal *Gazeta de Alagoas* publicou uma pequena nota na coluna "Fatos & Notícias", cujo título era "AIDS". A mensagem era de que a aids não deveria ser "prioridade". Noticiar que a aids não era relevante fazia parte de um discurso que reproduzia estigmas, relacionando-a a um comportamento sexual desregrado. Segue a nota na íntegra:

> No Brasil, o combate à AIDS não é uma prioridade" A afirmação é do próprio ministro da Saúde, Carlos Sant'Anna, que defende, entretanto, uma campanha de conscientização dos homossexuais e portadores da doença para evitar doações de sangue. Para o ministro, a AIDS não pode ser uma prioridade no país que possui "seis milhões de casos de doenças de chagas, 8 milhões de esquistossomose, 1 milhão de tuberculose, 300 mil de lepra e 300 mil de malária (*Gazeta de Alagoas*, Maceió, 11 ago. 1985, p. 4).

O discurso atribui um merecimento aos corpos que adoeceram, uma imputação moral, que recebia o *status* de natural. O dispositivo da aids estabeleceu um caráter biologizante do preconceito e da discriminação, transformando o vírus em símbolo de merecimento e os doentes símbolos de imoralidade e/ou distinguindo-os da heterossexualidade.

A primeira matéria de jornal que deu conta de informar sobre uma pessoa com aids em Alagoas foi um ponto de inflexão. Publicada no *Jornal de Alagoas*, em 14 de agosto de 1985, lê-se:

> PACIENTE DE AIDS VEIO DE SÃO PAULO
>
> O paciente portador de AIDS síndrome da deficiência imunológica adquirida que está sendo tratado em Maceió chegou a esta capital procedente de São Paulo, segundo informação do secretário de saúde e serviço social, o médico Humberto Gomes de Melo.
>
> Segundo o secretário, os exames até agora realizados confirmam que o paciente sofre realmente da deficiência imunológica adquirida (doença que já cometeu 383 pessoas no Brasil). Os médicos que atenderam ao portador de AIDS, em Maceió, preferiram não revelar o nome ou qualquer outro dado identificador do paciente, alegando motivo de natureza ética.
>
> Cientistas dos Estados Unidos e da Europa trabalham intensamente na tentativa de descobrir uma vacina contra a AIDS. Todos os casos da doença até agora resultaram na morte de seus portadores.
>
> A secretaria de saúde informa, por outro lado, que já está montando o esquema para ampla vacinação em massa contra paralisia infantil a ser realizada no próximo sábado, dia 17, e quando se espera o comparecimento de 90% da população em idade de receber a vacina (*Jornal de Alagoas*, Maceió, 14 ago. 1985, p. A-7).

Na matéria, os médicos decidiram não revelar o nome do paciente por razões éticas, pois a constatação da contaminação/doença repercutia na reputação moral do sujeito, suscitando ódio e culpabilização estabelecidos por imperativos religiosos. A pessoa infectada, quando homem, perdia privilégios, na medida em que sua masculinidade era "rebaixada", pois o diagnóstico o rotulava de homossexual. Como vemos na matéria, era comum mencionar outras doenças e a posição do poder público sobre elas, causando a sensação de que era preciso estabelecer prioridades. O tratamento da aids não era uma delas, o que era aprazível para parte dos/as leitores/as.

Em 25 de agosto, o jornal *Gazeta de Alagoas* publicou uma charge retratando um homem com estética de um religioso cristão repetindo uma frase bíblica dita por Jesus Cristo: "Quem não tiver pecados, atire a primeira pedra!" Vejamos a Figura 1 ao lado.

Diferentemente do cenário bíblico, em que as pessoas se comoveram com a frase de Cristo e reconheceram os seus pecados, de modo que ninguém atirou a pedra na pessoa que estava na iminência de ser apedrejada, na charge o próprio religioso que proferiu o dizer acabou soterrado pelas pedras. A charge parece expressar a ideia de que em Alagoas as pessoas performam e defendem sua condição de moralmente ilibadas. Contudo, a reflexão bíblica, assim como a charge, nos leva a crer que todas as pessoas são "pecadoras", ou, em outras palavras, que em algum momento não corresponderão às expectativas morais que a cultura impôs sobre elas.

O fato de o personagem ser apedrejado a ponto de ser soterrado pelas pedras nos possibilita problematizar certas normas de aceitação de desejos considerados imorais, desde que eles fossem vivenciados de forma silenciosa e clandestina. Era imperativo e cultural que se performasse uma identidade sexual inatacável, separada de qualquer conduta fora dos padrões,

principalmente da cisheteronormatividade (Letícia Nascimento, 2021).

Nesse sentido, importa relembrar que em 1985 foi eleito indiretamente o primeiro presidente civil do Brasil, após mais de duas décadas de ditadura civil-militar inaugurada pelo golpe de 31 de março de 1964. Contudo, "não houve de fato uma redemocratização profunda do estado, das instituições como um todo, especialmente aquelas responsáveis por exercer algum tipo de controle" (Samantha Quadrat; Marcos Tolentino, 2023, p. 511-512).

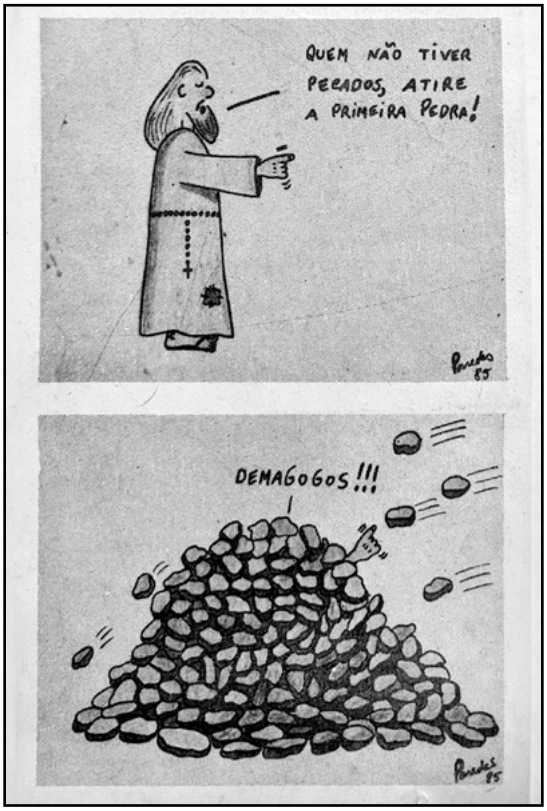


Figura 1 - Sem pecados
Fonte: *Gazeta de Alagoas*, Maceió, 25 ago. 1985, p. 25. Acervo: BPEGR.

A seguir, outra charge, dessa vez especificamente sobre a aids, publicada no dia 18 de setembro de 1985 pelo *Jornal de Alagoas*:

Figura 2 - O preço da aids
Fonte: *Jornal de Alagoas*, Maceió, 18 set. 1985, p. A-4. Acervo: BPEGR.

A charge apresenta um homem que está em estado de vulnerabilidade social[86], aparentemente despreocupado com boatos

86 No ano de 1985 a economia do Brasil estava em crise inflacionária.

e falsas notícias de que a aids poderia ser transmitida através do dinheiro. Também se faz necessário analisar nessa charge a abstração de que informações inverossímeis e preconceitos não deveriam interessar a pessoas que têm problemas reais. A imagem demonstra que os preconceitos *tombam* diante de interesses e necessidades concretas. Talvez a imagem também possa indicar que o que motiva a disseminação de falsas informações também são interesses concretos. Isso era o dispositivo da aids, produzido por uma narrativa e flagrada pela charge em análise, tendo em vista que mesmo a epidemia estando no seu início, já havia evidências de que o dinheiro não poderia ser uma forma de contaminação pelo vírus.

Já a reportagem intitulada "Alagoano muda hábitos com medo de pegar AIDS", publicada em 14 de setembro de 1985, aborda o comportamento dos alagoanos frente à nova doença. Essa reportagem é importante, pois é uma das primeiras a descrever situações específicas atravessadas pelo conhecimento da doença no contexto local, pois, até então, eram comuns reportagens transcritas de outros jornais, curtas falas de autoridades, discursos religiosos ou notas sensacionalistas, especialmente na primeira página. A reportagem descreve os sintomas, sendo constituída de preconceitos.

> Embora sem a constatação de nenhum caso oficial de AIDS em Alagoas, a população já começa se preocupar, modificando os hábitos sexuais. O assunto constitui tema de mesa de bar, esquinas e outros locais públicos. Na zona do baixo meretrício e nas praças de afluência de prostitutas, o movimento caiu ultimamente, e agora pouca gente se arrisca a frequentar esses locais. É o conservadorismo correndo paralelo à doença que alcança índices alarmantes, chegando a quase 500 casos comprovados e colocando o Brasil como o quarto maior país em incidência desse vírus.

A falta de informações sobre a AIDS induziu o governo do Estado, através da Fundação Lamenha Filho, a colocar um telefone específico para informar a população tudo sobre essa nova doença, além de doações de sangue. Uma equipe competente, faz rigorosa seleção clínica nos doadores do Centro de Hematologia e Hemoterapia (Hemoal), para afastar os grupos considerados de alto risco. Segundo o diretor daquela fundação, médico Djalma Breda, o objetivo principal é a implantação de um sistema para diagnóstico laboratorial da AIDS em Alagoas. Também serão distribuídos, na cidade, folhetos explicativos sobre a doença.

Logo que apareceu na cidade um paulista, já em adiantado estado final da AIDS, a população ficou amedrontada, preocupada em saber se o doente teve algum contato sexual. Nada foi comprovado, e, inclusive, a identidade do rapaz permaneceu em sigilo absoluto. Os boatos de que ele frequentou bares, boates e teve um caso com alguém da terra, foram surgindo, e o pânico começou.

O MEDO DO VÍRUS

Na Praça do Montepio, reduto maior de prostitutas e homossexuais, o movimento diário caiu assustadoramente. Poucos são os homens que procuram o local, temendo a AIDS. Um comerciário, que não quis se identificar confessou que diariamente fazia "ponto" na praça saindo geralmente com alguma prostituta, pagando uma pequena taxa num dos hotéis da Praça do Bomfim, ainda alguns goles de cerveja e a "gratificação" costumeira à companheira, que oscila entre Cr$ 10 a Cr$20 mil. Agora, ele prefere mesmo procurar uma mulher mais conservadora, que não viva na promiscuidade, e até já pensa em casamento. E, desabafa: "Com essa AIDS por aí, o melhor mesmo é arranjar uma moça honesta e casar".

Na medida em que à população continua sem muitas informações sobre a AIDS, o medo desse vírus que mata em pouco tempo o seu portador, vai modificando os hábitos da sociedade. Os noticiários de jornais, tv e rádios anunciam diariamente novos casos, e alertam o povo a se precaver da doença. Hoje é comum, nos consultórios médicos, a preocupação de adolescentes e adultos sobre esse vírus. Alguns confessam ter medo de manter relações sexuais.

Como os médicos já comprovaram através de intensas pesquisas que a incidência maior da AIDS encontra-se em meio aos homossexuais. Toxicômanos e doadores de sangue, o medo aumenta. Mais de 80% dos casos da doença comprovados no Brasil, é proveniente de homossexuais, mas já se admite, a propagação também entre os heterossexuais (homens e mulheres). As "escapadas" no mundo da prostituição feminina, a alegre roda-viva de parcerias sexuais, estão começando a entrar em declínio.

Nas farmácias de Maceió, aumenta consideravelmente o movimento de vendas de preservativos. Este é um meio de se evitar a AIDS durante o contato sexual. Da mesma maneira que cresce as vendas desses preservativos cai o movimento de vendas de remédios tóxicos. Os viciados estão optando agora exclusivamente pela maconha, já que a seringa aplicada é considerada de alto risco.

COMO EVITAR

As recentes pesquisas feitas em São Paulo centro de maior propagação da AIDS no país, apontam algumas dúvidas da população. Os médicos esclarecem que não se transmite a doença num simples aperto de mão, num beijo social (face a face), em piscinas públicas, hospitais, motel, insetos etc. No caso do beijo Íntimo, trocado entre uma pessoa sadia e outra portadora do vírus, ainda não foi totalmente descartada a possibilidade de transmissão.

A doença é 100% incurável. A única diferença é que um paciente ao ser tratado no início, pode ter uma sobrevivência maior, através de drogas antivirais e de aumento da imunidade do organismo. Uma mulher grávida portadora de AIDS transmite automaticamente a doença para o bebê.

Em países como os EUA, a AIDS deixou de ser considerada apenas como à "praga dos homossexuais" para se transformar num problema de proporções mundiais. Apenas ninguém ainda identificou o vírus num casal monogâmico, cujos integrantes não mantenham relações sexuais fora do casamento e que estejam livres de transfusão de sangue.

A grande maioria das transmissões do vírus se deu no sentido do homem para a mulher. De acordo com estatísticas recentes, esse fato sugere que a mulher tem a possibilidade de ser uma transmissora menos eficiente do que o homem. Nada menos do que 15% dos homens infectados, tiveram contato anterior com prostitutas. A atividade homossexual é mais facilmente transmissora da doença, já que "o sexo anal implica em rompimento de vasos microscópicos por onde se imiscui o vírus". Os médicos concordam que o relacionamento heterossexual tradicional é potencialmente menos perigoso porque a mucosa vaginal é mais resistente à fricção e possui uma camada de células naturalmente protegia contra agressões do vírus. Mas advertem: "É possível a transmissão da AIDS em meio à prostituição, já que a promiscuidade é intensa entre essas mulheres, que diariamente têm contato sexual com vários homens".

Um portador de AIDS começa a sentir tonturas diárias, depois vem a fase dos vômitos, diarreias, febre, também diária, que nunca chega aos 39 graus, passando daí para a fase de emagrecimento. Chega-se a perder até 30 quilos

> num período de apenas três meses. Segundo os médicos, a primeira medida a ser tomada é procurar uma clínica e contar a um especialista o que realmente está sentindo para se fazer o exame de sangue.
>
> Os médicos aconselham não se manter relações sexuais com homossexuais ou prostitutas. Quanto maior a promiscuidade, maior é a possibilidade de contágio. O risco aumenta à medida em que a pessoa mantém múltiplos relacionamentos. O uso de preservativos pode evitar, mas não afasta completamente a possibilidade de risco.
>
> Os consumidores de drogas são outros facilmente identificados como portadores da AIDS. E a frequência do uso de seringas passando de mão em mão, favorecendo enormemente a contaminação. Basta um do grupo estar infectado que a doença se espalha e o próprio organismo do viciado já é mais indefeso. Também se encontram na faixa de alto risco, os hemofílicos, pois cada vez que eles precisam de sangue, recebem um concentrado de um fator coagulante feito com o sangue de 1.000 doadores (*Gazeta de Alagoas*, Maceió, 14 set. 1985, p. 5).

A reportagem expõe ideias preconceituosas com relação às práticas que dissidem da cisheteronorma; especialmente a homossexualidade, enquanto identidade ou prática, foi colocada no cerne da narrativa e da construção imagética da aids. O dispositivo da aids parecia ser um linchamento simbólico contínuo da homossexualidade, dava vazão a um ódio e impulso violento contra os homossexuais.

A reportagem menciona a Praça Montepio dos Artistas, em Maceió, que atualmente ainda é conhecida como um local onde a prostituição de rua é praticada. Em determinado trecho da reportagem, surge uma orientação para o leitor de que ele não mantenha relações sexuais com homossexuais ou prostitutas.

Isso é muito curioso, pois parece revelar que a pessoa à qual o jornal é direcionado não deve receber a rotulação de homossexual ou prostituta. Parece-me que o texto expressa ainda uma ideia de que essas identidades estão presentes na narrativa, mas ao mesmo tempo totalmente excluídas do debate. Destaco que nesse período, Fernando Collor de Mello, um dos donos desse jornal, cumpria o mandato de deputado federal; posteriormente, em 1987, tornou-se governador do estado de Alagoas, e em 1990, presidente do Brasil.

É também bastante curiosa a mensagem de que não era extraordinário que o/a leitor/a pudesse estar interessado/a em se relacionar com um homossexual, e isso não significaria que ele mesmo fosse homossexual. Isso parece ser muito característico do imaginário local da época, muito embora fosse recorrente a estigmatização de identidades homossexuais, dentre outras problemáticas sociais envolvendo gênero e sexualidade. A reportagem ainda afirmou que quanto maior a promiscuidade, maior a chance de contágio, empregando as palavras "homossexualidade" e "promiscuidade" como se tivessem o mesmo significado, algo que foi percebido por diversas vezes nas reportagens analisadas.

No dia 6 de outubro de 1985, foi publicado na *Gazeta de Alagoas* a reportagem "Especialista adverte: Fluxo turístico pode contribuir para a disseminação da doença". Ela tem como pauta o III Congresso Norte e Nordeste de Imunologistas, que aconteceu em Maceió de 2 a 5 de outubro de 1985. Outros periódicos mencionaram o evento nas semanas que o precederam. Algumas dessas menções informavam que a aids seria um dos temas abordados pelo congresso. Ora, já havia muitas mortes em decorrência dessa síndrome. O Brasil era um dos países com mais casos registrados. Nos Estados Unidos, a situação já estava crítica e grupos em busca de alternativas já começavam a se organizar.

Ademais, eram recorrentes na imprensa narrativas que ressaltavam problemas de saúde pública anteriores à aids, o que contribuía para o entendimento de que a aids não poderia ser prioridade, o que era mais uma violência contra as identidades dissidentes, especialmente aquelas que expressavam o desejo homoerótico masculino, as transfeminilidades e travestilidades.

> No Nordeste ainda são poucos os casos de pacientes vítimas da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida - AIDS. No entanto, o fluxo turístico com a vinda de paulistas, cariocas, mineiros e gaúchos, principalmente, para as capitais nordestinas, preocupa. À advertência foi feita sexta-feira, no auditório da Reitoria, pelo especialista em AIDS, Paulo Roberto Teixeira, da Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo e responsável pelo programa de prevenção e assistência a pacientes vítimas da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida.
>
> Uma plateia composta de aproximadamente 600 pessoas ouviu em silêncio a declaração do pesquisador paulista, considerado hoje uma das maiores autoridades no assunto no país. Isso interessa profundamente aos alagoanos. Principalmente aos órgãos de saúde pública, pois o maior número de turistas que visita Maceió é proveniente do Estado de São Paulo. As estatísticas comprovam que, somente no primeiro semestre do corrente ano, 285 casos de vítimas da AIDS foram registrados nos hospitais públicos paulistas, segundo dados de Paulo Roberto Teixeira.
>
> Ele destacou que a disseminação da doença começou em São Paulo, a partir de 1983, a nível de opinião pública. As primeiras vítimas e transmissores da doença eram pessoas de elevado poder aquisitivo (ricas) em contato com homossexuais ou bissexuais dos Estados Unidos. Depois, a incidência elevou-se a todas as classes sociais. Assim, aconteceu uma elevação preocupante: 23 casos em 1963 e

120 casos em 1984. Em 1985, somente no primeiro semestre foram registrados 285 pacientes vítimas da AIDS, com 160 óbitos dos casos conhecidos. A tendência é o número de pacientes se elevar para 600 pessoas.

[...]
Na estatística do segundo semestre de 85 já foram constatados 40 casos de AIDS na capital paulista. A incidência é maior entre homens com idade entre 20 e 49 anos, quando surge a independência financeira e sexual e a expansão dos sentimentos.

[...]
Na região Nordeste, o maior número de pacientes está localizado em Pernambuco, centralizados em Recife, com seis casos clinicamente diagnosticados e óbitos fora das estatísticas oficiais, segundo informação do pesquisador Paulo J. C. Miranda, da Universidade Federal de Pernambuco. Ele fez um relato para os participantes do Encontro Norte-Nordeste, de Imunologistas, abordando "a dimensão do problema AIDS em Pernambuco - estudos laboratoriais".

Lamentou as poucas condições para diagnóstico da doença, tendo que recorrer a exames clínicos através de uma equipe de especialistas, responsável pela confirmação das 6 vítimas. O único alagoano vítima da AIDS está cadastrado em São Paulo, tendo morrido em Maceió.

Hoje, maior número de óbitos e pacientes em tratamento da AIDS é constituído em 90% de pessoas de médio e de baixo poder aquisitivo, atingindo de 1 a 3 salários mínimos, elevando assim a dependência do serviço público de saúde no tratamento da doença.

Em Recife, das seis vítimas 4 são homossexuais é 2 bissexuais. Nos demais Estados, Rio, SP, MG e Rio Grande do

> Sul, maior incidência também atinge os homossexuais e bissexuais. Os bissexuais geralmente casados, provocam, a expansão da doença, atingindo sua esposa. Os hemofílicos também preocupam entre os considerados grupos de riscos.
>
> Ele fez uma revelação assustadora: portadores da AIDS ao se sentirem com o sintoma e desprezados ou abandonados, assumem atitude de revanchismo procurando doar sangue e disseminar assim a doença. Esse procedimento é comum entre os homossexuais assumidos, pois são os mais discriminados do que os outros, como por exemplo os bissexuais e hemofílicos (*Gazeta de Alagoas*, Maceió, 6 out. 1985, p. 11).

Alguns trechos dessa publicação são perturbadores. Uma delas é a afirmação de que os primeiros casos do Brasil foram de pessoas ricas que se relacionaram com homossexuais e bissexuais nos Estados Unidos. A afirmação parece expressar que esses "ricos" também não seriam homossexuais ou bissexuais, colocando os homossexuais como agentes transmissores e distintos daqueles. Nessa narrativa, a noção de homossexual toma uma abstração que faz com que não seja praticamente definível o critério utilizado para compreender quem é ou não referido enquanto homossexual. É uma narrativa que beira o delírio, o que talvez fosse congruente com os afetos provocados na coletividade pela epidemia.

A narrativa mencionou ainda um caso de aids em Alagoas que parece ser o mesmo presente em uma reportagem anterior, aqui analisada. A matéria ainda informou que a pessoa acometida pela doença veio a falecer e destacou a falta de recursos públicos para dar conta da epidemia em São Paulo. Os gastos eram exorbitantes e hospitais particulares em vários casos se recusavam a receber pacientes com aids; em outros, pacientes

esperavam a morte daqueles que estavam internados para que pudessem utilizar os leitos dos hospitais.

O jornal é categórico ao afirmar que homens bissexuais eram propagadores da doença. A partir deles, a doença não mais se concentrava entre aqueles dissidentes, pois eles transmitiam a doença para suas esposas em casa. Ainda foi escrito que as profissões com maior recorrência de aids eram a de cabeleireiro, costureiro e travesti, esta última aparecendo não como uma identidade de gênero, mas como prática. Notoriamente, não pela profissão em si, mas pelas pessoas que comumente ocupam esses lugares. Em que pese travesti não ser uma profissão, talvez nesse contexto a travestilidade pode ter sido relacionada à prostituição ou à arte. Ainda resta exposto que dentre essas três categorias – travestis, costureiros e cabeleireiros –, as travestis ficam evidenciadas, o que pode ser provavelmente atribuído a uma suposta maior distância da cisheteronormatividade. Reitero que a narrativa da imprensa colocava as homossexualidades, travestilidades, transexualidades, entre outras identidades na mesma categoria.

Por fim, a mesma reportagem afirma que homossexuais, sendo acometidos pela infecção da aids, praticavam "revanchismo". A matéria alega categoricamente que homossexuais, e não outras vítimas da infecção, propositalmente doavam sangue para, de forma cruel e perversa, contaminar outras pessoas. Segundo o jornalista, todas essas declarações foram realizadas por médicos no congresso anteriormente mencionado. Mas qual era, de fato, a fonte dessa narrativa?

A imprensa e o pensamento hétero na era farmacopornográfica

Em 1985, a imprensa era um dos principais meios de comunicação e fonte de informações para as pessoas em Alagoas. O que

estava nas publicações dos jornais chegava ao grande público, fossem publicidades, reportagens ou posicionamentos de instituições oficiais. No entanto, o discurso da imprensa correspondia a interesses capitalistas.

O discurso da imprensa possuía a capacidade de influenciar o comportamento da coletividade, de modo que regrava a vida das pessoas a partir de elementos semióticos que interferiram nas subjetividades e nos desejos. Por estar a serviço do capitalismo na era farmacopornográfica, a imprensa regulava as estéticas dos gêneros, dos sexos e das sexualidades na conjuntura da epidemia de aids.

Vejamos, na Figura 3, a propaganda de uma ótica divulgada na *Gazeta de Alagoas*, em 10 de novembro de 1985.

Figura 3 - Publicidade farmacopornográfica
Fonte: *Gazeta de Alagoas*, Maceió, 10 nov. 1985, p. 9. Acervo: BPEGR.

Na imagem, vê-se um casal formado por pessoas brancas, bem-vestidas e alinhadas. Elas estão juntas, em contato físico que demonstra intimidade. Ao redor da imagem está em evidência a frase "O seu médico sabe disso!". Embora a imagem seja uma publicidade de óculos vendidos pelas Óticas Fluminense, ela nos ajuda a pensar nas representações construídas sobre a cisheteronormatividade branca pela imprensa. Ora, nesse período, no caso dos homens, por exemplo, quem não fosse radicalmente adepto da monogamia[87] corria o risco de ser descoberto, condenado por Deus e abandonado pelas pessoas; marcado por vários estigmas e ser classificado como homossexual.

Em meio à preocupação coletiva da doença, juntamente com a vigilância, a moralidade, e a narrativa que se instalava, esse casal estava isento de qualquer associação com toda essa problemática. O casal representava exatamente o que não seria a aids, e certamente não havia neles nada que precisasse ser revelado para um médico, nas circunstâncias daquele momento, exceto alguma dificuldade com a visão.

O dispositivo da aids livrava o perfil dos sujeitos representados na imagem, pois a medicina "sabia" e explicitava o que e quem era "aidético". O capitalismo explorou isso, inclusive através da publicidade.

Paul B. Preciado (2023), no livro *Testo junkie*, sustenta que o capitalismo farmacopornográfico criou formas de gerir as subjetividades em prol de explorar a potência do desejo. O poder rege as vontades, os sonhos, as identidades e as relações das pessoas através de uma intoxicação biomidiática.

> Da mesma forma, a produção farmacopornográfica define hoje uma nova era da economia política mundial, não

87 Ressalto que no patriarcado um homem considerado monogâmico pela sociedade não necessariamente se abstém de relações extraconjugais. Assim, a categoria 'monogamia' não deve sempre ser interpretada em sentido literal.

> por sua supremacia quantitativa, mas porque o controle, a produção e a intensificação dos afetos narcossexuais tornaram-se o modelo para todas as "outras formas de produção. Assim, o controle farmacopornográfico infiltra e domina todo o fluxo de capitais, desde a biotecnologia agrária até a indústria high-tech da comunicação.
>
> Neste período de gestão técnica do corpo, a indústria farmacopornográfica: sintetiza e define um modo específico de produção e consumo, uma temporalização "masturbatória da vida", uma estética virtual e alucinógena do objeto vivo, uma arquitetura que transforma o espaço interior em exterioridade e a cidade em interioridade e junkspace* por meio de dispositivos de autovigilância imediata e difusão ultrarrápida de informação, um modo contínuo de desejar e resistir, de consumir e destruir, de "evoluir e se extinguir" (Paul B. Preciado, 2023, p. 30).

O domínio do desejo delimita a diferença entre gêneros, a divisão feminino/masculino, bem como controla a distinção tecnobiopolítica entre heterossexualidade e homossexualidade. A vigilância técnica sobre a masturbação e a criação da homossexualidade como patologia seguem o estabelecimento de uma normatização que administra a força orgásmica coletiva em prol da reprodução heterossexual da espécie. Preciado chama de farmacopornismo essa nova economia marcada pela indústria da pílula e pela exploração ampla das dinâmicas de manejo da potência do desejo pelos moldes padrões do mercado pornográfico.

Para Anibal Quijano (2005), o colonialismo estruturou as relações econômicas e políticas, bem como atravessou as subjetividades, identidades e comportamentos das pessoas. As práticas culturais e de consumo são frequentemente influenciadas por padrões eurocêntricos. No texto "Colonialidade do poder,

eurocentrismo e América Latina", Quijano afirma que as diferentes regiões do Sul global percorreram processos históricos específicos.

Ao pensar o poder em Alagoas, um estado radicalmente marcado pela colonialidade, ler Quijano suscita questões. Ele indica que na formação da sociedade brasileira, para o pequeno grupo que compunha a elite branca dominante, era preciso harmonizar seus interesses com os interesses da burguesia europeia, mesmo que isso resultasse numa relação de dependência. Isso se deu pela necessidade de legitimar uma identificação racial, em detrimento da anulação dos povos de origem negra e indígena.

Dados evidenciam o preconceito, o machismo, o racismo e a LGBTQIAPN+fobia em Alagoas, feridas coloniais expostas nas desigualdades de direitos e de oportunidades. Em 2024 e em anos anteriores, as organizações não governamentais Acontece Arte e Política LGBTI+, Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra), Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexo (ABGLT) divulgaram a pesquisa *Mortes e violências contra LGBTI+ no Brasil: Dossiê 2023* (Alexandre Bogas Fraga Gastaldi; Bruna Benevides, 2024). O documento revela que em 2023 foram registrados oito assassinatos de LGBTQIAPN+ em Alagoas, sendo 2,56 mortes por um milhão de habitantes neste ano. Dentre os estados federados, Alagoas é o terceiro mais violento.

Nessa perspectiva, é fundamental considerar a historiografia alagoana e dialogar com pensadores/as que elaborem epistemologias do Sul. Em suas palavras, Anibal Quijano (2005, p. 129-130) ressalta que,

> Aplicada de maneira específica à experiência histórica latino-americana, a perspectiva eurocêntrica de conhecimento opera como um espelho que distorce o que refle-

> te. Quer dizer, a imagem que encontramos nesse espelho não é de todo quimérica, já que possuímos tantos e tão importantes traços históricos europeus em tantos aspectos, materiais e intersubjetivos. Mas, ao mesmo tempo, somos tão profundamente distintos. Daí que quando olhamos nosso espelho eurocêntrico, a imagem que vemos seja necessariamente parcial e distorcida.

Nesse sentido, o pensamento eurocêntrico ignora e marginaliza outras formas de conhecimento, de modo que se faz necessário descolonizar o pensamento e valorizar os saberes locais no sul global.

Para Michel Foucault (2010), o poder está presente nos papéis que instituições sociais como a imprensa desempenham na produção e divulgação de notícias. O discurso da imprensa não é apenas uma forma de comunicação, mas um meio pelo qual o poder intervém. Assim, a imprensa desempenha um papel fundamental na construção da realidade social por influenciar a percepção pública dos eventos, pela escolha de quais eventos serão noticiados, a forma como são apresentados e a que público se direcionam.

Os dispositivos da sexualidade integram essa rede complexa de elementos e desempenham um papel crucial na construção do poder, do conhecimento e das normas sociais. Os dispositivos atuam para direcionar e regular a vida das pessoas, influenciando sua compreensão do mundo e seus comportamentos. Perceber os efeitos desses dispositivos é uma parte fundamental da análise crítica da sociedade moderna lançada por Foucault.

Para o autor, as categorias homossexualidade e heterossexualidade não são naturais, mas construções sociais produzidas por discursos científicos, médicos, jurídicos e religiosos a partir do século XIX. Antes disso, as identidades não eram forjadas em torno das práticas sexuais.

Considerações finais

As notícias sobre saúde pública apareciam repetidamente nas páginas dos periódicos, mas nos poucos momentos em que a aids foi tema nos impressos, a narrativa explicitamente não possuía nenhuma neutralidade. É notória a presença de uma carga moral quase entorpecente, algo que correspondeu a uma conjuntura que provocou medo.

É interessante que, em vários momentos, a aids enquanto tema propriamente não aparecia, mas o temor causado por ela, os discursos religiosos, as reflexões sobre o prazer sexual e a normatização do desejo estavam presentes. A racionalização do problema das IST também, com textos versando sobre o prazer e as relações amorosas monogâmicas e heterossexuais.

A aids estava relacionada à homossexualidade, que era praticada por pessoas promíscuas naquelas narrativas. A homossexualidade era referida como algo repreensível, e não havia espaço para refletir a moralidade ali investida. Refletir sobre as contracondutas ou acolhê-las era quase tão condenável quanto realizá-las.

O foco estava em práticas e identidades dissidentes, perifericamente os toxicômanos e aqueles que poderiam ser considerados como vítimas, os hemofílicos. Não se falava diretamente de aids, porque existiam imperativos morais que sustentavam a cisheteronorma e os privilégios atribuídos ao exercício dessa cisheteronormatividade.

Faz parte da estrutura segregadora tratar de uma forma punitiva as identidades e práticas dissidentes. Humanizar essas identidades vai de encontro à moralidade que estruturava a cultura local. Então se já não se falava dessas identidades dissidentes em Alagoas, menos ainda deveria se falar nesse momento em que havia uma legitimidade proveniente da fé e da

ciência para o exercício da violência simbólica contra as pessoas LGBTQIAPN+ através do dispositivo da aids.

Apesar do pouco que se sabia sobre essa síndrome, já havia evidências de que a ameaça estava posta para todos. Já se sabia que qualquer um poderia vir a ter aids, mas lidou-se com o risco através da criação de narrativas irreais, que afirmavam que uma doença provocada por um vírus utilizava a homofobia como método de seleção. Assim, a sociedade reagiu à sua impotência diante da aids.

Falar sobre aids era falar sobre sexualidade e dissidência da cisheteronorma; tratar o tema com seriedade talvez significasse humanizar as identidades dissidentes. Isso prejudicaria a eficácia do dispositivo da aids. Esse arcabouço imagético resultante de narrativas criativas, alimentadas em calabouços subjetivos de frustração e recalque talvez tenha sido tão trágico quanto a própria moléstia.

Luckah Baby é graduanda em Direito pela Faculdade Estácio de Alagoas e integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas em História, Gênero e Sexualidade (GEPHGS/Ufal). E-mail: 1uc45anonimo@gmail.com.

Referências

AGUIAR JÚNIOR, Fernando Domingos de. "Movimento aids na Paraíba": respostas coletivas, abertura política e direitos conquistados (1985-2000). In: VERAS, Elias Ferreira; PEDRO, Joana Maria; SCHMIDT, Benito Bisso (orgs.). *(Re)Existências LGBTQIA+ e feminismo na ditadura civil-militar e na redemocratização do Brasil*. Maceió: Edufal, 2023. p. 527-550.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 2010.

GASTALDI, Alexandre Bogas Fraga; BENEVIDES, Bruna (orgs.). *Mortes e violências contra LGBTI+ no Brasil: Dossiê 2023*. Florianópolis: Acontece Arte e Política LGBTI+, ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais), ABGLT (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexo), 2024.

NASCIMENTO, Letícia Carolina Pereira. *Transfeminismo*. São Paulo: Jandaíra, 2021.

PERLONGHER, Néstor. *O que é AIDS*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987. (Primeiros Passos, 197)

PRECIADO, Paul B. *Testo junkie*: sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica. Rio de Janeiro: Zahar, 2023. E-book, Kindle.

QUADRAT, Samantha; TOLENTINO, Marcos. Resistência e solidariedade: a epidemia do HIV/aids no Brasil da transição democrática. In: VERAS, Elias Ferreira; PEDRO, Joana Maria; SCHMIDT, Benito Bisso (orgs.). *(Re)Existências LGBTQIA+ e feminismo na ditadura civil-militar e na redemocratização do Brasil*. Maceió: Edufal, 2023. p. 503-526.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber*: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina: Clacso, 2005. p. 107-30.

SOUTO MAIOR, Paulo. O movimento LGBTQI+ no Brasil e as negociações sobre a visibilidade das homossexualidades na emergência da Aids. In: VERAS, Elias Ferreira; PEDRO, Joana Maria; SCHMIDT, Benito Bisso (orgs.). *(Re)Existências LGBTQIA+ e feminismo na ditadura civil-militar e na redemocratização do Brasil*. Maceió: Edufal, 2023. p. 481-501.

VERAS, Elias Ferreira; PEDRO, Joana Maria; SCHMIDT, Benito Bisso (orgs.). *(Re)Existências LGBTQIA+ e feminismo na ditadura civil-militar e na redemocratização do Brasil*. Maceió: Edufal, 2023.

VERAS, Elias Ferreira; PEDRO, Joana Maria. Os silêncios de Clio: escrita da história e (in)visibilidade das homossexualidades no Brasil. *Revista Tempo & Argumento*, Florianópolis, v. 6, n. 13, p. 90109, set./dez. 2014.

"Se sou uma, não sou só!": narrativas de travestis na imprensa (e além). Um relato de experiência

Nefertiti de Oliveira Souza

Introdução

E não sou uma mulher?

Esta foi a pergunta feita por Sojourner Truth numa intervenção na *Women's Rights Convention*, em Akron, estado de Ohio, nos Estados Unidos, em 1851 (bell hooks, 2019). Ao fazer o questionamento, Sojourner expôs a forma como mulheres negras eram tratadas pela sociedade da época, sua condição invisibilizada e o modo como o período da escravidão apagou seu reconhecimento como parte da humanidade.

Quem escreve este ensaio é uma travesti do interior de São Paulo, macumbeira e filha de uma mulher extremamente importante em sua

vida. Minha mãe, dona Janaína, que eu carinhosamente chamava de Zebra, faleceu em 2017, quando eu ainda não era Nefertiti, mas ela, de alguma forma, sempre fez com que me sentisse eu mesma. Antes de ser quem sou hoje, fui filha dela.

Com o suicídio de minha mãe, aos 36 anos, decidi que precisava ter novas experiências, ocupar novos lugares e construir uma nova narrativa. Tomei a decisão de morar em Maceió, mudança que representou o primeiro passo para ser a mulher que sou hoje. Quando fui aprovada para entrar na Universidade Federal de Alagoas (Ufal), não imaginava que iniciaria minha transição de gênero como aluna da instituição. Nesse momento, me dei conta de que as instituições não estão preparadas para que mulheres como as de onde eu venho ocupem seus espaços. Eu não me via, não via minha mãe ou minha avó ocupando a universidade. Mulheres como nós, não!

Desde então, preciso me impor cotidianamente. Nunca recebi nada de graça; desde que vim para Maceió, todos os dias foram de luta. A experiência no Pibic, como bolsista do projeto de pesquisa "LGBTQIA+ na imprensa de Alagoas (1970-1980)" (Pibic/Ufal), coordenado pelo professor Elias Veras, foi mais uma etapa importante para construir a mulher que sou agora. O contato que tive com os/as autores/as mudou minha perspectiva sobre as minhas experiências. Eu não sou mais a mulher do passado – a novidade é que eu estou viva.

A inquietação para saber o lugar das travestis na construção dessa sociedade que possibilitou também a minha existência me acompanha desde então. Este texto é, de certa forma, irremediável, pois nasce da necessidade de que travestis possam narrar suas próprias histórias, humanizando-as. Como posso contribuir para escrever narrativas humanizadas, como ensina a travesti doutoranda em Antropologia Dediane Souza (2022)? Isso não é um trabalho fácil, mas sei que, **se sou uma, não sou só!**

Onde estão as travestis que prepararam o terreno para que eu pudesse caminhar? Como e onde suas histórias foram contadas?

Falar dessas histórias faz parte da construção de outras narrativas que reconhecem a humanidade das travestis. Comecemos a produzir discursos para mim e minhas irmãs, a fim de expor nossa necessidade de histórias reescritas por mulheres trans e travestis. Falemos sobre a nossa existência e o nosso lugar social. Axé!

Nesse sentido, utilizo este espaço como um ato político, empregando somente pronomes femininos para tratar as sujeitas que aqui serão citadas. Por mais que nas notícias dos jornais seus nomes e identidade de gênero não sejam respeitados, analiso suas histórias propondo também um ato de reparação a essas sujeitas que, por décadas, tiveram uma parte das suas vidas expostas na imprensa de modo estigmatizado (Elias Ferreira Veras, 2019). Não muito distante da realidade de Sojourner, as travestis ainda precisam lidar com o fato de não serem vistas como "de verdade", tendo sua condição de gênero negada.

Conhecendo a nossa (minha) história

Proponho-me, aqui, a fazer uma visita à vida de diversas sujeitas travestis. Este texto é pensado como uma proposta de reescrever histórias. Com essa responsabilidade, fico atenta às reflexões mais atuais acerca da disputa pela narrativa de humanidades de travestis e transexuais. O que foi possível notar ao longo da pesquisa Pibic foram as narrativas das travestis que já haviam sido criadas antes mesmo que eu pudesse dizer a frase "eu sou uma travesti". Sendo assim, se não sou eu quem cria, sou capaz de pensar narrativas mais humanas? Sim. Com o sonho de um dia me sentir humana, tenho a ousadia de escrever sobre travestis e dizer que elas tiveram um papel importantíssimo na

luta contra a LGBTI+fobia e na construção de humanidade para todas nós, em ritual individual e coletivo.

Como uma mulher, travesti e negra, não consegui inicialmente sentir que eu pertencia ao lugar de pesquisadora. Todavia, durante o processo, diante do contato com o material que analisei (pesquisa bibliográfica e documental), tomei consciência do trabalho como instrumento de reparação histórica na construção de uma TRAVESTILIDADE. Saber que outras meninas poderão ler este texto e, por meio dele, ficar sabendo que, sim, tem travesti pesquisando, e que essa travesti não está sozinha, é fortalecedor.

Minhas referências também são travestis: Cristiane Jordan, travesti que viveu em São Paulo, assassinada em 2007; Dediane Souza, Letícia Nascimento e Helena Vieira – sejam as que batalham na noite ou as que pesquisam, ensinam, escrevem, somos travestis. Vistas como travestis, tratadas como travestis e disputando narrativas de humanidades. O *eu* travesti está conectado ao *nós* travestis.

De todos os termos que existem para designar uma sujeita trans, o termo travesti é o mais emblemático. Os usos do termo, ainda nos "anos de chumbo", ou seja, na ditadura civil-militar, estão envoltos em uma série de associações à marginalidade e à periculosidade (Veras, 2019; Helena Vieira, 2023). Por muitos anos, ele foi empregado como forma de ofender as sujeitas travestis, que de alguma forma estão no lugar da "dissidência" da cisheteronorma (Letícia Nascimento, 2021). Atualmente, o termo refere-se às pessoas que, na experiência cotidiana, têm a ousadia de dizer-se mulher e/ou construir outras feminilidades. Do latim *muliere*, a palavra por si só não significa muito, mas o conceito, este determina quem pode ser uma pessoa e quem ela pode ser.

A reprodução e a associação de uma experiência à criminalidade, à marginalidade e aos trabalhos relacionados à prosti-

tuição são capazes de gerar um signo que viverá às margens discursivas da sociedade? Essas questões fizeram com que eu problematizasse o modo como as experiências de mulheres trans e travestis apareceram na história e qual a importância da imprensa para construção do discurso sobre elas. Qual o nosso lugar na construção de novos discursos?

Para responder essas perguntas, analisei fontes ao longo da pesquisa Pibic e dialoguei com diversos/as autores/as. Por meio desses materiais, realizei estudos dos discursos produzidos sobre as travestis na imprensa de Alagoas, especialmente nas últimas décadas do século XX. O material evidenciou a forma como as travestis eram retratadas pela imprensa e, principalmente, revelou como, por diversas vezes, elas tiveram sua humanidade negada, sua identidade de gênero invisibilizada e seu direito de ir e vir contestado.

Em diálogo com a bibliografia produzida pelo GEPHGS, assim como por outros/as pesquisadores/as, junto às fontes que compõem o banco de dados do grupo, problematizei como a imprensa de Alagoas foi responsável pela associação de sujeitas LGBTI+ à marginalidade, à prostituição e à criminalidade. Observei que, historicamente, houve de maneira constante a presença de um discurso moral cisheteronormativo permeando as manchetes dos jornais, nas quais as sujeitas consideradas "indesejáveis" eram reportadas como "invasoras" dos espaços públicos e do convívio social, estando, frequentemente, atreladas aos crimes contra a honra e a moral.

Com essa análise, traçamos um caminho para entender o papel da imprensa na produção dos discursos relacionados às pessoas trans e travestis. Se, em algum momento, houve silêncio acerca desses discursos, significa que as pessoas LGBTI+ não estavam seguras, pois, nas mesmas manchetes nas quais travestis são colocadas como criminosas, elas também aparecem como vítimas.

Dentre as obras analisadas está o livro *Travestis*: carne, tinta e papel (2019), do historiador Elias Ferreira Veras. Neste trabalho, Veras problematiza uma série de notícias publicadas sobre travestis em Fortaleza, capital do Ceará, na década de 1980. Em sua segunda edição, o livro aproxima o/a leitor/a do "universo trans", por intermédio das narrativas das travestis entrevistadas, das edições das revistas *Manchete* e *Playboy* e dos periódicos cearenses *O Povo e Diário do Nordeste*, que circularam na segunda metade do século XX.

O objetivo de Veras foi evidenciar as condições de emergência às quais as travestis estavam submetidas em Fortaleza, na transição da ditadura para a redemocratização. O autor argumenta em sua pesquisa, em diálogo com Paul B. Preciado (2018), filósofo trans espanhol contemporâneo, que o processo histórico de transição entre o tempo das perucas para o tempo dos hormônios-farmacopornográfico é caracterizado pela emergência de um processo de subjetivação marcado por mudanças no termo travesti – este passou a significar uma nova identidade em construção, diferenciando-se do uso do termo em contextos de prática clandestina e privada.

A pesquisa de Veras explora a experiência travesti e suas definições. No contexto analisado pelo historiador, o discurso do gênero binário é questionado, sobretudo, pela presença de travestis na imprensa. Quando Roberta Close, uma das mulheres trans apresentadas na obra, reivindica o seu lugar como mulher na sociedade, o discurso da existência apenas de dois gêneros é balançado.

Não pude deixar de me revoltar ao conhecer histórias de travestis que foram caçadas pela imprensa e pelo poder público. Digo que foram caçadas porque o país que mais mata travestis no mundo construiu esse legado ceifando muitas vidas. Não muito distante da realidade de travestis citadas em notícias presentes no trabalho de Veras, muitas hoje ainda sofrem com a

reprodução de padrões discursivos cisheteronormativos, antes mesmo da ditadura civil-militar. *Travesti*: carne, tinta e papel esclarece que há um discurso que foi produzido para que corpos como o meu sejam assassinados, expulsos de casa e não tenham dignidade. A sociedade que foi construída pelos nossos pais nos quer mortas, o que talvez tenha relação direta com a situação de emergência com que mulheres trans e travestis vivem nos dias de hoje.

Quando digo **não sou só**, também estou pontuando que minha história não se faz sozinha e que, às vezes, o problema não sou eu. Eu não sou a vergonha da família. A família construiu as vergonhas que precisou para se manter intacta. A imprensa criou o discurso e o medo. O poder público contribuiu criminalizando nossa existência.

Desse modo, o trabalho de Veras é importante para pensarmos na historicidade das travestis e a construção dessa identidade no Nordeste. A transição do tempo das perucas para o tempo dos hormônios também é importante para pensar travesti como uma identidade de gênero pública. Sua reflexão a respeito da situação das sujeitas travestis no cenário de Fortaleza revela que ao mesmo passo em que travestis estampavam capas de revistas como *Manchete* e *Playboy*, eram expulsas do convívio social e familiar; aparição e invisibilidade condicionadas à classe social e à raça das travestis.

No mesmo período em que capas com travestis como Roberta Close e Rogéria batiam recordes de venda, havia travestis sendo perseguidas pelo poder público. Apoiadas em um discurso moral e religioso cisheteronormativo, instituições como a Secretaria de Segurança Pública do Ceará criaram iniciativas para "limpar as ruas". O próprio conceito disseminado em jornais mostra a necessidade de o poder público e a imprensa manterem os discursos punitivos, principalmente na associação dessas sujeitas à criminalidade e à falsificação da identi-

dade. Na pesquisa de Veras, observamos as relações discursivas produzidas na/pela imprensa e suas repercussões na vida das travestis; examinamos, ainda, de que maneira a condição social à qual estavam submetidas foi afetada pelo discurso que circulava cotidianamente na imprensa.

Essa repercussão e seus efeitos são visíveis nos dias de hoje. Seja na curiosidade ou no medo, o dispositivo do estigma (Veras, 2019) está presente na vida da sujeita trans e travesti se o signo que acompanha a travesti no presente tem origem no início das discussões sobre gênero de forma mais ampla. Podemos entender por que nosso país é tão violento com corpos de mulheres travestis; podemos examinar o conceito de democracia. Será que existe possibilidade de democracia em um país onde a construção beneficia certas experiências, criminalizando e subjugando outras?

Outra produção importante para pensar as travestis, e sobretudo como elas eram vistas pela sociedade, qual era o signo que melhor as representava, em uma época posterior àquela analisada por Veras, é a dissertação de Dediane Souza (2021). Em sua pesquisa de mestrado, intitulada "*Dando o nome*": eu e Dandara na construção de narrativas de humanidade de travestis em Fortaleza-CE, a partir de um recorte do jornal *O Povo*, ela observa a forma como o assassinato e a tortura de Dandara repercutiram na imprensa da capital cearense, em 2017, analisando sobretudo o jornal *O Povo*. A antropóloga travesti considera diversas produções que contam a história de travestis e ressalta ainda que, mesmo com a ascensão de algumas travestis que tiveram destaque na grande imprensa, como Roberta Close e Rogéria, muitas outras tiveram suas histórias apagadas.

A pesquisa de Dediane é importante para pensarmos nos discursos que a mídia e a imprensa reproduziam sobre as travestis, investigando o assassinato de Dandara em 2017, cuja repercussão pública marcou uma virada na luta contra a transfobia no

Brasil. Conforme analisado por Dediane, uma série de padrões utilizados pelo jornal *O Povo* foi criada para enquadrar a imagem de Dandara. A autora observa que até mesmo a repercussão do nome Dandara dos Santos faz parte de uma ferramenta discursiva para criar uma vítima perfeita.

A forma como o vídeo da tortura de Dandara circulou mostrou ao mundo a falta de humanidade à qual uma travesti está submetida na sociedade brasileira, país que lidera os números de casos de transfobia no mundo. Outro ponto observado pela autora é a construção de narrativas de humanidade de travestis. No trecho de sua dissertação em que se dedica a examinar essas construções, ela afirma: "O preconceito é cumulativo. Você sofre preconceito por ser homossexual e sofre mais preconceito por ser travesti" (Souza, 2021, p. 32). Dessa maneira, Dediane chama a atenção para a condição abjeta à qual mulheres trans e travestis estão expostas. Observando a interseccionalidade dessas mulheres, a pesquisadora pondera como as questões de raça e gênero estão fortemente ligadas às violências estruturais às quais mulheres travestis estão submetidas no Ceará e no Brasil.

Dediane evidencia um processo que Jovanna Baby, ativista fundadora da primeira organização de travestis do Brasil, chama de naturalização da marginalização. Um processo no qual as travestis são subalternizadas e desumanizadas como algo natural nas relações de poder estabelecidas. Ela ressalta a falta de referências travestis, o que é extremamente importante para pensar seu próprio processo de produção de sentido sobre si e sobre outras travestis.

O trabalho de Dediane contribui para que eu me veja de uma nova forma, pois quando ela constrói uma narrativa de humanidade por trás do caso da tortura e homicídio de Dandara, ela também cria essa possibilidade para mim, ou para Louise, uma amiga travesti que foi assassinada com três tiros na cabeça em Maceió, no bairro do Vergel, em 2023. Produzir novas narrativas

é construir novas possibilidades de ocupar os discursos, abandonar de vez o anonimato do signo travesti para afirmar a existência de uma travestilidade. Silenciar as notícias que criminalizam nossa existência não nos dará a reparação necessária. É somente na possibilidade de honrar as vidas que foram tiradas que os discursos se reinventam.

Outra análise realizada por Dediane Souza está presente no artigo, ainda inédito, "Travestis, imprensa e ditadura civil-militar no Ceará", escrito com Elias Veras. Nesse texto, é investigada a participação das travestis no processo de produção de novas narrativas sobre as travestilidades no Ceará. A autora e o autor observam que, embora atualmente as travestis apareçam na grande imprensa do país de formas mais diversas, ainda permanece uma estrutura transfóbica na produção discursiva, gerando a necessidade da construção de novas narrativas.

Atentando para o conceito de necropolítica (Achille Mbembe, 2011), Souza e Veras apontam como a imprensa, em diferentes contextos históricos, foi responsável pela construção de um discurso que posiciona corpos e populações humanas como descartáveis. Os trabalhos desses/as autores/as são necessários para pensarmos sobre o dispositivo do estigma, que Elias Veras (2019, p. 81) argumenta ser "uma rede heterogênea de discursos que atualizou (e continua atualizando em torno das travestis antigas associações entre homossexualidade-patologia e travesti-criminalidade)". Com isso, eles investigam o poder desse dispositivo e como a existência do estigma reflete a relação da sujeita travesti com a imprensa e a repercussão de padrões discursivos midiáticos.

Isaac Freitas da Silva Filho, em seu capítulo nesta coletânea, "Invasão de mariposas e pederastas": sociabilidades dissidentes e subversivas em Maceió (AL) (1970)", nos convida a conhecer a realidade da capital alagoana nas décadas de 1970 e 1980. O historiador analisa a repercussão de sujeitas LGBTI+ na imprensa

do estado, que as considera como "uma enxurrada de homossexuais pelos espaços públicos da cidade". Silva Filho investiga os discursos presentes em manchetes de jornais alagoanos, como o *Jornal de Alagoas*. As manchetes desse jornal, como "Bichas invadem ladeira da catedral", têm um papel fundamental na disseminação de discursos LGBTIfóbicos.

Por meio das notícias analisadas pelo autor, é possível vislumbrar que a palavra travesti em Maceió também aparece associada à criminalidade e/ou à prostituição. Uma marca na produção discursiva dos veículos de comunicação da época, desde a "Operação Tarântula", em São Paulo, ou a "Operação Pederasta", em Maceió, como mostra Paulo Araújo em capítulo desta obra, é que o poder público tenta expulsar sujeitas travestis dos grandes centros urbanos. Essa ação, divulgada como uma tentativa de manter a ordem, se torna mais uma maneira de oprimir, marginalizar e prender sujeitas LGBTI+. Expõe-se, assim, mais uma vez, o uso dos discursos punitivos como ferramenta para desumanizar sujeitas LGBTI+ e utilizar desse espaço de poder para criar signos marginais e subalternos que passam a representar a comunidade LGBTI+, contribuindo para a criação do estigma e a manutenção do medo.

É importante ressaltar ainda a discussão presente no texto "Jango Jezebel, fazendo história: onde estavam as travestis na ditadura civil-militar no Brasil?", de Helena Vieira (2023). Nesse artigo, Helena examina o discurso relacionado a sujeitas travestis durante a ditadura civil-militar no Brasil, o qual exibia um signo que, aos olhos masculinos e cis-heterossexuais, representa "o fingimento que poderia efetivamente confundir" (Vieira, 2023, p. 171). Helena observa que, nos discursos mais comuns, travestis aparecem como "uma vontade de ser de verdade" (p. 171), implantando um sentido subalterno e clandestino na experiência da mulher travesti, o que fazia com que as narrativas

de mulheres trans e travestis fossem limitadas pela narrativa clandestina de sua identidade.

A escritora travesti argumenta que a referência feita pela mídia às travestis é marcada por diversos dispositivos característicos, como o uso de um tom jocoso e anedótico para referir-se a elas ou ainda o enfoque no seu nome de registro, mais uma forma de expor o caráter clandestino que a identidade travesti ocupava no período da ditadura, e que pode ser observado como padrão de discurso ainda hoje em muitos veículos de comunicação.

Letícia Nascimento (2021) chama a atenção para a disputa discursiva criada quando um corpo designado como masculino no nascimento assume o lugar como mulher e/ou travesti. A pedagoga travesti discorre sobre o papel dos feminismos na luta das mulheres por direitos e analisa como cada corrente feminista é importante para representar a classe de mulheres e trabalhadoras. A autora chama a atenção para o conceito de interseccionalidade, reforçando que é extremamente importante refletir sobre todas as mulheres e seu papel na construção de uma sociedade menos violenta para a diversidade das mulheridades. Ela aponta que para algumas pessoas é difícil entender gênero numa perspectiva cultural, "e mais difícil é entender que gênero é o dispositivo que produz o sexo, como propõe Judith Butler" (Nascimento, 2021, p. 26).

Por muitos anos, travestis e pessoas trans tiveram seus nomes e identidades negados pelo veículo discursivo e pelo sistema de gênero do CIStema (Nascimento, 2021). O que defendo é a manutenção do direito travesti de reconhecimento, humanidade e afirmação de si. Entendo que os estigmas e ligações de travestis-marginalidade, assim como as situações abjetas às quais são submetidas só se fará distinta na possibilidade de as próprias travestis reescreverem suas narrativas. O espaço de reivindicação do gênero é um espaço de manutenção de poder; por isso mesmo, a forma como travestis e mulheres trans vêm

reescrevendo suas histórias, e principalmente o papel delas na construção de novas narrativas, se inscreve como uma atitude de resistência e afirmação de si contra o CIStema.

Conclusão

É impossível passar por esta pesquisa sem pensar que os corpos e nomes lidos em cada uma dessas obras se tratava de pessoas. Sabendo disso, é irreal não refletir como essas manchetes e repercussões causaram na vida de tantas mulheres e travestis um erro irreparável.

Ao concluir minha primeira experiência como bolsista, fica evidente que a construção da comunidade LGBTI+ no Nordeste conta com a dor de diversas mulheres e travestis, algumas silenciadas pelo tempo, outras símbolos de luta e resistência. Ou seja, não há possibilidade de reparação em muitos desses casos, pois, uma vez que o discurso de ódio é normalizado e circula na imprensa de maneira deliberada, podemos entender que a marginalidade de uma travesti também é um processo constitutivo no qual a travesti já está subjugada.

Com a análise dos materiais citados, podemos compreender a relação da imprensa com o discurso estigmatizante sobre travestis e mulheres trans ao longo da história. Quando os dispositivos da história são revisitados, é imprescindível refletir sobre os impactos que esses dispositivos tiveram e têm na construção do signo travesti: a reprodução dos discursos mais violentos, nos quais travestis pretas e periféricas são sujeitas sentenciadas a viver às margens dos discursos.

Ainda é possível refletir como esse processo de construção pode ter contribuído para que mulheres trans e travestis vivessem em uma sociedade extremamente perigosa para sua existência. As crianças das décadas de 1970, 1980 e 1990 cresceram ouvindo discursos que subalternizam sujeitas travestis. Hoje

adultas, muitas são incapazes de pensar em ter uma filha travesti; tampouco, são capazes de dividir o convívio social com travestis de forma a reconhecer a sua humanidade.

Esses discursos foram feitos publicamente e tiveram um efeito. O signo ligando travestis e pessoas LGBTI+ à marginalidade tem grande relação com a repercussão dessas manchetes. Todavia, é urgente dialogar com novas perspectivas para a vida de mulheres trans e travestis. Perspectivas que não sejam escritas com a finalidade de silenciar experiências trans. Recriar essas histórias é uma reparação que a pesquisa permite. Humanizar sujeitas que, por diversos anos, foram desumanizadas é um processo que demanda tempo, criatividade e possibilidades que nem todas temos ou tivemos. Então, na possibilidade de fazê-lo, que seja como a justiça de Xangô, e que as portas jamais se fechem.

Entender que os discursos, por diversas vezes reproduzidos, criaram um signo marginal, subalterno e criminoso, faz parte da luta na construção de narrativas justas; que as vidas subalternizadas possam ter outras narrativas; que consigamos lembrar dessas manchetes como crimes contra a vida; que não seja "normal" que travestis sejam mortas, presas e torturadas em praça pública. Dessa forma, este ebó, que também é um relato de experiência, torna possível que deixemos de lado a normalização de relações exploratórias e desumanas para dar início a uma nova narrativa de humanidade para e com as travestis. Pensar as travestilidades como um símbolo de resistência do ousar existir.

Nefertiti de Oliveira Souza é travesti, negra e Mother da primeira House de Travestis na cena Ballroom de Alagoas. Graduanda em Letras - Licenciatura pela Universidade Federal de Alagoas (Ufal). Foi bolsista de Iniciação Científica (IC) do projeto "LGBTQIA+ na imprensa de Alagoas (1970-1980)", coordenado pelo professor Elias Veras, em (Pibic/2023-2024). É integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas em História, Gênero e Sexualidade (GEPHGS/Ufal).

Referências

hooks, bell. *E eu não sou uma mulher?*: mulheres negras e feminismo. Rio de Janeiro: Record, 2019.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. São Paulo: n-1 edições, 2018.

NASCIMENTO, Letícia Carolina Pereira do. *Transfeminismo*. São Paulo: Jandaíra, 2021.

PRECIADO, Paul B. *Testo junkie*: sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica. São Paulo: n-1 edições, 2018.

SILVA FILHO, Isaac Freitas da. "Invasão de mariposas e pederastas": sociabilidades dissidentes e subversivas em Maceió (AL) (1970). In: SODÓ, Roberta; VERAS, Elias Ferreira (orgs.). *(In)Desejáveis*: LGBTQIA+ e feminismo na imprensa de Alagoas (século XX). Maceió: Edufal, 2024. p. 385-417.

SOUZA, Dediane. *"Dando o nome"*: eu e Dandara na construção de narrativas de humanidade de travestis em Fortaleza-CE a partir de um recorte do jornal *O Povo*. 2022. 140f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Programa associado de Pós-Graduação em Antropologia, Centro de Humanidades, Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2022.

VERAS, Elias Ferreira. *Travestis*: carne, tinta e papel. Curitiba: Editora Appris, 2019.

VIEIRA, Helena. "Jango Jezebel", fazendo história: onde estavam as travestis na ditadura civil-militar no Brasil? In: VERAS, Elias Ferreira; PEDRO, Joana Maria; SCHMIDT, Benito Bisso (orgs.). *(Re)Existências LGBTQIA+ e feminismo na ditadura civil-militar e na redemocratização do Brasil*. Maceió: Edufal, 2023. p. 167-190.

Sobre os/as autores/as

ADRÍCIA CARLA SANTOS BONFIM, mulher cis, negra. Mestranda no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Alagoas (PPGH/Ufal). Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas (Fapeal). Participou do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic), sendo bolsista colaboradora do projeto "Corpos aliados e lutas políticas: resistências LGBT e redemocratização na perspectiva de gênero (1978-1988)", no período de 2018 a 2019, sob orientação do professor Elias Ferreira Veras. Bolsista em Museologia no Museu Théo Brandão de Antropologia e Folclore (MTB), equipamento cultural da Universidade Federal de Alagoas, no período de 2017 a 2020. Desde 2018, integra o Grupo de Estudos e Pesquisas em História, Gênero e Sexualidade (GEPHGS/Ufal).
Lattes: https://lattes.cnpq.br/7005861815407552
E-mail: adricia.bonfim@ichca.ufal.br

HARMIE A. DA SILVA, não-binárie, negro. Graduando em História - Licenciatura pela Universidade Federal de Alagoas (Ufal). Foi bolsista de Iniciação Científica (IC) do projeto de pesquisa "LGBTQIA+ na imprensa de Alagoas (1970-1980)"/Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic), coordenado pelo professor Elias Ferreira Veras, em 2023 e 2024. É integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas em História, Gênero e Sexualidade (GEPHGS/Ufal) e da Rede de Historiadorxs Negrxs (RHN).
Lattes: https://lattes.cnpq.br/1687584244785829
E-mail: alexandre.silva1@ichca.ufal.br

ANA LAURA DA SILVA ALMEIDA, mulher bissexual cis, parda. Graduanda em História - Licenciatura pela Universidade Federal de Alagoas (Ufal). Foi bolsista no Programa de Iniciação à Docência (Pibid - História) no período de novembro de 2022 a maio de 2024. É integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas em História, Gênero e Sexualidade (GEPHGS/Ufal).
Lattes: http://lattes.cnpq.br/7060097585342589
E-mail: ana.almeida@ichca.ufal.br

ANA LETÍCIA PÓVOAS DE MORAES, mulher cis, branca, alagoana, anarquista. Graduanda em História - Bacharelado pela Universidade Federal de Alagoas (Ufal), bolsista em Museologia no Museu Théo Brandão de Antropologia e Folclore (MTB), estagiária no Arquivo Público e no Tribunal de Justiça

de Alagoas no campo de Conservação e Restauro (2023-2024). Constrói o Diretório Acadêmico de História da Ufal (2022-2024). É membra do Grupo de Estudos e Pesquisas em História, Gênero e Sexualidade (GEPHGS/Ufal) desde 2021.
Lattes: http://lattes.cnpq.br/0426767782575198
E-mail: ana.povoas@ichca.ufal.br

ANA VALÉRIA DOS SANTOS SILVA, mulher cis, branca. Mestranda no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Alagoas (PPGH/Ufal). Integrante do Grupo de Pesquisa em História Indígena no Brasil República, coordenado pela professora Michelle Reis de Macedo. Professora de História na educação básica, desenvolvendo atividades no ensino público municipal com alunos do Ensino Fundamental II.
Lattes: https://lattes.cnpq.br/8841141506336981
E-mail: anavaleria.historia@gmail.com

ANTONNY GABRIEL DA CONCEIÇÃO FÊLIX, homem bissexual cis, pardo. Graduando da Licenciatura em História pela Universidade Federal de Alagoas (Ufal). Foi bolsista no Programa de Iniciação à Docência (Pibid - História) no período de novembro de 2022 a maio de 2024. É egresso do Grupo de Estudos e Pesquisas em História, Gênero e Sexualidade (GEPHGS/Ufal).
Lattes: http://lattes.cnpq.br/4404341208693916
E-mail: antonny.felix@ichca.ufal.br

BENAN LIEL DE MORAIS SILVA, homem trans, nordestino, pcd, branco. Formado em Arquitetura e Urbanismo pela FAU/Ufal. Coordenador em Alagoas do Instituto Brasileiro de Transmasculinidades. Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas em História, Gênero e Sexualidade (GEPHGS/Ufal).
Lattes: http://lattes.cnpq.br/1696016200765753
E-mail: benan.morais@gmail.com.

BRUNA PEREIRA DA SILVA, mulher cis, negra. Mestranda no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Alagoas (PPGH/Ufal). Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas (Fapeal). Participou do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic), no período de agosto de 2016 a julho de 2017, sob orientação da professora Ana Claudia Aymoré Martins (Ufal). Exerceu a função de Bolsista no setor de Museologia na Pinacoteca Universitária, equipamento cultural vinculado à Pró-Reitoria de Extensão, entre abril de 2018 e fevereiro de 2021.

Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas em História, Gênero e Sexualidade (GEPHGS/Ufal).
Lattes: http://lattes.cnpq.br/1584082207936973
E-mail: bruna.hist.pereira@gmail.com.

CAMILA MARIA OLIVEIRA DE MELO, mulher cis, branca. Graduanda em História - Bacharelado pela Universidade Federal de Alagoas. Foi estagiária no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), atuando no setor educativo do órgão entre 2015 a 2017. Foi bolsista no Museu Théo Brandão de Antropologia e Folclore (MTB), integrando o Núcleo de Ação Educativa e Pesquisa (Naep) durante os anos de 2017 a 2019. Construiu o Diretório Acadêmico de História da Ufal (2016-2019). Foi colaboradora voluntária do projeto de pesquisa "Memória e fotografia no folclore alagoano: da preservação ao compartilhamento das imagens" (2017) sob orientação da professora Fernanda Rechemberg. Foi também integrante do Grupo de Pesquisa História Social e Política (2018-2020). Atualmente, integra o Grupo de Estudos e Pesquisas em História, Gênero e Sexualidade (GEPHGS/Ufal/CNPq).
Lattes: https://lattes.cnpq.br/2355629047621781
E-mail: cmilammelo@gmail.com

CRISLANNE MARIA DOS SANTOS, mulher, negra, hétero, cis, atípica, periférica. Servidora Pública Estadual e Especialista em Educação Inclusiva. Pesquisadora e professora. Graduada em Letras/Português pela Universidade Federal de Alagoas (Fale-Ufal). Graduanda em Ciências Sociais - Bacharelado pela Universidade Federal de Alagoas (ICS-Ufal). Mestra em História pelo Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Universidade Federal de Alagoas (Ufal). É integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas em História, Gênero e Sexualidade (GEPHGS/CNPq) e do Grupo de Pesquisa Periferias, Afetos e Economia das Simbolizações (GruPPAES).
Lattes: https://lattes.cnpq.br/6130409030635282
E-mail. crislanne.santos@fale.ufal.org

ELIAS FERREIRA VERAS, homem gay cis, branco. Doutor em História Cultural pela Universidade Federal de Santa Catarina (Ufsc). É professor dos cursos de História (Licenciatura e Bacharelado) e do Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Universidade Federal de Alagoas (Ufal), onde coordena o Grupo de Estudos e Pesquisas em História, Gênero e Sexualidade (GEPHGS/Ufal/CNPq).
Lattes: http://lattes.cnpq.br/9237266972750779
E-mail: elias.veras@ichca.ufal.br

FRANCINE LEÔNCIO MENDONÇA DE FRANÇA, mulher cis, branca. Graduanda em História - Licenciatura pela Universidade Federal de Alagoas (Ufal). Participou do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic), sob orientação da professora Irinéia Maria Franco dos Santos, tendo recebido premiação de Excelência Acadêmica (ciclo 2020/2021).
Lattes: http://lattes.cnpq.br/5822314558529661
E-mail: francine.franca@ichca.ufal.br

ISAAC FREITAS DA SILVA FILHO, homem gay cis, pardo. Graduando em História - Bacharelado pela Universidade Federal de Alagoas (Ufal). Foi bolsista de Iniciação Científica (IC) do projeto de pesquisa "LGBTQIA+ na imprensa de Alagoas (1970-1980)"/Edital Fapeal N 003/2022, Auxílio à Pesquisa em Ciências Humanas, entre agosto de 2022 e agosto de 2023, sob orientação do professor Elias Ferreira Veras. É integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas em História, Gênero e Sexualidade (GEPHGS/Ufal) e do grupo de pesquisa Literatura e História (LiterHis/Ufal).
Lattes: http://lattes.cnpq.br/2238892149219888
E-mail: isaac.filho@ichca.ufal.br

LUCKAH BABY, trans não-binária, negra. Drag Queen e performer. Graduada em Direito pela Faculdade Estácio de Alagoas. Servidora da Segurança Pública do município de Maceió. É integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas em História, Gênero e Sexualidade (GEPHGS/Ufal).
Lattes: https://lattes.cnpq.br/6454189724601850
E-mail: luckahbaby@gmail.com

NEFERTITI DE OLIVEIRA SOUZA, travesti, negra e Mother da primeira House de Travestis na cena Ballroom de Alagoas. Graduanda em Letras - Licenciatura pela Universidade Federal de Alagoas (Ufal). Foi bolsista de Iniciação Científica (IC) do projeto "LGBTQIA+ na imprensa de Alagoas (1970-1980)", coordenado pelo professor Elias Veras, em (Pibic/2023-2024). É integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas em História, Gênero e Sexualidade (GEPHGS/Ufal).

PAULO HENRIQUE DOS SANTOS ARAÚJO, homem cis, negro, bissexual, comunista. Graduando em História - Licenciatura pela Universidade Federal de Alagoas (Ufal), bolsista do Centro de Pesquisa e Documentação Histórica - CPDHis/Ufal. Foi bolsista de iniciação científica (Pibic/Ufal) entre os anos de 2018-2021, sob orientação do professor Elias Ferreira Veras. Realiza pesquisas relacionadas às pessoas LGBTQIAPN+ na ditadura civil-militar. Desde 2018,

integra o Grupo de Estudos e Pesquisas em História, Gênero e Sexualidade (GEPHGS/Ufal).
Lattes: https://lattes.cnpq.br/4412553105606084
E-mail: paulo.araujo@ichca.ufal.br

ROBERTA DOS SANTOS SODÓ, mulher cis, parda. Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História (Ufal), graduada em História pela mesma universidade. Bolsista da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Realiza pesquisas relacionadas à imprensa feminina e feminista no século XIX, trajetórias femininas e relações de gênero. Desde 2018, integra o Grupo de Estudos e Pesquisas em História, Gênero e Sexualidade (GEPHGS/Ufal).
Lattes: http://lattes.cnpq.br/3577154848631969
E-mail: robertasodo7@gmail.com

THAMYRES JULLY ANA RAMOS MARTÍRIO, mulher, cis, branca, nordestina e lésbica. Graduada em História - Licenciatura pela Universidade Federal de Alagoas (Ufal), integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas em História, Gênero e Sexualidade (GEPHGS/Ufal), bolsista de iniciação científica do projeto "Existências e resistências homossexuais no Brasil da 'Abertura': uma perspectiva de gênero (1978-1988)". Além do capítulo apresentado nesta obra, tem publicado o capítulo "E sapatão não é política?" no livro *(Re)Existências LGBTQIA+ e feminismo na ditadura civil-militar e na redemocratização do Brasil* (2023), organizado por Elias Ferreira Veras, Joana Maria Pedro e Benito Bisso Schmidt.
Lattes: http://lattes.cnpq.br/2414327796389281
E-mail: thamyres_jully@hotmail.com

Vitória Romeiro

youtube.com/GEPHGSUFAL

instagram.com/gephgsufal

Histórias

9 786556 242736